Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023

SUMÁRIO EXECUTIVO

Plano Pluri Anual 2020-2023

ANO-BASE 2022

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023

Ano Base 2022

SUMÁRIO EXECUTIVO

Ministra do Planejamento e Orçamento
Simone Tebet

Secretário-Executivo
Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretária Nacional de Planejamento
Leany Barreiro de Sousa Lemos

Secretária Adjunta
Maria Raquel Mesquita Melo

Chefe de Gabinete
Riane Carvalho

Diretor de Coordenação do Sistema de Planejamento
Fernando Sertã Meressi

Diretor de Planejamento de Longo Prazo
Ariel Cecílio Garces Pares

Diretora de Programas das Áreas Econômicas e Especiais
Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Diretora de Programas Sociais, Áreas Transversais e Multissetoriais e Participação Social
Daiane Boelhouwer Menezes

Diretora de Programas de Infraestrutura e Planejamento Territorial
Flávia Pedrosa Pereira

Equipe Técnica de Planejamento Governamental
Adriana Marques Bento Ávalos
Andrea Thalhofer Ricciardi
Antônio Paulo Barêa Coutinho
Carlos Tadeu Assumpção de Pinho
Claudia Regina Tavares Canedo
Cesar Augusto Assis Mascarenhas de Oliveira
Cristiane Gonzaga Chaves de Carvalho
Cristiano Ordones Portugal
Daniel Souza Coelho
Danielle Cavagnolle Mota
Diego Pereira de Oliveira
Dorotea Blos
Eduardo Augusto de Abreu Costa
Eduardo Rodrigues da Silva
Erick Fagundes Ribeiro
Gustavo Teixeira Lino
Ismael Damasceno Pavani
João Carlos Gonçalves Barreto
Lizandra Serafim
Luciana Machado Teixeira Fabel
Marcelo Cerri
Márcia Ribeiro Fantuzze Dias
Márcio Gimene de Oliveira

Marco Antonio de Oliveira
Mariana Meirelles Nemrod Guimarães
Mayara Santiago da Silva
Paulo França de Oliveira
Pedro Emilio Pereira Teodoro
Priscila Carvalho Soares
Rafael Henrique Cerqueira
Rafael Martins Neto
Ricardo Dislich
Suripongse Naibert Chimpliganond
Thaise Oliveira Torres Monteiro
Valéria Cristina Passos Valentim
Vitor Tomaz Gondim

Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023
Ano-base 2022

O Governo Federal apresenta ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira o Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023, ano base 2022, contendo a descrição dos principais resultados obtidos no ano a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, bem como trazendo um balanço das realizações durante o terceiro ano do Plano Plurianual (PPA).

O referido Plano foi instituído no âmbito da Carta Magna brasileira, com o propósito de estabelecer "de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada" (§ 1º, art. 165, da Constituição Federal de 1988).

Além de cumprir a determinação legal contida no artigo 15 da Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual 2020-2023, cuja implementação é regulamentada pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, o presente Relatório também auxilia na gestão e no aperfeiçoamento contínuo da programação constante do PPA vigente, de forma a possibilitar maior eficiência e eficácia na alocação de recursos e melhores resultados para a sociedade. Constitui também importante insumo para a reflexão sobre os principais desafios a serem enfrentados pelo País na busca pela justiça social e pelo desenvolvimento econômico sustentável.

O Sumário Executivo apresenta, de forma introdutória ao Relatório, a estrutura e a metodologia do PPA 2020-2023. Na sequência, consta a análise do comportamento das variáveis macroeconômicas mais relevantes durante o período do Plano. Posteriormente, são apresentados grandes números referentes à evolução do PPA. Por fim, este sumário traz o demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais – ano base 2022, conforme consta no artigo 15, inciso III, Lei 13.971/2019.

O Relatório em si (volumes 1 e 2) está organizado em duas partes, sendo a primeira relativa ao monitoramento dos programas finalísticos do PPA, com informações relativas ao objetivo, meta, indicador, resultados intermediários e investimentos plurianuais prioritários constantes do anexo III, seção I, e a segunda reservada aos quadros demonstrativos da execução dos recursos orçamentários e não orçamentários. No conjunto, o relatório fornece um panorama abrangente do desempenho da atuação governamental em suas diversas áreas de atuação.

INTRODUÇÃO

O planejamento das políticas públicas do Governo Federal tem como um dos principais instrumentos o Plano Plurianual, ou PPA, que possui a função de orientar a ação governamental em conjunto com outras ferramentas importantes, como a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Uma das funções do planejamento governamental é apontar os rumos para o desenvolvimento econômico e social do País, considerando as capacidades estatais disponíveis. Nesse sentido, o PPA 2020-2023 busca, por meio de seus quatro pilares fundamentais (simplificação metodológica; realismo fiscal; integração entre planejamento e avaliação; e visão estratégica com foco em resultados) orientar as políticas públicas expressas através dos programas finalísticos para alcançar efetividade, a fim de atender às demandas oriundas da sociedade.

Estrutura e Metodologia do PPA 2020-2023

Os programas finalísticos do PPA têm foco na busca por resultados e, neste sentido, destaca-se o resultado intermediário como atributo infralegal que visa dar maior materialidade às entregas previstas, facilitando o acompanhamento da execução do plano, tanto por parte da própria administração pública, quanto da sociedade.

Conforme previsto na Mensagem Presidencial que encaminhou o PPA 2020-2023, a estrutura do plano é dividida em dois grandes blocos: a dimensão estratégica e a dimensão tática ou programática, explicitadas na Figura 1. A dimensão estratégica é subdivida em duas categorias, Eixos estratégicos e Diretrizes, enquanto a dimensão programática compreende os programas finalísticos e os programas de gestão, manutenção e serviços ao Estado. Essas duas dimensões são ancoradas na dimensão operacional, que não está detalhada na Lei do PPA, e que compreende os recursos orçamentários e não orçamentários, necessários ao financiamento da execução das políticas públicas.

Figura 1 – Camada Lógica do PPA 2020-2023



Elaboração: SEPLAN/MPO

A figura acima é importante não apenas porque sintetiza, de forma visualmente amigável, os elementos do PPA, mas também porque permite compreendê-los à luz do modelo lógico. É justamente o encadeamento entre as camadas lógicas e os elementos do PPA que garante a efetividade do plano, ou seja, sua capacidade de servir como instrumento para resolução dos problemas que afligem a sociedade.

Na dimensão estratégica, o PPA 2020-2023 assume como visão de futuro a diretriz principal estabelecida pela Estratégia Federal de Desenvolvimento (EFD) 2020-20231: elevar a renda e a qualidade de vida da população brasileira com redução das desigualdades sociais e regionais. Essa diretriz principal se desdobra em seis eixos estratégicos:

- Ambiental;
- Econômico;
- Infraestrutura;
- Institucional;
- Social; e
- Estratégia de Defesa.

A dimensão estratégica do PPA também se desdobra em outras duas categorias: Diretrizes e Temas. As Diretrizes representam as demandas da população encampadas pelo governo eleito e orientam a construção dos Programas do PPA. Já os Temas, relacionados à nova estrutura institucional do Governo Federal, correspondem às principais áreas setoriais a serem mobilizadas para o alcance dos objetivos inseridos nas Diretrizes.

Para a superação dos desafios compreendidos em cada eixo estratégico acima apresentado, existe um conjunto de diretrizes que norteiam as principais agendas para o período de 2020 a 2023. As 19 diretrizes do PPA 2020-2023 estão elencadas no art. 3º da Lei 13.971/2019.

De forma articulada com as 19 diretrizes estratégicas e os 6 eixos estratégicos, a construção do PPA 2020-2023 resultou em 70 programas finalísticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do Governo Federal até 2023, por meio de seus 63 indicadores, 70 objetivos, com 70 metas e 354 resultados Intermediários, conforme a Figura 2.

Figura 2 – Plano Plurianual 2020-2023



Elaboração: SEPLAN/MPO

Os programas finalísticos estruturam o PPA 2020-2023 com declarações e compromissos orientadores do orçamento. Além disso, expressam os recortes de políticas públicas tais como reconhecidos pelo governo em uma linguagem mais acessível à sociedade. Cada programa possui um objetivo, uma meta, e resultados intermediários, com seus respectivos indicadores, que, no seu conjunto, expressam o que será feito, em que intensidade e quais os resultados pretendidos. Os programas asseguram o vínculo com as ações orçamentárias, detalhadas nas Leis Orçamentárias Anuais, e com as ações não orçamentárias, nos casos previstos. O esquema representado na Figura 3 sintetiza os principais conceitos do Plano Plurianual.

Figura 3 – Estrutura do PPA 2020-2023



Elaboração: SEPLAN/MPO

O resultado consolidado do trabalho de elaboração do PPA 2020-2023 pode ser acessado pelo link

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual. Nesse espaço,são apresentados todos os documentos relevantes associados ao PPA para consulta pela sociedade, incluindoedições anteriores.

Monitoramento do PPA 2020-2023

O monitoramento do Plano Plurianual (PPA) deve contribuir com a produção de informações que qualifiquem a ação governamental, aumentando sua eficiência, eficácia e efetividade. O monitoramento destaca-se na medida em que institucionaliza um fluxo de informações relevantes para a tomadade decisão. O trabalho está orientado para produzir informações e conhecimentos no intuito de aperfeiçoar a implementação das políticas públicas, ampliando a quantidade e a qualidade dos bens e serviços prestados à população.

O processo de monitoramento e avaliação do PPA 2020-2023 tem seus critérios e procedimentos definidos pelo Decreto nº 10.321, de 15 de abril de 2020, que regulamenta a implementação da Lei n° 13.971, 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual vigente. Todo o processo de monitoramento incide sobre os programas finalísticos, por meio de seus objetivos, metas, indicadores, resultados intermediários e investimentos prioritários, bem como as variáveis macroeconômicas que embasaram sua elaboração. A captação da maior parte das informações sobre os programas finalísticos ocorre junto aos órgãos executores.

O monitoramento do PPA é um processo de aprendizagem que busca o aperfeiçoamento dos programas durante sua execução e aponta para possíveis perturbações que devem ser detectadas tempestivamente a fim de se poder interferir positivamente no processo de implementação. Ele deve ser:

- sistêmico: analisa a política pública para além da ótica setorial;
- dinâmico: para permitir ao PPA se adequar às mudanças conjunturais, orçamentárias, financeiras e de prioridades do governo; e
- seletivo: de forma a abranger apenas as principais metas e resultados dos Órgãos para o período do Plano Plurianual.

São objetivos do monitoramento do Plano Plurianual:

- identificar restrições e propor soluções de forma a viabilizar a implementação dos programas e o alcance dos objetivos e metas do governo;
- destacar informações relevantes para a implementação de programas e políticas prioritários e agendas multissetoriais;
- facilitar a cooperação, a articulação e a integração entre órgãos e suas políticas públicas;
- aprimorar as ações de monitoramento e avaliação das políticas públicas, orientando-as para o alcance de resultados;
- captar subsídios para orientar a revisão/atualização do Plano e a alocação de recursos nos orçamentos; e
- permitir à sociedade verificar se os compromissos assumidos pelo Governo estão sendo alcançados.

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA MACROECONÔMICA

(seção baseada em contribuições da Secretaria de Política Econômica, do Ministério da Fazenda)

Conjuntura Macroeconômica em 2022

O crescimento mundial desacelerou em 2022 devido à retirada gradual dos estímulos fiscais concedidos durante a pandemia e ao aperto da política monetária para conter a inflação. A desaceleração, nesse ano, refletiu também a quebra nas cadeias de suprimentos globais e a crise energética ocasionada pelo conflito na Ucrânia.

No Brasil, nesses anos, o ritmo de crescimento tem sido superior à média dos países da OCDE. A antecipação do ciclo de aperto monetário permitiu ao país conter o avanço inflacionário com maior celeridade comparativamente a outras economias, possibilitando o início do processo de flexibilização monetária já em 2023. Soma-se a perspectiva de redução nominal dos juros, a implementação do novo regime fiscal sustentável e a reforma tributária sobre o consumo, que levam à redução dos riscos de dominância fiscal e à melhor a eficiência alocativa dos recursos, contribuindo no médio prazo para elevar o PIB potencial e também para reduzir a taxa neutra de juros.

Apesar das condições internacionais, o Brasil tem conseguido ampliar os superávits comerciais. A balança comercial brasileira apresentou superávit no acumulado 12 meses até maio de 2023 de US$ 17 bilhões, uma alta de 82% em relação ao saldo no mesmo período no ano anterior. O risco-país seguiu em trajetória de queda desde o final de 2022, atingindo 230 bps em junho de 2023.

PIB brasileiro em 2022

O PIB brasileiro fechou o 4T22 com queda de 0,2% na margem e desaceleração de 3,6% para 1,9% na comparação interanual. Com esse resultado, o PIB de 2022 encerrou o ano com variação de 2,9%, arrefecendo em relação a alta de 5,0% em 2021.

Pela ótica da oferta no ano de 2022, o setor agropecuário recuou 1,7%, ante alta de 0,3% em 2021. A Indústria desacelerou de 4,8% em 2021 para 1,6% em 2022, enquanto, no setor de serviços, a desaceleração foi de 5,2% para 4,2%. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias cresceu 4,3%, superior a alta de 3,7% do ano anterior. Por outro lado, o consumo do governo desacelerou de 3,5% para 1,5% em 2022 e a Formação Bruta de Capital Fixo - FBCF arrefeceu, passando de crescimento de 16,5% em 2021 para um aumento de 0,9% em 2022. As importações também desaceleraram frente a 2021, de 12,0% para 0,8%, enquanto as exportações cresceram 5,5%, ante 5,9% no ano anterior. Em valores correntes, o PIB alcançou R$ 9,9 trilhões no ano de 2022.

Tabela 1 – Brasil – Produto Interno Bruto – 2020 a 1º Trimestre de 2023

					T/T-4 var. %					T/T-1 var. % com ajuste sazonal					
	2020	2021	2022	2023*	2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.I	2022.I	2022.II	2022.III	2022.IV	2023.I	Carry-over 2023
PIB p.m	**-3,3**	**5,0**	**2,9**	**3,3**	**2,4**	**3,7**	**3,6**	**1,9**	**4,0**	**1,0**	**1,1**	**0,5**	**-0,1**	**1,9**	**2,4**
Oferta															
Agropecuária	4,2	0,3	-1,7	6,0	-5,2	-0,9	3,2	-2,9	18,8	-0,1	-0,5	-1,1	-0,9	21,6	19,9
Indústria	-3,0	4,8	1,6	2,4	-1,2	2,1	2,8	2,6	1,9	0,8	1,6	0,6	-0,3	-0,1	0,3
Serviços	-3,7	5,2	4,2	3,9	4,1	4,7	4,5	3,3	2,9	1,0	1,2	0,9	0,2	0,6	1,5
Demanda															
Consumo das Famílias	-4,6	3,7	4,3	4,5	2,5	5,7	4,6	4,3	3,5	1,2	1,9	0,8	0,4	0,2	1,4
Consumo do Governo	-3,7	3,5	1,5	0,9	3,9	0,9	1,0	0,5	1,2	-0,4	-0,7	1,3	0,3	0,3	1,0
FBCF	-1,7	16,5	0,9	2,7	-6,4	1,5	5,0	3,5	0,8	-1,3	3,5	2,3	-1,3	-3,4	-2,4
Exportação	-2,3	5,9	5,5	5,2	8,7	-4,6	8,1	11,7	7,0	8,0	-2,4	4,2	3,3	-0,4	3,5
Importação (-)	-9,5	12,0	0,8	4,2	-10,6	-1,0	10,6	4,6	2,2	-1,6	6,7	4,7	-3,1	-7,1	-5,7

Fonte: IBGE. Elaboração: SPE/MF. * Acumulado em 4 trimestres até o 1T23.

Cenário Macroeconômico

Para a atividade econômica, o cenário de referência proposto em 2019 para o PPA 2020-2023 tinha como pressuposto a continuidade da recuperação da atividade econômica, o recuo da inflação e dos juros e a retomada da confiança.

Tabela 2 – Cenário Macroeconômico de Referência PPA 2020-2023 (Cenário proposto em 2019)

	Projeções (1)				
	2019	2020	2021	2022	2023
PIB - var. % anual	0,8	2,2	2,5	2,5	2,5
IPCA - var. % acum. Ano	3,8	3,9	3,7	3,7	3,8
Taxa de Câmbio R$/US$ - média anual	3,8	3,8	3,8	3,9	3,9
Taxa Selic - var. % - média anual	6,2	5,6	7,0	7,5	7,5

1 - Projeções - Grade de Parâmetros Macroeconômicos - 10/07/2019.

Fonte e Elaboração: SPE/FAZENDA/ME.

Esse cenário, entretanto, não se confirmou. Apesar do crescimento de 1,2% do PIB em 2019, maior do que o projetado no cenário de referência (0,8%), houve recessão acentuada em 2020 (-3,3%) como reflexo da pandemia. A atividade voltou a crescer em 2021 (5,0%), tanto por um efeito de base como por causa dos estímulos fiscais e monetários significativos. Em 2022, o crescimento desacelerou para 2,9%.

A Tabela 3 mostra os parâmetros macroeconômicos, considerando as atualizações posteriores em relação à Grade de Parâmetros da SPE/MF, sendo a mais recente divulgada em julho de 2023.

Tabela 3 – Parâmetros Macroeconômicos – Atualização das projeções (julho/2023)

	Dados observados				Projeções* - julho/2023				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
PIB (% a.a., real)	1,2	-3,3	5,0	2,9	2,5	2,3	2,8	2,4	2,6
PIB nominal (R$ Bilhões)	7.389,1	7.609,6	8.898,7	9.915,3	10.715,2	11.420,7	12.236,1	13.033,3	13.893,9
IPCA (Acumulado, % a.a.)	4,31	4,52	10,06	5,79	4,85	3,30	3,00	3,00	3,00
INPC (Acumulado, % a.a.)	4,48	5,45	10,16	5,93	4,48	3,01	3,00	3,00	3,00
IGP-DI (Acumulado, % a.a.)	7,70	23,08	17,74	5,03	-2,21	3,63	3,60	3,60	3,60
Taxa Over Selic (fim de período, % a.a.)	4,59	1,90	8,76	13,65	11,77	8,81	7,02	7,02	7,02
Taxa Over Selic (Acumulado, % a.a.)	5,90	2,64	3,91	12,34	13,12	9,80	7,82	7,05	7,06
Taxa de Câmbio (média do ano, R$/US$)	3,95	5,16	5,40	5,16	5,01	5,02	5,09	5,18	5,23
Preço Médio do Petróleo (US$/barril)	64,03	42,30	70,44	99,82	78,17	73,90	71,13	69,00	67,13
Massa Salarial Nominal (Var. % aa)	4,81	-1,51	5,35	19,07	9,41	5,69	5,54	5,10	5,12
Salário Mínimo (R$)	998	1.045	1.100	1.212	1.320	1.421	1.503	1.586	1.679

Fonte: IBGE, BCB e SPE/FAZENDA/ME.

* Projeções: Grade de Parâmetros Macroeconômicos SPE/MF, de 11/07/2023.

Cenário Fiscal – 2022

Conforme divulgado pelo Banco Central do Brasil nas suas estatísticas fiscais de janeiro de 2023 (BCB, 2023[1]), em 2022 o setor público consolidado obteve superávit primário de R$ 126,0 bilhões (1,28% do PIB), ante superávit de R$ 64,7 bilhões (0,73% do PIB) em 2021, sendo R$ 55 bilhões (ou 0,6% do PIB) no governo central e R$ 71 bilhões (ou 0,7% do PIB) nos estados, municípios e estatais. Por sua vez, os juros nominais do setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R$ 586,4 bilhões (5,96% do PIB), ante R$ 448,4 bilhões (5,04% do PIB) em 2021. Já o resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$ 460,4 bilhões (4,6% do PIB) em 2022, ante R$ 383,7 bilhões (4,3% do PIB) em 2021.

A melhora do resultado primário em 2022 deveu-se a uma combinação de fatores que impulsionaram as receitas e/ou limitaram o crescimento das despesas. Do lado da receita, destacou-se a elevação do preço de *commodities*, em especial do petróleo (aumento de 42% em 2022 em relação a 2021), que impulsionou a arrecadação não recorrente (associada a um fator temporário) de IRPJ/CSLL, bem como de dividendos e participações e exploração de recursos naturais. Ainda, houve

[1] BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Estatísticas Fiscais – nota para a imprensa – 30.01.2023.** Brasília, 2023.

continuidade do processo de recuperação econômica após o choque adverso inicial causado pela pandemia – que propiciou crescimento da arrecadação de Imposto de Renda (IR), Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como da arrecadação líquida do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). Houve também, além do crescimento de receitas de dividendos e participações e exploração de recursos naturais em decorrência do ciclo de commodities, expansão de outras receitas não administradas, como a de concessões e permissões.

Cabe notar o aumento expressivo das desonerações tributárias, conforme dados da Secretaria da Receita Federal do Brasil: em 2021, as desonerações implementadas neste ano totalizaram R$ 5,02 bilhões; já em 2022, as novas desonerações totalizaram R$ 62,3 bilhões, o que representa um crescimento real de 1.034% em relação ao ano anterior. Apesar do aumento expressivo de renúncias, o aumento de receitas, influenciadas em especial por eventos não recorrentes como a alta de preços de *commodities*, mais do que compensou o efeito das desonerações tributárias ocorridas ao longo do ano, que afetaram principalmente a arrecadação de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) (IPEA, 2023[2]; RFB, 2023[3]; STN, 2023[4]). Vale também destacar o contexto de inflação relativamente mais elevada (5,79% no ano), que aumenta nominalmente a arrecadação.

O Quadro 1 a seguir sintetiza os principais eventos relacionados ao comportamento das receitas.

Quadro 1 – Comportamento da arrecadação federal em 2022.

Tributos	Comentários
IRPJ/CSLL	Esses tributos totalizaram uma arrecadação de R$ 489.652 milhões, com crescimento real de 17,73%. Esse desempenho é explicado pelo crescimento de 82,09% na arrecadação relativa à declaração de ajuste do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrente de fatos geradores ocorridos ao longo de 2021, e ao acréscimo de 16,90% na arrecadação da estimativa mensal. Destaca-se crescimento em todas as modalidades de apuração do lucro. Além disso, houve recolhimentos atípicos da ordem de R$ 42 bilhões, especialmente por empresas ligadas à exploração de *commodities*.
IOF	A arrecadação desse tributo totalizou R$ 59.091 milhões. A arrecadação do período pode ser essencialmente justificada pelo aumento nas operações de crédito efetuadas por pessoas jurídicas, pelas operações de câmbio na saída de mês e pelas operações com títulos e valores imobiliários.
Arrecadação Líquida para o RGPS	A arrecadação desse tributo totalizou R$ 535.709,9 milhões. O aumento da arrecadação é explicado pelos seguintes fatores: (i) aumento real de 12,85% na arrecadação do Simples Nacional no ano 2022 (entre abril e junho de 2021, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional, de acordo com a Resolução CGSN nº 158/2021, com o recolhimento tendo início em julho daquele ano); (ii) desempenho do mercado de trabalho, com a geração de 2.011.366 empregos de janeiro a dezembro de 2022 (Novo Caged/MTE) e crescimento real de 8,9% da massa salarial no ano frente ao ano anterior. A contribuição dos principais setores para esse resultado foi a seguinte: serviços (+1.131 mil postos), comércio (+353,9 mil postos) e indústria de transformação (+224,8 mil postos). Estes fatores positivos foram parcialmente compensados pelo crescimento das compensações tributárias com débitos de receita previdenciária (Lei 13.670/2018).
Concessões e Permissões	Totalizaram uma arrecadação de R$ 46.847,1 milhões em 2022, sendo o desempenho explicado majoritariamente pelos recebimentos de recursos do bônus de assinatura relativos à Segunda Rodada de Licitações dos Volumes Excedentes da Cessão Onerosa (Campos de Sépia e Atapu – Bacia de Santos), em fevereiro de 2022, e de recursos referentes ao bônus de outorga dos novos contratos de concessão de geração de energia elétrica advindos da desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras S/A (Eletrobrás). A receita com Concessões e Permissões cresceu 343% em termos reais em 2022 comparativamente ao ano de 2021.
Dividendos e Participações	Totalizaram uma arrecadação de R$ 87.003,6 milhões em 2022, apresentando crescimento de 85% em termos reais relativamente ao ano anterior. Este aumento concentrou-se em maiores repasses de dividendos da Petrobrás, BNDES e Banco do Brasil no ano de 2022, relativamente aos valores

[2] INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Panorama fiscal: destaques de 2022 e perspectivas**. Carta de Conjuntura, Política Fiscal, número 58, nota de conjuntura nº 10, 1º trimestre de 2023. Brasília, 2023.

[3] SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB). **Análise da Arrecadação das Receitas Federais**. Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros, Dezembro, 2022.

[4] SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (STN). **Boletim Resultado do Tesouro Nacional – Dezembro/2022**. Secretaria do Tesouro Nacional, v. 28, n. 12, janeiro, 2023.

	recebidos pela União em 2021.
Exploração de Recursos Naturais	Totalizaram uma arrecadação de R$ 132.482,3 milhões em 2022. Valor explicado, principalmente, pelo aumento do preço internacional do barril de petróleo (42,3%) e da produção de petróleo equivalente (1,6%) na média de janeiro a novembro de 2022, frente ao mesmo período de 2021, parcialmente compensado pela redução de 4,0% da taxa de câmbio média nos onze primeiros meses de 2022, frente ao mesmo período do ano anterior, e de 11,0% na produção dos 3 maiores campos pagadores de participação especial nos três primeiros trimestres de 2022. Em termos reais, as receitas com exploração de recursos naturais cresceram 29% em 2022 comparativamente a 2021.

Fonte: IPEA (2023), RFB (2023) e STN (2023)

Do lado do gasto, a despesa total do Governo Central em relação ao PIB passou de 18,1% em 2021 para 18,3% em 2022. A retração de algumas rubricas com elevado peso orçamentário e o crescimento mais moderado de outras propiciaram variações reais moderadas ou negativas dos respectivos gastos no ano – com destaque para o crescimento moderado dos benefícios previdenciários e a redução real da despesa com pessoal e encargos sociais decorrente da ausência de reajustes salariais de servidores civis. Além disso, a retração das despesas referentes a créditos extraordinários, fortemente impactadas pela pandemia em 2021, mas sem contrapartida em 2022, ajudou a compensar o aumento relevante de outros itens de despesas no ano, como o pagamento de abono e seguro-desemprego (influenciado pelo ajuste no calendário do abono salarial adotado em 2021), as despesas com complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e os gastos com o pagamento do Programa Auxílio Brasil (em função do aumento do valor do benefício médio e da população coberta) (IPEA, 2023).

As transferências por repartição de receita também registraram incremento robusto em 2022 (R$ 457.222,04 milhões), saindo de 4,0% do PIB, em 2021, para 4,6% do PIB em 2022. Esse desempenho decorreu do forte aumento nos recolhimentos do Imposto sobre a Renda (IR), tributo partilhado pela União com os entes subnacionais. Entre os tributos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB), o IR foi o que teve a segunda maior expansão em 2022, de 17,8% em termos reais (IFI, 2023)[5]. Também contribuiu para o crescimento das transferências da União para os entes subnacionais o aumento da partilha de receitas oriundas de cessão onerosa e exploração de recursos naturais.

Esses resultados encontram-se descritos na Tabela 4 a seguir:

[5] INSTITUTO FISCAL INDEPENDENTE (IFI). **Relatório de Acompanhamento Fiscal**, nº 72. Brasília, 2023.

Tabela 4 – Resultado Primário do Governo Central (em valores correntes e em % do PIB)

Discriminação	2020		2021		2022	
	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB	R$ Milhões	% do PIB
1. RECEITA TOTAL	1.468.096,14	19,3%	1.932.649,68	21,7%	2.313.305,43	23,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	*899.522,51*	*11,8%*	*1.195.712,30*	*13,4%*	*1.390.000,45*	*14,1%*
1.2 - Incentivos Fiscais	*-137,52*	*0,0%*	*-160,46*	*0,0%*	*-56,64*	*0,0%*
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	*404.772,51*	*5,3%*	*462.244,11*	*5,2%*	*535.709,90*	*5,4%*
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	*163.938,63*	*2,2%*	*274.853,72*	*3,1%*	*387.651,71*	*3,9%*
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	263.798,05	3,5%	353.546,83	4,0%	457.222,04	4,6%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.204.298,09	15,8%	1.579.102,84	17,7%	1.856.083,39	18,9%
4. DESPESA TOTAL	1.947.552,91	25,6%	1.614.170,78	18,1%	1.801.997,83	18,3%
4.1 Benefícios Previdenciários	*663.904,39*	*8,7%*	*709.582,50*	*8,0%*	*796.976,56*	*8,1%*
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	*321.349,34*	*4,2%*	*329.347,13*	*3,7%*	*337.942,01*	*3,4%*
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	*720.443,35*	*9,5%*	*306.127,06*	*3,4%*	*295.792,97*	*3,0%*
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	*241.855,82*	*3,2%*	*269.114,08*	*3,0%*	*371.286,29*	*3,8%*
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	133.504,95	1,8%	145.196,12	1,6%	219.143,78	2,2%
4.4.2 Despesas Discricionárias	108.350,88	1,4%	123.917,97	1,4%	152.142,52	1,5%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-743.254,82	-9,8%	-35.067,93	-0,4%	54.085,55	0,6%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	1.916,63	0,0%	-456,38	0,0%	534,25	0,0%
6.1 Ajuste Metodológico Itaipu	*932,27*	*0,0%*	*0,00*	*0,0%*	*0,00*	*0,0%*
6.2 Ajuste Metodológico Caixa - Competência	*984,36*	*0,0%*	*-456,38*	*0,0%*	*534,25*	*0,0%*
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-3.927,68	-0,1%	-347,86	0,0%	326,86	0,0%
8. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-745.265,87	-9,8%	-35.872,18	-0,4%	54.946,66	0,6%
9. JUROS NOMINAIS	-266.657,22	-3,5%	-407.282,24	-4,6%	-503.234,40	-5,1%
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9)	-1.011.923,09	-13,3%	-443.154,41	-5,0%	-448.287,73	-4,6%

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional. Secretaria do Tesouro Nacional.

2. Comportamento da Dívida Pública

Em 2022, a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) atingiu 57,5% do PIB (R$ 5,7 trilhões), com elevação anual de 1,7 p.p. do PIB. Portanto, a DLSP apresentou leve alta entre 2021 e 2022, passando de 55,8% para 57,5% do PIB. Esse aumento decorreu, sobretudo, dos juros nominais apropriados (+6,0 p.p.), da variação da paridade da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (+1,4 p.p.) e do efeito da valorização cambial de 6,5% no ano (+1,0 p.p.), parcialmente contrabalançados pelo crescimento do PIB nominal (-5,3 p.p.) e pelo superávit primário (-1,3 p.p.) (BCB, 2023). Apesar de o efeito dos juros no sentido de elevar a razão DLSP/PIB ter sido contrabalançado pela combinação de crescimento do PIB e superávit primário, fatores adicionais contribuíram para o aumento dessa razão, com destaque para efeitos cambiais (IPEA, 2023).

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que compreende governo central e governos estaduais e municipais – atingiu 73,5% do PIB (R$ 7,2 trilhões) em 2022, ante 78% em dezembro de 2021 e 86,9% em dezembro de 2020, sob o impacto da pandemia. No ano, a relação DBGG/PIB reduziu-se 4,5 p.p., resultado sobretudo do crescimento do PIB nominal (-7,5 p.p.), dos resgates líquidos de dívida (-4,5 p.p.) e da incorporação de juros nominais (+ 7,5 p.p.) (BCB, 2023). A DBGG em percentual do PIB ao final de 2022 representou o menor valor dessa variável desde julho de 2017.

A Tabela 5 a seguir sintetiza os principais dados dos resultados fiscais e de endividamento no período 2020 a 2022.

Tabela 5 – Resultados Fiscais 2020-2022

(em % PIB)	Observado		
	2020	**2021**	**2022**
Resultado Primário do Setor Público Consolidado	-9,24%	0,73%	1,28%
Governo Central	-9,8%	-0,4%	0,6%
Dívida Líquida do Setor Público (DLSP)	61,4%	55,8%	57,5%
Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG)	86,9%	78,3%	73,5%
Resultado Nominal do Setor Público	13,34%	4,31%	4,68%

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil

Em resumo, o resultado primário superavitário e a queda da DBGG em proporção do PIB, em 2022, foram devidos à conjugação de fatores como o elevado montante de receitas extraordinárias, taxa de crescimento moderada com certa recuperação do mercado de trabalho, inflação relativamente elevada, além de alta no preço de *commodities*.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Relatório Anual de Monitoramento do Plano Plurianual 2020-2023 – ano base 2022, apresentado pelo Governo Federal ao Congresso Nacional e à sociedade brasileira, descreve os principais resultados obtidos durante o ano de 2022, a partir da implementação das políticas públicas traduzidas nos programas finalísticos do plano, trazendo um balanço das realizações do terceiro ano deste ciclo do PPA.

Este sumário apresenta os grandes números do monitoramento do PPA, em 2022, com sínteses gráficas, incluindo a execução financeira, o andamento das metas e resultados intermediários planejados nos programas finalísticos e o desempenho dos indicadores – conjunto de parâmetros que permite acompanhar a evolução das políticas públicas. Considerando a grande amplitude de assuntos previstos na Lei do PPA e o volume de recursos alocados no arranjo dos programas e objetivos planejados, os gráficos destacados apresentam umpanorama quantitativo sintético da execução do Plano Plurianual no ano de 2022.

Por outro lado, uma consulta mais detalhada às informações de monitoramento e às considerações sobre indicadores, estratégias e resultados das políticas públicas, conforme fornecidas pelos órgãos do Governo Federal no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), pode ser realizada no corpo do documento completo (volume 1),o qual traz relatórios específicos de cada um dos 70 programas finalísticos do PPA 2020-2023.

Síntese Numérica do PPA 2020-2023

Esta seção apresenta um conjunto de sínteses numéricas e gráficas relativas à execução orçamentária, financeira e extraorçamentária do Plano Plurianual no ano de 2022, e sobre o andamento das metas planejadas nos programas finalísticos e sobre o desempenho dos indicadores. Esse panorama quantitativo sintético da execução do PPA em 2022 propicia uma visualização abrangente sobre os principais resultados agregados, com alguns recortes selecionados para resumir o desempenho da ação governamental neste período do ciclo de planejamento.

Execução Orçamentária e Financeira até 2022

Os recursos alocados para o PPA 2020-2023 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: orçamento fiscal e da seguridade social e orçamento de investimento das empresas estatais;
- Recursos não-orçamentários: gasto tributário e crédito de instituição financeira e demais fontes.

Conforme o Manual Técnico do PPA 2020-2023, gasto tributário é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário. Visa atender objetivos econômicos e sociais, podendo ser de caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Por sua vez, as outras fontes de ações não orçamentárias são definidas como: recursos financeiros não constantes do orçamento, necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos, e originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano de dispêndio das estatais, cooperações financeiras internacionais e recursos privados.

A seguir, são detalhados os recursos do PPA relativos ao ano de 2022, considerando-se os seguintes critérios quanto à previsão e à execução:

- Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

- Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários da Receita Federal do Brasil (RFB).

- Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício (verificação do direito adquirido pelo credor por fornecimentos feitos ou serviços prestados) para o orçamento fiscal e da seguridade social e aos valores

executados para o orçamento das estatais. A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista serem os últimos dados sobre execução disponibilizados pela RFB.

O valor global atualizado em 2022 do PPA para o período de quatro anos é de R$ 9,2 trilhões, sendo R$ 2,57 trilhões a previsão atualizada relativa ao exercício de 2022. O Gráfico 1 mostra os recursos do PPA 2020-2023 para o exercício de 2022. As colunas de valores apresentam os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados para os programas finalísticos, os programas de gestão e os totais do Plano. Conforme números apurados, o valor executado para 2022 foi de R$ 2,4 trilhões.

Gráfico 1 - Recursos por Tipo de Programa em 2022 (R$ bilhões)

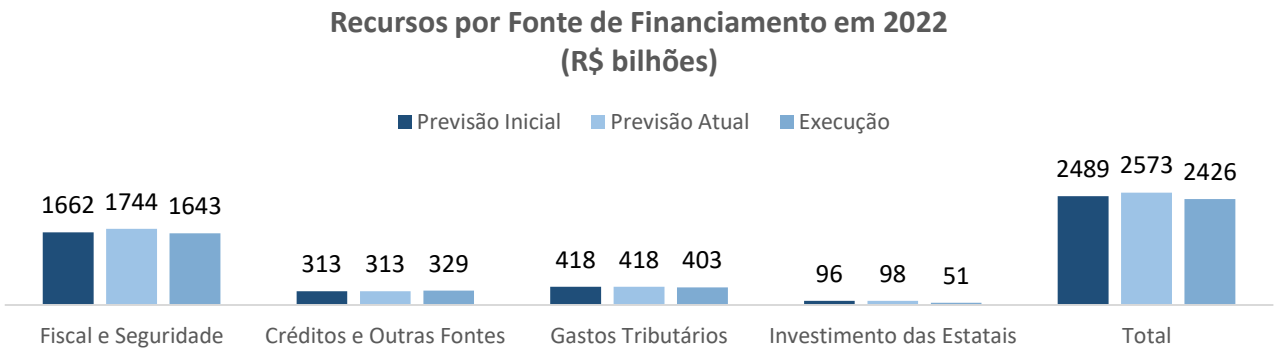


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 2 mostra o recorte dos recursos por fonte de financiamento. As colunas de valores apresentam os dados previstos iniciais, previstos atualizados e executados de 2022, organizados de forma detalhada pelos quatro grandes grupos de fontes de recursos: orçamento fiscal e da seguridade social, orçamento de investimentos das estatais, recursos não orçamentários de créditos e outras fontes e de gasto tributário.

Gráfico 2 - Recursos por Fonte de Financiamento em 2022 (R$ bilhões)

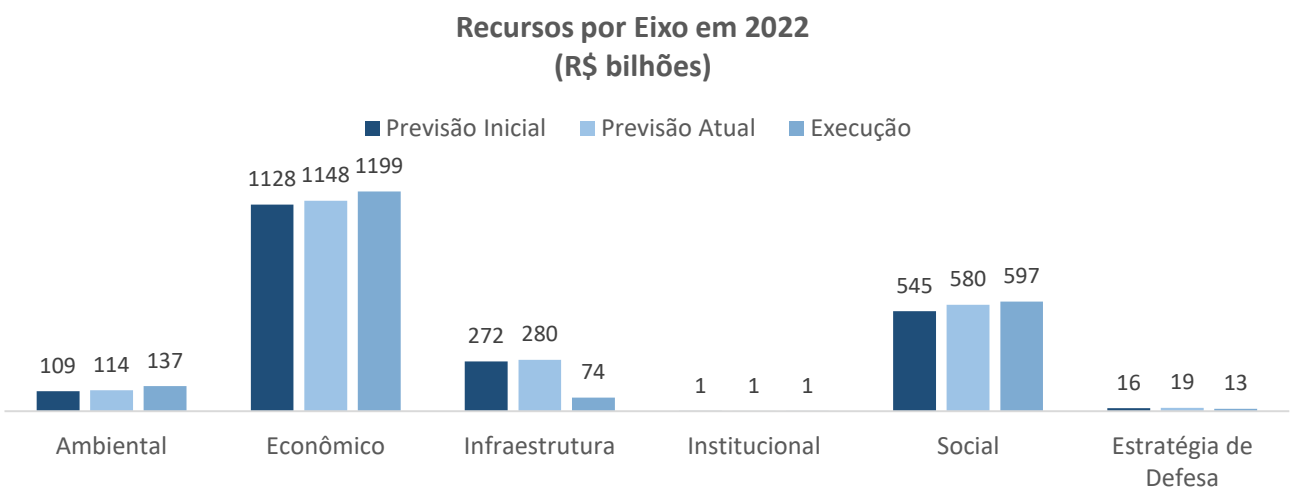


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 3 mostra os recursos orçamentários e extraorçamentários dos programas finalísticos por eixo do PPA 2020-2023. Em 2022, foram executados R$ 1,2 trilhão no eixo econômico e R$ 597 bilhões no eixo social.

Gráfico 3 - Recursos por Eixos em 2022 (R$ bilhões)

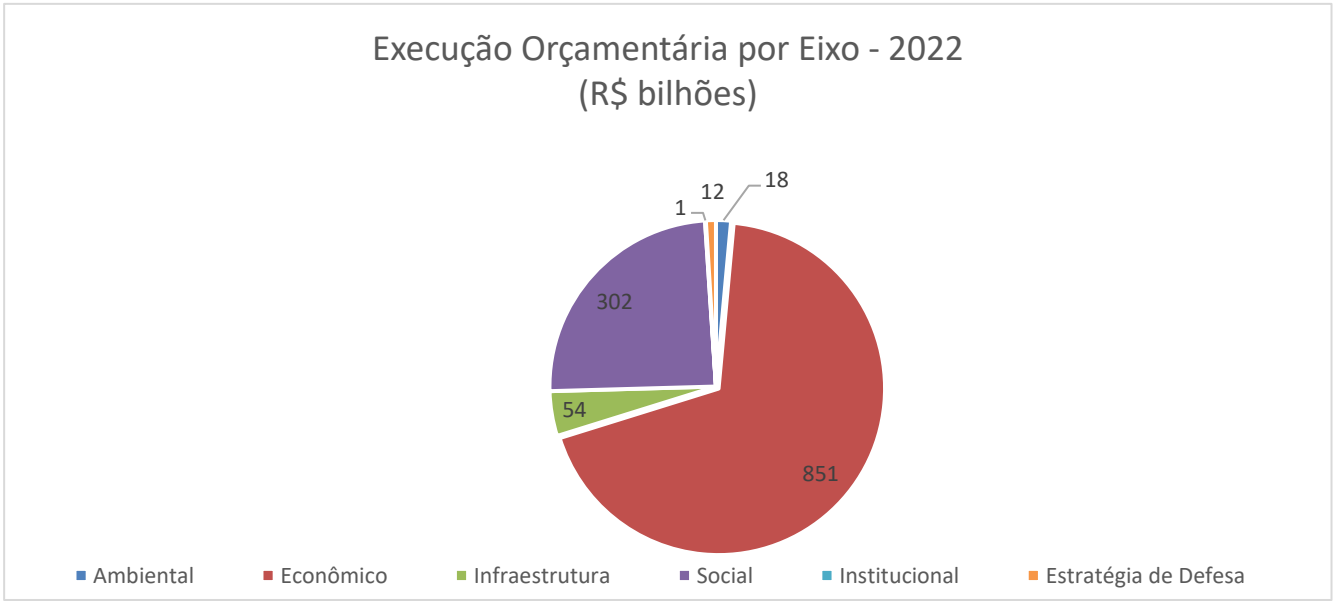


Nota: A previsão inicial corresponde à Lei do PPA e suas atualizações, a previsão atualizada considera créditos adicionais à LOA e valores atualizados de crédito pelas instituições financeiras e de gasto tributário pela RFB, e a execução significa valores liquidados e executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 4 mostra, por eixo, os recursos orçamentários executados pelos programas finalísticos em 2022, cujo valor total passou de R$ 1,2 trilhão. Destacam-se os eixos econômico, R$ 851 bilhões, e social, R$ 302 bilhões.

Gráfico 4 - Execução Orçamentária por Eixo (R$ bilhões)



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 5 destaca os valores executados relativos aos maiores programas finalísticos do PPA no ano de 2022 considerando recursos orçamentários e extraorçamentários. Pode-se observar que o valor executado em *Previdência Social* alcançou R$ 776 bilhões; *Moradia Digna* alcançou o valor de R$ 141 bilhões; e *Agropecuária Sustentável* R$ 134 bilhões.

Gráfico 5 - Execução por Maiores Programas (R$ bilhões)



Nota: Valores liquidados/executados dos orçamentos e valores estimados do gasto tributário.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 6 mostra os maiores programas finalísticos em termos de volume de execução orçamentária, explicitando os valores orçamentários no ano de 2022. Além da *Nova Previdência,* destacam-se os Programas *Promoção de Cidadania por meio do Auxílio Brasil e da Articulação de políticas Públicas, Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e Atenção Especializada à Saúde.*

Gráfico 6 - Execução Orçamentárias por Maiores Programas (R$ bilhões)

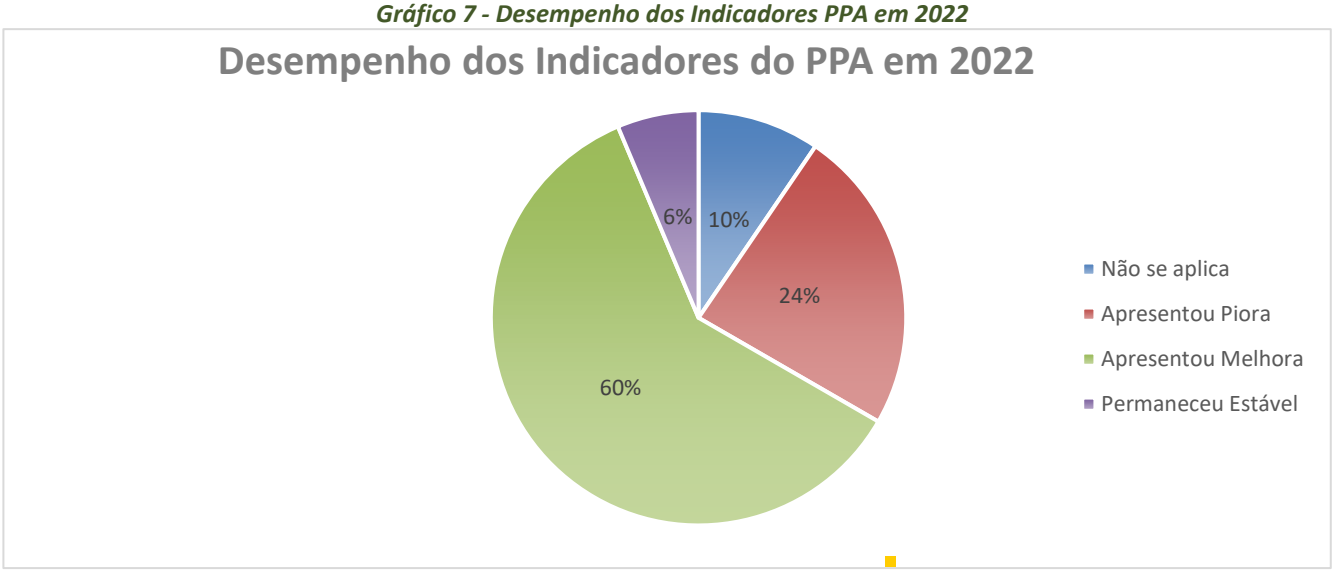


Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

Perfil da Evolução do Indicador do Programa

Relativamente ao desempenho dos indicadores dos Programas Finalísticos do PPA 2020-2023 no exercício de 2022, a análise dos resultados é mostrada de forma resumida no Gráfico 7. De um total de 63 indicadores, houve melhora em relação ao valor apurado em 2020 em 60%, enquanto outros 24% pioraram. Para outros 10%, esse conceito não se aplica, em especial por não ter havido coleta de dados durante o ano, pela inexistência de valor apurado em 2020, ou por ser de tipo neutro, ou seja, sem uma direção desejável identificada. Por fim, 6% se mantiveram estáveis, ou seja, sem alterações em relação ao valor apurado em 2020.

Gráfico 7 - Desempenho dos Indicadores PPA em 2022



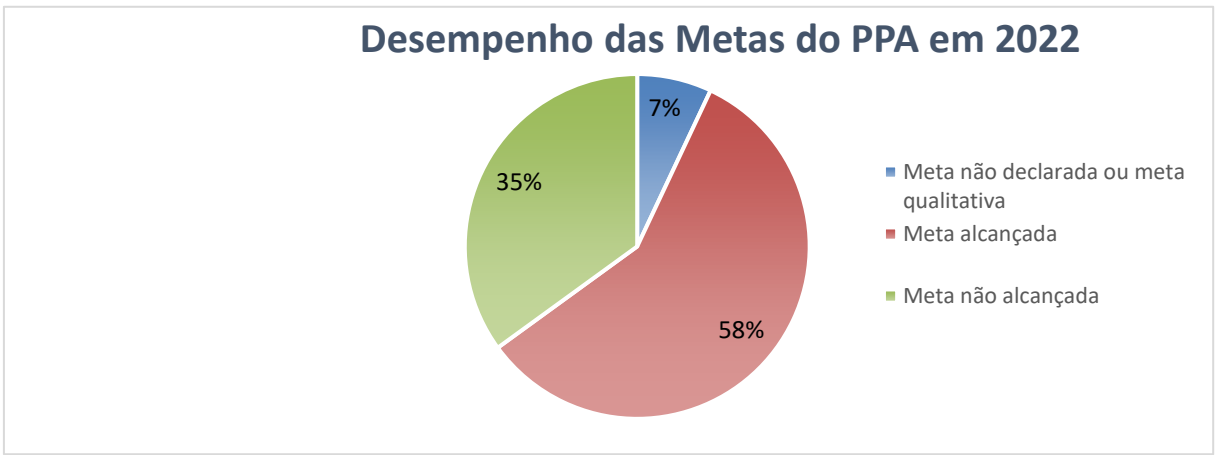
Nota: A classificação "Apresentou melhora" indica que o valor apurado do indicador apresentou alguma melhora em relação ao índice de referência (valor apurado em 2020), enquanto aclassificação "Apresentou piora" indica que houve alguma piora em relação ao índice de referência. A classificação "Não se aplica" indica que não houve coleta de dados no período do PPA, que o indicador não possui dados de referência ou que é do tipo neutro, sem uma direção desejável. A classificação "Permaneceu estável" indica que o valor apurado do indicador não sofreu alteração em relação ao índice de referência.

Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

Perfil da Evolução da Meta do Programa

Com relação a este terceiro ano de monitoramento do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 8 a seguir, verificou-se que 58% das metas tiveram seus valores previstos para o ano de 2022 alcançados, enquanto 35% das metas não atingiram o valor previsto. As Metas quantitativas representam 93% das Metas do PPA 2020-2023, sendo as demais, Metas qualitativas.

Gráfico 8 - Desempenho das Metas do PPA em 2022

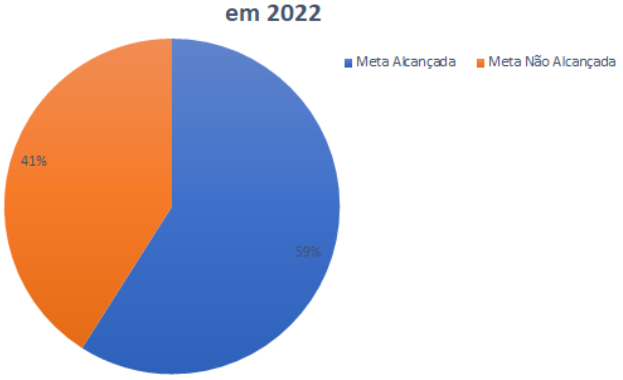


Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

Perfil da Evolução dos Resultados Intermediários do PPA

Com relação aos Resultados Intermediários do PPA 2020-2023, conforme ilustrado no Gráfico 9, verificou-se que 59% dos resultados intermediários tiveram seus valores previstos para o ano de 2022 alcançados, enquanto 41% não atingiram o valor previsto.

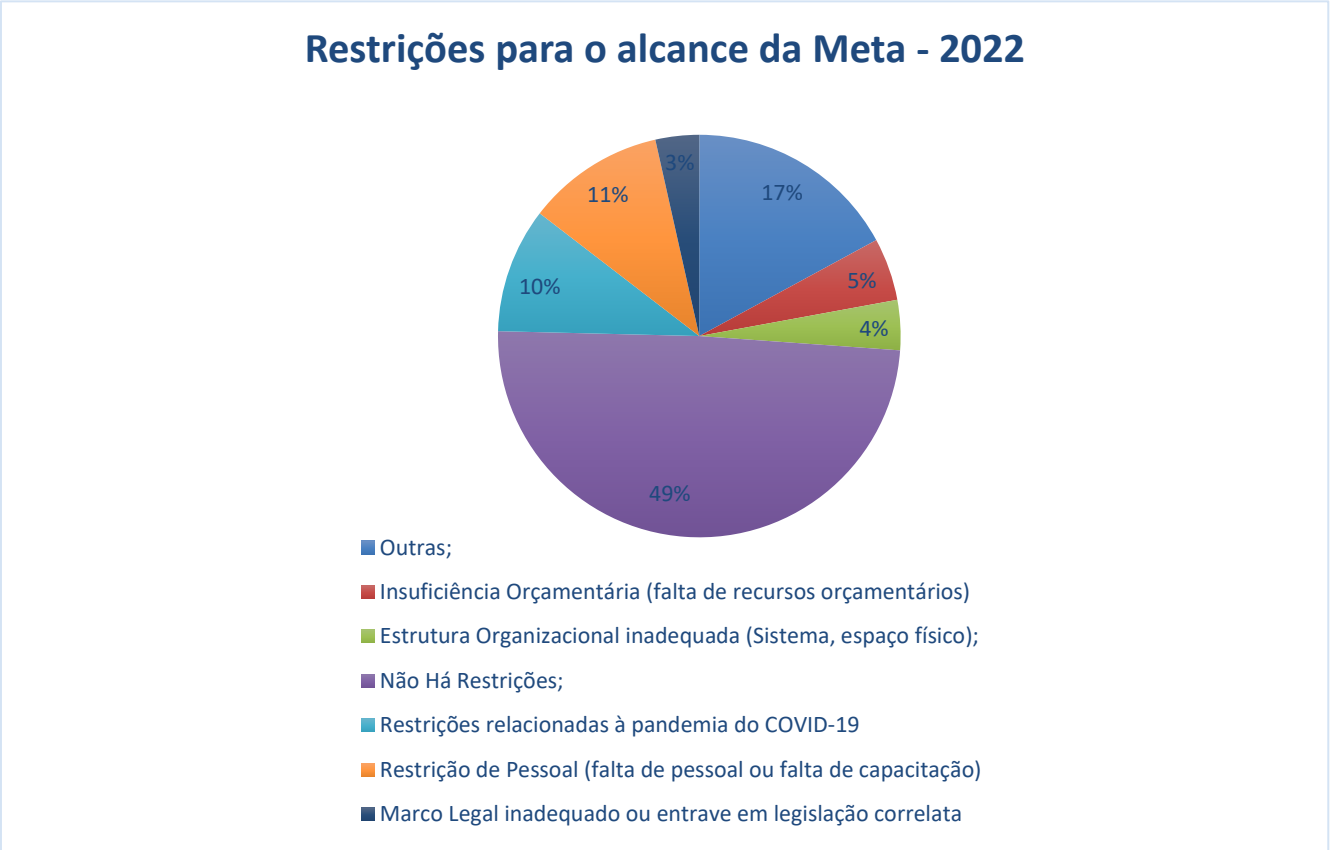
Gráfico 9 - Desempenho dos Resultados Intermediários do PPA em 2022



Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 10 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas do PPA 2020-2023. As duas principais restrições apontadas foram: restrições de pessoal (11%) e restrições relacionadas à pandemia do COVID-19 (10%). Ressalta-se que em 49% dos casos não houve restrições ao alcance da meta.

Gráfico 10 - Restrições para o alcance da Meta - 2022

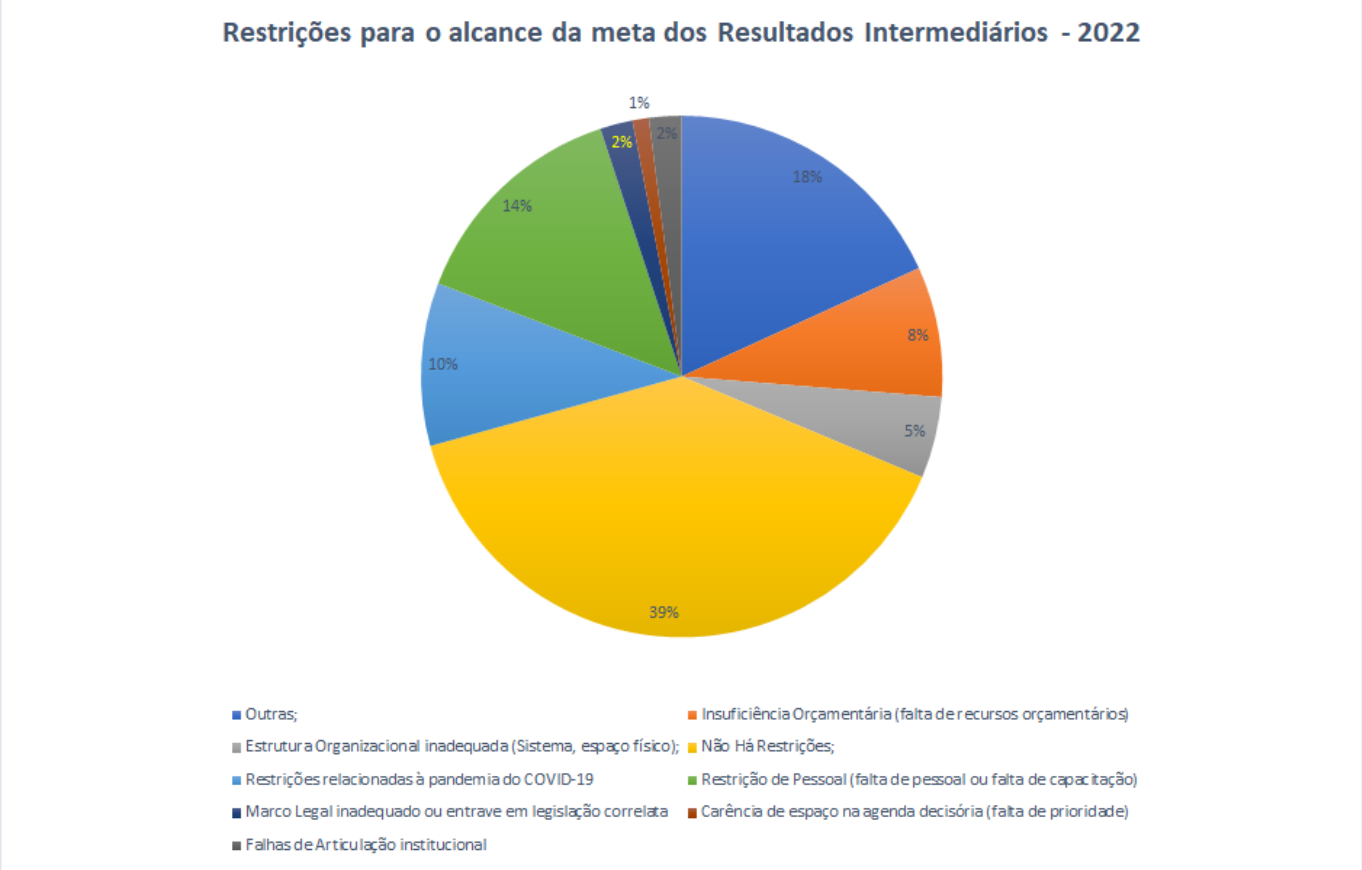


Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

O Gráfico 11 apresenta as restrições que impactam no alcance das metas de Resultados Intermediários do PPA2020-2023. Assim como na meta do programa, as duas principais restrições apontadas foram as relacionadas à pandemia da covid 19

e restrições de pessoal. Em 39% dos resultados intermediários não houve restrições para o alcance da meta prevista para 2022.

Gráfico 11 - Restrições para o alcance da meta dos Resultados Intermediários - 2022



Fonte: SIOP. Elaboração: SEPLAN/MPO.

Informações detalhadas sobre a situação de todos os programas finalísticos quanto ao alcance de seus objetivos, das metas dos programas e das metas dos resultados intermediários podem ser obtidas no Volume 1 que compõe este Relatório de Monitoramento do PPA 2020-2023 – ano base 2022.

DEMOSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS INVESTIMENTOS PLURIANUAIS – 2022(ART. 15, INCISO III, LEI13.971/2019)

PROJETO DE INVESTIMENTO	(PAGO +RAP PAGO) EM 2021	PREVISTO PPA ORIGINAL 2022	PLOA 2022	LOA 2022	DOTAÇÃO ATUAL 2022	EMPENHADO* 2022	LIQUIDADO 2022	PAGO 2022	PAGO+RAP PAGO EM 2022
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	***32,1***	***108,9***	***222,5***	***221,2***	***143,9***	***143,9***	***143,9***	***143,9***	***231,0***
SIRIUS - Construção de Fonte de Luz Síncrotron	*28,1*	*100,0*	*221,5*	*220,2*	*142,9*	*142,9*	*142,9*	*142,9*	*226,2*
Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano	*4,0*	*8,9*	*1,0*	*1,0*	*1,0*	*1,0*	*1,0*	*1,0*	*4,8*
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	***—***	***10,0***	***3,6***	***3,6***	***5,0***	***4,7***	***4,7***	***4,7***	***4,7***
Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados	—	*10,0*	*3,6*	*3,6*	*5,0*	*4,7*	*4,7*	*4,7*	*4,7*
MINISTÉRIO DA DEFESA*	***4.249,8***	***2.621,3***	***4.259,9***	***4.175,9***	***4.594,5***	***4.822,4***	***4.822,4***	***3.443,1***	***4.016,1***
Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nuclear	*1.499,2*	*706,1*	*1.033,3*	*1.033,3*	*1.235,6*	*1.291,1*	*1.291,1*	*962,5*	*1.064,3*
Programa Estratégico ASTROS 2020	*139,6*	*100,0*	*130,0*	*122,2*	*50,4*	*50,4*	*50,4*	*23,9*	*54,0*
Programa Estratégico do Exército Guarani	*530,1*	*356,7*	*683,5*	*642,5*	*789,4*	*789,4*	*789,4*	*408,0*	*499,9*
Programa Nuclear da Marinha	*197,8*	*300,0*	*400,0*	*398,2*	*370,6*	*371,1*	*371,1*	*266,5*	*374,3*
Projeto FX-2 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins	*1.454,6*	*677,8*	*1.213,2*	*1.213,2*	*1.455,8*	*1.609,9*	*1.609,9*	*1.353,4*	*1.407,3*
Projeto KC-390 - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares	*375,5*	*480,7*	*480,0*	*465,9*	*559,1*	*574,6*	*574,6*	*421,5*	*513,1*
Projeto KC-X - Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar	*53,1*	*0,0*	*320,0*	*300,8*	*133,7*	*135,8*	*135,8*	*7,3*	*103,2*
MINISTÉRIO DA SAÚDE	***157,3***	***183,2***	***337,5***	***337,82***	***302,82***	***302,5***	***302,5***	***199,3***	***337,0***
Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS	*10,4*	*28,8*	*195,5*	*195,82*	*160,82*	*160,5*	*160,5*	*131,2*	*210,1*
Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no RJ	*146,9*	*154,4*	*142,0*	*142,0*	*142,0*	*142,0*	*142,0*	*68,1*	*126,9*
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	***772,8***	***0,0***	***421,5***	***290,8***	***570,7***	***570,1***	***570,1***	***256,6***	***530,1***
Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano	*349,3*	*0,0*	*16,0*	*11,0*	*47,0*	*47,0*	*47,0*	*45,1*	*92,3*
Integração do Rio São Francisco (Eixo Leste)	*86,3*	*0,0*	*94,0*	*64,9*	*44,9*	*44,9*	*44,9*	*30,4*	*65,7*
Integração do Rio São Francisco (Eixo Norte)	*337,2*	*0,0*	*311,5*	*214,9*	*478,8*	*478,2*	*478,2*	*181,1*	*372,0*
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	***4,3***	***14,3***	***14,5***	***14,5***	***0,3***	***0,0***	***0,0***	***0,0***	***173,8***
Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS	*0,3*	*14,3*	*14,5*	*14,5*	*0,3*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*173,6*
Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses	*4,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,2*
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA	***1.034,6***	***968,0***	***3.572,8***	***3.540,5***	***3.696,4***	***3.809,7***	***3.881,7***	***2.609,0***	***3.381,4***
BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE	*93,0*	*100,0*	*40,5*	*55,2*	*107,8*	*107,8*	*107,8*	*41,0*	*83,5*
BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324	*89,0*	*140,0*	*51,3*	*64,6*	*3,6*	*3,6*	*3,6*	*1,8*	*24,6*
BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas	*77,2*	*120,0*	*107,0*	*98,0*	*122,5*	*122,5*	*122,5*	*65,4*	*123,5*
BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil	*31,0*	*0,0*	*10,5*	*9,2*	*19,1*	*19,1*	*91,1*	*8,9*	*19,4*
BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém	*26,2*	*50,0*	*11,9*	*25,3*	*8,7*	*8,7*	*8,7*	*5,5*	*9,5*
BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra	*57,0*	*20,0*	*8,3*	*17,2*	*25,6*	*25,6*	*25,6*	*25,3*	*26,0*

BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia	*4,0*	*20,0*	*10,3*	*9,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*0,0*	*3,1*
BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul	*79,4*	*70,0*	*76,0*	*102,6*	*69,9*	*69,9*	*69,9*	*41,4*	*89,4*
BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte	*48,9*	*0,0*	*0,0*	*10,0*	*60,4*	*60,4*	*60,4*	*20,0*	*53,6*
BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio do Sul	*99,6*	*100,0*	*84,9*	*81,0*	*69,5*	*69,5*	*69,5*	*10,2*	*27,9*
Ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus-Barreiras/BA)	*371,7*	*268,0*	*3.157,1*	*3.035,4*	*3.163,7*	*3.276,9*	*3.276,9*	*2.361,5*	*2.869,4*
Construção da Segunda Ponte - Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS	*15,8*	*30,0*	*1,0*	*0,9*	*0,9*	*0,9*	*0,9*	*0,0*	*3,7*
Porto de Pecém - Acesso Rodoviário - BR-222/CE	*41,7*	*50,0*	*13,9*	*32,1*	*44,9*	*44,9*	*44,9*	*28,1*	*47,7*
TOTAL DOS 30 PROJETOS*	***6.250,9***	***3.905,7***	***8.832,3***	***8.584,3***	***9.313,7***	***9.653,2***	***9.725,2***	***6.656,6***	***8.674,0***

Fonte: SIOP em 15/09/2023
** Devido a ajustes contábeis em razão da variação cambial, em alguns projetos do Ministério da Defesa o valor empenhado supera o da dotação atualizada.*

Volume I
Monitoramento dos Programas Finalísticos

Plano Plurianual 2020-2023

ANO-BASE 2022

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA: 0617 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS

Objetivo: 1246 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 0617 – Povos Indígenas tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida nos territórios indígenas, por meio da proteção e promoção de direitos sociais e culturais dessa população, assegurando o seu direito à cidadania, à conservação e à proteção do meio ambiente e da capacidade produtiva de suas terras ou territórios e recursos. As principais realizações em 2022 no âmbito das políticas que compõem o PPA foram aquelas relacionadas à execução da política de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais, com aporte de R$ 3.461.428,00, em razão do caráter universal da política, pela própria natureza dos Direitos Sociais. Considerando todo o período de vigência do PPA, entre janeiro de 2020 a dezembro de 2022, a Fundação já atendeu 658 Terras Indígenas do País, o que equivale a 88,5% do total de Terras. A fim de evitar duplicidade de contagem de Terras, informa-se que na apuração do cálculo do resultado cada Terra é contada uma única vez, independentemente da quantidade de políticas executadas naquela Terra. Política de Promoção ao Etnodesenvolvimento As ações desenvolvidas no âmbito da Política de Promoção ao Etnodesenvolvimento buscam promover a segurança e a soberania alimentar e nutricional, o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis e a melhoria das condições de acesso dos povos indígenas às economias de mercado e a geração de renda. Em 2022, a política apoiou tanto iniciativas diretas que proporcionaram o incremento da renda e o fornecimento de alimentação de qualidade aos povos indígenas, como também favoreceu discussões conceituais acerca do tema, que colaboraram para o fortalecimento de uma política de etnodesenvolvimento apoiada nos vários segmentos da sociedade. Dentre estas iniciativas destacam-se o fornecimento de maquinários para agricultura intensiva, visando o incremento da renda dos povos indígenas; a aproximação junto ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR visando à formulação de parceria para ofertar capacitação a indígenas em diversas áreas; entre outros. Até dezembro de 2022, a política atendeu 19,26% das terras indígenas. A maior parte dos atendimentos foi realizada na região Norte com 8,64% das terras atendidas. Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais A Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais tem por objetivo viabilizar ações de proteção, recuperação, conservação e uso sustentável dos recursos naturais existentes nas terras e territórios indígenas, essenciais à reprodução física e cultural das atuais e futuras gerações de povos indígenas, bem como o desenvolvimento de ações voltadas à participação indígena e da Funai em Comitês de Bacias Hidrográficas, em instâncias de resolução de conflitos com unidades de conservação; na formação de agentes ambientais indígenas; na elaboração de planos de gestão ambiental e territorial; entre outros. No acumulado até 2022, essa política alcançou 4,91% das terras Indígenas. A elaboração de Plano Anual de Ação - PAA ao final do ano de 2021 e do consequente recebimento de um volume considerável de formulários de Planos Anuais de Trabalho (PATs) das Coordenações Regionais (CRs) em 2022, teve como resultado um impacto positivo na implementação da política, visto que possibilitou um planejamento mais eficiente e, por conseguinte, a melhoria da capacidade de execução pelas unidades descentralizadas. Outro fator que contribuiu para o alcance do resultado foi o aporte de recursos externos advindos de acordos e projetos de cooperação, como o BRA PNGATI 13/019, cujo valor liquidado em 2022 foi mais de R$ 3 milhões. Política de Proteção Territorial de Terras Indígenas A Política de Proteção Territorial de Terras Indígenas emprega esforços no combate às invasões, ao desmatamento e à degradação ambiental. O combate aos ilícitos ambientais, coadunados com ações de prevenção, contribuem para a manutenção dos benefícios ambientais, sociais e econômicos advindos dos serviços ambientais proporcionados por ecossistemas conservados. No exercício de 2022, a política atingiu 92,07% da meta estabelecida para o período, e aproximadamente 185 terras indígenas foram atendidas com alguma ação de proteção territorial. Dentre as ações realizadas no exercício destaca-se o desenvolvimento do Projeto Estratégico “Rede de Proteção Territorial e Ambiental de Terras Indígenas”, com a utilização do Centro de

Monitoramento Remoto - CMR, visando ao estabelecimento de uma rede de órgãos e instituições federais e estaduais com a utilização da infraestrutura do CMR de forma a gerar respostas mais rápidas e adequadas às ameaças contra os territórios indígenas localizados na Amazônia Legal. Política de Proteção e Promoção dos Direitos dos Índios Isolados e de Recente Contato A Política tem como objetivo a proteção dos territórios ocupados por grupos indígenas isolados e de recente contato, visando proteger seu modo de vida, por meio da elaboração de propostas de restrições de uso, regularização fundiária e realização de atividades contínuas de fiscalização e monitoramento territorial. Entre as ações realizadas ocorreram: proteção territorial; implementação de barreiras sanitárias; controle do ingresso em terra indígena com povos isolados; e expedição de campo com o objetivo de qualificar informação sobre presença de povo indígena isolado. No ano de 2022, a Funai alcançou a meta estabelecida para o período e o resultado acumulado da referida meta foi de 4%. Política de Promoção da Cidadania A Política de Promoção da Cidadania visa apoiar, qualificar e acompanhar políticas, programas e ações referentes às dimensões de gênero e intergeracional, promovendo e protegendo os direitos das mulheres, da criança, da juventude e da velhice indígena, em especial a participação, acompanhar e subsidiar tecnicamente os processos educativos comunitários tradicionais indígenas que valorizem seus conhecimentos, saberes e práticas tradicionais, assim como memórias, línguas, culturas e identidades dos diversos povos indígenas no Brasil. Em 2022 a política atingiu 5,45% das terras indígenas, por meio de ações como: diagnóstico da educação escolar indígena; autorização para construção de escola; projeto de revitalização de línguas; festival de cinema e cultura indígena; acompanhamento de guarda; encontro de mulheres indígenas; formação de professores; entre outros. As regiões com maior atendimento foram Norte e Nordeste. Política de Promoção e Proteção dos Direitos Sociais A Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos três poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social, visando à qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário (como aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio-doença) e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas. Até o momento, a principal ação da política no período do Plano Plurianual 2020-2023 tem sido a distribuição de cestas de alimentos e kits de higiene, em atendimento a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)/709. No exercício de 2022 foram atendidas 203 terras indígenas com a distribuição de 177.195 cestas básicas no âmbito da Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais.

Meta: 0525 - Atender 100% das Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 55
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 88,58
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	18,21	31/12/2022	Goias 0,63% Mato Grosso do Sul 4,09% Mato Grosso 13,491%
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	15,39	31/12/2022	Alagoas 1,65% Bahia 3,56% Ceara 1,425% Maranhão 3,883% Paraíba 1,182% Pernambuco3,04% Sergipe 0,675%
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	40,69	31/12/2022	Acre 3,86% Amazonas 17,7% Amapá 0,74% Pará 7,84% Rondônia 4,53 % Roraima 4,005% Tocantins 2,015%
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	5,7	31/12/2022	São Paulo 3,49% Rio de Janeiro 0,21% Espirito Santo 0,725% Minas Gerais 1,275 %
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	8,59	31/12/2022	Paraná 2,81% Rio Grande do Sul 3,415% Santa Catarina 2,365 %

Indicador: 8760 - Índice de Atuação em Terras Indígenas

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 88,58
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0285 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de promoção ao etnodesenvolvimento.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados ao etnodesenvolvimento.
Meta prevista para 2020: 10
Meta prevista para 2021: 15
Meta prevista para 2022: 18
Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19,26
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os projetos desenvolvidos no âmbito da Política de Promoção ao Etnodesenvolvimento contribuíram para o incremento da renda e do incremento da segurança e soberania alimentar e nutricional. As ações implementadas envolveram aproximadamente 121 mil famílias indígenas, com iniciativas de agricultura (174 projetos), pecuária (14 projetos), artesanato (20 projetos) e extrativismo (73 projetos). Estão em andamento interlocuções com vistas a firmar instrumentos de cooperação com Comissão de Valores Mobiliários e Ministério do Turismo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	4,55	31/12/2022	Goiás: 0,2%; Mato Grosso do Sul: 1,35%; Mato Grosso: 3%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	3	31/12/2022	Alagoas: 0,3%; Bahia: 0,9 %; Maranhão: 0,6%; Paraíba: 0,2% Pernanbuco: 0,8%	Não informado

							Sergipe: 0,2%	
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	8,64	31/12/2022	Acre:1,1%; Amazonas: 3,7%; Amapá: 0,1%; Pará:1,6%; Rondônia: 1,1%; Roraima: 0,2%; Tocantins: 0,84%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1,13	31/12/2022	São Paulo: 0,80% Minas Gerais : 0,33%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	1,94	31/12/2022	Paraná: 0,87% Rio Grande do Sul: 0,13% Santa Catarina: 0,94%	Não informado

Resultado Intermediário: 0286 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de gestão sustentável dos recursos naturais

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,91
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No acumulado até 2022, essa política alcançou 4,91% das terras Indígenas. A elaboração de Plano Anual de Ação - PAA ao final do ano de 2021 e do consequente recebimento de um volume considerável de formulários de Planos Anuais de Trabalho (PATs) das Coordenações Regionais (CRs) em 2022, teve como resultado um impacto positivo na implementação da política, visto que possibilitou um planejamento mais eficiente e, por conseguinte, a melhoria da capacidade de execução pelas unidades descentralizadas.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,88	31/12/2022	Mato Grosso: 0,341% Mato Grosso do Sul: 0,54%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	0,91	31/12/2022	Alagoas: 0.15% ; Bahia: 0.405%; Maranhão: 0,043%; Paraíba: 0,182%; Sergipe: 0,13%, Pernambuco: 0,13%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	1,16	31/12/2022	Acre: 0,43% ; Amazonas: 0,32%; Amapá: 0,29%; Pará: 0,02% ; Rondônia: 0,06%; Roraima: 0,02% ; Tocantins: 0,02%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1,57	31/12/2022	São Paulo: 0,69% Rio de Janeiro: 0,21% Espiríto Santo: 0,60 % Minas Gerais : 0,07%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	0,39	31/12/2022	Paraná: 0,39%	Não informado

Resultado Intermediário: 0287 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de proteção territorial

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção territorial.
Meta prevista para 2020: 15

Meta prevista para 2021: 20
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24,86
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2022 foram empregados esforços no sentido de combater as invasões, ao desmatamento e à degradação ambiental. Nesse sentido, foram atendidas aproximadamente 185 terras indígenas com alguma ação de proteção territorial.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Em 2022 o resultado alcançado foi de 92,07% da meta prevista para o período. O não atingimento de 100% da meta se deu, principalmente, devido a escassez de pessoal para atuar em áreas inacessíveis das terras indígenas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Visando o atingimento da meta no próximo ano, a Funai tem trabalhado no sentido de desenvolver ações voltadas para: - a recomposição e redistribuição da sua força de trabalho; - a regulamentação do poder de polícia no campo da proteção territorial; - o estabelecimento de parcerias com outros órgãos para potencializar as ações de proteção territorial das áreas críticas; e - o estabelecimento estratégia para funcionamento dom CMR no médio prazo.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	4,25	31/12/2022	Goiás: 0,4%; Mato Grosso: 3,85%;	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	6,5	31/12/2022	Alagoas: 0,8% Bahia: 1,5% Ceará: 0,3% Maranhão: 2,24% Paraíba: 0,3% Pernambuco: 1,06% Sergipe: 0,3%	Não informado
Territórios Indígenas do	-	-	-	-	11,29	31/12/2022	Acre: 0,5%; Amazonas: 5,02%;	Não informado

Norte							Amapá: 0,3 % Pará: 1,64% Rondônia: 1,7% Roraima: 1,5%; Tocantins: 0,63%	
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	0,75	31/12/2022	São Paulo: 0,625%; Minas Gerais: 0,125%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	2,04	31/12/2022	Paraná: 0,67% Rio Grande do Sul: 0,60% Santa Catarina: 0,8%	Não informado

Resultado Intermediário: 0288 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Direitos dos Povos indígenas Isolados e de Recente contato

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato.
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4,12
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: -
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,3	31/12/2022	Mato Grosso: 0,30%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	0,5	31/12/2022	Maranhão: 0,5%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	3,22	31/12/2022	Acre: 0,94 % Pará: 1,21 % Rondônia: 0,54 % Amazonas: 0,4% Roraima: 0,13%	Não informado

Resultado Intermediário: 0289 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Cidadania

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígenas com ações ou projetos voltados à promoção da cidadania.
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5,45
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022 a política atingiu 5,45% das terras indígenas, por meio de ações como: diagnóstico da educação escolar indígena; autorização para construção de escola; projeto de revitalização de línguas; festival de cinema e cultura indígena; acompanhamento de guarda; encontro de mulheres indígenas; formação de professores; entre outros. As regiões com maior atendimento foram Norte e Nordeste. Em 2022 foi dado continuidade ao processo de diálogo no sentido de firmar parcerias com instituições de ensino, Iphan, FNDE e no âmbito do grupo de trabalho do Século das Línguas Indígenas. Com o arrefecimento da pandemia de Covid-19, foi retomado o apoio a assembleias de mulheres, rituais, processos educativos comunitários e outras atividades propostas pelas comunidades.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	0,6	31/12/2022	Goiás: 0,03%; Mato Grosso:0,57%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	2,1	31/12/2022	Ceará: 0,125% Maranhão: 0,5% Alagoas: 0,375% Segipe: 0,175% Pernambuco: 0,55% Bahia:0,375%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	1,25	31/12/2022	Amazonas: 0,28% Amapá: 0,05% Pará: 0,61% Roraima: 0,025% Tocantins:0,025% Acre: 0,26%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1	31/12/2022	Minas Gerais: 0,125% São Paulo: 0,875%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	0,5	31/12/2022	Santa Catarina: 0,125% Paraná: 0,25% Rio Grande do Sul: 0,125%	Não informado

Resultado Intermediário: 0290 - Atendimento da população indígena nacional em projetos de Direitos Sociais

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de atuação em Terras Indígena com ações ou projetos voltados à proteção e à promoção dos direitos sociais.
Meta prevista para 2020: 25
Meta prevista para 2021: 27
Meta prevista para 2022: 28
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 30,02
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais consiste na articulação e execução de projetos e ações com os órgãos dos três poderes e instituições do Sistema Único de Assistência Social, visando à qualificação do atendimento socioassistencial e previdenciário (como aposentadoria rural, salário maternidade e auxílio-doença) e a promoção da acessibilidade aos programas de transferência de renda, considerando as especificidades dos povos indígenas. Até o momento, a principal ação da política no período do Plano Plurianual 2020-2023 tem sido a distribuição de cestas de alimentos e kits de higiene, em atendimento a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)/709. No exercício de 2022 foram atendidas 203 terras indígenas com a distribuição de 177.195 cestas básicas no âmbito da Política de Promoção e Promoção e Proteção dos Direitos Sociais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Territórios Indígenas do Centro-Oeste	-	-	-	-	7,63	31/12/2022	Mato Grosso do Sul: 2,2% Mato Grosso: 5,43%	Não informado
Territórios Indígenas do Nordeste	-	-	-	-	2,38	31/12/2022	Ceará: 1 % Paraíba: 0,5% Bahia: 0,38% Pernambuco: 0,5%	Não informado
Territórios Indígenas do Norte	-	-	-	-	15,13	31/12/2022	Acre: 0,63%; Amazonas: 7,98%; Pará: 2,76%; Rondônia: 1,13%; Roraima: 2,13%; Tocantins: 0,5%	Não informado
Territórios Indígenas do Sudeste	-	-	-	-	1,25	31/12/2022	São Paulo: 0,5% Minas Gerais: 0,625% Espírito Santo: 0,125%	Não informado
Territórios Indígenas do Sul	-	-	-	-	3,63	31/12/2022	Paraná: 0,63% Santa Catarina:0,5% Rio Grande do Sul: 2,5%	Não informado

PROGRAMA: 1031 - AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Objetivo: 1203 - Promover o desenvolvimento da agropecuária sustentável, da pesca artesanal e da aquicultura familiar.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Agropecuária Sustentável propõe o conceito da sustentabilidade como ponto central de interferência nas cadeias produtivas do agronegócio, ao apoiar o produtor rural na implementação de boas práticas de produção da agricultura, como forma de manter a capacidade produtiva dos ecossistemas e obter a preservação da qualidade ambiental, do solo, da água e da biodiversidade da flora e fauna, no sentido de construir maior resiliência dos sistemas de produção e atender às necessidades das gerações futuras. Para medir o alcance do Objetivo do Programa, foram determinadas metas a serem aferidas pelo indicador "Índice de Sustentabilidade da Agropecuária" (ISA), composto pelas seguintes dimensões: "Crescimento da Produtividade" (DCP), "Adequação Ambiental" (DAA) e "Sistemas de Produção e Acesso a Mercados" (DSM). As três dimensões se referem ao tripé da sustentabilidade, com resultados nas áreas ambiental, social e econômica. A Dimensão Crescimento da Produtividade (DCP) mensura a quantidade de culturas (considerando grãos, cana-de-açúcar e café) com avanços de produtividade observados em relação ao ano anterior, utilizando os valores da produtividade em séries históricas publicadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). A Dimensão de Adequação Ambiental (DAA) visa mensurar a implementação da política de regularização ambiental de imóveis rurais, conforme previsto na Lei nº 12.651/2012 - Código Florestal. Para tal, computa os resultados relacionados ao avanço na análise dos cadastros de imóveis inscritos no Cadastro Ambiental Rural (CAR) em relação ao total de imóveis inscritos, assim como a área de imóveis com processos de regularização ambiental concluída, em relação à área de imóveis rurais do Cadastro que sofreram qualquer tipo de análise ambiental. A terceira e última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso à Mercados (DSM), mensura o avanço relacionado à adoção de sistemas produtivos mais sustentáveis e à facilitação de acesso a mercados específicos, e é composta pelos componentes: Área sob uso de Sistema de Plantio Direto (SPD); Área de Florestas Plantadas (FP); Área de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF); Municípios com financiamentos do Programa ABC (NMABC); Área de Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD); e, Produtores orgânicos inscritos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO). Exceto a ação relacionada ao CNPO, as outras integram o Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para a Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC. As ações que integram o Plano ABC – preconizado na Política Nacional sobre Mudanças do Clima (PNMC) e a ação relacionada ao CNPO têm como objetivos melhorar a eficiência no uso de recursos naturais, fortalecer a renda do produtor rural e aumentar a resiliência de sistemas produtivos e de comunidades rurais, possibilitando a adaptação do setor agropecuário às mudanças climáticas, com vistas a promover a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) na agricultura. O ISA atingiu em 2022 o valor de 69,01%, suplantando a meta anual prevista de 48%. Todas as dimensões que compõem o Índice obtiveram rendimento acima de suas metas anuais (50%, 25% e 69%), com resultados alcançados de 70,59%, 27,37% e 109,07%, para o DCP, DAA e DSM, respectivamente. A DCP obteve resultado de 70,59%, sendo que os produtos agrícolas que tiveram crescimento de produtividade entre as safras 2020/2021 e 2021/2022 foram o amendoim, aveia, canola, centeio, cevada, feijão, mamona, milho, sorgo, trigo, triticale e o café. Os demais produtos (algodão em caroço, arroz, girassol, soja e cana-de-açúcar) tiveram redução na produtividade no período. A soja obteve a maior queda na produtividade (-14,18%) entre os produtos observados. A principal causa apontada foram os efeitos da seca, que atingiu fortemente os estados do Sul do país e Mato Grosso do Sul. A DAA excedeu a meta prevista, obtendo resultado de 27,37%, observando-se a tendência positiva dos últimos dois anos. O resultado alcançado em 2022 demonstra os avanços conseguidos para o aumento da quantidade de cadastros rurais analisados durante o ano. Todavia, ainda há alguns desafios a serem superados, tais como: as particularidades regionais do país; a falta de conhecimento dos proprietários e possuidores acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios (que se traduz em resistência do público-alvo); a necessidade de capacitação e apoio aos proprietários e possuidores para os procedimentos de retificação do cadastro conforme a realidade do imóvel rural; capacitação continuada dos técnicos dos órgãos estaduais, dentre outras. A última Dimensão, de Sistemas de Produção e Acesso a Mercados (DSM), que se refere em quase sua totalidade ao Plano Setorial para a Adaptação

à Mudança Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária (Plano ABC+), obteve o excelente resultado de 109,07% para o ano, puxado, principalmente, pelo componente ILPF (Integração Lavoura Pecuária Floresta), mesmo impactado negativamente pela pandemia do Covid-19 e, também, pelo aumento de cerca de 27% na taxa de juros mínima e de 22% na taxa máxima da linha de crédito Programa ABC+. As demais linhas do Programa, Sistema de Plantio Direto (SPD, Florestas Plantadas - FP e Recuperação de Pastagens Degradadas - RPD, mantiveram ritmo crescente de desempenho, contribuindo para o resultado final da Dimensão DSM do ISA. Em relação ao número total de municípios que aderiram e fazem uso das tecnologias preconizadas no Plano ABC+ (período 2020-2030), o resultado em 2022 alcançou 3.090 municípios (1,77% maior que 2021), mantendo o crescimento anual, apesar dos efeitos da Pandemia, bem como as crises econômica e financeira que afetaram os preços dos insumos da produção agropecuária. Restrições fundiárias, restrições de acesso a crédito, restrições de logística (seja de insumos ou de bens produzidos) em diversas regiões do país e restrições derivadas da seca no Nordeste, são ainda alguns dos entraves para a obtenção de melhores resultados da Política. Sobre o último componente da Dimensão DSM, "Número de Produtores Orgânicos Cadastrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO)", o resultado obtido em 2022 de 24.205 produtores, representa um decréscimo de 9,08% comparativamente ao ano de 2021. Os efeitos da Pandemia do COVID-19, aliados aos impactos da crise econômica sobre os empreendimentos agropecuários, notadamente em relação à comercialização de seus produtos, assim como a paridade entre o Real e o Dólar, privilegiando a exportação em detrimento do mercado interno, pode explicar a debandada de alguns produtores orgânicos da atividade durante o ano de 2022. Outros resultados relevantes obtidos no âmbito do Programa podem ser destacados a seguir. Houve crescimento de 20,40% no valor das contratações do crédito rural em 2022, bem acima da meta de 6,2%, prevista com base nos resultados dos últimos 5 anos. Tal performance deveu-se, principalmente, pela grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano, conjugada com aumentos dos custos de produção. Entretanto, a limitação dos recursos disponibilizados para equalização da taxa de juros pelo Tesouro Nacional, fez com que os recursos tivessem sido utilizados imediatamente após o início de um novo Ano Safra, esgotando rapidamente a capacidade de atendimento de todas as demandas do setor. Relativamente ao Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC), em 2022 obteve-se resultado acima do esperado - estudos realizados para sete culturas, contra cinco previstas - resultante da continuidade do convênio de Cooperação Técnica entre o Banco Central do Brasil e a Embrapa, o que possibilitou a realização de mais dois estudos, apesar da dotação orçamentária inicialmente prevista para dois estudos, somente. O Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), levando-se em consideração os valores globais subvencionados em 2022 na ordem de R$ 1,1 bilhões, beneficiou 78,6 mil produtores rurais, proporcionando a cobertura securitária para 7,3 milhões de hectares, garantindo capitais em torno de R$ 43,9 bilhões. O crescimento significativo do valor médio da importância segurada das apólices de seguro rural em 2022, consequência da elevação dos preços das principais atividades que impactam no dispêndio do Programa, tais como o milho, soja e trigo, assim como a alta sinistralidade observada nas últimas safras, fez com que as seguradoras ajustassem as taxas de prêmio, o que na prática também contribuiu para aumentar o valor médio das apólices, refletindo no índice apurado de 5,31% em 2022, bem aquém em relação aos dois anos anteriores. O agronegócio representou 47,6% das exportações totais brasileiras em 2022. As exportações do agronegócio registraram o valor recorde de US $159,09 bilhões, ou seja, 32% a mais do que em 2021, crescimento esse ocorrido em função da alta do índice de preços dos produtos (+22,1%) e do crescimento do volume embarcado (+8,1%). Contribuíram para o resultado os seguintes produtos: cereais, farinhas e preparações; as carnes; o complexo soja; produtos florestais; e o complexo sucroalcooleiro. Esses cinco setores foram responsáveis por 87,7% das vendas externas de produtos do agronegócio. Ademais, o saldo de US $141,85 bilhões da balança comercial do agronegócio, contribuiu para o superávit total de US $61,76 bilhões na balança comercial brasileira, em 2022. Por fim, no âmbito das políticas de atendimento social e de incentivo à agricultura familiar, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade "Compra com Doação Simultânea" (CDS), proporcionou a entrega de 16 mil toneladas de alimentos em 2022. Além disso, a ação de distribuição de cestas de alimentos entregou mais de 25,8 mil toneladas de alimentos, distribuídos em cerca de 1,2 milhão de cestas, para aproximadamente 245 mil famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, disponibilizadas para indígenas (1.160.902 cestas para 233.117 famílias); e 12.170 cestas distribuídas para pessoas nos estados do Espírito Santo, Maranhão, Pará e Pernambuco.

Meta: 0513 - Elevar de 29,5% para 59% o Índice de Sustentabilidade da Agropecuária.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual

Linha de base: 29,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 32
Meta prevista para 2021: 39
Meta prevista para 2022: 48
Meta prevista para 2023: 59

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 69,01
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A adoção das tecnologias do Plano ABC depende apenas da escolha do produtor. Essa decisão pode estar em embasada em: aspectos econômicos, sociais, políticos ou ambientais, tais como: decisões políticas em nível local (planos estaduais mais atrativos); concorrência de linhas de crédito com condições melhores que as oferecidas pelo Plano ABC; direcionamentos por agentes bancários para a escolha de outra linha de crédito; condições climáticas podem favorecer a demanda por crédito em uma região em detrimento de outra, fazendo com que as metas propostas se tornem mera expectativa ao invés de metas objetivas; metodologia de transferência de tecnologia se dá por meio de universidades, institutos federais, entre outras instituições de pesquisa, assim a governança do MAPA no alcance de metas propostas se torna baixa; diferenças edafoclimáticas relevantes entre as várias regiões do país podem dificultar a implantação das tecnologias do Plano ABC, fazendo com que algumas regiões sejam adequadas e outras não; impossibilidade de prever a adoção do Plano ABC, sendo que, historicamente, há alternância entre as regiões, não havendo uma métrica linear a ser seguida. Assim, as ações praticadas no âmbito do Programa ABC não possuem um impacto direto na adoção das tecnologias do Plano, via Programa ABC, pelo produtor rural, que se refletiria nos indicadores: número de municípios com ABC e área das tecnologias mencionadas no PPA. Ela tem um impacto indireto, mas o grau deste varia em virtude dos pontos levantados acima.

Indicador: 8710 - Índice de Sustentabilidade da Agropecuária

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 29,54
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 69,01
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0201 - Ampliar a utilização das tecnologias do Plano ABC+ nos municípios do Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 2.930
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Municípios com Tecnologias do Plano ABC+ financiadas.
Meta prevista para 2020: 2.989
Meta prevista para 2021: 3.050
Meta prevista para 2022: 3.110
Meta prevista para 2023: 3.170

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.090
Data do valor apurado: 19/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O desempenho foi impactado, principalmente, ao aumento de cerca de 27% na taxa de juros mínima e de cerca de 22% na máxima da linha de crédito Programa ABC+. Adicionalmente, a existência de outras linhas de crédito do plano safra que competem com o Programa ABC+, seja na taxa de juros, nos prazos de carência e de pagamento, nos itens financiáveis, na questão documental (desobrigação de projeto), da participação do crédito rural oficial no financiamento da produção agropecuária brasileira, etc, comprometem o seu desempenho. Outro ponto que também contribui de forma negativa para este fim é a suspensão do protocolo no BNDES de pedidos de financiamento, que já vem ocorrendo em alguns anos anteriores e voltou a ocorrer no ano de 2022 (suspensão em agosto de 2022), tendo em vista o exposto a seguir, nos termos da própria comunicação do BNDES: "...em razão do nível de comprometimento dos recursos disponíveis no aludido Programa, para o Ano Agrícola 2022/2023." Outros pontos a serem superados seriam: restrições fundiárias, restrições de acesso a crédito, restrições de logística (seja de insumos, seja de bens produzidos) em diversas regiões do país e restrições derivadas da seca no Nordeste; além da necessidade de criação/disseminação de tecnologias que proporcionem o avanço das tecnologias do Plano ABC na Caatinga, todas afetam negativamente o avanço do Plano ABC no Brasil.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Recursos orçamentários que são utilizados para a equalização dos juros dos financiamentos realizados via a linha de crédito do Programa ABC+ foram travados logo que iniciado o atual plano-safra, 2022-23, em virtude do comprometimento total dos recursos. Conforme comunicados exarados pelo BNDES --> https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/programa-abc (circulares e avisos). Falta de recursos disponíveis na LOA para a ação orçamentária 8593. O comprometimento dos recursos nesta ação, prejudica a realização de ações de fomento para disseminação das tecnologias e para a articulação com entidades do setor rural estadual ou afins ao tema que contribuam para o fortalecimento e disseminação desta política

pública no Estado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Providências a cargo de outra secretaria deste Ministério, a Secretaria de Política Agrícola - SPA.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Insuficiência de recursos humanos (técnico e administrativo) na sede e nas SFAs para o fortalecimento das ações de fomento desta política pública nos Estados. As Divisões de Desenvolvimento Rural (DDRs) das Superintendências Federais de Agricultura e Pecuária (SFAs) respondem por diversos temas de várias secretarias do MAPA e, assim, são os executores "na ponta" de inúmeras políticas públicas oriundas destas secretarias.
Providências implementadas para a superação da restrição: Providências a cargo da esfera de gestão deste Ministério.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	432	19/01/2023	1 município a mais do que o informado em dez/2021, tendo em vista as explicações contidas na página do resultado intermediário. Em que pese 92,5% dos municípios desta região já possuírem financiamento com as tecnologias do ABC+, via Programa ABC+, sua linha de crédito oficial.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	405	19/01/2023	A região alcançou 22,6% dos municípios da região, ao atingir um montante de 405 municípios diferentes com financiamentos das tecnologias do ABC+, via Programa ABC+. Aumento de 15 municípios em relação ao período anterior, dez/2021.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	299	19/01/2023	2 municípios a mais do que o informado em dez/21,tendo em vista as explicações contidas na página do resultado intermediário. em que pese 66,4% dos municípios desta região já possuírem financiamentos com as tecnologias do ABC+, via Programa ABC+.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.212	19/01/2023	24 municípios a mais do que o informado em dez21. O valor alcançado de 1.212 municípios representa 72,7% dos municípios desta região com financiamentos das tecnologias do ABC+, via Programa ABC.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	742	19/01/2023	A região alcançou 66,4% dos municípios da região, ao atingir um montante de 742 municípios diferentes com financiamentos das tecnologias do ABC+, via Programa ABC+.	Não informado

Resultado Intermediário: 0202 - Ampliar a oferta de serviços de ATER aos agricultores familiares, médios produtores, técnicos agrícolas e outros atores

Informações básicas

Unidade de medida: Serviço Ofertado
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Oferta de Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural
Meta prevista para 2020: 45.500
Meta prevista para 2021: 53.344
Meta prevista para 2022: 36.200
Meta prevista para 2023: 36.200

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84.890
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2022 superamos a meta proposta devido ao aumento do número de beneficiários dos programas coordenados por todos os departamentos da SAF, a introdução de programas de outras Secretarias do MAPA, como a SDA, no Contrato de Gestão MAPA e ANATER e ao grande alcance dos cursos de ensino à distância na parceria ANATER e SENAR. Os Programas Integrados DATER/SAF e a ANATER atenderam a 51.122 beneficiários, entre famílias e empreendimentos rurais, com atividade de ATER, enquanto as capacitações aos produtores rurais totalizaram 33.768 atendimentos de ATER na modalidade Ensino à Distância (EaD) realizado em parceria celebrada com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR e a ANATER. Os mecanismos de monitoramento e avaliação da gestão da ANATER foram aprimorados em 2021 para atender às boas práticas de gestão empresarial, com a instituição do Comitê de Monitoramento e Avaliação do Contrato de Gestão da ANATER - COATER, estabelecendo procedimentos e normas e fortalecendo ainda mais a governança, a transparência e a confiança nos serviços prestados. Em 2022 também foram desenvolvidas ações de fortalecimento da ATER através do Programa ATER Digital e Agroresidência, dentro da ATER Difitla podemos destacar os Hubs Virtuais que Virtuais têm o papel de atuar como indutores e catalisadores das competências existentes nas diversas organizações e como instrumentos de convergência entre elas, visando organizar as informações e os conhecimentos relevantes para a Agricultura Familiar, atualmente existe 26 desses Hubs. A partir dos dois editais lançados pelo programa AgroResidência, foram selecionados e contratados 105 projetos de residência profissional agrícola de 56 instituições de ensino públicas federais. O conjunto desses projetos irá beneficiar diretamente cerca de 1.350 residentes, oriundos de cursos de nível médio e superior, até 2023.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Fonte de Dados Relatório de Anual das parcerias com ANATER, SENAR e outros parceiros.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta	Meta	Meta	Meta	Valor	Data do	Observação	Notas do

	prevista para 2020	prevista para 2021	prevista para 2022	prevista para 2023	Apurado	valor apurado		usuário
Região Centro-Oeste	-	6.500	6.500	6.500	5.994	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	33.144	16.000	16.000	35.985	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	7.000	7.000	7.000	2.808	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	3.000	3.000	3.000	4.488	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	3.700	3.700	3.700	1.847	31/12/2022	Não informado	Não informado
Brasília	-	-	-	-	33.768	31/12/2022	Essa ação refere-se às capacitações desenvolvidas pela ANATER, em formato Ead, oriundas o Convênio n° 001/2020 celebrado entre a ANATER e o SENAR. Essas capacitações são realizadas com profissionais de todo o Brasil e não há diferenciação por região. Essas capacitações são realizadas a partir de Brasília.	Não informado

Resultado Intermediário: 0203 - Fortalecimento da Agricultura Familiar na Amazônia Legal

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 11.195
Data de referência da linha de base: 31/07/2020
Indicador: Número de produtores familiares atendidos pelo PAA, PGPM-Bio e ProvB.
Meta prevista para 2020: 13.000
Meta prevista para 2021: 23.643
Meta prevista para 2022: 23.643
Meta prevista para 2023: 23.643

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29.580
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com a pandemia do Coronavírus um maior número de produtores rurais foi beneficiado com os atendimentos. Houve aumento na demanda e na execução dos Programas de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Vendas em Balcão - ProVB e na Política de Garantia de Preços Mínimos para produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) o que levou a superação da meta estabelecida.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Com o alcance da meta o Projeto será encerrado nos próximos meses.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Amazônia Legal	13.000	23.643	23.643	23.643	Não informado	Não informado	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0204 - Ampliar o acesso ao crédito rural

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: -1,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de crescimento das contratações do crédito rural
Meta prevista para 2020: 1,79
Meta prevista para 2021: 6,2
Meta prevista para 2022: 6,2
Meta prevista para 2023: 6,2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20,4
Data do valor apurado: 03/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Face a uma previsão de crescimento de 6,2% nas contratações do crédito rural, baseada na média do crescimento dos últimos 5 anos, foi observado um crescimento de 20,40% no valor das contratações do crédito. Tal performance deve-se, principalmente, à grande demanda por tomada de recursos do crédito rural, observada ao longo do ano; conjugada com o aumentos dos custos de produção. Mesmo com tal crescimento nas contratações realizada, observa-se, ainda, considerável demanda por recursos equalizáveis - informada pelos agentes financeiros - que acaba por não ser atendida e gera uma demanda represada crescente a cada safra. Como há limitação nos recursos disponibilizados, para equalização de taxa de juros, pelo Tesouro Nacional, tal demanda acaba não sendo atendida e os recursos equalizados esgotam-se cada vez mais cedo, após o início de um novo Ano Safra. Assim sendo, seria possível estabelecer metas e obter resultados ainda mais benéficos aos produtores rurais caso houvesse maior disponibilidade de recursos para equalização de taxa de juros.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Falta de recursos do Tesouro para equalização de taxa de juros que atenda toda a demanda existente.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação recorrente ao Tesouro de ampliação do orçamento para equalização da taxa de juros subsidiada do crédito rural.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	9,9	9,9	9,9	16,53	03/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	15,2	15,2	15,2	38,29	03/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	4	4	4	21,92	03/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	3,6	3,6	3,6	18,25	03/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	9	9	9	20,12	03/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0205 - Ampliar a quantidade de culturas realizadas ou revisadas para os estudos ZARC no ano.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de culturas realizadas ou revisadas para os estudos ZARC no ano
Meta prevista para 2020: 15
Meta prevista para 2021: 13
Meta prevista para 2022: 5
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para o exercício de 2022 foi, inicialmente, programado realizar/revisar estudos de Zarc para 5 culturas, consoante a dotação orçamentária disponível na Ação Orçamentária 20ZU - Redução de Riscos na Atividade Agropecuária. No entanto, devido a continuidade do convenio de Cooperação Técnica entre o Banco Central do Brasil e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa para fins de pesquisas agropecuárias referente ao ZARC, foi possível revisar os estudos de mais três culturas e a modernização do Zoneamento Agrícola de Risco Climático contemplando novos sistemas de cultivos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Distrito Federal diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado da Bahia	-	-	3	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado da Bahia aumentou 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e aperfeiçoamento do Zarc para cultura do café arábica (especialmente na região da Chapada Diamantino) e sorgo forrageiro.
No Estado da Paraíba	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022	Realizado o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos

							(cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado da Paraíba diminuiu 1.	níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Alagoas	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Alagoas diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Goiás	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Goiás diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Mato Grosso	-	-	3	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Mato Grosso Manteve os três.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com

							pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Mato Grosso do Sul diminuiu 1.	seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Minas Gerais	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Minas Gerais diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Pernambuco	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Pernambuco diminuiu 1.	Realizado o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Rondônia	-	-	4	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Rondônia manteve os 4.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Roraima	-	-	2	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão),	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos

							objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Roraima aumentou 2.	níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Santa Catarina	-	-	4	-	5	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Santa Catarina aumentou 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para as culturas de arroz tropical irrigado, feijão 2ª safra e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de São Paulo	-	-	5	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de São Paulo diminuiu 2.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado de Sergipe	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado de Sergipe diminuiu 1.	Realizado o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Acre	-	-	4	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão),	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos

							objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Acre manteve os quatro.	níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Amapá	-	-	2	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Amapá aumentou 2.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Amazonas	-	-	1	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Amazonas aumentou 2.	Realizados o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Ceará	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Ceará diminuiu 1.	Realizado o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Espírito Santo	-	-	2	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas	Realizados o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e

							pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Espírito Santo Manteve os dois.	para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Maranhão	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Maranhão diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Pará	-	-	3	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Pará aumentou 1.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Paraná	-	-	4	-	6	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Paraná aumentou 2.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para as culturas de arroz tropical irrigado, cevada, feijão 2ª safra e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Piauí	-	-	4	-	3	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas	Realizados o novo Zarc para as culturas gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos

							pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Piauí diminuiu 1.	e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Rio de Janeiro diminuiu 1.	Realizados o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	3	-	2	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Rio Grande do Norte diminuiu 1.	Realizado o novo Zarc para a cultura de gergelim contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	3	-	5	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do Rio Grande do Sul aumentou 2.	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com seis classes de solos e para as culturas da cevada, feijão 2ª safra e sorgo forrageiro com três classes de solos.
No Estado do Tocantins	-	-	4	-	4	31/12/2022	Os 3 estudos realizados além do previsto, bem como, a necessidade de alteração nas culturas inicialmente previstas para o exercício de 2022 (cana de açúcar e milho por café e feijão), objetivando o atendimento urgente de demandas	Realizados o novo Zarc para as culturas de gergelim e soja contemplando novos níveis de manejo com

							pontuais que estava impactando no financiamento de lavouras de café e feijão em alguns Estados, podem, consequente, ter alterado para mais ou para menos o número da meta prevista. No Estado do do Tocantins manteve os 4.	seis classes de solos e para o consórcio milho/braquiária e a cultura de sorgo forrageiro com três classes de solos.

Resultado Intermediário: 0340 - Ampliar a área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR

Informações básicas

Unidade de medida: hectare (ha)
Linha de base: 120.104.076,09
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Área de imóveis rurais inscritos no CAR com cadastros analisados no SICAR
Meta prevista para 2020: 135.552.397,98
Meta prevista para 2021: 162.583.376,68
Meta prevista para 2022: 195.223.143,93
Meta prevista para 2023: 234.690.210,42

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 243.198.328
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O total acumulado de área de cadastros analisados até 31/2022 perfaz 243.198.328 hectares, o que representa aproximadamente 125% da meta estabelecida para 2022. Os fatores que mais contribuíram positivamente foram: importância da agenda no contexto internacional e consequente aporte de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e execução da política; publicação do Decreto nº 11.015/2022, que institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor e realização da 1ª oficina de elaboração do Plano; realização do IX Encontro Nacional de Implantação do Cadastro Ambiental Rural em novembro de 2022; melhorias nos módulos de Análise de Equipe, Análise Dinamizada, Retificação Dinamizada, Central do Proprietário/Possuidor e Filtros Automáticos do SICAR; disponibilização de recursos tecnológicos/transferência de tecnologias/apoio técnico às UF; produção de 16 mapeamentos temáticos; realização de 16 capacitações; implantação da Análise Dinamizada em 12 UF; e implementação de várias ações do Plano de Comunicação para implantação da solução da AD CAR. Por outro lado, os principais fatores que impediram maiores avanços na agenda foram: mudança do desenvolvedor do SICAR da UFLA/MG para a UFES/ES; falta de estrutura do Departamento de Tecnologia da Informação do MAPA para realizar a gestão técnica do SICAR; aumento de incidentes do SICAR originado no processo de migração do SICAR para infraestrutura de computação em nuvem; equipe reduzida da unidade responsável pela implementação da agenda; fatores externos adversos à governança do SFB, como competências da agenda compartilhadas com estados e Distrito Federal; insuficiência de recursos nos órgãos estaduais competentes; falta de regulamentação e priorização da agenda nos estados; transição de competências entre instituições estaduais; falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: O corpo técnico da Diretoria de Regularização Ambiental, responsável pela agenda de regularização ambiental em âmbito nacional, é extremamente reduzido. Os órgãos estaduais gestores do CAR também possuem insuficiência de recursos humanos para a análise de equipe do CAR, análise dinamizada, apoio aos proprietários e possuidores de imóveis rurais pequenos e assistência técnica/capacitação.
Providências implementadas para a superação da restrição: No âmbito do SFB: Solicitação de apoio ao Gabinete do Ministro para movimentação interna (SFB e MAPA) e externa (outros Ministérios) de servidores para a Diretoria de Regularização Ambiental; contratação de consultores. No âmbito dos estados: apoio do SFB por meio de Projetos de Cooperação Internacional (produção de mapeamentos, contratação de consultorias, aquisição de bens, etc), produção de material didático e capacitação à distância para capacitação dos servidores e produtores rurais; articulação e capacitação do Serviço Nacional de Aprendizado Rural - SENAR para apoio e aumento da capilaridade das capacitações no meio rural.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: A maioria dos órgãos estaduais gestores do CAR não possuem computadores, sistemas, infraestrutura tecnológica e espaço físico suficientes e/ou adequados à operacionalização da política de regularização ambiental em âmbito estadual, sobretudo da análise do CAR.
Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento de melhorias nos módulos de Análise de Equipe, Análise Dinamizada, Retificação Dinamizada, Central do Proprietário/Possuidor e Filtros Automáticos do SICAR e disponibilização de recursos tecnológicos/transferência de tecnologias/apoio técnico às UFs.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: Em grande parte das Unidades Federativas a agenda de regularização ambiental não é priorizada como deveria pela alta gestão.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliação da articulação da Diretoria finalística e do Diretor Geral do SFB com os diversos atores da política, em especial com os gestores estaduais da agenda de regularização ambiental; publicação do Decreto nº 11.015, de 29 de março de 2022, que institui o Plano Nacional de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais e o seu Comitê Gestor e realização da 1ª oficina de elaboração do Plano.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Mudanças nas diretrizes de implementação da agenda de regularização ambiental, transição ou compartilhamento de competências relativas à política de regularização ambiental entre órgãos de meio ambiente e agricultura em várias Unidades Federativas do CAR (perda da memória sobre a agenda, necessidade de novas capacitações técnicas, necessidade de definição de atribuições) e atrasos na regulamentação da política em âmbito estadual.
Providências implementadas para a superação da restrição: Oferta de novas capacitações, realização do IX Encontro de Implantação do Cadastro Ambiental Rural (com fóruns de discussões técnicas e de implantação dos marcos legais) e articulações da Diretoria finalística e do Diretor Geral do SFB com diversos atores, sobretudo gestores estaduais responsáveis pela agenda de regularização ambiental, para sensibilização quanto à importância da política.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1 - Fatores externos adversos à governança do SFB, como as competências da agenda compartilhadas com estados e Distrito Federal, o que reduz o impacto das soluções engendradas pelo SFB na implantação da política e gera necessidade de ampla articulação e sinergia com diferentes atores, sendo importante ressaltar que ao SFB, enquanto órgão gestor do SICAR e coordenador do CAR em âmbito federal, não compete analisar os dados declarados, e sim prestar apoio técnico à implantação da análise nas unidades federativas, conforme dispunha o Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, vigente à época; 2 - Insuficiência orçamentária e financeira nos órgãos estaduais gestores do CAR traduzida em inexistência, insuficiência ou inadequação de insumos de qualidade para a produção de bases de referência para a análise e retificação dinamizada do CAR e inadequação de infraestrutura tecnológica para operacionalização de determinadas ferramentas do Sistema de Cadastro Ambiental Rural; 3 - Falta de conhecimento dos produtores rurais acerca da política de regularização ambiental e seus benefícios e consequente resistência do público-alvo em razão de limitações de conexão com a internet no campo, que precarizam o acesso às informações e acompanhamento da situação e condição do cadastro pelos produtores rurais; a complexidade da temática e baixa

escolaridade dos produtores rurais; insuficiência de capacitação e assistência técnica estadual.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1 - Aumento de eventos de articulação institucional, como, por exemplo, as oficinas do RegularizAgro e ações do Plano de Comunicação para implantação da solução da análise dinamizada CAR; 2 - Apoio financeiro (orçamentário e não-orçamentário) e operacional - descentralização e/ou contratação da produção de insumos (mapeamentos temáticos) para a análise e retificação dinamizada do CAR, desenvolvimento de customizações e soluções de integração de informações do CAR, aquisição de infraestrutura, etc) - do SFB aos órgãos estaduais gestores do CAR; 3 - Produção e atualização de material didático para capacitação à distância, cartilhas, tutoriais e material de divulgação (digital e impresso) em linguagem acessível sobre a regularização ambiental de imóveis rurais, publicações em mídias sociais; ações de reformulação do site do CAR para torná-lo mais atrativo e acessível, em formato web e para celulares.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	9.009.120,72	10.630.762,45	12.544.299,69	14.802.273,63	38.744.508	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	26.740.751,05	34.228.161,34	43.812.046,52	56.079.419,54	52.323.992	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	90.633.318,47	106.947.315,79	126.197.832,64	148.913.442,51	126.600.399	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	850.560,87	961.133,79	1.086.081,18	1.227.271,74	15.728.810	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	8.318.646,87	9.816.003,31	11.582.883,9	13.667.803	9.800.619	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0394 - Ampliar o acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 5,18
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de acesso ao Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR
Meta prevista para 2020: 11,41
Meta prevista para 2021: 7,55
Meta prevista para 2022: 7,95
Meta prevista para 2023: 7,84

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5,31
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considerando os valores globais do seguro rural subvencionado em 2022, foram beneficiados aproximadamente 78,6 mil produtores rurais, proporcionando cobertura securitária para 7,3 milhões de hectares e garantindo capitais da ordem de R$ 43,9 bilhões.É preciso salientar que observou-se um crescimento significativo do valor médio da importância segurada das apólices de seguro rural em 2022, consequência da elevação dos preços dos últimos meses das principais atividades que impactam no dispêndio do Programa, tais como: milho, soja e trigo. Ademais, a alta sinistralidade observada nas últimas safras fez com que as seguradoras ajustassem as taxas de prêmio, o que na prática também contribuiu para aumentar o valor médio das apólices, refletindo no índice apurado de 5,31% no ano passado, bem aquém em relação aos dois anos anteriores. Dessa forma, não obstante a disponibilização do montante de R$ 1,1 bilhão para o PSR, o índice calculado não superou a meta estimada de 7,95% para 2022.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2022 aprovou recursos da ordem de R$ 990 milhões para o PSR, executados por meio da Ação Orçamentária 099F - concessão de subvenção econômica ao prêmio do seguro rural. Porém, durante o exercício financeiro, houveram restrições e suplementações na dotação orçamentária do Programa, finalizando o ano de 2022 com R$ 1.109 bilhão disponíveis, utilizados quase em sua totalidade para o pagamento da subvenção ao prêmio do seguro rural.
Providências implementadas para a superação da restrição: No primeiro semestre de 2022, o MAPA solicitou ao Ministério da Economia o montante de R$ 710 milhões a título de crédito suplementar para custear as despesas do PSR, de modo a suprir a demanda dos produtores pelo seguro rural e atingir pelo menos os números alcançados pelo Programa em 2021.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	1,58	1,56	1,16	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	0,23	0,23	0,14	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	0,12	0,12	0,08	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	1,55	1,53	0,89	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	4,47	4,4	3,04	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 1040 - GOVERNANÇA FUNDIÁRIA

Objetivo: 1236 - Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Governança Fundiária tem como objetivo “Promover a regularização da ocupação e do domínio da terra” e, para medir o alcance desse objetivo, foram determinadas metas anuais para o período do PPA, a serem aferidas, anualmente, pelo indicador “Índice de Regularização Fundiária - IRF”. No ano de 2022 foram emitidos 172.374 documentos titulatórios(139.889 provisórios e 32.485 definitivos), sendo 149.889 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 da titulação de Regularização Fundiária. Para ano de 2022 no Plano Plurianual - PPA foi estabelecida para o indicador - Índice de Regularização Fundiária, a meta de alcance de 14,62% e o índice obtido foi de 41,04%, em relação a demanda estimada de 1.025.875 de processos. O resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho, e, como forma de cumprir o Termo de Compromisso de Resultados Prioritários - TCPR entre MAPA/INCRA que estabeleceu como Resultado Prioritário 1 : 300 mil documentos titulatórios entregues entre os anos de 2021 e 2022. Um destaque para o alcance do resultado vem do uso da Plataforma de Governança Fundiária – PGT, ferramenta que representa um avanço significativo, facilitando a vida dos produtores rurais de todo o País, pois reúne diversos serviços essenciais do Incra e ajuda a levar mais segurança, transparência, agilidade e acesso à tecnologia e serviços digitais aos beneficiários das políticas públicas ofertadas pelo Incra. No entanto, algumas restrições devem ser registradas, destacando-se a redução do quadro de servidores do Incra por aposentadorias, tanto no Incra/Sede como nas SR, situação que vem se agravando consideravelmente nos últimos anos, com perspectiva de se agravar em curto prazo. Outra restrição que tivemos foi relativa ao orçamento, em termos de valores disponibilizados e extemporaneidade na liberação.

Meta: 052H - Elevar de 0,00% para 19,50% o Índice de Regularização Fundiária até 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 11/06/2019
Meta prevista para 2020: 4,87
Meta prevista para 2021: 9,75
Meta prevista para 2022: 14,62
Meta prevista para 2023: 19,5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 41,04
Data de Referência: 07/02/2023
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	20,18	40,35	60,53	80,7	135,32	07/02/2023	No ano de 2022 foram concluídos 33.488 processos de regularização fundiária na região centro-oeste do país, sendo 32.983 em projetos de assentamento e 505 em áreas de imóveis particulares, representando um valor cumulativo desde janeiro de 2020 de 57.759 processos de regularização fundiária finalizados. Desta forma a meta do período analisado foi superada. O sucesso se deu principalmente por conta de esforços conjuntos entre o Incra/Sede e as Superintendência Regionais, incluindo estratégias de normatização, orientações, reuniões de trabalho apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.
Região Nordeste	2,49	4,98	7,48	9,97	29,41	07/02/2023	No ano de 2022 foram concluídos 70.626 processos de regularização fundiária na região nordeste do país, sendo 63.084 em projetos de assentamento e 7.542 em áreas de imóveis particulares, representando um valor cumulativo desde janeiro de 2020 de 168.173 processos de regularização fundiária finalizados. Desta forma a meta do período analisado foi superada. O sucesso se deu principalmente por conta de esforços conjuntos entre o Incra/Sede e as Superintendência Regionais, incluindo estratégias de normatização, orientações, reuniões de trabalho apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.
Região Norte	6,36	12,72	19,09	25,45	58,53	07/02/2023	No ano de 2022 foram concluídos 54.570 processos de regularização fundiária na região norte do país, sendo 41.234 em projetos de assentamento e 13.336 em áreas de imóveis particulares, representando um valor cumulativo desde janeiro de 2020 de 138.649 processos de regularização fundiária finalizados. Desta forma a meta do período analisado foi superada. O sucesso se deu principalmente por conta de esforços conjuntos entre o Incra/Sede e as Superintendência Regionais, incluindo estratégias de normatização, orientações, reuniões de trabalho apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de

							trabalho.
Região Sudeste	4,49	8,99	13,48	17,97	17,33	07/02/2023	No ano de 2022 foram concluídos 7.076 processos de regularização fundiária na região sudeste do país, sendo 6.377 em projetos de assentamento e 699 em áreas de imóveis particulares, representando um valor cumulativo desde janeiro de 2020 de 16.396 processos de regularização fundiária finalizados. Desta forma a meta do período analisado foi superada. O sucesso se deu principalmente por conta de esforços conjuntos entre o Incra/Sede e as Superintendência Regionais, incluindo estratégias de normatização, orientações, reuniões de trabalho apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.
Região Sul	12,79	25,58	38,37	51,16	40,79	07/02/2023	No ano de 2022 foram concluídos 6.614 processos de regularização fundiária na região sul do país, sendo 6.214 em projetos de assentamento e 400 em áreas de imóveis particulares. Desta forma a meta do período analisado foi superada. O sucesso se deu principalmente por conta de esforços conjuntos entre o Incra/Sede e as Superintendência Regionais, incluindo estratégias de normatização, orientações, reuniões de trabalho apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.

Indicador: 8703 - Índice de Regularização Fundiária

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 11/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 41,04
Data do índice: 07/02/2023
Observação: No ano de 2022 foram finalizados 172.374 (139.889 provisórios e 32.485 definitivos) processos de regularização fundiária, sendo 149.889 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 em imóveis públicos. Desta forma, a meta acumulada de 14,62% para o período, foi ultrapassada, onde atualmente o indicador está com uma execução de 41,04%. Esse resultado foi alcançado por meio de um esforço conjunto entre o Incra/Sede e as Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho (principalmente remotas), capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho, e, como forma de cumprir o Termo de Compromisso de Resultados Prioritários - TCPR entre MAPA/INCRA que estabeleceu como Resultado Prioritário 1 : 300 mil documentos titulatórios entregues entre os anos de 2021 e 2022.

Resultado Intermediário: 0187 - Hectares de terras devolutas arrecadadas

Informações básicas

Unidade de medida: hectares/ano
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Hectares de terras devolutas arrecadadas anualmente
Meta prevista para 2020: 500.000
Meta prevista para 2021: 200.000
Meta prevista para 2022: 500.000
Meta prevista para 2023: 500.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.365.415,0926
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado foi obtida com a arrecadação das Glebas Palmeiras, Mariê-Japurá, Porto Central e Boa Fé, todas no estado do Amazonas. A execução se deu de forma acentuada neste ano por conta dos normativos publicados recentemente, que definiram procedimentos para a ação.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: As equipes nas Superintendências Regionais são insuficientes para a execução dessa meta. Os recursos humanos existentes estão alocados nas ações de emissão de documentos titulatórios em Glebas Públicas Federais já arrecadadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram promovidos treinamentos “in loco” das equipes nas regionais, e monitorando a ação no exercício de 2022 com vistas melhorar ao cumprimento da meta estabelecida.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Norte	500.000	200.000	500.000	500.000	2.365.415,0926	07/02/2023	O resultado foi obtida com a arrecadação das Glebas Palmeiras, Mariê-Japurá, Porto Centraç e Boa Fé, todas no estado do Amazonas.	Não informado

Resultado Intermediário: 0188 - Vistorias de supervisão ocupacional por meio dos Sistemas SNSO, RADIS ou TITULA.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano
Linha de base: 27.221
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de vistorias anuais de supervisão ocupacional com geração de laudos.
Meta prevista para 2020: 20.000
Meta prevista para 2021: 20.000
Meta prevista para 2022: 20.000
Meta prevista para 2023: 20.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59.138
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado satisfatório da ação de supervisão ocupacional no ano de 2022, superando a meta prevista, reflete o efeito das parcerias institucionais estabelecidas pelo Incra para esta ação, em especial por meio de Termos de Execução Descentralizadas - TEDs com Universidades e Institutos Federais e Acordos de Cooperação Técnicas - ACTs com municípios do Programa Titula Brasil.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores aposentados nos últimos anos, reduzindo a capacidade operacional da Instituição.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecimento de parcerias institucionais com outra esferas do poder público (municípios, estados e instituições federais).

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4.000	4.000	4.000	4.000	13.781	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	6.000	6.000	6.000	6.000	30.090	07/02/2023	Não informado	Não informado

Região Norte	7.000	7.000	7.000	7.000	8.480	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1.000	1.000	1.000	1.000	3.406	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	2.000	2.000	2.000	2.000	3.381	07/02/0232	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0189 - Concessão de títulos dominiais provisórios e definitivos emitidos em assentamentos da reforma agrária.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano
Linha de base: 28.216
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de títulos dominiais provisórios (CCU) e definitivos (TD e CDRU) emitidos em assentamentos da reforma agrária anualmente.
Meta prevista para 2020: 25.000
Meta prevista para 2021: 25.000
Meta prevista para 2022: 25.000
Meta prevista para 2023: 25.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 149.892
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado satisfatório no ano de 2022 reflete o efeito das parcerias institucionais estabelecidas pelo Incra, em especial por meio de Termos de Execução Descentralizadas - TEDs com Universidades e Institutos Federais e Acordos de Cooperação Técnicas - ACTs com municípios do Programa Titula Brasil, que facilitaram os processos da ação.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	5.000	5.000	5.000	5.000	32.983	07/02/2023	Não informado	Não informado

Região Nordeste	8.000	8.000	8.000	8.000	63.084	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	5.000	5.000	5.000	5.000	41.234	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3.000	3.000	3.000	3.000	6.377	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	4.000	4.000	4.000	4.000	6.214	07/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0190 - Concessão de documentos provisórios e definitivos de formalização de vínculo com a terra e de consolidação da propriedade no domínio privado.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade/ano
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Número de documentos provisórios e definitivos de formalização de vínculo com a terra e de consolidação da propriedade no domínio privado concedidos ao ano.
Meta prevista para 2020: 25.000
Meta prevista para 2021: 25.000
Meta prevista para 2022: 25.000
Meta prevista para 2023: 25.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22.482
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta regional não se coaduna com a realidade vivenciada em campo. Há uma discrepância para as metas de titulação para as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste daí o não cumprimento da meta por regiões, mesmo com o avanço significativo da titulação no ano semestre para a meta estipulada para a região Norte.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Durante o primeiro semestre do ano, a Ação Orçamentária 211C foi bloqueada, vez que possui natureza RP-9 dependendo de autorização legislativa (relator do orçamento) para sua utilização. O desbloqueio ocorreu no segundo semestre, acarretando atrasos significativos para a realização dos trabalhos previstos, sobretudo a campo.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi realizado um trabalho em conjunto com o Ministério da Agricultura para obter autorização legislativa dos recursos da Ação orçamentária 211C.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: As equipes nas Superintendências Regionais são insuficientes para a execução dessa meta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Promoção de capacitação de servidores e colaboradores na utilização de ferramentas para Sensoriamento Remoto, Análise de Sobreposição, utilização da PGT, utilização do SIGEF Titulação. Promoção de forças-tarefa em várias Superintendências Regionais levando pessoal especializado e treinado para replicação de ações que se mostraram eficazes em outras regionais. Investimento no Programa de Transformação Digital da Autarquia de modo a utilizar o máximo de tecnologia nas ações onde não há necessidade de ação humana.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3.750	3.500	3.500	3.500	505	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	6.250	5.000	5.000	5.000	7.542	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	12.500	15.000	15.000	15.000	13.336	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1.250	200	200	200	699	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	1.250	1.300	1.300	1.300	400	07/02/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 1041 - CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE E DOS RECURSOS NATURAIS

Objetivo: 1227 - Fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Com o intuito de contribuir com o objetivo de fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios do uso da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos, por meio de políticas públicas integradoras, foram implementadas, em 2022, uma série de iniciativas, ferramentas e instrumentos de gestão. Com relação as estratégias e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras, no primeiro semestre de 2022, foi publicada a Portaria MMA Nº 148, de 7 de junho 2022, a qual atualiza a Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção. Tal publicação decorre do processo de reinstalação da CONABIO, bem como da publicação da Resolução CONABIO nº 8, ocorridas ao longo de 2021. No segundo semestre de 2022, no que se refere às políticas estratégicas de reconhecimento, avaliação e gestão das espécies nativas em relação ao uso sustentável e aos riscos e ameaças de extinção, com vistas a assegurar a proteção, a conservação e o manejo da diversidade biológica brasileira, foi publicado o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – CONSERVA+ (Portaria 299/2022). Em nível internacional, a delegação do Brasil, durante a 19ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), ocorrida em novembro de 2022 no Panamá, obteve importantes conquistas em suas propostas de mudança nos níveis de proteção ao uso sustentável de espécies de raias de água doce da região do Xingu, cascudo-zebra, jacaré-de-papoamarelo, e do pau-brasil. Em dezembro de 2022, em Montreal, na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas - a COP 15, chegou-se a um acordo para conter e reverter a perda de espécies ao redor do mundo com a aprovação do novo Marco Global para a Biodiversidade. Contendo 23 metas, um dos destaques está no acordo que estabelece que o mundo dobre os 15% de áreas conservadas existentes hoje no planeta, atingindo 30% até 2030, além de também vir a restaurar outros 30% em áreas degradadas, bem como zerar a perda de territórios biodiversos. A meta 30x30 irá reconhecer os territórios indígenas como parte da equação, visto que estas contribuem com cerca de 80% da biodiversidade do planeta. O Brasil foi um dos países que apoiou a inclusão dos territórios indígenas nessa meta de conservação. No tocante ao controle, manejo e prevenção de espécies exóticas invasoras, com apoio de projeto de cooperação técnica internacional, em dezembro de 2022, foram finalizados os trabalhos de elaboração da lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil com fichas de informações detalhadas sobre aquelas prioritárias para prevenção, detecção precoce e resposta rápida. Com relação ao acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, ao longo de 2022, observou-se um incremento do valor apurado acima do esperado, com 85.667 cadastros. Como já verificado anteriormente, o aumento do número de acessos, bem como aumento do número de remessas e notificações, tem forte relação com a implementação de Módulos no SisGen, como os módulos de Pré-Cadastro e Gerenciamento de Rascunhos, que possibilitam ao usuário a administração do preenchimento das informações de acordo com o avanço da pesquisa ou desenvolvimento tecnológico. Haja vista que a meta prevista para 2023 já foi superada, a mesma será revista em momento oportuno. O ano de 2022 foi marcado pela continuidade e ampliação do Programa Educa +, programa idealizado e promovido pelo MMA, que oferece cursos e palestras voltados para a agenda ambiental. São conteúdos 100% digitais e gratuitos que abordam temas como Produção e Consumo Sustentável, Resíduos, Lixo no Mar, Biodiversidade, Biomas, Espécies Exóticas Invasoras, Concessões de Parques, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais, Turismo Responsável e, Bem-estar Animal, entre outros. O Educa+ foi criado como ferramenta para informar os cidadãos de forma a contribuir para o engajamento da população sobre o uso sustentável da biodiversidade e conservação do meio ambiente. Em 2022, o MMA continuou com a implementação do Programa Educa+, contando com 12 cursos e 22 palestras. Os 12 cursos oferecidos contaram com 27 turmas que, ao longo do ano, tiveram 22.526 inscritos e 4.604 aprovados. Os números atuais de implementação do Programa, desde sua instituição, são os seguintes: 59.609 inscritos e 13.530 aprovados nos cursos de educação à distância; e mais de 27 mil visualizações nas palestras temáticas. No primeiro semestre de 2022, destacam-se a realização de 2 atividades no âmbito das estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal. Primeiro, o Seminário Nacional Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos: ações e perspectivas, que teve como objetivo estabelecer o diálogo entre órgãos governamentais (União, estados e municípios), entidades da sociedade civil e setor privado relativas à proteção e ao bem-estar de cães e gatos abandonados e em situação de vulnerabilidade no país. E, segundo, o lançamento de pesquisa virtual direcionada aos municípios brasileiros, que teve como objetivo obter um diagnóstico sobre a execução políticas públicas de proteção e bem-estar de cães e gatos, permitindo identificar, de um lado, boas práticas que merecem ser incentivadas e disseminadas, e, de outro, problemas que precisam de proposição para resolução. Além disso, no segundo semestre de 2022, foi instituída a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos (Portaria MMA 288/2022), a qual estabelece diretrizes e objetivos para a essa nova agenda temática no âmbito do Ministério do Meio Ambiente. Quanto ao Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão – SAMGe, que é uma ferramenta que permite análises para a melhoria de processos na gestão das UCs quanto à efetividade, subsidiando os gestores na elaboração ou revisão de Planos de Manejo, fortalecendo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o MMA promoveu a sua utilização como da ferramenta de gestão entre as UCs estaduais e municipais cadastradas no CNUC. No caso das UCs federais, a sua utilização é de uso obrigatório. Em 2022, foram registradas 646 UCs que preencheram a ferramenta de gestão SAMGe. Destaca-se, também, a RedeTrilhas, que se propõe a promover a interligação de ecossistemas no território brasileiro, estimulando a conservação da natureza e os desenvolvimentos social, econômico e cultural do país, qualificando as unidades de conservação da natureza como pontos de interesse turístico nacional. Em 2020, foi publicada a Portaria Conjunta MMA, ICMBio e MTur nº 500, de 15

de setembro de 2020, que define critérios de adesão e desligamento de trilhas de longo curso, conforme determinação do art. 3° da Portaria Conjunta n° 407/2019. Com a publicação da portaria em comento, aproximadamente 2.776,385 km de trilhas foram aderidas à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso. Ademais, o Conecta Parques é uma iniciativa conjunta do MMA e Ministério das Comunicações (MCom) que, desde o início da parceria, acordou-se instalar antenas de Wi-fi nas Unidades de Conservação, investindo cerca de R$ 480.000,00, contemplando até o momento 46 UC e trilhas. Já os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, visando o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido a ser alcançado em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio 21/2018, Art. 12. § 1º). Atualmente, das 1.254 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 1.016 (81%) estão contempladas em 47 PANs em execução. A realização de reuniões e oficinas de forma virtual durante a pandemia do COVID-19 manteve o engajamento dos parceiros comprometidos com a conservação da biodiversidade e, em 2022, foi possível consolidar a elaboração do PAN Cavernas do Brasil (168 espécies ameaçadas de extinção), o PAN Insetos Polinizadores (56 espécies ameaçadas de extinção), 2º ciclo do Aves da Amazônia (68 espécies ameaçadas de extinção) e o 2º ciclo do PAN São Francisco (6 espécies ameaçadas de extinção). Com isso, a meta para 2022 foi superada. Quanto as espécies da flora com o estado de conservação avaliado ou reavaliado, no ano de 2022, foram adicionadas mais 7 listas de 04 estados diferente. Dentre estas listas destaque se a lista da Flona Tapajós por ser tratar de uma importante Unidade de Conservação de Uso Sustentável sob concessão florestal. Nestas circunstâncias, a lista da flora do Tapajós torna-se uma ferramenta importantíssima para o monitoramento e controle desta atividade madeireira. Destaca-se, também, a contribuição de listas estaduais ao catálogo o que reflete uma boa comunicação entre diferentes esferas de governo tanto para o aumento do conhecimento quanto para a conservação da biodiversidade. Sobre o acompanhamento de áreas em recuperação ambiental, registrou-se 59.854,57 hectares e foi obtido através da contabilização das áreas passíveis ou em processo de recuperação ambiental registradas entre 01/01/2022 e 31/12/2022 na entrada de “áreas em recuperação” do sistema CASV, nas quais houve ações por parte do Ibama ou do administrado relacionadas ao acompanhamento de processos com demandas de recuperação ambiental.

Meta: 052D - Estratégias e instrumentos de gestão desenvolvidos para conservação, monitoramento, recuperação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Meta é qualitativa, portanto, não é possível informar a quantidade alcançada
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências.

Resultado Intermediário: 0246 - Gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos técnicos e científicos sobre a biodiversidade da flora em Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Unidades de Conservação
Linha de base: 6
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Unidades de Conservação com lista de flora disponibilizada
Meta prevista para 2020: 8
Meta prevista para 2021: 16
Meta prevista para 2022: 24
Meta prevista para 2023: 32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24
Data do valor apurado: 16/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As listas foram elaboradas de forma satisfatória e atingiram a meta prevista
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	2	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	2	16/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	5	16/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3	16/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0247 - Espécies da flora com estado de conservação avaliado ou reavaliado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de espécies da flora
Linha de base: 7.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de espécies da flora brasileira avaliadas e reavaliadas, validadas taxonomicamente de acordo com a Flora do Brasil 2020
Meta prevista para 2020: 7.050
Meta prevista para 2021: 9.418
Meta prevista para 2022: 7.974
Meta prevista para 2023: 8.424

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.861
Data do valor apurado: 16/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até dezembro de 2022, foi alcançado um total de 8.861 espécies avaliadas, com nomes válidos ou hipóteses taxonômicas aceitas segundo a Flora e Funga do Brasil 2020. Além das avaliações conduzidas no âmbito do projeto GEF Pro-Espécies, foram conduzidos workshop com rede de especialistas que irão possibilitar ganhar escala no número de avaliações de risco produzidas em 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trabalhamos em nível nacional, com espécies que apresentam distribuições heterogêneas, em multiplos biomas e fitofisionomias, em distintos contextos espaciais. Nosso escopo é o território brasileiro como um todo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0263 - Monitoramento da gestão das Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Unidades de Conservação
Linha de base: 555
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Unidades de Conservação monitoradas por ferramentas de avaliação de efetividade de gestão
Meta prevista para 2020: 570
Meta prevista para 2021: 630
Meta prevista para 2022: 660
Meta prevista para 2023: 700

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 646
Data do valor apurado: 30/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O preenchimento da ferramenta de gestão SAMGE é realizado todos os anos entre os meses de outubro e novembro, de forma que a equipe MMA e ICMBIO possam auxiliar os gestores no reporte das informações de suas UCs. Importante destacar que o preenchimento só é obrigatório para as ucs federais e não se trata de números cumulativos. O ano de 2022 foi o primeiro ano que o MMA conduziu uma oficina do SAMGE, divulgando a ferramenta para diversos estados e municípios, um importante passo para a multiplicação de conhecimento e fortalecimento da parceria entre MMA e ICMBIO sobre o assunto. Embora a meta não tenha sido atingida, o valor alcançado expressa engajamento das equipes para o atingimento desta, tendo em vista que 316 ucs cadastradas são estaduais e municipais.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Embora tenha sido aplicado esforço para capacitação dos diferentes gestores estaduais e municipais, o engajamento desses atores não alcançou o preenchimento de informações para o número de ucs desejado.
Providências implementadas para a superação da restrição: A fim de aumentar o esforço para a divulgação da ferramenta e a sensibilização de seu uso junto aos órgãos gestores estaduais e municipais, a equipe MMA realizou oficina de capacitação para o preenchimento do SAMGE.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	169	30/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Caatinga	-	-	-	-	91	31/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Cerrado	-	-	-	-	80	31/12/2022	Não informado	Não informado

Bioma Mata Atlântica	-	-	-	-	245	30/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pampa	-	-	-	-	13	31/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pantanal	-	-	-	-	4	30/01/2023	Não informado	Não informado
Zona costeira e marinha	-	-	-	-	44	31/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0265 - Estratégias e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras elaboradas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estratégias, iniciativas e instrumentos
Linha de base: 4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de estratégia e instrumentos para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira e para o controle de espécies exóticas invasoras elaboradas
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 12
Meta prevista para 2022: 17
Meta prevista para 2023: 22

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Publicada a Portaria MMA Nº 148, de 7 de junho 2022, a qual atualiza a Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção. Tal publicação decorre do processo de reinstalação da CONABIO, bem como da publicação da Resolução CONABIO nº 8, ocorridas ao longo de 2021. Lançado o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade – CONSERVA+ (Portaria 299/2022). Resultados importantes durante a 19ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), ocorrida em novembro de 2022 no Panamá. Em dezembro de 2022, em Montreal, na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas - a COP 15, chegou-se a um acordo para conter e reverter a perda de espécies ao redor do mundo com a aprovação do novo Marco Global para a Biodiversidade. Finalizados os trabalhos de elaboração da lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Haja vista a natureza das ferramentas e estratégias implementadas, as quais objetivam resultados no âmbito nacional, não foi possível a regionalização do presente Resultado Intermediário.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0268 - Acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado ordenado e efetivo, garantindo a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes

Informações básicas

Unidade de medida: número de cadastros
Linha de base: 51.459
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de Cadastros de Acesso, de Notificações de Material Reprodutivo ou Produto Acabado e de Cadastros de Remessa de Patrimônio Genético registrados no SISGen
Meta prevista para 2020: 56.459
Meta prevista para 2021: 61.459
Meta prevista para 2022: 66.459
Meta prevista para 2023: 71.459

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 85.667
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao longo de 2022, observou-se um incremento do valor apurado acima do esperado. Como já verificado anteriormente, o aumento do número de acessos, bem como aumento do número de remessas e notificações têm forte relação com a implementação de Módulos no SisGen, como os módulos de Pré-Cadastro e Gerenciamento de Rascunhos, que possibilitam ao usuário a administração do preenchimento das informações de acordo com o avanço da pesquisa ou desenvolvimento tecnológico. Haja vista que a meta prevista para 2023 já foi superada, a mesma será revista em momento oportuno.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O resultado em questão diz respeito a medidas a serem tomadas em âmbito nacional para garantir o ordenamento e repartição efetiva dos benefícios do patrimônio genético, não sendo passível de regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0269 - Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção - PAN

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 69,22
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção - PAN
Meta prevista para 2020: 73
Meta prevista para 2021: 75,36
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 81
Data do valor apurado: 10/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Planos de Ação Nacional para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção – PANs - são instrumentos de gestão, construídos de forma participativa, visando o ordenamento e a priorização de ações para a conservação da biodiversidade e de seus ambientes naturais, com um objetivo estabelecido a ser alcançado em um horizonte temporal definido. São ferramentas que possuem, em sua essência, a participação e envolvimento de diversos setores da sociedade, tais como: universidades e instituições de pesquisa, organizações governamentais e não governamentais, sociedade civil organizada, setor privado, representantes de povos e comunidades tradicionais e, quando pertinente, pessoas físicas (IN ICMBio 21/2018, Art. 12. § 1º). Atualmente, das 1.254 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 1.016 (81%) estão contempladas em 47 PANs em execução. A realização de reuniões e oficinas de forma virtual durante a pandemia do COVID-19 manteve o engajamento dos parceiros comprometidos com a conservação da biodiversidade e, em 2022, foi possível consolidar a elaboração do PAN Cavernas do Brasil (168 espécies ameaçadas de extinção), o PAN Insetos Polinizadores (56 espécies ameaçadas de extinção), 2º ciclo do Aves da Amazônia (68 espécies ameaçadas de extinção) e o 2º ciclo do PAN São Francisco (6 espécies ameaçadas de extinção). Com isso, a meta para 2022 foi superada. Destaca-se que a meta foi elaborada com base nas 1.173 espécies da fauna ameaçadas de extinção das Portarias MMA 444 e 445 de 17 de dezembro de 2014, porém, o resultado atual considera 1.254 espécies ameaçadas de extinção da Portaria 300 de 13 de dezembro de 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Planos de Ação para Conservação de Espécies Ameaçadas de Extinção (PANs) fazem parte de uma estratégia nacional e devido a: existência de espécies com ampla distribuição, a sobreposição de espécies entre os diversos PANs; PANs que contemplam diversas regiões e, até mesmo, PANs com abrangência em todo país. E ainda, a distribuição do número de espécies (riqueza) não é equitativa, ou seja, algumas regiões têm mais espécies que outras, além disso, a pressão sobre as espécies também é diferente nas diversas regiões do Brasil. Assim, a regionalização para essa meta pode trazer resultados imprecisos, irreais e que não refletem o objetivo do indicador e a situação de conservação, não demonstrará a relação de causalidade com o esforço do ICMBio e não possuirá especificidade e acurácia como orientador para tomada de decisões
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Necessidade de recurso orçamentário que garanta a elaboração, implementação e acompanhamento dos PANs no ICMBio.
Providências implementadas para a superação da restrição: Fortalecimento das parcerias e projetos externos. Entretanto é necessário recurso orçamentário para as atividades institucionais.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Para alcance das metas é necessário garantir quadro de pessoal suficiente para elaboração, monitoria, avaliação e implementação dos PANs. Necessidade de capacitação contínua dos servidores e colaboradores que atuam com PANs.
Providências implementadas para a superação da restrição: Fortalecimento das parcerias e projetos externos e o desenvolvimento de cursos EaD. Entretanto ainda é necessário garantir a manutenção dos instrumentos formais das parcerias e a implementação do Plano de Desenvolvimento de Pessoas do ICMBio.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Necessidade de sistema para gestão dos PANs.
Providências implementadas para a superação da restrição: Busca por fontes alternativas de recurso para desenvolvimento de sistema para gestão dos PANs. Entretanto, é necessário recurso orçamentário e infraestrutura para a manutenção e suporte do sistema.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0296 - Implementação de processos de formação e capacitação em temáticas ambientais promovendo a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais

Informações básicas

Unidade de medida: Número de cursos
Linha de base: 2
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de cursos ou palestras com temática ambiental disponibilizados em plataformas online do MMA
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 14
Meta prevista para 2022: 24
Meta prevista para 2023: 34

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, o MMA continuou com a implementação do Programa Educa+, contando com 12 cursos e 22 palestras. Os 12 cursos oferecidos contaram com 27 turmas que, ao longo do ano, tiveram 22.526 inscritos e 4.604 aprovados. Os números atuais de implementação do Programa, desde sua instituição, são os seguintes: 59.609 inscritos e 13.530 aprovados nos cursos de educação à distância; e mais de 27 mil visualizações nas palestras temáticas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os cursos e palestras com temática ambiental disponibilizados pelo MMA tem abrangência nacional, conforme publicados na plataforma de educação à distância deste Ministério.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0297 - Elaboração e implementação de estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estratégias e instrumentos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal elaborados
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No primeiro semestre de 2022, destacam-se a realização de 2 atividades no âmbito das estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem-estar animal. Primeiro, o Seminário Nacional Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos: ações e perspectivas, que teve como objetivo estabelecer o diálogo entre órgãos governamentais (União, estados e municípios), entidades da sociedade civil e setor privado relativas à proteção e ao bem-estar de cães e gatos abandonados e em situação de vulnerabilidade no país. E, segundo, o lançamento de pesquisa virtual direcionada aos municípios brasileiros, que teve como objetivo obter um diagnóstico sobre a execução políticas públicas de proteção e bem-estar de cães e gatos, permitindo identificar, de um lado, boas práticas que merecem ser incentivadas e disseminadas, e, de outro, problemas que precisam de proposição para resolução. Além disso, no segundo semestre de 2022, foi instituída a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos (Portaria MMA 288/2022), a qual estabelece diretrizes e objetivos para a essa nova agenda temática no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Haja vista a natureza das ferramentas e estratégias implementadas, as quais objetivam resultados no âmbito nacional, não foi possível a regionalização do presente Resultado Intermediário.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0366 - Ação de avaliação e reavaliação quanto ao risco de extinção de espécies da flora brasileira.

Informações básicas

Unidade de medida: Número de avaliações e reavaliações
Linha de base: 9.508
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número total acumulado de avaliações e reavaliações quanto ao risco de extinção de espécies da flora brasileira submetidas aos procedimentos de avaliação.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 9.908
Meta prevista para 2023: 10.308

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10.569
Data do valor apurado: 16/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até dezembro de 2022 foram conduzidas um total de 10.569 avaliações/reavaliações. Além das avaliações conduzidas no âmbito do projeto GEF Pro-Espécies, foram realizados workshop com rede de especialistas que possibilitarão ganhar escala no número de avaliações/reavaliações de risco produzidas em 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trabalhamos em nível nacional, com espécies que apresentam distribuições heterogêneas, em multiplos biomas e fitofisionomias, em distintos contextos espaciais. Nosso escopo é o território brasileiro como um todo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0367 - Acompanhamento de áreas em Recuperação Ambiental

Informações básicas

Unidade de medida: Hectares
Linha de base: 120.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Somatório de áreas em processo de regeneração (polígonos embargados), em recuperação (processo sancionador - PRADs) e de plantios compensatórios ou de reposição florestal do licenciamento
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 120.000
Meta prevista para 2023: 120.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59.854,57
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado apresentado foi obtido através da contabilização das áreas passíveis ou em processo de recuperação ambiental registradas entre 01/01/2022 e 31/12/2022 na entrada de “áreas em recuperação” do sistema CASV, nas quais houve ações por parte do Ibama ou do administrado relacionadas ao acompanhamento de processos com demandas de recuperação ambiental. A base de dados utilizada para contabilização das áreas foi a tabela de atributos dos arquivos vetoriais (shapefiles), dos quais foi realizada a filtragem das áreas duplicadas e calculada a área.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Restrição de pessoal: Atualmente, a competência de realizar as inserções dos polígonos do CASV é dos NUBIOs, neste sentindo, diversas vezes já foi relatada a insuficiência de pessoal para realizar as inserções e, também, de pessoal com entendimentos básicos em geoprocessamento.
Providências implementadas para a superação da restrição: A questão foi discutida no âmbito do PLANABIO 2022-2023 e é do necessário que sejam realizadas capacitações e forças tarefas, a fim de as metas sejam cumpridas.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: A desistência contratual da empresa desenvolvedora do sistema CASV, o cancelamento da ordem de serviço que estavam em curso e a ausência do desenvolvimento das adequações necessárias do referido sistema impactaram o funcionamento do sistema, assim como a qualidade dos dados registrados.
Providências implementadas para a superação da restrição: A empresa responsável pelo contrato emergencial já entregou o produto com as adequações propostas, estando este em estágio final, passando somente pelo processo de homologação, validação do sistema e pontuais correções.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	144,5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	24,19	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	150,67	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	369,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	28.777,26	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	422,88	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	5.654,89	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	350,82	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	4.998,63	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	164,21	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	129,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	418,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	629,85	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	778,44	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	463,78	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	767,07	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	3.470,36	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	3.152,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1.593,43	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	1.553,83	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	128,69	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	228,24	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	399,77	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	5.081,39	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0373 - Acesso ao serviço de conexão à internet sem fio disponibilizados em unidades de Conservação Federais

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Unidades de Conservação
Linha de base: 18
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de Unidades de Conservação com acesso ao serviço de conexão à internet sem fio.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 25
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 46
Data do valor apurado: 30/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta de instalações de antenas wifi nas Ucs federais foi superada, destacando-se que o ICMBio identificou grande valor na ação.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	13	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	10	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	10	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	7	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	6	30/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0374 - Fomento à adesão à Rede Trilhas de Longo curso.

Informações básicas

Unidade de medida: Quilômetros de trilhas
Linha de base: 2.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Quilômetros de trilhas aderidas à Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 3.000
Meta prevista para 2023: 3.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.776,385
Data do valor apurado: 30/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O processo de adesão de trilha envolve a apresentação e análise documental, culminando-se em publicação de portaria para a formalização do ato. As etapas deste processo foram cumpridas, conforme disponibilizado no site do MMA. E, em dezembro de 2022, foi formalizada a adesão da trilha mais recente, a trilha rota dos pioneiros.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	891	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	0	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	0	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.359,415	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	525,97	30/01/2023	Não informado	Não

								informado

PROGRAMA: 1043 - QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

Objetivo: 1226 - Promover a melhoria da qualidade ambiental urbana, com ênfase nos temas prioritários: combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O MMA formulou e implementou, no período de 2019 a 2022, a Agenda Ambiental Urbana (Programa Qualidade Ambiental Urbana - 1043), composto por seis subprogramas/eixos orientados a resultados concretos para a melhoria da qualidade ambiental e, consequentemente, da qualidade de vida das pessoas, tendo em vista que 85% da população brasileira vive nos centros urbanos: **Programa Nacional Lixão Zero (Portaria nº 307/2019): - Alcançou, em setembro de 2022, a marca de 807 lixões encerrados, o que representa uma queda de 25% das áreas irregulares de disposição de resíduos em relação a janeiro de 2019. - Municípios e Consórcios Públicos receberam veículos, máquinas e equipamentos, sendo direcionados mais de R$ 200 milhões para melhorar a coleta seletiva, a reciclagem e a gestão de resíduos sólidos. - Foram lançadas duas entregas, quando do lançamento da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que apresenta caminhos para que, em até 20 anos, 50% dos resíduos sólidos urbanos sejam recuperados de alguma forma, e o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR), que teve a sua segunda versão lançada em 2022 (SINIR+) com recursos tecnológicos inéditos, como mapas em 3D, fluxos de resíduos, rastreabilidade, relatórios instantâneos e integrados e painéis interativos com informações-chave como linhas de financiamento para a gestão de resíduos sólidos. - Outro importante instrumento da PNRS desenvolvido foi a logística reversa. Os avanços em sistemas de logística reversa permitiram que produtos e embalagens descartados pelo consumidor retornassem ao processo produtivo, o que contribuiu para a geração de empregos verdes e, também, para a redução na emissão de gases de efeito estufa e, ao mesmo tempo, na preservação dos recursos naturais, auxiliando na redução do descarte inadequado e da poluição ambiental. - Foram criados 7 sistemas (eletroeletrônicos, baterias chumbo ácido, medicamentos vencidos, embalagens de vidro, embalagens de plástico, embalagens de papel e papelão e embalagens de metal) e aprimorados outros 2 (óleo lubrificante usado e latas de alumínio para bebidas), totalizando 9 sistemas, além do acompanhamento dos demais sistemas legalmente instituídos. - O sistema de logística reversa de eletroeletrônicos, instituído em 2020, registrou avanços concretos em 2021, com a instalação de 3.700 pontos de descarte adequado, beneficiando 1.224 municípios já no seu primeiro ano de implementação. Centrais de consolidação desses resíduos foram instaladas nas 27 capitais de Unidades Federativas. Dados de 2022, deste e dos demais sistemas de logística reversa, têm a consolidação prevista para o primeiro trimestre de 2023. - Ainda em 2021 foram implantados mais de 3.600 pontos de descarte adequado de medicamentos vencidos, cujo sistema de logística reversa foi instituído em junho de 2020. - Em 2021, a coleta e reciclagem de óleo lubrificante usado (OLUC) alcançou volume recorde com 565 milhões de litros de OLUC coletados em mais de 4.250 municípios, produzindo 330 milhões de litros de óleos básicos rerrefinados, com uma contribuição de 15% da demanda pelo produto no país. - Ainda em 2021, a reciclagem de latas de alumínio obteve resultado de 98,7% das latas comercializadas no país sendo recicladas, o equivalente a 33 bilhões de latas. - Houve resultado também na reciclagem de baterias de chumbo-ácido (automativas), sendo coletadas mais de 46 milhões de baterias entre 2019 e 2021, com a reciclagem de 838 mil toneladas de materiais que foram retornados para o ciclo produtivo. - A reciclagem de embalagens de defensivos agrícolas atingiu, em 2021, 53,5 mil embalagens, que corresponde a 94% das colocadas no mercado. - Para estimular a logística reversa e possibilitar uma renda extra para quem opera a reciclagem, como cooperativas de catadores, foi lançado em 2022 o Certificado de Crédito de Reciclagem, o Recicla+. Ao mesmo tempo, representa uma forma mais simplificada e desburocratizada de as empresas cumprirem suas obrigações referentes à logística reversa. - Acordos de cooperação foram assinados com Consórcios Públicos em MG para a implantação de usinas de triagem mecanizadas e aceleração da reciclagem no estado. - Outros estados foram beneficiados por meio de Editais lançados pelo MMA desde 2019. - A recuperação de resíduos orgânicos

foi estimulada com o lançamento do Programa Metano Zero, que visa contribuir com os compromissos assumidos pelo país no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, no Pacto de Glasgow e no Acordo Global de Metano. - O aumento da sinergia entre tais políticas e a educação ambiental foi possibilitado por meio do lançamento da iniciativa Escolas +Verdes. **Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (Portaria MMA nº 209/2019): - Compreende ações estratégicas para reduzir a quantidade de lixo que chega aos ambientes costeiro e marinho. - Entre 2019 e 2022, foram registrados 554 mutirões de limpeza de praias, rios e mangues, que mobilizaram mais de 41 mil voluntários, com a coleta e destinação de mais de 311 toneladas de resíduos, com cerca de 844 mil itens retirados do meio ambiente. As ações realizadas têm como objetivo promover a recuperação ambiental, a educação e cidadania ambiental e, ao mesmo tempo, possibilitar a consolidação de informações e orientar ações para atacar a causa-raiz do problema. - Em 2021, foi lançado o Curso Conduta Consciente na Zona Costeira e Marinha, com foco no combate ao lixo no mar. Disponibilizado na plataforma de educação à distância do MMA, o curso estimula práticas responsáveis para a melhoria da qualidade do ambiente e o cuidado com os recursos naturais. Entre 2021 e 2022, foram concluídas 4 turmas, com mais de 3.300 pessoas inscritas. - Em 2022, foi desenvolvido o SuperApp MMA, por meio do qual foram desenvolvidos e disponibilizados dois aplicativos mobile: o “Combate ao Lixo no Mar”, que permite organizar e mobilizar participantes de mutirões de limpeza e registrar os resultados; e o “Praia Limpa”, que consolida e divulga informações relacionadas à balneabilidade de praias brasileiras, em parceria com estados e municípios costeiros. Atualmente abrange 1.268 pontos de monitoramento. **Programa Cidades+Verdes (Portaria MMA nº 504/2020): - Lançado em 2020, com o objetivo de incentivar a criação, a recuperação e a integração de áreas verdes urbanas. - Também foi lançado o Cadastro Ambiental Urbano – CAU, ferramenta para gestão das áreas verdes urbanas por gestores e para divulgar informações, potencializar o uso e seu acesso pela sociedade. Por meio do aplicativo o cidadão pode conhecer as áreas verdes urbanas e contribuir com a gestão local. - No âmbito do Cidades+Verdes, 8 projetos estão sendo executados com investimento superior a R$ 3,5 milhões. - Além desses, por meio do Edital de Chamamento Público nº 02/2021, foram selecionados 11 projetos para implantação, ampliação ou revitalização de parques urbanos, entre os quais dois já estão em execução, com investimento de R$ 2,04 milhões. Mais projetos poderão ser contemplados futuramente, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira. **Programa Nacional Rios +Limpos (Portaria MMA nº 439/2021): - Em sua primeira operação no rio Cuiabá e baías de Chacororé e Siá Mariana/MT resultou na retirada de 12 toneladas de lixo do Pantanal. - Ações de limpeza de rio também foram realizadas nos rios Araguaia/GO, Pacaas Novos/RO, Tapajós/PA, Paraíba e Sanhauá/PB, Lago de Palmas/TO, Amazonas/AP, Rio Sergipe e Vaza Barris/SE, Poti e Parnaíba/PI, que resultaram na mobilização de milhares de voluntários e mais de 20 toneladas de resíduos retirados e destinados adequadamente, envolvendo, sempre que foi possível, cooperativas de catadores. - O programa apresenta entre seus objetivos fomentar ações que promovam a despoluição dos rios e a melhoria da qualidade das águas. - Em 2022, foram implantadas estações unifamiliares de tratamento de esgoto, eficazes e de baixo custo operacional e de manutenção, que beneficiaram 80 famílias em comunidades de Linhares/ES e Presidente Figueiredo/AM. - Encontra-se em desenvolvimento sistema informatizado para a gestão dos efluentes líquidos lançados nos rios brasileiros, de forma a se verificar a adequação do tratamento realizado e o atendimento aos padrões legais. **Programa Nacional Ar Puro (Portaria MMA nº 386/2021): - Apresenta como objetivo melhorar a qualidade do ar nos centros urbanos, o que está diretamente relacionado à saúde e à qualidade de vida da população. - Também foi lançado o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr. O MonitorAr compila os dados de monitoramento gerados pelas redes estaduais e distrital de monitoramento e disponibiliza as informações, em tempo real, sobre a qualidade do ar à sociedade via website e aplicativo mobile. Atualmente abrange 156 estações, em 8 estados e atende 51% da população brasileira. **Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas (Portaria MMA nº 603/2020): - Foram realizados treinamentos especializados para órgãos ambientais. - Foi lançado o Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas. - Foi aprovado o Projeto “Destruição ambientalmente adequada de PCBs no Brasil”, com investimentos da ordem de US$ 10 milhões, para a destinação adequada de 15.000 toneladas de resíduos contaminados por esses “poluentes orgânicos persistentes (POP)”, com a execução de ações inovadoras e uso de novas tecnologias.

Meta: 051Y - Realizar ações para a melhoria da qualidade ambiental urbana em 27 unidades da federação, de forma a contemplar pelo menos uma ação de um dos temas prioritários do programa Qualidade Ambiental Urbana (combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas) em cada unidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 15
Meta prevista para 2022: 22
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 27
Data de Referência: 27/10/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
No Distrito Federal	-	-	-	-	1	31/12/2022	Lançamento do SINIR - Brasília/DF - Ação nº 11 do Programa Lixão Zero.
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	31/12/2022	Realização de evento alusivo ao Dia Internacional da Reciclagem, em ocasião marcada pela inauguração do Central de Tratamento e Valorização de Resíduos (CTVR) Costa do Descobrimento, que possibilitará o encerramento de 8 lixões naregião - Santa Cruz Cabrália/BA.
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de João Pessoa. Operação “Rios +Limpos” na capital do Estado, que contou com a participação de 106 voluntários, que realizaram a coleta de 2.500 kg de resíduos em 3 km de extensão.
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	1	31/01/2022	Realização de mutirões de limpeza de praias em Maragogi, Japaratinga, Barra de Santo Antônio, Passo de Camaragibe e em Macéio/AL / Inauguração Central de Logística Reversa de Eletroeletrônicos em Macéio/AL / Repasses de R$ 200.000,00 no âmbito dos Termos de Fomento celebrados entre MMA e a Associação dos Catadores de Resíduos Sólidos de Arapiraca/AL, cujos objetos são Implementação de coleta seletiva com inclusão social de catadores para qualidade Ambiental Urbana e aquisição de equipamentos para otimizar a produção e descanso

							digno para os catadores, melhorando a qualidade de vida e o ambiente urbano.
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Goiânia. Operação “Rios +Limpos Araguaia”, realizada no rio Araguaia, no município de Aruanã/GO resultou na retirada de uma tonelada de lixo do rio e suas margens. Ação de arborização urbana, realizada pela prefeitura municipal de Goiânia, apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente, com o plantio de 50.000 mudas de árvores em 30 minutos. A cidade almeja ultrapassar o recorde mundial de plantio e figurar dentre as mais arborizadas do mundo. Na mesma ocasião foi realizado o lançamento municipal do Cadastro Ambiental Urbano - CAU, aplicativo desenvolvido pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio do qual o cidadão conhece as áreas verdes urbanas em seu município e interage com o gestor público.
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ações para melhoria da gestão de resíduos sólidos (Ações nº 1, 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero), com investimento total de R$ 3.793.629,66, no âmbito de convênio celebrado entre MMA e Campo Verde/MT.
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ações para melhoria da gestão de resíduos sólidos (Ações nº 1, 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero), com investimento total de R$ 4.870.274,28, no âmbito de convênios celebrados entre MMA e Costa Rica/MS (R$ 3.857.860,28) e Jardim/MS (R$ 1.012.414,00).
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1	31/12/2022	Lançamento de Edital de Chamada Pública para seleção de projetos de implantação de usinas de triagem mecanizadas de resíduos sólidos urbanos, a serem executados por Consórcios Públicos situados no Estado de Minas Gerais, com vistas à melhoria da gestão de resíduos sólidos, com investimentos previstos em R$ 100 milhões (Ações 1, 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero, da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana) – Belo Horizonte/MG.
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	31/12/2022	Nove ações de Combate ao Lixo no Mar nos municípios de Tamandaré, Barreiros, Rio Formoso, Sirinhaém, São José da Coroa Grande, Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, com a participação de 335 voluntários, em 3,2 km de extensão de praias e mangues, resultando no recolhimento de 1.180 kg de resíduos que foram reciclados ou destinados de forma ambientalmente adequada.
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ações para melhoria da gestão de resíduos sólidos (Ações nº 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero), com investimento total de R$ 3.847.242,00, no âmbito de convênio celebrado entre MMA e Vilhena/RO.
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Boa Vista.
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ações para melhoria da gestão de resíduos sólidos (Ações nº 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero), com investimento total de R$ 2.742.500,00, no âmbito de convênio celebrado entre MMA e município de Balneário Piçarras/SC.

No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1	31/12/2022	Acordo Setorial Baterias Chumbo Ácido - São Paulo/SP - Ação nº 6 do Programa Lixão Zero (Fortalecer a implementação do sistema de Logística Reversa).
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	1	31/12/2022	Celebração de convênio para aumento da arborização urbana, com investimento de R$ 300.000,00 – Programa Cidades+Verdes - Aracaju/SE.
No Estado do Acre	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Rio Branco.
No Estado do Amapá	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Macapá. Operação “Rios +Limpos” nos Rio Amazonas, recolhendo 1.500 kg de resíduos em 4,9 km de extensão, com a participação de 124 voluntários.
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ação de limpeza no Rio Negro - Manaus/AM - Ação nº 4 do Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar (Realizar ações de combate ao lixo nos rios)
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1	31/12/2022	Repasse de R$ 1.806.906,48 no âmbito de convênio celebrado entre MMA e o Município de Russas/CE, cujo objeto é a Melhoria da Gestão dos Resíduos Sólidos por meio da Implementação da Coleta Seletiva na Sede do Município de Russa/CE / Repasse de R$ 2.349.703,37 no âmbito de convênio celebrado entre MMA e o Município de Itapipoca/CE, cujo objeto é a Melhoria da Gestão dos Resíduos Sólidos no município de Itapipoca - Ações nº 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Vitória. Três ações de Combate ao Lixo no Mar nos municípios de Conceição da Barra, Linhares e São Mateus, com a participação de 90 voluntários, em 3,5 km de extensão de praia, resultando no recolhimento de 620 kg de resíduos que foram reciclados ou destinados de forma ambientalmente adequada. Inauguração de sistemas de tratamento de esgoto de alta eficiência (> 90%) em 50 propriedades rurais localizadas na Bacia de Manhuaçu, em Linhares/ES
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de São Luís.
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Belém. Operação “Rios +Limpos Tapajós”, realizada no rio Tapajós, no município de Santarém/PA, resultou na retirada de meia tonelada de lixo do rio e suas margens, com 84 voluntários que percorreram 5,5 km.
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1	31/12/2022	Ações para melhoria da gestão de resíduos sólidos (Ações nº 1, 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero), com investimento total de R$ 11.811.359,14, no âmbito de convênios celebrados entre MMA e Guarapuava/PR (R$ 4.682.835,66), Marechal Cândido Rondon/PR (R$ 2.274.891,32), Ivaiporã/PR (R$ 3.815.858,16) e Diamante D'Oeste/PR (R$ 1.037.774,00).
No Estado do	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no

Piauí							Município de Teresina. Operação “Rios +Limpos” nos rios Parnaíba e Poti, resultou na retirada de meia tonelada de lixo do rio e suas margens, com voluntários que percorreram 6 km
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município do Rio de Janeiro.
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração Central de Logística Reversa de Eletroeletrônicos em Natal/RN / Descentralização externa de créditos orçamentários e repasse financeiro no valor de R$ 89.105,00 em favor da UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMIÁRIDO – UFERSA/RN para a execução do projeto "Produção de mudas de espécies nativas para distribuição aos municípios do Estado do RN visando a arborização urbana"
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2022	Repasse de R$ 4.881.000,00 no âmbito de convênio celebrado entre MMA e o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - CIGRES/RS, cujo objeto é a melhorar a gestão de resíduos sólidos nos municípios que integram o CIGRES/RS - Rio Grande do Sul - RS - Ações nº 2, 3 e 4 do Programa Lixão Zero - 25/05/2020
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	1	31/12/2022	Inauguração de central de logística reversa de eletroeletrônicos no Município de Palmas. Operação “Rios +Limpos” no Lago de Palmas, na capital do Estado, que contou com a participação de 116 voluntários, que realizaram a coleta de 300 kg de resíduos.

Indicador: 8755 - Número de Unidades da Federação com pelo menos uma ação dos temas prioritários do Programa Qualidade Ambiental Urbana realizada

Informações básicas

Unidade de medida: unidade por ano
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/08/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 27
Data do índice: 27/10/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0254 - Atlas de Potencial Energético dos RSU (Resíduos Sólidos Urbanos) publicado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Atlas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Atlas Publicado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 08/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Atlas lançado em evento realizado na Aneel com a participação do Ministro do Meio Ambiente, do Ministro de Minas e Energia e do Secretário de Qualidade Ambiental. https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/ministerio-do-meio-ambiente-lanca-atlas-de-recuperacao-energetica-de-residuos-solidos#:~:text=O%20Atlas%20de%20Potencial%20Energ%C3%A9tico%20dos%20Res%C3%ADduos%20S%C3%B3lidos%20estar%C3%A1%20dispon%C3%ADvel,energia%20em%20todo%20o%20pa%C3%ADs.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito nacional - produto não pode ser regionalizado
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0255 - Plano Nacional de Resíduos Sólidos - Planares elaborado

Informações básicas

Unidade de medida: Números de Planos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Planares Elaborado.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 13/04/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Plano Nacional de Resíduos Sólidos aprovado por meio do Decreto nº 11.043/2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito nacional - produto não pode ser regionalizado
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0257 - Inventário Nacional de Resíduos on-line lançado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ferramentas digitais
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Inventário Nacional de Resíduos Sólidos on-line lançado no âmbito do SINIR.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 29/06/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistema instituído por meio da Portaria MMA nº 280/2020.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito Nacional - Produto não pode ser regionalizado
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0258 - Manifesto de Transporte de Resíduos MTR on-line lançado.

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ferramentas digitais
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Manifesto de Transporte de Resíduos MTR on-line lançado no âmbito do SINIR (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos)
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 06/06/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistema instituído por meio da Portaria MMA nº 280/2020.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito Nacional - Produto não pode ser regionalizado
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0270 - Sistema de Logística Reversa implementado ou aprimorado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Sistemas
Linha de base: 2
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Sistemas de Logística Reversa implementados ou aprimorados
Meta prevista para 2020: 4
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9
Data do valor apurado: 21/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram criados 7 sistemas (eletroeletrônicos, baterias chumbo ácido, medicamentos vencidos, embalagens de vidro, embalagens de plástico, embalagens de papel e papelão e embalagens de metal) e aprimorados outros 2 (óleo lubrificante usado e latas de alumínio para bebidas), totalizando 9 sistemas, além do acompanhamento dos demais sistemas legalmente instituídos. Detalhamento dos sistemas de logística reversa de embalagens: - Logística reversa de embalagens de vidro – procedimento concluído com a publicação do Decreto nº 11.300, de 2022. - Logística reversa de embalagens de plástico – procedimento de consulta pública e oitiva concluídos, restando apenas a análise e consolidação no âmbito do MMA e envio para aprovação pelo Presidente da República. - Logística reversa de embalagens de papel e papelão – procedimento de consulta pública concluído, restando a oitiva dos órgãos federais com competências relacionadas à matéria, seguida de análise e consolidação no âmbito do MMA e envio para aprovação pelo Presidente da República. - Logística reversa de embalagens de metal – procedimento de consulta pública concluído, restando a oitiva dos órgãos federais com competências relacionadas à matéria, seguida de análise e consolidação no âmbito do MMA e envio para aprovação pelo Presidente da República.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito Nacional - Produto não pode ser regionalizado
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0271 - Ações de combate ao lixo nos rios realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de açoes
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Ações de combate ao lixo nos rios realizadas
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Programa Nacional Rios +Limpos (Portaria MMA nº 439/2021): - Em sua primeira operação no rio Cuiabá e baías de Chacororé e Siá Mariana/MT resultou na retirada de 12 toneladas de lixo do Pantanal. - Ações de limpeza de rio também foram realizadas nos rios Araguaia/GO, Pacaas Novos/RO, Tapajós/PA, Paraíba e Sanhauá/PB, Lago de Palmas/TO, Amazonas/AP, Rio Sergipe e Vaza Barris/SE, Poti e Parnaíba/PI, que resultaram na mobilização de milhares de voluntários e mais de 20 toneladas de resíduos retirados e destinados adequadamente, envolvendo, sempre que foi possível, cooperativas de catadores. - O programa apresenta entre seus objetivos fomentar ações que promovam a despoluição dos rios e a melhoria da qualidade das águas.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ações locais, entretanto são de abrangência regional
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0272 - Ações para a melhoria da gestão de resíduos realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de municípios beneficiados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Municípios beneficiados
Meta prevista para 2020: 48
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 218
Meta prevista para 2023: 268

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 250
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado abrange municípios beneficiados por meio de OGU, emendas parlamentares, editais e parcerias.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Programa Lixão Zero é de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0273 - Sistema de gestão de áreas verdes urbanas lançado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Sistemas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Sistema lançado (municípios atendidos).
Meta prevista para 2020: 1

Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 09/09/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistema lançado por meio da Portaria MMA nº 504/2020.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0382 - Aplicativo de qualidade ambiental de balneários, com informações de balneabilidade, lançado e aprimorado (PraiaLimpa)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Aplicativos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Aplicativo lançado e aprimorado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 12/04/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Aplicativo lançado em evento realizado no dia 12/04/2022. Atualmente abrange 1.268 pontos de monitoramento. https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/meio-ambiente/audio/2022-04/aplicativo-traz-informacoes-sobre-condicoes-de-praias-brasileiras
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0383 - Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas lançado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de sistemas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Sistema lançado e aprimorado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 12/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistema lançado em evento realizado no dia 12/12/2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0384 - Painel de Resultados das ações de Combate ao Lixo no Mar atualizado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Painéis
Linha de base: 1
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Painel atualizado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Painel é atualizado continuamente e pode ser acessado por meio do link https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/combate-ao-lixo-no-mar Seção Resultados.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Painel de abrangência nacional, regionalização dos dados pode ser observada com a aplicação de filtros no painel.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0385 - Plataforma SINIR+ lançada e aprimorada

Informações básicas

Unidade de medida: Número de plataformas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Plataforma lançada e aprimorada
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 13/04/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: SINIR+ lançado em evento realizado no dia 13/04/2022. Disponível em sinir.gov.br https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/mma-lanca-sinir-com-informacoes-detalhadas-sobre-a-gestao-dos-residuos-solidos-em-todo-o-pais
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Ação de âmbito Nacional - Produto não pode ser regionalizado
Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0387 - Aplicativo de Combate ao Lixo no Mar lançado, mantido e atualizado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de aplicativos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Aplicativo lançado e atualizado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 28/06/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Aplicativo lançado na Conferência dos Oceanos, realizada em Lisboa de 27 de junho a 1 de julho 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0388 - Sistema de Inventário Nacional de Bifenilas Policloradas - PCB lançado e aprimorado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de sistemas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Sistema lançado e aprimorado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 25/04/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Sistema lançado por meio da Portaria Interministerial MMA/MME nº 107, de 25 de abril de 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Sistema de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0389 - Aplicativo de logística reversa lançado e aprimorado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de aplicativos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Aplicativo lançado e aprimorado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O aplicativo de logística reversa não foi lançado porque ainda era necessário ajustes no seu desenvolvimento para atender aos requisitos de informática necessários para que esteja dos padrões do governo federal como exemplo utilização de software livre. Foi lançado um sistema de logística reversa no SINIR porém esse sistema encontra-se em manutenção para melhoria da operabilidade dos usuários.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Aplicativo de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0390 - Aplicativo do SINIR+ lançado e atualizado

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Aplicativos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Aplicativo lançado e atualizado
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O portal SINIR + foi lançado e está em plena operação. Nesse portal foram integrados informações relacionadas a resíduos sólidos como da Agência Nacional de Águas, Sistema Nacional de Saneamento Básico SNIS do Ministério de Desenvolvimento Regional, Cadastro Técnico Federal do IBAMA. Também foram incluídos o Atlas de Recuperação Energética e Atlas de Destinação Final. Porém o SINIR + e um portal, que pode ser acessado pelo celular mas não um aplicativo não é responsivo.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Aplicativo de abrangência nacional.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Lançamento do aplicativo esta condicionado à obtenção dos recursos necessários para sua conclusão.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não foram registradas providências.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 1058 - MUDANÇA DO CLIMA

Objetivo: 1181 - Implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo de implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono, depende da contribuição de iniciativas que estão nas diversas áreas de governo. Por exemplo, estimativa de

investimentos em fontes renováveis de energia, que foram feitas pela Empresa de Pesquisa Energética, sob a coordenação do Ministério de Minas e Energia. Da mesma forma, estimativas de recursos e benefícios ambientais do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono, que estão no âmbito do Ministério da Agricultura. Adicionalmente, a iniciativa mais relevante no âmbito do MMA foi o Programa Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas. Em 2022, foram finalizadas as atividades do Grupo Técnico Temporário para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA (GTAdapta). Foram elaboradas as Diretrizes para a Revisão do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e seu Monitoramento e Avaliação, cujo documento foi encaminhado para apreciação pela Câmara Técnica do Comitê Interministerial sobre a Mudança do Clima e o Crescimento Verde - CTCIMV para apreciação. Ainda sobre adaptação à mudança do clima, destaca-se o projeto de "Apoio ao Brasil na implementação de sua Agenda Nacional de Adaptação à Mudança do Clima" (PROADAPTA), que apoia ações que contribuem para a implementação das estratégias setoriais do PNA em nível nacional, intersetorial, regional e local, no âmbito da Iniciativa Internacional do Clima do Governo da República Federal da Alemanha (IKI). Foi realizado em parceria com os Ministérios da Infraestrutura; Economia; Ciência, Tecnologia e Inovações; Instituto nacional de Pesquisas Espaciais; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Prefeituras de Salvador e Santos; Estados de São Paulo e Santa Catarina; Fundação Boticário, e Companhia de Saneamento do Paraná. As ações realizadas abrangeram governança climática, gestão de risco climático, adaptação baseada em ecossistemas e o engajamento empresarial. O Projeto Siderurgia Sustentável, finalizado em 2022, permitiu a redução da emissão direta de 111.218 tCO2e/ano, além de ter apoiado 36 pequenos produtores de carvão vegetal em diversos municípios de Minas Gerais. Além disso, foi elaborada a Estratégia de incentivo à sustentabilidade econômica, social e ambiental da siderurgia brasileira com uso de carvão vegetal. No que diz respeito aos incentivos para a descarbonização da economia brasileira, o Governo Federal publicou o Decreto nº 11.075, de 19 de maio de 2022, que estabeleceu os procedimentos para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e instituiu o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SINARE), fortalecendo o cumprimento das diretrizes estabelecidas pela Política Nacional de Mudança do Clima, Lei nº 12.187/2009. Ainda em 2022, o MMA coordenou Grupo Técnico Temporário para a elaboração da estratégia de implementação da NDC, com o objetivo de subsidiar a elaboração da estratégia nacional para implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada ao Acordo de Paris e outros instrumentos relacionados à implementação da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e o acordo de Paris. O GT aguarda estudos para de aprofundamentos técnicos pelo Ministério da Agricultura e consultas à sociedade para embasar a estratégia de implementação da NDC brasileira. O MMA também coordenou Grupo Técnico Temporário da Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC para acompanhar e contribuir com o processo de elaboração da Quinta Comunicação Nacional do Brasil à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC, subsidiando a discussão sobre lições aprendidas quanto aos capítulos 4 e 5 da 4ª Comunicação Nacional referentes à medidas para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima e outras informações relevantes para atingir os objetivos da Convenção de Clima no Brasil, além da análise das metas e objetivos do Projeto da Quinta Comunicação Nacional e Relatórios Bienais de Atualização e de Transparência do Brasil. No intuito de subsidiar os Ministérios com dados para elaboração da Quinta Comunicação Nacional, em 2022, no âmbito do Projeto celebrado com a FAO, foi contratada a empresa ERM Brasil Ltda, com o objetivo de elaborar estudos visando o levantamento de melhorias e lacunas no Inventário Nacional. Para o aprimoramento do inventário, foi incluindo benchmark nacional e internacional, com a proposta de um plano de ação com categorização hierárquica de prioridades para a melhoria contínua da precisão do inventário nacional e pesquisa e desenvolvimento nacional. Em março de 2022, o Governo Federal lançou o Programa Metano Zero, que estimula a produção e uso do biogás e biometano, a partir de resíduos sólidos e orgânicos da agricultura, pecuária e aterros sanitários. Espera-se que, com o programa, as emissões de metano sejam reduzidas em 36%. Com relação ao mapeamento de estimativa de necessidades de financiamento para combate e enfrentamento da mudança do clima relatado à UNFCCC, foram iniciadas as atividades de levantamento de iniciativas de combate e enfrentamento da mudança do clima junto aos Ministérios setoriais responsáveis, bem como foram iniciadas as atividades de levantamento de custos estimados para as iniciativas, tendo por base estudos e/ou documentos públicos do governo. Com a publicação do Decreto nº 11.075/2022, foram firmados sete (7) Protocolos de Intenções que visam a implementação do referido Decreto, com ações conjuntas para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação, por meio do suporte técnico setorial, elaboração de estudos, diagnósticos, bem como outras atividades que visem os fins propostos. Em julho de 2022, o MMA celebrou acordo bilateral com o governo do Japão com o objetivo de fomentar o mercado regulado de créditos de carbono. Os dois países reconhecem o mercado de carbono como ferramenta fundamental de redução de gases de efeito estufa e enfatizam a importância da criação de oportunidades bilaterais de investimentos em projetos verdes de tratamento de resíduos sólidos, a fim de gerar energia limpa e diminuir as emissões de metano, contribuindo assim para que as nações cumpram seus objetivos anunciados durante a última conferência do clima. Na 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP27), realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, foi anunciada a criação da aliança dos países detentores das maiores florestas tropicais do mundo, valorizar a biodiversidade dos países e promover remuneração justa pelos serviços ecossistêmicos prestados pelas três nações – especialmente via crédito de carbono de floresta nativa, aliança entre Brasil, Indonésia e República Democrática do Congo. Também foi assinado o documento que propõe a criação de um

mercado global de créditos de metano. O Projeto “GEF Brasil: Vertentes - Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil” foi endossado pelo Fundo Mundial do Meio Ambiente - GEF, em 15 de março de 2022, e submetido ao Banco Mundial, em 19 de outubro de 2022. O Projeto foi aprovado pelo Banco Mundial em novembro de 2022. Ainda, em 2022, foram concluídas as negociações junto ao Fundo Mundial do Meio Ambiente – GEF e Banco Mundial para a implementação do Projeto “GEF Brasil: Vertentes, que será implementado com recursos de doação do Programa FOLUR - “GEF-7 Food Systems, Land Use and Restoration Impact Program”. O projeto Vertentes objetiva aumentar a área sob manejo sustentável da terra em paisagens naturais produtoras de gado de corte e soja, além de promover a integração de sistemas alimentares e paisagens sustentáveis, conservação da biodiversidade e recuperação de áreas degradadas, no bioma Cerrado, nos estados da Bahia, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal (área total de 47,2 milhões de hectares), beneficiando diretamente 10.500 pessoas. Apesar das entregas evidenciadas, os resultados se mostraram aquém dos desafios impostos para a agenda de mudança do clima, além de, em muitos casos, serem identificados retrocessos importantes na condução da agenda. O grande desafio é reverter esta situação e voltar a apontar o Brasil para o futuro. A transição para a economia de baixo carbono é entendida como uma vantagem competitiva para o País, que tem condições de gerar negócios, produtos e serviços com menores emissões de carbono, além de oferecer soluções para as necessidades de mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Por exemplo, a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC, que foi instituída pela Lei 12.187/2009 e é o principal arcabouço normativo da agenda climática no país, estabelece as diretrizes, instrumentos e governança da política climática e teve vários dos seus instrumentos paralisados a partir de 2019. A sua estrutura de governança foi modificada e praticamente eliminou a participação da sociedade civil. Mesmo dentro da governança operacional, com membros do governo federal, foram tomadas decisões equivocadas e unilaterais sobre o encaminhamento dos compromissos brasileiros. Não foi apresentada uma estratégia de implementação da Contribuição Nacionalmente Determinada - NDC ou a estratégia de longo prazo para a redução das emissões, que estão previstas nos termos do Acordo de Paris, do qual o país é signatário. Projetos e ações de acompanhamento dos planos setoriais e das emissões também foram paralisados e descontinuados, portanto, é necessário recompor a governança, atualizar as metas, restituir os planos setoriais e começar o desenvolvimento dos planos de implementação da NDC e da estratégia de longo prazo. Com relação à Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), as atualizações promovidas pelo Brasil durante a COP 26, em Glasgow, significaram mais um retrocesso. Na prática, permite um aumento do quanto pode ser emitido de CO2, o que viola o acordo de Paris que prevê que as NDC só podem aumentar em ambição. Além disso, as NDCs apresentadas foram elaboradas sem qualquer diálogo com a sociedade, sem metas setoriais adequadas e sem especificação de como o Brasil cumpriria seus compromissos. Assim, é necessário iniciar um processo de revisão da NDC com ampla participação da sociedade civil, com metas claras de redução. É urgente também que o Brasil retome a implementação da NDC de maneira transversal em todas as áreas do governo e, mais uma vez, com transparência e participação da sociedade, estabelecendo o Conselho Nacional de Mudanças Climáticas como ente de definição das Políticas de Mudanças Climáticas, com participação dos entes federados e sociedade civil. Ademais, com relação ao Plano Nacional de Adaptação, que foi instituído por meio da Portaria 150/2016 do MMA, para promover a gestão e redução de risco climático no Brasil frente à mudança do clima, nos últimos anos, não houve avanços significativos na sua implementação. Finalmente, destaca-se outros desafios que se impõem para a agenda de mudança do clima: - Reformular o modelo de governança climática; - Estabelecer a Autoridade Nacional de Segurança Climática, que subsidiará a formulação de políticas, regulará e monitorará a implementação das políticas e metas setoriais em âmbito nacional das ações relativas à mitigação, adaptação e promoção da resiliência às mudanças do clima e supervisionará os instrumentos, programas e ações para a implementação da PMC e seus planos setoriais; - Estabelecimento de um "orçamento climático" na formulação do planejamento de médio prazo, de forma a que as mitigações de gases de efeito estufa e medidas de adaptação às mudanças climáticas apareçam de forma transversal nas políticas públicas, sobretudo nas áreas de agropecuária, energia, mobilidade urbana e resíduos sólidos, com o objetivo de contrapor a pouca expressão, a desorganização e a falta de transparência dos gastos; - Restabelecer o protagonismo do Brasil na agenda internacional sobre clima; e - Fortalecer o institucionalmente Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e garantir que seus recursos sejam restabelecidos.

Meta: 0507 - Reduzir as emissões de gases de efeito estufa em 30% abaixo dos níveis de 2005

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: ** Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE): Os dados consolidados para o monitoramento de redução de emissões de GEE são baseados nas Comunicações Nacionais à UNFCCC. Em 31 de dezembro de 2020, foi publicada a 4ª e mais recente Comunicação Nacional do Brasil, contendo os dados do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) relativos ao ano de 2016 (valores de 4 anos antes do ano de referência da Comunicação). Assim, em 2016, considerando a 4º Comunicação Nacional, o Brasil emitiu 1.576.544 milhares tCO2e (GWP - AR5), o que representa uma redução de 38,47% nas emissões quando comparada ao ano-base de 2005, que foi de 1.576.544 toneladas de CO2e (GWP - AR5). ** Relatório das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa: Segundo o Relatório das Estimativas Anuais de Emissões de Gases de Efeito Estufa, elaborado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI), as emissões totais em 2020 se situaram em 1.675.760 milhares tCO2e, o que representa uma redução de 32% nas emissões quando comparada ao ano-base de 2005, entretanto, foram 13,7% maiores quando comparadas às emissões de 2016.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessário aguardar a publicação dos próximos inventários nacionais das emissões antrópicas, por fontes e remoções por sumidouros dos gases de efeito estufa não controlados pelo Protocolo de Montreal no âmbito das Comunicações Nacionais. Considerando a meta do Programa 1058 do PPA 2020-2023, de redução de 30% dos níveis de emissão de GEE com relação ao ano-base 2005, o país só terá conhecimento do desempenho final quando publicar sua 6º Comunicação Nacional, prevista para 2028, que conterá os dados atualizados da séria histórica a partir de 2024.

Resultado Intermediário: 0249 - Mapeamento de estimativa de necessidades de financiamento para combate e enfrentamento da mudança do clima relatado à UNFCCC (Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % do Mapeamento com estimativa de necessidades de financiamento para combate e enfrentamento da mudança do clima elaborado
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 01/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram realizadas as atividades de levantamento de iniciativas de combate e enfrentamento da mudança do clima junto aos Ministérios setoriais responsáveis, bem como foram iniciadas as atividades de levantamento de custos estimados para as iniciativas, tendo por base estudos e/ou documentos públicos do governo. Importante destacar, mais uma vez, que as iniciativas estão dispersas em diferentes programas de governo, como por exemplo no Plano ABC, no Programa Agricultura Sustentável, e no Programa Renovabio.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Resultado tem abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0250 - Relatório final de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima - PNA elaborado.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % do Relatório final de Monitoramento e Avaliação (M&A) do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima elaborado
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 21/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança o Clima – Ciclo 2016-2020 foi finalizado e aprovado no âmbito do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, por meio da Resolução no 6 de outubro de 2021. O relatório apresentou os avanços na agenda de adaptação no país no período citado. O documento foi feito nas versões em português e inglês e encontra-se disponibilizado no ambiente eletrônico do Ministério do Meio Ambiente (https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaozoniodesertificacao/plano-nacional-de-adaptacao?_authenticator=8374e0b29e7a8d1e922d59f3bc17cc10c9865e25
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Resultado com abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0252 - Estratégia Nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso de carvão vegetal validado pelos entes do Governo Federal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % da Estratégia Nacional de incentivo à siderurgia brasileira com uso do carvão vegetal elaborada
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 30/06/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Estratégia elaborada no âmbito do projeto Siderurgia Sustentável, e aprovada pelo Comitê de Acompanhamento do Projeto (MMA - Coordenador do Projeto, MAPA, MCTI, ME, PNUD - Agência Implementadora do Projeto, e Governo de Minas Gerais); Plataforma MRV desenvolvida e colocada em operação. Dados das empresas apoiadas no âmbito do mecanismo de apoio inseridos na plataforma.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	100	30/06/2021	O Projeto foi realizado no Estado de Minas Gerais	Não informado

Resultado Intermediário: 0256 - Projeto Vertentes - Consórcios de Uso Múltiplo Sustentável da Paisagem - elaborado e submetido ao BIRD.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % do Projeto Vertentes elaborado a ser submetido ao BIRD
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 29/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Projeto “GEF Brasil: Vertentes - Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil” foi endossado pelo Fundo Mundial do Meio Ambiente - GEF, em 15 de março de 2022, e submetido ao Banco Mundial, em 19 de outubro de 2022. O Projeto foi aprovado pelo Banco Mundial em novembro de 2022. Ainda, em 2022, foram concluídas as negociações junto ao Fundo Mundial do Meio Ambiente – GEF e Banco Mundial para a implementação do Projeto “GEF Brasil: Vertentes, que será implementado com recursos de doação do Programa FOLUR - “GEF-7 Food Systems, Land Use and Restoration Impact Program”
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O projeto será implementado em nove (9) Núcleos de Interpretação de Paisagens Naturais Produtivas envolvendo os seguintes Estados: BA, DF, GO, MG, MT e MS
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2201 - BRASIL MODERNIZA

Objetivo: 1212 - Aumentar a qualidade da prestação de serviços à sociedade, modernizando o ambiente de negócios e a gestão pública, com ênfase na transformação digital dos serviços públicos.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: De acordo com o Decreto 11.329/23 -A Secretaria Especial de Modernização do Estado foi extinta. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações da Casa Civil da Presidência da República e remaneja cargos em comissão, funções de confiança e gratificações.

Meta: 051K - Melhorar o Índice de Modernização (IM) para 85% nos próximos quatros anos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 60,01
Data de referência da linha de base: 31/01/2019
Meta prevista para 2020: 59,5
Meta prevista para 2021: 71,5
Meta prevista para 2022: 77,5
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Data de Referência: 24/02/2023
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: Não tem regionalização.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: De acordo com o Decreto 11.329 de 01/01/2023. A Secretaria Especial de Modernização do Estado foi extinta.
Providências implementadas para a superação da restrição: -

Indicador: 8756 - Índice de Modernização

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem %
Valor de referência: 60,01
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: -
Data do índice: -
Observação: -

Resultado Intermediário: 0014 - Serviços públicos digitais oferecidos pelo Governo

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 515
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de serviços públicos digitalmente transformados
Meta prevista para 2020: 1.000
Meta prevista para 2021: 1.500
Meta prevista para 2022: 1.600
Meta prevista para 2023: 1.700

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.930
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta foi atendida com a oferta e sustentação de plataforma de automação pela Secretaria, somado aos serviços transformados por meio do programa Start up gov. Não obstante, o ritmo de transformação tende a desaceleração, já que a grande maioria dos serviços digitalizáveis já são hoje digitais.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não tem regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Fonte das informações: Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGISP)

Resultado Intermediário: 0015 - Agilização do procedimento de abertura de empresas

Informações básicas

Unidade de medida: Dia(s)
Linha de base: 4,45
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Redução do tempo de abertura de empresa
Meta prevista para 2020: 3

Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 1,16
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Dados apurados no Mapa de Empresas (https://gov.br/mapadeempresas). Considerando cada unidade federativa, os valores apurados são estes: Acre: 0,91 dia (22 horas); Alagoas: 0,84 dia (20 horas); Amazonas: 0,52 dia (12 horas); Amapá: 1,30 dia (1 dia e 7 horas); Bahia: 0,61 dia (15 horas); Ceará: 1,13 dia (1 dia e 3 horas); Distrito Federal: 0,83 dia (20 horas); Espírito Santo: 0,55 dia (13 horas); Goiás: 0,88 dia (21 horas); Maranhão: 0,72 dia (17 horas); Minas Gerais: 1,33 dia (1 dia e 8 horas); Mato Grosso do Sul: 0,81 dia (19 horas); Mato grosso: 0,71 dia (17 horas); Pará: 2,12 dia (2 dias e 3 horas); Paraíba: 0,78 dia (19 horas); Pernambuco: 0,77 dia (18 horas); Piauí: 1,16 dia (1 dia e 4 horas); Paraná: 0,68 dia (16 horas); Rio de Janeiro: 1,40 dia (1 dia e 10 horas); Rio grande do Norte: 1,32 dia (1 dia e 8 horas); Rondônia: 0,82 dia (20 horas); Roraima: 0,71 dia (17 horas); Rio Grande do Sul: 0,84 dia (20 horas); Santa Catarina: 1,25 dia (1 dia e 6 horas); Sergipe: 0,26 dia (6 horas); São Paulo: 1,06 dia (1 dia e 1 horas); e Tocantins: 0,98 dia (1 dia). Tempo médio de abertura de empresas reduziu nos últimos anos em virtude de medidas para reduzir tempo e procedimentos necessários para o processo de abertura de empresas, bem como a digitalização do processo. Dentre essas medidas, vale mencionar: revisão das instruções normativas do DREI; revisão das Resoluções CGSIM; implementação de fluxo de coleta única de dados para a abertura de empresas (Balcão Único); assinatura Gov.Br etc.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não há.
Restrições: -
Notas do usuário: Fonte das Informações: Secretaria da Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Empreendedorismo (MDIC) Data: 20.04.2023

PROGRAMA: 2202 - DEFESA AGROPECUÁRIA

Objetivo: 1230 - Promover a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O programa Defesa Agropecuária possui como objetivo a promoção a sanidade da produção agropecuária, a idoneidade e inocuidade de seus insumos e produtos. Para o alcance desses objetivos, a Secretaria de Defesa Agropecuária executou no exercício de 2022 ações de regulação e fiscalização, que estão espelhadas nas Ações Orçamentárias do Programa Defesa Agropecuária, como ações de Modernização e Fortalecimento da Defesa; Fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária; Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, além de ações de Desenvolvimento e Controle da Agricultura Orgânica. Além disso, o programa Defesa Agropecuária conta com metas intermediárias nas áreas de Saúde Animal, Sanidade Vegetal, Insumos Agropecuários e Gestão. No que se refere à Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA), foi concluído o Manual de Métodos Oficiais para o Diagnóstico Animal o qual incluiu a revisão de 16 legislações que regulamentam a execução de métodos laboratoriais para o diagnóstico de

doenças animais de interesse agropecuário, além do lançamento da terceira versão do Mapa Estratégico. Esses documentos trouxeram elementos de gestão aos atuais processos, práticas e diretrizes da Rede LFDA. Em 2022 também foi entregue o primeiro produto do projeto de análise de eficiência do Diagnóstico Animal (DIA), que trata da avaliação econômica. Com relação à quantidade de ensaios realizados pelos LFDAs, em 2022 foram realizados 972.768 ensaios, quantidade 11% superior ao apurado em 2021. Já em relação ao número de amostras recebidas, foram contabilizadas 171.221 amostras, 24% a superior ao recebido em 2021. Quanto à Saúde Animal, o Brasil desenvolveu um amplo programa de vigilância e certificação, o qual está permitindo o reconhecimento do país como livre de febre aftosa sem vacinação, reduzindo o custo de produção, aumentando a remuneração do produtor e abrindo mercados externos. Em 2022, cerca de 68% do rebanho bovino brasileiro já é produzido sem vacinação. O Brasil manteve as 16 UFs livres de peste suína clássica, por meio da execução do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos. O Plano iniciou suas ações no ano de 2022 nos estados pertencentes à zona livre de peste suína clássica, contando com componentes destinados a aspectos da vigilância. Neste sentido, foi realizado de maio de 2021 a junho de 2022, com resultados que comprovaram a ausência de infecção da peste suína clássica (PSC), na zona livre, e das doenças peste suína africana (PSA) e síndrome reprodutiva e respiratória de suínos (PRRS). Estes resultados ajudam a manter o Brasil como o quarto maior produtor e exportador mundial de carne suína, produzindo cerca de 4,7 milhões de toneladas de carne suína e um valor bruto de produção de cerca de R $31,4 bilhões. Está em andamento uma consultoria para estabelecimento de um programa de vacinação na zona não-livre. Na área de produtos de uso veterinários, foi publicado painel BI com as listagens de todos os produtos de uso veterinários registrados, possibilitando melhorar a gestão de dados da cadeia de controlados e otimizar os procedimentos de fiscalização, além de ser uma ferramenta que contribuirá para coibir a venda desses produtos para estabelecimentos não registrados, reduzindo sua comercialização irregular e diminuindo o desvio de uso desses produtos. No que se refere à sanidade vegetal, tem-se as ações de contingenciamento para bloqueio da disseminação da Monilíase no território brasileiro, doença que ataca plantações de cacau e cupuaçu, envolvendo todos os elos da cadeia produtiva do cacau. Em continuidade às ações de manutenção da área livre da Mosca da Carambola, foi possível manter a praga restrita em parte dos estados do Pará e Roraima e em todo estado do Amapá, onde são aplicadas ações de controle, tais como pulverizações com iscas tóxicas, técnica de aniquilamento de machos, coleta e destruição de frutos. Além disto, ações no âmbito internacional vêm sendo conduzidas com a Guiana. No que tange à Inspeção de produtos de origem animal, foram implantadas auditorias internacionais remotas nas unidades descentralizadas de inspeção de produtos de origem animal, permitindo aumentar a abrangência dos locais auditados e de um maior número de participantes das equipes envolvidas. Este protocolo pioneiro permitiu a manutenção do fluxo de produtos de origem animal com os países com os quais o Brasil possui acordos sanitários. Desta forma, mais de 100 auditorias internacionais remotas foram realizadas em estabelecimentos brasileiros produtores de carnes de aves, bovinos, suínos e de pescado. Tais ações permitiram a habilitação de 66 estabelecimentos nacionais para exportarem seus produtos para países como Chile, China e México, além de outros estabelecimentos que puderam manter suas habilitações conquistadas anteriormente. Também, foi ampliado o rol de produtos padronizados, o que garante agilidade futura nos registros destes produtos. Aproximadamente 80% das solicitações de registro ou alterações de registros de produtos de origem animal foram aprovadas automaticamente. Já na Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, avançou-se na padronização de diversos produtos, dentre eles cita-se: bebidas não alcoólicas, derivados de uva e vinho, pimentão, morango, café torrado e castanhas, nozes e frutas secas. Além disso, houve um conjunto de ações fiscais de combate à fraude, clandestinidade e irregularidade de produtos de origem vegetal. No âmbito da vigilância agropecuária internacional, no ano de 2022 o Programa de Vigilância em Defesa Agropecuária para Fronteiras Internacionais (Vigifronteira), que visa combater o trânsito e o comércio irregular de mercadorias, bens e insumos agropecuários nas áreas de fronteiras internacionais, passou a integrar o Programa de Proteção Integrada de Fronteiras (PPIF) para o fortalecimento das ações integradas com órgãos de segurança pública do Ministério da Justiça. Em 2022, a Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) buscou não somente se ajustar ao incremento da demanda proveniente da expansão agropecuária e do comércio exterior, mas também aos novos conceitos de gestão e de governança públicas. Por fim, em dezembro de 2022 foi sancionada a Lei Nº 14.515, de 29/12/2022, que permite o autocontrole na produção agropecuária modificando o modelo de fiscalização vigente, exclusivamente estatal, para um modelo híbrido, compartilhado com os produtores rurais e indústria, disponibilizando à fiscalização federal informações produzidas pela empresa quanto aos controles realizados e registrados no seu regime de produção.

Meta: 052M - Manter em 81,0% o nível de conformidade dos produtos de origem animal e vegetal.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 81
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 81
Meta prevista para 2021: 81
Meta prevista para 2022: 81
Meta prevista para 2023: 81

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 86,44
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Justificativa para não regionalização da Meta: InCPOA possui metodologia de coleta por sorteio, que não considera regionalização

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Falta de pessoal para coleta de amostras e para análise laboratorial nas áreas de DIPOA e DIPOV
Providências implementadas para a superação da restrição: Pedidos de concurso anualmente ao ME

Indicador: 8735 - Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 81
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 86,44
Data do índice: 31/12/2021
Observação: Dados referentes a dezembro de 2021. Dados 2022 só estarão disponíveis a partir de maio

Resultado Intermediário: 0195 - Unidades da federação livres da febre aftosa com e sem vacinação

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 27
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Reconhecimento de Estados como livres de Febre Aftosa, com ou sem vacinação
Meta prevista para 2020: 27
Meta prevista para 2021: 27
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O sistema de vigilância para a febre aftosa (SVFA) no Brasil está normatizado no Plano de Vigilância para a Febre Aftosa, disponível na página eletrônica do Mapa em português, espanhol e inglês. O SVFA está composto por cinco componentes: vigilância a partir das notificações de suspeitas de doenças vesiculares; vigilância em estabelecimentos rurais; vigilância em eventos agropecuários; vigilância em estabelecimentos de abate; e estudos soroepidemiológicos, sendo este último exclusivo nas zonas com vacinação. A avaliação nacional do SVFA é realizada por meio de metodologia e indicadores específicos para cada componente, com frequência anual e realizada pelo MAPA, em âmbito nacional, e em nível estadual pelos SVEs nas 27 Unidades Federativas, com vistas a garantir a real importância dos componentes, obter o máximo de eficiência e munir os gestores com informações para auxiliar na avaliação de impacto de medidas de intervenção, definição de estratégias e melhor uso dos recursos disponíveis. Os cinco componentes de vigilância levam em consideração aspectos clínicos, epidemiológicos e laboratoriais. A vigilância a partir das notificações de suspeitas de doenças vesiculares tem por base o atendimento às suspeitas notificadas pelos produtores rurais, profissionais de agropecuária e agentes ligados aos setores público e privado das cadeias produtivas. Os demais componentes têm por base a vigilância ativa e envolvem inspeções realizadas pelo Serviço Veterinário Oficial (SVO) em abatedouros, propriedades rurais e eventos com aglomerações de animais, complementadas por estudos soroepidemiológicos em zonas em que se pratica a vacinação. Em 2022, o Brasil manteve sua zona livre com vacinação e suas quatro zonas livres sem vacinação (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Bloco I), com todo o país reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal como livre de febre aftosa. O último foco da doença do país ocorreu em 2006.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Considerando o quantitativo de atividades previstas e a complexidade do tema, ainda se observa restrições de pessoal técnico e capacitado em algumas Unidades Federativas.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Unidade vem envidando esforços para a automação de processos, bem como para a elaboração e implantação de eventos de capacitação de pessoal e Plano de Educação e Comunicação em saúde animal, com enfoque na febre aftosa.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Algumas ações do Programa de competência de outras instâncias dentro do MAPA, bem como de outras instituições públicas e privadas, o que requer atenção em função de atrasos que podem comprometer andamentos futuros.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas diversas reuniões com demais instâncias do MAPA e outras instituições com o objetivo de melhorar a articulação entre todos os setores envolvidos

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Embora o impacto da pandemia tenha sido substancialmente menor quando comparado a 2020 e 2021, ainda assim comprometeu o deslocamento de servidores e a ocorrência de reuniões e outros eventos presenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram mantidos os treinamentos EAD e o projetos de vídeos técnicos. Apesar das restrições quanto à vigilância, foram mantidos os estudos soroepidemilológicos para certificação nas zonas livres de febre aftosa com vacinação.

Notas do usuário: O site do PNEFA traz todas as informações atualizadas, com nova seção contendo conteúdos de educação e comunicação voltados a Febre Aftosa - https://www.gov.br/agricultura/ptbr/assuntos/sanidadeanimal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/febre-aftosa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado
Região Nordeste	9	9	9	9	9	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Norte	7	7	7	7	7	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas. No entanto já identificamos necessidade de incremento na força de trabalho.	Não informado
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2022	As atividades vêm sendo realizadas, com restrições não impactantes para os objetivos propostos.	Não informado

Resultado Intermediário: 0196 - Unidades da federação livres da Peste Suína Clássica

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 16
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Reconhecimento de Estados como livres da Peste Suína Clássica
Meta prevista para 2020: 16
Meta prevista para 2021: 16
Meta prevista para 2022: 16
Meta prevista para 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2021 foi implantado o Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos (https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sanidade-animal-e-vegetal/saude-animal/programas-de-saude-animal/sanidade-suidea/PlanoIntegradodeVigilnciaPNSS.pdf). O referido Plano responsável pelo sistema de vigilância sanitária para a Peste Suína Clássica (PSC) é composto por um conjunto de ações que visam impedir o ingresso da doença e detectar sinais, diretos ou indiretos, da presença do agente patogênico em uma população suína susceptível, de forma precoce, permitindo reação rápida além de garantir a certificação de zonas livres da doença no Brasil. Os dados da realização de cada um dos componentes do Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos foram adequadamente compilados e analisados ao final do período de 12 meses da sua implantação. A realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência das doenças alvo.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos é executado pelos Serviços Veterinários Estaduais das 16 UFs livres de PSC. Na BA, SE e ES não havia recursos financeiros disponíveis para o pagamento das análises laboratoriais exigidas no Plano.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi realizada articulação do Departamento de Saúde Animal e Departamento de Suporte Técnico, ambos do MAPA, para a realização dos exames laboratoriais , das amostras oriundas da BA, SE e ES, no Laboratório Federal Agropecuário de Minas Gerais.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Houve atraso na compilação e análise dos dados refentes ao Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos, pois há escassez de força de trabalho no Departamento de Saúde Animal para realização desta tarefa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi dada prioridade para as atividades acima elencadas em detrimento de outras menos importantes/urgêntes.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: O Sistema de Gerênciamento de Estudos Epidemiológicos (SIGEP) não funcionou, desta forma houve atraso na implantação do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos, dificuldades para captação de dados, atraso na compilação e análise dos dados dos estudos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi necessário utilizar um aplicativo desenvolvido pela Oxford Universty, o Epicollect5, para realização do Plano Integrado de Vigilância de Doenças dos Suínos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das fronteiras e das divisas, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para o Estado do MT, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual.	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a

								ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.
Região Nordeste	2	2	2	2	2	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica nos dois os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das divisas com a zona não livre de PSC do Brasil, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para os Estados de SE e BA, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual.	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.
Região Norte	3	3	3	3	3	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram

							para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Manter os controles das divisas com a zona não livre de PSC do Brasil, em especial quanto ao trânsito de suínos, produtos e subprodutos passíveis de veiculação do vírus da peste suína clássica é um grande desafio para os Estados do AC, RO e TO, sendo que ações direcionadas para ampliar a vigilância já estão sendo adotadas, tanto no nível Federal, quanto Estadual.	vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores. Implantar o Plano integrado de vigilância de doenças dos suínos.	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das

								atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2022	Restrições/Obstáculos a serem superados: Ampliar a infraestrutura de recursos humanos e físicos para a execução das atividades, incluindo a capacitação do Serviço Veterinário Estadual. Ampliar a participação de todos os setores, aumentando a vigilância para peste suína clássica em todos os estados. Ampliar os fundos emergenciais públicos ou privados para saúde animal dando maiores garantias aos produtores.	O Plano integrado de vigilância é composto por cinco componentes abaixo listados, cada componente do sistema de vigilância compreende uma atividade utilizada para investigar um ou mais perigos na população-alvo. 1. vigilância sorológica baseada em risco: foram analisadas 36.050 amostras de soro sanguíneo, oriundas de 2.090 propriedades rurais. 2. inspeções em estabelecimentos de criação: foram vistoriados 864.466 suínos em 21.142 propriedades rurais. 3. investigações de casos suspeitos: foram realizados 141 atendimentos de casos suspeitos de PSC. 4. inspeção em abatedouros: passaram pela inspeção ante e post mortem 57.590.371 procedentes de 141.008 propriedades rurais. 5. vigilância sorológica em suínos asselvajados: foram analisadas 1.787 amostras de soro sanguíneo de suínos asselvajados. Ao avaliar os dados, é possível afirmar que a realização das atividades de vigilância ativa preconizadas, como a investigação complementar de todos os casos suspeitos e o cumprimento das amostragens planejadas, foram os fatores determinantes para que a vigilância alcançasse níveis muito satisfatórios de sensibilidade e confiança para demonstrar a ausência de circulação do vírus da PSC nas zonas livres do Brasil.

Resultado Intermediário: 0198 - Aumentar a capacidade de processamento de amostras recebidas para análise de conformidade na Rede de Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária (LFDA).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 90
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de amostras processadas nos Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária
Meta prevista para 2020: 91
Meta prevista para 2021: 91
Meta prevista para 2022: 91
Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 93,6
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado alcançado pela Rede LFDA em 2022, igual a 93,60%, é considerado bastante satisfatório, visto estar acima da meta (91%). Do total de 171.221 amostras recebidas no ano, 160.261 tiveram seus relatórios de ensaios emitidos até 31/12/2022, sendo consideradas processadas. Comparado aos resultados de 2021 (95,94%) e 2020 (91,80%), observa-se uma oscilação considerada normal, sendo o resultado da Rede LFDA sempre mantido acima da meta. Dentre as amostras não processadas, 4.852 (2,83%) foram rejeitadas por motivos externos ao laboratório, ou seja, problemas na coleta ou envio da amostra ao laboratório. Este percentual é ligeiramente acima do observado em 2021 (2,47%). Os maiores percentuais deste tipo de rejeição foram observados em amostras das áreas de Medicamentos Veterinários e Defensivos, com 16,36% (9 das 55 amostras recebidas), Identidade e Qualidade de Alimentos, com 10,00% (910 amostras), Microbiologia de Alimentos, com 5,98% (776 amostras) e Resíduos e Contaminantes em Alimentos, com 4,12% (692 amostras). Apesar de a rejeição por motivos externos não ser um parâmetro sob governança da CGAL, são envidados esforços em seu monitoramento, para levar informações aos Departamentos responsáveis. Outras 74 amostras foram rejeitadas por motivos internos ao laboratório (0,04% do total recebido), número bastante inferior ao de 2021 (138 amostras ou 0,1%). Esta redução é vista como um excelente resultado. Em relação a amostras aguardando análise (aquelas que foram recebidas, mas não tiveram relatório de ensaio emitido até o fechamento do ciclo), o percentual foi de 3,52% (6.034 amostras), percentual acima do observado em 2021 (1,49%), mas inferior a 2020 (5,3% ou 9.050 amostras), e 2019 (7,8%, ou 14.218 amostras). Em 2022, a justificativa mais citada nas análises críticas para o número de amostras aguardando análise ao encerramento do ano foi a quantidade de amostras recebidas de forma concentrada no último trimestre e envio superior à capacidade operacional.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária atuam em âmbito nacional, de acordo com seus escopos de atuação. Logo, podem receber amostras de todas as regiões do país.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A provisão recebida pela Rede LFDA em 2022 (no PI FUNLABB) foi de R$ 67.964.392,00 para custeio e R$ 1.547.534,00 para investimento. Considerando a real necessidade da Rede na modalidade custeio, calculada em R$ 91.088.498,67, tem-se que o déficit nesta modalidade para a Rede LFDA no ano de 2022, foi de R$ 23.124.106,67. Além da insuficiência de recursos de custeio prevista para o exercício, houve a limitação de liberação de orçamento nos primeiros meses do ano, quando em janeiro foi disponibilizado 1/12 avos, em fevereiro 1/16 avos e em março 1/18 avos, o que dificultou a aquisição de insumos e a manutenção de contratos importantes, como os de manutenção de equipamentos e limpeza dos laboratórios conforme o planejado.

Providências implementadas para a superação da restrição: Diante de tais dificuldades impostas, foi realizada gestão junto às autoridades competentes da Secretaria de Defesa Agropecuária, por meio de Processo SEI, informando as necessidades reais da Rede LFDA. Somado a isso, considerando o orçamento anual previsto insuficiente, são realizadas reduções em algumas despesas, na tentativa da adequação ao orçamento liberado. Importante ressaltar que a Rede LFDA vem, ao longo dos últimos anos, envidando grandes esforços no sentido de racionalizar contratos de prestação de serviços.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: De acordo com a Portaria 512, de 18 de janeiro de 2022, foi evidenciada a carência de Auditores Fiscais Federais Agropecuários - AFFA para a Rede LFDA (Coordenação-Geral de Laboratórios Agropecuários e Laboratórios Federais de Defesa Agropecuária), para as carreiras de Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo, Zootecnista, Químico e Farmacêutico. Existe, ainda, grande carência de Técnicos de laboratório e agentes administrativos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Levantamento da carência de servidores e apresentação aos gestores. Remanejamento e compartilhamento de servidores entre as áreas. Priorização de atividades, conforme demanda.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0199 - Reduzir o tempo médio de análise de processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários

Informações básicas

Unidade de medida: Dias
Linha de base: 90
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Prazo de análise para processos prioritários de concessão de registros, certificações e habilitações de insumos e produtos agropecuários
Meta prevista para 2020: 88
Meta prevista para 2021: 83
Meta prevista para 2022: 78
Meta prevista para 2023: 74

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58
Data do valor apurado: 31/01/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado alcançado, com redução efetiva do tempo de registro de estabelecimentos de fertilizantes e de vinhos e bebidas ao longo do período em função da melhoria dos processos de trabalho, incluindo a autorização de registro automático para algumas atividades, como estabelecimentos comerciais de fertilizantes. Também é causa da redução de prazo a redistribuição de processos dos estados com maior demanda para UFs com menor demanda. A atividade de registro foi incluída no PGD das áreas, também contribuindo para a superação dos resultados.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Redução de recursos orçamentários e alto orçamento em fonte dependente de arrecadação
Providências implementadas para a superação da restrição: Discussão com setorial orçamentária

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Redução do quadro de Auditores Fiscais e de Técnicos de Fiscalização
Providências implementadas para a superação da restrição: Pedidos de concurso e revisão de processos

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	78	74	39,55	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Nordeste	-	-	78	74	36,46	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Norte	-	-	78	74	41,74	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Sudeste	-	-	78	74	63,43	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado
Região Sul	-	-	78	74	65,31	31/12/2022	Resultados consideram registro de estabelecimentos de vinhos e bebidas e de fertilizantes, inoculantes e afins.	Vide análise no indicador agregado

Resultado Intermediário: 0200 - Número de unidades da federação livres da Mosca da Carambola

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 24
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Estados mantidos sem ocorrência da Mosca da Carambola

Meta prevista para 2020: 24
Meta prevista para 2021: 24
Meta prevista para 2022: 24
Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Restrição/bloqueio de orçamento que limitaram a aquisição dos insumos necessários às ações de controle da praga nas unidades da federação COM OCORRÊNCIA da praga (Amapá, Pará e Roraima), o que pode gerar um impacto negativo na manutenção do status dos estados ainda indenes.
Providências implementadas para a superação da restrição: Reiteradas solicitações aos níveis hierárquicos superiores.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Redução do quadro de servidores aptos à realização das ações de monitoramento em função de aposentadorias e falta de contratação de novos servidores, tanto pelo MAPA, quanto pelas Agências Estaduais de Defesa Agropecuária.
Providências implementadas para a superação da restrição: Contratação de empresa terceirizada para apoio nas ações de monitoramento e controle da praga no estado de Roraima.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.

Região Nordeste	9	9	9	9	9	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.
Região Norte	4	4	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.
Região Sudeste	4	4	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.
Região Sul	3	3	3	3	3	31/12/2022	Não informado	Os eventos de capacitação e sensibilização promovidos pelo MAPA quanto à importância da manutenção nas ações de monitoramento preventivo da praga Bactrocera carambolae tem gerado um maior engajamento das Agências Estaduais de Defesa Agropecuária na execução destas atividades.

Resultado Intermediário: 0334 - Fiscalizar boas práticas de fabricação dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 2,8
Data de referência da linha de base: 30/12/2020
Indicador: Percentual de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário fiscalizados (IFPV)
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 41
Meta prevista para 2023: 40

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 17
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta de fiscalizações de estabelecimentos fabricantes de produtos veterinários prevista para 2022 não foi alcançada. Tal fato se deve principalmente pela incapacidade operacional dos SISAs/DDA/SFA em executarem as fiscalizações programadas com base em risco. Houve solicitação de apoio da Equipe Nacional de Fiscalização de Produtos Veterinários, porém a demanda de solicitação é muito maior do que a capacidade operacional dessa equipe. Houve também restrições orçamentárias até o mês de abril, além do recolhimento de recursos em dezembro, o que impossibilitou o deslocamento de Auditores Fiscais Federais Agropecuários da Equipe Nacional por 05 meses durante 2022. A referida meta para 2022 foi estipulada de acordo com a frequência de fiscalização baseada no risco estimado dos estabelecimentos, elaborada conforme o Manual de procedimentos para estimar o risco de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, aprovado pela Norma Operacional DSA n° 003, de 17 de dezembro de 2019, e autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A ausência de fiscalização eficiente na frequência estipulada com base no risco, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SDA nº 138/2022, em fabricantes registrados proporciona oportunidade para que esses estabelecimentos, os quais possuem instalações e equipamentos apropriados, além do acesso às matérias primas, funcionem como potenciais núcleos de produção de produtos irregulares. Tais produtos irregulares não passaram por avaliação segurança, estabilidade, eficácia e depleção de resíduos. Portanto, representam risco não somente à saúde dos animais, mas também à saúde pública e à economia do País. Considerando o exposto, há necessidade de providências para aumentar o quadro de AFFAs para execução de fiscalização de produtos veterinários, seja por meio de remanejamento interno, ou pela realização de concurso com vagas específicas destinadas à fiscalização de produtos veterinários.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Restrições orçamentárias até o mês de abril, além do recolhimento de recursos em dezembro, o que impossibilitou o deslocamento de Auditores Fiscais Federais Agropecuários da Equipe Nacional por 05 meses durante 2022. Houve também o aumento do valor das diárias pelo Decreto 11.117/2022.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de recomposição do PI.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Falta de AFFAs para realizar as fiscalizações, estados mais críticos São Paulo (SEI 21052.014698/2021-48) e Paraná (SEI 21034.013359/2022-43).
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de recomposição da força de trabalho.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	0	50	50	25	23/01/2023	Em 2022, havia 07 estabelecimentos registrados no Distrito Federal. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi	Não informado

							realizada apenas 01, das 02 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, a fiscalização não foi realizada devido à problemas de saúde do representante legal do estabelecimento que seria fiscalizado na semana prevista para fiscalização e não houve reprogramação da referida fiscalização.	
No Estado da Bahia	-	25	50	25	16,67	23/01/2023	Em 2022, havia 06 estabelecimentos registrados no estado da Bahia. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Das 02 fiscalizações previstas, 01 foi realizada com apoio da Equipe Nacional de Fiscalização. A outra fiscalização não foi realizada pois o registro do estabelecimento foi indeferido.	Não informado
No Estado de Goiás	-	0	42	50	21,43	23/01/2023	Em 2022, havia 14 estabelecimentos registrados no estado de Goiás. Estavam previstos para serem fiscalizados 08 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 03, das 08 fiscalizações previstas. O SISA não apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	0	0	100	100	23/01/2023	Em 2022, havia 01 estabelecimento registrados no estado do Mato Grosso. Estavam previstos para serem fiscalizados 01 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A fiscalização prevista foi realizada.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	0	33	67	100	23/01/2023	Em 2022, havia 03 estabelecimentos registrados no estado do Mato Grosso do Sul. Estavam previstos para serem fiscalizados 03 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 03 fiscalizações previstas foram cumpridas.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	7	37	44	44,74	23/01/2023	Em 2022, havia 38 estabelecimentos registrados no estado de Minas Gerais. Estavam previstos para serem fiscalizados 18 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas 17, das 18 fiscalizações previstas. Conforme	Não informado

							justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, uma fiscalização não foi realizada pois houve solicitação de apoio da Equipe Nacional, porém não houve disponibilidade da equipe em atender à demanda.	
No Estado de Pernambuco	-	0	29	71	9,09	23/01/2023	Em 2022, havia 11 estabelecimentos registrados no estado de Pernambuco. Estavam previstos para serem fiscalizados 07 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 07 fiscalizações previstas. O SISA não apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	4	58	17	20	23/01/2023	Em 2022, havia 25 estabelecimentos registrados no estado de Santa Catarina. Estavam previstos para serem fiscalizados 19 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Das 19 fiscalizações previstas, apenas 05 foram realizadas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, as demais fiscalizações não foram realizadas devido à falta de pessoal e falta de treinamento.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	4	41	41	6,6	23/01/2023	Em 2022, havia 197 estabelecimentos registrados no estado de São Paulo. Estavam previstos para serem fiscalizados 90 de acordo com a frequência baseada no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 13, das 90 fiscalizações previstas. As demais fiscalizações não foram executadas devido à falta de pessoal, houve solicitação de auxílio da Equipe Nacional de Fiscalização para o cumprimento das fiscalizações, porém não houve tempo hábil e nem disponibilidade para atender toda demanda.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	0	100	0	0	23/01/2023	Em 2022, havia 01 estabelecimentos registrados no estado de Sergipe Estavam previstos para serem fiscalizados 01 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. A fiscalização prevista não foi realizada. O SISA não apresentou justificativa para o não cumprimento das fiscalizações.	Não informado

No Estado do Ceará	-	33	33	33	50	23/01/2023	Em 2022, havia 04 estabelecimentos registrados no estado do Ceará. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 02 fiscalizações foram realizadas com apoio da Equipe Nacional de Fiscalização de Produtos Veterinários.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	0	0	100	14,29	23/01/2023	Em 2022, havia 07 estabelecimentos registrados no Distrito Federal. Estavam previstos para serem fiscalizados 02 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foi realizada apenas 01, das 02 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, a fiscalização não foi realizada devido à problemas de saúde do representante legal do estabelecimento que seria fiscalizado na semana prevista para fiscalização e não houve reprogramação da referida fiscalização.	Não informado
No Estado do Paraná	-	7	39	48	9,68	23/01/2023	Em 2022, havia 62 estabelecimentos registrados no estado do Paraná. Estavam previstos para serem fiscalizados 38 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas apenas 06, das 38 fiscalizações previstas. As demais fiscalizações não foram executadas devido à falta de pessoal, houve solicitação de auxílio da Equipe Nacional de Fiscalização para o cumprimento das fiscalizações, porém não houve tempo hábil e nem disponibilidade para atender toda demanda.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	21	57	21	35,71	23/01/2023	Em 2022, havia 14 estabelecimentos registrados no estado de Goiás. Estavam previstos para serem fiscalizados 08 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. Foram realizadas 05, das 08 fiscalizações previstas. Conforme justificativa que consta na planilha de gerenciamento de dados relativos à programação e execução da fiscalização de produtos de uso veterinário, as demais fiscalizações não foram realizadas pois 01 estabelecimento estava com as atividades suspensas e os outros 02 solicitaram o cancelamento de registro.	Não informado

No Estado do Rio Grande do Sul	-	0	27	27	54,17	23/01/2023	Em 2022, havia 24 estabelecimentos registrados no estado do Rio Grande do Sul. Estavam previstos para serem fiscalizados 13 de acordo com a frequência baseado no risco estimado dos estabelecimentos, de acordo com autos dos processos 21000.074545/2019-41 e 21000.009981/2022-44. As 13 fiscalizações previstas foram cumpridas.	Não informado

Resultado Intermediário: 0335 - Reduzir o prazo de análise das solicitações de registro de produtos de uso veterinário

Informações básicas

Unidade de medida: meses
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Prazo de registro de produtos de uso veterinário (PRPV)
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 34
Meta prevista para 2022: 28
Meta prevista para 2023: 24

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 30,1
Data do valor apurado: 02/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve melhora do indicador de 2021 (32,7 meses) para 2022 (30,1 meses); no entanto, o indicador em 2022 ficou acima da meta estabelecida para este ano, que era de 28 meses. Ainda há ainda um passivo de processos de registro acumulados por razões diversas, que incluem desde baixo efetivo de AFFAs (um problema constante) até lacunas da legislação (agora sendo revisada e que levaram ao sobrestamento dos processos) e esses processos estão sendo agora concluídos - alguns ainda são processos protocolizados em 2017, com elevado prazo de análise, o que contribui para o aumento do prazo médio de registro. Vale ressaltar que o indicador reflete os prazos de registro de produtos farmacêuticos e produtos biológicos, que são analisados por duas equipes diferentes. Há gargalos significativos nos fluxos relacionados à análise de produtos farmacêuticos, que requerem dois profissionais (veterinário e farmacêutico) para a análise e que tem gargalos mais significativos, tanto de pessoal como relacionados a problemas de TI, que contribuem para um prazo médio bem maior. Assim, vale ressaltar que, se não fosse a contribuição do menor prazo obtido pelos processos de registro de produtos biológicos, o desempenho teria sido ainda mais aquém do esperado. Ainda, inovações legais no período levaram à necessidade de aporte de documentação adicional por parte das empresas, o que aumentou a demanda de análise pelos analistas de processos de registro, levando a aumento dos prazos de análise.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A análise de processos de registro inicial e alteração de registro de produtos veterinários é conduzida em sua totalidade na CPV, em Brasília, não cabendo, portanto, regionalização.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Temos falta de auditores fiscais nas diferentes áreas da Coordenação de Registro e Fiscalização de produtos veterinários: faltam AFFAs farmacêuticos, o que faz com que haja um grande represamento na etapa da análise farmacêutica dos processos de registro de produtos veterinários farmacêuticos; falta AFFA na Coordenação de Registro, onde a demanda é enorme, e a Coordenação conta com apenas 1 AFFA (a coordenadora), o que leva a um represamento na etapa de parecer final das solicitações. Faltam analistas de processos de registro no geral, tanto para análise de processos de registro como para revisão da legislação (muitas normas desatualizadas) e para outras ações da Coordenação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Considerando a dificuldade em conseguir aumentar a força de trabalho, visto ser essa uma carência em todo o serviço público, e enquanto não há perspectivas de contratações temporárias ou concurso público, aliada à dificuldade de conseguir liberação das chefias imediatas quando há interesse por parte do servidor de atuar na CPV, a Coordenação vem trabalhando no sentido de buscar a automação de processos (principalmente via plataforma ATHENA desenvolvida em Acordo de Cooperação Técnica com o setor privado), além de estabelecer parcerias com os SISAs, para conseguir cessão parcial de farmacêuticos (embora isso crie gargalos para os SISAs) e rever procedimentos com o objetivo de enxugar processos. No entanto, essas medidas são paliativas e o problema tende a se agravar no médio prazo.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Enfrentamos muitas dificuldades relacionadas à TI/ sistemas utilizados para produtos farmacêuticos, hoje no SIPEAGRO, há inúmeras dificuldades relacionadas ao sistema em si, como instabilidades e erros frequentes, limitações em termos de gerenciamento dos dados, entre outras. Para produtos biológicos, o fato de ainda não ter sido concluída sua migração para o SIPEAGRO pela TI torna ainda mais difícil sua gestão, pelo fato de ainda serem analisados via processos SEI.
Providências implementadas para a superação da restrição: Tendo em vista a morosidade da TI do MAPA para solucionar os problemas enfrentados, foi desenvolvida uma plataforma de gerenciamento e automação de processos de registro, integrada ao SIPEAGRO, resultante de um Acordo de Cooperação Técnica com o setor regulado. Dito sistema, o ATHENA, entrará em produção nas próximas semanas, e esperamos que contribua para a redução dos prazos de registro, com base em automações, melhores fluxos, melhor gerenciamento dos processos. Paralelamente, dedicamos esforços contínuos em reuniões junto à TI buscando soluções de problemas e a finalização da migração dos produtos biológicos; no entanto, a morosidade da TI e o encerramento do contrato com a fábrica de software estão além do alcance de nossas ações.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2203 - PESQUISA E INOVAÇÃO AGROPECUÁRIA

Objetivo: 1228 - Prover conhecimentos e tecnologias adequadas para a adoção de soluções para o setor agropecuário, fomentando a competitividade, a rentabilidade da produção, a segurança alimentar e nutricional, e o desenvolvimento da agropecuária.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária faz parte do Plano Plurianual do Governo Federal 2020-2023 por haver uma necessidade constante de informações organizadas, tecnologias e soluções inovadoras que garantam o desenvolvimento sustentável e a competitividade da

agropecuária brasileira em um mundo dinâmico e globalizado. O crescente aumento na demanda por alimento de qualidade, tanto devido ao crescimento da população como pela busca de alimentação saudável, coloca a pesquisa e inovação agropecuária diante da importante missão de apoio à busca pela segurança alimentar e nutricional dos brasileiros e pela sustentabilidade da produção agropecuária, conjuntamente com outros atores dos ecossistemas de inovação, como entes públicos, empresas, indústrias, agentes de assistência técnica e sociedade civil organizada. A importância do agro para o desenvolvimento sustentável e o peso que ele possui, em especial, na balança comercial do Brasil apresentam um desafio de atualização contínua da pauta de pesquisa agropecuária pública. O financiamento da programação de pesquisa se dá por meio de recursos do Tesouro que compõem o orçamento da Embrapa e de recursos de captação externa. Importante destacar que 74% dos recursos captados externamente são de outras fontes públicas, demonstrando a relevância do papel do Estado no financiamento da pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nacional. Na programação de PD&I da Embrapa, em 2022, foram desenvolvidos 706 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são “embarcados” em produtos e processos) e 998 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I). Alguns exemplos são: dispositivo biossensor para a detecção de feijão geneticamente modificado resistente ao mosaico dourado; formulação vacinal polivalente com imunoproteção contra carrapatos; fertilizante organomineral NPK à base de composto de dejeto suíno para sistemas de produção orgânica; cultivar de soja com produtividade superior à média dos padrões comerciais da safra 2022 e; cultivares de feijoeiro-comum com resistência à antracnose; dentre outros. Esses ativos foram gerados, de maneira geral, a partir da contribuição de mais de uma Unidade da Embrapa e/ou de parceiros externos, prezando por uma lógica de trabalho em rede e para atendimento dos problemas da agricultura brasileira, podendo se aplicar a uma ou mais regiões do país. Desse total de ativos, 225 foram gerados em parcerias formalizadas com o setor privado, com aporte de recursos financeiros. Os projetos da carteira da Embrapa, que são iniciados por demandas do mercado (chamados projetos tipo III), passaram de 6% em 2018 para 25% em 2022. O financiamento da programação de pesquisa se dá por meio de recursos do Tesouro que compõem o orçamento da Embrapa e de recursos de captação externa. Importante destacar que 74% dos recursos captados externamente são de outras fontes públicas, demonstrando a relevância do papel do Estado no financiamento da PD&I nacional. Em 2022, a Embrapa celebrou 1.051 contratos de parceria de PD&I e negócios com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais. Os aportes financeiros e não financeiros da Embrapa e dos parceiros totalizaram o valor global de R$ 515,3 milhões. Dentre os instrumentos jurídicos, destacam-se 577 cooperações nacionais ou internacionais para pesquisa agropecuária, melhoramento genético ou serviços técnicos especializados, cujo valor global soma R$ 202,7 milhões, aportados pelas partes ao longo da vigência dos contratos. Destes, 97,5% são parcerias nacionais e os demais 2,5% internacionais. Ao longo do ano de 2022, 34 soluções tecnológicas prontas para adoção foram disponibilizadas para a sociedade (www.embrapa.br/solucoes-tecnologicas). Desse total, 27 trarão retorno financeiro para a Embrapa. Sete tecnologias foram disponibilizadas gratuitamente aos produtores ou são cultivares de domínio público, promovendo a agregação de valor ao longo da cadeia produtiva. Destacam-se entre as novas tecnologias um conjunto de 22 cultivares para as cadeias da soja, arroz, feijão, algodão, trigo, mandioca, entre outras. Além das tecnologias finalizadas e disponíveis ao setor produtivo, 43 ativos em desenvolvimento compõem o portfólio público para busca de parceiros de inovação aberta ou outra finalidade de negócio (https://www.embrapa.br/ativos-para-parcerias), e vão desde insumos tecnológicos a sistemas produtivos e processos agroindustriais. Em 2022 foram protocolados junto ao Serviço Nacional de Proteção de Cultivares (SNPC/MAPA) 36 de pedidos de proteção de cultivares, sendo, 8 de soja, 10 de citrus, 5 de videira. Também foram solicitados, junto aos órgãos competentes, 12 pedidos de registro de marcas, 8 pedidos de proteção por patentes e 10 pedidos de registro de programas de computador. No ano de 2022, a Embrapa registrou a captação de cerca de R$ 31,1 milhões em royalties sobre exploração comercial de cultivares, bioinsumos e outros ativos. Esses resultados são aproximadamente 20% superiores aos resultados obtidos em 2021, ano em que também se obteve uma captação 67,27% superior à de 2020. O produto líder de captação foi o bioinsumo BiomaPhos (https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/61084904/biomaphos-rendeu-r-105-milhoes-ao-pais-em-2020-com-aumento-de-produtividade-de-soja-e-milho) com 23% do valor total e a cultivar líder em captação no ano de 2022 foi cultivar de arroz irrigado BRS Pampa, com 10% do valor total de royalties captados, seguida da cultivar de gramínea para pastagens BRS Zuri, com 8,7%. A fim de focar em contribuições de PD&I para políticas públicas estratégicas para sua atuação, a Embrapa definiu “Programas de Apoio a Políticas Públicas” como instrumentos de apoio gerencial tático para direcionar, promover e acompanhar pesquisas interrelacionadas, com escopo alinhado à estratégia organizacional e visando à maior eficiência na obtenção de benefícios. Nesses Programas, encontram-se em andamento o desenvolvimento de soluções tecnológicas para: (i) o Plano Setorial para Adaptação à Mudança do Clima e Baixa Emissão de Carbono na Agropecuária com vistas ao Desenvolvimento Sustentável (2020-2030) – Plano ABC+; (ii) o Plano AgroNordeste; (iii) o Programa Nacional de Solos do Brasil (Pronasolos) e (iv) o Programa Nacional de Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). Em 2022, esses quatro Programas envolveram 41 Unidades de pesquisa, 30 projetos de PD&I e 34 parceiros externos. Além disso, várias das tecnologias disponibilizadas contribuem para políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário e para a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS; www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods), o que foi reconhecido pela FAO por meio do 2022 Champion Award, considerado o mais alto prêmio corporativo mundial, em reconhecimento à contribuição significativa e notável para o avanço dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Em

termos de comunicação com a sociedade, o Portal Embrapa (www.embrapa.br) é o principal ativo de presença da Embrapa no mundo digital. Acessado por 8,8 milhões de pessoas de janeiro a dezembro de 2022, o Portal disponibiliza mais de 120 mil publicações para download gratuito, um portfólio com 1.144 tecnologias finalizadas e disponíveis para o setor produtivo, além de cursos, eventos, notícias, páginas temáticas especiais e conteúdo multimídia, que somados geraram 32,8 milhões de visualizações de páginas em 2022. Outra ferramenta virtual importante para aproximação da Embrapa com as partes interessadas é o e-Campo, a vitrine de capacitações on-line da Embrapa (www.embrapa.br/e-campo), uma ferramenta de transferência de tecnologia, de inovação e de negócios. Busca democratizar o acesso aos conhecimentos e tecnologias da Embrapa, com inscrição ilimitada e acesso à capacitação em qualquer hora e lugar. Dentre os públicos beneficiários destacam-se os agentes de ATER e multiplicadores, produtores, agricultores, professores, estudantes, empresas e comunidade em geral. Em 2022, foram produzidos 32 novos cursos e, considerando os cursos já existentes na plataforma, foram ofertadas 101 capacitações, totalizando 177.381 novos inscritos. A Embrapa segue enfrentando o desafio de ampliar as alternativas de financiamento da pesquisa agropecuária junto ao setor privado, mas também ao próprio Estado, a fim de garantir o financiamento da produção pública de conhecimento científico de excelência.

Meta: 052G - Incrementar em 15%, em termos reais, o impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade, em relação ao valor referente a 2018.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 3,5
Meta prevista para 2021: 7,5
Meta prevista para 2022: 11
Meta prevista para 2023: 15

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 24
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: A forma de obtenção do resultado do indicador não permite elaborar metas por região. Grande parte dos conhecimentos, tecnologias e inovações geradas que fazem parte da seleção utilizada para obter o indicador podem e normalmente são adotadas em mais de uma região ou em todo o território nacional ou até no exterior, o que é determinado ex-post. Desta forma, a regionalização ex-ante poderia inibir a flexibilidade do gasto público para a geração de tecnologias de ampla aplicação e também pode inviabilizar a apuração adequada dos dados visto que, metodologicamente, a soma dos recortes não representaria o conjunto final no indicador.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O impacto econômico das soluções tecnológicas é resultante da adoção de tecnologias disponibilizadas em anos anteriores e que seguem produzindo efeitos positivos no meio produtivo. No entanto, as limitações orçamentárias são uma realidade ainda em expansão para os próximos anos e terão fortes efeitos na capacidade da instituição em gerar respostas às demandas das partes interessadas. Os recursos para investimento estão reduzidos e

estagnados desde 2015, o que pode levar à obsolescência de infra-estrutura e equipamentos para pesquisa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aponta-se a necessidade de incrementar os recursos de financiamento de pesquisa e manutenção de investimentos para a competitividade da empresa, montantes que alcançaram apenas 6,96% do orçamento global da Embrapa em 2022, apesar de forte ação de economicidade em suas atividades de suporte. Em termos de despesas com investimentos, o percentual destinado não ultrapassou 0,88% da dotação final destinada, tendo a empresa minorado tal situação com a incorporação de Termo de Execução Descentralizada, ao final do ano, de cerca de R$20 milhões advindos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

Indicador: 8738 - Impacto econômico das soluções tecnológicas agropecuárias transferidas à sociedade

Informações básicas

Unidade de medida: R$ bilhão por ano
Valor de referência: 36,9
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 71,2531
Data do índice: 31/12/2021
Observação: A média dos benefícios econômicos do período 2015 - 2018 (T0; número médio de tecnologias avaliadas - 128) correspondeu ao valor corrente de R$ 57.516.541.338,29 (a valores de dez2021). O valor referente ao período 2018-2021, objeto desse reporte foi estimado em R$ 71.253.105.168,11. Portanto, os valores percentuais de aumento em relação a T0 estimados nos dois últimos quadriênios, quais sejam, respectivamente 15 e 24% superam a metas estabelecidas para T1 e T2, que foram 3,5 e 7,5 (acumulado), respectivamente. O último período foi marcado também pelo aumento da amostra de soluções tecnológicas avaliadas . O aumento de 24% em relação a linha de base pode ser explicado por principalmente por três razões: (1) em 2020 a amostra de tecnologias avaliadas foi de 152 enquanto que em 2021 foram realizados 169 estudos de avaliação de impactos, ou aumento no tamanho da amostra de 11%; (2) a alta do dólar também influenciou na medida em que tecnologias poupadoras de fertilizantes nitrogenados, como a Fixação Biológica de Nitrogênio na soja continuaram a ser amplamente utilizadas e (3) destaca-se ainda a avaliação dos impactos econômicos de novas e expressivas soluções tecnológicas como os Inoculantes Solubilizadores de Fosfato, que somente em 2021 apresentaram um impacto econômico superior a R$ 1,1 bilhão. Notas do usuário: Os valores apresentados no acompanhamento do indicador são corrigidos pelo IGP-DI (FGV) referente a dezembro do ano do reporte. Assim, o acompanhamento do indicador considera o último dado disponível, quais sejam, os impactos econômicos de uma amostra de soluções tecnológicas avaliadas em 2021. Para maior transparência e para facilitar a compreensão do cálculo apresentamos também o valor nominal do impacto econômico. Por exemplo, o impacto econômico das tecnologias da Embrapa em 2015 foi de R$ 25.967.537.330,37 (esse é o valor que será encontrado no site do Balanço Social de 2015 - https://bs.sede.embrapa.br/2015/balsoc15.html); com a correção utilizando o IGP-DI (FGV) de dez 2021 esse valor corresponde a R$ 46.508.352.741,90. É possível encontrar todos os valores de impactos econômicos publicados e aqui utilizados a partir do link: https://www.embrapa.br/balanco-social. Os valores referentes ao IGP-DI (FGV) são obtidos no site do Banco Central, por meio da calculadora do cidadão no site: https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores

Resultado Intermediário: 0192 - Tecnologias, processos e produtos para inovação agropecuária caracterizados quanto ao potencial de mercado

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 614
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de ativos tecnológicos e pré-tecnológicos qualificados pela Embrapa/ano
Meta prevista para 2020: 630
Meta prevista para 2021: 640
Meta prevista para 2022: 670
Meta prevista para 2023: 690

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 772
Data do valor apurado: 14/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até o dia 14/03/2023, foram qualificados 771 ativos tecnológicos e 1 ativo pré-tecnológico a partir de resultados de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) gerados em 2022 pela Embrapa. O valor apurado corresponde a 115% da meta prevista. A partir da regionalização dos dados, que está relacionada à região geográfica para a qual o ativo é indicado, observa-se que a maior parte dos ativos gerados em 2022 e qualificados são indicados para as regiões Centro-Oeste (68%) e Nordeste (68%), seguidas da região Sudeste (66%), Sul (55%) e Norte (53%), respectivamente. É importante ressaltar que um ativo pode ser indicado simultaneamente para mais de uma região e, portanto, o somatório dos dados regionalizados não equivale ao indicador total.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Nos últimos três anos a Embrapa teve seu referencial monetário subtraído em aproximadamente 58%, com significativa repercussão na aplicação de recursos no custeio de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias, impactando a projeção de seus resultados de curto e médio prazos. De um orçamento necessário de R$320 milhões, a empresa operou, até o início do último trimestre do exercício de 2022, com um montante de R$196,3 milhões, com redução ou supressão de atividades e projetos programados e forte impacto nas áreas de manutenção física e transferência de tecnologia. Ao final do mencionado ano houve aporte suplementar de R$47,6 milhões que não alterou o estado de perda programática na sua atividade finalística, dada a dificuldade de liquidação no ano corrente.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aponta-se a necessidade de incrementar os recursos de financiamento de pesquisa e manutenção de investimentos para a competitividade da empresa, montantes que alcançaram apenas 6,96% do orçamento global da Embrapa em 2022, apesar de forte ação de economicidade em suas atividades de suporte. Em termos de despesas com investimentos, o percentual destinado não ultrapassou 0,88% da dotação final destinada, tendo a empresa minorado tal situação com a incorporação de Termo de Execução Descentralizada, ao final do ano, de cerca de R$20 milhões advindos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

Notas do usuário: Conforme definição no Calendário Institucional do Modelo Integrado de Gestão de Desempenho da Embrapa, os ativos pré-tecnológicos com potencial para inserção no mercado e os ativos tecnológicos resultantes dos projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) da Embrapa entregues no ano têm a sua qualificação finalizada no sistema de gestão de ativos da Empresa até 13 de março do ano seguinte, com a maior concentração entre os dias 01 e 13 de março de cada ano. Quanto à regionalização dos dados, é importante ressaltar que um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total. Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	524	14/03/2023	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023
Região Nordeste	-	-	-	-	518	14/03/2023	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023.
Região Norte	-	-	-	-	406	14/03/2023	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023
Região Sudeste	-	-	-	-	507	14/03/2023	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023.
Região Sul	-	-	-	-	424	14/03/2023	Um ativo pode ser indicado para mais de uma região e, portanto, não se deve utilizar o somatório dos dados regionalizados para cálculo do indicador total.	Fonte: Gestec, Menu de exportação de dados. Consultado em 14/03/2023.

Resultado Intermediário: 0193 - Tecnologias, processos e produtos para inovação agropecuária obtidos em projetos de pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 1.372
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Ativos tecnológicos e ativos pré-Tecnológicos desenvolvidos pela Embrapa/ano
Meta prevista para 2020: 1.400
Meta prevista para 2021: 1.430
Meta prevista para 2022: 1.500
Meta prevista para 2023: 1.550

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.704
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A programação de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) da Embrapa obteve, em 2022, montante de ativos superior à meta estabelecida, com alcance de 114%. A programação entregou 706 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são “embarcados” em produtos e processos) e 998 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I). Alguns exemplos são: dispositivo biossensor para a detecção de feijão geneticamente modificado resistente ao mosaico dourado; formulação vacinal polivalente com imunoproteção contra carrapatos; fertilizante organomineral NPK à base de composto de dejeto suíno para sistemas de produção orgânica; cultivar de soja com produtividade superior a média dos padrões comerciais da safra 2022 e; cultivares de feijoeiro-comum com resistência à antracnose; dentre outros. Esses ativos tecnológicos encontram-se em diversos níveis de TRL, de 1 a 9. A escala TRL (Technology Readiness Levels) permite o acompanhamento de ativos tecnológicos durante os processos de PD&I e indica a fase de desenvolvimento do ativo. Assim, as TRLs indicam o quão pronto se encontra o desenvolvimento de produtos e processos. Conforme relatos anteriores, em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano em função da pandemia de Covid-19. Essa prorrogação gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021 e 2022. Importante observar que projetos de PD&I têm duração média de 4 a 5 anos. Portanto, os resultados entregues pela programação são produtos de projetos iniciados há cerca de 4 a 5 anos. Isso explica o índice de alcance da meta, de 114%. Entretanto, o desafio atual está relacionado ao fato de que restrições orçamentárias, como as experimentadas nos anos recentes, poderão comprometer entregas futuras.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Nos últimos três anos a Embrapa teve seu referencial monetário subtraído em aproximadamente 58%, com significativa repercussão na aplicação de recursos no custeio de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias, impactando a projeção de seus resultados de curto e médio prazos. De um orçamento necessário de R$320 milhões, a empresa operou, até o início do último trimestre do exercício de 2022, com um montante de R$196,3 milhões, com redução ou supressão de atividades e projetos programados e forte impacto nas áreas de manutenção física e transferência de tecnologia. Ao final do mencionado ano houve aporte suplementar de R$47,6 milhões que não alterou o estado de perda programática na sua atividade finalística, dada a dificuldade de liquidação no ano corrente.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aponta-se a necessidade de incrementar os recursos de financiamento de pesquisa e manutenção de investimentos para a competitividade da empresa, montantes que alcançaram apenas 6,96% do orçamento global da Embrapa em 2022, apesar de forte ação de economicidade em suas atividades de suporte. Em termos de despesas com investimentos, o percentual destinado não ultrapassou 0,88% da dotação final destinada, tendo a empresa minorado tal situação com a incorporação de Termo de Execução Descentralizada, ao final do ano, de cerca de R$20 milhões advindos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

Notas do usuário: Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	584	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023
Região Nordeste	-	-	-	-	334	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023
Região Norte	-	-	-	-	160	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023

							resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	
Região Sudeste	-	-	-	-	355	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023
Região Sul	-	-	-	-	271	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023

Resultado Intermediário: 0194 - Tecnologias, produtos e processos oriundos de projetos em parceria com o setor produtivo.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 78
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de tecnologias, produtos e processos oriundos de projetos em parceria com o setor produtivo/ano
Meta prevista para 2020: 144
Meta prevista para 2021: 147
Meta prevista para 2022: 154
Meta prevista para 2023: 159

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 225
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os projetos desenvolvidos em cooperação com o setor produtivo (projetos de inovação aberta) obtiveram, como resultados, no ano de 2022, 189 ativos tecnológicos (produtos e processos produzidos como consequência final das ações desenvolvidas pelos projetos de PD&I) e 36 ativos pré-tecnológicos (resultados que servem de base e/ou são “embarcados” em produtos e processos). Alguns exemplos de ativos tecnológicos são: formulação de bioinseticida para as culturas do algodão, soja, milho e crucíferas; matrizes e reprodutores da raça bovina Crioula Lageana portadores de características de interesse; bioinsumo sólido multifuncional para fixação biológica de nitrogênio, bioestimulação e disponibilização de micronutrientes minerais para plantas; cultivar de alface; sistema produtivo de algodão para áreas irrigadas do Semiárido; cultivar de feijão-comum; prática agropecuária para a consorciação de milho com leguminosas e gramíneas forrageiras para a intensificação de sistemas ILP; dentre outros. Esses ativos tecnológicos encontram-se em diversos níveis de TRL, de 1 a 9. A escala TRL (Technology Readiness Levels) permite o acompanhamento de ativos tecnológicos durante os processos de PD&I e indica a fase de desenvolvimento do ativo. Assim, as TRLs indicam o quão pronto se encontra o desenvolvimento de produtos e processos. Conforme relatos anteriores, em 2020, houve a prorrogação de 23% do total de projetos executados no ano em função da pandemia de Covid-19. Essa prorrogação gerou a postergação da data de alcance de resultados, de 2020 para 2021 e 2022. Importante observar que projetos de PD&I têm duração média de 4 a 5 anos. Portanto, os resultados entregues pela programação são produtos de projetos iniciados há cerca de 4 a 5 anos. Isso explica o índice de alcance da meta, de 146%. Entretanto, o desafio atual está relacionado ao fato de que restrições orçamentárias, como as experimentadas nos anos recentes, poderão comprometer entregas futuras.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Nos últimos três anos a Embrapa teve seu referencial monetário subtraído em aproximadamente 58%, com significativa repercussão na aplicação de recursos no custeio de projetos de pesquisa e transferência de tecnologias, impactando a projeção de seus resultados de curto e médio prazos. De um orçamento necessário de R$320 milhões, a empresa operou, até o início do último trimestre do exercício de 2022, com um montante de R$196,3 milhões, com redução ou supressão de atividades e projetos programados e forte impacto nas áreas de manutenção física e transferência de tecnologia. Ao final do mencionado ano houve aporte suplementar de R$47,6 milhões que não alterou o estado de perda programática na sua atividade finalística, dada a dificuldade de liquidação no ano corrente.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aponta-se a necessidade de incrementar os recursos de financiamento de pesquisa e manutenção de investimentos para a competitividade da empresa, montantes que alcançaram apenas 6,96% do orçamento global da Embrapa em 2022, apesar de forte ação de economicidade em suas atividades de suporte. Em termos de despesas com investimentos, o percentual destinado não ultrapassou 0,88% da dotação final destinada, tendo a empresa minorado tal situação com a incorporação de Termo de Execução Descentralizada, ao final do ano, de cerca de R$20 milhões advindos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária.

Notas do usuário: Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Valor Apurado	Data do valor	Observação	Notas do usuário

	para 2020	para 2021	para 2022	para 2023		apurado		
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	89	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023.
Região Nordeste	-	-	-	-	37	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023.
Região Norte	-	-	-	-	2	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023
Região Sudeste	-	-	-	-	59	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em

							qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	11/01/2023.
Região Sul	-	-	-	-	38	30/12/2022	Os ativos são produzidos, geralmente, a partir da contribuição de mais de uma Unidade e/ou de parceiros externos e um ativo gerado não é sempre ou necessariamente relacionado à região onde essa Unidade está localizada, seja ela temática, de produto, ou mesmo, ecorregional e, ao final de seu desenvolvimento e qualificação, pode ser indicado para mais de uma região. A informação regionalizada é uma aproximação, considerando a região da Unidade responsável pelo resultado. Deve ser considerado, ainda, que a atividade de PD&I pressupõe risco e incerteza, o que dificulta a definição de metas regionais.	Fonte: Ideare/Painel de Indicadores de Unidades, em 04/01/2023 e BI/Ideare, em 11/01/2023.

PROGRAMA: 2204 - BRASIL NA FRONTEIRA DO CONHECIMENTO

Objetivo: 1176 - Otimizar a capacidade científica do país na dimensão dos desafios da realidade brasileira

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa Brasil na Fronteira do Conhecimento impulsiona a Pesquisa Básica e o Desenvolvimento Experimental (P&D), buscando avançar a fronteira em todas as áreas do conhecimento, a partir da otimização da capacidade científica do País. Abrange vasto leque de políticas públicas e ações orientadas ao fomento a projetos de pesquisa, à formação de pesquisadores, ao fortalecimento, recuperação e otimização da infraestrutura de pesquisa, assim como à popularização e divulgação da Ciência e à promoção do ensino de Ciências. Tais políticas e ações são uma resposta institucional à necessidade do Brasil suplantar problemas estruturais, a exemplo do baixo contingente de recursos humanos qualificados para a pesquisa. Segundo a Unesco, entre 2014 e 2018 o Brasil se manteve com média de 888 pesquisadores por milhão de habitantes. A média mundial é de 1.368. Esse quadro de insuficiência perdura, assim como a insuficiência dos investimentos em infraestrutura de pesquisa e fomento à pesquisa. Isso tudo em contexto de constante dificuldade de garantia dos recursos orçamentários essenciais para a área. A superação dos desafios do País guarda estreita relação com o fortalecimento das políticas públicas e esforços de coordenação governamental, envolvendo as instituições que compõem o Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Para a inserção do Brasil na Sociedade do Conhecimento, são condições básicas o avanço na produção de ciência de boa qualidade, o desenvolvimento de grandes projetos de infraestrutura de P&D e iniciativas de divulgação científica, que devem prosperar de forma articulada. O Programa é referenciado na Política Científica e Tecnológica do País, expressa nas recomendações contidas no documento da Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) e seus Planos de Ação, sendo estes marcos

importantes a orientar a atuação do MCTI na coordenação dos esforços nacionais em CT&I. O êxito das políticas e ações presentes neste Programa traz a expectativa de que o País: amplie sua capacidade científica em dar respostas a questões culturais, sociais, ambientais, sanitárias e econômicas; amplie sua capacidade na construção de políticas públicas; continue figurando no seleto grupo de países que mais produzem Ciência; aumente os níveis de educação e cultura científica da população; diminua seu gap científico e tecnológico vis-à-vis aqueles países que estão na fronteira científica e tecnológica; diminua sua condição de atraso social e econômico em relação aos países desenvolvidos, etc. Com um Objetivo e sua respectiva Meta e Indicador, em 2022 o Programa possuía 16 Resultados Intermediários, que expressam as principais temáticas aqui envolvidas: capacidade de produção científica do País; visibilidade internacional da produção científica brasileira; produção científica em colaboração com pesquisadores de outros países; ampliação da difusão do conhecimento científico produzido no País; divulgação e educação científica; formação de recursos humanos em C&T; investimentos em infraestrutura de pesquisa e na formação de recursos humanos para as atividades de pesquisa, além da criação de facilidades para os pesquisadores importarem insumos e equipamentos para Pesquisa & Desenvolvimento (P&D). Além disso, o Programa lança mão de dois importantes e vultosos projetos de Investimentos Plurianuais, para ampliação/construção de grandes infraestruturas laboratoriais de pesquisa – a expansão das instalações do Laboratório Nacional de Nanotecnologia e a construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração – SIRIUS. No arquivo anexo são apresentadas as principais realizações/entregas do Programa no exercício de 2022.

Meta: 052P - Aumentar a participação dos dispêndios públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0,66
Data de referência da linha de base: 31/12/2016
Meta prevista para 2020: 0,59
Meta prevista para 2021: 0,59
Meta prevista para 2022: 0,59
Meta prevista para 2023: 0,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,62
Data de Referência: 31/12/2020
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Em média (2016-2020) 34% dos dispêndios públicos nacionais em P&D são realizados pelos governos estaduais, sobre os quais não se tem governança para o estabelecimento de metas.

Indicador: 8721 - Dispêndios públicos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,66
Data de Apuração: 31/12/2016
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,62
Data do índice: 31/12/2020
Observação: O resultado refere-se ao ano de 2020, apurado em 31/12/2022. Os dispêndios públicos em P&D dividem-se em federais e estaduais. Os dispêndios federais têm como fonte o SIAFI. São considerados os dispêndios em P&D realizados por todos os órgãos. O MCTI, unidades de pesquisa e vinculadas (CNPq, AEB etc.), Embrapa, Fiocruz, Centros Tecnológicos e Institutos de Estudos e Pesquisas do Exército, Marinha e Aeronáutica, CAPES e Universidades federais, por exemplo. Os dispêndios estaduais em P&D têm como fonte os SIAFIs estaduais, BGEs e portais da transparência. São considerados os dispêndios em P&D de todas as Secretarias Estaduais de C&T, FAPs, empresas estaduais de pesquisa agropecuária, centros de pesquisa e institutos de pesquisa das Secretarias de Saúde, de Meio Ambiente e universidades estaduais. Os dispêndios em P&D das universidades federais e estaduais são estimados, por que não são identificados por meio de ações orçamentárias. A estimativa leva em consideração dados da execução orçamentária de todas as instituições de ensino superior federais e estaduais com curso de pós-graduação reconhecido pela CAPES, dados sobre o total de docentes dessas instituições obtidos no Censo da Educação Superior e do total de docentes da pós-graduação, cuja fonte é o Sistema GEOCAPES.

Investimento Plurianual: 0512 - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Informações básicas

Custo total: 68.119.945
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 26,5
Valor da execução financeira: 1.000.000
Data da informação: 06/02/2023
Detalhamento da execução física: Em 2022, entre os avanços dos investimentos em equipamentos de laboratório destacam-se: Sistema de Ablação a laser, modelo AutolazeQL (Ligero Tech, Austin, Texas/USA) - o equipamento foi instalado, comissionado, e testado para a produção de algumas estruturas de interesse; O Equipamento XPS-ARPES foi entregue no CNPEM em jun/22 e será instalado pelos técnicos da empresa SPECS Alemanha na última semana de jan/23 com

treinamento previsto para primeira semana de fevereiro; Sistema de cromatografia, coletor de frações, do tipo f9-r - O sistema de cromatografia foi instalado e está atualmente em operação para usuários externos e internos; Equipamentos laboratoriais para Microscopia Optica, Nanobio, Ambiental - Foram instalados no Laboratório de Nanotoxicologia e Nanossegurança e estão em operação e disponíveis para usuários externos e internos; Upgrade do amplificador AFM Modelo Nanoir2-S - Adquirido e instalado e em fase de teste antes de ser liberado ao usuário; Potenciostato e led driver - Entregue, instalado e em operação; Microscópio Duplo Feixe – HELIOS - Entregue, instalado e em operação (aberto ao usuário); Prensa de pellets - Entregue, instalado e em operação; Dewars de N2 de 300L para criomicroscopia e um tanque de N2 de 2.500L que está instalado e operante; Micro Balança, sensível a pesos não superiores a 0,2 Mg, com monitoramento de dissipação, que foi entregue em set/22 e instalado em dez/22. O equipamento está em comissionamento; Instrumentação de Caracterização Elétrica 4200A-SCS; Leed Difração de elétrons; Balança Analítica Unibloc; Probe Station - Cabo de Energia; Potenciostato Autolab. Estes equipamentos serão instalados e comissionados; **Notas do usuário:** Encontram-se em andamento as aquisições: sistema de litografia/prototipagem rápida ML3; consumíveis para o PPMS; Moinho para Biomassa; Microbalança de quartzo; Dewar e Tanque de Nitrogênio Líquido; e expansão do HPC do LNNANO com 3 NOS computacionais do tipo POWER EDGE R6525; Moinho de cisalhamento, próprio para biomassa, Cód MKCA6-5J, será entregue em Jan/23; Potenciostato Galvanostato, utilizado para medidas eletroquímicas para desenvolvimento de sensores P, que deverá ser entregue no 1º Trim de 2023; Centrifuga Refrigerada Aquecida, de bancada, modelo ROTINA 380 H/C, com 2 rotores modelo angular, CO, que será entregue no 1º Trim de 2023; Acessórios para o sistema PPMS: MeasureReady M91 FastHall (efeito Hall) e DynaCool Torque Magnetometer (torque magnético) - Adquirido e em processo de fabricação/importação. Data prevista para recebimento: 1º Sem/23.

Investimento Plurianual: 0531 - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração - SIRIUS, por Organização Social (Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998)

Informações básicas

Custo total: 2.700.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 3,3
Valor da execução financeira: 142.910.750
Data da informação: 06/02/2023
Detalhamento da execução física: O ano de 2022 foi marcado pelo avanço das linhas progredindo em projeto e fabricação de componentes, além da continuidade dos projetos que foram priorizados durante a falta de recursos. Os destaques de infraestrutura é a instalação das cabanas e utilidades de SABIA e PAINEIRA, que permitem agora o início das instalações de componentes. Na ótica, a finalização e instalação dos componentes principais da linha MOGNO foram a principal atividade desse projeto que, juntamente com a instalação do espelho KB, darão início ao comissionamento técnico da linha. Na linha IPE, o comissionamento da estação XPS permitiu os primeiros experimentos com usuários externos e marca o início da operação dessa estação. Para as linhas EMA e PAINEIRA iniciou-se a aquisição dos ondulares definitivos, que permitirão obter um feixe de luz dentro das especificações de experimentos ainda mais avançados. Ainda na linha PAINEIRA houve grandes avanços das instalações da ótica e construção da parte experimental. Na linha CEDRO houve a finalização das cabanas e utilidades, além de muitos avanços na montagem da ótica e da estação experimental CD, com vistas de conclusão no segundo semestre. Na linha SAPUCAIA houve a instalação do túnel onde se movimenta o detector da estação experimental, sendo um grande avanço para a entrega da estação na data prevista. Os demais projetos das linhas também avançaram para as próximas entregas que devem acontecer e serem reportadas nos próximos relatórios. Nos laboratórios, os avanços incluem o término da infraestrutura e encomenda dos equipamentos experimentais do LCA (Laboratório de Condições Ambientais) e a finalização do LCRIO (Laboratório de Preparação

Criogênica de Amostras), operando com primeiros com os primeiros usuários.
Notas do usuário: O segundo semestre de 2022 foi marcado pela abertura da primeira chamada regular para submissão de propostas de pesquisa para o uso do Sirius. Nesse período, também, a instalação dos componentes das linhas CEDRO, MOGNO, SABIÁ e PAINEIRA foi praticamente concluída. Assim, além das 6 linhas em operação para usuários, estas novas 4 linhas também receberam o primeiro feixe de luz síncrotron, algumas chegando até aos primeiros experimentos com feixe do anel, como no caso da MOGNO e PAINEIRA. Com isso, atingimos mais um marco importante, com 10 linhas de luz iluminadas em 10 anos de projeto. Na linha IPÊ, o avanço no comissionamento técnico da estação RIXS permitiu os primeiros espectros de espalhamento inelástico de raios-X já feitos no país, ainda com baixa resolução em energia, abrindo caminho para medidas de amostras reais e comissionamento científico deste experimento com a comunidade científica. Para as linhas EMA e PAINEIRA foram feitas a especificação e aquisição dos onduladores definitivos, que permitirão aumentar o brilho e estender a região espectral dessas linhas de luz, alcançando as especificações de projeto e permitindo experimentos ainda mais avançados do que os atualmente disponíveis. Na linha SAPUCAIA houve a instalação do túnel onde se movimenta o detector da estação experimental, sendo um grande avanço para a entrega da estação na data prevista, além do avanço da instalação da infraestrutura elétrica e mecânica. Já as linhas SAPÊ e JATOBÁ tiveram avanços físicos menos significantes devido ao contingenciamento de recursos do FNDCT, que impossibilitou a continuidade de aquisição de seus componentes. Nos laboratórios de suporte, os avanços incluem a instalação e comissionamento do FIB no LAM (Laboratório de Amostras Microscópicas), novas instrumentações no LCTE (Laboratório de Condições Termodinâmicas Extremas) que ampliam a sua atuação em experimentos, início das adequações de infraestrutura no LNB (Laboratório Nanobio) e a finalização desse tipo de trabalho no LQ (Laboratório Químico), permitindo sua operação no início do próximo semestre. A respeito dos aceleradores, as principais atividades visaram aproximar ainda mais a máquina de seus parâmetros nominais de projeto. A respeito dos aceleradores, as principais atividades visaram, principalmente: a continuidade do programa de comissionamento dos aceleradores da fonte de luz; o fornecimento de feixe para linhas de luz dentro do prazo e em condições de estabilidade; o suporte às atividades de manutenção e testes com os diversos subsistemas; a continuidade da instalação da linha de diagnóstico de feixe, a CARCARA; a implementação do sistema para feedback rápido da órbita (FOFB), complementando o sistema lento (SOFB) já em operação; realização de estudos de máquina necessários para implementação do modo “top-up” de operação do feixe; o rececimento das duas cavidades supercondutoras de 500 MHz e avanços na implementação do sistema de refrigeração criogênica e do sistema de alimentação dessas cavidades, ambos com entrega prevista para 2023.

Resultado Intermediário: 0057 - Produção Científica Brasileira em Colaboração Internacional

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 33,87
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de publicações brasileiras na base Scopus com colaboração internacional. Fonte: Scimago/Scopus.
Meta prevista para 2020: 36,76
Meta prevista para 2021: 33,5
Meta prevista para 2022: 39,64
Meta prevista para 2023: 39,64

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 36,45
Data do valor apurado: 14/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O percentual apurado refere-se ao Exercício 2021, pois a base de dados está

atualizada até essa data. O desempenho da produção científica e tecnológica brasileira vem sendo influenciado pela redução de investimentos em ciência e tecnologia ocorridos nos últimos anos - cujo efeito se projeta para os anos posteriores. A recuperação de investimentos do FNDCT e as políticas implementadas recentemente devem acelerar o crescimento desse indicador nos próximos anos.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0058 - Desempenho da produção científica brasileira

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0,71
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Proporção entre a média de citações das publicações brasileiras e a média global de citações
Meta prevista para 2020: 0,72
Meta prevista para 2021: 0,65
Meta prevista para 2022: 0,73
Meta prevista para 2023: 0,73

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,76
Data do valor apurado: 14/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O percentual apurado refere-se ao Exercício 2021, pois a base de dados está atualizada até essa data. Os dados foram coletados a partir de dados de SCImago, (n.d.). SJR — SCImago Journal & Country Rank, em função da inviabilidade de obtenção do indicador pela base SCOPUS. Essa alteração dificulta a comparação com os números de anos anteriores. Porém, ao analisar o histórico do indicador utilizado como aproximação, não houve uma variação significativa nos últimos cinco anos. O que mostra que a produção científica brasileira não está sofrendo variação em termos de seu impacto relativo à produção mundial.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0059 - Participação do Brasil na produção científica mundial.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 2,63
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de publicações brasileiras na base Scopus em relação ao total mundial de publicações. Fonte: Scimago/Scopus.
Meta prevista para 2020: 2,77
Meta prevista para 2021: 2,6
Meta prevista para 2022: 2,91
Meta prevista para 2023: 2,91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,64
Data do valor apurado: 14/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Exercício de referência é 2021, pois a base de dados está atualizada até essa data. Neste sentido, a meta prevista foi praticamente alcançada. Embora em números absolutos a produção científica nacional tenha aumentado, quando realizamos comparações em relação ao mundo, observamos que a taxa de crescimento mundial foi maior que a do Brasil, refletindo assim no decréscimo dos indicadores nacionais.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0060 - Proporção de artigos brasileiros com acesso aberto

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 38,69
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual da produção brasileira na base Scopus publicada com acesso aberto. Fonte: Scimago/Scopus.
Meta prevista para 2020: 39,91
Meta prevista para 2021: 45
Meta prevista para 2022: 41,13
Meta prevista para 2023: 41,13

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 51,41
Data do valor apurado: 14/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O percentual apurado refere-se ao Exercício 2021, pois a base de dados está atualizada até essa data. As publicações com acesso aberto geram impacto positivo no aumento do acesso aos resultados das pesquisas brasileiras, maior difusão de conhecimento e agilidade no avanço científico. A publicação de resultados em periódicos de acesso aberto depende de disponibilidade de recursos, pois possuem custo maior para publicação.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As bases que registram dados de produção científica e tecnológica oferecem dados consolidados em nível nacional.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0061 - Adesão institucional à SNCTe ao MNCTI

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 497
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Instituições cadastradas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) e no Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação (MNCTI)
Meta prevista para 2020: 208
Meta prevista para 2021: 291
Meta prevista para 2022: 320
Meta prevista para 2023: 416

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 300
Data do valor apurado: 15/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O monitoramento dos RI 0061 e RI 0062 foi prejudicado, em função de problemas operacionais no registro, acompanhamento e validação dos dados do site da SNCT. No próximo exercício deverão ser feitas gestões para sanar tais questões e normalizar a apuração desses indicadores. Os instrumentos de apoio desta Secretaria se dão por meio de editais de abrangência nacional que podem variar seus beneficiários de acordo com qualidade técnica dos projetos submetidos, o que inviabiliza a regionalização, considerando que os resultados dos indicadores ocorrem à medida que os projetos são realizados e/ou apoiados.
Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: O monitoramento dos RI 0061 e RI 0062 foi prejudicado, em função de problemas operacionais no registro, acompanhamento e validação dos dados do site da SNCT. No próximo exercício deverão ser feitas gestões para sanar tais questões e normalizar a apuração desses indicadores.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aguarda-se definição da atual gestão do MCTI

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	89	116	106	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	76	99	65	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	37	49	29	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	77	100	72	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	41	53	28	15/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0062 - Abrangência de municípios participantes da SNCT e do MNCTI

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 1.408
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Números de municípios participantes da SNCT e no Mês Nacional da Ciência, Tecnologia e Inovação (MNCTI)
Meta prevista para 2020: 480
Meta prevista para 2021: 672
Meta prevista para 2022: 1.115
Meta prevista para 2023: 1.450

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 598
Data do valor apurado: 15/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O monitoramento dos RI 0061 e RI 0062 foi prejudicado, em função de problemas operacionais no registro, acompanhamento e validação dos dados do site da SNCT. No próximo exercício deverão ser feitas gestões para sanar tais questões e normalizar a apuração desses indicadores. Os instrumentos de apoio desta Secretaria se dão por meio de editais de

abrangência nacional que podem variar seus beneficiários de acordo com qualidade técnica dos projetos submetidos, o que inviabiliza a regionalização, considerando que os resultados dos indicadores ocorrem à medida que os projetos são realizados e/ou apoiados.
Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: O monitoramento dos RI 0061 e RI 0062 foi prejudicado, em função de problemas operacionais no registro, acompanhamento e validação dos dados do site da SNCT. No próximo exercício deverão ser feitas gestões para sanar tais questões e normalizar a apuração desses indicadores.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aguarda-se definião da atual gestão do MCTI.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	99	129	67	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	347	450	138	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	78	102	53	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	396	515	177	15/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	196	255	163	15/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0063 - Investimento em infraestrutura de C,T&I

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 17,67
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Participação do orçamento em infraestrutura de C,T&I em relação ao fomento a pesquisa do MCTI.
Meta prevista para 2020: 7,1
Meta prevista para 2021: 12
Meta prevista para 2022: 12
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12,8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O acréscimo na dotação orçamentária para infraestrutura de pesquisa em 2022 (aprox. 75%) contribuiu para a melhora do indicador, explicado pelo aumento na dotação da ação 13CL - Construção da Fonte de Luz Síncrotron (SIRIUS) (aprox. 28%) e no aumento substantivo (aprox. 115%) na dotação para a ação 2095 -Fomento a projetos de implantação, recuperação e modernização da infraestrutura de pesquisa das instituições públicas (CT-INFRA).
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As ações orçamentárias que são base do cálculo não são regionalizáveis. Logo, não é possível regionalizar o RI.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0122 - Contribuir para ampliar a capacidade científica nacional pelo investimento em Recursos Humanos para Ciência, Tecnologia e Inovação (RHCTI).

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 127.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Total de beneficiários/ano de bolsas de formação e capacitação para o desenvolvimento científico nacional apoiados pelo CNPq
Meta prevista para 2020: 128.000
Meta prevista para 2021: 130.674
Meta prevista para 2022: 134.354
Meta prevista para 2023: 138.645

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 111.169
Data do valor apurado: 02/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não obstante o crescimento em relação a 2021, ainda não retornamos ao patamar de 2022. Parte da morosidade em alavancar o alcance da meta se deve ainda aos reflexos da pandemia mundial do Covid19 e das incertezas orçamentárias/financeiras ocorridas durante o exercício de 2022. Apontamos para as questões relacionadas à mudanças realizadas no fomento pelo órgão de maneira a melhorar seus processos e ainda a eficiência da aplicação dos recursos além das mudanças regimentais da Instituição a partir de outubro de 2022 com reflexos sobre o desempenho do alcance nos beneficiários.

Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: As instituições, consequentemente os discentes, docentes, pesquisadores ainda estão retornando a normalidade das atividades, dos intercâmbios, trabalhos de campo entre outros
Providências implementadas para a superação da restrição: A retomada tem sido gradual e não depende do CNPq, portanto cabe-nos continuar oferecendo as ofertas de apoio as pesquisas por meio das Chamdas Públicas, Cooperações...

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	286	286	286	286	452	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Centro-Oeste	10.037	10.520	11.457	12.547	8.606	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	23.188	24.282	26.429	28.944	20.127	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	6.199	6.519	7.115	7.801	5.184	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	67.348	67.348	67.348	67.348	58.111	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	21.719	21.719	21.719	21.719	18.689	02/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0124 - Ampliar o montante, em valor, de bens e materiais importados para P&D por meio da desoneração tributária (Imposto de Importação, PIS/PASEP, COFINS, IPI e Taxa da Marinha Mercante).

Informações básicas

Unidade de medida: Reais
Linha de base: 756.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Valor total das desonerações tributárias em P&D avalizadas pelo CNPq.
Meta prevista para 2020: 907.291.171,69
Meta prevista para 2021: 907.291.171,69

Meta prevista para 2022: 351.511.067,98
Meta prevista para 2023: 351.511.067,98

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 537.407.022,08
Data do valor apurado: 09/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A cota de importação do CNPq, em 2022, teve acréscimo de 100% em relação ao de 2021, passando de 193 para 388 milhões de dólares americanos. O CNPq é responsável por gerir a Lei 8.010/1990 que dispõe sobre a importação de bens destinados à pesquisa, concedendo isenção de impostos de importação, sobre produtos industrializados e do adicional ao frete para renovação da marinha mercante para importações de máquinas, equipamentos, aparelhos e instrumentos, bem como suas partes e peças de reposição, acessórios, matérias-primas e produtos intermediários, destinados à pesquisa científica e tecnológica, Art. 1º, além de Cofins e PIS/PASEP Importação pela Lei n. 10.865/2004.Em 2021 solicitou-se ajuste em relação à meta prevista no início deste PPA, tendo em vista o impacto da variação cambial, bem como, a mudança da metodologia de cálculo. Com a revisão da memória de cálculo dos impostos não recolhidos, a meta estabelecida em Real, sofreu redução em relação aos anos iniciais do presente PPA.Quanto ao desempenho na entrega de resultados, foi possível superar a meta prevista de 90% estabelecida pelo CNPq para o período. Algumas considerações podem ser realizadas: (a) o valor da cota de importação teve crescimento de 100% em relação ao ano de 2021; (b) a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT não ocorreu conforme o previsto e, se isso ocorrer em 2023, teremos aumento do valor da renúncia fiscal com previsão de extrapolar a meta novamente; (c) Ao não conceder 100% da cota de importação, pesquisadores em todo o país não puderam realizar as importações pretendidas, influenciando negativamente o desenvolvimento científico nacional
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Diversos entraves podem ser mencionados, dentre eles, o baixo investimento em ciência e tecnologia e os contingênciamentos do FNDCT.
Providências implementadas para a superação da restrição: Buscou-se apoiar os pesquisadores para facilitar a tramitação da importação

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	40.105.388,43	40.105.388,43	14.468.050,56	14.468.050,56	32.043.764,67	09/02/2023	Não informado	Valor do dólar usado na conversão: R$ 5,0593. O valor de paridade do dólar para o real foi calculado a partir da extração dos valores

								diários da variação cambial no ano fiscal, dividido por 246, total de dias úteis de 2022 (em que há cotação cambial). Os dados foram extraídos do Ipeadata.
Região Nordeste	31.851.751,93	31.851.751,93	20.735.138,85	20.735.138,85	39.476.041,71	09/02/2023	Não informado	O valor de paridade do dólar para o real foi calculado a partir da extração dos valores diários da variação cambial no ano fiscal, dividido por 246, total de dias úteis de 2022 (em que há cotação cambial). Os dados foram extraídos do Ipeadata. Valor do câmbio R$ 5,0593
Região Norte	60.813.160,04	60.813.160,04	2.312.745,47	2.312.745,47	2.638.084,89	09/02/2023	Não informado	O valor de paridade do dólar para o real foi calculado a partir da extração dos valores diários da variação cambial no ano fiscal, dividido por 246, total de dias úteis de 2022 (em que há cotação cambial). Os dados foram extraídos do Ipeadata. Valor do câmbio R$ 5,0593
Região Sudeste	680.716.225	680.716.225	283.502.480,72	283.502.480,72	430.010.762,03	09/02/2023	Não informado	O valor de paridade do dólar para o real foi calculado a partir da extração dos valores diários da variação cambial no

								ano fiscal, dividido por 246, total de dias úteis de 2022 (em que há cotação cambial). Os dados foram extraídos do Ipeadata. Valor do câmbio R$ 5,0593
Região Sul	93.804.646,29	93.804.646,29	30.492.652,38	30.492.652,38	33.238.368,78	09/02/2023	Não informado	O valor de paridade do dólar para o real foi calculado a partir da extração dos valores diários da variação cambial no ano fiscal, dividido por 246, total de dias úteis de 2022 (em que há cotação cambial). Os dados foram extraídos do Ipeadata. Valor do câmbio R$ 5,0593

Resultado Intermediário: 0314 - Publicações com patrocínio do CNPq na base Scopus no ano dividido pelo número total de publicações de autores brasileiros na base Scopus no ano

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 33,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Artigos publicados por autores brasileiros com patrocínio do CNPq
Meta prevista para 2020: 33,8
Meta prevista para 2021: 34
Meta prevista para 2022: 34,5
Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34,9
Data do valor apurado: 02/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta superada e demonstrando os reflexos dos investimentos realizados pelo CNPq ao longo da sua historia e da importância enquanto agência federal na promoção do desenvolvimento da pesquisa científica, tecnológica. Anexamos quadro comparativo aonde apresentamos dados sobre os números do CNPq e de outras Agências.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Artigos científicos são escritos, na sua maioria, em parcerias, podendo inclusive ser fruto de trabalhos de pesquisa em rede, envolvendo pesquisadores de várias regiões do país, dificultando a vinculação dos autores à uma região geopolítica.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Dados extraídos da plataforma Scopus.

Resultado Intermediário: 0315 - Estímulo ao desenvolvimento científico regional

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 10,43
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Fixação de recursos humanos nas regiões centro-oeste, norte, nordeste e Estado do Espírito Santo em relação aos auxílios de pesquisa pagos por região
Meta prevista para 2020: 32
Meta prevista para 2021: 35
Meta prevista para 2022: 38
Meta prevista para 2023: 42

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 159,07
Data do valor apurado: 02/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Como apontado no monitoramento de 2021 e depois na metade do ano, este Resultado Intermediário precisa ser revisto e aprimorado. Em que pese entendermos ser importante por refletir esforços de atuação regional . O próprio numero encontrado pode parecer indicar uma melhora entretanto tal constatação precisa ser olhada com muito cuidado, como por exemplo o número mais elevado para o estado do Espirito Santo. De qualquer maneira recursos financeiros que acompanhem as bolsas de DCR devem ser buscados igualmente o próprio número de bolsas de DCR. Reforçamos que o somatório não reflete a necessidade de 100% pois é tratado individualmente por estado.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Espírito Santo	70	70	70	70	550	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Centro-Oeste	43	43	47	53	56	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	15	15	17	18	18,16	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	0	13	20	26	12,12	02/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0316 - Estímulo ao desenvolvimento sustentável nacional

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 20
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Produtos obtidos pelo apoio e desenvolvimento de projetos de pesquisa no Programa SinBiose (RN CNPq-007/2019)
Meta prevista para 2020: 20
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 30
Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 49
Data do valor apurado: 31/12/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os projetos desenvolvidos no Programa Simbiose produziram 49 produtos durante o ano de 2022. O número é cerca de 60% superior à meta anual de 30 produtos, o que indica desempenho amplamente satisfatório da ação no terceiro ano do PPA. Entre os produtos, encontram-se artigos científicos publicados em periódicos de alto impacto, em temas de interesse da sociedade, o que tem gerado boa repercussão em veículos de mídia regionais, nacionais e internacionais
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Tratam-se de amplos projetos de pesquisa em redes multi-institucionais, a maior parte dos quais envolve pesquisadores e instituições de diversas unidades da federação do país, bem como do exterior. Assim, não é possível indicar de forma adequada para fins de PPA a regionalização desses produtos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Os dados foram obtidos a partir de um formulário de levantamento de produtos dos projetos financiados pelo SinBiose/CNPq. O formulário

contempla diversas categorias de produtos, dentre as quais: artigos publicados em periódicos indexados, artigos ou vídeos de divulgação, bases de dados e mapas. A apuração semestral dos produtos gerados permite um acompanhamento próximo da evolução da pesquisa, a geração de produtos e seus desdobramentos para a sociedade.

Resultado Intermediário: 0317 - Produção científica das Unidades de Pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: Publicações indexadas/TNSE
Linha de base: 1,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: IPUB - Índice de Publicações
Meta prevista para 2020: 1,22
Meta prevista para 2021: 1,5
Meta prevista para 2022: 1,5
Meta prevista para 2023: 1,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1,55
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No exercício de 2022, a partir dos projetos de pesquisa e desenvolvimento em execução nas Unidades de Pesquisa, foram publicados aproximadamente 2000 artigos científicos indexados nas bases World of Science (WoS/SCI) ou SCOPUS, em revistas de alto fator de impacto. Os números demonstram a relevância dos projetos de CT&I e também enaltece a contribuição das Unidades de Pesquisa para o fortalecimento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI). Os Programas de Pós-Graduação (PPG) contribuíram sobremaneira para o desempenho positivo e alcance da meta estipulada, uma vez que além de promover a formação de recursos humanos na fronteira do conhecimento, também proporcionam o intercâmbio científico e tecnológico, alavancando a produção científica. São mais de 20 Programas de Pós-Graduação (PPG) próprios das Unidades de Pesquisa e outra dezena em parceria com Universidades. Além dos artigos científicos indexados, vale ressaltar que as Unidades de Pesquisa também contribuíram com milhares de outras ações relevantes aos Programa 2204, por meio de outras produções técnicas (livros, capítulos de livros, relatórios, entre oturos), além da realização de eventos técnico-científicos, de popularização da ciência e de extensão tecnológica. Memória de Cálculo: IPUB = NPUB / TNSE; IPUB = 1884 / 1208 IPUB = 1,55
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados estão consolidados agregando todas as Unidades de Pesquisa diretamente vinculadas ao MCTI. Devido à amplitude e as temáticas transversais nas quais as UP atuam, esses dados não serão regionalizados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0318 - Fomento a projetos e espaços de divulgação científica

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Projetos que visem estimular a divulgação, a criação, a modernização, a atualização de acervos, ou projetos museológicos ligados a museus, espaços ou centros de ciência e tecnologia
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 37
Meta prevista para 2022: 44
Meta prevista para 2023: 63

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 47,3
Data do valor apurado: 14/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram apoiados 152 projetos em parceria com unidades de pesquisas, instituitos federais e universidades federais e outros. O impacto destas ações pode ser visto pelos resultados das iniciativas apoiadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste e do edital de Museus e Centros de Ciência e Tecnologia e a Espaços Científico-Culturais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	20	20	20	11,49	15/02/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	30	30	30	17,57	14/02/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	0	50	50	50	18,24	14/02/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0320 - Investimento em formação de recursos humanos para CT&I

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 31,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Participação do orçamento do MCTI em formação de recursos humanos para CT&I em relação ao fomento a pesquisa do MCTI
Meta prevista para 2020: 28,1
Meta prevista para 2021: 30
Meta prevista para 2022: 30
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar do aumento na dotação em 2022, relativo ao ano de 2021, para duas das três ações orçamentárias que compõem o indicador: 1,97%, na ação 00LV; e 22,30%, na ação 00RL, o aumento de cerca de 46% na dotação do fomento afetou o desempenho do indicador. Assim, a meta para 2022 não pode ser alcançada.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As ações orçamentárias que são base do cálculo não são regionalizáveis, não sendo possível, por conseguinte, regionalizar o RI.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A ação 00LV, executada pelo CNPq, representa mais de 90% do volume de recursos empreendidos no esforço do MCTI na formação e capacitação de recursos humanos para Ciência & Tecnologia (C&T) sendo o RI 0320 sensível a variações nesta ação. Embora no exercício de 2022 tenha havido um incremento na dotação desta ação orçamentária, ele não suficiente para fazer frente ao aumento de quase 50% na dotação do fomento. A recomposição de níveis superiores de investimentos em formação de recursos humanos em C&T é necessária para uma melhoria nos resultados do indicador.
Providências implementadas para a superação da restrição: A providência necessária para superar a restrição apontada passa pela busca da recomposição dos investimentos do setor.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0391 - Alunos Inscritos em Olimpíadas Científicas, Tecnológicas e Inovadoras

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 20.577.041
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Participação de alunos em Olimpíadas Científicas, Tecnológicas e Inovadoras de âmbito nacional ou internacional.
Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 21.605.893
Meta prevista para 2023: 22.686.188

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22.496.940
Data do valor apurado: 14/02/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Utilizou-se a base de alunos matriculados da educação básica, ensino médio e educação de jovens e adultos constante no Censo Escolar - planilha 2022 - Disponível na página do INEP. Registra-se nos sites das Olimpíadas: Olímpíada Brasileira de Astronomia e Astronautica, Olimpíada Brasileira de Satélite e Matemática das Escolas Públicas, Olimpíada do Bicentenário da Independência do Brasil – OBIB, os relatórios com o total de alunos participantes de 22.496.940 alunos participantes das olimpíadas apoiadas pelo MCTI.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os instrumentos de apoio desta Secretaria se dão por meio de editais de abrangência nacional que podem variar seus beneficiários de acordo com qualidade técnica dos projetos submetidos, o que inviabiliza a regionalização, considerando que os resultados dos indicadores ocorrem à medida que os projetos são realizados e/ou apoiados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2205 - CONECTA BRASIL

Objetivo: 1185 - Promover o acesso universal e ampliar a qualidade dos serviços de comunicações do país

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: De acordo com os dados da PNAD TIC 2021, a Internet era utilizada naquele ano 90% em dos domicílios. Trata-se de progresso substantivo em relação a 2019, quando 79,2% dos domicílios possuíam acesso. A PNAD TIC 2021 traz ainda os motivos para não utilização nos 10% de domicílios restantes: falta de interesse (29,3%), serviço de internet caro (28,8%) e nenhum morador saber usar a internet (27,1%). A indisponibilidade do serviço apareceu apenas em 5,9% dos domicílios que não usavam, ou 0,59% do total. Tais resultados, associados à crescente oferta de conectividade por satélite em todo o território nacional, mesmo em áreas remotas, apontam para uma nova fase nas políticas de ampliação do acesso: os esforços devem cada vez mais focar no letramento digital da população e subsídios à demanda dos mais pobres.

Meta: 052Q - Ampliar o acesso à internet em banda larga para os domicílios brasileiros de 74,68% para 91,00% .

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 78,97
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 82,44
Meta prevista para 2021: 85,2
Meta prevista para 2022: 88,05
Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 90
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	85,96	88,25	90,59	93	93,4	31/12/2021	Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.
Região Nordeste	72,79	76,05	79,45	83	85,2	31/12/2021	Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.
Região Norte	77,09	80,26	83,56	87	85,5	31/12/2021	Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.
Região Sudeste	87,67	90,05	92,49	95	92,5	31/12/2021	Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.
Região Sul	83,87	86,5	89,21	92	91,5	31/12/2021	Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.

Indicador: 8722 - Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 74,68
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 90
Data do índice: 31/12/2021
Observação: Índice apurado para o exercício de 2021 e publicado em 2022. Fonte: PNAD TIC 2021. Em virtude da pandemia da COVID 19, não foi produzida a PNAD TIC 2020, pelo IBGE.

Investimento Plurianual: 0561 - Implantação de Infraestrutura para os Projetos Norte e Nordeste Conectados

Informações básicas

Custo total: 171.153.303
Meta de execução física prevista até 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 47,6
Valor da execução financeira: 4.680.000
Data da informação: 22/12/2022
Detalhamento da execução física: Histórico: Meta: 95 (%). Meta estabelecida para o PPA 2020 a 2023, desconsiderada com computo a execução de 2019, correspondente à interligação de uma cidade à troncal (das 21 previstas no Programa). A execução de 2019 equivale a 5% do escopo total do investimento. Para atingimento integral, foi estabelecido como objetivo no PPA 2020/ 2023, a meta de 95% que corresponde a 20 cidades interligadas às troncais previstas para o Norte e Nordeste Conectados. Execução física em 2019: 5%. Nordeste - Campina Grande Execução física em 2020: 19%. Nordeste - Mossoró, Caruaru, Paulo Afonso e Quixadá Execução física em 2021: 0% Execução física em 2022: 47,6%. Norte - Macapá, Almeirim, Monte Alegre, Santarém e Alenquer, Nordeste - Serra Talhada, Caicó, Vitória de Santo Antão, Redenção e Parnaíba. Execução física acumulada (2019 a 2022): 71,4%, correspondente a 15 de 21 cidades atendidas no Programa. Detalhamento da Execução Física (2022): Norte – Cabo subfluvial da Infovia 00, interligando Macapá a Santarém, teve seu lançamento concluído em janeiro de 2022.

Equipamentos do Sistema Óptico (DWDM) já implantados e testes executados: conexão ao backbone implantado dos municípios de Macapá, Almeirim, Monte Alegre, Santarém e Alenquer concluída. Expansão das redes metropolitanas de Macapá e Santarém concluídas. Nordeste – Ações de conexões das cidades do projeto à rede troncal continuam em execução, porém com atraso no cronograma inicial devido a um rompimento do cabo OPGW no trecho que interliga Fortaleza a Teresina (trecho 1 da troncal do interior).
Notas do usuário: Relativamente ao repasse de R$ 4.680.000,00 no exercício de 2022 foi, ainda não houve execução física, pois o Termo Aditivo para o cumprimento do objeto foi assinado somente em 22 de dezembro de 2022 entre o Ministério das Comunicações e a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa - RNP, organização social vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) e mantida por esse, em conjunto com o Ministério das Comunicações (MCom) que participam do Programa Interministerial RNP (PRO-RNP). O detalhamento da execução física consoante ao aporte de 2022 consta do Anexo III (doc anexo).

Resultado Intermediário: 0064 - Digitalização do serviço de radiodifusão de sons e imagens.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 54
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Digitalização do serviço de rádiodifusão de sons e imagens.
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90,94
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No PPA 2020-2023 estava previsto para 2022 que a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens alcançasse 80% dos municípios brasileiros. Já em agosto de 2022 foi atingido o percentual de 81,76%, superando a meta. Em 31/12/2022, o percentual chegou a 90,94 %, o que demostra o sucesso das iniciativas implementadas pelo Programa Digitaliza Brasil (PDB). O PDB estabeleceu as diretrizes para a conclusão do processo de digitalização dos sinais da televisão analógica terrestre no Brasil. Além disso, no caso dos 1.638 municípios onde só havia televisão analógica, o Programa tem como objetivo instalar infraestrutura para transmissão de sinal digital de televisão. Até dezembro de 2022, foram entregues 1058 torres e equipamentos de transmissão, sendo que 612 já possuem autorização de radiofrequência dos canais e iniciaram a operação. Cabe ressaltar que o denominador usado no cálculo do índice é de 3674, número de municípios que dispunham de outorgas de televisão terrestre quando o PPA foi elaborado. Cerca de 1.900 municípios não possuem transmissões, sejam analógicas ou digitais, e recebem seu sinal a partir de municípios vizinhos ou por meio de satélite e outras tecnologias.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	81,71	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	93,21	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	69,21	31/12/2022	A região Norte possui o menor índice de digitalização, pois os municípios da região estão inseridos na Fase 3, e última fase, do Programa Digitaliza Brasil.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	97,55	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	89,84	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0066 - Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI).

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking de países
Linha de base: 59
Data de referência da linha de base: 19/10/2020
Indicador: Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI)
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 59
Meta prevista para 2022: 58
Meta prevista para 2023: 57

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 44
Data do valor apurado: 15/11/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021, para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI). A edição referente ao ano de 2022 do NRI foi publicada em 15/11/2022, com o Brasil ocupando a posição nº 44 no ranking de 131 países, sendo a meta prevista para o ano a de ocupar a 58ª posição. Tal desempenho representou uma melhoria de 8 posições em relação ao ano de 2021 (52º lugar). A apuração do NRI é anual.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países, servindo como benchmark internacional.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Não há restrições quanto ao NRI. Quanto ao Índice de Desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (IDI), que tinha previsão anual, houve descontinuidade na publicação do índice desde o ano de 2017, em função de passar por reformulação metodológica na União Internacional de Telecomunicações (UIT). Deste modo, por sucessivos períodos, foi considerado como valor apurado para o indicador a sua última publicação referente ao ano de 2017, com o Brasil ocupando a posição nº 66 no ranking. Como solução, o indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021, para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI).
Providências implementadas para a superação da restrição: O indicador deste RI foi alterado na revisão do PPA 2020-2023, ocorrida em 2021, para o Índice de Prontidão de Redes (Network Readiness Index - NRI), sendo a última publicação de dezembro/2021. A apuração do NRI é anual.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0067 - Melhoria no Índice de Cibersegurança Global.

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking de países
Linha de base: 70
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Índice de Cibersegurança Global.
Meta prevista para 2020: 69
Meta prevista para 2021: 68
Meta prevista para 2022: 18
Meta prevista para 2023: 18

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18
Data do valor apurado: 30/06/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com relação ao Índice de Cibersegurança Global, a sua última edição foi publicada pela UIT em junho de 2021, com o Brasil ocupando a posição nº 18 no ranking, tendo subido 53 posições em relação ao relatório anterior. Nas Américas, o Brasil ocupa a 3ª colocação, atrás dos Estados Unidos e do Canadá. Destacam-se as seguintes iniciativas que contribuíram para o bom resultado: a publicação da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), da Lei nº 13.853/2019 (cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados), do Decreto nº 9.573/2018 (Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas), do Decreto nº 9.637/2018 (Política Nacional de Segurança da Informação) e do Decreto nº 10.222/2020 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética - E-Ciber), e a continuidade dos trabalhos de estruturas de resposta a incidentes (CDCIBER, CTIRGov.br e CERT.br). Para o ano de 2022 ainda não houve publicação do índice, uma vez que a UIT decidiu lançar a próxima versão do questionário que subsidia o índice apenas após a Conferência Plenipotenciária ocorrida em outubro de 22. Sua apuração é anual.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0068 - Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Informações básicas

Unidade de medida: Posição hierárquica no ranking entre países
Linha de base: 67
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Maior adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).
Meta prevista para 2020: 66
Meta prevista para 2021: 65
Meta prevista para 2022: 64
Meta prevista para 2023: 63

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 67
Data do valor apurado: 30/06/2019
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador referente a adoção de Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que constitui um dos pilares do Índice de Competitividade Global, não foi apurado nos anos de 2020 e 2021. O último Relatório de Competitividade Global foi publicado em 2020 como uma edição especial em função da pandemia de coronavírus, e não contou com a divulgação do índice de Competitividade Global. Sendo assim, o último valor medido é o de 2019 (Posição 67). Deste modo, não houve publicação do indicador para os anos de 2021 e 2022. Sua apuração é anual. Apesar de ainda não ter havido publicação do Índice de Competitividade Global em 2022, a pesquisa PNAD Contínua do IBGE, em seu módulo de tecnologia de informação e comunicação publicado em outubro de 2022, constatou que 90% dos domicílios brasileiros dispunham de acesso à internet em 2021 (contra 84% em 2019). Além disso, 84,7% da população com 10 anos ou mais havia utilizado a internet no período de referência da pesquisa (contra 79,5% em 2019). Outro destaque da pesquisa é que de 2019 a 2021, o percentual de domicílios com conexão à internet banda larga fixa aumentou de 78% para 83,5%.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador é calculado apenas para países.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0361 - Compromissos do Edital 5G – Atendimento de localidades com tecnologia 4G

Informações básicas

Unidade de medida: Número de localidades atendidas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2022
Indicador: Compromissos do Edital 5G – Atendimento de localidades com tecnologia 4G
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 931

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.081
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Edital 5G determinou o atendimento com tecnologia 4G de 7.430 localidades sem cobertura até o ano de 2028. Do total de localidades, 625 estão atreladas aos compromissos da faixa de 700MHz e 6.805 aos compromissos da faixa de 2,3 GHz. O cronograma de atendimento das localidades relativas aos compromissos da faixa de 700 MHz estabelece a cobertura de 40% das localidades até 31/12/2023; 70% até 31/12/2024; e 100% até 31/12/2025. Já o cronograma de atendimento das localidades relativas aos compromissos da faixa de 2,3 GHz prevê o atendimento de 10% das localidades até 31/12/2023; 20% até 31/12/2024; 40% até 31/12/2025; 60% até 31/12/2026; 80% até 31/12/2027; e 100% até 31/12/2028. Dessa forma, somando-se os compromissos de ambas as faixas, espera-se o atendimento de 931 localidades até o final do ano de 2023, não sendo ainda exigível o compromisso no ano de 2022. Entretanto, de acordo com dados de cobertura da Anatel de dezembro de 2022, 3.081 localidades objeto dos compromissos do Edital 5G já dispunham de cobertura 4G.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Grande parte dos compromissos de cobertura está sob responsabilidade de prestadoras que dispõem de área de outorga nacional, e que podem decidir atender localidades situadas em quaisquer das regiões de sua área de outorga, a depender de suas próprias estratégias de negócio, não sendo possível definir, a priori, metas regionais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0362 - Compromissos do Edital 5G – Atendimento de cidades com tecnologia 5G

Informações básicas

Unidade de medida: Número de localidades atendidas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2022
Indicador: Compromissos do Edital 5G – Atendimento de cidades com tecnologia 5G
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0

Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Edital 5G determinou o atendimento com tecnologia 5G de todos os municípios brasileiros até o final do ano de 2029, conforme cronogramas definidos abaixo. Dessa forma, o esperado para o ano de 2022 é o atendimento das 26 capitais de estado e do Distrito Federal, mantendo-se este número para o ano de 2023, que contará com o aumento no número de antenas 5G como meta a ser alcançada. Entretanto, dados da Anatel de fevereiro de 2023 já mostram a presença de estações 5G Standalone (SA) licenciadas em 29 municípios brasileiros. Cronograma de atendimento aos municípios com população igual ou superior a 30 mil habitantes: • 29/09/2022: capitais dos estados e o Distrito Federal (no mínimo 1 antena para cada 100 mil habitantes); • 31/07/2023: ampliar a quantidade de antenas nas capitais dos estados e no Distrito Federal (no mínimo 1 antena para cada 50 mil habitantes); • 31/07/2024: ampliar a quantidade de antenas nas capitais dos estados e no Distrito Federal (no mínimo 1 antena para cada 30 mil habitantes); • 31/07/2025: ampliar a quantidade de antenas nas capitais dos estados e no Distrito Federal e atender os municípios com população igual ou superior a 500 mil habitantes (no mínimo 1 antena para cada 10 mil habitantes); • 31/07/2026: municípios com mais de 200 mil habitantes (no mínimo 1 antena para cada 15 mil habitantes); • 31/07/2027: municípios com mais de 100 mil habitantes (no mínimo 1 antena para cada 15 mil habitantes); • 31/07/2028: 50% dos municípios com mais de 30 mil habitantes (no mínimo 1 antena para cada 15 mil habitantes); • 31/07/2029: 100% dos municípios com mais de 30 mil habitantes (no mínimo 1 antena para cada 15 mil habitantes); Cronograma de atendimento aos municípios com população inferior a 30 mil habitantes: • 31/12/2026: 30% dos municípios; • 31/12/2027: 60% dos municípios; • 31/12/2028: 90% dos municípios; • 31/12/2029: 100% dos municípios;
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Grande parte dos compromissos de cobertura está sob responsabilidade de prestadoras que dispõem de área de outorga nacional, e que podem decidir atender municípios situados em quaisquer das regiões de sua área de outorga, a depender de suas próprias estratégias de negócio, não sendo possível definir, a priori, metas regionais. Além disso, como nos primeiros anos a obrigação de atendimento será restrita às capitais de estados e ao DF, fica garantida a uniformidade de atendimento entre as regiões.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2206 - POLÍTICA NUCLEAR

Objetivo: 1193 - Promover o desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, para ampliar a capacidade de oferta de produtos e serviços, para atender a demanda e os benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes, de forma segura e sustentável

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2022 as atividades desenvolvidas no programa Política Nuclear apresentaram avanços na busca do atingimento do objetivo proposto para o programa. A atuação da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) está diretamente ligada aos quatro Resultados Intermediários (RI) existentes no Programa, que são: 0069 – Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos; 0070 – Proteção radiológica social e ambiental; 0077 – Pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações; e 0078 – Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares. Já a atuação das Indústrias Nucleares do Brasil (INB) está associada com as etapas do Ciclo do Combustível Nuclear. A meta 052R – Reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços (IAN), de 0,75 para 0,41, vem apresentando resultados desfavoráveis, ano após ano (em 2020, o índice subiu para 089; em 2021, para 0,92), se distanciando das metas estabelecidas e até mesmo do índice da linha de base. Em 2022, a meta definida era de 0,57 (a mesma prevista para 2021), mas o resultado apurado foi de 0,92, mesmo índice alcançado no ano anterior. Vale destacar que o indicador 8723 – Índice de Autonomia Nacional em Produtos e Serviços Derivados da Tecnologia Nuclear (IANTN) é composto de 3 conjuntos de variáveis. O Irad (Importação de insumos, matéria prima e serviços para produção dos radiofármacos selecionados para o indicador no período) e o Frad (Faturamento da venda de radiofármacos selecionados para o indicador no período) são apurados pela CNEN, estando ligados às atividades do RI 0069. Já as variáveis Pen (Quantidade de urânio enriquecido - produção nacional em UTS) e Pu3 (Produção de Concentrado de urânio em Caetité/BA em Kg de U3O8) refletem as atividades da INB. Os componentes do indicador Den (Demanda anual nacional para Angra 1 e 2 em UTS) e Du3 (Demanda anual nacional para Angra 1 e 2 em Kg de U3O8) são constantes. Ao longo dos anos do PPA 2020-2023, tem se observado um grande aumento do Irad, refletindo o aumento dos custos de importação que tem sido enfrentado para a produção dos radiofármacos, podendo ser atrelados à variação cambial e da oferta das matérias-primas no mercado internacional. Em 2022, o Irad registrou o valor de R$ 97.728.840. A variação com relação ao valor de referência para a construção do indicador (R$ 52.677.197, em 2018) sofreu um incremento de 85%. Já o faturamento com a venda de radiofármacos (Frad) apresentou uma estabilidade, comparado com o valor da linha de base de 2018 (R$ 102.649.255), atingindo em 2022, o valor de R$ 105.702.812. Esse valor representa uma recuperação com relação aos anos de 2020 e 2021, sinalizando que a demanda do país se encontra em processo de adequação, retornando aos patamares anteriores ao cenário de pandemia. Há que se destacar ainda a política de flexibilização do monopólio relativo ao fornecimento de radioisótopos de meia-vida longa, cujos efeitos devem ocorrer progressivamente, à medida em que fornecedores privados forem participando do atendimento da demanda nacional, conjuntamente com a CNEN. Com relação às demais variáveis do indicador, observa-se que tem havido anualmente uma redução na produção de urânio enriquecido (Pen) ao passo que houve um aumento expressivo na produção de Concentrado de urânio (Pu3). Destaca-se também a importância da conclusão da construção do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) que permitirá que o país produza as matérias-primas que hoje são importadas. Com relação à proteção radiológica social e ambiental, destaca-se o atendimento a todas as 20 situações de potencial emergências radiológicas. Nenhuma delas representou perigo à população ou ao meio ambiente, tendo todos os materiais contendo substâncias radiológicas sido recolhidos aos depósitos de rejeitos da CNEN. Sobre esse aspecto, o projeto de construção do Centro Tecnológico Nuclear e Ambiental (CENTENA) é de fundamental relevância, pois se encarregará do recebimento e armazenamento dos rejeitos de baixo e médio níveis de radiação, oriundos da utilização da tecnologia nuclear em diversos setores de aplicação. A sua execução física manteve-se em torno de 20%, ou seja, quase o mesmo percentual do exercício anterior, aguardando a seleção do local de construção para dar seguimento ao projeto. No campo das atividades de pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações, destacam-se a celebração de 13 novos instrumentos de parcerias de inovação e o depósito de 11 patentes. Esse resultado supera o esperado para o exercício de 2022. As atividades relacionadas à Segurança Nuclear e ao controle de materiais nucleares também atingiu a meta de 2022, tendo sido mantido o controle de 100% das instalações radiativas e nucleares do país. Registra-se um crescimento constante das atividades regulatórias, em especial a expansão das instalações radiativas, da ordem de 5 a 10% ao ano, o que tem se demonstrado bastante desafiador, sendo imperativa a necessidade de aumento no número de servidores que realizam as atividades de fiscalização e do quadro de servidores em geral. Com relação às atividades relacionadas com o ciclo do combustível nuclear, desenvolvidas pela INB, destaca-se a produção de 88 elementos combustíveis na Fábrica de Combustível Nuclear da Empresa, atendendo 100% da demanda das usinas nucleares de Angra 1 e 2, em conformidade com os cronogramas de entrega acordados com a Eletronuclear, operadora das centrais nucleares nacionais. Em relação à atividade de mineração e beneficiamento de urânio, foi dada continuidade às atividades de lavra da Mina do Engenho e de beneficiamento de minério de urânio na Unidade de Concentração de Urânio (URA). A Mina do Engenho possui vida útil de 15 anos (a partir de 2021) e produção prevista de aproximadamente 200 t/ano de concentrado de urânio. A retomada das atividades da mineração de urânio no Brasil contribui para a redução da importação de urânio, sendo um marco importante para o Programa Nuclear Brasileiro. A produção de concentrado sofreu impacto em 2022, devido à escassez de matéria-prima utilizadas no beneficiamento do minério e pela baixa disponibilidade de mão de obra na operação da planta química. Ao final do exercício, foram produzidas 51 t de concentrado de Urânio. A retomada da produção urânio em solo nacional está ligada diretamente à evolução do projeto de Ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité-BA. Apesar de enfrentar recorrente restrição orçamentária nos últimos exercícios, já é possível verificar sua importância no âmbito da Política Nuclear. Mesmo antes de sua total implantação, o Projeto resultará em economias de divisas para o país, devido a substituição

de matéria-prima importada pela produção proveniente da exploração do urânio da Mina do Engenho. O outro projeto sob responsabilidade da INB que possui ligação direta com a Meta 052R é a Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio. O progresso na implantação da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio vem sofrendo, ao longo dos anos, impactos negativos em razão de limitação de recursos orçamentários. Em 2022 não foi diferente. A proposta orçamentária da INB para 2022, efetuada em consonância com o planejamento concernente à continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento, indicou uma necessidade de R$ 46 milhões para investimentos, entretanto, este montante foi reduzido, quando da aprovação da LOA 2022, para apenas R$ 15 milhões. Sendo assim, foi necessário reavaliar e ajustar as atividades que poderiam ser conduzidas com os recursos alocados muito aquém do projetado. Apesar das restrições, foi possível finalizar a implantação da 1ª fase da Usina de Enriquecimento Isotópico de Urânio, com a montagem eletromecânica e instalação das Ultracentrífugas da 10ª cascata, concluídas em novembro de 2022, possibilitando atingir uma capacidade nominal instalada de 70.000 kg de UTS/ano, o que equivale à aproximadamente 70% da necessidade anual estimada da Usina de Angra 1. A implantação da 2ª fase, denominada Usina Comercial de Enriquecimento de Urânio (UCEU) já foi iniciada com o projeto de revitalização das Cascatas 2 e 3, bem como a elaboração do detalhamento do Projeto Básico e Planilhas de Quantitativos para a futura licitação das áreas, e com as solicitações de licenças aos órgãos de fiscalização: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e CNEN. A Usina de Enriquecimento alcançou, em 2022, uma produção de 3.142 kg de UF6, equivalentes a 12.821 kg de UTS/Ano. A queda na produção, quando comparada com o ano de 2021 (4.139 kg de UF6), foi em decorrência da necessidade da realização de manutenção inédita, que consistiu na fabricação e substituição de redes do sistema central de vácuo da Usina. Cabe destacar que por se tratar de item importante à segurança, requerendo a autorização do órgão regulador para a realização de cada uma das atividades necessárias, bem como do ineditismo da sua execução, a produção foi interrompida no período de 02 de agosto/21 até 27 de junho/22. Outro importante ponto em direção à autonomia estratégica do ciclo do combustível nuclear refere-se ao domínio da tecnologia para a nacionalização dos componentes adquiridos no exterior. A INB tem buscado soluções, através da capacitação de seus engenheiros de projeto, do desenvolvimento de fornecedores nacionais, além de negociações com os principais parceiros estrangeiros, em busca das melhores soluções para a questão da nacionalização da fabricação de componentes do elemento combustível. O exercício 2022 registrou avanços para o projeto, porém mais discretos que os ocorridos no exercício 2021. Destacamos atividades como o desenvolvimento de fornecedores e tecnologias nacionais, testes internos de desenvolvimento de tecnologias de preparação, soldagem, usinagem e inspeção de componentes mecânicos com alta precisão.

Meta: 052R - Reduzir o Índice de Dependência Internacional em Produtos e Serviços (IAN), de 0,75 para 0,41.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice
Linha de base: 0,75
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 0,58
Meta prevista para 2021: 0,57
Meta prevista para 2022: 0,57
Meta prevista para 2023: 0,41

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,9226
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras

Justificativa para não regionalização da Meta: A meta é nacional, considerando que está se falando de reduzir a dependência do país da importação de matéria prima utilizadas na produção de produtos e serviços. A variável do indicador correspondente às atividades da CNEN (Irad/Ifrad) estão regionalizadas considerando os resultados do indicador do RI 0069.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A proposta orçamentária da INB para 2022, efetuada em consonância com o planejamento concernente à continuidade da implantação da Usina de Enriquecimento, indicou uma necessidade de R$ 46 milhões para investimentos, entretanto, este montante foi reduzido, quando da aprovação da LOA 2022, para apenas R$ 15 milhões.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi necessário reavaliar e ajustar as atividades que poderiam ser conduzidas com os recursos alocados.
Valor da insuficiência de recursos: 31.000.000

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Necessidade da realização de manutenção inédita na Usina de Enriquecimento, que consistiu na fabricação e substituição de redes do sistema central de vácuo da usina de enriquecimento, item importante à segurança, e um dos sistemas reaproveitados do processo de jato centrífugo.
Providências implementadas para a superação da restrição: Cabe destacar que por se tratar de item importante à segurança, requerendo a autorização do órgão regulador (CNEN) para a realização de cada uma das atividades necessárias, bem como do ineditismo da sua execução, a produção foi interrompida em 02 de agosto/21, permanecendo assim até 27 de junho/22.

Indicador: 8723 - Índice de Autonomia Nacional em Produtos e Serviços Derivados da Tecnologia Nuclear

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,75
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto menor melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,9226
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Valores apurados relativos ao exercício de 2022: Irad = 97.728.840 Frad = 105.702.812 Pen = 12.821 Den = 280.000 Pu3 = 50.916 Du3 = 460.000

Resultado Intermediário: 0069 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos.

Informações básicas

Unidade de medida: Ci / semana
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Quantidade média anual de radioisótopos e radiofármacos fornecida aos centros de medicina nuclear, medida em Curie/semana.
Meta prevista para 2020: 480
Meta prevista para 2021: 500
Meta prevista para 2022: 560
Meta prevista para 2023: 580

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 510
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado intermediário ficou abaixo do projetado, mas dentro da expectativa para o exercício, considerando que a demanda do pais ainda se encontra em processo de adequação, fruto ainda da situação de pandemia. Ou seja, houve uma redução da demanda que, progressivamente, vem apresentando recuperação em função da normalização do funcionamento dos serviços de medicina nuclear do país.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Em que pese a flexibilização do monopólio relativo ao fornecimento de radioisótopos de meia-vida longa, ou seja, os produzidos em reatores de pesquisa, o efeito dessa política irá ocorrer progressivamente, à medida em que fornecedores privados forem participando do atendimento da demanda nacional, conjuntamente com o IPEN/CNEN.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	35	38	40	40	35	10/02/2023	Comportamento compatível com a demanda nacional.	Ver nota do usuário no campo "Resultado Intermediário".
Região Nordeste	90	94	103	110	100	10/02/2023	Resultado compatível com a demanda nacional.	Ver nota do usuário no campo "Resultado Intermediário".
Região Norte	20	21	22	25	15	10/02/2023	Resultado compatível com a demanda nacional.	Ver nota do usuário no campo "Resultado Intermediário".
Região Sudeste	265	272	310	317	280	10/02/2023	Resultado compatível com a demanda nacional.	Ver nota do usuário no campo "Resultado Intermediário".

Região Sul	70	75	85	88	80	10/02/2023	Resultado compatível com a demanda nacional.	Ver nota do usuário no campo "Resultado Intermediário".

Resultado Intermediário: 0070 - Proteção radiológica social e ambiental.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Percentual anual de atendimento à situações de emergências radiológicas
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No exercício de 2022 foram atendidas 20 situações de potencial emergências radiológicas das quais 9 envolveram de fato a presença de material radioativo. Nenhuma delas representou perigo para a população ou ao ambiente, uma vez que não se tratava de fonte órfão, mas sim de material contendo certa quantidade de substâncias radioativas e que foram recolhidos aos depósitos intermediários da CNEN.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A ação abrange todo o território nacional e a regionalização é um fator ex-post, uma vez que não há meios de prever onde essas situações irão ocorrer.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0077 - Pesquisa e desenvolvimento da tecnologia nuclear e suas aplicações.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 16
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos anualmente na área nuclear e afins.

Meta prevista para 2020: 16
Meta prevista para 2021: 18
Meta prevista para 2022: 20
Meta prevista para 2023: 22

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24
Data do valor apurado: 09/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A identificação de um novo produto ou serviço tecnológico (não-rotineiro) desenvolvido na área nuclear e correlata não apresenta inicialmente um viés claro de fornecedor-comprador como na maioria das mercadorias e produtos do mercado dito convencional. As novas demandas que se apresentam para a CNEN para o desenvolvimento da tecnologia nuclear e de suas aplicações estão diretamente relacionadas a novos pedidos e solicitações dos clientes e potenciais parceiros que buscam nos institutos vinculados à CNEN (CDTN, CRNC-CO, CRCN-NE, IEN, IPEN e IRD) o apoio teórico, tecnológico e de recursos humanos capacitados para fomentar possíveis novos negócios e/ou apoiar alterações, correções e melhorias de processos já instalados e/ou em operação. A quantificação e identificação dos novos produtos e serviços tecnológicos na CNEN se utiliza cada vez mais das ferramentas disponíveis dentro da Lei da Inovação para estabelecer parcerias tecnológicas entre a instituição CNEN e parceiros públicos e privados. Os novos produtos e serviços tecnológicos estabelecidos através da Lei da Inovação na maior parte da vezes não serão produtos de prateleira para ser disponibilizado para futuros interessados, pois são desenvolvidos para um cliente específico. Dessa maneira o número de novas parcerias tecnológicas será o critério utilizado para quantificar o número de novos produtos e serviços tecnológicos, visto que, cada parceria de inovação tecnológica deverá gerar no mínimo 1 novo produto e/ou serviço tecnológico. Para o ano de 2022 foram estabelecidas 13 novos instrumentos de parceria (acordos, convênios, protocolos), e além disso, as parcerias anteriores a 2022 geraram o depósito de 11 patentes. Atentar para o fato de que a maior parte dos acordos de parceria de inovação não permitem a transferência de tecnologia para fora do acordo estabelecido na parceria.
Restrições: -
Notas do usuário: /1/ A meta de novos produtos e serviços da tecnologia nuclear se torna diretamente vinculada à capacidade da CNEN em estabelecer novos projetos de parceria tecnológica, uma vez que, o desenvolvimento de novas tecnologias nucleares é bastante onerosa e de difícil inserção mercadológica sem um potencial cliente interessado, ou a depender apenas do investimento orçamentário. /2/ O número de parcerias tecnológicas que geram novos produtos e serviços não estão adicionados às novas tecnologias geradas nas produções científicas decorrentes dos próprios servidores no desenvolvimento de suas atividades cotidianas e das tecnologias geradas pelos alunos de pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doc), que muitas vezes não são registrados ou formalmente identificados como novos produtos e serviços quando da finalização de seus trabalhos acadêmicos. /3/ a relação das parcerias de inovação e das patentes estão individualmente disponíveis nos processos SEI que foram apreciados pela Procuradoria Federal da CNEN. /4/ o monitoramento regional não é avaliado para o item. Uma pesquisa pode ser compartilhada por mais de uma unidade vinculada da CNEN, como também, os resultados podem ter abrangência nacional.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	1	1	2	Valor não disponível	09/02/2023	o valor regional está integrado no total de novos produtos e serviços tecnológicos disponibilizados na CNEN no decorrer de 2022	Não informado

Região Sudeste	16	17	19	20	Valor não disponível	09/02/2023	o valor regional está integrado no total de novos produtos e serviços tecnológicos disponibilizados na CNEN no decorrer de 2022	Não informado

Resultado Intermediário: 0078 - Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 11/07/2019
Indicador: Segurança Nuclear e controle de materiais nucleares.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 06/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A maior parte das atividades regulatórias são estabelecidas com base no número de instalações existentes, nos riscos envolvidos e na avaliação de estimativas de crescimento do número de instalações e das atividades com materiais radioativos . Considerando que a taxa de crescimento dessas atividades está em processo de expansão, em particular das instalações radiativas, a DRS, e a própria CNEN, tem frequentemente informado a premente necessidade de aumento no número de servidores que realizam atividades de fiscalização e do quadro de servidores em geral. Contudo, apesar das dificuldades, a CNEN tem cumprido com as suas atividades finalísticas, relacionadas à regulação, licenciamento e fiscalização de instalações radiativas e nucleares do país.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A maior parte dos servidores da CNEN estão lotados no Rio de Janeiro e, por isso, as ações de fiscalização e controle são coordenadas pela sua Unidade Sede/RJ.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear (DRS), responsável pela regulamentação, licenciamento e fiscalização do setor nuclear do país, tem tido perdas constantes de pessoal técnico. O último concurso da CNEN, em 2014, reservou apenas cerca de 40 vagas para a DRS. Esse número é inferior ao quantitativo de servidores que deixaram de realizar no mesmo período as atividades de competência da DRS (aposentadoria, falecimento e outros). Por outro lado, o número de instalações radiativas e nucleares no país apresenta um crescimento vegetativo da ordem de 5 a 10% ao ano.
Providências implementadas para a superação da restrição: Desde 2014, várias foram as tentativas de obtenção de autorização para realização de concurso público. Todas sem sucesso.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Detalhamento da restrição: A estrutura organizacional da DRS/CNEN não atende as atuais necessidades de gestão da área. Por exemplo, cito a existência de Distritos e Escritórios
Providências implementadas para a superação da restrição: Com a publicação da Lei 14.222/2021, que cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear - ANSN a partir da cisão da CNEN, é esperado que seja equacionado os problemas da estrutura regimental do órgão regulador

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2207 - PROGRAMA ESPACIAL BRASILEIRO

Objetivo: 1192 - Aumentar a autonomia nacional no atendimento das demandas por produtos e serviços espaciais

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O satélite Amazonia 1 foi lançado com sucesso ao espaço exterior, em 28 de fevereiro de 2021, a partir do Centro de Lançamento Satish Dhawan Space Centre, na Índia. Em 25 de junho de 2021, foi concluída com sucesso, pelo INPE e AEB, a revisão de comissionamento da missão. O satélite foi aprovado para a fase operacional (apto para entrar em operação de rotina e distribuir para a sociedade imagens do Brasil e do mundo). As imagens do Amazonia 1 já se encontram disponíveis para o público nos seguintes endereços: www.dgi.inpe.br e do catálogo www2.dgi.inpe.br/catalogo/explore. Assim, considera-se o total de 42,5% de contribuição da parte satelital para o IGASE até o primeiro semestre de 2022 e o total de 45,00% de contribuição da parte satelital para o IGASE até o final do ano de 2022. Dessa forma têm-se para 2022, a Contribuição para o Segmento Satelital (CSS) o resultado de 45,00%. Quanto ao Projeto VS-50/VLM-1, em outubro de 2021 foi finalizada a Operação Acre, cujo objetivo era a realização do 1º Ensaio de Tiro em Banco do Motor S50, este concluído com sucesso na Usina Coronel Abner (UCA). Em uma primeira análise, os resultados das medições do motor, durante a queima, indicaram que o motor se comportou conforme esperado pela área técnica, no que se refere às suas curvas de Empuxo e Pressão. Importante destacar que a Operação Acre 2021 também serviu para testar o Sistema Linha de Fogo, desenvolvido pelo IAE. Este sistema fará o controle de segurança e armação dos Dispositivos Mecânicos de Segurança (DMS) do veículo e a ignição do 1º Estágio do VS-50 na TMI, sendo o seu correto funcionamento mandatório para a segurança (safety) da operação de lançamento do VS-50 V01. Em novembro de 2021 foi realizada com sucesso a Operação Santa Maria 2/2021 que tinha como objetivo principal a integração do sistema de desplugamento de umbilicais do veículo VS-50 e a integração e testes do Sistema Linha de Fogo, desenvolvido pelo IAE para controlar a armação e ignição do VS-50. Também foram instalados novos defletores na TMI, para atender ao Motor S50. No primeiro trimestre de 2022 foi dado prioridade para a preparação dos ensaios de qualificação do Módulo Dianteiro (Forward Module) e para a fabricação da coifa dummy e de outros dispositivos que serão usados na Operação Santa Maria 2022 (segundo semestre do presente exercício). No mês de setembro de 2022, entre os dias 04/09/22 a 03/10/22, o IAE realizou a Operação Santa Maria 1/2022 no CLA, cujo principal objetivo era testar os dispositivos de manuseio e transporte dos componentes do VS-50/VLM-1, por meio da integração de um mock-up inerte do VS-50 na SISPLAT, assim como, realizar a instalação e testes dos sistemas de solo. Foi testado o Sistema de Desplugamento de Umbilicais, o Sistema de Linha de Gases e o Sistema Linha de Fogo, todos projetados e desenvolvidos pelo IAE. Também foram feitas as integrações do 2º Estágio do VS-50 pela primeira vez, trazendo importantes conhecimentos e aprendizados para as equipes envolvidas. Como muitos sistemas eram inertes, e não havia, ainda, sistemas do DLR, considera-se importante realizar uma MIR - Maquete de Integração das Interfaces e Redes do veículo, para testar os sistemas e refinar procedimentos e cronologia de lançamentos. Considerando o 1º Voo do VS-50 no final de 2024, a MIR está sendo planejada para o 1º semestre de 2024, após o 2º Tiro em Banco do Motor S50. Metodologia: Para o avanço físico planejado e executado é utilizado o cálculo realizado pelo GPAER (software de acompanhamento de projetos da Aeronáutica). A forma como esse avanço é calculado pelo GPAER é afetada, se o projeto precisa, por exemplo, subdividir uma tarefa, acrescentado etapas, ou reduzir o número de etapas de uma atividade já inserida no sistema. Portanto, uma percentagem

de execução física pode aumentar ou diminuir de acordo com as alterações que se façam durante o projeto. Por fim, tendo em vista que o projeto VLM obteve avanços significativos em 2021 e que o IGASE permaneceu com o mesmo valor de 2020, sugeriu-se que fossem revistos os marcos principais que compõem o referido indicador, inserindo marcos intermediários que traduzam melhor os avanços no segmento de lançadores. Os marcos de acompanhamento para o IGASE, após a revisão, ficaram assim definidos: 1. Primeiro Tiro em Banco do S50 - 30% 2. Testes de Qualificação e Aceitação do Módulo Dianteiro e do Sistema de Separação - 32,5% 3. Segundo Tiro em Banco do S50 - 35% 4. Entrega do Módulo de Serviço e do TVA - 37,5% 5. Ensaios e Integração dos Componentes - 40,0% 6. Primeiro voo do VS-50 - 42,5% 7. Segundo Voo do VS-50 - 45% 8. Finalização de Estudos de Separação a Quente - 47,5% 9. Voo do VLM - 50% Com a realização dos testes de Qualificação e Aceitação do módulo dianteiro e do sistema de separação, a Contribuição do Segmento Lançador (CSL) é de 32,5%.

Meta: 052S - Aumentar o Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais de 27,50% para 100%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 27,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 71,5
Meta prevista para 2022: 83,5
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 77,5
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Justificativa para não regionalização da Meta: Como o projeto é de âmbito nacional, não é possível regionalizar a meta.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O orçamento previsto na LOA 2022 sofreu contingenciamento e encontra-se parcialmente bloqueado (47%).
Providências implementadas para a superação da restrição: Não há providências capazes de contornar essa situação em relação aos projetos em andamento, a não ser a paralisação parcial das atividades.
Valor da insuficiência de recursos: 10.883.877,59

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB. As questões relacionadas à pandemia, tais como distanciamento social e isolamento, reduziram o número de pessoas disponíveis para as atividades in loco dos projetos. O Projeto VLM teve seu

cronograma alterado não somente por conta da COVID-19, mas também devido a algumas modificações nos requisitos de testes, pela ausência da equipe Alemã nos ensaios. Por exemplo, o ensaio da tubeira móvel previsto para setembro de 2021, durante o primeiro tiro em banco (queima) do Motor S50, terá de ser fixo, uma vez que a equipe Alemã é responsável pela tecnologia de movimentação da tubeira.
Providências implementadas para a superação da restrição: Adoção do teletrabalho como solução alternativa para a realização de atividades que independem da presença física em laboratório e rodízio das equipes envolvidas. No caso da redução de força de trabalho, elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicita-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Indicador: 8724 - Índice de Ganho de Autonomia em Sistemas Espaciais

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 27,5
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 77,5
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O satélite Amazonia 1 foi lançado com sucesso ao espaço exterior, em 28 de fevereiro de 2021, a partir do Centro de Lançamento Satish Dhawan Space Centre, na Índia. Em 25 de junho de 2021, foi concluída com sucesso, pelo INPE e AEB, a revisão de comissionamento da missão. O satélite foi aprovado para a fase operacional (apto para entrar em operação de rotina e distribuir para a sociedade imagens do Brasil e do mundo). As imagens do Amazonia 1 já se encontram disponíveis para o público nos seguintes endereços: www.dgi.inpe.br e do catálogo www2.dgi.inpe.br/catalogo/explore. Assim, considera-se o total de 42,5% de contribuição da parte satelital para o IGASE até o primeiro semestre de 2022 e o total de 45,00% de contribuição da parte satelital para o IGASE até o final do ano de 2022. Dessa forma têm-se para 2022, a Contribuição para o Segmento Satelital (CSS) o resultado de 45,00%. Quanto ao Projeto VS-50/VLM-1, em outubro de 2021 foi finalizada a Operação Acre, cujo objetivo era a realização do 1º Ensaio de Tiro em Banco do Motor S50, este concluído com sucesso na Usina Coronel Abner (UCA). Em uma primeira análise, os resultados das medições do motor, durante a queima, indicaram que o motor se comportou conforme esperado pela área técnica, no que se refere às suas curvas de Empuxo e Pressão. Importante destacar que a Operação Acre 2021 também serviu para testar o Sistema Linha de Fogo, desenvolvido pelo IAE. Este sistema fará o controle de segurança e armação dos Dispositivos Mecânicos de Segurança (DMS) do veículo e a ignição do 1º Estágio do VS-50 na TMI, sendo o seu correto funcionamento mandatório para a segurança (safety) da operação de lançamento do VS-50 V01. Em novembro de 2021 foi realizada com sucesso a Operação Santa Maria 2/2021 que tinha como objetivo principal a integração do sistema de desplugamento de umbilicais do veículo VS-50 e a integração e testes do Sistema Linha de Fogo, desenvolvido pelo IAE para controlar a armação e ignição do VS-50. Também foram instalados novos defletores na TMI, para atender ao Motor S50. No primeiro trimestre de 2022 foi dado prioridade para a preparação dos ensaios de qualificação do Módulo Dianteiro (Forward Module) e para a fabricação da coifa dummy e de outros dispositivos que serão usados na Operação Santa Maria 2022 (segundo semestre do presente exercício). No mês de setembro de 2022, entre os dias 04/09/22 a 03/10/22, o IAE realizou a Operação Santa Maria 1/2022 no CLA, cujo principal objetivo era testar os dispositivos de manuseio

e transporte dos componentes do VS-50/VLM-1, por meio da integração de um mock-up inerte do VS-50 na SISPLAT, assim como, realizar a instalação e testes dos sistemas de solo. Foi testado o Sistema de Desplugamento de Umbilicais, o Sistema de Linha de Gases e o Sistema Linha de Fogo, todos projetados e desenvolvidos pelo IAE. Também foram feitas as integrações do 2º Estágio do VS-50 pela primeira vez, trazendo importantes conhecimentos e aprendizados para as equipes envolvidas. Como muitos sistemas eram inertes, e não havia, ainda, sistemas do DLR, considera-se importante realizar uma MIR - Maquete de Integração das Interfaces e Redes do veículo, para testar os sistemas e refinar procedimentos e cronologia de lançamentos. Considerando o 1º Voo do VS-50 no final de 2024, a MIR está sendo planejada para o 1º semestre de 2024, após o 2º Tiro em Banco do Motor S50. Metodologia: Para o avanço físico planejado e executado é utilizado o cálculo realizado pelo GPAER (software de acompanhamento de projetos da Aeronáutica). A forma como esse avanço é calculado pelo GPAER é afetada, se o projeto precisa, por exemplo, subdividir uma tarefa, acrescentado etapas, ou reduzir o número de etapas de uma atividade já inserida no sistema. Portanto, uma percentagem de execução física pode aumentar ou diminuir de acordo com as alterações que se façam durante o projeto. Por fim, tendo em vista que o projeto VLM obteve avanços significativos em 2021 e que o IGASE permaneceu com o mesmo valor de 2020, sugeriu-se que fossem revistos os marcos principais que compõem o referido indicador, inserindo marcos intermediários que traduzam melhor os avanços no segmento de lançadores. Os marcos de acompanhamento para o IGASE, após a revisão, ficaram assim definidos: 1. Primeiro Tiro em Banco do S50 - 30% 2. Testes de Qualificação e Aceitação do Módulo Dianteiro e do Sistema de Separação - 32,5% 3. Segundo Tiro em Banco do S50 - 35% 4. Entrega do Módulo de Serviço e do TVA - 37,5% 5. Ensaios e Integração dos Componentes - 40,0% 6. Primeiro voo do VS-50 - 42,5% 7. Segundo Voo do VS-50 - 45% 8. Finalização de Estudos de Separação a Quente - 47,5% 9. Voo do VLM - 50% Com a realização dos testes de Qualificação e Aceitação do módulo dianteiro e do sistema de separação, a Contribuição do Segmento Lançador (CSL) é de 32,5%.

Resultado Intermediário: 0080 - Desenvolvimento de tecnologias críticas.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 25
Data de referência da linha de base: 18/07/2019
Indicador: Índice de Desenvolvimento de Tecnologias Críticas - IDT.
Meta prevista para 2020: 25
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com os marcos intermediários estabelecidos (Ver observação), atingiu-se para o IDT em 2020, a execução física de 52,5%, em 2021 a execução física de 58,97% e em 2022 atingiu-se o índice de 75%. Em 2022, houve a integração dos protótipos e a realização do Ensaio HIL (Hardware in the Loop) do SISNAC, onde o sistema e suas interfaces de voo foram montados no laboratório e testados em solo. Mesas de rotação em 3D simularam o movimento do veículo e das tubeiras com atuadores reais. Ou seja, o SISNAC como seria montado no veículo lançador é testado em solo. Por fim, o protótipo de qualificação e os ensaios de qualificação foram realizados. Portanto, com os marcos 2 (parcialmente), 3 (integral) e 4 (parcialmente) realizados, o resultado acumulado em dezembro de 2022 foi de 75%. Marcos planejados entre 2021 e 2023: 1. Realização da

Integração do Sistema de Navegação e disponibilizar para Voo - Avanço em 5% do Projeto: a. Realizar o desenvolvimento e testes das interfaces com o veículo - Não realizado. 2. Montagem de Protótipos do Sistema de Navegação e disponibilizá-los para Voo - Avanço em 7,5% do Projeto: a. Realizar montagem e caracterização do Modelo de Qualificação - Realizado. b. Realizar montagem e caracterização do Modelo de Voo Titular e Reserva - Não realizado. c. Realizar ensaios de qualificação e aceitação - Realizados os ensaios de qualificação. 3. Integração de Protótipos do SISNAC para Ensaio Hardware in the Loop (HIL) - Avanço em 10% no Projeto: a. Realizar montagem e caracterização do Modelo de Engenharia do SISNAV - Realizado. b. Implementar o protocolo de comunicação entre o computador de missão e o SISNAV – Realizado. 4. Realização de Ensaio HIL do SISNAC - Avanço em 25% do Projeto: a. Programar a dinâmica do veículo simulado – Realizado. b. Executar e documentar o ensaio da HIL - Realizado a execução do ensaio da HIL.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O projeto tem abrangência nacional.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Restrições de ordem orçamentária, por conta dos cortes e contingenciamentos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Diante da falta de recursos e dos altos valores dos orçamentos recebidos para o desenvolvimento do processador do SISNAC, a Gerência do projeto propôs uma continuidade do SISNAC com uma arquitetura mais simples para o sistema de controle. Portanto, o Projeto SISNAC atualmente está considerando a seguinte arquitetura: o SISNAV (Sistema de Navegação), desenvolvimento nacional, com um computador de bordo, comprado, não necessitando sua qualificação.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Há a redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB.
Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicitam-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0206 - Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 18/07/2019
Indicador: Operacionalidade do Centro de Lançamento de Alcântara (IOCLA).
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foi lançado, durante a Operação Falcão I 2022, ocorrida entre 30 de maio e 03 de junho, um Foguete de Treinamento Básico (FTB), que verificou a situação operacional dos meios logísticos e sistemas dedicados do CLA. Foi lançado em outubro de 2022, durante a Operação Santa Branca, um foguete VSB-30 com o Modelo de Qualificação da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), quando verificou-se novamente a operacionalidade do CLA.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) precisa de cerca de R$40.000.000,00 por ano para se manter. No entanto, historicamente os valores destinados ao centro são aquém do necessário. Em 2020 e em 2021, houve grande déficit para as atividades previstas, além da liberação tardia. Em 2022, também há déficit em relação à necessidade apontada para o custeio, por meio da Ação 21AI, e para a ampliação do Centro Espacial de Alcântara (CEA) para a Categoria II, por meio da Ação 7F40 – em especial após o bloqueio imposto.
Providências implementadas para a superação da restrição: Os contratos são realizados por menor período, enquanto se busca outras fontes de financiamento ou Ações Orçamentárias.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Há a redução continuada do quadro de pessoal das instituições responsáveis por executar as iniciativas ligadas ao Programa Espacial Brasileiro (PEB). Atualmente, há um quantitativo de pessoal nos quadros efetivos aquém do necessário nos Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), e de outros institutos do Departamento de Ciência e Tecnologia da Aeronáutica (DCTA), bem como do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Agência Espacial Brasileira (AEB). Com quadro reduzido, há dificuldades em planejar e dar andamento às atividades do PEB.
Providências implementadas para a superação da restrição: Elaboraram-se e disponibilizaram-se os relatórios finais do Grupo Técnico 09 do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro (CDPEB), que versam sobre a recomposição de quadros de pessoal. Anualmente, solicitam-se concursos para provimento de pessoal em caráter temporário e permanente.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	2	4	6	8	7	31/12/2022	Foi lançado, durante a Operação Falcão I 2022, ocorrida entre 30 de maio e 03 de junho, um Foguete de Treinamento Básico (FTB), que verificou a situação operacional dos meios logísticos e sistemas dedicados do CLA. Foi lançado em outubro de 2022, durante a Operação Santa Branca, um foguete VSB-30 com o	Não informado

							Modelo de Qualificação da Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM), quando verificou-se novamente a operacionalidade do CLA.	

PROGRAMA: 2208 - TECNOLOGIAS APLICADAS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Objetivo: 1197 - Promover o empreendedorismo, inovação e tecnologias aplicadas, com aumento do impacto do dispêndio público, amplificando a contribuição para o desenvolvimento sustentável

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa tem por objetivo promover o empreendedorismo, a inovação e a difusão de tecnologias, visando o aumento do impacto do dispêndio público, do investimento privado, e na contribuição de ambos para o desenvolvimento sustentável. É referenciado na Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI 2016-2022) e prevê ações coordenadas entre o MCTI, suas agências, unidades de pesquisa, organizações sociais e articulação com os atores que compõem o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), incluindo o setor produtivo, cuja participação ativa nas ações consiste em elemento essencial para o alcance do objetivo. A resultante dos esforços dessas políticas visa, por exemplo: i) indução de investimentos privados em P&D; ii) ampliação do acesso das empresas aos mercados, a partir do desenvolvimento e oferta de produtos e serviços com maior densidade tecnológica e fruto de uma maior inter-relação entre os produtores de conhecimento (universidades e institutos de pesquisas) e as empresas; iii) maior oferta de recursos humanos qualificados para as atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação; iv) ampliação na capacidade de transferência e difusão de tecnologias; e v) redução de assimetrias regionais e socioeconômicas. As ICT (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação), além de contribuírem para a formação de Recursos Humanos, também são ambientes propícios à geração de conhecimento com potencial de inovação. Graças ao Novo Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei 13.243/2016 e Decreto n° 9.283/2018) e o novo enfoque dado à Propriedade Intelectual, há estímulo ao compartilhamento de benefícios, o que facilita a transferência de conhecimento para as empresas. No arquivo anexo são apresentadas as principais realizações/entregas do Programa no exercício de 2022.

Meta: 052O - Ampliar a participação dos dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) para 0,7%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0,6
Data de referência da linha de base: 31/12/2016
Meta prevista para 2020: 0,56
Meta prevista para 2021: 0,56

Meta prevista para 2022: 0,56
Meta prevista para 2023: 0,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,53
Data de Referência: 31/12/2020
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Os dados empresariais em P&D têm como fonte a PINTEC/IBGE, divulgada a cada 3 anos. Embora a Pesquisa apresente dados regionalizados, o MCTI solicita uma extração especial do IBGE com o total nacional. A extração recebida exclui dispêndios em P&D de empresas estatais dependentes e outras instituições, como a Embrapa e a Fiocruz, por exemplo, cujos dispêndios são levantados pelo Ministério no SIAFI e contabilizados nos dispêndios públicos federais em P&D. Por outro lado, os dados regionais da Pesquisa não contemplam todos os setores da CNAE apresentados na PINTEC nacional, em razão da necessidade de preservação de sigilo estatístico. Em algumas regiões, empresas poderiam vir a ser identificadas quando da existência de apenas uma ou duas informantes em determinados setores.

Indicador: 8719 - Dispêndios empresariais em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0,6
Data de Apuração: 31/12/2016
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,53
Data do índice: 31/12/2020
Observação: O resultado refere-se ao ano de 2020, apurado em 31/12/2022. A PINTEC é divulgada a cada três anos com dados do triênio anterior. Entre uma pesquisa e outra o MCTI estima os dispêndios empresariais em P&D com base na variação anual dos investimentos em P&D das empresas beneficiárias da Lei do Bem, dados consolidados e fornecidos pela Secretaria de Empreendedorismo e Inovação (SEMPI/MCTI), com 2 anos de defasagem em relação ao exercício atual.

Resultado Intermediário: 0082 - Investimento em P&D realizado pelas empresas beneficiárias da Lei do Bem.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ Bilhões
Linha de base: 13,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Total de investimento anual em P&D realizado pelas empresas beneficiárias da Lei do Bem.
Meta prevista para 2020: 15,72
Meta prevista para 2021: 17,29
Meta prevista para 2022: 19,02
Meta prevista para 2023: 20,92

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27
Data do valor apurado: 30/09/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O investimento em atividades de P,D&I, pelas empresas beneficiárias dos incentivos à inovação tecnológica da Lei do Bem, vem apresentando valores crescentes e significativos. Desde 2006 a Lei do Bem vem se consolidando como o principal instrumento de estímulo à inovação tecnológica nas empresas do Brasil.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O usufruto dos incentivos fiscais da Lei do Bem é o mesmo para todas regiões do País, não havendo nenhuma obrigação de regionalização.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A gestão da Lei do Bem é complexa e volumosa, necessitando de pessoal qualificado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Alocar pessoal qualificado para disseminar e estimular o usufruto dos incentivos fiscais da Lei do Bem.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0083 - Transferência de Tecnologia celebrada entre as ICT (Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação) e o setor privado.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ bilhão
Linha de base: 1,21
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Montante de Recursos de Contratos de Transferência de Tecnologia celebrados entre as ICT e o setor privado.
Meta prevista para 2020: 1,34
Meta prevista para 2021: 1,47

Meta prevista para 2022: 1,6
Meta prevista para 2023: 1,76

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1,47
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Pandemia da COVID-19 impactou muito as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação tanto nas ICTs quanto nas empresas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Regionalização não está sendo contemplada no momento, mas se avalia a Regionalização Política para ser adotada oportunamente.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A gestão da Propriedade Intelectual gerada nas ICTs e sua Transferência para o Setor Produtivo é uma atividade complexa e volumosa, necessitando de pessoal qualificado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Alocar pessoal qualificado para desenvolver as atividades necessárias para coletar as informações e elaborar o relatório.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0084 - Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional no âmbito da Lei de TICs.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 13,77
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Evolução da proporção do faturamento em bens com tecnologia nacional no âmbito da Lei de TICs.
Meta prevista para 2020: 5
Meta prevista para 2021: 14,46
Meta prevista para 2022: 15,18
Meta prevista para 2023: 15,94

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18,0496
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O faturamento de empresas beneficiárias que contém bens desenvolvidos no país teve evolução considerável para o período. Este fato, possivelmente, pode ser justificável pela diferenciação do limite de crédito financeiro concedido pela Lei nº 13.969/2019 para bens reconhecidos como desenvolvidos no país, com base na regulamentação pertinente.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0,01	0,01	0,01	0,01	0,0253	10/02/2023	Apuração demonstra aumento sobre a meta prevista.	Não informado
Região Nordeste	1,12	1,17	1,23	1,29	0,9122	10/02/2023	Percentual apurado ficou abaixo da meta prevista, em virtude de uma queda no faturamento de algumas empresas beneficiárias localizadas na Região Nordeste. Além disso, soma-se o impacto causado por falta de componentes de microeletrônica e semicondutores, bem como pela pandemia COVID-19.	Não informado
Região Sudeste	5,96	6,26	6,58	6,9	10,5824	10/02/2023	Aumento expressivo do faturamento de bens reconhecidos como desenvolvidos no País, ocasionado, principalmente pelo crescimento de produtos que obtiveram a habilitação de tecnologia nacional, com base na regulamentação pertinente.	Não informado
Região Sul	6,68	7,02	7,37	7,74	6,5297	10/02/2023	Apuração ficou menor que a meta prevista, provavelmente pelo impacto causado por falta de componentes de microeletrônica e semicondutores, bem como pela pandemia COVID-19.	Não informado

Resultado Intermediário: 0126 - Ampliação do número de beneficiários de bolsas concedidas pelo CNPq visando à qualificação em pesquisa tecnológica, empreendedorismo e inovação.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 5.400
Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número total de beneficiários/ano de bolsas de formação e capacitação em atividades de pesquisa tecnológica, empreendedorismo e inovação apoiados pelo CNPq.
Meta prevista para 2020: 9.396
Meta prevista para 2021: 9.875
Meta prevista para 2022: 10.768
Meta prevista para 2023: 11.821

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.811
Data do valor apurado: 02/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta abaixo do previsto originalmente. Questões ainda relacionadas ao reflexo da pandemia mundial do Covid19, mudanças regimentais no CNPq, incertezas orçamentárias/financeiras no exercício de 2022 e mudanças em alguns processos de fomento podem explicar o não atingimento ou superação da meta. A expectativa é de que em 2023 a meta seja atendida.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	137	147	161	176	7	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Centro-Oeste	923	973	1.067	1.172	703	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	1.414	1.482	1.621	1.778	1.531	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	414	436	478	525	545	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	4.244	4.468	4.848	5.324	3.538	02/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	2.264	2.369	2.593	2.846	2.487	02/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0182 - Evolução dos recursos aplicados em P&D, pelas empresas aptas aos incentivos, Lei das TICs (Lei 8.248, 1991) em ICTs credenciadas junto ao CATI, nos convênios firmados entre estas empresas e as ICTs.

Informações básicas

Unidade de medida: Reais
Linha de base: 785.399.626
Data de referência da linha de base: 31/08/2019
Indicador: Montante de recursos aplicados em convênios com ICTs credenciadas junto ao CATI para realização de projetos de P&D.
Meta prevista para 2020: 785.399.626
Meta prevista para 2021: 797.180.620,39
Meta prevista para 2022: 809.138.329,7
Meta prevista para 2023: 809.138.329,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.638.405.858,19
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor lançado como linha de base se refere ao ano de 2021, o qual foi declarado ao final do ano calendário de 2022. Constata-se que houve um expressivo aumento da meta prevista para o período, possivelmente causado pela alteração da Lei no 8.248, de 1991, pela mudança do formato do benefício fiscal, em que a desoneração do IPI deu lugar ao crédito financeiro, o qual é baseado e calculado a partir dos investimentos em PD&I por parte das empresas beneficiárias.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	22.486.988,78	22.824.293,61	23.166.658,02	23.166.658,02	63.769.642,61	10/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	131.217.936,42	133.186.205,47	135.183.998,55	135.183.998,55	537.327.564,91	10/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	6.375.108,83	6.470.735,46	6.567.796,49	6.567.796,49	2.570.727,41	10/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	554.633.625,63	562.953.130,01	571.397.426,96	571.397.426,96	937.575.208,7	10/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	70.685.966,34	71.746.255,84	72.822.449,67	72.822.449,67	97.162.714,56	10/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0321 - Processos e Técnicas Desenvolvidos pelas Unidades de Pesquisa

Informações básicas

Unidade de medida: Processos e técnicas/TNSEt
Linha de base: 1,35
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: PcTD – Índice de Processos e Técnicas Desenvolvidos
Meta prevista para 2020: 1,04
Meta prevista para 2021: 0,5
Meta prevista para 2022: 0,5
Meta prevista para 2023: 0,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,05
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O desempenho das Unidades de Pesquisa no que tange ao desenvolvimento tecnológico e à inovação foi expressivo no exercício de 2022. Foram mais de 400 novos processos, técnicas, protótipos, softwares e outros similares desenvolvidos durante o exercício. Destaque para o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM) que alcançou resultados expressivos a partir da interação com as empresas do setor minero-metalúrgico nacional, especialmente do ramo de rochas ornamentais, a partir do Núcleo Avançado de Cachoeiro do Itapemirim (ES), importante polo nacional do setor. Ao longo do exercício de 2022, o MCTI contribuiu com repasse de recursos financeiros e orçamentários às Unidades de Pesquisa, seja via Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) ou pela dotação discricionária do Ministério, visando à modernização de suas respectivas infraestruturas físicas e laboratoriais, o que permitiu não só a recuperação de equipamentos salutares à condução dos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), mas também a dinamização das agendas de P,D&I. O credenciamento de mais 3 (três) Unidades de Pesquisa como Unidades EMBRAPII ocorrido durante o exercício também contribiu para promover maior aproximação dessas Instituições com as empresas e o setor produtivo, por meio do balanceamento de riscos e injeção de recursos adicionais para os projetos de P,D&I, alavancando tais projetos de pesquisa aplicada e de inovação, fortalecendo e dinamizando a cadeia produtiva nacional. Memória de Cálculo: PcTD = NPTD / TNSE PcTD = 415 / 202 PcTD = 2,05
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados estão consolidados agregando todas as Unidades de Pesquisa diretamente vinculadas ao MCTI. Devido à amplitude e as temáticas transversais nas quais as UP atuam, esses dados não serão regionalizados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0323 - Evolução do montante de recursos aplicados em P&D, pelas empresas habilitadas à fruição dos incentivos da Lei das TICs (Lei no 8.248, de 1991)

Informações básicas

Unidade de medida: bilhão de reais
Linha de base: 1,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Total de recursos aplicados em P&D, pelas empresas habilitadas à fruição dos incentivos da Lei das TICs (Lei no 8.248, de 1991).
Meta prevista para 2020: 1,5
Meta prevista para 2021: 1,55
Meta prevista para 2022: 1,6
Meta prevista para 2023: 1,6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,28
Data do valor apurado: 10/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Montante de investimento em atividades de PD&I computado em âmbito nacional de acordo com a abrangência da Lei nº 8.248/1991. A apuração para 2022 demonstrou aumento significativo da meta prevista, prevendo um reajuste médio de 10% para a Meta Final Prevista para o Final do PPA.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Como no investimento total em P&D existe uma parcela que é discricionária da empresa, torna-se inadequado estabelecer a regionalização, uma vez que a legislação fomenta a distribuição de investimentos em P&D apenas na parcela de investimentos em convênio.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2209 - BRASIL, NOSSO PROPÓSITO

Objetivo: 1214 - Reduzir a participação do Estado na economia.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2022, a Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia (SEDDM/ME) continuou o trabalho de forma a reordenar o papel do Estado na economia através do aperfeiçoamento de estratégias de redução do seu tamanho e de fomento ao capital privado, de aprimoramento da governança das empresas estatais federais. Para tanto, continuou a execução do plano de desestatizações e desinvestimentos. Nesse sentido, vale registrar que, ao final de 2022, existiam 14 empresas incluídas no Programa Nacional de Desestatização - PND (ABGF, CBTU, Ceagesp, Ceasaminas, Ceitec, Codeba, Correios, Dataprev, EBC, Emgea, Nuclep, Serpro, SPA/Porto de Santos e Trensurb) sendo que duas delas não constavam na lista, pois já haviam sido alienadas: Eletrobras e Codesa. As demais desestatizações encontram-se em diferentes estágios. Assim, por exemplo, existem projetos cujos estudos

foram concluídos (ex: CeasaMinas, EMGEA, ECT, Trensurb e SPA). Por outro lado, há projetos em fases iniciais como é o caso da EBC e da Codeba. Em relação à política de desinvestimentos, destaca-se, no acumulado até outubro de 2022, a alienação dos ativos dos seguintes grupos: Petrobras (R$ 4,597 bilhões), Eletrobras (R$ 1,106 bilhão), CEF (667 milhões) e BB (R$ 645 milhões). No caso de Eletrobras, foram considerados os desinvestimentos realizados antes da empresa ser desestatizada. No que se refere à desmobilização/alienação de ativos imobiliários não necessários ao uso da administração pública federal, o resultado se refere ao total de R$ 817.716.095,92 em alienação de ativos imobiliários, R$ 511.661.356,29 em economia estimada com racionalização no uso de imóveis e R$ 52.480.200,74 com cessões onerosas e concessões de imóveis.

Meta: 0515 - Desmobilizar, desinvestir e privatizar, gerando receitas e economizando despesas na ordem de R$ 715 bilhões até 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: real
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 150.000.000.000
Meta prevista para 2021: 333.000.000.000
Meta prevista para 2022: 536.000.000.000
Meta prevista para 2023: 715.000.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 164.705.857.653
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O acompanhamnento dos valores obtidos com desestatização e, sobretudo com os desinvestimentos, era realizado pela Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimentos e Mercado do Ministério da Economia que foram extintos após a mudança de governo, em janeiro de 2023. Vale ressaltar ainda que as desestatizações e os desinvestimentos não constam entre as atribuições da Secretaria de Coordenação das Estatais (SEST), conforme art. 35 do Decreto 11.345/2023, levando a um esforço para complementar os dados do Monitoramento que eram feitos pela extinta SEDDM. Nesse sentido, os valores ora informados podem não representar o universo das empresas estatais federais e, em especial no que tange aos desinvestimentos, pois os valores foram obtidos em consultas aos sites das empresas estatais por meio da leitura dos comunicados ao mercado e fatos relevantes por essas publicados. Entretanto, deve-se ressaltar que esses documentos são emitidos apenas pelas empresas que possuem ações cotadas em bolsa de valores
Providências implementadas para a superação da restrição: Na revisão do PPA para o exercício de 2023 serão propostas adequações decorrentes da extinção da SEDDM e da nova diretriz de governo a respeito das desestatizações, desinvestimentos e liquidação de empresas estatais, explicitadas, dentre outros por: i) criação de Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de apresentar estudos e propostas de viabilidade de reversão da liquidação da Ceitec (Decreto 11.409/23).; ii) Despacho do Presidente da República, de 02 de janeiro de 2023, que determinou a adoção de providencias para revogar os atos que dão andamento à privatização das diversas empresas (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Empresa Brasil de Comunicação - EBC; Empresa

de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. - Nuclep; V - Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro; a empresa Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras; e VIII - Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA); iii) ofício do Ministério de Minas e Energia para a Petrobras solicitando a suspensão das alienações de ativos por 90 (noventa) dias, em razão da reavaliação da Política Energética Nacional atualmente em curso e da instauração de nova composição do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que foi objeto do fato relevante da companhia publicado em 01/03/23 (https://www.investidorpetrobras.com.br/resultados-e-comunicados/comunicados-ao-mercado/).

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	12.691.380.326	31/12/2022	SEST: A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas.Assim, os desinvestimentos da CEF (667 milhões) e do BB (R$ 645 milhões) estão contabilizados na Região Centro-Oeste. Também foi contabilizada nessa região a desestatização da CODESA (R$ 326 milhões). SPU: Valor inclui: R$ 170.606.414,58 de alienação de ativos imobiliários, R$ 77.224.890,43 de racionalização no uso de imóveis e R$ 5.549.020,87 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME. Obs.: Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Nordeste	-	-	-	-	80.913.591	31/12/2022	SPU: Valor inclui: R$ 48.955.076,47 de alienação de ativos imobiliários, R$ 28.942.827,70 de racionalização no uso de imóveis e R$ 3.015.687,25 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME. Obs: Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é

							recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Norte	-	-	-	-	44.169.265	31/12/2022	SPU: Valor inclui: R$ 12.419.889,86 de alienação de ativos imobiliários, R$ 11.870.432,47 de racionalização no uso de imóveis e R$ 19.878.942,38 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME. Obs: Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União. Obs: Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Sudeste	-	-	-	-	146.501.922.285	31/12/2022	"SEST: A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas.Assim, os desinvestimentos da Petrobras (R$ 4,597 bilhões) e da Eletrobras (R$ 1,106 bilhão) estão contabilizados na Região Sudeste. Também foi contabilizada nessa região a desestatização da Eletrobras (R$ 33,7 bilhões). SPU: Valor inclui: R$ 430.391.256,15 de alienação de ativos imobiliários, R$ 360.034.342,02 de racionalização no uso de imóveis e R$ 20.496.686,51 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME." Obs: Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a

							regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Sul	-	-	-	-	192.472.186	31/12/2022	SPU: Valor inclui: R$ 155.343.458,86 de alienação de ativos imobiliários, R$ 33.588.863,67 de racionalização no uso de imóveis e R$ 3.539.863,73 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME. Obs:Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.

Indicador: 8678 - Valores arrecadados com desestatizações e economizados com eficiência na gestão de ativos

Informações básicas

Unidade de medida: R$ bilhão
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 41.413.681.486
Data do índice: 31/12/2022
Observação: As informações utilizadas para o cálculo do Valor Aferido foram obtidas através de consultas aos sites das empresas estatais por meio da leitura dos comunicados ao mercado e fatos relevantes por elas emitidos. Entretanto, deve-se ressaltar que esses documentos são emitidos apenas pelas empresas que possuem ações cotadas em bolsa de valores. Portanto, o Valor Aferido pode não contemplar desinvestimentos das demais empresas estatais federais. No caso das desestatizações, ressalta-se que o valor da oferta pública de ações da Eletrobras foi obtido por meio de fato relevante publicado em

05/07/2022 ao passo que o valor da alienação da CODESA foi obtido no portal do PPI por meio de notícia atualizada em 31/10/2022 (https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/governo-federal-realiza-a-primeira-privatizacao-portuaria-do-brasil). No caso dos desinvestimentos da Caixa Econômica Federal, foram considerados os citados no relatório de administração referente ao 3T22 (https://ri.caixa.gov.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/). Cálculo: 34.014.000.000 desestatização 7.015.000.000 desinvestimento 384.681.486 SPU (ativos imobiliários alienados) 41.413.681.486 TOTAL

Resultado Intermediário: 0221 - Reduzir a participação do Estado em empresas por meio de desinvestimentos.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1,00
Linha de base: 54.000.000.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: a + b: a = valores (R$) arrecadados por desinvest. de estat. fed. em empresas subsidiárias, coligadas e participações simples; b = valores (R$) arrecadados por desestat. de emp. estatais federais
Meta prevista para 2020: 83.500.000.000
Meta prevista para 2021: 257.000.000.000
Meta prevista para 2022: 398.000.000.000
Meta prevista para 2023: 531.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 158.129.000.000
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação à política de desinvestimentos, destaca-se, no acumulado até outubro de 2022, a alienação dos ativos dos seguintes grupos: Petrobras (R$ 4,597 bilhões), Eletrobras (R$ 1,106 bilhão), CEF (667 milhões) e BB (R$ 645 milhões). No caso de Eletrobras, foram considerados os desinvestimentos realizados antes da empresa ser desestatizada.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O acompanhamento dos valores obtidos com desestatização e, sobretudo com os desinvestimentos, era realizado pela Secretaria Especial de Desestatização e Desinvestimentos e Mercado do Ministério da Economia que foram extintos após a mudança de governo, em janeiro de 2023. Vale ressaltar ainda que as desestatizações e os desinvestimentos não constem entre as atribuições da Secretaria de Coordenação das Estatais (SEST), conforme art. 35 do Decreto 11.345/2023. Nesse sentido, os valores ora informados podem não representar o universo das empresas estatais federais e, em especial no que tange aos desinvestimentos, pois os valores foram obtidos em consultas aos sites das empresas estatais por meio da leitura dos comunicados ao mercado e fatos relevantes por essas publicados. Entretanto, deve-se ressaltar que esses documentos são emitidos apenas pelas empresas que possuem ações cotadas em bolsa de valores.
Providências implementadas para a superação da restrição: Na revisão do PPA para o exercício de 2023, serão propostas adequações decorrentes da extinção da SEDDM e da nova diretriz de governo a respeito das desestatizações, desinvestimentos e liquidação de empresas estatais.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	12.438.000.000	31/12/2022	"A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas. Assim, os desinvestimentos da CEF (667 milhões) e do BB (R$ 645 milhões) estão contabilizados na Região Centro-Oeste. Também foi contabilizada nessa região a desestatização da CODESA (R$ 326 milhões). "	Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Nordeste	-	-	-	-	0	31/12/2022	Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação.	Não informado

							No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.	
Região Norte	-	-	-	-	0	31/12/2022	Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	145.691.000.000	31/12/2022	"A regionalização dos valores de desinvestimentos não é simples de ser realizada. O critério usado nessa planilha é o de localização geográfica das maiores empresas.Assim, os desinvestimentos da Petrobras (R$ 4,597 bilhões) e da Eletrobras (R$ 1,106 bilhão) estão contabilizados na Região Sudeste. Também foi contabilizada nessa região a desestatização da Eletrobras (R$ 33,7 bilhões)."	Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.
Região Sul	-	-	-	-	0	31/12/2022	Apesar de ter sido realizada a regionalização com base no critério adotado em 2021, ressalte-se que a regionalização	Não informado

							dos valores de desinvestimentos não é recomendável a ser realizada, pois não obedecem a critérios regionais. Além disso, vale ressaltar que os valores obtidos com os desinvestimentos podem ser aplicados pelas empresas em suas operações no Brasil sem que seja possível verificar a regionalização dessa alocação. No mesmo sentido, os valores obtidos com as desestatizações vão para o caixa da União.	

Resultado Intermediário: 0222 - Liquidar e privatizar estatais buscando eficiência para o Estado Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1,00
Linha de base: 51.400.000.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: Indicador = c c = valores (R$) economizados com subvenção de estatais federais dependentes desestatizadas
Meta prevista para 2020: 51.400.000.000
Meta prevista para 2021: 20.000.000.000
Meta prevista para 2022: 28.000.000.000
Meta prevista para 2023: 37.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5.195.000.000
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A única empresa em liquidação é a Ceitec que, contudo, não havia sido liquidada em 2022 de modo que não é possível afirmar que houve economia com a subvenção da empresa no ano em questão. Além disso, as empresas desestatizadas em 2022 (ex: Eletrobras e Codesa) eram empresas não dependentes de modo que não recebiam subvenção.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: "As empresas que o CPPI indica para desestatização na modalidade de liquidação, não obedecem a critérios regionais e produzem efeitos, quando da sua extinção, no caixa da União."
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: "Acórdão n° 2061/2021 - TCU - Plenário suspendeu o processo de desestatização do CEITEC, até que se ultime a decisão do TCU."
Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando decisão do TCU.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0223 - Desmobilizar/alienar ativos imobiliários não necessários ao uso da administração pública federal.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1,00
Linha de base: 155.600.000
Data de referência da linha de base: 01/12/2019
Indicador: Valor dos ativos imobiliários alienados
Meta prevista para 2020: 1.500.000.000
Meta prevista para 2021: 56.000.000.000
Meta prevista para 2022: 110.000.000.000
Meta prevista para 2023: 147.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.381.857.652,95
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado se refere ao total de R$ 817.716.095,92 em alienação de ativos imobiliários, R$ 511.661.356,29 em economia estimada com racionalização no uso de imóveis e R$ 52.480.200,74 com cessões onerosas e concessões de imóveis.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Risco estratégico referente à falta de carreira própria no âmbito da Secretaria, o que, conjugado com o impacto de aposentadorias programadas e outros afastamentos, compromete a disponibilidade de pessoas com expertise adequado.
Providências implementadas para a superação da restrição: A gestão tem atuado para suprir a escassez de pessoal, com a maior utilização de soluções tecnológicas para o trabalho e com a adoção de modelos transversais de atuação. A SPU vem realizando necessário processo de modernização, implementando ações baseadas na inovação e na transformação da gestão pública do patrimônio da União.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: O processo de coleta de dados avançou dentro da Secretaria com mais automação, porém, ainda requer melhor integração de sistemas para captura e tratamento de dados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Ferramentas digitais foram criadas para aproximar a população da Secretaria (envio de proposta para compra de imóveis) e para viabilizar o trabalho remoto. Uma nova e unificada base de dados está em fase de aplicação e a implantação de tecnologias para cadastro e geolocalização dos ativos por todo o Brasil avançou. A melhoria contínua de processos deve minimizar os impactos das restrições.

Notas do usuário: A meta do RI é cumulativa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	253.380.325,88	31/12/2022	Valor inclui: R$ 170.606.414,58 de alienação de ativos imobiliários, R$ 77.224.890,43 de racionalização no uso de imóveis e R$ 5.549.020,87 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	80.913.591,42	31/12/2022	Valor inclui: R$ 48.955.076,47 de alienação de ativos imobiliários, R$ 28.942.827,70 de racionalização no uso de imóveis e R$ 3.015.687,25 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	44.169.264,71	31/12/2022	Valor inclui: R$ 12.419.889,86 de alienação de ativos imobiliários, R$ 11.870.432,47 de racionalização no uso de imóveis e R$ 19.878.942,38 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	810.922.284,68	31/12/2022	Valor inclui: R$ 430.391.256,15 de alienação de ativos imobiliários, R$ 360.034.342,02 de racionalização no uso de imóveis e R$ 20.496.686,51 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	192.472.186,26	31/12/2022	Valor inclui: R$ 155.343.458,86 de alienação de ativos imobiliários, R$ 33.588.863,67 de racionalização no	Não informado

							uso de imóveis e R$ 3.539.863,73 de cessões onerosas e concessões de imóveis. Sendo que o valor de racionalização refere-se a estimativa do Programa Racionaliza realizada pela Secretaria de Gestão do ME.	

Resultado Intermediário: 0341 - Promover a infraestrutura e a prestação de serviço público por meio da inciativa privada

Informações básicas

Unidade de medida: R$
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: 01/02/2021
Indicador: Investimentos em infraestrutura econômica e social viabilizados por parceria privada em projetos federais e subnacionais
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 359.000.000.000
Meta prevista para 2022: 118.000.000.000
Meta prevista para 2023: 50.000.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 104.919.178.358,9
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até julho/2022, o resultado ultrapassava os 55% da meta estimada e, ainda, havia a previsão da realização de 68 leilões durante o ano - o que superaria a meta anual. Durante o segundo semestre, contudo, verificou-se que muitos projetos reduziram sua velocidade, alterando as datas estimadas de seus leilões para 2023. Sendo assim, ao final do ano, obteve-se o atingimento de 89% da meta. Apesar de apresentar um resultado inferior, devem ser feitas ponderações importantes que mostram que o resultado ainda é positivo. Frise-se, também, que a redução ocorreu durante semestre de período eleitoral, em que naturalmente diminui-se a velocidade dos projetos. Mesmo assim, ao avaliar o resultado agregado 2021 e 2022 em comparação às metas anuais destes dois períodos, nota-se a superação em 102% sobre a meta acumulada, o que, por si só, traduz em uma excelente conclusão. Cumpre sempre salientar que as pautas de concessões são complexas, contando com a interlocução e a participação de diversos atores, carecendo de aprovação de órgãos de controle externo e, muitas vezes, da chancela de institutos municipais, estaduais. Há, inclusive, projetos que carecem da anuência do Congresso Nacional, o que foge da ingerência desta Secretaria. Ainda, a concretização de cada projeto exige um esforço muito grande de coordenação e monitoramento para que os prazos sejam cumpridos, e os empreendimentos apresentem a qualidade esperada, com interessados comprometidos em fornecer serviços privados à sociedade.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Programa de Parcerias de Investimentos – PPI tem, em seu portfólio, projetos qualificados em abrangência nacional, não havendo uma regionalização específica de investimentos. A variedade de ativos é imensa, alcançando cerca de 40 setores como, por exemplo, parques, terminais pesqueiros, rodovias, aeroportos, energia, saneamento básico, dentre outros. Por mais que uma rodovia, por exemplo, tenha seu percurso natural delimitado a uma determinada área, assim como o leilão de um projeto de mobilidade urbana, ou mesmo um aeroporto ou um parque nacional, não se trata de regionalização, pois não são idealizados com o objetivo de desenvolver unicamente determinada região. Há também ativos que, claramente, alcançam todo o território nacional, como o leilão do 5G ou a desestatização de uma empresa – caso da Eletrobras, ou, ainda, a

disponibilização de direitos minerários - que passou à iniciativa privada mais de 10 mil áreas, em localidades diversas, para pesquisa e extração. Corrobora-se, assim, o fato de que o escopo do PPPI é buscar a parcerias com a iniciativa privada para prestação de alguns serviços onde houver interesse tanto dos entes públicos e privados, por todo o território nacional.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Houve, sim, obstáculo ao atingimento da meta, contudo não há ações a serem feitas a fim de mitigar as restrições por se tratar de um momento normal e importante do país que é o período eleitoral. O segundo semestre 2022 contou com maior foco no desenrolar das eleições federal e estaduais, que trouxeram naturais incertezas na concretização de projetos. Por conseguinte, e de forma prudente, a velocidade de andamento de alguns empreendimentos foi reduzida. Em alguns casos, a continuidade de trabalhos foi questionada. Pôde-se notar que diversos órgãos e agências, por devida prudência, adiaram projetos, a fim de obter as novas e devidas orientações. Essa cautela na apreciação e na participação em leilões também foi constatada junto à inciativa privada. A carteira do Programa de Parcerias de Investimentos é muito dinâmica. Assim, as metas estipuladas variam à medida que novos projetos são qualificados. Ainda, vale mencionar que, em alguns casos, com o avanço e aprofundamento dos estudos, novas situações podem surgir, alterando o cenário para concretização do projeto.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Secretaria acompanha o andamento dos projetos buscando se antecipar a possíveis restrições e almejando o alcance das metas inicialmente propostas. Mas neste caso específico não há como essa Secretaria mitigar a restrição.

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

PROGRAMA: 2210 - EMPREGABILIDADE

Objetivo: 1188 - Aumentar a efetividade das políticas ativas de mercado de trabalho na inserção dos trabalhadores na atividade produtiva.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este Objetivo cuida da promoção de políticas públicas que visem à inserção do trabalhador no mundo do trabalho, por meio das ações de qualificação e (re)inserção no mercado de trabalho. O fomento às oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio do estímulo à concessão de microcrédito direcionado às atividades empreendedoras, também é considerado elemento fundamental no processo de inclusão social e desenvolvimento econômico do país, sendo determinante para a construção de um modelo de desenvolvimento que tenha por base a ampliação permanente de oportunidades sociais e econômicas. O resultado da meta desse objetivo está associado aos reflexos da pandemia da Covid-19. Na oferta de ações de intermediação de mão de obra, ainda se busca retomar a utilização do Sistema Nacional de Emprego - Sine, como estratégia de busca de emprego pelos trabalhadores desempregados. O novo modelo de gestão implementado sob a nova perspectiva trazida pela Lei nº 13.667/2018, em especial, os instrumentos de monitoramento e avaliação estão sendo construídos, e esperam-se sensíveis melhoras no desempenho da rede. Estão em curso ações estratégicas de cooperação com organismos internacionais, visando à transformação no longo prazo, por meio de estratégias para parcerias com os atores públicos e privados de intermediação, em especial, os sites de emprego, e da elaboração e implantação de novos serviços que atendam às necessidades dos usuários (empresas e candidatos) adequados às características dos seus territórios e recursos internos, levando em consideração a responsabilidade social de todos os atores envolvidos. Mesmo tendo superado a meta no resultado intermediário 0365, as

dificuldades de acesso ao crédito por empreendimentos menos estruturados e em situação de vulnerabilidade social são fatores limitantes para a alavancagem do empreendedorismo. Em 2022, destaca-se a criação do Programa de Simplificação do Acesso ao Microcrédito Digital - SIM Digital, criado com o objetivo de incentivar a inclusão financeira e o acesso ao crédito para empreendedores excluídos do sistema financeiro mediante a constituição de mecanismos de garantia.

Meta: 050C - Alcançar 4% de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal. Sendo 6% em 2021, 3,2% em 2022 e 4% em 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 3,19
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 6
Meta prevista para 2021: 6
Meta prevista para 2022: 3,2
Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1,71
Data de Referência: 13/02/2023
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: As dificuldades que inviabilizaram o alcance da meta estão associadas aos reflexos da pandemia do COVID-19. Na oferta de ações de intermediação de mão de obra, ainda se busca retomar a utilização do Sistema Nacional de Emprego - Sine como estratégia de busca de emprego pelos trabalhadores desempregados.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estão em curso ações estratégicas para superação dessa dificuldade, dentre as quais destaca-se o Projeto de Cooperação com a Agência Francesa de Desenvolvimento para intercâmbio de boas práticas que visam apoiar o Sine para melhorar a sua eficiência e a transparência no mercado de trabalho.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-	-	-	-	-	1,98	13/02/2023	Não informado

Oeste							
Região Nordeste	-	-	-	-	2,8	13/02/2023	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	1,82	13/02/2023	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	0,71	13/02/2023	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	3,38	13/02/2023	Não informado

Indicador: 8652 - Taxa de participação das políticas ativas de emprego (Intermediação de mão de obra e Qualificação) na colocação do trabalhador no mercado de trabalho formal

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 3,19
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1,71
Data do índice: 13/02/2023
Observação: -

Resultado Intermediário: 0274 - Escola do Trabalhador 4.0

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas capacitadas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de alunos qualificados
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 1.200.000
Meta prevista para 2022: 50.000
Meta prevista para 2023: 50.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 91.404
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Houve uma superação da meta pactuada para 2022 em 82%, provavelmente, em consequência da adoção de medidas mais constantes de mobilização de público adotadas pelo órgão.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As ações da Escola do Trabalhador não são regionalizadas, pelo fato de ser uma ação de qualificação à distância, que pode ser acessada irrestritamente por qualquer cidadão por meio da rede mundial de computadores.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0342 - Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos entre fundos da União para Estados, DF e Municípios.

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Número de pessoas beneficiadas de Qualificação social e profissional de trabalhadores via transferências de recursos financeiros entre fundos.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 2.000
Meta prevista para 2022: 2.000
Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.672
Data do valor apurado: 30/09/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado total será consolidado após a apresentação do Relatório de Gestão de 2022 pelos entes parceiros. Por esse motivo, os resultados dizem respeito à execução parcial dos estados da Bahia e de Minas Gerais, até setembro de 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.752	30/09/2022	Resultado parcial da execução do estado da Bahia. A participação dos entes no Sistema Nacional de Emprego - SINE dá-se por meio de adesão, nos termos da Resolução CODEFAT nº 921, de 2021. Os resultados apresentados dizem respeito à execução parcial, até setembro de 2022, dos estados da Bahia e de Minas Gerais, os quais, dentre os que receberam recursos do FAT, iniciaram a execução do orçamento de 2022.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	920	30/09/2022	Resultado parcial da execução do estado de Minas Gerais. A participação dos entes no Sistema Nacional de Emprego - SINE dá-se por meio de adesão, nos termos da Resolução CODEFAT nº 921, de 2021. Os resultados apresentados dizem respeito à execução parcial, até setembro de 2022, dos estados da Bahia e de Minas Gerais, os quais, dentre os que receberam recursos do FAT, iniciaram a execução do orçamento de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0365 - Inserção de trabalhadores na atividade produtiva mediante a concessão de microcrédito produtivo orientado

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 1.036.362
Data de referência da linha de base: 01/02/2021
Indicador: Número de clientes atendidos em operações de microcrédito produtivo orientado
Meta prevista para 2020: 1.000.000
Meta prevista para 2021: 1.000.000
Meta prevista para 2022: 1.200.000
Meta prevista para 2023: 1.200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.111.381
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A execução do resultado intermediário 0365 superou a meta programada para o período, com destaque para a execução na região Nordeste do país. Em 2022, destaca-se a criação do Programa de Simplificação do Acesso ao Microcrédito Digital - SIM Digital, criado com o objetivo de incentivar a inclusão financeira e o acesso ao crédito para empreendedores excluídos do sistema financeiro mediante a constituição de mecanismos de garantia. Mesmo com os bons resultados, as dificuldades de acesso ao crédito por empreendimentos menos

estruturados e em situação de vulnerabilidade social são fatores limitantes para a alavancagem do empreendedorismo como instrumento de inclusão produtiva.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	13.216	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	2.626.324	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	103.399	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	289.176	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	79.266	07/02/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2211 - INSERÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL

Objetivo: 1191 - Alcançar maior inserção do Brasil na economia internacional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O objetivo do programa é melhorar o bem-estar da população brasileira ao adotar ações direcionadas a aumentar a abertura da economia nacional aos fluxos globais de comércio e investimentos. Em que pese o contexto internacional de pandemia e o conflito na Ucrânia, que afetou, especialmente, os preços de alimentos e energia, o governo concluiu ações importantes para aprofundar a inserção do país no mercado global em 2022, como a negociação no MERCOSUL, que permitiu a redução em 10% das alíquotas do Imposto de Importação sobre 87% dos códigos tarifários que compõem a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM). Também houve avanços em medidas de desburocratização das importações e exportações, que contribuíram para uma corrente de comércio de bens e serviços recorde de US$ 755,8 bilhões. Um exemplo foi a redução em 60% do número de licenças de importação emitidas em 2022 em comparação ao reportado em 2020.

Meta: 050F - Elevar a corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil para US$ 547,8 bilhões em 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: dólar norte-americano
Linha de base: 526.476.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 526.476.000.000
Meta prevista para 2021: 475.913.271.300
Meta prevista para 2022: 521.680.668.721
Meta prevista para 2023: 547.764.702.158

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 755.828.609.181,84
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A fonte de informação do indicador são os dados estatísticos disponibilizados pelo Banco Central, o qual apenas apresenta os dados agregados em nível nacional. Por isso, não é possível desdobrar a meta de forma regional ou estadual. Cumpre destacar também que a medida de corrente de comércio calculada pela Balança Comercial refere-se apenas a bens e essas informações estão disponíveis de forma regionalizada, mas a meta apurada no PPA se refere a bens e serviços e, como informado acima, esses números não estão disponíveis.

Indicador: 8655 - Corrente de comércio exterior de bens e serviços do Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: bilhões de US$ FOB
Valor de referência: 526.476.000.000
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 755.828
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0280 - Redução das barreiras não-tarifárias - licenças de importação.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 1.174.529
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Licenças de Importação
Meta prevista para 2020: 915.990
Meta prevista para 2021: 712.590
Meta prevista para 2022: 641.330
Meta prevista para 2023: 609.264

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 333.922
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta foi integralmente cumprida, houve uma acentuada redução nos licenciamentos de importação emitidos pela Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) no período. A diminuição verificada na quantidade de licenças de importação ocorreu em função das iniciativas de redução de barreiras não tarifárias implementadas no segundo semestre de 2020, 2021 e 2022, por exemplo, a edição da Portaria ME nº 7.058/2021, que estabeleceu novos requisitos e condições para a substituição de mercadorias importadas que tenham apresentado defeito técnico após a sua nacionalização no Brasil.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A redução na quantidade de licenciamento ocorre em um contexto de desburocratização, envolvendo produtos e operações de importação de forma geral. Ou seja, há uma redução na exigência do procedimento administrativo, no entanto, essa redução ocorre de forma geral, o seu efeito é uniforme em todo território nacional. Diante disso, não há como mensurar impactos de forma regionalizada. A redução no número de licenças de importação emitidas ocorre para todos os agentes que operam no processo de importação e, portanto, não faz sentido realizar o cálculo de forma regionalizada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é cumulativa.

Resultado Intermediário: 0281 - Desburocratização e simplificação da regulação de comércio exterior - Redução das barreiras não-tarifárias

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Revisão do estoque de atos normativos da Câmara de Comércio Exterior
Meta prevista para 2020: 300
Meta prevista para 2021: 87
Meta prevista para 2022: 83
Meta prevista para 2023: 19

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 350
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Alcançado sem maiores problemas, tendo em vista a dinâmica de atendimento ao disposto no Decreto nº 10.139/19. Estas revogações, revisões e consolidações referem-se primordialmente às resoluções e portarias de ex-tarifários (110 atos), TEC (101 atos), além de atos normativos referentes à organização administrativa e governança do conjunto de colegiados da CAMEX (108 atos), além do exercício específico de "limpeza regulatória" no contexto do plano nacional de investimentos do Comitê Nacional de Investimentos (CONINV) (31 atos).
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A análise de revogação de atos normativos não é passível de regionalização, pois são de abrangência nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0282 - Redução de alíquotas do imposto de importação sobre produtos estratégicos para o País - Redução das barreiras tarifárias

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 189
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Redução das alíquotas do imposto de importação
Meta prevista para 2020: 200
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 120
Meta prevista para 2023: 130

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.398
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram reduzidas as alíquotas do imposto de importação para cerca de 8.398 dos 10.352 códigos da NCM. Resultado intermediário alcançado sem maiores problemas, tendo em vista o exercício consistente de alteração tarifárias a menor realizado pela Camex, que inclui a decisão conjunta dos membros do Mercosul em reduzir de modo transversal a TEC em 10% adicionais, conforme disposto na Decisão Nº 08/22 do Conselho do Mercado Comum (CMC) do Mercosul, que estabeleceu uma redução parcial das alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC), (resguarda as exceções já existentes no bloco que não houve alterações para os códigos de têxteis, calçados, brinquedos, lácteos, pêssegos e parte do setor automotivo). Desta forma, reduzindo-se assim as tarifas médias aplicadas pelo Brasil em relação ao resto do mundo.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Segundo o Código Tributário Nacional e os Acordos Internacionais, os constitutivos do Mercosul e da Organização Mundial do Comércio, o Imposto de Importação tem escopo nacional, não sendo possível fazer a prestação de informações regionalizadas
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0284 - Desburocratização das operações de Comércio Exterior (COMEX).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 75
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Desenvolvimento e implantação do Portal Único de Comércio Exterior
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 86
Meta prevista para 2022: 92
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 86
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não houve evoluções no Portal Único de Comércio Exterior no ano de 2022, devido à mobilização sindical da Receita Federal. A mobilização sindical determinou a paralisação do Portal Único de Comércio Exterior enquanto durasse o movimento, o qual se estendeu durante o ano inteiro de 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A entrega trata do desenvolvimento e implantação, centralizado na União, de um sistema

de informações disponível para todos os que operam no comércio exterior. Portanto, não faz sentido ofertar o sistema de forma regionalizada.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Quantidade insuficiente de funcionários do Serpro disponibilizados para desenvolver os sistemas que compõe o Portal Único de Comércio Exterior.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Comissão Gestora do Siscomex, composta pelos Secretários de Comércio Exterior e Receita Federal, está ciente da situação. Esta comissão fez pedido ao presidente do Serpro para integrar mais equipes. Pendente retorno do Serpro.

Notas do usuário: Devido a mobilização sindical da Receita Federal, que se estendeu durante o ano inteiro de 2022, não houve evoluções no Portal Único de Comércio Exterior no ano de 2022.

PROGRAMA: 2212 - MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DA PRODUTIVIDADE

Objetivo: 1187 - Aumentar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs em comparação a outras economias mundiais, fomentando a concorrência dos mercados.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A produtividade é o tema central nas discussões sobre crescimento econômico. O objetivo principal do programa é ampliar a produtividade e a competitividade da indústria, do comércio, dos serviços e das MPEs. Nesse contexto, foram empreendidas diversas realizações que contribuíram para o cumprimento do objetivo do programa. Entre elas, está o InovAtiva Brasil, que é um programa de aceleração de startups que atende, de forma gratuita, negócios inovadores de qualquer setor produtivo. Desde sua criação, foram realizados mais de 3.500 atendimentos a startups e é a principal ação do InovAtiva Hub: uma política pública que engloba um portfólio de ações e programas de apoio ao desenvolvimento de startups e dos ecossistemas de empreendedorismo inovador no Brasil. Também se destacou, no âmbito do Programa InovAtiva de Impacto Socioambiental, a destinação de 100 vagas exclusivas para startups de negócios de impacto socioambiental - empreendimentos sustentáveis que, ainda direcionados ao lucro, objetivam gerar impactos positivos à sociedade e/ou ao meio ambiente. O resultado alcançado foi 66% superior à meta. Outra realização relevante foi o atendimento, no âmbito do Programa Brasil Mais, de 119.544 empresas, mostrando o comprometimento e a eficiência em atender às necessidades das empresas brasileiras. O Programa visa aumentar a produtividade e competitividade empresarial por meio da adoção de metodologias e tecnologias que promovam melhoria das práticas gerenciais e produtivas e a transformação digital das empresas. O Programa Brasil Mais tem trazido expressivos ganhos para as empresas atendidas, com um aumento médio de 22% na produtividade e 8% no faturamento. Contribuiu ainda para o alcance do objetivo, o Projeto Economia 4.0 (Brasil 4.0). Entre as ações entregues, estão a conclusão do Projeto PNUD do Mapeamento do Ecossistema 5G e o início do processo de formulação e implementação da Agenda 5G Brasil.

Meta: 050B - Atingir a 76º posição no Global Competitiveness Index - Business Dynamism.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: posição
Linha de base: 108
Data de referência da linha de base: 31/07/2018
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 84
Meta prevista para 2023: 76

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 67
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: Trata-se de ações de alcance nacional, sem um tratamento específico diferenciado para cada região.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Falta de divulgação do índice no último ano.
Providências implementadas para a superação da restrição: A meta do Programa não pode ser apurada em 2022, pois o índice não foi divulgado no último ano. Com a descontinuidade do Doing Business, ranking que compunha a métrica utilizada para obter a classificação do índice, o Fórum Econômico Mundial ainda não divulgou as novas métricas a serem consideradas.

Indicador: 8653 - Global Competitiveness Index - Business Dynamism (Pilar 11)

Informações básicas

Unidade de medida: posição em listagem de países
Valor de referência: 108
Data de Apuração: 31/07/2018
Polaridade: Quanto menor melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 67
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O índice não foi divulgado no último ano. Com a descontinuidade do Doing Business, ranking que compunha a métrica utilizada para obter a classificação do índice, o Fórum Econômico Mundial ainda não divulgou as novas métricas a serem consideradas.

Resultado Intermediário: 0230 - Economia 4.0 (Brasil 4.0).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Percentual de ações entregues
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Projeto PNUD do Mapeamento do Ecossistema 5G concluído. Iniciado processo de formulação e implementação da Agenda 5G Brasil, com base nas recomendações do Mapeamento do ecossistema 5G. Primeira iniciativa da Agenda 5G Brasil: Termo de Execuão Descentralizada firmado em dezembro de 2022 com a Universidade Federal de Pernambuco para implantação de laboratórios abertos de inovação 5G. Execução do TED se dará até dezembro de 2023.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Programa Economia 4.0 (Brasil 4.0) é aberto para todo o Brasil, com participação de todas as regiões do país. Dessa forma, não se estabelecem metas regionais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0231 - InovAtiva 15K (Brasil 4.0) - Programa de Aceleração InovAtiva de Impacto Socioambiental

Informações básicas

Unidade de medida: Projetos inovadores e/ ou Startups acelerados
Linha de base: -

Data de referência da linha de base: -
Indicador: Número de projetos inovadores e/ou startups de impacto socioambiental acelerados
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 60
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Criado em 2016, O InovAtiva de Impacto é realizado concomitantemente aos ciclos do programa InovAtiva Brasil, com formato, cronograma e metodologia análogos, mas destinando um número de vagas (60) exclusivamente a startups de negócios de impacto socioambiental – empreendimentos sustentáveis que, ainda direcionados ao lucro, objetivam gerar impactos positivos à sociedade e/ou ao meio ambiente. Além das vagas previstas, outras 40 vagas originalmente destinadas ao programa InovAtiva Brasil (objeto do Resultado Intermediário 0347) e não preenchidas foram convertidas a este programa, alcançando-se o resultado 66% superior à meta.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	12	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	14	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	5	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	45	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	24	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0347 - InovAtiva 15K (Brasil 4.0) - Programa de Aceleração de Startups InovAtiva Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: Projetos inovadores e/ou Startups acelerados
Linha de base: 232
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Número de projetos inovadores e/ou startups acelerados
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 600
Meta prevista para 2022: 600
Meta prevista para 2023: 600

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 483
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Inovativa Brasil é um programa de aceleração de startups lançado em 2013 que atende, de forma gratuita, negócios inovadores de qualquer setor produtivo, em diferentes estágios de maturidade e de todas as regiões do País. Desde sua criação, já realizou mais de 3.500 atendimentos a startups e é a principal ação do InovAtiva Hub: uma política pública que englobal um portfólio de ações e programas de apoio ao desenvolvimento de startups e dos ecossistemas de empreendedorismo inovador no Brasil. Ao longo dos dois ciclos de atendimento realizados em 2022, o programa realizou 483 atendimentos; posto que 40 vagas originalmente previstas foram convertidas para o programa InovAtiva de Impacto (objeto do Resultado Intermediário 0231), o resultado alcançado não superou a meta estimada para o exercício, ensejando os ajustes e providências detalhados nos campos seguintes.
Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1.Em 2022, houve a transposição de vagas entre o InovAtiva Brasil e o InovAtiva de Impacto Socioambiental, para melhor atendimento da demanda entre as duas iniciativas. Nesse contexto, como se pode observar no Resultado Intermediário 0231, 40 das vagas originalmente alocadas para o InovAtiva Brasil foram deslocadas para o InovAtiva de Impacto Socioambiental, resultando no atendimento de 100 projetos nesta iniciativa, quantidade próxima ao dobro da meta prevista para o Resultado Intermediário 0231, de 60 atendimentos. 2. Em que pese ser possível, no âmbito do planejamento do programa, manter constância na oferta de vagas, há de se considerar o fator de imprevisibilidade quanto à demanda em cada processo seletivo individualmente considerado, sujeita a flutuações decorrentes de fatores além da alçada da Administração, bem como quanto à qualidade dos projetos inscritos em cada processo seletivo individualmente considerado. Nesse sentido, importante destacar que há, na seleção do InovAtiva Brasil, critérios de admissibilidade (e.g. os projetos devem, necessariamente, utilizar inovação em seu modelo de negócio), e de qualificação (pontuação mínima nas dimensões avaliativas), de modo que a necessária primazia de observância da qualidade e efetividade da política pública aplicados ao processo seletivo reforçam o efeito de restrição da demanda total (ao eventualmente desclassificar inscrições não consideradas qualitativamente aptas ao atendimento no programa).
Providências implementadas para a superação da restrição: 1. A partir do exercício de 2023, optou-se pela redução do quantitativo de vagas ofertadas no âmbito do InovAtiva Brasil, mantendo-se inalterada a oferta do InovAtiva de Impacto Socioambiental, possibilitando o redirecionamento de esforços e recursos para outras ações e iniciativas do InovAtiva Hub, as quais não são mensuradas neste Resultado Intermediário, ou no Resultado Intermediário 0231. 2. De forma a assegurar a qualidade e efetividade do InovAtiva Brasil, inclusive no sentido de não se reduzir o nível de exigência do atual processo seletivo (considerado adequado), optou-se, a partir do exercício de 2023, pela redução do quantitativo de vagas ofertadas no âmbito do o InovAtiva Brasil (objeto deste Resultado Intermediário), mantendo-se inalterada a oferta do InovAtiva de Impacto Socioambiental, com vistas a criar condições para uma melhor relação de inscrições/vagas, ao passo que se possibilita o redirecionamento de esforços e recursos para outras ações e iniciativas do InovAtiva Hub, não necessariamente mensuradas neste Resultado Intermediário, ou no Resultado Intermediário 0231.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Em 2020 e 2021, em face da pandemia do COVID-19, os ciclos do InovAtiva Brasil foram realizados em formato inteiramente online, substituindo-se as atividades presenciais previstas por alternativas virtuais. Apenas em 2022, no período de mensuração da meta do Resultado Intermediário em questão, que foram retomadas as atividades presenciais do InovAtiva Brasil. Considerando-se que recai sobre o participante o ônus de arcar com despesas de deslocamento e hospedagem para viabilizar sua participação nas instâncias presenciais do programa, em conjunto com o cenário macroeconômico pós-pandemia (a exemplo da pressão inflacionária sobre passagens aéreas), entende-se que a retomada das atividades presenciais pode ter tido um impacto negativo quanto à quantidade de inscritos no período em análise.
Providências implementadas para a superação da restrição: Haja vista o possível desincentivo à demanda pelo programa em razão do retorno das atividades presenciais, em que pese a relevância destas para a geração de oportunidades de negócio, optou-se por converter uma (de duas) das atividades presenciais de cada ciclo em evento inteiramente online, buscando-se alcançar um ponto ótimo de equilíbrio entre os custos incorridos pelos participantes e as vantagens auferidas pelo contato presencial.

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	31	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	90	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	29	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	227	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	106	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0393 - Programa Brasil Mais

Informações básicas

Unidade de medida: Empresas atendidas
Linha de base: 70.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de atendimentos realizados
Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 120.000
Meta prevista para 2023: 170.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 119.544
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até o final de dezembro de 2022, no âmbito do Programa Brasil Mais, foram atendidas 119.544 empresas, ou seja, 99,62% da meta estipulada de 120.000 atendimentos. Isso mostra o comprometimento e a eficiência do programa em atender às necessidades das empresas brasileiras. O Programa Brasil Mais tem trazido expressivos ganhos para as empresas atendidas, com um aumento médio de 22% na produtividade e 8% no faturamento. Isso demonstra a eficácia do Programa Brasil Mais em auxiliar o crescimento e desenvolvimento dessas empresas. Em resumo, o Programa Brasil Mais tem sido um grande sucesso em termos de resultados, atendendo às metas previstas e trazendo expressivos ganhos para as empresas atendidas. Esse é um grande passo para o desenvolvimento e competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras, e espera-se que o programa continue a trazer resultados positivos em 2023.
Restrições: Falhas de implementação; Falhas de Articulação institucional

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Falhas de implementação: O número de atendimentos realizados pelo SENAI desde o lançamento do Brasil Mais Produtividade ficaram abaixo das expectativas iniciais. Isso teria ocorrido devido ao valor cobrado da PME para atendimento (R$ 2.400,00), que seria inferior ao custo médio por atendimento. Por conseguinte, a mobilização local para captar empresas para se inscreverem no Programa , de uma forma geral, foi baixa, com exceção de Estados como Paraná e Santa Catarina.
Providências implementadas para a superação da restrição: Falhas de implementação: À época da renegociação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) do Ministério da Economia com o SENAI, o qual expira em dezembro de 2022, está prevista a articulação para o redesenho do formato dos atendimentos, para torná-lo mais próximo.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Falhas de articulação institucional: foram identificadas dificuldades na execução do TED com o IPEA para a mensuração dos resultados do Programa, uma vez que há a necessidade de obtenção de dados agregados da base de dados da Receita Federal do Brasil. Nessa esteira, as negociações com o órgão não têm avançado, o que está prejudicando o avanço dos trabalhos do IPEA.
Providências implementadas para a superação da restrição: Falhas de implementação: À época da renegociação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) do Ministério da Economia com o SENAI, o qual expira em dezembro de 2022, está prevista a articulação para o redesenho do formato dos atendimentos, para torná-lo mais próximo.

Notas do usuário: A meta do RI é cumulativa.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	-	-	-	-	16.009	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	17.986	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	6.535	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	55.105	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	23.909	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2213 - MODERNIZAÇÃO TRABALHISTA E TRABALHO DIGNO

Objetivo: 1218 - Modernizar as relações trabalhistas para promover competitividade e proteção ao trabalhador.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No que se refere ao Objetivo de Modernizar as relações trabalhistas e promover competitividade e proteção ao trabalhador, destaca-se a continuidade na atuação na desburocratização e simplificação do marco regulatório trabalhista. Tal iniciativa, que teve grande avanço no ano de 2021, buscou reunir as regulamentações correlatas em atos normativos concentrados por áreas temáticas, facilitando o acesso a trabalhadores e empregadores. Nesse sentido, foram identificados, inicialmente, mais de mil atos normativos entre decretos, portarias e instruções normativas a serem revisados. O trabalho de consolidação foi publicado em 2021. Os decretos e as portarias referentes à legislação trabalhista e à segurança e saúde no trabalho passaram por 10 processos de consulta pública, que contaram ao todo com mais de 6 mil contribuições da sociedade e resultaram na consolidação da legislação infralegal trabalhista em apenas 13 atos normativos. O trabalho continuou em 2022, tendo chegado, conforme citado no objetivo intermediário 0275, à taxa de 95% de revisão dos mais de mil atos inicialmente identificados. Registre-se que atualmente estão em processo de revisão os Decretos que dispõem sobre profissões regulamentadas, em ajuste final de texto, o que permitirá, quando concluído, se aproximar da meta de 100% da taxa de revisão dos atos normativos. Também se sobressaiu em 2022, a continuidade da digitalização dos serviços prestados à sociedade, com a ampla utilização de aplicativos e plataformas digitais para emissão e acesso à Carteira de Trabalho Digital e para requerimento do benefício do Seguro-Desemprego pela internet, sem necessidade de deslocamento dos cidadãos aos postos de atendimento do MTE. O aplicativo da Carteira de Trabalho Digital já possui mais de 71 milhões de downloads e 57 milhões de usuários cadastrados, totalizando mais de 1,2 bilhões de acessos. Somente em 2022, o aplicativo teve mais de 587 milhões de acessos, estando disponível nas plataformas Android, IOS e no portal Gov.br. Quanto às solicitações do benefício do Seguro-Desemprego, em 2022, do total de 6,68 milhões de requerimentos apresentados por trabalhadores, 4,08 milhões ocorreram por meios digitais, via aplicativo da Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal Gov.br, o que corresponde a 71,87% do total de requerimentos. No que tange a proteção do trabalhador, a Inspeção do Trabalho atuou visando ao cumprimento dos objetivos estratégicos da Instituição, que compreendem o combate à informalidade, ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao de escravo, ainda, intensificou as ações voltadas à inserção de aprendizes e inclusão de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social no mercado de trabalho. Em 2022, segundo dados extraídos do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho (SFITWEB), foram realizadas mais de 57 mil ações de combate à informalidade, o que representa 87% a mais do que no ano anterior; nas ações de combate ao trabalho infantil foram encontradas e afastadas do trabalho irregular mais de 2.300 crianças e adolescentes; ainda houve a inclusão de mais de 30 mil pessoas com deficiência e reabilitados

no mercado de trabalho, o que corresponde a um aumento de 55% de inclusões em relação ao ano anterior. No que diz respeito ao combate ao trabalho análogo ao de escravo, foram resgatados mais de 2.500 trabalhadores, no curso das ações fiscais, segundo dados obtidos através do RADAR SIT.

Meta: 0524 - Atingir o índice 1 de condições e relações de trabalho (ICRT), que contempla ações de promoção da conformidade legal e melhoria dos serviços.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice Numérico, variando de 0 a 1
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 0,3
Meta prevista para 2021: 0,5
Meta prevista para 2022: 0,7
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1,21
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A fórmula de cálculo, da forma como foi estruturada, não possibilita a regionalização do indicador. Isso porque alguns elementos que compõem o ICRT não são passíveis de regionalização.

Indicador: 8700 - Índice de Condições e Relações de Trabalho

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1,21
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0275 - Simplificação e desburocratização do marco regulatório do trabalho.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de modernização da legislação trabalhista
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 60
Meta prevista para 2022: 90
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 95
Data do valor apurado: 13/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considerando que no final de 2018 foram identificadas 1.041 normas vigentes, pode-se afirmar que foi modernizado, até o final de 2022, 95% da legislação trabalhista, considerando decretos, portarias e instruções normativas. O trabalho consistiu na triagem, revisão e consolidação das normas em coletâneas de temas correlatos. Ainda houve a simplificação e a retirada de obrigações desnecessárias ou meramente cartoriais, para desburocratizar os processos de prestação de serviços pelo Estado e de prestação de informações pelos cidadãos. Essa agregação de normas tornará a legislação mais acessível e clara à sociedade e aos operadores do direito do trabalho, promovendo maior segurança jurídica. Das normas remanescentes, pendentes de consolidação, grande parte refere-se à consolidação dos Decreto que regulam profissões. Esse texto foi enviado à Presidência e está pendente de ajustes finais. O objetivo, contudo, ainda está dentro da meta.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Pela característica do Resultado Intermediário e Indicador, não se vislumbra possibilidade de regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0277 - Fiscalização do Trabalho - Promoção da conformidade às normas trabalhistas.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de acerto em fiscalizações estratégicas diretas e indiretas
Meta prevista para 2020: 50
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 50
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 56
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Alcance de 56%, superando a meta de 50% definida para o período. Como resultados individuais da fórmula, obtiveram-se as seguintes apurações em 2022: 1 – Combate à Informalidade: ((10.527/30.667)*100) = 34,33% 2 – Combate ao Trabalho Infantil: ((869/1.913)*100) = 45,43% 3 – Operações DETRAE: (42/62)*100) = 67,74% 4 – Indiretas (Geral): ((66.569/86.363)*100 = 77,08% Assim, em que pese os impactos decorrentes da Pandemia do Coronavírus, em especial em 2020 e 2021, a Inspeção do Trabalho apresentou uma retomada no atingimento das metas estabelecidas com a assertividade das ações fiscais.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador em questão é composto por uma fórmula cuja equação contém diversas variáveis. Ocorre que duas dessas variáveis ("H" e "I") se referem a resultados alcançados apenas pelo Órgão Central, através do Grupo Especial de Fiscalização Móvel no Combate ao Trabalho Análogo ao de Escravo. Assim, não há como aferir o indicador por UF de forma individualizada e nem por região do Brasil, uma vez que a variável mencionada receberia o valor "0", destoando eventual resultado a ser apresentado.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0348 - Investigação das causas de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 1.812
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de acidentes ou doenças do trabalho analisados.
Meta prevista para 2020: 909
Meta prevista para 2021: 1.600
Meta prevista para 2022: 1.520
Meta prevista para 2023: 1.520

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.387
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De janeiro a dezembro de 2022, foram analisados 1.387 acidentes de trabalho, prioritariamente graves e fatais. Destacamos que destes 1.387, 12 tiveram como origem o órgão central SSIT (GETRAC), e por essa razão, não constam da distribuição Regionalizada (1.375). Os relatórios das análises servem de subsídio à propositura de ações regressivas pela AGU, à adequação das normas regulamentadoras bem como para o planejamento das ações de prevenção.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A Inspeção do Trabalho conta, atualmente, com 1.982 Auditores-Fiscais do Trabalho, sendo que destes apenas 1.291 estão à disposição para realizar fiscalizações tanto relacionadas ao cumprimento das normas de legislação trabalhista como das normas de segurança e saúde no trabalho, em todos os setores econômicos do país. O último concurso realizado foi em 2013. Em face do limitado número de auditores, o generalismos predomina, os auditores-fiscais precisam se dividir em diversas áreas para cumprir as demandas. Dessa forma, a especialização necessária dentro do projeto de análise de acidentes de trabalho fica prejudicada.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sempre que oportunizados são formalizados e instruídos processos com solicitação de realização de concurso para carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho para o preenchimento das vagas não ocupadas.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: A Inspeção do Trabalho atua em diversos projetos, com demandas planejadas e também demandas externas (MPT, por exemplo). Há uma grande rotatividade de coordenadores de projeto, o que causa mudanças na sua condução, acrescido de restrições na forma de locomoção das equipes (poucos motoristas e veículos), principalmente em relação aos acidentes ocorridos no interior do país. Os recursos de locomoção são compartilhados com todos os projetos da Inspeção do trabalho, bem como com a gestão das superintendências.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estão sendo desenvolvidas ferramentas informatizadas de auxílio à Inspeção do Trabalho. No entanto, cabe ressaltar que as ações fiscais em Segurança e Saúde no Trabalho - SST, incluídas as análises de acidentes do trabalho demandam, essencialmente, a inspeção in loco do ambiente de trabalho pelo Auditor-Fiscal do Trabalho. Além disso, estão sendo disponibilizadas capacitações pela Escola Nacional de Inspeção do Trabalho - ENIT a fim de capacitar mais Auditores-Fiscais do Trabalho nas melhores práticas de análises de acidentes do trabalho, bem como na gestão do projeto. Foi atualizada a IN 02/2021, que trouxe novas regras para a realização de ações fiscais para análise de acidentes de trabalho. As novas regras objetivam trazer mais eficiência para essa atividade, abrindo a possibilidade, inclusive, de realização dessas investigações remotamente, com tudo em caráter excepcional.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Dificuldades com o número reduzido de viaturas oficiais e manutenção das existentes. Há, ainda, carência no número de motoristas disponíveis. Além disso, houve um período de defasagem no valor das diárias e ainda há em relação ao valor das indenizações de transporte, o que prejudica o planejamento e a execução das ações fiscais que demandam deslocamentos e viagens.
Providências implementadas para a superação da restrição: Com relação ao número de viaturas e motoristas, foi realizado levantamento para identificação da situação real e a propositura de soluções para encaminhamento aos gestores. Algumas compras de viaturas foram efetivadas em 2022, contudo não resolveu definitivamente o problema. As diárias foram atualizadas durante o ano de 2022, contudo a indenização de transporte permanece no mesmo valor.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	38	38	14	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	75	75	67	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	32	32	18	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	26	26	14	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	46	46	46	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	23	23	28	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	21	21	29	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	182	182	167	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	51	51	73	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	8	8	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	5	5	5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	54	54	56	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	223	223	224	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	26	26	25	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	7	7	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	5	5	5	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Amazonas		-	-	11	11	12	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	79	79	75	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	50	50	44	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	24	24	23	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	49	49	33	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	68	68	67	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	41	41	29	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	204	204	122	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	40	40	48	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	117	117	127	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	15	15	16	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0349 - Promoção da prevenção de acidentes e doenças ocupacionais

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 45.610
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estabelecimentos alcançados por fiscaliz., ação setorial ou ação preventiva realizada pela Inspeção do Trab. p/ aumentar conformid. com Normas Regulamentadoras
Meta prevista para 2020: 43.316
Meta prevista para 2021: 50.000
Meta prevista para 2022: 43.000
Meta prevista para 2023: 43.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 37.048
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Grande parte da meta prevista dependia do envio de notificações de forma postal. Este envio foi comprometido por intercorrências com os Correios ocorridas ao longo do ano de 2022. As correspondências represadas nos sistemas dos Correios e que não somaram à meta foram enviadas em 2023 e se somarão a meta deste ano. Foi feita a regionalização, contudo, ressalta-se que ao total dos valores regionalizados (36.098), devem ser somados 950 estabelecimentos, resultado decorrente de fiscalizações a cargo da SIT (BR) em ações especiais setoriais (AES) e grupos móveis (GM) e não das regionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Não houve incremento no número de Auditores-Fiscais do Trabalho ativos, atualmente com 1.982 ativos, sendo que destes 65% realizam fiscalizações tanto relacionadas ao cumprimento das normas de segurança e saúde no trabalho, inclusive através da análise de acidentes e doenças relacionados ao trabalho, como também da legislação trabalhista em geral, em todos os setores econômicos do país.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sempre que oportunizados são formalizados e instruídos processos com solicitação de realização de concurso para carreira de Auditor-Fiscal do Trabalho para o preenchimento das vagas não ocupadas.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Dificuldades com o número reduzido de viaturas oficiais e manutenção das existentes. Há, ainda, carência no número de motoristas disponíveis. Além disso, houve um período de defasagem no valor das diárias e ainda há defasagem em relação ao valor das indenizações de transporte, o que prejudica o planejamento e a execução das ações fiscais que demandam deslocamentos e viagens.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estão sendo desenvolvidas ferramentas informatizadas de auxílio à Inspeção do Trabalho. No entanto, cabe ressaltar que as ações fiscais em SST, incluídas as análises de acidentes do trabalho demandam, essencialmente, a inspeção in loco do ambiente de trabalho pelo Auditor-Fiscal do Trabalho. Além disso, estão sendo disponibilizadas capacitações por meio da ENIT para aprimorar os conhecimentos dos Auditores-Fiscais do Trabalho na fiscalização das condições de trabalho, bem como nas atualizações trazidas pela revisão das NR de segurança e saúde no trabalho. Com relação ao número de viaturas e motoristas, foi realizado levantamento para identificação da situação real e a propositura de soluções para encaminhamento aos gestores para providências cabíveis.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O cumprimento da meta em tela foi comprometido por intercorrências com os Correios ocorridas no ano de 2022.
Providências implementadas para a superação da restrição: Os problemas relacionados ao envio das notificações estão sendo solucionados junto aos Correios e equipe técnica da Inspeção do Trabalho e espera-se que seja saneado em 2023.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	1.101	1.101	254	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado da Bahia		-	-	2.254	2.254	969	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba		-	-	801	801	617	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas		-	-	764	764	694	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás		-	-	1.035	1.035	925	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso		-	-	583	583	679	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul		-	-	811	811	789	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais		-	-	5.736	5.736	6.316	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco		-	-	1.285	1.285	1.398	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia		-	-	223	223	112	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima		-	-	86	86	120	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	1.730	1.730	1.667	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	7.094	7.094	7.536	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	824	824	1.062	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	185	185	169	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	114	114	135	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	251	251	289	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	1.971	1.971	1.662	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	2.542	2.542	1.681	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	522	522	455	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	2.176	2.176	347	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná		-	-	1.179	1.179	1.047	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	1.483	1.483	1.419	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	4.553	4.553	2.974	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	846	846	1.017	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	2.577	2.577	1.495	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	274	274	270	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2214 - NOVA PREVIDÊNCIA

Objetivo: 1172 - Garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário, com foco na proteção do cidadão e na melhoria da qualidade dos serviços.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A busca pela melhoria da qualidade dos serviços prestados pela estrutura da previdência social justifica-se pelo seu efeito no bem-estar dos segurados, que recorrem às políticas públicas a ela relacionadas no momento da maternidade, incapacidade temporária ou permanente, morte ou quando preenchem as condições para a aposentadoria, após cumpridos os requisitos previstos em lei. Em 2022, podemos citar algumas realizações importantes, para o funcionamento do sistema previdenciário brasileiro. A agenda para realização de perícia médica em 2022 segue sofrendo os impactos da pandemia COVID-19, agravada pelos movimentos paredistas deflagrados no início do ano. Nessa esteira, e no intuito de equalizar o binômio Demanda x Oferta, fora editada a MP 1.113/22, convertida na Lei nº 14.441, de 02 de setembro de 2022. A primeira versa sobre a dispensa de perícia médica presencial para concessão de benefícios por incapacidade, mediante apresentação de atestado médico contendo os parâmetros mínimos listados na Portaria Conjunta MTP/INSS nº 7, de 28/07/2022. Esta dispensa vale para afastamentos de até 90 dias e que não tenham natureza acidentária. Tal medida tem o intuito de diminuir a demanda de perícias presenciais. Como resultado, 178.484 (cento e setenta e oito mil quatrocentos e oitenta e quatro) benefícios foram concedidos sem a necessidade de perícia presencial, reduzindo efetivamente a demanda de perícias médicas presenciais. Vale ressaltar que o tempo médio de análise nesta modalidade não ultrapassa os 10 dias contra 60 dias da modalidade presencial. A segunda medida aumentou a oferta de vagas de perícias presenciais, em decorrência da inclusão nos critérios de pagamento de bônus às perícias médicas presenciais realizadas nas unidades de atendimento da Previdência Social cujo prazo máximo de agendamento for superior a 45 dias, desde que cumprida a oferta ordinária de serviços médicos. Esta ação fomentou a criação de mutirões e a extensão da quantidade de perícias disponibilizadas por perito para tais agências, sabidamente as que mais necessitam de acréscimo de oferta. Desta forma, 360.029 (trezentos e sessenta mil e vinte e nove) serviços médicos-periciais foram realizados além da capacidade operacional ordinária. No âmbito da modernização dos sistemas de acesso à informação, foi disponibilizada em 06/12/2022 a nova aplicação para consulta ao Fator Acidentário de Prevenção - FAP e aos elementos do cálculo, bem como o envio de contestações e recursos por parte das

empresas. Ainda no ano de 2022, foi publicada a Portaria Interministerial MTP/MS nº 22, de 31 de agosto de 2022, estabelecendo lista atualizada de doenças e afecções que isentam de carência a concessão de benefícios por incapacidade, conforme disposto no inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. A Lei nº 14.331 de 4 de maio de 2022, introduziu os artigos 129-A na Lei de Benefícios que: (a) regulou o pagamento de honorários periciais, (b) estabeleceu requisitos mínimos para as petições iniciais judiciais, que pretendam discutir ato praticado pela perícia médica federal, e (c) fixou a relação de documentos que deverão instruir o pedido judicial. A alteração legal estabeleceu que o ônus pelos encargos relativos ao pagamento dos honorários periciais ficará a cargo da parte vencida no processo. Além disso, a Lei nº 14.331, de 2022, incluiu o art. 135-A na Lei nº 8.213, de 1991, que introduziu novo divisor mínimo a ser considerado no cálculo da média dos salários de contribuição das aposentadorias. A medida legislativa passou a impedir que um número pequeno de recolhimentos em valores altos, após julho de 1994, gerasse a concessão de aposentadorias com renda incompatível com o aporte contributivo do segurado, obstando a prática nociva e muito divulgada de escritórios de advocacia que prometiam o "milagre da contribuição única". A Lei nº 14.441, de 2 de setembro de 2022, incluiu o auxílio-acidente na relação de benefícios sujeitos a revisões periódicas, para verificação das condições que ensejaram sua concessão e manutenção. A medida tem o potencial de reduzir despesas na ordem de R$ 1.790,3 milhões em 2023 e R$ 1.855,8 milhões em 2024. Ademais, foram implementados ajustes no Programa Especial para Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade (Programa Especial) de que trata a Lei nº 13.846/2019, incluindo, além da concessão, os processos de recurso ou revisão de benefícios administrados pelo INSS que apresentem indícios de irregularidade ou potencial risco de realização de gastos indevidos, bem como a análise de processos administrativos de requerimento inicial e de revisão de benefícios administrados pelo INSS com prazo legal para conclusão expirado. Além disso, trouxe a possibilidade de o INSS firmar parcerias para a realização da avaliação social, para os fins de reconhecimento do direito ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, e das Colônias de Pescadores firmarem acordo de cooperação com o Ministério da Previdência Social para a manutenção e a gestão do sistema de cadastro dos segurados especiais, referente aos pescadores artesanais. Relevante ainda mencionar a publicação do Decreto nº 10.999, de 17 de março de 2022, que dispôs sobre a antecipação do abono anual devido aos segurados e aos dependentes da Previdência Social no ano de 2022. A medida teve o objetivo de amenizar os reflexos econômicos causados pela pandemia da Covid-19 durante o ano de 2021, que ainda repercutiam em 2022. Em 1º de julho de 2022 entrou em vigor a Portaria MTP nº 1.467 que consolidou e incorporou, em um só texto, 87 atos do então Ministério do Trabalho e Previdência (MTP) sobre as regras gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, atendendo às exigências previstas na Lei nº 13.846/2019 para consolidação, homogeneização e simplificação dos atos normativos federais e promovendo a revisão e adequação dos parâmetros gerais determinados pela EC nº 103/2019. No que se refere aos RPPS dos entes federativos subnacionais, que não foram diretamente afetados pela reformulação do plano de benefícios promovida pela Emenda Constitucional nº 103/2019, destaca-se que aproximadamente 85% dos Estados e Municípios adequaram as alíquotas de contribuição do servidor no mínimo igual à do servidor federal e aproximadamente 90% dos entes adequaram o rol de benefícios, limitando-o a aposentadoria e pensão por morte. Em relação à reforma do plano de benefícios, aproximadamente 30% dos entes já realizaram a reforma ampla, adotando no mínimo 80% das regras de concessão de benefícios iguais aos previstos na Emenda Constitucional nº 103/2019. Com o objetivo de dar transparência dos entes federativos com RPPS que realizaram a reforma da previdência após a Emenda Constitucional n° 103/2019, assim como para estimular a discussão e aprovação da reforma da previdência nos demais entes com RPPS deficitários e que ainda não realizaram a reforma local, a Secretaria de Regime Próprio e Complementar passou a divulgar o painel de acompanhamento da reforma pelos entes. Citamos também as atividades de fiscalização com o objetivo de verificar a conformidade dos atuais 2.144 RPPS ativos. Além disso, incentivou para que os RPPS façam a adesão e busquem a certificação no Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos RPPS – Pró Gestão RPPS, adotando ações dos três pilares do programa, quais sejam: controle interno, governança corporativa e educação previdenciária. A certificação profissional e demais requisitos legais exigidos para os dirigentes, conselheiros, membros do comitê de investimentos e gestores de recursos dos RPPS vêm contribuindo com a profissionalização e fortalecimento dos RPPS. Juntamente com a certificação institucional do Pró-Gestão, busca-se o fortalecimento da gestão, como instrumento de perseguição da sustentabilidade dos RPPS. A operacionalização da compensação previdenciária entre regimes vem ocorrendo normalmente e regularmente. 96% dos entes já firmaram o termo de adesão à compensação previdenciária e 88% o contrato com a DATAPREV para utilização do Comprev, conforme relações negociais estabelecidas pelo CNRPPS. Com o objetivo de contribuir com o controle social, dar transparência e permitir o monitoramento do desempenho do sistema de compensação previdenciária e da atuação dos regimes de previdência por parte dos participantes e demais interessados, a Secretaria de Regime Próprio e Complementar passou a divulgar o Painel de Indicadores da Compensação Previdenciária. As normas e o leiaute do eSocial passaram a contemplar o envio das informações dos segurados dos RPPS, possibilitando a formação de um cadastro único nacional e a atuação para melhoria da gestão e do combate às fraudes. A implantação do eSocial no setor público encontra-se em andamento e os entes federativos já estão enviando as informações relativas aos segurados/beneficiários dos RPPS e aos segurados do RGPS por meio do eSocial. Ainda em relação aos regimes próprios, cabe informar que tanto o Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social – CONAPREV quando o Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social –

CNRPPS, mantém-se em funcionamento, possibilitando a participação de representantes de todo o segmento na definição de políticas, diretrizes e parâmetros previstos nas normas gerais desses regimes. Com relação ao Regime de Previdência Complementar (RPC), destacam-se algumas ações com foco na ampliação da cobertura. A EC nº 103/2019 determinou a instituição de Regime de Previdência Complementar - RPC para todos os entes federativos com Regime Próprio de Previdência Social - RPPS. Diante do cenário composto por um perfil variado de entes federativos, esta Secretaria adotou diversas ações de orientação aos Entes relativas ao processo de implantação da previdência complementar, como a publicação de Guias, elaboração de notas técnicas, atendimentos presenciais e participação em Congressos e Seminários. Na pauta de Educação Previdenciária, propôs iniciativas, em conjunto com órgãos públicos e entidades privadas. Os principais produtos entregues ao longo de 2022 foram: Curso EaD “Previdência Privada para Consumidores” e "Previdência Complementar para Servidores Públicos de Estados e Municípios”, o “Guia Rápido de Previdência Complementar para Trabalhadores Autônomos” e participação na Semana ENEF. A consolidação de todo o estoque normativo do CNPC foi realizada conforme estabelecido pelo Decreto nº 10.139, de 2019. Além desta consolidação, diversos normativos e regramentos foram modernizados com destaque para a Resolução dos institutos do resgate, portabilidade e benefício proporcional diferido e o normativo que regulamenta os planos instituídos. Foi realizada uma análise de impacto regulatório - AIR para avaliar a flexibilização da gestão administrativa das entidades visando o estímulo ao fomento e inovação do segmento fechado de previdência complementar a qual resultou de proposição de normativo a ser avaliado pelo CNPC. A fim de promover a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do setor, a Secretaria também publica trimestralmente o Relatório Gerencial de Previdência Complementar e lançou, em 2022, o “Guia de Avaliação, Classificação e Gestão de Riscos ASG - Ambiental, Social e Governança” para orientar as entidades de previdência complementar sobre as melhores práticas de investimentos responsáveis.

Meta: 0504 - Melhorar o indicador de qualidade previdenciária em 1 unidade, incluindo melhorias na cobertura, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice
Linha de base: 62,61
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 70,4
Meta prevista para 2021: 63,79
Meta prevista para 2022: 63,7
Meta prevista para 2023: 63,53

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 65,67
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas.

Indicador: 8697 - Índice de Qualidade Previdenciária, composto por dados relativos à cobertura previdenciária, sustentabilidade, suficiência e qualidade do serviço

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 62,61
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 65,67
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Esse indicador composto depende do registro de um grande volume de informações. Nem todas elas estão simultaneamente atualizadas. Um exemplo são os dados dos RPPS de Estados e municípios, assim como dados da PNADC. Dessa forma o valor apresentado como referente a 2022 deve ser considerado como preliminar, uma vez que diversas informações necessárias para o cálculo do indicador serão atualizadas ao longo do presente ano.

Resultado Intermediário: 0227 - Aumento da cobertura previdenciária.

Informações básicas

Unidade de medida: % da população
Linha de base: 77,2
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Média entre a cobertura da população ocupada e da proteção social à população idosa
Meta prevista para 2020: 77,2
Meta prevista para 2021: 77,2
Meta prevista para 2022: 77,5
Meta prevista para 2023: 78

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75,6
Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O dado de cobertura é apresentado com defasagem temporal pois depende da disponibilidade de dados da PNADC, o que somente ocorre alguns meses após o término do ano civil. Dessa forma os dados apresentados dizem respeito ao ano de 2021, recentemente apurado pela SPREV. Cabe destacar as alterações promovidas pelo IBGE na metodologia da PNAD e as reponderações nessa pesquisa, o que afetam os índices já calculados.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: O nível de cobertura previdenciária é resultado de diversas variáveis, tais como o marco legal, a dinâmica conjuntural da economia, o trabalho da fiscalização das contribuições, a percepção social sobre a validade de participar da previdência social, as regras de contribuição, etc. Nos últimos anos os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho foram muito relevantes, fazendo com que seja necessário aguardar algum tempo para se identificar ações adicionais para promover a formalização e a expansão da cobertura previdenciária. Adicionalmente, algumas variáveis que eram captadas pela Pnad Contínua foram modificadas no questionário, o que necessitou de revisão na construção do indicador.
Providências implementadas para a superação da restrição: O indicador foi revisado para maior adequação ao formulário utilizado pela Pnad Contínua.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0278 - Redução do crescimento acelerado da despesa previdenciária.

Informações básicas

Unidade de medida: Variação real %
Linha de base: 4,04
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Variação da despesa previdenciária anual
Meta prevista para 2020: 4,04
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 2,5
Meta prevista para 2023: 2,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5,27
Data do valor apurado: 16/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A despesa previdenciária apresentou variação acentuada nos últimos anos em decorrência do impacto da pandemia nas atividades de concessão e manutenção dos benefícios previdenciários, bem como pelos efeitos gradativos da reforma previdenciária de 2019. Os resultados de despesa realizados em 2021 foram os mais penalizados pela pandemia em razão do isolamento social e atendimento reduzido das agências. Adicionalmente, a inflação registrada no ano foi a mais elevada desde 2015. Estes dois fatores combinados, por um lado menor ritmo de

atendimento das agências e pelo outro lado inflação elevada que atualizou a despesa do ano anterior para realização do cálculo do indicador, resultaram em uma queda da despesa em termos reais e, consequentemente, uma taxa de crescimento real da despesa negativa. Em 2022, com recuperação gradual da situação, retorno dos segurados às agências e redução da inflação, observou-se movimento contrário e assim registrou-se uma elevada taxa de crescimento real da despesa, superando em mais que o dobro a meta estipulada em 2019.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: O resultado do indicador calculado para o ano de 2022 foi, portanto, mascarado pelo resultado atípico e imprevisível ocorrido no ano anterior. Uma forma de se evitar a distorção gerada pelo ano de 2021 consiste em calcular a taxa de crescimento real da despesa comparando-se os anos de 2022 e 2020, atualizando-se a despesa nominal de 2020 pelo INPC de 2021 e 2022 e utilizando-se o conceito de média geométrica.
Providências implementadas para a superação da restrição: Com uso dessa metodologia e pelo resultado do cálculo realizado entre os anos de 2020 e 2022, observa-se que a taxa de crescimento real da despesa em 2022 foi de 0,54% ao ano e, portanto, abaixo da meta de 2,5% inicialmente estipulada na ocasião da elaboração do PPA 2020-2023 e antes de se ter os efeitos causados pela pandemia. Portanto, embora o indicador de 2022 tenha resultado em valor superior à meta estipulada, pode-se entender que é decorrente dos efeitos adversos apresentados nesta avaliação.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0279 - Aumento da poupança previdenciária do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1.000,00
Linha de base: 1.990.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Ativos das entidades de previdência complementar
Meta prevista para 2020: 2.110.000.000
Meta prevista para 2021: 2.140.000.000
Meta prevista para 2022: 2.260.000.000
Meta prevista para 2023: 2.420.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.341.589.953,21
Data do valor apurado: 30/09/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O ativo de investimentos das entidades de previdência complementar atingiu cerca de R$ 2,34 trilhões, até o mês de setembro de 2022. O bom desempenho dos fundos, inclusive acima da meta prevista, se deve, principalmente, ao ciclo de alta de juros conduzido pelo Banco Central do Brasil. Em janeiro/2022 a taxa Selic estava em 9,25% ao ano e ao término de setembro/2022 atingiu o patamar de

13,75% ao ano. Importante citar que os investimentos em renda fixa, classe de ativos mais influenciada pela alta dos juros, corresponde a cerca de 86% do total dos investimentos do setor.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os parâmetros auferidos pela política previdenciária abrangem toda a população brasileira e, deste modo, não há dados disponibilizados regionalmente para todas as variáveis envolvidas na avaliação desta política, não sendo possível reportar metas regionalizadas.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2215 - POLÍTICA ECONÔMICA E EQUILÍBRIO FISCAL

Objetivo: 1207 - Alcançar o equilíbrio fiscal de forma a favorecer o crescimento econômico.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A gestão fiscal responsável é um pilar fundamental no desenvolvimento econômico do país. Desse modo, o Ministério da Fazenda pretende aprimorar a gestão das contas públicas de modo a permitir maior previsibilidade e transparência à política fiscal, bem como otimizar os gastos públicos de modo que sejam cada vez mais efetivos. Um dos fatores que colaborou para a evolução do Objetivo foi o início, em 2021, por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e em parceria com a equipe da consultoria FMA do Reino Unido, dos trabalhos conjuntos para o estudo sobre a elaboração de um Marco Fiscal de Médio Prazo para o Brasil alinhado às melhoras práticas internacionais. Esse documento institucional apresenta as diretrizes para a definição de um horizonte plurianual para as variáveis fiscais e de endividamento, assim como uma estratégia fiscal que vise garantir a consistência da política fiscal com o arcabouço macrofiscal. Contribuiu também para a execução do Objetivo, a elaboração mensal de projeções da arrecadação bruta de tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Esse produto, intitulado “Grade de Cenários e Projeções Fiscais”, tem sido desenvolvido com base em metodologias quantitativas de projeções de receitas tributárias, sendo útil ao planejamento fiscal e tributário de médio e longo prazos. No que se refere ao “Resultado Orçamentário dos Entes”, avalia-se que os Estados e o Distrito Federal, na média, encontram-se em uma situação mais favorável que outros anos da série histórica, a julgar pelo resultado orçamentário positivo de R$ 36 bilhões em 2022. No entanto, verificou-se uma queda do resultado orçamentário na comparação com o ano de 2021, quando foi observado um superávit de R$ 46 bilhões. Levando-se apenas em conta os valores relativos às receitas e despesas orçamentárias (que são de muito maior monta que as intraorçamentárias), tem-se que a melhora observada em 2021, que serviu como base para a fixação de despesas e previsão de receitas para o ano seguinte, repercutiu no aumento dos gastos com pessoal e investimento em 2022. Tais rubricas subiram 16% e 50% em relação a 2021, respectivamente, e ajudam a explicar por que houve um aumento maior nas despesas em relação às receitas, o que refletiu na redução do superávit observada entre 2021 e 2022. Quanto à “Redução no montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios)”, os valores de pendência jurídica - PJ (dívidas com execução suspensa) eram compostos, em sua maioria, por dívidas de estados que pretendiam aderir ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF. Dessa forma, houve redução do indicador em relação ao ano anterior, principalmente em decorrência da adesão ao RRF por parte dos estados de GO, RJ e RS, além da assinatura do contrato do art. 23 da Lc 178/21 por parte de MG, AP, MA e RN. No entanto, várias novas liminares de suspensão de dívidas estão sendo concedidas aos estados em decorrência da LC 194/22, havendo, portanto, uma expectativa de que haja aumento da carteira de dívidas suspensas por liminares da justiça.

Meta: 0510 - Preservar a execução das despesas primárias pagas do Poder Executivo dentro do limite individualizado estabelecido no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição Federal.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0
Restrições: Não Há Restrições

Resultado Intermediário: 0238 - Grade de Projeções e Cenários Fiscais

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Grades de Projeções de arrecadação bruta de tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), para fins de planejamento fiscal de médio e longo prazo
Meta prevista para 2020: 12
Meta prevista para 2021: 12
Meta prevista para 2022: 12
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em atendimento ao artigo 50 do Decreto nº 11.344, de 1º de janeiro de 2023, trata-se de produto desenvolvido com base em metodologia de projeções de receitas tributárias útil no planejamento fiscal e tributário de médio e longo prazos. Referência: GADELHA, S.R.B.; LIMA, A. F. R.; POLLI, D. A. Uso da metodologia de combinação de previsões para projeções da arrecadação de receitas brutas primárias de tributos federais. XXIV Prêmio Tesouro Nacional, Monografia Premiada em 2º Lugar. Brasília: ENAP, 2019. Referência: Processo SEI nº 12177.100132/2022-11

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria característica do produto, cujo foco é o ciclo orçamentário ao nível federal. Trata-se de projeções da arrecadação bruta de tributos federais administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil. Com o advento da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), a obrigatoriedade de orçamentos fiscais equilibrados tem sido fundamental para o bom desempenho da gestão pública no uso eficiente dos recursos orçamentários escassos. Mas a fim de que se possa garantir o pleno funcionamento das funções do Estado, o poder público precisa arrecadar recursos para custear seu funcionamento. A realização de previsão de arrecadação de receitas públicas é importante para que se tenha uma adequada execução orçamentária do governo federal, uma vez que uma acurada estimação de receitas públicas não apenas permite que se tenha um horizonte de previsibilidade de arrecadação de recursos para o atendimento das demandas da população brasileira, mas também que se respeite a restrição orçamentária intertemporal do governo federal. Assim, o equilíbrio fiscal caracterizado não apenas pelo controle dos gastos públicos, mas também pelo estímulo ao esforço arrecadatório, é primordial para que se tenha um crescimento econômico sustentável, com geração de empregos e renda.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Conforme orientação do órgão central de planejamento, foi ajustado o valor apurado da meta para 12 Grades, tendo em vista que a meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0239 - Planejamento Fiscal de Médio e Longo Prazo

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Projeções e cenários fiscais de médio e longo prazo.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria de Política Econômica (SPE), por meio de Acordo de Cooperação Técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e em parceria com a equipe da consultoria FMA do Reino Unido, iniciou em julho/2021 trabalhos conjuntos visando a elaboração do Marco Fiscal de Médio Prazo (doravante MTFF, do inglês Medium-Term Fiscal Framework). Esse documento institucional introduzirá um horizonte plurianual para as variáveis fiscais e de endividamento, assim como uma estratégia fiscal que vise garantir a consistência da política fiscal com o arcabouço macrofiscal. Os desafios macrofiscais do Brasil tornam necessário o fortalecimento de sua institucionalidade fiscal, a qual pode se beneficiar da implementação de instrumentos de planejamento estratégico de médio prazo que orientem as políticas fiscais com um enfoque intertemporal. O MTFF trata-se de um arcabouço institucional que define objetivos fiscais plurianuais que serão referências durante o processo orçamentário, além de abranger a especificação de cima para baixo (top-down) do envelope de recursos agregados, e a alocação de recursos entre ministérios e demais órgãos governamentais. O

MTFF contém diretrizes plurianuais dos objetivos fiscais agregados que se tornam referência em todo o processo orçamentário, bem como um conjunto integrado de metas e projeções macroeconômicas e fiscais de médio prazo. A implementação adequada de um MTFF melhora a credibilidade da política fiscal ao alinhar os tetos orçamentários com os objetivos das regras fiscais para garantir a sustentabilidade macroeconômica plurianual. Encontra-se previsto para janeiro de 2023 a entrega de relatório preliminar sobre diretrizes para a implementação do MTFF no arcabouço fiscal brasileiro. Referência: Processo SEI nº 12177.100112/2022-41
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria característica do produto, cujo foco é o planejamento fiscal de médio e longo prazo no nível federal. Trata-se de um documento em elaboração - intitulado Marco Fiscal de Médio Prazo - cujo foco é destacar a estratégia fiscal de médio prazo e permitir que as políticas fiscais anuais sejam consistentes com o arcabouço fiscal de médio prazo. Esse documento integra a análise macroeconômica, prioridades e objetivos de política fiscal, assim como mudanças de política necessárias para atingir as metas fiscais de médio prazo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0240 - Redução de gastos com pessoal ativo civil em relação ao ano anterior

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 0,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Variação acumulada anual do gasto com servidores ativos (total) - Direta, Autárquica e Fundacional
Meta prevista para 2020: 94.000.000.000
Meta prevista para 2021: 0,4
Meta prevista para 2022: 0,4
Meta prevista para 2023: 0,4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,023
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O gasto com pessoal civil do poder executivo federal (administração direta, autárquica e fundacional), incluídos ativos, aposentados e pensionistas dos últimos 12 meses (jan-22 a dez-22) apresentou um aumento nominal de 0,023%, passando de 97,12 Bi para 97,14 Bi. O indicador usado é: Variação acumulada anual do gasto com servidores ativos (total) - Direta, Autárquica e Fundacional. A meta para 2022 é + 0,4% , ou seja, espera-se que o gasto com servidores ativos cresça nominalmente em no máximo 0,4%. O valor observado foi de 0,023%, pois o gasto com servidores ativos passou de R$ 97,12 Bi para R$ 97,14 Bi.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O gasto com servidores não é regionalizado, pois toda a execução é centralizada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0241 - Resultado Fiscal Estrutural.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Boletim Resultado Fiscal Estrutural e Nota Metodológica
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado Fiscal Estrutural deve ser compreendido como o resultado primário livre de influências transitórias, isto é, aquele que seria observado com o Produto Interno Bruto (PIB) no nível potencial, preço do petróleo igual ao valor de equilíbrio de longo prazo, e sem receitas e gastos não recorrentes. O indicador procura medir o esforço discricionário e recorrente do setor público para alcançar a solvência de longo prazo do país. Referência: 12177.100131/2022-77
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria natureza do produto. O Resultado Fiscal Estrutural é decomposto em: (i) governo central; (ii) estados e municípios; (iii) empresas estatais; (iv) setor público consolidado. No caso dos entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), a estimativa de Resultado Fiscal Estrutural é apresentada de forma agregada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Conforme orientação do órgão central de planejamento, foi ajustado o valor apurado da meta para 1, tendo em vista que a meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0242 - Redução das despesas com custeio administrativo da Administração Pública Federal.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1,00
Linha de base: 910.000.000
Data de referência da linha de base: 15/04/2021
Indicador: Redução dos gastos com custeio administrativo
Meta prevista para 2020: 1.500.000.000

Meta prevista para 2021: 910.000.000
Meta prevista para 2022: 300.000.000
Meta prevista para 2023: 200.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.705.472.951,41
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador de gasto com custeio tem performado melhor do que previsto. A principal razão para esse resultado é que a alta inflação dos últimos meses tem impactado na correção dos valores gastos nos anos anteriores que, ao serem deflacionados, superam o gasto mensal no ano corrente em valores bem acima do que havia sido projetado para o período.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O custeio administrativo do Governo Federal compõe-se de um grande espectro de despesas, que constituem a base para a prestação de serviços públicos, e compreendem gastos correntes relativos a apoio administrativo, energia elétrica, água, telefone, pessoal de apoio, entre outros. A apuração regionalizada dessa meta fica prejudicada em face da própria natureza desse tipo de gasto público, que está relacionado com o funcionamento do que é conhecido como "área meio dos órgãos", havendo muitas aquisições e gastos que são realizados por unidades centrais de compra e de execução orçamentária e financeira.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0244 - Melhoria no resultado orçamentário dos entes.

Informações básicas

Unidade de medida: R$ 1,00
Linha de base: -2.175.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Resultado Orçamentário dos Entes
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 36.458.622.849,13
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A avaliação que se faz é que os Estados e o Distrito Federal, na média, encontram-

se em boa situação estrutural, a julgar pelo resultado orçamentário positivo de 22 bilhões em 2022 até o 5º bimestre. O superávit orçamentário dos referidos Entes subnacionais em 2021 para o mesmo período foi maior que observado em 2022 (de R$ 46 bilhões para R$ 22 bilhões). Levando-se apenas em conta os valores relativos às receitas e despesas orçamentárias (que são de muito maior monta que as intraorçamentárias), tem-se que a melhora observada em 2021, que serviu como base para a fixação de despesas e previsão de receitas para o ano seguinte, repercutiu no aumento dos gastos com pessoal e investimento em 2022, os quais representaram os respectivos valores aproximados de 44 e 31% do montante acrescido. Nota-se, ainda, que o aumento percentual da receita orçamentária de 2021 para 2022 (com referência no 5º bimestre) foi menor do que o da despesa, respectivamente R$ 117 bilhões e R$ 138 bilhões, o que implicou menor resultado orçamentário. Destaca-se que a Lei Complementar nº 173/2020, em seu art. 8º, trouxe a proibição de que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19, até 31 de dezembro de 2021, adotassem medidas que implicassem aumento de despesas obrigatórias, a exemplo das despesas de pessoal. Vencido o período, como já se observou, os entes voltaram a aumentar as despesas de pessoal. Por fim, vale reiterar que o resultado orçamentário apresentado refere-se ao 5º bimestre, sendo, portanto, uma avaliação parcial, que só poderá ser confirmada com a publicação dos dados orçamentários dos entes para o 6º bimestre de 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa Houve erro no SIOP e o Sistema regionalizou o RI por estado, o que não é mais necessário. O SIOP não permitiu a exclusão dos estados, então, foi informado o valor apurado "zero" para cada estado. O RI está regionalizado por Região.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado da Bahia	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado da Paraíba	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Alagoas	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Goiás	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Mato Grosso	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Minas Gerais	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Pernambuco	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado

Rondônia								por região
No Estado de Roraima	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Santa Catarina	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de São Paulo	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado de Sergipe	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Acre	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Amapá	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Amazonas	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Ceará	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Espírito Santo	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Maranhão	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Pará	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Paraná	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Piauí	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Rio de Janeiro	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Rio Grande do Norte	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Rio Grande do Sul	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
No Estado do Tocantins	-	0	0	0	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	RI regionalizado por região
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	4.663.518.507,04	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	174.187.219,37	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3.042.898.259,25	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	19.783.742.695,38	31/12/2022	Não informado	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	8.794.276.168,09	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0245 - Redução no montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 38.795.613.871,38
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: % Montante de execução suspensa em relação à carteira de haveres financeiros da União (com Estados e Municípios)
Meta prevista para 2020: 4,11
Meta prevista para 2021: 3,84
Meta prevista para 2022: 3,57
Meta prevista para 2023: 3,3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2,1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os valores de pendência jurídica - PJ (dívidas com execução suspensa) eram compostos, em sua maioria, por dívidas de estados que pretendiam aderir ao Regime de Recuperação Fiscal - RRF. Dessa forma, houve redução do indicador em relação ao ano anterior, principalmente em decorrência da adesão ao RRF por parte dos estados de GO, RJ e RS, além da assinatura do contrato do art. 23 da Lc 178/21 por parte de MG, AP, MA e RN. No entanto, várias novas liminares de suspensão de dívidas estão sendo concedidas aos estados em decorrência da LC 194/22, havendo, portanto, uma expectativa de que haja aumento da carteira de dívidas suspensas por liminares da justiça.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: i) a distribuição da Pendência Jurídica é extremamente concentrada nas regiões Sudeste e Sul. A participação das outras Regiões nesse montante é praticamente irrelevante; ii) não há a possibilidade de serem adotadas medidas regionalizadas. A legislação não permite: todos os estados recebem o mesmo tratamento. Seja qual for a medida adotada visando reduzir esse montante (por exemplo: a Lei Complementar 178/2021, o Regime de Recuperação Fiscal, etc), aplica-se a todos os entes da federação, sem distinção.
Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: A Lei Complementar nº 194/22 trouxe a possibilidade de os estados compensarem parte da perda arrecadatória do ICMS com parcelas de suas dívidas com a União. No entanto, os estados estão insatisfeitos com as condições e têm obtido liminares favoráveis junto ao STF para suspensão de suas dívidas. No momento, esse fator ainda não fez o indicador sair de sua meta, mas caso a situação persista é possível que isso aconteça.
Providências implementadas para a superação da restrição: A STN continuará em 2023 fornecendo à AGU os subsídios necessários à defesa da União no âmbito das ações judiciais.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Decisões Judiciais desfavoráveis

Providências implementadas para a superação da restrição: A STN continuará em 2023 apresentando aspectos técnicos para embasar novas leis de modo a evitar novos questionamentos na justiça.

Notas do usuário: A meta do RI é não-cumulativa.

Resultado Intermediário: 0266 - Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais.
Meta prevista para 2020: 6
Meta prevista para 2021: 7
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Trata-se de projeção das séries desagregadas de tributos estaduais administrados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária do Ministério da Economia. Referência: MENDONÇA, M. J.; GADELHA, S. R. B.; MEDRANO, L. A.; LIMA, A. F. R.; LAVAGNOLE, M. G.; POLLI, D. A. Aplicação de modelos dinâmicos bayesianos para projeção de arrecadação tributária. Texto para Discussão nº 2590, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2019; Processo SEI 12177.100408/2019-66.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A não prestação de informações regionalizadas reside na própria natureza do produto. Trata-se de projeções da arrecadação de tributos estaduais, no intuito de subsidiar as autoridades do Ministério da Fazenda (Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Política Econômica etc.) na tomada de decisões envolvendo a situação fiscal dos entes subnacionais. Referência: MENDONÇA, M. J.; GADELHA, S. R. B.; MEDRANO, L. A.; LIMA, A. F. R.; LAVAGNOLE, M. G.; POLLI, D. A. Aplicação de modelos dinâmicos bayesianos para projeção de arrecadação tributária. Texto para Discussão nº 2590, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, IPEA, 2019; Processo SEI 12177.100408/2019-66.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Em 2021, ocorreu o término da vigência do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2020, celebrado entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e a Secretaria de Política Econômica, conforme Processo SEI 12177.100408/2019-66. A parceria visava a implementação de ações conjuntas que assegurassem a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes à elaboração de modelos para previsão de arrecadação de tributos e de variáveis macroeconômicas, assim como a elaboração de estudos em política fiscal. Com o término da Cooperação Técnica, foi possível produzir apenas mais uma edição da Grade de Cenários e Projeções Econômico-Fiscais dos Entes Subnacionais ao longo de 2022.

Providências implementadas para a superação da restrição: A equipe da Subsecretaria de Política Fiscal da Secretaria de Politica Econômica tem direcionado esforços no sentido da continuidade da elaboração do produto, por meio da implementação de metodologia econométrica para as projeções das receitas tributárias estaduais.

Notas do usuário: Conforme orientação do órgão central de planejamento, foi ajustado o valor apurado da meta para 6 Grades, tendo em vista que a meta do RI é não-cumulativa.

PROGRAMA: 2216 - POLÍTICA EXTERNA

Objetivo: 1225 - Garantir a defesa dos interesses e valores do Brasil nas relações internacionais e a prestação de serviços consulares de excelência ao cidadão brasileiro.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em janeiro de 2022, o Brasil iniciou seu 11º mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU (biênio 2022-23). O mandato brasileiro tem como prioridades a prevenção e solução pacífica de conflitos; a eficiência das missões de paz e das respostas humanitárias às crises internacionais; a consolidação da paz mediante ações voltadas para o desenvolvimento; o respeito aos direitos humanos; e a maior participação das mulheres nas ações de promoção da paz e da segurança internacionais. Ao presidir o CSNU, em julho de 2022, o País promoveu debate aberto sobre comunicação estratégica nas operações de manutenção da paz e sobre Crianças e Conflitos Armados. Adotou-se declaração presidencial do Conselho de Segurança sobre comunicação estratégica em operações de manutenção da paz, com foco na promoção do entendimento das populações locais sobre o papel da ONU nos conflitos. Quanto à atuação no dossiê Ucrânia, o Brasil votou a favor de resoluções do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral da ONU que adotem linguagem predominantemente construtiva. O Brasil apelou por cessação de hostilidades, pelo estabelecimento de negociações de paz, pelo respeito pelos direitos humanos e pelo direito humanitário, e pela inadmissibilidade da ameaça ou uso de armas nucleares. Na área consular, publicou-se, em 15/12/2022, o novo Regulamento Consular Brasileiro (RCB), primeira atualização desde 2010. A nova versão do texto atualiza os procedimentos a serem seguidos pelas repartições consulares na prestação de todos os serviços sob a sua alçada e contribuirá para maior eficiência no atendimento prestado aos consulentes ao redor do mundo.

Meta: 051L - Fortalecer o diálogo político bilateral e multilateral, com vistas ao aproveitamento de oportunidades econômicas, comerciais e de ciência, tecnologia e inovação, à preservação da cultura e do idioma nacionais e à assistência à comunidade brasileira no exterior.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Reuniões
Linha de base: 235

Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Meta prevista para 2020: 184
Meta prevista para 2021: 235
Meta prevista para 2022: 237
Meta prevista para 2023: 240

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 237
Data de Referência: 24/02/2023
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Reuniões de alto nível do MRE (presenciais, virtuais e telefônicas, em níveis ministerial e presidencial) não comportam regionalização por se realizarem com interlocutores estrangeiros.

Indicador: 8763 - Número de reuniões de alto nível

Informações básicas

Unidade de medida: -
Valor de referência: 235
Data de Apuração: 31/12/2021
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 237
Data do índice: 24/02/2023
Observação: -

Resultado Intermediário: 0180 - Cursos de formação e de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco - Programa de Ação Afirmativa

Informações básicas

Unidade de medida: Bolsas Concedidas
Linha de base: 22,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Bolsas concedidas no âmbito do Programa de Ação Afirmativa
Meta prevista para 2020: 28
Meta prevista para 2021: 18
Meta prevista para 2022: 36
Meta prevista para 2023: 54

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24
Data do valor apurado: 24/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Instituto Rio Branco (IRBr) selecionou 24 bolsistas no âmbito do Programa de Ação Afirmativa do Instituto, conforme teor do Edital de 5 de outubro de 2022. No orçamento de 2022 está prevista concessão de 20 bolsas para edição seguinte do programa, cujo edital deve ser lançado no primeiro semestre de 2023.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O mecanismo do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco (IRBr) carece de dispositivo com critérios sobre regionalização, tendo em conta encontrar-se aberto a quaisquer postulantes que preencham os requisitos, independentemente de procedência regional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0181 - Expansão da estrutura de atendimento ao público dos serviços consulares prestados nos postos no exterior.

Informações básicas

Unidade de medida: Atendimentos realizados
Linha de base: 1.091.315
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Atendimento ao público dos serviços consulares
Meta prevista para 2020: 1.200.447
Meta prevista para 2021: 1.530.000
Meta prevista para 2022: 1.560.000
Meta prevista para 2023: 1.590.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.520.154
Data do valor apurado: 24/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Estima-se número total de 3.520.154 atendimentos consulares ao longo de 2022, a partir de fórmula que tem como base execução orçamentária. O total de atendimento consulares é a soma dos serviços consulares finalizados, que foram de 812.798 em 2022, com outros atendimentos, como consultas presenciais, telefônicas e por correio eletrônico. Estes outros atendimentos não deixam registro no sistema consular, sendo em decorrência deste fato possível estimá-los, porém não definir seu número exato.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O atendimento consular a cidadãos brasileiros no exterior segue, por essência, política de portas abertas, ou seja, encontra-se acessível e disponível a todos os cidadãos que busquem serviços junto aos postos, independentemente de origem ou procedência regional de cada cidadão.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2217 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL, TERRITORIAL E URBANO

Objetivo: 1194 - Estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A atuação do Governo Federal, no âmbito do desenvolvimento regional, territorial e urbano, visa integrar as políticas nacionais de desenvolvimento regional (PNDR), de desenvolvimento urbano (PNDU), de agricultura irrigada (PNI) e de ordenamento do território (PNOT), por meio da articulação federal, estadual e municipal, implementando programas de estruturação regional, urbana e produtiva. Além disso, procura-se garantir mais qualidade de vida e melhores perspectivas para a população brasileira, com uma gradual convergência de renda entre regiões para o desenvolvimento equilibrado do País. Nessa perspectiva, o Programa tem como objetivo estimular o desenvolvimento de territórios, cidades e regiões, ampliando a estruturação produtiva e urbana, e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, em múltiplas escalas. No âmbito do desenvolvimento urbano foram concluídos 512 empreendimentos com os mais diversos objetos, tais como: construção e reforma de praças, parques e calçadões; implantação de pátio de feira; revitalização de logradouros públicos. No Programa Rotas da Integração Nacional, até 2022 foram implantados 64 polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional que abrangem, ao todo, produtores e profissionais de 1.249 municípios em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. O resultado representou superação da meta prevista para o período, que era de 63 polos implantados. O reconhecimento dos polos foi efetivado mediante a publicação da Portaria MDR nº 3.560, de 13 de dezembro de 2022. A Estratégia Rotas da Integração Nacional busca criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Um marco da Estratégia deu-se com a disponibilização, em 2022, do portal denominado Rota-S que traz informações estratégicas sobre os tipos de Rotas existentes, os polos que já estão em funcionamento em todo o País e quais cidades integram cada unidade: http://portalrotas.avaliacao.org.br/. Já no Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais, em 2022 foram capacitadas e certificadas 1.011 pessoas abrangendo todas as regiões brasileiras. No âmbito da irrigação, 9 Polos de Agricultura Irrigada foram implantados: 1 na região Nordeste; 4 na região Centro-Oeste; 2 na região Sul; e 2 na região Sudeste. A implantação de polos de agricultura irrigada tem como foco a alavancagem da agricultura irrigada a partir de um trabalho conjunto entre as organizações

dos produtores rurais irrigantes e as diversas esferas de governo, com vistas ao desenvolvimento regional. A premissa da ação é o planejamento setorial e territorial de polos de irrigação no País. Na mesma temática, destaca-se, também, a implantação, de forma cumulativa, de 11 sistemas de reuso das águas residuárias para irrigação na região Nordeste. A meta prevista, de 20 sistemas, não foi alcançada em decorrência da necessidade de se refazer a seleção das famílias e locais que seriam atendidos no Projeto de Tratamento de Esgoto e Reuso de Águas para Produção Agrícola, bem como atraso na compra e no recebimento dos materiais a serem utilizados na implantação das unidades. Além disso, iniciativas de normatização e diretrizes do processo de transferência da gestão de Projetos Públicos de Irrigação foram iniciadas mediante a contratação de consultoria especializada. Quanto ao desenvolvimento produtivo, foram concluídos 1.206 empreendimentos no período do PPA, com destaque para as seguintes aquisições e intervenções que contribuíram para o fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais: aquisições de máquinas e equipamentos (tratores, motoniveladoras, escavadeiras hidráulicas, retroescavadeiras, pás-carregadeiras, maquinários, equipamentos agrícolas, máquinas para perfuração de poços, colhedora de forragens, caminhões, unidades de beneficiamento, equipamentos para pesquisa, e outras); construção e modernização de galpões, centros de feira, casas de colônia, mercados públicos; e construção e recuperação de vias, de pontes, passagens molhadas, recuperação de barragens. Por fim, 1.719 empreendimentos, no âmbito do desenvolvimento regional e urbano, foram concluídos até 2022 atendendo, portanto, a meta estabelecida.

Meta: 050G - Concluir 2.271 empreendimentos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 400
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Meta prevista para 2020: 3,6
Meta prevista para 2021: 829
Meta prevista para 2022: 1.630
Meta prevista para 2023: 2.271

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.719
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-	0	383	144	214	148	31/12/2022	Não informado

Oeste							
Região Nordeste	0	92	599	765	566	31/12/2022	Não informado
Região Norte	0	157	267	350	261	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	0	128	318	526	346	31/12/2022	Não informado
Região Sul	0	69	302	416	398	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8744 - Quantidade de empreendimentos concluídos no âmbito do desenvolvimento regional e urbano

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 400
Data de Apuração: 01/01/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.719
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Até 2022, foram concluídos 1.719 empreendimentos, sendo 560 no exercício de 2022. Os empreendimentos concluídos pertencem aos seguintes segmentos: - 1.206 de desenvolvimento produtivo, destacando-se as seguintes intervenções: pavimentação e recuperação de vias, aquisição de máquinas e equipamentos, implantação de sistemas de abastecimento de água, e outras infraestruturas que atendem ao produtor rural; - 512 de desenvolvimento urbano, destacando-se as seguintes intervenções: construção e revitalização de praças públicas, obras de acessibilidade, urbanização e requalificação de espaços urbanos; e - 1 de irrigação, relacionado ao projeto público de irrigação Arroio Duro/RS.

Resultado Intermediário: 0086 - Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional.

Informações básicas

Unidade de medida: Polos implantados
Linha de base: 30
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional Implantados.
Meta prevista para 2020: 32
Meta prevista para 2021: 35
Meta prevista para 2022: 63
Meta prevista para 2023: 78

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional implantados, nos termos da Portaria MDR nº 299, de 4 de fevereiro de 2022, são aqueles com aglomeração de cadeias produtivas dotadas de produção expressiva regionalmente com abrangência territorial definida. Com base nesse conceito, até 2022 foram implantados, ao todo, 64 polos da Estratégia Rotas da Integração Nacional que abrangem, ao todo, produtores e profissionais de 1.249 municípios em 17 estados brasileiros e no Distrito Federal. O resultado representou superação da meta prevista para o período, que era de 63 polos implantados. O reconhecimento dos polos foi efetivado mediante a publicação da Portaria MDR nº 3.560, de 13 de dezembro de 2022. A Estratégia Rotas da Integração Nacional busca criar oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida. Um marco da Estratégia deu-se com a disponibilização, em 2022, do portal denominado Rota-S que traz informações estratégicas sobre os tipos de Rotas existentes, os polos que já estão em funcionamento em todo o País e quais cidades integram cada unidade: http://portalrotas.avaliacao.org.br/.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Antes da Portaria MDR nº 299, de 2022, considerava-se implantados os polos que possuíam: i) comitê gestor instalado; ii) oficina de planejamento estratégico realizada; e iii) projetos em execução.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	10	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	36	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	8	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	6	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0087 - Polos de Agricultura Irrigada.

Informações básicas

Unidade de medida: Polos implantados
Linha de base: 4
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de Polos de Agricultura Irrigada Implantados.
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 10
Meta prevista para 2022: 9
Meta prevista para 2023: 11

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A implantação de Polos de Agricultura Irrigada tem como foco alavancagem da agricultura irrigada a partir de um trabalho conjunto entre as organizações dos produtores rurais irrigantes e as diversas esferas de governo, com vistas ao desenvolvimento regional. A premissa da ação é o planejamento setorial e territorial de polos de irrigação no País. Para tanto, computa-se como polos implantados aqueles com comitê gestor instalado, oficina de planejamento estratégico realizada e que estejam instituídos por meio de portaria ministerial que os delimitam. Em 2022, dois novos polos foram implantados: i) Polo de Agricultura Irrigada do Sudoeste Paulista – SP; e ii) Polo de Agricultura Irrigada Araguaia-Xingu – MT, atingindo, portanto, a meta estabelecida de 9 polos até o final de 2022, conforme a seguir: - Polo de Irrigação do Oeste da Bahia - BA; - Polo de Irrigação do Vale do Araguaia – GO; - Polo de Irrigação do Planalto Central – GO; - Polo de Irrigação do Sul do Mato Grosso – MT; - Polo de Agricultura Irrigada Araguaia-Xingu – MT; - Polo de Irrigação da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria – RS; - Polo de Irrigação do Noroeste do Rio Grande do Sul – RS; - Polo de Irrigação do Noroeste de Minas - MG; e - Polo de Agricultura Irrigada do Sudoeste Paulista.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Falta de estrutura organizacional satisfatória no MDR para conduzir esse processo e avançar na implantação dos demais polos.
Providências implementadas para a superação da restrição: No ano de 2022, por recomendação do Acórdão 1.345/2022 - TCU, foi tratado com a área de planejamento do MDR as ações inerentes à política nacional de irrigação que são atribuídas ao ministério. Nesse sentido, foi sinalizado a necessidade de uma estrutura organizacional mais robusta.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3	4	4	5	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região	2	2	1	2	1	31/12/2022	Não informado	Não

Nordeste								informado
Região Sudeste	0	2	2	2	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	2	2	2	2	2	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0088 - Estruturas urbanas implantadas nos territórios, cidades e regiões.

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 125
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade dos Empreendimentos de Desenvolvimento Urbano concluídos.
Meta prevista para 2020: 135
Meta prevista para 2021: 135
Meta prevista para 2022: 504
Meta prevista para 2023: 758

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 512
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O referido resultado intermediário mensura a conclusão de empreendimentos de desenvolvimento urbano resultantes de intervenções estruturantes, na forma de projetos integrados, que promovam a melhoria de um perímetro urbano. Esses empreendimentos fazem parte do objetivo de fomentar transformações urbanísticas estruturais sustentáveis com foco em acessibilidade, orientadas para o cumprimento da função social da cidade. Com tal intenção, até 2022 foram concluídos 512 empreendimentos que compreendem, dentre outros objetos, a construção de praças, parques e calçadões, superando a meta estabelecida a nível nacional. Cumpre informar que as regiões Nordeste e Sudeste continuam as mais beneficiadas com a conclusão dos empreendimentos e que a meta prevista para a região Norte não foi atingida, finalizando-se o exercício com 79% de alcance devido a atrasos na execução de empreendimentos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	19	19	67	93	70	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	38	38	144	236	149	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	3	3	19	27	15	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	56	56	214	308	214	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	19	19	60	94	64	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0301 - Sistemas implantados de reuso das águas residuárias para irrigação.

Informações básicas

Unidade de medida: Sistemas implantados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Quantidade de sistemas de reuso das águas residuárias para irrigação implantados.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 20
Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 11
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A agricultura irrigada possui grande capacidade de alterar positivamente a dinâmica econômica e social local e regional. Uma iniciativa importante no âmbito da agricultura irrigada é a implantação de sistemas de reuso das águas residuárias para irrigação. Sob esse prisma, para 2022 foi estabelecido, de forma cumulativa, a implantação de 20 sistemas na região Nordeste. Desses, 11 foram implantados, a saber: - 1 em Guanambi/BA; - 1 em Nossa Senhora das Dores/SE; - 1 em Parnamirim/PE; - 4 em Alexandria/RN; - 2 em Inhapi/AL; - 1 em Pesqueira/PE; e - 1 em Sanharó/PE. A meta prevista não foi alcançada em decorrência da necessidade de se refazer a seleção das famílias e locais que seriam atendidos no Projeto de Tratamento de Esgoto e Reuso de Águas para Produção Agrícola, bem como atraso na compra e no recebimento dos materiais a serem utilizados na implantação das unidades.
Restrições: Falhas de implementação

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: A meta prevista não foi alcançada em decorrência da necessidade de se refazer a seleção das famílias e locais que seriam

atendidos no Projeto de Tratamento de Esgoto e Reuso de Águas para Produção Agrícola, bem como atraso na compra e no recebimento dos materiais a serem utilizados na implantação das unidades.
Providências implementadas para a superação da restrição: O Instituto Nacional do Semiárido - INSA adotou providências para superar os atrasos do processo e avançar nas implantações das unidades, as quais estão sendo implantadas a partir do mês de janeiro de 2023.

Notas do usuário: Informação apresentada pela SNSH - Irrigação.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	3	20	25	11	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0302 - Capacitação continuada para o fortalecimento do desenvolvimento regional e urbano.

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas certificadas
Linha de base: 10.020
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Quantidade de pessoas certificadas
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 6.714
Meta prevista para 2023: 7.213

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.011
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Esse resultado intermediário tem como indicador a quantidade de pessoas certificadas no âmbito do Programa de Fortalecimento das Capacidades Governativas dos Entes Subnacionais que tem por finalidade mobilizar políticas, ações, instrumentos e parcerias para criar um ambiente colaborativo voltado à ampliação das capacidades de gestão e da sustentabilidade institucional dos entes federados. A meta prevista para 2022 era a certificação de 6.714 pessoas. Porém, a meta não foi alcançada. Fatores que influenciaram para o não atingimento da meta estão relacionados ao período eleitoral que inviabilizou a abertura de novas turmas, bem como entrave de cunho orçamentário que impediu a migração da operacionalização dos cursos para a Escola Virtual de Governo - EV.G da Enap. Importante esclarecer que, na revisão do PPA ocorrida em 2022, a unidade de medida foi alterada de pessoas capacitadas para pessoas certificadas e a meta deixou de ser cumulativa.

Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A meta prevista para 2022 era a certificação de 6.714 pessoas, porém ela não foi alcançada em razão do período eleitoral que inviabilizou a abertura de novas turmas, bem como entrave de cunho orçamentário que impediu a migração da operacionalização dos cursos para a Escola Virtual de Governo - EV.G da Enap.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não houve providências, pois tinha que obedecer ao prazo legal que impediu a abertura de novas turmas.

Notas do usuário: No exercício de 2022, 27 pessoas foram capacitadas e certificadas mas não informaram sua origem, não permitindo, assim, sua regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	755	1.510	516	568	92	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	1.782	3.564	1.209	1.330	211	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	512	1.024	466	513	107	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3.832	7.664	2.444	2.668	392	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	639	1.278	1.317	1.449	182	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0371 - Aplicação dos recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento nas tipologias prioritárias da PNDR

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 59,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Índice de Contratações nas tipologias prioritárias da PNDR com recursos dos FCFs
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0

Meta prevista para 2022: 60
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 72,7
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado Intermediário visa aferir em que medida o valor contratado pelos Fundos Constitucionais está adequado às tipologias prioritárias da PNDR (municípios de baixa e média renda, independente do dinamismo) com meta prevista para 2022 de 60% do total contratado pelos Fundos. Essas metas são previstas levando em conta as metas de desempenho estabelecidas pelos Conselhos Deliberativos das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), do Nordeste (Sudene) e do Centro-Oeste (Sudeco), aos Bancos Administradores dos Fundos, quando das aprovações das programações dos Fundos Constitucionais de Financiamento (FNO, FNE e FCO) referentes ao exercício de 2022. Assim sendo, no exercício de 2022, os Fundos Constitucionais de Financiamento contrataram aproximadamente R$ 54,278 bilhões, sendo R$ 39,470 bilhões nos municípios de baixa e média renda (tipologias consideradas prioritárias), o que representa 72,7% do total contratado pelos Fundos. Dentre os Fundos Constitucionais, observa-se que apenas o FCO, que contratou cerca de R$ 10,157 bilhões, sendo R$ 4,326 bilhões (42,6% nas regiões prioritárias), encontra-se abaixo da meta prevista. Tal desempenho pode ser influenciado pelo fato de a Região Centro-Oeste não possuir municípios de baixa renda.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	42,4	51	51	42,6	31/12/2022	No exercício de 2022, o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) aplicou R$ 10.1 bilhões em 24.567 operações de financiamento. Dos recursos aplicados pelo FCO, R$ 4,3 bilhões, (42,6%) foram aplicados em tipologias prioritárias da PNDR (baixa e média renda em todos os seus dinamismos).	Pode se destacar que o valor previsto para aplicação prioritária de acordo com a tipologia da PNDR, que era de 51%, não foi atingida pelo FCO no exercício, no entanto, tal fato pode ser em parte justificado pelo fato de a região não ter na classificação da tipologia municípios classificados como de baixa renda, com todos os seus dinamismos.
Região Nordeste	-	84,8	70	70	82,6	31/12/2022	No exercício de 2022, o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) aplicou R$ 32,2 bilhões em 695.711 operações de financiamento. Do total de	Pode se destacar que o valor previsto para aplicação prioritária de acordo com a tipologia da PNDR, que era de 70%, foi plenamente atingido pelo FNE no exercício, tendo superado a meta e

							recursos aplicados pelo FNE, R$ 26,6 bilhões foram aplicados em tipologias prioritárias da PNDR (baixa e média renda em todos os seus dinamismos).	tendo sido destinado para os setores prioritários da PNDR 82,6% dos recursos aplicados pelo FNE.
Região Norte	-	68,6	65	65	71,6	31/12/2022	No exercício de 2022, o Fundo Constitucional do Norte (FNO) aplicou R$ 11,8 bilhões em 35.531 operações de financiamento. Do total de recursos aplicados pelo FNO, R$ 8,5 bilhões foram aplicados em tipologias prioritárias da PNDR (baixa e média renda em todos os seus dinamismos).	Pode se destacar que o valor previsto para aplicação prioritária de acordo com a tipologia da PNDR, que era de 65%, foi atingido pelo FNO no exercício, tendo superado a meta e tendo sido destinado para os setores prioritários da PNDR 71,6% dos recursos aplicados pelo Fundo.

Resultado Intermediário: 0392 - Emancipação de Projetos Públicos de Irrigação

Informações básicas

Unidade de medida: Projetos públicos emancipados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de Projetos Públicos de Irrigação Emancipados
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Trata-se de Resultado Intermediário inserido no PPA quando da revisão ocorrida em 2022. A emancipação é a etapa em que a Organização de Agricultores Irrigantes que administra um Projeto Público de Irrigação (PPI) atinge autossustentação econômica das atividades de administração, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação de uso comum e de apoio à produção, caracterizando a transferência definitiva da gestão, quando se inicia o processo de transferência da propriedade da referida infraestrutura. Para 2022, não foi estabelecida meta para o referido resultado intermediário. Porém, cumpre informar que iniciativas de normatização e diretrizes do processo de transferência da gestão dos Projetos Públicos de Irrigação foram iniciadas mediante a contratação de consultoria especializada.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Recursos escassos frente às necessidades para recuperação das infraestruturas de uso comum, regularização fundiária e ambiental dos PPIs. Outrossim, os recursos orçamentários não foram suficientes para executar assistência técnica para avançar na busca da sustentabilidade dos projetos e culminando com a sua emancipação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem os recursos orçamentários necessários, as ações relevantes para alcançar a sustentabilidade econômica não foram executadas e, assim, com exceção de poucos projetos que produzem produtos que são exportados, os projetos públicos não chegaram na maturação necessária para serem emancipados. Necessidade de R$ 100.000.000,00 anuais.

Notas do usuário: Informação apresentada pela SNSH - Irrigação.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	0	0	1	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	0	0	0	1	0	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2218 - GESTÃO DE RISCOS E DE DESASTRES

Objetivo: 1201 - Investir na Compreensão e Redução do Risco, Ampliar a Preparação e Reduzir os Efeitos dos Desastres.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Brasil como maior país da América do Sul e com a sexta maior população do mundo não está livre da ocorrência de desastres. Nesse sentido, o Governo Federal atua nas duas grandes frentes da política pública de proteção e defesa civil: i) gestão de riscos de desastres, abrangendo ações de prevenção, mitigação e preparação frente aos riscos de desastres; e ii) gestão de desastres, com ações voltadas para resposta e reconstrução de áreas atingidas por desastres. O objetivo do Programa de investir na compreensão e redução do risco, ampliar a preparação e reduzir os efeitos dos desastres, pauta em um conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, além de resposta e reconstrução em caso de ocorrência de desastres. Objetivando a promoção da melhoria da preparação de estados e municípios frente aos riscos e para o enfrentamento aos desastres, o Governo Federal investiu em um Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil e em regulamentações específicas de gestão de riscos. Como resultado do Plano de Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil 2019-2023, atualizado em 2022, foram disponibilizados 35 cursos na Escola Virtual de Governo (EV.G) da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Os cursos disponibilizados resultaram em 2.529 entes capacitados em proteção e defesa civil. Quanto à regulamentação específica, em 2022 foi publicado o Decreto nº 11.219 que trata da transferência de recursos da União para ações de defesa civil. No que diz respeito à gestão de riscos de desastres, houve

o lançamento de serviço inédito no mundo de envio de alertas de desastres pelo Whatsapp, o que amplia o número de plataformas que informam a população sobre o risco de ocorrências em todo país, que até então eram Telegram, SMS, TV por assinatura e o Google Alertas. Tem-se, ainda, a conclusão de 92 empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas e do subprojeto de levantamento de campo, ensaios de campo e de laboratório na localidade onde serão implantadas obras de retenção de fluxos de detritos no município de Nova Friburgo. Por fim, cumpre destacar, na área de gestão de desastres, que o Governo Federal vem desenvolvendo protótipo e modelo de implantação de moradia para situações pós desastres, via acordo básico de assistência técnica com a Organização das Nações Unidas. O objetivo é promover no futuro uma rápida assistência às vítimas de desastres que ficarem desabrigadas, com a construção de moradia pré-fabricada em tempo recorde de um dia.

Meta: 050L - Ampliar de 2,68 para 3,48 a capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: nota
Linha de base: 2,68
Data de referência da linha de base: 31/05/2019
Meta prevista para 2020: 2,95
Meta prevista para 2021: 3,13
Meta prevista para 2022: 3,46
Meta prevista para 2023: 3,48

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 3,64
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	2	2,43	1,84	1,86	2,03	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	2,49	2,6	2,89	2,9	3,05	31/12/2022	Não informado
Região Norte	2,87	3,32	2,97	2,98	3,15	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	3,07	3,19	3,94	3,95	4,17	31/12/2022	Não informado
Região Sul	3,86	4,03	4,48	4,5	4,59	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8737 - Capacidade dos municípios na atuação da gestão de riscos e de desastres

Informações básicas

Unidade de medida: nota
Valor de referência: 2,68
Data de Apuração: 31/05/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 3,64
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0093 - Empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de empreendimentos de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas concluídos.
Meta prevista para 2020: 10
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 88
Meta prevista para 2023: 108

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 92
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar do cenário de restrição orçamentária e de desaquecimento da economia, a meta estipulada foi alcançada, representando investimentos concluídos na ordem de R$ 388,2 milhões.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	8	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	16	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	6	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	46	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	16	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0095 - Capacitação Continuada em Proteção e Defesa Civil.

Informações básicas

Unidade de medida: Ente capacitado
Linha de base: 166
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de entes capacitados em Defesa Civil.
Meta prevista para 2020: 430
Meta prevista para 2021: 690
Meta prevista para 2022: 2.312
Meta prevista para 2023: 2.860

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.529
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No exercício de 2022, 35 cursos relacionados à temática proteção e defesa civil foram disponibilizados na Escola Virtual de Governo (EV.G) da Enap resultando, até 2022, em 2.529 entes capacitados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	30	64	138	187	180	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	120	140	574	685	697	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	49	68	175	224	218	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	140	253	927	1.129	943	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	91	165	498	635	491	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0372 - Desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Subprojetos para o desenvolvimento de metodologia para execução de projetos de engenharia e obras de retenção de fluxo de detritos.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 2
Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta prevista para 2022 compreendia a conclusão de dois subprojetos: i)

Levantamento de campo, ensaios de campo e de laboratório na localidade onde serão implantadas obras de retenção de fluxos de detritos no município de Nova Friburgo; e ii) Levantamento de campo, ensaios de campo e de laboratório na localidade onde serão implantadas obras de retenção de fluxos de detritos no município de Teresópolis, cada uma com várias etapas. Em 2022, o subprojeto em Nova Friburgo foi concluído e o de Teresópolis foi iniciado e a conclusão postergada para definição do eixo em que será implantada a barreira Sabo. Estudos estão em andamento.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A escassez orçamentária afeta diretamente a execução das obras, visto que impossibilita a Emissão de AIO e Homologação de SPA de novas Etapas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Apesar dos esforços de todas as unidades envolvidas, não foi possível superar a restrição.

Notas do usuário: A unidade de medida deverá ser alterada para "Subprojetos concluídos" e será objeto de revisão em março de 2023.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	-	2	4	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

---

PROGRAMA: 2219 - MOBILIDADE URBANA

Objetivo: 1196 - Aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A política nacional de mobilidade urbana tem por objetivo contribuir para o acesso universal à cidade com a integração dos diferentes modos de transporte, a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas. Já o objetivo do Programa é aprimorar o planejamento, a gestão e a infraestrutura de mobilidade urbana em cidades e regiões. Para tanto, o Governo Federal concentra sua atuação em dois eixos: i) ampliar a oferta de infraestrutura e serviços de mobilidade urbana; e ii) aprimorar o planejamento e a gestão, tanto na escala intramunicipal (cidades) quanto na escala intermunicipal (regiões). Assim, com as ações de mobilidade urbana desenvolvidas, no período de 2020 a 2022, 9.348 empreendimentos de mobilidade foram concluídos, sendo: 452 empreendimentos de transporte coletivo urbano e 8.896 empreendimentos em transporte não motorizado e qualificação viária. Do total, somente em 2022, 3.079 foram concluídos. Porém, a meta prevista não foi alcançada em decorrência de atraso na execução de alguns instrumentos. Além da conclusão de empreendimentos, foram realizados avanços na política de mobilidade urbana com o lançamento, em 2021, do Sistema Nacional de Informações em Mobilidade Urbana (SIMU), portal de visualização de dados na área de mobilidade urbana, que permite tabulações on-line de dados, geração de planilha, gráficos e mapas com rapidez e objetividade. Em

2022, destaca-se o Projeto de Transição para a Eletromobilidade nas Cidades Brasileiras iniciado para a elaboração de projetos de pesquisa e desenvolvimento em mobilidade urbana sustentável com temas como: estudos sobre ônibus elétricos, metodologia para implementação da eletromobilidade, orientações e procedimentos para financiamento e estruturação de projetos pilotos. Quanto à adoção de Planos de Mobilidade Urbana pelos municípios, verificou-se evolução de 15% para 16,95% de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado dentre aqueles considerados obrigatórios pela Lei n. 12.587, de 2012, se comparado a 2020. A meta para 2022 não foi alcançada já que em abril de 2022 venceu o prazo para os municípios com mais de 250 mil habitantes elaborarem e aprovarem os Planos de Mobilidade Urbana (§ 4º, art. 24, Lei 12.587/2012) e, apenas, 78% destes concluíram a elaboração do plano. Por fim, cabe destacar o envio para consulta pública da minuta do Projeto de Lei do Marco Legal do Transporte Público Coletivo, que contou com a participação da sociedade e principais stakeholders do setor. A aprovação do projeto, nos próximos anos, trará melhorias para o ambiente regulatório do setor e para a estruturação de políticas públicas, de fomento e fortalecimento, dos sistemas de transporte público coletivo locais, com melhoria de qualidade para usuário e maior segurança jurídica para as empresas operadoras.

Meta: 050H - Concluir 13.216 empreendimentos de mobilidade urbana.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 152
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 29,4
Meta prevista para 2021: 295
Meta prevista para 2022: 9.614
Meta prevista para 2023: 13.216

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 9.348
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A as restrições orçamentárias têm um efeito direto sobre o progresso dos empreendimentos, uma vez que impedem a continuidade dos empreendimentos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em relação à questão orçamentária, os recursos que solicitamos foram contingenciados.
Valor da insuficiência de recursos: 750.000.000

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A diminuição da equipe também é um fator que prejudica significativamente o desempenho das atividades.
Providências implementadas para a superação da restrição: Para abordar a falta de pessoal, são realizados processos seletivos regulares para preencher as

vagas abertas, mas atualmente não há candidatos interessados.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	14	28	847	1.164	809	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	19	37	2.670	3.723	2.690	31/12/2022	Não informado
Região Norte	10	21	322	423	352	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	39	76	3.412	4.679	3.290	31/12/2022	Não informado
Região Sul	70	133	2.363	3.227	2.207	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8736 - Quantidade de empreendimentos de mobilidade urbana concluídos

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 152
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 9.348
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0089 - Empreendimentos de transporte coletivo urbano.

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de empreendimentos de transporte coletivo urbano concluídos.
Meta prevista para 2020: 42
Meta prevista para 2021: 52
Meta prevista para 2022: 396
Meta prevista para 2023: 547

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 452
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de 2020 a 2022, 452 empreendimentos de transporte coletivo urbano foram concluídos sendo: i) 410 com recursos do Orçamento-Geral da União e ii) 42 com recursos do FGTS. Observa-se que a meta prevista foi superada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	2	34	47	25	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	15	52	74	64	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	0	4	10	15	11	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	19	146	201	187	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	0	12	154	210	165	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0090 - Empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 0

Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária concluídos.
Meta prevista para 2020: 182
Meta prevista para 2021: 243
Meta prevista para 2022: 9.218
Meta prevista para 2023: 12.669

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.896
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de 2020 a 2022, 8.896 empreendimentos de transporte não-motorizado e qualificação viária foram concluídos sendo: i) 8.646 com recursos do Orçamento-Geral da União e ii) 250 com recursos do FGTS. A meta prevista para 2022 não foi alcançada em decorrência de ser o primeiro ano após a implantação de nova metodologia, pela Comissão Técnica do Comitê de Governança Digital, que adota um conjunto de datas referenciais de acordo com o tipo de instrumento e propicia padronização na análise dos dados.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A as restrições orçamentárias têm um efeito direto sobre o progresso dos empreendimentos, uma vez que impedem a continuidade dos empreendimentos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em relação à questão orçamentária, os recursos que solicitamos foram contingenciados.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A diminuição da equipe também é um fator que prejudica significativamente o desempenho das atividades.
Providências implementadas para a superação da restrição: Para abordar a falta de pessoal, são realizados processos seletivos regulares para preencher as vagas abertas, mas atualmente não há candidatos interessados.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	26	813	1.117	784	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	22	2.618	3.649	2.626	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	0	17	312	408	341	31/12/2022	Não informado	Não informado

Região Sudeste	0	57	3.266	4.478	3.103	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	0	121	2.209	3.017	2.042	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0306 - Planos Municipais de Mobilidade Urbana.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 15
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 18
Meta prevista para 2022: 22
Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16,95
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em abril de 2022, venceu o prazo para elaboração dos plano de mobilidade urbana por parte dos municípios com mais de 250 mil habitantes. Este grupo contém 116 municípios e foi o maior responsável pelo aumento do indicador no ano. Ao final de 2021, eram pouco mais de 50 com plano elaborado. Já no final de 2022, esse número chegou a cerca de 80 (ou 78% entre os municípios com mais de 250 mil habitantes). No total de municípios obrigados, esse valor era pouco acima de 310 no final de 2021, e chegou a mais de 340 no final de 2022. Apesar do não atingimento da meta, verificou-se a evolução de 15% para 16,95% de municípios com Plano Mobilidade Urbana elaborando dentre aqueles considerados obrigatórios pela Lei nº 12.587, de 2012, se comparado a 2020.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O recorte territorial legal para os Planos de Mobilidade é definido por porte de município, conforme art. 24 da Lei nº 12.587, de 2012. A atuação do MDR obedece a tais critérios, com ações discriminadas por porte (abaixo e acima de 250 mil). Nesse sentido, entende-se que a regionalização dos resultados por macrorregião não tem aderência à realidade de implementação da ação do MDR em relação aos planos de mobilidade (assistência técnica, capacitação, sistema eletrônico de apoio à elaboração apoio financeiro, com recursos do FGTS e do OGU – emendas parlamentares).
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A elaboração dos planos não é obrigatória e depende da iniciativa das prefeituras.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana disponibiliza aos municípios com até 100 mil habitantes um sistema de apoio à elaboração dos planos (https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/mobilidade-e-servicos-urbanos/sistema-de-apoio-a-elaboracao-de-planos-de-mobilidade-urbana-1), além de material de apoio.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 2220 - MORADIA DIGNA

Objetivo: 1202 - Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O acesso à moradia, direito social assegurado pela Constituição Federal de 1988, é um fator essencial para a qualidade de vida das pessoas. Contudo, a complexidade da questão habitacional e o déficit e a inadequação habitacionais acumulados ao longo de décadas, juntamente com a demanda habitacional futura, representam um enorme desafio para a política habitacional. Para fazer valer esse direito e buscando enfrentar o passivo existente, o Programa Moradia Digna atua na ampliação da provisão habitacional para famílias de baixa renda e para melhoria das condições de habitabilidade em assentamentos precários. Promover o acesso e a melhoria das condições de moradia de famílias de baixa renda é o objetivo do Programa com meta de beneficiar 2.174.117 famílias até 2023. Apesar do aumento dos custos de produção, do contexto de restrições fiscais e falta de orçamento para novas contratações de operações subsidiadas, da situação das carteiras antigas com obras paralisadas ou com revisão de metas, em 2022 deu-se continuidade a uma série de medidas visando facilitar o acesso das famílias de baixa renda ao financiamento habitacional e a manter a atratividade para o mercado da construção civil, bem como aos esforços para garantir a continuidade das obras em andamento e a retomada de obras paralisadas, seja de provisão habitacional ou de urbanização. Tais medias resultaram em um bom desempenho do Programa, atingindo 90% da meta do objetivo, assim, o quantitativo de famílias beneficiadas até 2022 foi de 1.344.848. Desse total, 1.228.979 famílias foram beneficiadas com provisão de moradia digna e 115.869 com melhoria nas condições de habitabilidade e de segurança da posse. Num esforço de seguir avançando na qualificação da produção subsidiada, apesar da falta de recursos, foi lançado edital de chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de habitação de interesse social. Buscando avançar em novas linhas de atendimento, o Programa de Regularização Fundiária selecionou, em 2022, 245 núcleos informais para a execução de obras e serviços destinados à regularização fundiária de núcleos urbanos informais e melhorias habitacionais, que quando contratadas, beneficiarão aproximadamente 100 mil famílias. Também foram contratados, em parceria com o FEP - Fundo de Apoio à Estruturação e ao Desenvolvimento de Projetos de Concessão e PPP, dois projetos para a estruturação de pilotos de PPPs de Locação Social no PPI.

Meta: 050K - Beneficiar 2.174.117 famílias com a ampliação do acesso a moradia e a melhoria das condições de habitabilidade.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Família beneficiada
Linha de base: 345.000

Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 345.000
Meta prevista para 2021: 690.000
Meta prevista para 2022: 1.502.219
Meta prevista para 2023: 2.174.117

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.344.848
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Falhas de Articulação institucional

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: As restrições orçamentárias no ano de 2022 inviabilizaram novas contratações nas linhas de atendimento habitacional subsidiadas destinadas ao Grupo 1. Assim, durante o exercício a provisão habitacional se deu quase que exclusivamente por meio das linhas de financiamento com recursos do FGTS. Da mesma forma, não houve novas seleções e contratações de obras de urbanização de assentamentos precários. Assim, não houve renovação da carteira de urbanização, a não ser por pouquíssimos contratos oriundos de Emenda Parlamentar e Pro-Moradia.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram adotadas medidas de estímulo à oferta e à demanda, com vistas a melhorar as condições de acesso ao financiamento habitacional pelas famílias de baixa renda, em especial com renda até R$ 2.000,00, tais como: i) aumento do limite de renda das famílias, onde o Grupo 1 passou de R$ 2 mil para R$ 2,4 mil, o Grupo 2 de R$ 4 mil para R$ 4,4 mil e o Grupo 3, de R$ 7 mil para R$ 8 mil; ii) incremento do montante de Desconto Complemento concedido; e iii) ampliação do prazo máximo de amortização, que passou de 30 para 35 anos; iv) normatização da possibilidade de utilização do recolhimento mensal de FGTS para apurar capacidade de pagamento; e v) redução temporária da taxa de juros do Grupo 3 e do programa Pró-Cotista. Em relação à produção subsidiada foram empreendidos esforços para continuidade das obras em andamento e para retomada das obras paralisadas, que irão refletir na progressão das entregas de unidades habitacionais subsidiadas e mais famílias beneficiadas. Dentre os esforços para continuidade das obras em andamento e para retomada das obras paralisadas, destacamos a publicação da Portaria nº 2.688/2022, que possibilita o aporte de recursos adicionais aos empreendimentos, sem que o custo de itens de obra involuídos integre o valor máximo da unidade habitacional, e ainda admite a desimobilização do empreendimento, nos casos de inviabilidade de sua conclusão dentro do Programa. Também foram regulamentados requisitos e seguros obrigatórios. Como resultado, 11.075 UH foram retomadas e R$ 28,8 milhões autorizados de aporte adicional/suplementação, outras 40.617 UH receberam suplementação em função do reconhecimento da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) como fato superveniente apto a amparar a suplementação de recursos. Num esforço de seguir avançando na qualificação da produção subsidiada, apesar da falta de recursos, foi lançado edital de chamamento de propostas de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de habitação de interesse social no âmbito do Programa Casa Verde e Amarela (Anexo III da Portaria MDR nº 532, de 2022), e autorizada a contratação de empreendimentos ganhadores do Concurso Habitação de Interesse Sustentável (HIS), cujos terrenos foram selecionados na forma do Edital de Chamamento nº 1, de 30 de junho de 2021, realizado em parceria com a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC). Ao todo, a iniciativa para contratação de empreendimentos habitacionais destinados à implementação de protótipos de HIS totaliza 20 empreendimentos, que somam 2.993 unidades habitacionais que ainda aguardam contratação.
Valor da insuficiência de recursos: -

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Ao longo do exercício de 2022 experimentamos dificuldades com a CAIXA, operadora dos programas habitacionais sob gestão da Secretaria Nacional de Habitação. No Pro-moradia a CAIXA interrompeu unilateralmente a validação e contratação das propostas, o que inviabilizou a realização de seleção do Pro-moradia em 2022. Também não houve contratação das operações do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, em

decorrência do atraso na regulamentação pelo Agente Operador Caixa, e posteriormente pela dificuldade da Caixa em realizar o enquadramento das famílias beneficiárias para fins de assinatura dos contratos.
Providências implementadas para a superação da restrição: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	156.897	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	297.540	31/12/2022	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	55.962	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	616.803	31/12/2022	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	217.646	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8752 - Quantidade de famílias beneficiadas com a ampliação do acesso à moradia digna e melhoria das condições habitacionais

Informações básicas

Unidade de medida: família
Valor de referência: 345.000
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.344.848
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0114 - Famílias beneficiadas com a provisão de moradia digna.

Informações básicas

Unidade de medida: família beneficiada
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de famílias beneficiadas com a produção e/ou aquisição de unidades habitacionais financiadas e subsidiadas .
Meta prevista para 2020: 325.000
Meta prevista para 2021: 650.000
Meta prevista para 2022: 1.356.203
Meta prevista para 2023: 1.939.297

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.228.979
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta cumulativa prevista para o período de 2020 a 2022 contemplava a entrega de 1.356.203 mil unidades habitacionais, tendo sido efetivamente entregues ao final do exercício 1.228.979 mil unidades no período, correspondendo a 91% da meta. Somente em 2022 foram entregues 397.888 unidades habitacionais.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O não atingimento da meta pode ser explicado pela queda do ritmo de contratação de operações de produção e aquisição financiada com recursos do FGTS e em função das restrições orçamentárias que impossibilitaram a abertura de um amplo processo seletivo para novas contratações, sendo o orçamento disponibilizado em 2022 suficiente apenas para a continuidade e retomada de unidades já contratadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em relação à provisão financiada, foram adotadas medidas de estímulo à oferta e à demanda, com vistas a melhorar as condições de acesso ao financiamento habitacional pelas famílias de baixa renda, em especial com renda até R$ 2.000,00, que foram detalhadas na meta do Objetivo. Em relação à provisão subsidiada foram empreendidos esforços para continuidade das obras em andamento e para retomada das obras paralisadas, que irão refletir na progressão das entregas de unidades habitacionais subsidiadas e mais famílias beneficiadas, também detalhadas na meta do Objetivo. Em relação à urbanização, se buscou formas e fontes de recursos alternativos para atender assentamentos precários e irregulares, tendo sido criado o Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, que no ano de 2022 selecionou 245 núcleos informais para a execução de obras e serviços destinados à regularização fundiária e melhorias habitacionais. A previsão era de que as operações fossem contratadas ainda no exercício, beneficiando aproximadamente 100 mil famílias.

Notas do usuário: Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista retificação de bases de dados pelo Agente Operador CAIXA: - 2020 (de: 430.813 para: 433.141) - 2021 (de: 829.323 para: 831.091) Informações da SNH (vide anexo).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	-	-	-	-	134.218	31/12/2022	Não informado	Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista a retificação de bases de dados pelo Agente Operador (Caixa Econômica Federal): 2020 - 49.491 famílias beneficiadas; 2021 - 42.724; e 2022 - 42.003, totalizando, de forma cumulativa, 134.218 famílias beneficiadas.
Região Nordeste	-	-	-	-	256.800	31/12/2022	Não informado	Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista a retificação de bases de dados pelo Agente Operador (Caixa Econômica Federal): 2020 - 87.586; 2021 - 84.015; e 2022 - 85.199, totalizando, de forma cumulativa, 256.800 famílias beneficiadas.
Região Norte	-	-	-	-	45.025	31/12/2022	Não informado	Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista a retificação de bases de dados pelo Agente Operador (Caixa Econômica Federal): 2020 - 17.381; 2021 - 13.243; e 2022 - 14.401, totalizando, de forma cumulativa, 45.025 famílias beneficiadas.
Região Sudeste	-	-	-	-	588.211	31/12/2022	Não informado	Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista a retificação de bases de dados pelo Agente Operador (Caixa Econômica Federal): 2020 - 204.064; 2021 - 194.183; e 2022 -189.964, totalizando, de forma cumulativa, 588.211 famílias beneficiadas.
Região Sul	-	-	-	-	204.725	31/12/2022	Não informado	Os resultados aqui apresentados consideram ajustes nos resultados dos anos de 2020 e 2021 tendo em vista a retificação de bases de dados pelo Agente Operador (Caixa Econômica Federal): 2020 - 74.619; 2021 - 63.785; e 2022 - 66.321, totalizando, de forma cumulativa, 204.725 famílias beneficiadas.

Resultado Intermediário: 0115 - Famílias beneficiadas com a melhoria das condições de habitabilidade e de segurança da posse

Informações básicas

Unidade de medida: família beneficiada
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de famílias beneficiadas por intervenções de urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária e melhoria habitacional
Meta prevista para 2020: 20.000

Meta prevista para 2021: 40.000
Meta prevista para 2022: 146.016
Meta prevista para 2023: 234.820

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 115.869
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta prevista para 2022 contemplava 146.016 mil famílias beneficiadas por intervenções de urbanização de assentamentos precários, regularização fundiária e melhoria habitacional, tendo sido efetivamente beneficiadas ao final do exercício 115.869 mil, correspondendo a 79% da meta.
Restrições: Falhas de implementação

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: O não cumprimento da meta pode ser explicado, em grande medida, pela impossibilidade de contratação das operações do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, em decorrência do atraso na regulamentação pelo Agente Operador Caixa, posteriormente pela ausência de Agentes Financeiros interessados e com capacidade para se habilitar em todas as UFs e, por fim, pela dificuldade da Caixa em realizar o enquadramento das famílias beneficiárias para fins de assinatura dos contratos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foram realizadas uma série de tratativas com vistas a contornar ou sanar os problemas apresentados pelo Agente Operador Caixa. Também foram realizadas interlocuções junto a agentes financeiros que operam ações de financiamento habitacional ou microcrédito, com vistas a incentivar a habilitação de agentes financeiros em todas as unidades da federação. Por fim, foram realizadas tratativas junto à CAIXA, IPEA, Ministério do Trabalho e DATAPREV com vistas a solucionar os problemas de enquadramento das famílias.

Notas do usuário: Informações da SNH, regionalização (vide anexo).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	22.679	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	40.740	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	10.937	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	28.592	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	12.921	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2221 - RECURSOS HÍDRICOS

Objetivo: 1174 - Ampliar a Segurança Hídrica.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A segurança hídrica é uma das pautas prioritárias do Governo Federal, com investimentos em ações estruturantes e estruturais, para garantir a disponibilidade de água em qualidade e quantidade suficiente para o atendimento das necessidades humanas e ecossistêmicas. Essas ações englobam desde a gestão de recursos hídricos, investimento para ampliação da oferta de água para o abastecimento humano e para o uso em atividades produtivas, a elaboração de estudos e projetos, a revitalização de bacias hidrográficas, e a execução e recuperação de obras para amortecimento de cheias e inundações e para contenção de erosões marinhas e fluviais. O Programa tem como objetivo ampliar a segurança hídrica, condição que está relacionada à disponibilidade de água, em quantidade e qualidade suficientes, para o atendimento às necessidades humanas, à prática das atividades econômicas e à conservação dos ecossistemas, acompanhada de um nível aceitável de risco relacionado a secas e cheias. Dentro da meta de ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo, até 2023, a previsão era beneficiar 122 municípios da região nordeste até 2022. Em 2022, 14 municípios forma contemplados com investimentos de ampliação de oferta hídrica. Assim, ao longo do período de 2020 a 2022, 75 municípios foram beneficiados. O Projeto de Integração do Rio São Francisco é a maior obra de infraestrutura hídrica do País. Com 477 quilômetros de extensão em dois eixos (Leste e Norte), o empreendimento tem o objetivo de garantir a segurança hídrica de 12 milhões de pessoas em 390 municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, onde a estiagem é frequente. Em 2021, esses dois subprojetos foram concluídos, tendo em vista a antecipação da entrega de águas ao Ceará e a entrega de água à Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, para benefício da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Em 2022, teve-se a conclusão da Implementação do Ramal do Agreste Pernambucano permitindo a condução de águas do São Francisco para o Estado de Pernambuco, com bombeamento até o Reservatório de Ipojuca. Outras obras hídricas estruturantes tiveram avanços na execução, com destaque para: i) Implantação da Barragem da Arvorezinha: formalização de novo Plano de Trabalho contemplando o término da execução da barragem, Plano Básico Ambiental (PBA) e supervisão e fiscalização da obra; ii) Implantação da Barragem Jaguari: observou-se, nos últimos meses de 2022, uma retomada considerável na execução dos serviços; iii) Implantação do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho 1: Os 5 lotes tiveram algum avanço na execução física. Foi priorizado o chamado Trecho emergencial do CAC, que consiste nos primeiros 53 Km de obras (Lote 1 e partes do Lote 2 e Lote 5) que capta as vazões na Barragem Jati transpõe água para o Riacho Seco, conduzida pelo leito natural até o Rio Salgado, fluindo em sequência até o Açude Castanhão, trecho concluído em 2021; iv) Implantação do Sistema Adutor do Agreste - Fase 1: Lote 01: Captação no Reservatório de Ipojuca – Avanço físico: 75,87%. Lote 2: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Arcoverde, Alagoinha, Venturosa, Pedra e Buíque - Avanço físico: 92,11%. Lote 3: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas e Iati - Avanço físico: 89,18%. Lote 4: Adutoras para atender Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru - Avanço físico: 84,45%. Lote 5: Adutora de água tratada para São Bento do Una, Lajedo, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Bezerros e Gravatá - Avanço físico: 51,23%; v)Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de Gurinhém e Araçagi: Lote 1: Açude Acauã até Sifão Curimataú – Avanço físico: 96,8%. Lote 2: Sifão Curimataú até Açude Araçagi – Avanço físico: 84,66%; e vi) Conclusão das barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una: Aguarda-se a conclusão dos processos licitatórios de Gatos e Panelas II. Quanto à reabilitação de barragens e outras infraestruturas hídricas, até 2022 chegou-se a 66 intervenções realizadas. Somente em 2022 foram concluídas 4 (Inharé/RN e Alecrim/RN pelo Dnocs; Boacica/AL e Mirorós/BA pela Codevasf) atingindo, portanto, a meta estabelecida. No que tange à recuperação de reservatórios estratégicos para integração do rio São Francisco, até 2022 manteve-se o percentual de 34,8% dos reservatórios (8 dos 23 previstos). Porém, encontra-se em andamento a recuperação dos seguintes reservatórios estratégicos: i) São Gonçalo/PB, com 100% de execução física e em fase de recebimento definitivo quando, assim, será contabilizado; ii) Engenheiros Ávidos/PB, com

55,02% de execução física, representando um aumento de 162% em relação a 2021; iii) Camalaú - 3ª Etapa/PB, com 92% de execução física; e iv) Banabuiú/CE, com 69,24% de execução física, representando um aumento de 130,8% em relação a 2021.

Meta: 0516 - Ampliar a oferta hídrica em 132 dos 717 municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: município
Linha de base: 26
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Meta prevista para 2020: 650
Meta prevista para 2021: 37
Meta prevista para 2022: 122
Meta prevista para 2023: 132

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 75
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A dotação orçamentária destinada ao Programa, em 2022, representou apenas 21% dos recursos planejados pela Secretaria para a implementação das políticas públicas de Segurança Hídrica e de Recursos Hídricos. Essa defasagem impactou negativamente o ritmo de execução de diversas obras, prejudicou o cumprimento de compromissos assumidos e terá reflexos no cumprimento da meta para os próximos 2 anos.
Providências implementadas para a superação da restrição: A secretaria tem, por meio de Notas Técnicas, buscado apresentar a situação orçamentária e lograr mais recursos para a continuidade de suas políticas públicas.
Valor da insuficiência de recursos: 2.603.085.226

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Nordeste	0	37	122	129	72	31/12/2022	Não informado

Região Sul	0	0	0	3	3	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8680 - Quantidade de municípios com Índice de Segurança Hídrica, na dimensão humana, mínimo ou baixo beneficiados com a ampliação da oferta hídrica

Informações básicas

Unidade de medida: municípios
Valor de referência: 26
Data de Apuração: 31/12/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 75
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Investimento Plurianual: 0491 - Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional (Eixo Leste)

Informações básicas

Custo total: 4.426.364.537,08
Meta de execução física prevista até 2023: 2,52

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 44.848.683,39
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Não houve avanço físico no trecho, devido a falta de contratação das obras remanescentes do Eixo Leste; Projeto e obras para recuperação do reservatório Cacimba Nova; Recuperação estrutural dos poços de visita e da galeria do canal 2227; Recalque do forebay de jusante da EBV-2; Recuperação de junta de transição do aqueduto da BR-316; Vazamento na transição de jusante do aqueduto Jacaré; Desplacamento segmento de canal 2226. É necessária a contratação de empresa de Gerenciamento/Supervisão para levantamento dos serviços que compõem o remanescente do Eixo Leste.
Notas do usuário: A SNSH identificou que o empreendimento está desde 2020 com 97,13% de execução física. Assim, deve-se providenciar o ajuste no valor de

2020 para "zero", bem como do acumulado para 97,13%. Identificou, também, que em 2020 foi lançada a execução financeira acumulada do empreendimento como sendo o valor executado no período. Portanto, é necessário corrigir o valor de 2020 para R$ 81.772.199,65 e, consequentemente, a execução acumulada. Entende-se que tal ajuste poderá ser realizado no Siop e informado no Relatório Anual de Monitoramento do PPA 2022, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, mediante a inserção de nota retificando os dados de 2020.

Investimento Plurianual: 0492 - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – EIXO NORTE

Informações básicas

Custo total: 7.354.909.916,67
Meta de execução física prevista até 2023: 2,6

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,27
Valor da execução financeira: 277.633.073,83
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Execução das obras de implantação da infraestrutura hídrica: - Trecho I atingiu 99,61% de avanço físico; e - Trecho II atingiu 99,99% de avanço físico. As águas chegaram ao estado do RN, deixando todo o eixo Norte funcional e beneficiado pelas águas do São Francisco.
Notas do usuário: A SNSH identificou que em 2020 foi lançado o valor total gasto no empreendimento como sendo o valor executado no período. Assim, é necessário corrigir o valor de 2020 para R$ 442.056.747,55, bem como a execução acumulada. Entende-se que tal ajuste poderá ser realizado no Siop e informado no Relatório Anual de Monitoramento do PPA 2022, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, mediante a inserção de nota retificando os dados de 2020.

Investimento Plurianual: 0497 - Construção do Sistema Adutor Ramal do Agreste Pernambucano

Informações básicas

Custo total: 1.673.971.450,37
Meta de execução física prevista até 2023: 52,32

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,88
Valor da execução financeira: 92.333.794,52
Data da informação: 31/12/2022

Detalhamento da execução física: Execução das obras de implantação da infraestrutura hídrica atingiu 100% de avanço no 1º trimestre de 2022. Conclusão do comissionamento das estruturas. O Contrato foi aditado por mais 10 meses para Operação Mecânica e Civil das estruturas, com término do prazo de execução para 25/09/2023. Há necessidade de repasse ao governo do estado de PE ou contratação de nova empresa para O&M, antes de 25/09/2023.
Notas do usuário: A SNSH identificou que em 2020 foi lançado o valor total gasto no empreendimento como sendo o valor executado no período. Assim, é necessário corrigir o valor de 2020 para R$ 539.871.695,21, bem como a execução acumulada. Entende-se que tal ajuste poderá ser realizado no Siop e informado no Relatório Anual de Monitoramento do PPA 2022, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, mediante a inserção de nota retificando os dados de 2020.

Resultado Intermediário: 0116 - Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF.

Informações básicas

Unidade de medida: Subprojetos concluídos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Subprojetos do PISF concluídos.
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 3
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de 2021 a 2022, foram contabilizados como concluídos os subprojetos a seguir: i) Eixo Norte - Meta 1N - Entrega de água ao CE (2021); ii) Eixo Norte - Metas 2N e 3N - Entrega de água à Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, beneficiando os estados da Paraíba e Rio Grande do Norte (2021); e 3 - Implementação do Ramal do Agreste Pernambucano (2022).
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A necessidade de recursos para 2022 era R$ 1,9 bilhão, mas foram disponibilizados R$ 780 milhões.
Providências implementadas para a superação da restrição: SNSH promoveu ajustes nos cronogramas de licitação e contratação de projetos, o que impactará nos prazos para entrega dos empreendimentos, bem como gerar maior demanda Orçamentária para 2023 e, ainda, por meio de Notas Técnicas, tem buscado apresentar a situação orçamentária para conseguir mais recursos para a continuidade do projeto.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A falta de pessoal está impactando a capacidade de realização das licitações dos subprojetos.
Providências implementadas para a superação da restrição: SNSH tem realizado chamadas de servidores e solicitação de reforço na equipe.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	2	3	5	3	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0117 - Obras Hídricas Estruturantes.

Informações básicas

Unidade de medida: Obras concluídas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quantidade de obras hídricas estruturantes concluídas.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 5
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de 2020 a 2022, foi entregue o Canal do Sertão Alagoano até o Trecho IV. As demais obras encontram-se com os seguintes avanços: i) Implantação da Barragem da Arvorezinha: formalização de novo Plano de Trabalho contemplando o término da execução da barragem, Plano Básico Ambiental (PBA) e supervisão e fiscalização da obra; ii) Implantação da Barragem Jaguari: observou-se, nos últimos meses de 2022, uma retomada considerável na execução dos serviços; iii) Implantação do Cinturão das Águas do Ceará - CAC - Trecho 1: Os 5 lotes tiveram algum avanço na execução física. Foi priorizado o chamado Trecho emergencial do CAC, que consiste nos primeiros 53 Km de obras (Lote 1 e partes do Lote 2 e Lote 5) que capta as vazões na Barragem Jati transpõe água para o Riacho Seco, conduzida pelo leito natural até o Rio Salgado, fluindo em sequência até o Açude Castanhão, trecho concluído em 2021; iv) Implantação do Sistema Adutor do Agreste - Fase 1: Lote 01: Captação no Reservatório de Ipojuca – Avanço físico: 75,87%. Lote 2: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Arcoverde, Alagoinha, Venturosa, Pedra e Buíque - Avanço físico: 92,11%. Lote 3: Estações elevatórias, reservatórios e adutoras para Tupanatinga, Itaíba, Águas Belas e Iati - Avanço físico: 89,18%. Lote 4: Adutoras para atender Toritama, Santa Cruz do Capibaribe e Caruaru - Avanço físico: 84,45%. Lote 5: Adutora de água tratada para São Bento do Una, Lajedo, Brejo da Madre de Deus, Cachoeirinha, Bezerros e Gravatá - Avanço físico: 51,23%. v)Implantação das Vertentes Litorâneas Trechos 1 e 2 e derivações de

Gurinhém e Araçagi: Lote 1: Açude Acauã até Sifão Curimataú – Avanço físico: 96,8%. Lote 2: Sifão Curimataú até Açude Araçagi – Avanço físico: 84,66%. Vi) Conclusão das barragens de Gatos e Panelas II para contenção de cheias na Bacia do Rio Una: Aguarda-se a conclusão dos processos licitatórios de Gatos e Panelas II.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: No ano de 2022 houve baixa disponibilidade de recursos orçamentários para execução dos objetos, o que limitou o avanço da execução das obras de forma geral. As obras de infraestrutura hídrica possuem capacidade de execução maior que a disponibilidade orçamentária.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SNSH, em todas as oportunidades, vem apresentando proposta e justificativa de expansão orçamentária. Assim, quando da elaboração do PLOA 2023, a SNSH trabalhou para destinar dotação suficiente para os empreendimentos o que pode ser verificado na Lei nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023 (LOA 2023).

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A falta de pessoal está impactando a capacidade de realização das licitações dos subprojetos.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SNSH tem realizado chamadas de servidores e solicitações de reforço na equipe.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Com a publicação do Acórdão nº 2.188/2022-TCU-Plenário, que negou em provimento à solicitação do MDR para reexame do Acórdão nº 901/2021-TCU-Plenário, a SNSH deverá implantar novos mecanismos e procedimentos de acompanhamento e controle para os instrumentos da Portaria Interministerial MPOG/MF/MCID/MI nº 130, de 23 de abril de 2013, bem como definir o mapeamento e a avaliação de riscos dos processos. Tal questão pode dificultar a continuidade do repasse e andamento dos empreendimentos. Houve casos, ainda, em que os compromissários informaram dificuldades para licitação e contratação das obras, sendo necessária a atualização da planilha orçamentária, de modo a possibilitar que novos processos se tornem mais atrativos para atrair interessados.
Providências implementadas para a superação da restrição: Já foi solicitado à Assessoria Especial de Controle Interno a colaboração para construção do gerenciamento de riscos relacionados aos instrumentos regidos pela Portaria Interministerial MPOG/MF/MCID/MI nº 130, de 2013.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	1	4	5	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	0	0	1	2	0	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0207 - Reabilitação de barragens e de outras infraestruturas hídricas.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 19
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Infraestruturas hídricas recuperadas.
Meta prevista para 2020: 21
Meta prevista para 2021: 7
Meta prevista para 2022: 66
Meta prevista para 2023: 71

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 66
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De 2020 a 2022, foram reabilitadas 66 barragens, sendo 4 no exercício de 2022: Inharé/RN e Alecrim/RN pelo Dnocs e Boacica/AL e Mirorós/BA pela Codevasf. A seguir, todas as barragens reabilitadas: 1) Amanari/CE; 2)General Sampaio/CE; 3)Tejuçuoca/CE; 4) São Mateus/CE; 5) Pompeu Sobrinho/CE; 6)Fogueiro/CE; 7) Patu/CE; 8) Forquilha II/CE; 9) Várzea do Boi/CE; 10) Favelas/CE; 11) Serafim Dias/CE; 12) Trussu/CE; 13) Thomás Orterne/CE; 14) Aldeia/PI; 15) Barreiras/PI; 16) Bocaina/PI; 17) Piaus/PI; 18) Currais Novos/RN; 19) Dourados/RN; 20) Japi II/RN; 21) Barragem no munícipio Macaúbas/BA; 22) Barragem Cova da Mandioca – BA; 23) Barragem Zabumbão/BA; 24) Barragem Estreito/BA; 25) Brumado/B; 26) Anagé/BA; 27)Tábua II/BA; 28) Cariacá/BA; 29) Champrão/BA; 30) Jacaré/BA; 31) Morrinhos/BA; 32) Tancão do Caititu/BA; 33) Tremedal/BA; 34) Truvisco/BA; 35) Jacurici (Eng° Rômulo Campos)/BA; 36) Quicé/BA; 37) Sohen/BA; 38) Araci/BA; 39) Serrote/BA; 40) Adustina/BA; 41) Andorinha II/BA; 42) Cocorobó/BA; 43) Tapera/BA; 44) Riacho da Onça/BA; 45) Monteiro/BA; 46) Genipapo/BA; 47) Riacho do Sítio/BA; 48) Rancharia/BA; 49) Rio do Peixe/BA; 50) São Domingos/BA; 51) Valente/BA; 52) Miguel Calmon/BA; 53) Laginha/BA; 54) Barra do Mendes/BA; 55) Juraci Magalhães/BA; 56) Jatobá I/PB; 57) Jatobá II/PB; 58) Riacho de Santo Antônio/PB; 59) Serra Branca/PB; 60) Soledade/PB; 61) Sumé/PB; 62) Mundo Novo/RN; 63) Inharé/RN; 64) Alecrim/RN; 65) Boacica/AL; e 66) Mirorós/BA.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	7	66	69	66	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	0	0	2	0	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0208 - Recuperação de reservatórios estratégicos para a integração do Rio São Francisco.

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 26,1
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Taxa de barragens recuperadas.
Meta prevista para 2020: 17,4
Meta prevista para 2021: 43,5
Meta prevista para 2022: 47,83
Meta prevista para 2023: 52,17

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 34,8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até 2022, foi concluída a recuperação de 34,8% (8 dos 23) dos reservatórios estratégicos do PISF, a saber: i) Castanhão - CE (nov/2017); ii) Epitácio Pessoa - PB (nov/2018); iii) Armando Ribeiro Gonçalves/RN (mar/2019); iv) Barra do Juá - PE (jun/2019); v) Curema/Mãe D'Água - PB (jun/2019) vi) Lima Campos - CE (nov/2019); vii) Poço da Cruz/PE (jun/20); e viii) Poções/PB (nov/20). Encontram-se em andamento a recuperação dos seguintes reservatórios estratégicos: i) São Gonçalo/PB, com 100% de execução física e em fase de recebimento definitivo quando, assim, será contabilizado; ii) Engenheiros Ávidos/PB, com 55,02% de execução física, representando um aumento de 162% em relação a 2021; iii) Camalaú - 3ª Etapa/PB, com 92% de execução física; e iv) Banabuiú/CE, com 69,24% de execução física, representando um aumento de 130,8% em relação a 2021.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Disponibilidade orçamentária na Ação 21DF aquém da necessidade para entrega das obras de recuperação e modernização das barragens de Eng.º Ávidos/PB e Banabuiú/CE.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SNSH buscou a suplementação orçamentária necessária para entrega das obras ainda na vigência de 2022. Entretanto, sem sucesso.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Nordeste	43,5	43,5	47,83	52,17	34,8	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0209 - Informações consolidadas anualmente acerca da segurança das barragens no país.

Informações básicas

Unidade de medida: Relatório elaborado
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Relatório de Segurança de Barragens elaborado.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Trata-se de relatório elaborado anualmente pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico com base em informações enviadas por diversas entidades fiscalizadoras de segurança de barragens. Por se tratar de documento produzido anualmente, o Relatório de Segurança de Barragens (RSB) relativo ao exercício de 2022 ficará disponível somente no primeiro semestre de 2023.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de documento consolidado e que será divulgado no primeiro semestre de 2023.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0375 - Intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas

Informações básicas

Unidade de medida: Intervenção realizada
Linha de base: 3
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Intervenções realizadas para revitalização de bacias hidrográficas
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0

Meta prevista para 2022: 21
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, foi concluída uma intervenção que objetivava a elaboração de estudos e texto-base visando o desenvolvimento de diretrizes e definição de estratégicas para o Programa Nacional de Revitalização de Bacias Hidrográficas. A meta prevista não foi atendida. Porém, outros instrumentos foram concluídos e estão aguardando a análise e aprovação da prestação de contas para, assim, serem contabilizados.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: As metas estabelecidas não permitem as apurações intermediárias dos instrumentos formalizados no âmbito da SNSH/Departamento de Recursos Hídricos e Revitalização de Bacias Hidrográficas, tendo em vista as ações advém de projetos com prazos de execução superiores a 12 meses. Desta forma, verificamos ao longo do monitoramento das Ações do PPA de 2022 que faz-se necessária a modificação da forma de apuração das metas intermediárias.
Providências implementadas para a superação da restrição: Quando do processo de revisão do PPA - Ano base 2023, as metas serão alteradas para que reflitam mais adequadamente o andamento dos projetos acompanhados.

Notas do usuário: A intervenção concluída em 2022 não pode ser regionalizada considerando que o seu objetivo é nacional.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	0	4	6	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	0	7	10	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	0	2	3	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	0	5	7	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	0	3	4	0	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2222 - SANEAMENTO BÁSICO

Objetivo: 1189 - Ampliar o Acesso da População a Serviços Adequados de Saneamento Básico

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Considerado setor estratégico para o desenvolvimento do País, os investimentos em saneamento básico apresentam alto potencial de redução das desigualdades e da melhoria das condições de saúde da população, além de promoverem a geração de empregos e a melhoria da infraestrutura das cidades. Nesse sentido, o Governo Federal tem perseguido o objetivo de universalizar o acesso à população a serviços adequados de saneamento até 2033. O Programa tem como objetivo ampliar o acesso da população a serviços adequados de saneamento. Para atender esse objetivo, o Governo Federal vem investindo, dentre outras, em intervenções visando o abastecimento de água potável, vital para a sobrevivência humana, soluções adequadas para a coleta e tratamento de esgotos, bem como na limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Com relação à aferição da meta de elevação do índice de atendimento adequado em saneamento básico, cumpre esclarecer que as apurações mais recentes e disponíveis datam de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE. Mais informações podem ser acessadas nos relatórios de avaliação anual do Plano Nacional de Saneamento Básico - Plansab, disponíveis em https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/plansab. Quanto às principais entregas para a sociedade, no ano de 2022 destaca-se a conclusão, cumulativamente, de 136 empreendimentos de abastecimento de água potável e 175 empreendimentos de esgotamento sanitário, distribuídos por todas as regiões brasileiras, visando o bem-estar e a melhoria da saúde da população. Tem-se, ainda, a conclusão de: i) 5 empreendimentos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e ii) 6 empreendimentos de saneamento integrado. Com isso, milhões de pessoas foram beneficiadas com geração de empregos, desenvolvimento da infraestrutura das cidades e a consequente melhoria das condições de saúde da população, garantindo assim, mais qualidade de vida a todos. Com relação à regulamentação do Novo Marco Legal do Saneamento, foram adotadas providências ao longo de 2022 para a formulação de minuta de Decreto sobre o tema. Outro importante avanço para o setor de saneamento em 2022, foi o desenvolvimento de modelo lógico e de ferramenta de framework para novas alternativas de financiamento incorporando critérios ambientais, sociais e de governança (ASG) nos instrumentos sob a gestão do governo federal, no crédito via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), em mercado de capitais, em especial Debêntures Incentivas de Infraestrutura. Com vistas à melhoria dos serviços de saneamento no Brasil, que contem com um planejamento efetivo e com acompanhamento de indicadores consistentes, está em andamento o processo de revisão do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Em 2021, foi contratada consultoria, que, ao longo de 2022, realizou a revisão do modelo de cálculo das necessidades de investimentos para universalização do acesso ao saneamento básico e apresentou ferramenta de software com o modelo a ser implementado. Entretanto, há uma nova perspectiva para realização da execução da etapa de revisão do Plansab propriamente dita, com final previsto para o primeiro semestre de 2024, em decorrência da realização do CENSO 2022 e do cancelamento da divulgação dos dados da PNADC relativas aos anos de 2020 e 2021. Já com relação à implementação do Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA), que viabilizará ganhos de escala e de escopo de informações e indicadores disponíveis sobre saneamento básico, devido a atrasos ocorridos em etapas do projeto, espera-se que apenas em 2024 será possível substituir o SNIS pelo SINISA, proporcionando melhores condições de acompanhamento e diagnóstico sobre o setor.

Meta: 050I - Elevar de 56.30% para 64,0% o Índice de Atendimento Adequado em Saneamento Básico.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 56,3
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 57,5
Meta prevista para 2021: 61
Meta prevista para 2022: 62,4
Meta prevista para 2023: 64

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 59,21
Data de Referência: 31/12/2019
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A apuração mais recente disponível é referente ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aguardando apuração e divulgação das informações do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	59,5	60,8	71	71,8	69,49	31/12/2019	A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.
Região Nordeste	42,3	44,2	48,6	49,4	47,09	31/12/2019	A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023

							após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.
Região Norte	36,9	39,5	40,3	43,9	33,02	31/12/2019	A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.
Região Sudeste	71,3	72,6	73,6	74,9	70,96	31/12/2019	A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.
Região Sul	72,1	73,2	70,2	73,4	63,83	31/12/2019	A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.

Indicador: 8739 - Índice de atendimento adequado em saneamento básico

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 56,3
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 59,21
Data do índice: 31/12/2019
Observação: A apuração mais recente disponível refere-se ao ano de 2019, tendo em vista que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cancelou a divulgação dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) referente aos anos de 2020 e 2021. Para o ano de 2022, cumpre registrar que a apuração somente deverá ocorrer em 2023 após a divulgação dos dados do Censo Demográfico 2022 pelo IBGE.

Resultado Intermediário: 0091 - Empreendimentos de abastecimento de água

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Empreendimentos de abastecimento de água concluídos.
Meta prevista para 2020: 23
Meta prevista para 2021: 65
Meta prevista para 2022: 128
Meta prevista para 2023: 165

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 136
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar do cenário de restrição orçamentária e de desaquecimento da economia, a meta estipulada foi alcançada, representando investimentos concluídos na ordem de R$ 1,65 bilhão.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	13	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	36	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	14	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	46	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	27	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0092 - Empreendimentos de esgotamento sanitário

Informações básicas

Unidade de medida: Empreendimento concluído
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Empreendimentos de esgotamento sanitário concluídos.
Meta prevista para 2020: 29
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 166
Meta prevista para 2023: 222

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 175
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar do cenário de restrição orçamentária e de desaquecimento da economia, a meta estipulada foi alcançada com a conclusão de 66 empreendimentos no exercício, representando investimentos concluídos na ordem de R$ 1,89 bilhão.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	28	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	42	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	9	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	45	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	51	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 2223 - A HORA DO TURISMO

Objetivo: 1216 - Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2022 foi marcado pela retomada das atividades econômicas do País, após dois anos de restrições severas impostas pela pandemia de Covid-19. Após um longo período de protocolos de saúde e distanciamento social, viajar se tornou um dos principais desejos dos consumidores nesse momento de retomada. Com o fim dos cancelamentos, suspensões e adiamentos dos voos e viagens, o cenário foi positivo para o turismo internacional e para o turismo doméstico, que ganhou ainda mais força e importância no atendimento de uma demanda reprimida da sociedade. Diante da tendência de crescimento do setor turístico, o Ministério do Turismo implementou ações de promoção, qualificação, acesso ao crédito e estruturação do turismo que pudessem contribuir para alavancar o turismo doméstico brasileiro. No eixo infraestrutura, por exemplo, foram entregues 725 obras distribuídas por todo o país, com investimento superior a R$ 426 milhões, superando a meta estabelecida no PPA para o período (32% para 43,15%) e contribuindo para a melhoria da infraestrutura turística do país. Aliando a melhoria da infraestrutura de nossos destinos à qualificação dos profissionais do turismo, em especial no momento de recuperação do turismo e de necessidade de fidelização dos viajantes brasileiros que passaram a escolher destinos nacionais para seus momentos de pausa, a Pasta seguiu investindo em cursos para melhorar a experiência dos turistas. Ao longo de 2022 foram ofertadas 30 mil vagas em 15 cursos de qualificação profissional, sendo qualificadas cerca de 18 mil pessoas, representando quase 100% da meta estabelecida para o período. No âmbito da promoção, diante do extenso período de defeso eleitoral que limitou algumas ações publicitárias, o Ministério executou em campanhas de utilidade pública e voltadas para a promoção ao turismo interno. Para posicionar o Brasil como destino criativo, o Ministério do Turismo lançou a websérie Cidades Criativas do Brasil, que revela lugares e experiências de destaque nas diferentes áreas criativas no território brasileiro com objetivo de aumentar o fluxo de visitantes e aquecer a economia do setor por meio das temáticas das cidades criativas, em cada um dos seus setores. A websérie é dedicada às 12 Cidades Criativas do Brasil que integram a Rede Mundial da Unesco. São elas: Belém (PA), Florianópolis (SC), Paraty (RJ) e Belo Horizonte (MG), no campo da gastronomia; Brasília (DF), Curitiba (PR) e Fortaleza (CE), em design; Recife (PE) e Salvador (BA), no campo da música; João Pessoa (PB), na área do artesanato e artes populares; Santos (SP) no campo do cinema; e Campina Grande (PB), no campo das artes midiáticas. Além disso, com o apoio do Ministério do Turismo, os grandes eventos foram importantes geradores de fluxo turístico, impulsionando a recuperação da economia do país na medida em que geraram emprego e renda. Esta retomada, que ganhou fôlego após o 1º trimestre do ano, foi impulsionada pelos festejos juninos. O Ministério do Turismo lançou a campanha promocional “Vai ter São João Sim!”, cujo objetivo foi divulgar as grandes Festas de São João do Nordeste como indutores de fluxo turístico e comemorar o retorno do São João, bem como foi lançada a websérie “Retomada dos Grandes Eventos”, com o objetivo de promover as maiores atrações turísticas e culturais do país, como o espetáculo da Paixão de Cristo de Nova Jerusalém (PE); o Festival de Parintins (AM); o São João de Caruaru (PE), de Campina Grande (PB), de Salvador (BA), e de São Luís (MA); e a Festa da Colônia (RS). Durante a pandemia de Covid-19, o Fungetur possibilitou capitalizar empreendedores de serviços turísticos, permitindo o custeio dos custos operacionais, planejamento financeiro e novas obras. Entretanto, devido ao agravamento da crise econômica, afetada também pela segunda onda da doença, e a majoração da taxa Selic de 2 para 13,25% a.a, houve um aumento significativo ao custo de acesso ao crédito, uma vez que a taxa SELIC é o indexador dos financiamentos do Fungetur, resultando em 18,25% a.a, o que por sua vez diminuiu consideravelmente o número de novos contratos. Na busca por otimizar o acesso ao crédito e os investimentos no setor do turismo, o Ministério publicou a Portaria MTUR nº 51, de 8 de novembro de 2022, que alterou a operação do Fundo com remuneração indexada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, que atualmente é de 5,93% acumulado dos últimos 12 meses, resultando no custo total em média de 10,93% a.a, visto que a taxa SELIC não se fazia competitiva frente a suas concorrentes. Além disso, o Ministério envidou esforços junto ao legislativo e ao Governo Federal para a promulgação da Lei 14.476, de 2022, que foi sancionada em dezembro, conhecida como lei do Novo Fungetur, trazendo novas possibilidades de financiamento e de investimentos em fundos de renda fixa e títulos públicos federais, entre outras novidades. O Novo Fungetur contará com recursos oriundos das aplicações em títulos públicos federais, cotas de fundos de investimentos, recuperação de crédito de operações, taxa de administração e de comissão de concessão de garantia, contratação de empréstimos internacionais e recursos de emendas parlamentares. Outra novidade da

legislação é o emprego de linhas de crédito para microempreendedores individuais e prestadores autônomos cadastrados no Ministério do Turismo, empresas de pequeno, médio e grande porte e cooperativas que atuem no setor. Por fim, no âmbito das ações de aperfeiçoamento do mapeamento territorial, o Ministério do Turismo atuou na Sensibilização e Mobilização aos gestores de turismo em âmbito nacional, regional e municipal para atendimento e cumprimento da Portaria MTUR nº 41/2021, que trata do Programa de Regionalização do Turismo, da Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro e do Mapa do Turismo Brasileiro. Foram realizadas entregas de materiais institucionais, reuniões e orientações técnicas, além de vídeos para instrução aos gestores, possibilitando melhor atuação junto a plataforma "Sistema de Informação do Mapa do Turismo Brasileiro – SISMAPA", lançado em 02/02/2022, para efetivação dos cadastros a qualquer momento, o que possibilitou o alcance de quase 100% da meta prevista para o período.

Meta: 051C - Restabelecer os empregos formais no setor de turismo ao nível pré-pandemia

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Empregos Formais
Linha de base: 1.802.906
Data de referência da linha de base: 26/03/2021
Meta prevista para 2020: 2.139.012
Meta prevista para 2021: 1.847.920
Meta prevista para 2022: 1.922.944
Meta prevista para 2023: 2.103.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.975.401
Data de Referência: 28/02/2023
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	154.636	157.841	163.182	176.000	168.436	28/02/2023	Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da Cutura/Turismo.
Região Nordeste	318.460	324.691	335.076	360.000	354.332	28/02/2023	Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da

							Cutura/Turismo.
Região Norte	72.746	73.384	74.448	77.000	83.732	28/02/2023	Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da Cutura/Turismo.
Região Sudeste	963.544	990.462	1.035.326	1.143.000	1.050.119	28/02/2023	Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da Cutura/Turismo.
Região Sul	293.520	301.542	314.912	347.000	318.782	28/02/2023	Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da Cutura/Turismo.

Indicador: 8681 - Empregos Formais no Setor de Turismo

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 1.802.906
Data de Apuração: 26/03/2021
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.975.401
Data do índice: 28/02/2023
Observação: Valor preenchido pela SEPLAN com dado enviado por e-mail, no dia 24/03, pela Secretaria Executiva do Ministério da Cutura/Turismo.

Resultado Intermediário: 0183 - Realização de obras para estruturar o turismo no Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de conclusão de obras
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Taxa de conclusão das obras em execução no período
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 31

Meta prevista para 2022: 32
Meta prevista para 2023: 33

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 43,15
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os desembolsos efetuados no período de 2020 a 2022, principalmente em 2020, viabilizaram a conclusão de diversos contratos nos exercícios de 2021 e 2022, uma vez que os contratos ficaram com recursos disponíveis para execução das obras, sem o risco de descontinuidade do fluxo financeiro, contribuindo para a superação das Metas propostas para os períodos.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Liberação de recursos em atraso.
Providências implementadas para a superação da restrição: Gestões da SNINFRA /MTUR junto à Alta Administração do MTur.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3	3	3	3	3,44	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	11	11	11	11	15,11	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	2	2	2	2	2,61	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	5	6	7	7	8,71	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	9	9	9	10	13,28	30/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0184 - Qualificação de pessoas para setor de turismo

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas qualificadas
Linha de base: 5.547
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Pessoas Qualificadas
Meta prevista para 2020: 7.000
Meta prevista para 2021: 8.000
Meta prevista para 2022: 9.000
Meta prevista para 2023: 10.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.906
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em relação ao resultado intermediário, a CGQT alcançou 98,96% da meta, para atingir 100% da meta faltaram 94 pessoas qualificadas. Apesar do resultado intermediário abaixo do previsto, constatou-se que os técnicos desta Coordenação-Geral e das Instituições parceiras realizaram os esforços possíveis para o atingimento da meta. Ademais, percebeu-se que, no período pós-pandemia, o público-alvo optou por retornar ao exercício da atividade profissional, em prejuízo à realização da qualificação, em especial os Guias de Turismo. Além disso, observou-se que o menor quantitativo de qualificados em relação ao número de vagas ofertadas ocorreu nos cursos de especialização em atrativos naturais e culturais. No que tange à divulgação das ofertas dos cursos, esta CGQT adotou todos os procedimentos possíveis e disponíveis para divulgação dos cursos, com vistas a melhoria do número de qualificados.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: a) Dificuldades encontradas no preenchimento de vagas; b) Dificuldades relacionadas a motivos de saúde, trabalho e/ou religiosos dos alunos; c) Dificuldades para realizar as atividades práticas presenciais, em decorrência da pandemia da Covid-19; d) Período pós-pandemia; e) Divulgação deficiente da oferta dos cursos; f) Retorno dos Guias de Turismo à atividade profissional; g) Abandono do cursos pelos alunos; e h) Redução no quantitativo de técnicos/servidores da CGQT.
Providências implementadas para a superação da restrição: a) Redistribuição / readequação do quantitativo de vagas ofertadas entre os cursos de especialização; b) Prorrogações dos prazos dos editais de vagas; c) Autorização do MTur para realização das visitas técnicas de forma virtual; d) Resgate de parte dos alunos desistentes e evadidos; e) Recuperação para os alunos que não conseguiram concluir as atividades finais; f) Nova oportunidade de entrega dos trabalhos finais nos cursos de especialização; g) Envio de mensagens motivacionais via Plataforma de Engajamento e Aprendizagem (PEA); h) Solicitação às Instituições de Ensino para republicarem editais com novas ofertas de vagas para os cursos; i) Ações de divulgação em canais com alcance nacional; e j) Celebração de termos aditivos de vigência dos instrumentos com vistas a realizar força tarefa para resgatar alunos reprovados, dando-lhes nova oportunidade.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Valor	Data do valor	Observação	Notas do

	2020	2021	2022	2023	Apurado	apurado		usuário
Região Centro-Oeste	540	640	720	800	1.852	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	1.570	1.760	1.980	2.200	1.658	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	470	560	630	700	642	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	2.500	2.880	3.240	3.600	3.323	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	1.920	2.160	2.430	2.700	1.405	31/12/2022	Não informado	Não informado
Exterior	-	-	-	-	26	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0185 - Promoção dos destinos e qualificação dos serviços turísticos

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municipios
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Municípios prioritários promovidos
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 32
Data do valor apurado: 23/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As campanhas publicitárias do Mtur são essencialmente de utilidade pública e de promoção ao turismo interno. Devido à pandemia de COVID-19, muitas das campanhas no período do PPA 2020/23 tiveram o objetivo de mitigar seus impactos, sendo muito mais de conscientização e informações de utilidade pública para o Turismo Responsável do que de incentivo a viajar. Nesse sentido, as métricas de promoção dos destinos prioritários do Investe Turismo foram diretamente afetadas pela pandemia entre 2020 e 2021, bem como pelo extenso período de defeso eleitoral e pela restrição orçamentária em 2022. Para posicionar o Brasil como destino criativo, foi realizada a websérie Cidades Criativas do Brasil, que revela lugares e experiências de destaque nas diferentes áreas criativas no território brasileiro com objetivo de aumentar o fluxo de visitantes e aquecer a economia do setor por meio das temáticas das cidades criativas, em cada um dos seus setores. Os filmes estão sendo utilizados pelo Ministério do Turismo para promoção dos destinos como hotspots do turismo criativo no Brasil, sendo que 10 deles integram os 158 municípios priorizados no PPA: Belém (PA), Florianópolis (SC),

Paraty (RJ), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Curitiba (PR), Fortaleza (CE), João Pessoa (PB), Salvador (BA) e Recife (PE). Emendas parlamentares impositivas destinadas aos Municípios de Capitólio (MG) e Timbau do Sul (RN), bem como ao Consórcio Intermunicipal dos Cânions do Sul, para a realização de marketing e publicidade relacionada à promoção e ao apoio à comercialização de roteiros e destinos turísticos. No momento, não é possível aferir a eficiência do investimento, uma vez que os planos de trabalho ainda se encontram no início da execução, mais especificamente, em processo de abertura de procedimento licitatório.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Devido ao Ano Eleitoral, só foi permitido ao Mtur executar campanhas após informação oficial da SECOM/PR sobre o limite de gastos com publicidade do Governo Federal. Com isso, o Mtur veiculou campanhas somente durante o mês de junho/2022. Em julho/2022, teve início o período de defeso eleitoral, o que impedia a veiculação de campanhas até o fim do segundo turno. Após o período do defeso eleitoral, devido a restrições orçamentárias, o Mtur executou o reforço de mídia de campanha já executada anteriormente. Descontinuidade do Programa INVESTE TURISMO, que buscou promover a convergência de ações e investimentos para acelerar o desenvolvimento e competitividade de 30 Rotas Turísticas Estratégicas do Brasil. Indisponibilidade orçamentária.
Providências implementadas para a superação da restrição: Devido a proibição de veiculação de marca do Governo Federal durante o período de defeso eleitoral, o Mtur conseguiu veiculação gratuita e com a exclusão de marca governamenal da webserie "Cidades Criativas do Brasil" na EBC, dado que seu conteúdo é promocional de destinos turísticos, atemporal, e sem qualquer cunho político. Retomada, pela alta gestão, da estratégia de priorização de destinos brasileiros prioritários para a promoção nacional, para que MTur possa orientar o mercado quanto aos principais produtos formatados atualmente no Brasil. Importante ressaltar que esta é uma proposta prevista para implementação do Plano Nacional de Turismo 2018-2022.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	7	13	18	5	23/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	6	10	20	30	4	23/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	2	3	10	16	10	23/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	7	10	14	18	8	23/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	6	10	13	18	4	23/02/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0369 - Promoção de financiamentos a empresas do setor de turismo para a realização de obras, aquisição de bens e capital de giro

Informações básicas

Unidade de medida: Operações de crédito realizadas
Linha de base: 219
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Operações de crédito realizadas
Meta prevista para 2020: 3.395
Meta prevista para 2021: 4.830
Meta prevista para 2022: 3.000
Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 377
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta fora estabelecida após a edição da Lei nº 14.051, que concedeu crédito extraordinário, no valor de R$ 5 bilhões. Fato é que o maior impacto foi nos anos de 2020 e 2021, conquanto a elevação da taxa Selic os financiamentos concedidos com recursos do Fungetur tornaram-se menos atrativo, em virtude do seu custo de acesso, que por efeito direto atinge a capacidade de pagamento do tomador e majora seu risco de inadimplência frente as agências de financiamento.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Devido ao agravamento da crise econômica e a majoração da taxa Selic de 2 para 13,25% a.a, uma vez que a taxa SELIC é o indexador dos financiamentos do Fungetur, houve um aumento significativo ao custo de acesso ao crédito, resultando em 18,25% a.a, o que por sua vez diminuiu consideravelmente o número de novos contratos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Visto que a taxa SELIC não se fazia competitiva frente a suas concorrentes, houve a sua alteração por meio da Portaria 51, de 8 de novembro de 2022, e hoje o Fundo opera com sua remuneração indexada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, que atualmente é de 5,93% acumulado dos últimos 12 meses, resultando no custo total em média de 10,93% a.a.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	143	379	235	157	76	31/12/2022	Não informado	Não informado

Região Nordeste	222	738	458	306	33	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	77	95	59	39	38	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	2.544	1.082	672	448	78	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	363	2.536	1.575	1.050	152	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0370 - Aperfeiçoamento do mapeamento territorial

Informações básicas

Unidade de medida: Porcentagem de municípios cadastrados
Linha de base: 48,13
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Municípios cadastrados no Mapa do Turismo
Meta prevista para 2020: 48,37
Meta prevista para 2021: 48,37
Meta prevista para 2022: 55
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 53
Data do valor apurado: 17/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A CGDTUR alcançou 53% da meta prevista, totalizando 2.945 municípios, divididos em 338 regiões turísticas (atualizado até 17/02/23). Os municípios que o compõem são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governanças regionais, a partir de critérios construídos em conjunto com Ministério do Turismo, conforme Portaria Ministerial nº 41, de 24 de novembro de 2021. No ano de 2022, a CGDTur adotou todos os procedimentos possíveis e disponíveis, com a entrega de materiais institucionais, reuniões e orientações técnicas, além de vídeos para instrução aos gestores, possibilitando melhor atuação junto a plataforma “Sistema de Informação do Mapa do Turismo Brasileiro – SISMAPA”, lançado em 02/02/2022, para efetivação dos cadastros a qualquer momento. Imperioso destacar, que todo o processo de sensibilização e mobilização, junto a Rede de Interlocutores do Programa de Regionalização do Turismo, ocorre de forma constante, com vistas a não medir esforços para atingir o cumprimento da Meta.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O não cumprimento do ANEXO I e CAPÍTULO I - dos Critérios, da Portaria nº 41/2021.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sensibilização e Mobilização aos gestores de turismo em âmbito nacional, regional e municipal

para atendimento e cumprimento da Portaria Ministerial nº 41/2021.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	3,72	3,72	4,23	4,61	4,15	17/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	10,84	10,84	12,33	13,45	11,4	17/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	3,27	3,27	3,72	4,05	2,87	17/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	17,27	17,27	19,64	21,43	20,31	17/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	13,27	13,27	15,09	16,46	14,15	17/02/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 3001 - ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: 1208 - Assegurar o suprimento de energia elétrica ao mercado brasileiro em condições adequadas de qualidade e equilíbrio entre segurança e preço, de forma sustentável.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No segmento de geração de energia elétrica, ao longo de 2022, foram desenvolvidas ações para promover a expansão da capacidade instalada dessa infraestrutura, com o objetivo de contribuir para o alcance das condições ideais de suprimento de energia elétrica com vistas ao desenvolvimento sustentável do País. Nesse sentido, em 2022 foi obtida uma expansão de 8.243 MW na capacidade de geração de energia elétrica centralizada – o maior valor observado nos últimos 5 anos -, representando 108% do previsto inicialmente para o ano de 2022 (7.625 MW). Desse total, cerca de 83% (6.879 MW) foram a partir de fontes renováveis (eólica, solar, biomassa e hídricas). O destaque foi para as fontes eólica e solar, principalmente na Região Nordeste, que adicionaram respectivamente 2.923 MW e 2.677 MW ao sistema – 35% e 32% do total ampliado. A Geração Distribuída (GD) – aquela gerada junto às instalações de consumidores – representou outro destaque em 2022 ao crescer quase 92% no ano período, acumulando 258% de ampliação nos últimos dois anos. Com isto, atingiu cerca de 16.401 MW ao final de 2022, já correspondendo a aproximadamente 8% de toda a capacidade instalada atual de geração de energia elétrica do País. Com essas ampliações - e contabilizadas outras situações tais como desativações e repotenciações de unidades geradoras -, em 31 de dezembro de 2022 a capacidade

instalada de geração de energia elétrica no Brasil, incluindo a GD, chegou a mais de 205 GW, mantendo a característica de matriz elétrica com predominância de fontes renováveis (hidráulica, biomassa, eólica e solar), as quais representam 85% do total. Mesmo com a ampliação de outras fontes de energia, a fonte hidráulica ainda representa a maior participação na matriz elétrica, com 53% (110 GW), seguida das fontes térmica (24%), eólica (12%) da matriz e a fonte solar, incluindo GD, passou de 7% em 2021 para 12% em 2022. No ano de 2022 foram ampliados 2.269 MW em usinas termelétricas (UTEs). Destaca-se a conclusão da UTE Parnaíba V, com 386 MW, a vapor, no município de Santo Antônio dos Lopes/MA, que vendeu energia no Leilão A-6 de 2018. Também relevante, o fato de que entrou em operação comercial a UTE Jaguatirica II com 141 MW, a gás natural, no município de Boa Vista/RR, que vendeu energia no Leilão 01/2019 de Roraima em 31/05/2019. Na geração de energia elétrica por meio da fonte eólica, entraram em operação comercial 2.923 MW, distribuídos em 104 empreendimentos. Nessa fonte, cabe destacar a entrada em operação do Parque Eólico Oitis, com 253 MW, no Município de Dom Inocêncio, no Piauí, e a ampliação de 144 MW do Complexo Eólico Folha Larga, em Campo Formoso, Bahia. Quanto à fonte solar centralizada, 65 empreendimentos foram concluídos, adicionando 2.677 MW de capacidade instalada à matriz. Nessa fonte, destaca-se a entrada em operação de 720 MW nas usinas UFV Janaúba, de 1 a 9, no Município de Janaúba, em Minas Gerais.

Meta: 050O - Manter em 100% o Índice de Expansão da Geração.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 103
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A escolha de local para instalação de unidades geradoras não é decorrente de política de desenvolvimento de regiões, mas de local onde é possível e viável instalar, dada a disponibilidade de fontes de geração e custos associados. Também, como a grande maioria das unidades consumidoras do País está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), não faz sentido estabelecer previsões regionais para a expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrico. Dessa forma, a previsão corresponde a um valor agregado nacionalmente e não por região.

Indicador: 8662 - Índice de Expansão da Geração (IEG)

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 103
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0099 - Expansão da geração de energia - Fontes não Renováveis

Informações básicas

Unidade de medida: Megawatt
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Fontes Não Renováveis.
Meta prevista para 2020: 2.078,2
Meta prevista para 2021: 3.785,78
Meta prevista para 2022: 4.945,43
Meta prevista para 2023: 6.365,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.990,07
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A realização do Indicador com 4.990,07 MW acumulados até dezembro de 2022 corresponde a 101% de realização, o que está compatível com o valor previsto.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A escolha de local para instalação de unidades geradoras não é decorrente de política de desenvolvimento de regiões, mas de local onde é possível e viável instalar, dada a disponibilidade de fontes de geração e custos associados. Também, como a grande maioria das unidades consumidoras do País está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), não faz sentido estabelecer previsões regionais para a expansão da capacidade instalada de geração de energia elétrica. Dessa forma, a previsão corresponde a um valor agregado nacionalmente e não por região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0100 - Expansão da transmissão de energia.

Informações básicas

Unidade de medida: km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Km de linha de transmissão adicionada ao sistema.
Meta prevista para 2020: 9.297,3
Meta prevista para 2021: 17.682
Meta prevista para 2022: 26.545,8
Meta prevista para 2023: 33.626,18

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 24.881,9
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No segmento de transmissão de energia elétrica, ao longo de 2022, foram desenvolvidas obras de infraestrutura que aumentaram a capacidade de transporte e transformação de energia elétrica, contribuindo para a garantia da segurança do sistema interligado nacional, e ampliando a infraestrutura necessária para o desenvolvimento do país. A meta desenvolvida no início do ciclo de avaliação do PPA, previu para 2022 a instalação de mais 8.863,8 km de linhas de transmissão. Em 2022, foram acrescidos ao sistema interligado nacional 9.217,2 km de linhas de transmissão, superando a meta de 2022 em 4 %. Apesar do resultado positivo de 2022, ao consolidar o período 2020-2022, a expansão atingiu o montante de 24.881,9 km de linhas de transmissão, correspondendo a 93,7% da meta parcial do período. O montante acumulado no período demonstra que é viável alcançar a meta de 33.626,18 km projetada para o período 2020-2023, restando a realização de 8.744,3 km durante o ano de 2023.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não houve apuração do valor por região	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não houve apuração do valor por região	Não informado
Região	-	-	-	-	Valor não	31/12/2022	Não houve apuração do	Não

SE/CO					disponível		valor por região	informado
Região Sul	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não houve apuração do valor por região	Não informado

Resultado Intermediário: 0101 - Participação das Fontes Energias renováveis na Matriz Energética

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: 46,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Proporção de renováveis na matriz energética.
Meta prevista para 2020: 47,6
Meta prevista para 2021: 47,3
Meta prevista para 2022: 47,4
Meta prevista para 2023: 47,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: Valor não disponível
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As informações consolidadas referentes ao exercício de 2022 estarão disponíveis apenas em junho de 2023.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os números não são obtidos por região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0102 - Universalização do acesso à energia elétrica - Programa Luz para Todos.

Informações básicas

Unidade de medida: unidades consumidoras
Linha de base: 15.087
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Novas Unidades consumidoras com acesso à energia no meio rural.
Meta prevista para 2020: 60.000
Meta prevista para 2021: 97.754

Meta prevista para 2022: 149.414
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 158.743
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No âmbito da Política Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, o grande desafio que se impõe é o atendimento à população residente em regiões remotas da Amazônia Legal. Atualmente, a demanda por energia elétrica em comunidades localizadas em regiões remotas da Amazônia Legal é de 223.826 ligações, conforme estabelece a Resolução Homologatória ANEEL nº 2.891/2021, alterada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.145/2022. O Programa Luz para Todos, com o objetivo de proporcionar acesso à energia elétrica às famílias que vivem no meio rural que ainda não usufruem deste serviço público, realizou 68.822 ligações em 2022, beneficiando cerca de 275.288 pessoas. Por sua vez, o Programa Mais Luz para a Amazônia realizou 9.674 ligações em 2022, o que corresponde, aproximadamente, a 38.696 pessoas beneficiadas com o acesso ao serviço público de distribuição de energia elétrica por meio de sistemas de geração off-grid. Para inclusão dessa população de mais de 895 mil brasileiros ao processo de universalização do acesso à energia elétrica, o "Programa Mais Luz para a Amazônia"-MLA concluiu as obras dos dois primeiros contratos nos estados do Pará e Amazonas, e celebrou novos contratos para execução de obras nos estados do Pará, Amazonas, Roraima, Maranhão, Acre, Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não foram apurados resultados por estado ou região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0395 - Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Renováveis

Informações básicas

Unidade de medida: Megawatt
Linha de base: 8.867,94
Data de referência da linha de base: 01/01/2022
Indicador: Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Renováveis
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 15.173,8
Meta prevista para 2023: 27.895,68

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15.747,31
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor alcançado para a expansão da capacidade de geração de energia elétrica de renováveis, de 15.747,31 MW, resultou em 573,51 MW acima do previsto, ou próximo a 104%.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A escolha de local para instalação de unidades geradoras não é decorrente de política de desenvolvimento de regiões, mas de local onde é possível e viável instalar, dada a disponibilidade de fontes de geração e custos associados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3002 - GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL

Objetivo: 1186 - Ampliar a participação do setor mineral na economia com sustentabilidade, governança, segurança jurídica, estabilidade regulatória e inovação

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O aumento significativo do consumo de minerais está na base do estilo de vida contemporâneo e no centro do processo de transição para a economia de baixo carbono, por isso, a mineração se insere como atividade econômica prioritária a ser impulsionada pelo Governo Federal, de forma a garantir mais competitividade e sustentabilidade para o setor. Ciente da importância do setor mineral para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, o Governo Federal envidou esforços que resultaram em plano nacionais, políticas públicas e alterações legislativas que visam o desenvolvimento do setor. Visando ao aprimoramento do arcabouço normativo do setor mineral, o Decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022, promoveu ajustes importantes no regulamento do Código de Mineração. Entre as principais alterações citam-se: atualização na aplicação e prazos relativos às sanções impostas pela Agência Nacional de Mineração (ANM); ampliação do rol relacionado às responsabilidades socioambientais do minerador; estabelecimento de limite de prorrogação do prazo de pesquisa mineral; e definição, pela ANM, de prazo máximo para análise de pedido relacionado ao aproveitamento de resíduos da mineração, sob pena de aprovação tácita; entre outras. Também merece nota o Plano Nacional de Fertilizantes 2022-2050 (PNF), instituído pelo Decreto nº 10.991, de 11 de março de 2022. O instrumento visa aumentar a produção nacional e reduzir a dependência de importações de insumos e fertilizantes tradicionais NPK. O setor mineral tem relevante papel, uma vez que é um importante fornecedor de insumos para a produção de fertilizantes fosfatados e potássicos. Ademais, o PNF considera o fortalecimento de cadeias emergentes, como remineralizadores e minerais silicáticos entre outros, para viabilizar o uso de subprodutos e resíduos da mineração como solução alternativa regionalizada aos fertilizantes convencionais. Destaca-se, também, a continuação da Política de Apoio ao Licenciamento Ambiental de Projetos de Investimentos para a Produção de Minerais Estratégicos (Pró-Minerais Estratégicos). Estabelecida pelo Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021, visa priorizar esforços governamentais para a implantação de projetos de minerais estratégicos relevantes. Em 2021 e 2022, o Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME) habilitou 19 projetos, com previsão de investimentos de R$50 bilhões, além de um potencial de geração de mais de 70 mil empregos. Ainda na linha dos minerais estratégicos, com a publicação do Decreto nº 11.120, de 5 de julho de 2022, as operações de comércio exterior de minerais e minérios de lítio e seus derivados passaram a ser permitidas, excluídos critérios, limites e condicionantes anteriormente previstos. Considerada a importância do lítio no processo de transição energética, haja vista sua aplicação em baterias de veículos elétricos, a medida deverá propiciar a atração de investimentos privados para a exploração do mineral e

contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha, local onde se localizam as principais jazidas nacionais. Ao considerar a importância do planejamento e da promoção da governança na esfera governamental, foi publicado o Decreto nº 11.108, de 29 de junho de 2022, que instituiu a Política Mineral Brasileira, definiu seus instrumentos de planejamento e criou o Conselho Nacional de Política Mineral – CNPM, órgão de assessoramento do Presidente da República para a formulação de políticas e diretrizes com vistas ao desenvolvimento do setor mineral brasileiro. Observando a nova sistemática de planejamento estabelecida pelo Decreto, uma das prioridades adotadas em 2022 foi a elaboração do Plano Nacional de Mineração 2050 (PNM 2050), instrumento que norteará as políticas de longo prazo para o setor. Para dar início à operacionalização do PNM 2050, e considerando um horizonte de menor prazo, em 2023 será elaborado o Plano de Metas e Ações 2024-2028. Os esforços envidados pelo Governo Federal para o desenvolvimento da mineração brasileira incluíram, ainda, o estímulo à ampliação do conhecimento geológico do território nacional. A iniciativa mais recente, estabelecida pela Portaria MME nº 51, de 18 de outubro de 2022, determinou que a ANM e o Serviço Geológico do Brasil (SGB-CPRM) deverão atuar de forma conjunta para a estruturação de uma base de dados que inclua levantamentos geológicos também produzidos por titulares de direitos minerários. Em relação à Mineração Artesanal e em Pequena Escala -MAPE de ouro, o Governo Federal, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), lançou o projeto que visa elaborar o Plano de Ação Nacional (PAN) da Convenção de Minamata para a restrição e eliminação, quando possível, do uso do mercúrio na atividade. A iniciativa parte do reconhecimento dos impactos significativos do uso da substância sobre a qualidade do meio ambiente, a saúde humana e as condições de preservação da floresta amazônica. Visando criar condições para aproveitar o potencial nacional de recursos minerais de urânio para a geração de energia nuclear, o Governo Federal implementou ações que aprimoram a governança e melhoram o ambiente de negócios do segmento no país. Destaca-se a criação da Autoridade Nacional de Segurança Nuclear, por meio da Lei nº 14.222/2021, e a publicação da Lei nº 14.514, de 29 de dezembro de 2022, com o propósito de dinamizar a mineração de minérios nucleares no Brasil, atrair investimentos privados, dar maior segurança jurídica a essas atividades e fortalecer a regulação, a segurança nuclear, a proteção ao meio ambiente e à população, bem como contribuir para o desenvolvimento econômico e social. Em 2022, foram publicados 122 atos relativos às outorgas de processos minerários. Dentre estes, 94 relativos às portarias de concessões de lavra, sendo aproximadamente 39% destas concessões para água mineral, seguido minerais industriais (24%), por metais ferrosos (13%), metais básicos (9%), metais preciosos (6%), gemas e diamantes (4%) e insumos agrícolas (2%). O restante (2%) foi para outros usos. Essas 94 concessões de lavra do MME foram em sua maioria o Estado de MG (47%), seguido pelos estados de SP (11%), PA (9%), PR (6%), BA (5%) e GO (5%). As demais concessões (17%) de lavra outorgadas foram em outras unidades da federação.

Meta: 052L - Atingir o valor de 5,00 do Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM)

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: unidade
Linha de base: 2,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Meta prevista para 2020: 0,61
Meta prevista para 2021: 1,22
Meta prevista para 2022: 3,75
Meta prevista para 2023: 5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 3,6375
Data de Referência: 31/12/2022

Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: META: 052L - Atingir o valor de 5,00 do Índice de Eficiência de Gestão Mineral (IEGM). INDICADOR - Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM O Programa 3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral, sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – MME, é coordenado pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral – SGM com a participação da Agência Nacional de Mineração - ANM e o Serviço Geológico do Brasil – CPRM. O Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM tem por objeto mensurar os esforços da administração federal na gestão do patrimônio mineral da União. O IEGM é composto por indicadores que medem os Resultados Intermediários e fazem parte do Planejamento Estratégico da ANM e da CPRM, alinhados aos Objetivos Estratégicos do MME. Os indicadores e suas metas para o período do PPA alcançam desde as atividades para aumento do conhecimento geológico, a segurança jurídica e a estabilidade regulatória, até a gestão dos títulos minerários, na autorização de pesquisa e concessão de lavra, oferta de áreas em disponibilidade e a segurança de barragens. Desta forma, o IEGM é composto por um conjunto de indicadores para aferição da gestão de outorgas (pesquisa, lavra, disponibilidade de áreas e segurança de barragens); e outro conjunto para aferir a ação regulatória e a realização de estudos geológicos. Estes indicadores avaliam o resultado global destas atividades e não é possível regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais.

Indicador: 8707 - Índice de Eficiência da Gestão Mineral

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 3,6375
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O IEGM é composto por indicadores que medem os Resultados Intermediários e fazem parte do Planejamento Estratégico da ANM e da CPRM, alinhados aos Objetivos Estratégicos do MME No acumulado 2020 a 2023 o IEGM encontra-se em torno de 97,0% da meta. Por Resultado Intermediário, o resultado apresenta-se conforme abaixo: IEGM 2020 - 2023 - Resultado % em relação à Meta do Período 325 - Redução do tempo de análise dos requerimentos de lavra 86,7% 326 - Redução do tempo de análise dos requerimentos de pesquisa 86,7% 327 - Disponibilização de áreas em Oferta Pública 93,3% 328 - Índice de redução da Categoria de Risco de Barragens de Mineração 100,0% 329 - Cumprimento de projetos do Programa de Regulação da ANM 93,3% 330 - Estudos Geológicos Publicados 113,3% IEGM 97,0%

Resultado Intermediário: 0325 - Análise de Requerimentos de Lavra

Informações básicas

Unidade de medida: dia
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Redução do Tempo de Análise dos Requerimentos de Lavra
Meta prevista para 2020: 2.818
Meta prevista para 2021: 2.812
Meta prevista para 2022: 455
Meta prevista para 2023: 228

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.578,73
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As medidas adotadas a partir de 2019 e 2020 possibilitaram significativa redução no prazo de análise dos requerimentos. Entretanto, o grande volume de processos, alguns com mais de três décadas anos em fila de espera, tem impacto significativo no resultado da meta. Tal represamento de processos pendentes de análise, nas diversas etapas, suscita modificações substanciais dos procedimentos de análise para atendimento das demandas do setor, considerando, também, as perspectivas que se delineiam para os próximos anos. O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SGM/MME nº 136, de 28.06.2019, constituído por técnicos do Ministério de Minas e Energia e da ANM (relatóio anexo)apresentou diversas recomendações que estão em fase de implementação. Até que sejam implementadas as novas medidas de padronização e simplificação da análise de requerimentos, pertinentes a todas as fases em que se encontrem os processos, eventualmente, no curto prazo, haverá impactos negativos para atingimento da meta. Tais recomendações poderão ensejar alteração da meta para o ano de 2023, adequando-a a patamar mais condizente com as condições operacionais da ANM, particularmente no que se refere à disponibilidade orçamentária, estrutura de pessoal, marco regulatório, entre outros.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os requerimentos de lavra são apresentados pelos interessados após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. O prazo para apresentação é de um ano após a aprovação do Relatório Final de Pesquisa. Diversos fatores influenciam a decisão do detentor do direito minerário em requerer a concessão da lavra. O indicador procura medir os esforços da administração em assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais da Agência Nacional de Mineração. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. Vários fatores, como a diferença de volume de processos entre as regiões, a diferença do quantitativo de servidores, a diversidade de requerimentos existentes (Concessão de Lavra, Registro de Extração, Licenciamento e Permissão de Lavra Garimpeira) torna inviável regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais. Logo, a indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável, pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Problemas no processo de Licenciamento Ambiental

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A ANM sofreu cortes orçamentários todos os anos e a execução dos projetos de automação e simplificação não puderam ser priorizados, exemplo Novo SigÁreas.
Providências implementadas para a superação da restrição: A ANM solicita anualmente o aporte de recursos referente aos 7% determinados em Lei referentes à arrecadação da CFEM, nunca há o devido retorno.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A outorga tem 95 técnicos disponíveis para análise de requerimentos de lavra e de pesquisa, média de 209 requerimentos por ano para cada técnico.
Providências implementadas para a superação da restrição: A ANM tem reiteradamente solicitado concurso público para recomposição dos seus quadros, asseverando-se que o último concurso geral ocorreu em 2010.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: 1) A legislação obriga a apresentação da Licença Ambiental para a outorga do título de lavra (art. 16 da Lei 7805/1989). Essa obrigatoriedade compromete a diminuição do tempo e não está sob o controle da ANM. 2) Outro entrave legal diz respeito à Terras Indígenas – TI, pois conforme preceitua a Constituição Federal, em seus Arts. 49, XVI; 176, §1º e 231, §3º a pesquisa e a lavra de recursos minerais TI somente podem ser feitas com autorização do Congresso Nacional. Assim, somente em 2015 (e mais recentemente em 2022 ratificado) é que a ANM firmou entendimento para decisão sobre requerimentos em áreas no entorno das TI. Há no banco de dados da ANM centenas de requerimentos por decidir a décadas, os quais podem ou não ter interferência com TI, contudo, a decisão desses processos somente agora certamente elevará o tempo médio das análises a patamares mais elevados
Providências implementadas para a superação da restrição: Não está sob a competência da ANM.

Restrição: Problemas no processo de Licenciamento Ambiental
Detalhamento da restrição: Cada órgão ambiental estadual tem procedimentos próprios e comprometem o andamento dos processos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não está sob a competência da ANM.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0326 - ANÁLISE DOS REQUERIMENTOS DE PESQUISA

Informações básicas

Unidade de medida: dia
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Redução do Tempo de Análise dos Requerimentos de Pesquisa
Meta prevista para 2020: 270
Meta prevista para 2021: 240
Meta prevista para 2022: 210
Meta prevista para 2023: 180

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 234
Data do valor apurado: 31/12/3202
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As medidas adotadas a partir de 2019 e 2020 possibilitaram significativa redução

no prazo de análise dos requerimentos. Entretanto, o grande volume de processos, alguns com mais de três décadas anos em fila de espera, tem impacto significativo no resultado da meta. Tal represamento de processos pendentes de análise, nas diversas etapas, suscita modificações substanciais dos procedimentos de análise para atendimento das demandas do setor, considerando, também, as perspectivas que se delineiam para os próximos anos. O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria SGM/MME nº 136, de 28.06.2019, constituído por técnicos do Ministério de Minas e Energia e da ANM (relatório anexo) apresentou diversas recomendações que estão em fase de implementação. Até que sejam implementadas as novas medidas de padronização e simplificação da análise de requerimentos, pertinentes a todas as fases em que se encontrem os processos, eventualmente, no curto prazo, haverá impactos negativos para atingimento da meta. Tais recomendações poderão ensejar alteração da meta para o ano de 2023, adequando-a a patamar mais condizente com as condições operacionais da ANM, particularmente no que se refere à disponibilidade orçamentária, estrutura de pessoal, marco regulatório, entre outros.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os requerimentos de pesquisa são apresentados pelos interessados de acordo com a avaliação de oportunidade de investimento no setor mineral. Diversos fatores influenciam a decisão do empreendedor em requerer a autorização de pesquisa. O indicador procura medir os esforços da administração em assegurar a produtividade, a simplificação e integração dos processos organizacionais da Agência Nacional de Mineração. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. Vários fatores, como a diferença de volume de processos entre as regiões, a diferença do quantitativo de servidores, a diversidade de substâncias não permite a regionalização e estabelecer metas regionais. Logo, a indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável, pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A ANM sofreu cortes orçamentários todos os anos e a execução dos projetos de automação e simplificação não puderam ser priorizados, exemplo Novo Sig Áreas.
Providências implementadas para a superação da restrição: A ANM solicita anualmente o aporte de recursos referente aos 7% determinados em Lei referentes à arrecadação da CFEM, nunca há o devido retorno.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A outorga tem 95 técnicos disponíveis para análise de requerimentos de lavra e de pesquisa, média de 209 requerimentos por ano para cada técnico.
Providências implementadas para a superação da restrição: A ANM tem reiteradamente solicitado concurso público para recomposição dos seus quadros, asseverando-se que o último concurso geral ocorreu em 2010.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: 1) O interessado delimita a área que deseja pesquisar e, se ela estiver livre de interferências com outras áreas ou restrição (seja ambiental, indígena ou qualquer outro tipo de bloqueio), o requerimento será aprovado em até 34 dias – sendo que 30 dias para cumprir a exigência do Código de Mineração (inciso III do artigo 18) e os quatro dias restantes para o procedimento de publicação no Diário Oficial da União. Apesar do sistema REPEM decidir os processos requeridos em áreas livres de forma rápida, essas só compreendem 20% dos requerimentos de pesquisa. As outras áreas requeridas com algum tipo de interferência e ainda o passivo histórico, que muitas vezes não foi analisado por problemas de estudo de retirada de interferência e possíveis deslocamentos de áreas devem ser considerados pois o fato de perseguir um tempo mais baixo, acarretará falta de interesse em analisar esses processos. 2) Até 2015 os requerimentos de pesquisa em Terras Indígenas não eram analisados por falta de previsão legal para sua decisão. A partir desse ano, a antiga PROGE forneceu os subsídios jurídicos adequados para continuidade das análises e, por conseguinte, as decisões com retirada de interferência e indeferimentos, esse último para o caso de interferência total.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1) Para automatizar as análises de requerimentos com algum tipo de interferência, é necessário implementar o novo SIG Áreas, que diminuirá o tempo de outorga dos processos novos, mas ainda restará a análise do passivo. 2) A ANM está com o planejamento de decidir todos os requerimentos com algum tipo de interferência em Terras Indígenas até o final do ano de 2023.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0327 - Oferta púbica de áreas em disponibilidade da Agência Nacional de Mineração

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Índice de disponibilização de áreas em oferta pública
Meta prevista para 2020: 20
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 53,63
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Somando-se àquelas entregas realizadas no período entre 2020 e 2021, as entregas em 2022 referem-se à 6.a Rodada de disponibilidade de áreas para Lavra Garimpeira, uma modalidade que ainda não havia sido abordada desde que entrou em vigor a Resolução ANM 24/2020, o que exigiu a dedicação de equipe de negócio e de desenvolvimento tecnológico para as adaptações necessárias no portal SOPLE (meio utilizado para as rodadas) e a 7° rodada de disponibilidade para pesquisa e lavra. Na sexta rodada foram disponibilizadas 420 áreas (1,07% da meta), na sétima rodada foram disponibilizadas 4.647 áreas (11,58% da meta). Considerando que o estoque de áreas da ANM é dinâmico e não estático, mostrando um fluxo complexo de entrada e saída de áreas com várias prioridades. Assumindo que a prioridade adotada nas rodadas é das áreas nominadas (áreas indicadas pelo mercado), e muitas das 21226 áreas já disponibilizadas até a 7.a Rodada não constam do estoque potencial previsto inicialmente de 40 mil áreas. Em virtude do exposto, está sendo avaliado a revisão deste indicador para o próximo ciclo. Informações disponíveis em: https://geo.anm.gov.br/portal/apps/dashboards/2706303fec9541bdafdad76eb5c1da7f
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A oferta pública e áreas em disponibilidade cumpre os requisitos do Código Mineral para selecionar interessados em dar prosseguimento a projetos minerários que já haviam sido outorgados a terceiros, mas que retornaram à carteira ANM por algum motivo, tais como indeferimentos de requerimentos, caducidade do título ou abandono da mina. O Decreto 9.406/2018, de 12 de junho de 2018, introduziu a possibilidade de seleção de interessados em áreas em disponibilidade por meio de leilão eletrônico. O indicador avalia o resultado global das atividades de revisão normativa, padronização de procedimentos e automação dos processos de trabalho. A indicação de resultados intermediários regionais mostra-se inviável pois não existem parâmetros para estimar regionalmente os resultados advindos das atividades do procedimento de oferta pública de áreas em disponibilidade. Adicionalmente, cada edital de disponibilidade de áreas possui regras diferentes de seleção de área, e não necessariamente fazem correlação com as unidades regionais.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação; Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Na dificuldade de contratação de servidores, foi solicitada a contratação de terceirizados para funções administrativas, os quais não foram contratados pela restrição no orçamento. Além disso, há projeto para que a estrutura do SOPLE (software utilizado na disponibilidade) seja operada em nuvem, algo que poderia ampliar a capacidade de inserção de áreas em disponibilidade por rodada e permitir o atingimento da meta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Instrução dos processos de solicitação para análise da equipe responsável pelas contratações de pessoal e serviços. Processo SEI ANM 48051.002798/2021-98 para infraestrutura em nuvem.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Na SOD / DIAED, Administradores de rodada, secretários executivos e apoio administrativo Financeiro especializado. Na Tecnologia, desenvolvedores e pessoal de gestão de qualidade. A falta de pessoal em outras unidades da ANM afeta a integração do sistema SOPLE da Disponibilidade com os demais Sistemas em outras áreas da ANM; O rodício e a constante mudança de pessoal, afeta significativamente a disponibilidade com a perda de capital intelectual.
Providências implementadas para a superação da restrição: Na dificuldade de contratação de servidores, foi solicitada a contratação de terceirizados para funções de desenvolvimento Tecnológico o que foi atendido parcialmente. E solicitação de administrativo. Tentou-se também uma parceria com a CPRM para repassar a sustentação do sistema SOPLE. A principal iniciativa que trouxe efetividade para a Disponibilidade foi a automação de várias partes do processo através do sistema SOPLE, como a gestão do Estoque os Requerimentos de Áreas e os de nominação de áreas, dentre outros. Este fato viabiliza minimamente a condução do processo com grande falta de recursos.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Ausência de uma unidade organizacional responsável pela disponibilidade.
Providências implementadas para a superação da restrição: Criação da DIAED (Divisão de apoio aos editais de oferta pública e sistemas de disponibilidade), porém a estrutura de unidades de cargos com responsabilidades para conduzir os leilões é escassa. Apenas a chefia da DIAED. A principal iniciativa que viabiliza a Disponibilidade é a automação de várias partes do processo através do sistema SOPLE.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: As falhas de falta de implementação do processo de disponibilidade são decorrentes em grande parte da falta de pessoal especialidade para trabalhar na gestão de qualidade na tecnologia, bem como nos processos de negócio. A separação dos papeis de product owner e gestor de negócio (PM) e Administrador de Rodada, que deveriam ter dedicação exclusiva, para trabalhar no projeto de melhoria do processo e na condução do processo de negócio (as rodadas de disponibilidade). Garantir a baixa falha de implementação com a qualidade considerando o contingente de pessoal atual é impraticável. Neste caso, a SOD/DIAED corre grandes riscos assumindo falhas na implementação do processo, com inovação e mudança constante para promover o setor mineral. Mas as falhas geram grande insegurança jurídica ao processo de disponibilidade e muito retrabalhos para uma equipe já muito reduzida e escassa.
Providências implementadas para a superação da restrição: A principal iniciativa foi dividir a responsabilidade da qualidade no processo e no sistema com outras pessoas da equipe de tecnologia que têm outras competências. Esta iniciativa reduziu um pouco as falhas de implementação, melhorando a qualidade, embora esteja longe do ideal. O processo de automação fica lento por não ter profissionais voltados exclusivamente para a qualidade e ainda sofre com uma quantidade elevadíssima de falhas de implementação.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1) A Agência passa por processo de digitalização, o que a longo prazo facilita todo o procedimento, no momento dificulta pois os processos físicos estão em posse da empresa contratada para o serviço e os técnicos acabam por não ter acesso a todos os processos para depurar e os mineradores podem ter demora no acesso aos processos para análise de interesse. 2) Durante a fase de criação do processo de disponibilidade, implementação do sistema SOPLE que automatiza o processo e implantação do sistema, o projeto não teve uma equipe de TI dedicada ao projeto. Isso ocorreu desde

julho/2019 até maio/2022. Neste período os pedidos do projeto entravam numa fila com todos os outros clientes do software para desenvolvimento de funcionalidades personalizadas e correções de falhas.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1) Está em andamento com os gestores de contrato a priorização de digitalização de processos aptos para disponibilidade. 2) Após a equipe pleitear junto à Diretoria Colegiada, o projeto recebeu uma equipe própria de desenvolvimento, que permitiu muitas melhorias no ambiente tecnológico. Apesar da nova equipe, como foi explicitado anteriormente ainda não existe pessoal especializado na área de controle de qualidade, e nem quantitativo adequado para desenvolvimento das demandas que tem projetos para mais de 5 anos de desenvolvimento e automação do processo.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Durante a pandemia o trabalho de depuração foi restrito pela falta de acesso dos servidores aos processos físicos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Está em andamento com os gestores de contrato a priorização de digitalização de processos aptos para disponibilidade.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0328 - Segurança de barragens de mineração

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Índice de redução da Categoria de Risco de Barragens de Mineração
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 83
Meta prevista para 2022: 78,5
Meta prevista para 2023: 80,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 80,5
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As inovações implementadas pela modificação da PNSB e dos normativos infralegais, alguns ainda em revisão, como por exemplo, as resoluções de classificação de barragens do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), causaram impactos significativos na forma de aferição do cálculo da Categoria de Risco CRI. Que é composta de três índices: Característica técnica CT, Estado de Conservação-EC e Plano de Segurança - PS, cada qual com parâmetros e pontuações variando entre zero e dez. Quanto maior a pontuação, maior a categoria de risco. A Resolução 95/2022 inseriu seis novos parâmetros de avaliação que modificaram os valores e limites das classes de CRI. O índice de redução da categoria de risco de barragens de mineração é igual ao número de barragens de CRI baixo dividido pelo número de barragens inseridas na PNSB. As alterações legais e normativas supracitadas incrementaram, por mudança de parâmetros avaliativos e não necessariamente nas condições das barragens de mineração, aproximadamente em 10% a quantidade de estruturas classificadas como CRI médio e alto nos últimos dois anos. Observa-se, portanto, que embora

a meta de redução de categoria de risco não tenha sido atingida, o atual cadastro de barragens de mineração, que possui maior porcentagem de barragens em categoria de risco média e alta, devido às alterações paramétricas da norma mencionada, passou a refletir de forma mais adequada a situação das barragens, as quais foram construídas em fundações pouco investigadas, sem garantias/preocupações com o controle de compactação, com alteamentos sucessivos que tendem a impor modificações na drenagem interna e a tornar seus taludes mais íngremes. Ver texto anexo
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O Resultado Intermediário faz parte do Objetivo Estratégico da ANM - Aprimorar a regulação tendo como foco a sustentabilidade, desburocratização e a ampliação da liberdade econômica – do Planejamento Estratégico 2020 – 2023. O indicador foi construído para avaliar o resultado global, uma vez que o intuito da Agência é conseguir uma redução global da Categoria de Risco nas barragens incluídas na Política Nacional de Segurança de Barragens. Nesse sentido, do ponto de vista de segurança de barragens, não há significado técnico na parametrização do indicador por regiões, nesse momento.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0329 - Programa de Regulação da Agência Nacional de Mineração – ANM (Agenda Regulatória)

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Indicador de cumprimento da Agenda Regulatória da Agência Nacional de Mineração – ANM
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 81
Meta prevista para 2022: 40
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 57,72
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022 houve o estabelecimento da segunda Agenda Regulatória da ANM, referente ao biênio 2022/2023, para a qual houve a migração de projetos em desenvolvimento que foram iniciados na Agenda Regulatória anterior, além de incorporação de novos projetos. Ressalta-se que em 2022 foram concluídos 4 (quatro) projetos da Agenda Regulatória 2020/2021 e 5 (cinco) projetos da Agenda Regulatória 2022/2023. O detalhamento do desenvolvimento dos projetos pode ser conferido no Painel da Agenda Regulatória, disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZGUzYzhkYWMtOWJkZS00ZWVjLWIxNzQtMmExN2Y5Y2YzNWFlIiwidCI6ImEzMDgzZTIxLTc0OWItNDUzNC05YWZhLTU0Y2MzMTg4OTdiOCJ9
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Agenda Regulatória da Agência Nacional de Mineração – ANM é um instrumento de planejamento que indica temas prioritários de cunho regulatório que serão estudados em determinado período e que resultarão em regulamentação ou revisão de regulamentação existente. Isso não significa, entretanto, que todas as matérias que a compõem resultarão em uma Resolução Normativa, posto que os estudos podem recomendar outras opções regulatórias mais adequadas. A Agenda Regulatória faz parte do tripé de Governança Regulatória da ANM: a Agenda

Regulatória (AR), a Análise de Impacto Regulatório (AIR) e o Processo de Participação e Controle Social (PPCS). Por ser uma ferramenta de planejamento regulatório, fornece maior segurança ao setor regulado e aos usuários, buscando efetividade, previsibilidade e transparência no cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos da ANM. A Agenda Regulatória abrange normativos de aplicação nacional, e não é possível regionalizar a execução das atividades e estabelecer metas regionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de Articulação institucional

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A deficiência de recursos humanos da Agência Nacional de Mineração, expressamente reconhecida pelo TCU no Acórdão 2914/2020 – Plenário (Processo: TC 022.781/2018-8), tem grande impacto na estruturação e implementação da Agenda Regulatória. Internamente, a Agenda Regulatória é um instrumento de estabelecimento de prioridades e organização de trabalhos, porém, os servidores designados para compor as equipes de projetos da agenda acumulam outras tarefas, as quais também são prioritárias perante outras unidades da ANM.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Agenda Regulatória para o biênio 2022/2023 foi dividida em agenda prioritária, na qual foram alocados os projetos para os quais há recursos humanos para iniciar o desenvolvimento, e agenda indicativa, na qual aguarda-se a disponibilidade de recursos humanos para início dos projetos. Na Portaria 1136, de 16 de setembro de 2022, que designa os atores responsáveis pela execução da Agenda Regulatória, foi determinado a dedicação de 20% da carga horária semanal dos chefes de projeto e dos membros de equipe para o desenvolvimento das atividades de cada projeto. A cultura de seguimento das etapas do devido processo regulatório está em criação na Agência, e a promoção de ações de capacitação têm acelerado esse processo.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: A alteração do regimento interno da ANM pela Resolução ANM nº 102, de 13 de abril de 2022, impactou a estruturação dos eixos temáticos de alocação dos projetos da agenda, e a mudança de gestores das unidades atrasou a definição das equipes de desenvolvimento dos projetos da Agenda Regulatória
Providências implementadas para a superação da restrição: Edição da Resolução ANM nº 114, de 02 de setembro de 2022, que aprova a primeira revisão da Agenda Regulatória 2022/2023 para adequar a estruturação dos portfólios de projetos à nova estrutura regimental da Agência. Edição da Portaria ANM nº 1136, de 16 de setembro de 2022, que dispõe sobre as atribuições e a designação da coordenação da agenda, dos chefes de portfólio, dos chefes de projeto e das respectivas equipes da Agenda Regulatória 2022/2023.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0330 - Publicação de Estudos Geológicos

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 42
Data de referência da linha de base: 31/01/2020
Indicador: Estudos Geológicos Publicados
Meta prevista para 2020: 42
Meta prevista para 2021: 38
Meta prevista para 2022: 39
Meta prevista para 2023: 38

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 74
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2022 foram publicados passivos de 2020 juntamente com outros estudos demandados no próprio ano, tais como estudos de geofísica aplicada desenvolvidos para o FIOL (Ferrovia de Integração Oeste–Leste-BA) e estudos de áreas para implantação de aterros sanitários no Brasil. Essas publicações somaram a meta pactuada de Estudos Geológicos do IEGM estimada para 2022, fazendo com que a mesma fosse superada. Cabe destacar que em 2022 não houve dotação orçamentária para levantamentos aerogeofísicos, impossibilitando o cumprimento desse conhecimento requerido no Plano Nacional de Mineração 2030 e caderno 1-2050. O desempenho dos Grupos do Indicador Estudos Geológicos no ano de 2022, Grupo 1, Foram desenvolvidos estudos em 5 áreas para Detalhamento do potencial exploratório por meio de levantamentos metalogenéticos nas províncias minerais brasileiras e novas fronteiras minerais, Foram publicados relatórios de 3 áreas de ativos minerais, Gipsita do Rio Cupari, Cálcario de Aveiro e Fosfato Miriri, 8 estudos de áreas foram publicados no RIGEO para agrominerais, cobalto, fosfato, lítio, urânio, ouro, cobre e metais base. Publicados 2 estudos de Materiais para Construção Civil da RM Criciúma-Tubarão e RM Maceió; Potencialidade de rochas ornamentais Bahia (Área Jacobina) e titânio laterítico-Bacia do Paraná (RIGEO). No quesito ampliar o conhecimento geológico do território nacional foram realizados 32 estudos, sendo novos levantamentos geológicos de 54000km2 e geoquímicos de 33000Km2. Nos levantamentos de Geodiversidade forma produzidos 12 estudos http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Gestao-Territorial/Estudos-para-Definicao-de-Areas-para-Aterros-Sanitarios-7423.html. Foram produzidos 6 estudos de levantamentos geológicos da Amazônia Azul: 2 Cartas geofísicas marinhas, e 2 cartas faciológicas da Plataforma Rasa, Cabedelo e João Pessoa. BaseGeo e Plataforma P3M BaseGeo Mobile e SIGH 2.0. Descrições mais detalhadas na planilha anexa.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os projetos são de abrangência nacional. Exemplo o programa de levantamento geológico em escala de 1:100K que se desenvolvem em todas as regiões do país, assim coo as bases de dados geológicos, geoquímicos, geofísicos, de geodiversidade e de geologia marinha que são integradas nacionalmente em áreas emersas e submersas do Território Brasileiro.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Redução de equipes com expertise demandada para as atribuições foram colocadas no balanço de resultados estratégicos do Serviço Geológico do Brasil - CPRM, além de contingenciamento e bloqueios financeiros que coincidiram com janelas climáticas para execução de serviços de campo e de campanhas de mar.
Providências implementadas para a superação da restrição: Reprogramação com impactos em projetos com entregas programadas para anos sequentes.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Dotação orçamentária para levantamentos aero geofísicos de forma a atender metas do plano setorial de mineração do país.
Providências implementadas para a superação da restrição: Suspensão de metas para 2023

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3003 - PETRÓLEO, GÁS, DERIVADOS E BIOCOMBUSTÍVEIS

Objetivo: 1173 - Desenvolver as indústrias do petróleo, gás natural e seus derivados e dos biocombustíveis e promover o abastecimento nacional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2022 foi finalizado com a emissão de 31,23 milhões CBIOs pelos produtores de biocombustíveis, com oferta para cumprimento da meta no ano civil de 2022 de 41,67 milhões de CBIOs, considerando o estoque de 10,44 milhões de CBIOs carregados do ano anterior. Em relação às aposentadorias, 16,82 milhões de CBIOs foram aposentados pelos distribuidores (parte obrigada) frente a uma meta de 35,98 milhões. A desaceleração das aposentarias, contudo, são explicadas pela publicação do Decreto 11.141/2022, que alterou o prazo para cumprimento da meta de 2022 para 30 de setembro de 2023. Em relação às certificações, 419 produtores de biocombustíveis estão certificados no Programa, processo que se baseia em análise de ciclo de vida para contabilização das emissões de gases de efeito estufa. Com tais resultados foram retirados 31,23 milhões de toneladas de CO2eq da atmosfera, contribuindo, significativamente, para a redução do aquecimento global, com as respectivas negociações atingindo um montante financeiro da ordem de ,4 bilhões de reais, uma vez que o preço médio do CBIO no ano foi de R$ 111,63.

Meta: 050A - Elevar o Índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás de 3.555 Mboe/dia para 4.000 Mboe/dia.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: barris de petróleo equivalente por dia
Linha de base: 3.800
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Meta prevista para 2020: 1.579,39
Meta prevista para 2021: 1.670,54
Meta prevista para 2022: 3.900
Meta prevista para 2023: 4.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 3.837.820
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: O índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás é apurado nacionalmente.

Indicador: 8651 - Índice de Produção Nacional de Petróleo e Gás

Informações básicas

Unidade de medida: barril de petróleo equivalente por dia
Valor de referência: 1.263,99
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 3.837,82
Data do índice: 31/12/2022
Observação: A meta prevista para 2022, de 3.900 Mboe/dia ficou muito próxima do resultado alcançado no exercício que foi de 3.837,82 mil barris de petróleo equivalente por dia, em que pese o esforço governamental para se mitigar os efeitos da pandemia do Covid-19 na Economia

Resultado Intermediário: 0107 - Revitalização de Atividades Terrestres em E&P – REATE.

Informações básicas

Unidade de medida: mil barris de petróleo equivalentes por dia
Linha de base: 234
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Produção de petróleo e gás natural em terra.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 239
Meta prevista para 2022: 239
Meta prevista para 2023: 231

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 203
Data do valor apurado: 30/09/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Desinvestimentos da Petrobras com retomada dos investimentos pelos novos concessionários não se realizou no ritmo planejado, prejudicando o desempenho do indicador. Existe a expectativa de que a retomada do processo em 2023 possa viabilizar os investimentos necessários ao alcance da meta prevista no PPA.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Tratam-se de dados nacionais consolidados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0108 - Diversificação dos Agentes no Fornecimento de Diesel.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 7
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de Agentes no Fornecimento de Diesel.
Meta prevista para 2020: 9
Meta prevista para 2021: 9
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado acumulado no ano de 2022 foi abaixo da meta em função de atrasos nos desinvestimentos da Petrobras no segmento de refino, previstos no Termo de Compromisso de Cessação (TCC) entre a empresa e o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (CADE).
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por ser intensivo em capital o número de agentes é pequeno, não sendo possível regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0109 - Diversificação dos Agentes no Fornecimento de Gasolina.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 7
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de Agentes no Fornecimento de Gasolina.
Meta prevista para 2020: 7

Meta prevista para 2021: 9
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado acumulado no ano de 2022 foi acima da meta em função do aumento da participação dos agentes na importação do combustível. Destaca-se, ainda, que no processo de revisão do PPA no ano de 2022, a meta foi adequada ao cenário de mercado.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por ser intensivo em capital o número de agentes é pequeno, não sendo possível regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0110 - Diversificação dos Agentes Ofertantes no Mercado de Gás Natural.

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Agentes Ofertantes no Mercado de Gás Natural.
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 8
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 9
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O setor de gás natural, em 2022, avançou em direção a um mercado aberto, dinâmico e competitivo, no âmbito do Programa Novo Mercado de Gás, mesmo em um cenário internacional desafiador para suprimento do energético. Em janeiro, de maneira inédita, vários produtores de gás natural iniciaram suprimento de gás natural diretamente a distribuidoras de gás canalizado. O aumento do número de ofertantes tem sido resultado concreto da política de abertura, que envolveu acesso de terceiros a gasodutos de escoamento e unidades de

processamento de gás natural (UPGN) da Petrobras, acesso ao sistema de transporte e realização de processos competitivos para aquisição de gás pelas distribuidoras. Ao final do ano, foram contabilizados pelo menos 7 produtores de gás natural e 2 importadores negociando gás natural, por meio do sistema de transporte dutoviário, com distribuidoras de gás canalizado e consumidores livres.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A impossibilidade de regionalização do resultado está relacionada ao fato de os ofertantes de gás natural atuarem em todo o país, ou seja, disponibilizando o gás em mais de uma região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0111 - Segurança energética em Gás Natural.

Informações básicas

Unidade de medida: anos
Linha de base: 5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Relação Entre Reserva e Produção de Gás Natural.
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 32
Meta prevista para 2022: 32
Meta prevista para 2023: 32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7,8
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Muitas descobertas já realizadas precisam ser “provadas”, o que fará com que o índice fique mais próximo da meta. Dados consolidados de 2022 só estão disponíveis em 31 de março de 2023, conforme cronograma estabelecido pela ANP.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Tratam-se de dados nacionais consolidados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0112 - Segurança energética em Petróleo.

Informações básicas

Unidade de medida: Ano
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Relação entre Reserva e Produção de Petróleo.
Meta prevista para 2020: 14
Meta prevista para 2021: 22
Meta prevista para 2022: 23
Meta prevista para 2023: 21

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12,5
Data do valor apurado: 31/03/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Muitas descobertas já realizadas precisam ser “provadas”, o que fará com que o índice fique mais próximo da meta. Dados consolidados de 2022 só estão disponíveis em 31 de março de 2023, conforme cronograma estabelecido pela ANP.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A segurança é calculada a partir das reservas existentes no território nacional e zona econômica exclusiva, não importando a região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 3004 - AVIAÇÃO CIVIL

Objetivo: 1211 - Incrementar a eficiência, a segurança e a qualidade da aviação civil.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Ao longo de 2022, observou-se a consolidação da retomada dos movimentos de aeronaves, impulsionado pelo arrefecimento da pandemia de COVID-19 aliado ao processo massivo de vacinação. Também verificou-se uma flexibilização das políticas de restrição das fronteiras, o que levou a um aumento dos voos internacionais e um crescimento na malha doméstica. Entretanto, a malha aérea ainda não alcançou os patamares de 2019, que fora um ano de pico. O IDAC de 2022 atingiu a meta estabelecia no PPA, com destaque para a recuperação do IDRA (subíndice com maior peso no IDAC) que ultrapassou a meta do subíndice em 14%. Estavam previstas a conclusão de obras em sete aeroportos, sendo realizada a entrega do aeroporto de Joaçaba/SC no exercício e Congonhas/SP referente ao exercício de 2020. Os demais aeroportos estão com as obras em execução e a previsão de entrega é de dois em 2023, três em 2024 e um em 2025. Além disso, foram entregues quatro aeroportos com equipamentos instalados e homologados, sendo um Indicador de Percurso de Precisão (PAPI) no aeroporto de Rio Verde/GO e uma Estação Meteorológica Automática (EMS-A) nos aeroportos de Caruaru/PE, Carauari/AM e Tucuruí/PA. Também ocorreu a 7ª

rodada de concessões aeroportuárias em que foram leiloados 15 aeroportos divididos em três blocos: Aviação Geral (Campo de Marte/SP e Jacarepaguá/RJ); Norte II (Belém/PA e Macapá/AP) e; SP/MS/PA/MG (Congonhas/SP, Campo Grande/MS, Corumbá/MS, Ponta Porã/MS, Santarém/PA, Marabá/PA, Parauapebas/PA, Altamira/PA, Uberlândia/MG, Montes Claros/MG e Uberaba/MG). A previsão de assinatura dos contratos das concessões é para o 1º trimestre de 2023.

Meta: 0512 - Melhorar o nível do Indicador de Desenvolvimento da Aviação Civil, passando de 0,55 para 0,66.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: --
Linha de base: 0,55
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 0,6
Meta prevista para 2021: 0,66
Meta prevista para 2022: 0,66
Meta prevista para 2023: 0,66

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 0,668
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: O IDAC é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada, a aferição regional é inexequível.

Indicador: 8677 - Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido
Valor de referência: 0,55
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,668
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Para medir os resultados do Programa ao longo dos anos, foi instituído o Índice de Desenvolvimento da Aviação Civil - IDAC. Para compor o IDAC, foram instituídos três subíndices: - IDRA: para o ano de 2022, foram considerados somente os aeroportos que tiveram operações por pelo menos 8 meses, conforme alteração procedida em 2020. Com isso, se encaixaram no critério 151 aeroportos e o resultado foi de 0,742. No cálculo deste indicador, deve-se considerar algumas mudanças necessárias na planilha para que todas as localidades em que aeroportos tiveram operações por mais de 8 meses pudessem ser contempladas. São elas: a) Inclusão da localidade e do Aeroporto de Una/Comandatuba-BA, sigla SBTC, IGBN 4,55852181740451, ausentes do rol de aeroportos; b) Inclusão da localidade e do Aeroporto de Barra Grande-BA, sigla SIRI, IGBN 1,87839324584279, ausentes do rol de aeroportos; c) Inclusão da localidade de Cairu-BA com o Aeroporto de Lorenzo-BA, sigla SNCL, IGBN 1,87839324584279, ausentes do rol de aeroportos; d) Em relação ao Aeroporto de Una/Comandatuba-BA (SBTC), para se evitar uma distorção no calculo do IDRA, uma vez que o IBGN de SBTC é o mesmo de Ilhéus (SBIL), o IBGN de SBTC foi excluído, contudo para fins de contagem dos aeroportos atendidos por operações regulares, SBTC foi mantido. e) Em relação ao aeroporto de Aeroporto de Lorenzo-BA (SNCL), para se evitar uma distorção no calculo do IDRA, uma vez que o IBGN de SNCL é o mesmo de Maraú (SIRI), o IBGN de SNCL foi excluído, contudo para fins de contagem dos aeroportos atendidos por operações regulares, SNCL foi mantido. f) Desde 2021 houve a inclusão do novo aeroporto de Vitória da Conquista-BA, sigla SBVC. Contudo, há alguns voos que foram registrados no aeroporto antigo, sigla SBQV, que está fechado. Para se evitar uma dupla contagem da localidade, uma vez que a mesma população não é duplamente atendida por se ter dois aeroportos, mas apenas se melhoras as condições anteriores de atendimento, as operações atribuídas para SBQV foram integralmente remanejadas para SBVC. - Indicador ISGP: A pesquisa de satisfação dos passageiros realizada pela SAC foi feita no primeiro, segundo e terceiro trimestres de 2022, além do mês de outubro de 2022. Não foi possível a realização da pesquisa em todos os meses do quarto trimestre, porque foi necessário o lançamento de processo licitatório para nova seleção de uma empresa para prestação do serviço de pesquisa. Tal processo enfrentou diversos óbices de ordem burocráticas que impediram a realização da pesquisa nos meses de novembro e dezembro. Com isso, para fins metodológicos, será considerado o valor de outubro de 2022 para a apuração do quarto trimestre de 2022. O valor de satisfação anual foi de 4,43. Asso, o valor do ISGP foi de 0,544. - No que se refere ao Indicador ISAC, o parâmetro de busca no sítio do CENIPA da INTERNET com resultado de 1 acidente com operações regulares no ano de 2022 foi aplicado, e o resultado parcial foi de 0,667. Desta forma, após aplicadas as alterações pactuadas em 2020 e avaliando-se o resultado dos três indicadores e aplicando os devidos pesos, o resultado do IDAC para 2022 é 0,668.

Resultado Intermediário: 0002 - Concessões aeroportuárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de concessões aeroportuárias realizadas por ano.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 22
Meta prevista para 2022: 15
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O leilão referente à concessões dos 15 aeroportos da 7ª Rodada foi realizado no dia 18/08/2022. A previsão é que os contratos de concessão dos três blocos de aeroportos (SP/MS/MG/PA, Norte II e Aviação Geral), os quais abarcam os 15 aeroportos listados, sejam assinados em março de 2023. Como o critério de apuração é a partir do contrato assinado, a meta de 15 aeroportos para o ano não foi atingida.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O intervalo de tempo entre o leilão e a assinatura do contrato de concessão tem afetado o desempenho deste resultado intermediário, pois nem sempre é possível pactuar os termos do contrato dentro do mesmo exercício do leilão. Assim, a previsão da meta (que é feita baseada nas datas dos leilões) acaba comprometida.
Providências implementadas para a superação da restrição: Atualização das datas de assinatura dos contratos que ficaram pendentes em eventos de monitoramento posteriores.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	1	3	0	0	31/12/2022	Foram leiloados os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, todos no estado do Mato Grosso do Sul. Totalizando três aeroportos com previsão de assinatura do contrato em março/2023.	Não informado
Região Nordeste	0	4	0	0	0	31/12/2022	Não havia previsão de concessão aeroportuária nesta região.	Não informado
Região Norte	0	8	6	0	0	31/12/2022	Foram leiloados os aeroportos de Belém, Santarém, Marabá, Carajás e Altamira, todos no estado do Pará, além do aeroporto de Macapá, no estado do Amapá. Totalizando seis aeroportos com previsão de assinatura do contrato em março/2023.	Não informado
Região Sudeste	0	0	6	2	0	31/12/2022	Foram leiloados os aeroportos de Uberlândia, Montes Claros e Uberaba, do estado de Minas Gerais; os aeroportos de Campo de Marte e Congonhas, no estado de São Paulo; e o aeroporto de Jacarepaguá, no estado do Rio de Janeiro. Totalizando seis aeroportos com previsão de assinatura do contrato em março/2023.	Não informado
Região Sul	0	9	0	0	0	31/12/2022	Não havia previsão de concessão aeroportuária nesta região.	Não

								informado

Resultado Intermediário: 0003 - Aeroportos reformados.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Reforma em aeroportos e/ou recuperação de pistas.
Meta prevista para 2020: 8
Meta prevista para 2021: 6
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Estavam previstas a conclusão de obras nos aeroportos de Passo Fundo/RS, Maringá/PR, Joaçaba/SC, Paracatu/MG, Caçador/SC, Araguaína/TO e Bom Jesus/PI, sendo que, dentre os sete aeroportos citados, um teve suas obras concluídas em 2022 (Joaçaba/SC), quanto aos demais, dois aeroportos estão com previsão de conclusão para 2023 (Paracatu/MG e Caçador/SC), três estão previstos para 2024 (Passo Fundos/RS, Maringá/PR e Bom Jesus/PI) e um está previsto para 2025 (Araguaína/TO). Com relação ao aeroporto de Sorriso/MT, que fazia parte da meta dos Resultados Intermediários de 2021, a entrega foi adiada para 2023 devido à rescisão contratual pela empresa contratada sem concluir as obras. Assim, será feita nova licitação para continuidade das etapas do pátio de aeronaves. Foi entregue a obra no aeroporto de Congonhas/SP relativa ao exercício de 2020.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de implementação

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Houve falta de recursos para conclusão das obras nos aeroportos de Bom Jesus/PI e Caçador/SC.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aporte de recursos para conclusão das obras.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Houve troca do efetivo administrativo que conduzia o processo da obra do aeroporto de Paracatu/MG e no aeroporto de Araguaína/TO, verificou-se que houve falhas na execução da obra pela empresa executora e que a equipe de fiscalização foi ineficaz.
Providências implementadas para a superação da restrição: No aeroporto de Paracatu/MG, ocorreu a formalização da nova equipe responsável pela fiscalização do empreendimento. No aeroporto de Araguaína, houve reestruturação da equipe de fiscalização e da empresa contratada.

Restrição: Falhas de implementação

Detalhamento da restrição: Houve pendências na entrega dos projetos dos aeroportos de Maringá/PR e Passo Fundo/RS.
Providências implementadas para a superação da restrição: No aeroporto de Maringá/PR, a prefeitura do município está realizando licitação para contratação de empresa com expertise em equipamentos de navegação aérea para elaboração do projeto. No aeroporto de Passo Fundo/RS, será elaborado termo aditivo de supressão para retirada do item Seção Contra Incêndio - SCI do escopo da obra.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	1	2	0	4	0	31/12/2022	Não havia previsão de entrega para esta região no ano, mas havia o aeroporto de Sorriso/MT da meta de 2021 que teve a entrega adiada para 2022. Entretanto, no primeiro semestre as obras se encontravam com a etapa de Pista de Pouso e Decolagem - PPD concluída e a etapa de pátio paralisada, com um total de 68% de execução física. A paralisação ocorreu devido a rescisão contratual por falência da empresa executora. Assim, devido à necessidade de realização de nova licitação, a conclusão da obra foi adiada para 2023.	Não informado
Região Nordeste	0	0	1	4	0	31/12/2022	Havia previsão de entrega do aeroporto de Bom Jesus/PI. No primeiro semestre de 2022, as obras da etapa de infraestrutura encontravam-se com 89% de execução física, que corresponde a 37% do total do escopo do empreendimento, que inclui o novo TPS e obras complementares. Entretanto, as obras de infraestrutura do Lado Ar não foram concluídas em 2022 devido a falta de recursos, assim, a conclusão foi adiada para maio de 2023. Quanto a etapa de edificações, o orçamento está sendo atualizado e a obra deve ter autorização de licitação até junho de 2023 e conclusão prevista para novembro de 2024.	Não informado
Região Norte	1	2	1	4	0	31/12/2022	Havia previsão de entrega do aeroporto de Araguaína/TO. Entretanto, as obras de drenagem não foram concluídas em 2022. Foram verificados atrasos na execução na última visita realizada pela equipe técnica devido a falhas da empresa executora, além disso, foi constatado que a equipe de fiscalização era ineficaz. Recentemente houve reestruturação da equipe de fiscalização e da empresa contratada. A previsão para a conclusão da obra de drenagem é março 2023. Já a entrega do empreedimento foi	Não informado

							adiada para 2025.	
Região Sudeste	2	1	1	1	1	31/12/2022	Havia previsão de entrega do aeroporto de Paracatu/MG, entretanto, houve troca do efetivo administrativo que conduzia o empreendimento e consequente demora da nova equipe para ambientação quanto ao processo. Assim, os ajustes necessários ao projeto, principalmente da cerca operacional e portões, sofreram atraso, causando o adiamento na entrega do empreendimento para 2023. -Foi entregue a obra no aeroporto de Congonhas/SP relativa ao exercício de 2020. de acordo com o seguinte cronograma: -Reforma e ampliação da área de embarque remoto e área de vistoria - entrega em março de 2022. -Adequação das taxiways - entrega em março de 2022. -EMAS e obras complementares na PPD principal - entrega em junho de 2022. -Construção de coberturas metálicas no posto A-300 e portão oeste - entrega em julho de 2022. -Sinalização vertical RDR, RGL - entrega em outubro de 2022. -Adequações na PPD - entrega em dez/2022. Vale ressaltar que o andamento da obra foi impactado pela pandemia de COVID-19.	Não informado
Região Sul	4	1	4	3	1	31/12/2022	Houve a entrega do aeroporto de Joaçaba/SC. Além disso, estavam previstas obras em mais três aeroportos, a seguir detalhados: -Aeroporto de Passo Fundo/RS: as obras do Lado Ar foram concluídas e ficou pendente somente a obra da Seção Contra Incêndio - SCI. Está sendo analisada a possibilidade de retirada deste item do escopo da obra, com devolução do recurso correspondente, pois entende-se que neste momento o serviço não será necessário para o bom andamento do aeroporto. -Aeroporto de Maringá/PR: Contrato em execução, houve atraso na entrega devido a dificuldade da prefeitura de Maringá em realizar licitação para contratação de empresa para elaborar o projeto. Considerando a complexidade do empreendimento, bem como a restrição de profissionais na prefeitura de Maringá com expertise em equipamentos de navegação aérea, entende-se que o projeto deve ser concluído em 2023 e a obra em 2024. -Aeroporto de Caçador/SC: houve atraso na execução da obra devido a falta de recursos e também pela ocorrência de chuvas intensas na região. Após o replanejamento da obra, a previsão de conclusão ficou para junho de 2023.	Não informado

Resultado Intermediário: 0363 - Equipamentos instalados e homologados

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Número de equipamentos instalados e homologados
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta foi atingida integralmente.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	0	1	0	1	31/12/2022	Houve instalação e homologação do equipamento PAPI - Precision Aproach Path Indicator (Indicador de Percurso de Precisão), sistema de ajudas visuais à navegação aérea, no aeroporto de Rio Verde/GO.	Não informado
Região Nordeste	0	0	1	0	1	31/12/2022	Houve a instalação e homologação de uma Estação Meteorológica Automática (EMS-A) no aeroporto de Caruaru/PE.	Não informado
Região Norte	0	0	2	0	2	31/12/2022	Houve instalação e homologação de duas Estações Meteorológicas Automáticas (EMS-A) na região Norte, uma no aeroporto de Carauari/AM e outra no aeroporto de Tucuruí/PA.	Não informado

PROGRAMA: 3005 - TRANSPORTE AQUAVIÁRIO

Objetivo: 1184 - Promover a eficiência, a qualidade e a segurança do sistema de transporte aquaviário, aumentando a sua disponibilidade e competitividade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O programa Transporte Aquaviário apresentou desempenho abaixo da meta para o ano, com forte queda dos subíndices de tempo médio para atracação, que refletem a eficiência logística portuária. O índice alcançou 81,17% da meta. Quanto aos resultados intermediários, foram realizadas manutenções em sete hidrovias, sendo uma na região Sul, duas na região Nordeste, duas na região Norte, uma na região Centro-Oeste e uma Nacional. Foram realizados três leilões de terminais portuários, dos quais dois tiveram os contratos assinados. Além disso, houve assinatura de sete contratos de terminais leiloados em 2021, e foi adicionado o processo de desestatização da Codesa, ocasionando na concessão de dois portos (Vitória e Barra de Riacho) no estado do Espírito Santo. Também foi realizada uma dragagem na região Nordeste. Todos os empreendimentos estão especificados nas abas de regionalização. Quanto aos financiamentos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, foram entregues 108 embarcações com a seguinte regionalização: 49 obras realizadas na região norte; 2 na região nordeste; 42 na região sudeste; e 15 na região sul. Em relação ao enquadramento, essas obras entregues representam 51 reparos; 45 modernizações; 7 conversões; e 5 construções de embarcações. Ressalta-se que não se observou entregas de projetos de estaleiros em 2022. Entretanto, houve desembolso de recursos para uma obra de estaleiro, cuja entrega é estimada para 2023.

Meta: 0523 - Melhorar o nível do Indicador de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário – IESTA, passando de 1,88 para 8,00.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: --
Linha de base: 1,88
Data de referência da linha de base: 19/06/2019
Meta prevista para 2020: 2,04
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4,87
Data de Referência: 31/12/2022

Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: O IESTA é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada que utilizou series históricas a nível nacional, a aferição regional da meta é inexequível.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Necessidade de readequação das metas para os indicadores de tempo médio de atracação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estudos estavam sendo realizados para aprimoramento dos subíndices, porém após as mudanças institucionais, a previsão é que as melhorias sejam implementadas no PPA 2024-2027.

Indicador: 8696 - Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário

Informações básicas

Unidade de medida: pontos
Valor de referência: 1,88
Data de Apuração: 19/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 4,87
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Para medir os resultados do Programa foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Aquaviário – IESTA, que busca avaliar os resultados e impactos da política de transporte aquaviário abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional – PEI (competitividade e satisfação do usuário). O IESTA é composto de oito indicadores setoriais ou subíndices, sendo que os quatro primeiros medem a quantidade de carga movimentada nas instalações portuárias públicas (1); na navegação de cabotagem (2); na navegação de longo curso (3); e na navegação interior (4), e os quatro últimos medem o tempo médio para atracação de navios que transportam contêineres (5); soja (6); minério de ferro (7); e petróleo bruto (8). O índice alcançou 81,17% da meta. Observou-se a necessidade de readequação dos indicadores do tipo "tempo médio de atracação", pois os valores projetados tem se mostrado inexequíveis. Estudos estavam sendo realizados, entretanto, após as mudanças institucionais, a previsão é que os subíndices sejam revistos somente no PPA 2024-2027.

Resultado Intermediário: 0004 - Concessões de Portos e Terminais Portuários.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de concessões de Portos ou Terminais por ano.
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 11
Meta prevista para 2022: 11
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 11
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Nesse resultado intermediário, considera-se a entrega realizada a partir da assinatura do contrato. Assim, houve assinatura de 11 contratos de concessões de portos ou terminais portuários no período. Foram realizados dois leilões dos terminais previstos para o ano e um teve o contrato assinado: Suape/PE (SUA07). O outro terminal leiloado foi o de Paranaguá/PR (PAR32), destinado à movimentação de carga geral (açúcar ensacado), com R$ 30 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 4,18 milhões, a assinatura do contrato está prevista para 2023. Também foram assinados mais sete contratos de terminais leiloados em 2021: Imbituba/SC (IMB05); Mucuripe/CE (MUC01); Maceió/AL (MAC13); Areia Branca/RN (TERSAB); Salvador/BA (SSD09) – não previsto na meta; Macapá/AP (MCP02) e Santos/SP (STS08A). Além disso, houve assinatura de mais um contrato do terminal do porto de Santos/SP (STS11), este terminal foi leiloado em 2022 e não estava previsto em nenhuma meta. Houve ainda a inclusão do projeto de desestatização da Codesa, que abrange os Portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES, com assinatura do contrato em 05 de setembro de 2022. O detalhamento desses terminais e dos demais terminais previstos na meta de 2022, além do terminal de Santos/SP (STS08), da meta de 2021, estão especificados na regionalização.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Necessidade de ajustes nos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTEA de oito terminais portuários que faziam parte da meta, o que causou o adiamento dos leilões.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ajuste dos EVTEA.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	4	7	5	0	5	31/12/2022	Houve assinatura de cinco contratos de concessão de terminais portuários da região, sendo um relativo à meta de 2022, três que	Não informado

							tinham ficado pendentes da meta de 2021 e outro que não fazia parte da meta e foi acrescentado ao resultado de 2022: -Suape/PE (SUA07): Destinado à movimentação de carga geral e granel mineral, com R$ 0,015 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 59,8 milhões, contrato assinado em novembro de 2022 (meta de 2022). -Mucuripe/CE (MUC01): Destinado à movimentação de granel vegetal, com R$ 47,70 milhões em investimentos previstos. A assinatura do contrato ocorreu em 1 de abril de 2022 (meta de 2021). -Maceió/AL (MAC13): Destinado à movimentação de granel vegetal (açúcar), com R$ 0,015 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 57,86 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 28 de junho de 2022 (meta de 2021). -Areia Branca/RN (TERSAB): Destinado à movimentação de granel mineral (sal), com R$ 0,1 milhão em outorgas e investimentos previstos de R$ 164,11 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 1 de julho de 2022 (meta de 2021). -Salvador/BA (SSD09): Destinado à movimentação de carga geral, com R$ 32 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 17,73 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 14 de novembro de 2022 (acrescentado ao resultado de 2022). Quanto aos demais terminais que faziam parte da meta para a região no exercício, três no porto de Maceió/AL (MAC11, MAC12 e MAC14) e um no porto de Mucuripe/CE (MUC59), não foi possível realizar a licitação devido à necessidade de ajustes dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTEA.	
Região Norte	0	1	2	0	1	31/12/2022	Houve assinatura de um contrato de concessão de terminal portuário da região relativo à meta de 2021: -Macapá/AP (MCP02): Destinado à movimentação de farelo de soja, com R$ 5,8 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 41,35 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 16 de maio de 2022. Quanto aos terminais que faziam parte da meta para o exercício de 2022, Vila do Conde/PA (VDC10 e VDC10A), não foi possível realizar a licitação devido a necessidade de ajustes dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTEA.	Não informado
Região Sudeste	2	2	1	0	4	31/12/2022	Houve assinatura de quatro contratos de concessão de portos ou terminais portuários da região, sendo um que tinha ficado pendente da meta de 2021 e três que não faziam parte da meta e foram acrescentados ao resultado de 2022: -Santos/SP (STS08A): Destinado à movimentação de combustíveis líquidos (GLP), com R$ 558,25 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 678,33 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 1 de julho de 2022 (meta de 2021). -Santos/SP (STS11): Destinado à	Não informado

							movimentação de granel vegetal, com R$ 10 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 764,85 milhões. A assinatura do contrato ocorreu em 02 de setembro de 2022 (acrescentado ao resultado de 2022). -Houve a assinatura de dois contratos de concessão de portos com a inclusão do projeto de desestatização da Codesa, que abrange os Portos de Vitória/ES e Barra do Riacho/ES. A assinatura do contrato ocorreu em 05 de setembro de 2022 (acrescentados ao resultado de 2022). Quanto ao terminal que fazia parte da meta para a região em 2022, porto de Itaguaí/RJ (ITG03), não foi possível realizar a licitação devido a necessidade de ajustes dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTEA. Sobre o terminal de Santos/SP (STS08), que fazia parte da meta de 2021 e não foi entregue, ocorreu a tentativa de leilão, entretanto a licitação foi deserta e o projeto retornou à fase de estudos, sem previsão de nova licitação.	
Região Sul	1	1	3	0	1	31/12/2022	Houve assinatura de um contrato de concessão de terminal portuário da região relativo à meta de 2022: -Imbituba/SC (IMB05): Destinado à movimentação de granel líquido (Soda), com R$ 0,2 milhões em outorgas e investimentos previstos de R$ 25,1 milhões, contrato assinado em maio de 2022. Quanto aos demais terminais que faziam parte da meta para 2022, ambos no porto de Paranaguá/PR, o terminal (PAR32) foi leiloado em março de 2022, mas a assinatura do contrato não ocorreu devido a uma ação judicial que está tramitando no STJ. O outro terminal (PAR50) não foi licitado devido à necessidade de ajustes dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica - EVTEA.	Não informado

Resultado Intermediário: 0005 - Dragagens em portos organizados

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de dragagens em portos organizados realizadas
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foi realizada a Dragagem do Porto de Recife/PE.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	0	1	0	1	31/12/2022	Foi realizado dragagem no Porto de Receife/PE com objetivo de estabelecer profundidade suficiente, facilitando a navegação e a chegada de navios de maior carga ao local. Os serviços incluíram os trabalhos de dragagem, de levantamentos hidrográficos inicial e final e de elaboração do projeto executivo. No total, foi dragado um volume de aproximadamente 1 milhão de metros cúbicos. (Entrega em abril/2022)	Não informado
Região Sudeste	1	0	0	0	0	31/12/2022	Não havia meta prevista para esta região no exercício de 2022.	Não informado
Região Sul	1	1	0	0	0	31/12/2022	Não havia meta prevista para esta região no exercício de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0006 - Manutenção hidroviária realizada

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de manutenções hidroviárias realizadas
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 8
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ocorreram manutenções em sete hidrovias, conforme listadas abaixo: -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira; -manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4; -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Taquari; -início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai; -desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental; -desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Parnaíba; e -manutenção das Eclusas sob responsabilidade do DNIT. As intervenções realizadas em cada manutenção estão descritas na regionalização, exceto a de âmbito nacional, a seguir descrita: -Manutenção de eclusas sob responsabilidade do DNIT: Ao longo do ano todas as eclusas nacionais sob responsabilidade do DNIT estão sendo abrangidas com contratos de manutenção e operação. No final de 2021 foram assinados os novos contratos de Operação e Manutenção da Eclusa de Sobradinho e das Eclusas do Sul (Amarópolis, Anel de Dom Marco, Bom Retiro do Sul e Fandangos) para os próximos 05 anos. Em Janeiro/22 foi assinado o novo contrato de Operação e Manutenção da Eclusa de Tucuruí para os próximos 05 anos. Novos contratos de Operação e Manutenção das Eclusas de São Paulo (Três Irmãos e Jupiá) seguem em andamento e em fase de Análise de Propostas das empresas. Com estes serviços, são garantidas a disponibilidade completa destas eclusas, potencializando a navegação nas hidrovias brasileiras. A Eclusa de Três Irmãos está fora de operação desde janeiro de 2022 devido interrupção no abastecimento de energia elétrica em decorrência de incêndio na rede elétrica da eclusa. A Eclusa de Amarópolis está fora de operação desde o dia 06/06/2022 devido à necessidade de verificação das alças de barramento (sem previsão de retomada).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	1	1	1	1	31/12/2022	Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Paraguai: foram iniciados em junho de 2022 e seguem em andamento. Os serviços de dragagem estão sendo executados entre as cidades de Cáceres/MT e Corumbá/MS (Tramo Norte) e no Passo do Jacaré (Tramo Sul), numa extensão de 156 km. Estima-se um volume dragado de aproximadamente 500 mil m³ por ano. O empreendimento proporcionará melhores condições de navegabilidade e segurança, coerente com a elevada importância social e econômica da via para a região.	Não informado
Região Nordeste	2	2	2	1	2	31/12/2022	-Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Parnaíba: os serviços na região do Delta (municípios de Araioses/MA, Água Doce/MA, Tutóia/MA e Ilha Grande/PI) foram concluídos em março/2022 e contemplaram os serviços	Não informado

							de destocamento/remoção de toras e galhadas de canais navegáveis bloqueados pela vegetação, numa extensão total de 157,87 km. As ações possibilitaram aos usuários trafego com segurança pela hidrovia, reduzindo o risco de acidentes com as embarcações. -Desobstrução das Hidrovias da Bacia Hidrográfica do Atlântico Nordeste Ocidental: serviços de desobstrução/destocamento nas hidrovias do Mearim e Grajaú com contratos vigentes. A execução de obras e serviços a serem realizados na margens dos rios Mearim e Grajaú tem como objetivo dar continuidade nas condições de segurança e navegabilidade da região garantidas por contratos anteriores.	
Região Norte	2	2	2	2	2	31/12/2022	-Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Madeira: Os serviços foram realizados em cinco locais diferentes do rio entre a cidade de Porto Velho/RO e Manicoré/AM. Os serviços buscam evitar a interrupção do transporte de cargas pelo rio durante o período da seca e garantir a utilização do transporte hidroviário da região, que é uma rota fundamental tanto para o escoamento da produção de grãos (soja e milho) dos estados do Mato Grosso e Rondônia, quanto para o deslocamento de pessoas, tornando-se via fluvial indispensável em função da quase inexistência de outros meios de transporte na região (Entrega em junho/2022). - Manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte - IP4 sob responsabilidade do DNIT: ao longo do ano estão sendo mantidas e operadas 48 IP4 na Região Norte, com previsão de 8 novas IP4 (seis no Pará e duas no Amazonas) entrarem em operação no início de 2023. Os terminais sob responsabilidade do DNIT apresentam instrumentos de Operação e Manutenção, de acordo com as suas características técnicas originais, proporcionando maior segurança e eficiência aos usuários. Estes serviços, garantem ainda, a manutenção da infraestrutura, inclusive edificações de apoio à operação portuária, gestão e operação do parque portuário, dos equipamentos de carga e descarga, da carga e descarga das embarcações e dos terminais de passageiros.	Não informado
Região Sudeste	0	1	0	1	0	31/12/2022	Não havia previsão de manutenção hidroviária para esta região no período.	Não informado
Região Sul	1	1	1	1	1	31/12/2022	-Início da Campanha de Dragagem da Hidrovia do Taquari: os serviços de dragagem foram iniciados em março de 2022 e seguem em andamento. Estão previstos um volume de 300 mil m³ de material dragado até o final do contrato em	Não informado

							março/2026, uma média de 75 mil m³ por ano.	

Resultado Intermediário: 0368 - Construção/reforma de estaleiros/embarcações

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 46
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Entrega de empreendimentos financiados com recursos do Fundo da Marinha Mercante(FMM)
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 8
Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 108
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No exercício de 2022, foi registrada a entrega de 108 embarcações com a seguinte regionalização: 49 obras realizadas na região norte; 2 na região nordeste; 42 na região sudeste; e 15 na região sul. Em relação ao enquadramento, essas obras entregues representam 51 reparos; 45 modernizações; 7 conversões; e 5 construções de embarcações. Ressalta-se que não se observou entregas de projetos de estaleiros em 2022. Entretanto, houve desembolso de recursos para uma obra de estaleiro, cuja entrega é estimada para 2023. Ademais, com a alteração do art. 26 da Lei 10.893, de 2004, no sentido de incluir obras de infraestrutura portuária e aquaviária no bojo das aplicações dos recursos do FMM, bem como a aprovação de concessão de prioridade de três projetos de infraestrutura portuária na 51º Reunião Ordinária do Conselho diretor do FMM, serão estimados montante de desembolso e entregas para esse tipo de enquadramento referente ao exercício de 2023.
Restrições: -
Notas do usuário: A maioria das obras financiadas com recursos do Fundo da Marinha Mercante são da iniciativa privada, que por sua vez, apresenta autonomia na tomada de decisão com relação a contratação dos financiamentos. Dessa forma, não existe gerência direta da equipe técnica em relação aos cancelados/adiamentos dos postulantes.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	0	1	2	31/12/2022	Há necessidade de redimensionamento da meta.	Não informado

Região Norte	-	-	0	1	49	31/12/2022	Há necessidade de redimensionamento da meta.	Não informado
Região Sudeste	-	-	7	1	42	31/12/2022	Há necessidade de redimensionamento da meta. Quanto às sete entregas previstas na meta, segue abaixo a situação: • Construção de 1 estaleiro de reparo: entrega adiada para dez/2023; • Construção de 2 balsas para transporte de óleo: obra cancelada. O tomador desistiu de financiar a obra com recursos do FMM; • Conversão/modernização de 1 embarcação: entrega adiada para dez/2023. O postulante busca renovar a concessão de prioridade; • Construção de 2 embarcações de apoio marítimo SDSV - SHALLOW DIVE SUPPORT VESSEL: obra cancelada. O tomador desistiu de financiar a obra com recursos do FMM. • Conversão de 1 barcaça oceânica em navio porta contêiner FEEDER 500 TEUS: obra cancelada. O tomador desistiu de financiar a obra com recursos do FMM.	Não informado
Região Sul	-	-	1	1	15	31/12/2022	Há necessidade de redimensionamento da meta. Quanto à entrega prevista na meta, segue abaixo a situação: Construção de 1 rebocador portuário com motor azimutal: entrega adiada para abr/2023.	Não informado

PROGRAMA: 3006 - TRANSPORTE TERRESTRE E TRÂNSITO

Objetivo: 1235 - Promover a eficiência do sistema de transporte terrestre e trânsito.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito - IESTTT aferido foi de 5,72, atingindo 95,33% da meta para o ano. Dos subíndices que superaram a meta, destacou-se o indicador 3 - Quilômetros de rodovias concedidos no período de análise, que superou a pontuação máxima do índice para o período do PPA 2020-2023. Dez subíndices que integram o IESTTT tiveram medições abaixo das metas previstas e soluções estão sendo implementadas. No modal rodoviário, foram concedidos 2.362,22 km de rodovias, sendo 1.635,32 km referentes à assinatura dos contratos das BR-163/230/MT/PA (1.009,52 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km), trechos leiloados em 2021; e 726,9 km, correspondendo ao trecho da BR-116/465/493/RJ/MG, com leilão e assinatura do contrato em 2022. Também foram entregues 339,99 km de obras de construção/adequação rodoviárias, o que equivale a 97,14% da meta prevista para o ano. Quanto à manutenção rodoviária, a meta foi ultrapassada, tendo 57.820,53 km (94,40%) de um total de 61.249,66 km da malha rodoviária federal assegurados por serviços de manutenção, todos com cobertura contratual. Entretanto, ressalta-se que a restrição orçamentária tem implicado na mudança de contratos de manutenção estruturada (CREMA ou restauração e construção) para contratos de conservação tradicional, o que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado. No modal ferroviário, a meta de construção de ferrovias alcançou somente 20,50% da meta, porém, foi identificada necessidade de ajuste da meta em função da subconcessão do trecho de 537 km da FIOL I em 2021. Após o ajuste (que será

realizado na revisão do PPA que ocorrerá após este monitoramento), o valor obtido passará para 44,13% da meta, ainda aquém do esperado, porém com um resultado mais condizente com a realidade. Na agenda de trânsito, vale destacar que os dois subíndices do setor que compõem o IESTTT superaram as metas para o ano. Ainda que devido ao "delay" para consolidação dos dados do subíndice de morte no trânsito (foram utilizados dados do exercício de 2021), a melhora deste indicador setorial aliada à subida do número de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito (indicador 15) reflete a melhoria gradual da segurança do trânsito brasileiro. Além disso, foi lançado o Painel PNATRANS - ferramenta desenvolvida com o objetivo de facilitar a implantação, a gestão e o monitoramento do PNATRANS. Por meio do Painel os órgãos e entidades de trânsito que possuem ações sob sua responsabilidade poderão consultá-las, o que poderá auxiliar tais órgãos no planejamento e na definição da estratégia de execução do PNATRANS, que conta ainda com um ambiente específico para o lançamento de resultados acerca do andamento das ações e produtos desenvolvidos, além de permitir o acesso a informações estratégicas e operacionais de monitoramento bem como outros documentos e novidades relacionadas ao tema.

Meta: 052B - Melhorar o nível do Indicador de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito – IESTTT, passando 1,59 para 8,00.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pontos
Linha de base: 1,59
Data de referência da linha de base: 09/06/2019
Meta prevista para 2020: 2,01
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 8

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 5,72
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Justificativa para não regionalização da Meta: O IESTTT é composto por vários subíndices e aferido nacionalmente. Devido a metodologia aplicada que utilizou series históricas a nível nacional, a aferição regional da meta é inexequível.

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A maior ocorrência de restrições para os empreendimentos de transporte rodoviário ou ferroviário é a restrição orçamentária.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aporte de recursos para retomada dos empreendimentos e normalização do ritmo das obras.
Valor da insuficiência de recursos: -

Indicador: 8699 - Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito

Informações básicas

Unidade de medida: indicador mantido
Valor de referência: 1,59
Data de Apuração: 19/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 5,72
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Para medir os resultados do Programa durante o PPA 2020-2023, foi instituído o Índice de Eficiência do Sistema de Transporte Terrestre e Trânsito (IESTTT). O indicador busca avaliar os resultados e impactos da política nacional de transporte terrestre e trânsito, abordando as dimensões do Planejamento Estratégico Institucional – PEI (competitividade, segurança e satisfação do usuário). O IESTTT é composto de 15 indicadores setoriais ou subíndices, sendo: (1) evolução da malha rodoviária; (2) manutenção rodoviária; (3) concessões rodoviárias; (4) carga transportada em ferrovias; (5) velocidade média comercial - ferroviário; (6) eficiência energética - ferroviário; (7) morte no trânsito; (8) acidentes em rodovias federais; (9) vítimas fatais em acidentes em rodovias federais; (10) índice de acidentes ferroviários; (11) acidentes ferroviários com óbitos; (12) conflitos ferroviários solucionados; (13) acidentes ferroviários graves; (14) malha rodoviária federal não-concedida entre bom/ótimo estado de conservação; e (15) integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito - SNT. Em 2022, observou-se que os subíndices 1, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 13 e 14 ficaram abaixo da meta. Apesar de dois terços dos subíndices do IESTTT terem ficado aquém do esperado, o resultado expressivo dos subíndices (2) manutenção rodoviária e (3) concessões rodoviárias, (7) Morte no trânsito, (12) conflitos ferroviários solucionados e (15) integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito, impactou positivamente no valor apurado do ano, com um resultado de 5,72, equivalente a 95,33% da meta. Cabe ressaltar que o indicador setorial (12) conflitos ferroviários solucionados, que foi aprimorado em 2021, foi novamente aperfeiçoado este ano, entretanto, entendeu-se que a atualização metodológica para a utilização no IESTTT era inviável. Assim, o novo Índice de Conflitos Ferroviários Solucionados - ICFS será utilizado no PPA 2024-2027. Uma novidade na apuração dos indicadores desse ano foi a eliminação do "delay" do subíndice (14) malha rodoviária não-concedida entre bom/ótimo estado de conservação, graças ao esforço de toda a equipe do DNIT para coletar os dados e disponibilizá-los de forma tempestiva para este monitoramento. Além disso, houve a correção da metodologia de apuração do subíndice (3) concessões rodoviárias, porque em 2021 utilizou-se erroneamente como marco para a realização da concessão a data do leilão da rodovia, porém, o marco correto é a data de assinatura do contrato de concessão. Assim, o IESTTT de 2021 foi recalculado para 4,22, que equivale a suplantação da meta para o ano em 5,5%.

Investimento Plurianual: 0282 - BR-280/SC - Adequação - S. Francisco do Sul - Jaraguá do Sul

Informações básicas

Custo total: 1.363.211.040
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 10,83
Valor da execução financeira: 89.435.502,06
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 73,9 km de extensão e três lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 8 km, o que equivale a 10,83% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 89,44 milhões. Foram concluídas a limpeza e o desmatamento do lote 2.1 e foi dado início à terraplanagem no contorno de São Francisco do Sul. Estão em execução drenagem de Obra de Arte Complementar (OAC), drenagem superficial, obras complementares, obras geotécnicas, hidrossemeadura, recuperação de áreas degradadas, supressão vegetal, terraplenagem, sub-base, base, revestimento, sinalização e Obras de Arte Especiais (OAE). Pendências: poucos recursos disponíveis para o Lote 01; riscos de desapropriação nos Lotes 1, 2.1 e 2.2 e riscos ambientais no Lote 2.2. Além disso, riscos no Lote 2.2 com remanejamento da rede de gás, elétrica e comunicação.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0284 - BR-470/SC - Adequação - Navegantes - Rio do Sul

Informações básicas

Custo total: 1.197.037.316
Meta de execução física prevista até 2023: 99,5

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 34,15
Valor da execução financeira: 27.911.343,4
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 73,2 km de extensão e cinco lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 25 km, o que equivale a 34,15% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 27,91 milhões. Estão em conclusão drenagem de OAC, drenagem superficial, obras complementares, obras de contenção, obras geotécnicas, hidrossemeadura, recuperação de áreas degradadas, supressão vegetal, terraplenagem, regularização sub-leito, sub-base, base, revestimento e sinalização. Pendências: existem riscos de desapropriação nos lotes 1, 2 (invasão da faixa de domínio) 3 e 4 (grande número de desapropriações pendentes). Riscos com pendências geotécnicas (rompimento de aterros construídos sobre solos com baixa capacidade de suporte) nos lotes 1 e 2. Nos Lotes 1, 3 e 4 há ainda riscos relacionados com a interferência e remanejamento da rede elétrica e de gás.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0285 - BR-101/BA - Adequação - Divisa SE/BA - Entr. BR-324

Informações básicas

Custo total: 1.166.701.857
Meta de execução física prevista até 2023: 82

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2,67
Valor da execução financeira: 24.629.437,54
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 166,5 km de extensão e quatro lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 4,44 km, o que equivale a 2,67% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 24,63 milhões. Estão em execução drenagem, OAC, obras geotécnicas, obras complementares, hidrossemeadura, regularização sub-leito, sub-base, supressão vegetal, terraplenagem, revestimento e sinalização. Pendências: riscos de desapropriação em todos os lotes, lotes 1 e 2 paralisados (empresa judicializou e solicita rescisão contratual), lotes 3 e 4 paralisados por falta de recursos.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0286 - BR-381/MG - Duplicação - Gov. Valadares - Belo Horizonte

Informações básicas

Custo total: 4.699.255.814
Meta de execução física prevista até 2023: 89,7

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,3
Valor da execução financeira: 53.591.325,46
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 303,0 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 0,92 km, o que equivale a 0,30% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 53,59 milhões. Foi concluído o projeto do lote 3.1 e a pavimentação do lote 7. Estão em execução drenagem, OAC, obras complementares, obras de contenção, hidrossemeadura, sub-base, terraplenagem, revestimento, sinalização, supressão vegetal e restauração. Pendências: indefinições quanto à concessão dos lotes remanescentes, obras paralisadas no lote 3.1 por causa da instabilidade de taludes e há trechos com problemas de desapropriação.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0391 - BR-163/PA - Construção - Divisa MT/PA - Santarém

Informações básicas

Custo total: 2.550.293.633
Meta de execução física prevista até 2023: 16

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 9.511.928,97
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 914,0 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2022, não houve execução física e a execução financeira foi de R$ 9,51 milhões. Foram concluídos desmatamento, terraplenagem (lote 1.6), base, revestimento e sinalização. Estão em execução supressão vegetal, terraplenagem, drenagem, obras complementares, pavimentação e Obra de Arte Especial (OAE). Pendências: Licitação e contratação do remanescente da implantação e resolução das desapropriações devido a alteração de traçado.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0396 - Porto de Pecém - Acesso Rodoviário - BR-222/CE

Informações básicas

Custo total: 210.944.150
Meta de execução física prevista até 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 70,83
Valor da execução financeira: 47.666.091,21
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 24,0 km de extensão e um lote de obras. Em 2022, a execução física foi de 17 km, o que equivale a 70,83% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 47,67 milhões. Estão em execução drenagem OAC, drenagem superficial, obras complementares, terraplenagem, sub-base, base, revestimento e sinalização. Foi identificado erro no lançamento dos exercícios anteriores, porque a camada final de pavimento só começou a ser executada em 2022, com 17 km realizados. Assim, entende-se que ainda que tenha havido execução física em todos os exercícios com obras preparatórias, como a unidade de medida é baseada em km de rodovia pavimentada, a execução física dos exercícios anteriores deverá ser zero.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0397 - BR-163/MT - Adequação - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil

Informações básicas

Custo total: 2.184.467.067
Meta de execução física prevista até 2023: 11,3

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 19.437.114,02
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 403,0 km de extensão e três lotes de obras. Em 2022, não houve execução física e a execução financeira foi de R$ 19,44 milhões. Estão em execução terraplenagem, drenagem, base, revestimento, obras complementares e sinalização. Estão sendo feitas tratativas com a ANTT para que a concessão assuma os segmentos duplicados.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0399 - BR-101/AL - Adequação - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE

Informações básicas

Custo total: 2.639.978.872
Meta de execução física prevista até 2023: 38,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 3,82
Valor da execução financeira: 83.546.770,99
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 248,4 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 9,48 km, o que equivale a 3,82% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 83,55 milhões. Estão em execução terraplanagem, drenagem, obras correntes e revestimentos. Constatou-se que houve equívoco no cálculo da execução física de 2021, sendo o valor correto 7,31 km, equivalente a 2,94%.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0408 - BR-116/RS - Adequação - Eldorado do Sul - Pelotas

Informações básicas

Custo total: 1.987.388.094
Meta de execução física prevista até 2023: 52,8

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 4,85
Valor da execução financeira: 123.452.579,52
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 227,0 km de extensão e nove lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 11,01 km, o que equivale a 4,85% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 123,45 milhões. Foi entregue o Contorno de Pelotas, no lote 1B. Estão em execução terraplenagem, base, revestimento, drenagem e sinalização. Pendências: 4 lotes em andamento, 1 lote em fase de elaboração de projetos e 4 lotes em fase de atualização do anteprojeto para licitação do remanescente (necessidade de aporte de recursos).
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0429 - BR-163/PR - Adequação - Cascavel - Guaíra

Informações básicas

Custo total: 601.995.484
Meta de execução física prevista até 2023: 46,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 9,67
Valor da execução financeira: 26.047.680,3
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 147,0 km de extensão e dois lotes de obras. Em 2022, a execução física foi de 14,21 km, o que equivale a 9,67% do total do empreendimento, com execução financeira de R$ 26,05 milhões. Obras paralisadas devido à insuficiência de recursos.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0454 - BR-163/PR - Adequação Entr. BR-277 - Cascavel - Marmelândia

Informações básicas

Custo total: 735.151.010
Meta de execução física prevista até 2023: 46,4

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 3.126.772,97
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento tem 74,0 km de extensão, com um total de execução da obra de 70,68%. Porém, em 2022, a obra continuou paralisada e em função disso não houve execução física. A execução financeira foi de R$ 3,13 milhões. Contrato rescindido após paralisação unilateral das obras pela contratada, há necessidade de aporte de recursos para contratação do remanescente. Problemas de desapropriação no trecho urbano de Capitão Leonidas Marques
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0460 - Construção da Segunda Ponte sobre o Rio Guaíba - nas BRs 116/290/RS

Informações básicas

Custo total: 927.156.451
Meta de execução física prevista até 2023: 23,2

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 3.663.628,68
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Não houve execução física no exercício e a execução financeira foi de R$ 3,66 milhões. A empresa responsável pela execução da obra desmobilizou e recusou assinatura do Termo Aditivo de Prorrogação de prazo. Houve rescisão contratual. Assim, a obra não foi considerada concluída e não tem uma previsão de conclusão porque está em definição se o remanescente será executado pelo DNIT ou incluído na concessão da rodovia. Poderá ser incluída na licitação da concessão do trecho da BR-290 até Caçapava do Sul. Existem restrições orçamentárias, caso a obra seja concluída pelo DNIT.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0508 - Construção da ferrovia de Integração Oeste-Leste - FIOL (Ilhéus/BA - Barreiras/BA) - EF 334

Informações básicas

Custo total: 8.343.700.000
Meta de execução física prevista até 2023: 16,24

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 5,21
Valor da execução financeira: 314.367.055
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O empreendimento, com extensão total de 1.022 km, foi dividido em dois trechos, sendo FIOL I (Ilhéus/BA-Caetité/BA) e FIOL II (Caetité/BA – Barreiras/BA). Após a concessão da FIOL I, trecho com 537 km de extensão, o projeto passou a compreender somente o trecho da FIOL II, com 485 km de extensão. Em 2022, foram investidos R$ 314,37 milhões, gerando um avanço físico de 5,21% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como por exemplo terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 29 km de lançamento de trilhos. Assim, contando o acumulado somente da FIOL II, tem-se o total de 61,21% de avanço físico do empreendimento. Os avanços físicos por lote são os seguintes: lote 05 3,06%; lote 06EB 3,53%; lote 06A 13,73% e lote 07 10.70%. Durante o exercício foram apresentadas dificuldades para um adequado andamento do empreendimento, a principal foram os cortes orçamentários, gerando replanejamentos por parte das empreiteiras com diminuição do avanço das obras, mesmo com a recomposição do orçamento no fim do exercício, não foi possível a retomada das obras no ritmo planejado.
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0007 - Concessões rodoviárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quilômetro de rodovias concedido.
Meta prevista para 2020: 657,42
Meta prevista para 2021: 3.118,67
Meta prevista para 2022: 4.841
Meta prevista para 2023: 15.433,01

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.362,22
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram leiloados 726,9 km, correspondendo ao trecho da BR-116/465/493/RJ/MG, com assinatura do contrato em agosto de 2022. Além disso, foram assinados os contratos das BR-163/230/MT/PA (1.009,52 km) e BR-116/101/SP/RJ (625,8 km), trechos leiloados em 2021. Os demais empreendimentos previstos para leilão em 2022 não ocorreram devido à falta de tempo hábil para lançar o edital antes do período eleitoral, são eles: Rodovias Integradas do Paraná - lote 1 a 6, totalizando 3.350,39 km.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O período de conformidade do processo no TCU demorou além do previsto.

Providências implementadas para a superação da restrição: Aprimoramento dos processos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	0	0	1.094	262,8	31/12/2022	Correspondendo ao trecho concedido da BR-163/230/MT/PA no estado do Mato Grosso.	Não informado
Região Nordeste	0	0	0	2.908,7	0	31/12/2022	Não existia previsão de entrega na região.	Não informado
Região Norte	0	0	0	0	746,72	31/12/2022	Correspondendo aos trechos concedidos da BR-163/230/MT/PA no estado do Pará.	Não informado
Região Sudeste	0	1.297,97	1.348	793	1.352,7	31/12/2022	- Concessão da rodovia BR-116/493/465/RJ/MG (Rio-Valadares) - 726,90 km; - Concessão da rodovia BR-116/101/SP/RJ - 625,8 km.	Não informado
Região Sul	220,42	0	3.493	3.820,81	0	31/12/2022	Estava previsto a entrega de 3.350,39 km de concessão para esta região, correspondendo às Rodovias Integradas do Paraná - lote 1 a 6, podem não houve tempo hábil para realização do leilão no exercício, a previsão do leilão está para o terceiro trimestre de 2023.	Não informado

Resultado Intermediário: 0008 - Concessões ferroviárias realizadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quilômetro de ferrovia concedido.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 537
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não existia previsão de concessão ferroviária para 2022.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	0	537	0	0	0	31/12/2022	Não existia previsão de concessão ferroviária para 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0009 - Construção ou Adequação de rodovias.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Construção ou adequação de quilômetro de rodovia realizada por ano.
Meta prevista para 2020: 544,19
Meta prevista para 2021: 348,49
Meta prevista para 2022: 350
Meta prevista para 2023: 350

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 339,99
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o período de 2022 foram executados 339,99 km de obras de construção/adequação rodoviária. Os empreendimentos executados foram regionalizados da seguinte forma: no Nordeste 166,14 km; no Sul 117,18 km; no Centro-Oeste 28,94 km; no Sudeste 16,32 km e no Norte 11,41 km. O total realizado corresponde a 97,14% da meta de 350 km para o exercício.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Falta de recursos para execução das obras e/ou desapropriação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aporte de recursos e avanço nas negociações das desapropriações.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	48,3	29,8	32	-	28,94	31/12/2022	• As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a licenciamento ambiental e rescisão contratual com a empreiteira.	-Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-163 (Rio Verde de Mato Grosso) - Entroncamento BR-262 (Aquidauana) - na BR-419/MS No Estado de Mato Grosso do Sul - 15,54 km. -Construção de Contorno Rodoviário em Jataí - na BR-060/GO - No Estado de Goiás - 2,00 km. -Construção do Contorno Rodoviário em Aragarças - na BR-070/GO - No Estado de Goiás - 5,00 km. -Construção de Contorno Rodoviário em Barra do Garças - na BR-070/MT - No Estado do Mato Grosso - 6,4 km.
Região Nordeste	159,84	143,84	143	-	166,14	31/12/2022	A meta para a região foi superada em 16,18%.	-Construção de Trecho Rodoviário - Divisa BA/PI - Divisa PI/MA - na BR-235/PI no Estado do Piauí - 1,02 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe - 3 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Div. PE/BA - Feira de Santana - na BR-116/BA - No Estado da Bahia - 7,16 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Div. SE/BA - Entr. BR-324 - na BR-101/BA - No Estado da Bahia - 4,44 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-226 - Entroncamento BR-101 (Reta Tabajara) - na BR-304/RN - No Estado do Rio Grande do Norte - 22,56 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222/CE - No Estado do Ceará - 17,00 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Trecho Estiva - Entroncamento BR-222 (Miranda do Norte) na BR-135/MA No Estado do Maranhão - 8,36 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa AL/PE - Divisa AL/SE - na BR-101/AL - No Estado de Alagoas - 56,08 km. -Construção de Trecho Rodoviário -

								Divisa PI/BA - Divisa BA/SE - na BR-235/BA No Estado da Bahia - 14,32 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - km 0 (Cabedelo) - km 28 (Oitizeiro) - na BR-230/PB No Estado da Paraíba - 3,79 km. - Adequação de Travessia Urbana em Imperatriz - na BR-010/MA - 7,87 km. -Adequação da Travessia Urbana de Petrolina nas BR's-407/428/PE - 15,28 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Fim das obras de duplicação - Estádio Municipal (Demerval Lobão) - na BR-316/PI - 5,26 km.
Região Norte	127,59	57	76,2	-	11,41	31/12/2022	• As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, contratos paralisados, contratação de remanescentes, interferências com concessionárias de serviços públicos e licenciamento ambiental.	-Construção de Trecho Rodoviário - Cantá - Novo Paraíso - na BR-432/RR - No Estado de Roraima - 11,41 km.
Região Sudeste	57,5	22,5	25	-	16,32	31/12/2022	• As principais interferências, além da restrição orçamentária do programa Transporte Terrestre e Trânsito, estão ligadas a desapropriação, contratação de remanescente, interferências com concessionárias de serviços públicos, licenciamento	-Adequação de Trecho Rodoviário - Entr. BR-116/259/451 (Gov. Valadares) - Entr. MG-020 - na BR-381/MG - No Estado de Minas Gerais - 0,92 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso ONDA VERDE - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo - 1,22 km. -Construção de Acesso Rodoviário ao Terminal Portuário de Capuaba - na BR-447/ES No Estado do Espírito Santo - 0,26 km. -Construção de Contorno Rodoviário (Contorno de Mestre Álvaro) em Serra - na BR-101/ES No Município de Serra - ES - 13,92 km.

							ambiental e instabilidade de taludes/encostas.	
Região Sul	150,96	95,35	73,8	-	117,18	31/12/2022	A meta para a região foi superada em 66,69%.	-Adequação de Trecho Rodoviário - Porto Alegre - Pelotas - na BR-116/RS - No Estado do Rio Grande do Sul - 11,01 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Rio Grande - Pelotas - na BR-392/RS - No Estado do Rio Grande do Sul - 2,96 km. -Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470/SC - No Estado de Santa Catarina - 25 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - Cascavel - Guaíra - na BR-163/PR - No Estado do Paraná - 14,21 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - São Francisco do Sul - Jaraguá do Sul - na BR-280/SC - No Estado de Santa Catarina - 8 km. -Construção de Trecho Rodoviário - Porto Camargo - Campo Mourão - na BR-487/PR No Estado do Paraná - 38 km. - Adequação de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Divisa SC/PR - na BR-163/SC - 18 km.

Resultado Intermediário: 0010 - Manutenção de rodovias.

Informações básicas

Unidade de medida: %
Linha de base: 88
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Taxa de cobertura conservacional rodoviária.
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 90
Meta prevista para 2022: 90
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,4
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Atualmente, 57.820,53 km (94,4%) de um total de 61.249,66 km da malha rodoviária federal encontram-se assegurados por serviços de manutenção, sendo: - 86,43% cobertos por contratos de Conservação: tem como objetivo eliminar a existência de buracos e melhorar a qualidade do estado de conservação das rodovias federais; - 5,77% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção

(CREMA): contratos de 3 a 5 anos de duração, projetos de engenharia otimizados, recuperação funcional e estrutural do pavimento, manutenção por padrões de desempenho, os níveis de serviço têm que ser garantidos durante todo o período do contrato conforme Instruções de Serviço vigentes; e - 2,2% cobertos por contratos de restauração ou construção: intervenção destinada a adaptar a rodovia, de uma forma permanente, às condições de tráfego atuais e futuras, prolongando seu período de vida.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A restrição orçamentária tem implicado na mudança de Contratos de Manutenção Estruturada (CREMA ou Restauração e Construção) para Contratos de Conservação tradicional, o que poderá impactar em uma maior velocidade de deterioração do pavimento, assim como maior investimento futuro para recuperação do ativo deteriorado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de aporte de recursos para aumentar a cobertura por Contratos de Manutenção Estruturada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	90	90	90	95,64	31/12/2022	A cobertura contratual contemplou 8.699,70 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Centro-oeste, correspondendo a cerca de 95,64% da malha total de 9.096,20 km, sendo: - 88,01% cobertos por contratos de Conservação; - 8,13% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA); e - 3,86% cobertos por contratos de restauração ou construção.	Não informado
Região Nordeste	0	90	90	90	95,45	31/12/2022	A cobertura contratual contemplou 20.361,20 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Nordeste, correspondendo a cerca de 95,45% da malha total de 21.331 km, sendo: - 94,74% cobertos por contratos de Conservação; - 4,87% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA); e - 0,39% cobertos por contratos de restauração ou construção.	Não informado
Região Norte	-	90	90	90	94,93	31/12/2022	A cobertura contratual contemplou 13.142 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Norte, correspondendo a cerca de 94,93% da malha total de 13.843,20 km, sendo: - 87,33% cobertos por contratos de Conservação; - 6,44% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA); e - 6,23% cobertos por contratos de restauração ou construção.	Não informado

Região Sudeste	-	90	90	90	84,65	31/12/2022	A cobertura contratual contemplou 5.949,73 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Sudeste, correspondendo a cerca de 84,65% da malha total de 7.028,46 km, sendo: - 91,92% cobertos por contratos de Conservação; - 7,60% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA); e - 0,48% cobertos por contratos de restauração ou construção.	Não informado
Região Sul	-	90	90	90	97,16	31/12/2022	A cobertura contratual contemplou 9.667,90 km da malha rodoviária federal administrada pelo DNIT na região Sul, correspondendo a cerca de 97,16% da malha total de 9.950,80 km, sendo: - 93,55% cobertos por contratos de Conservação; - 5,58% cobertos por contratos de Recuperação e Manutenção (CREMA); e - 0,87% cobertos por contratos de restauração ou construção.	Não informado

Resultado Intermediário: 0011 - Construção de ferrovias.

Informações básicas

Unidade de medida: Km
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Quilômetro de ferrovia construída por ano.
Meta prevista para 2020: 0,01
Meta prevista para 2021: 68,81
Meta prevista para 2022: 141,48
Meta prevista para 2023: 22,97

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Na Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), trecho entre Caetité/BA e Barreiras/BA, intitulado como FIOL II, foram investidos cerca de R$ 314,37 milhões, gerando um avanço físico de 5,21% (percentual referente a todas as intervenções do empreendimento, como, por exemplo terraplanagem, drenagem, superestrutura e assentamento de trilhos), resultando na entrega de 29 km de trilhos assentados. Sendo alcançado um percentual de 20,5% da meta. Entretanto, constatou-se que a meta estipulada para 2022 (cadastrada na revisão do PPA de 2021) está desatualizada, uma vez que foi considerado para o cálculo da meta 13,55% do total do empreendimento, que na época, correspondia a FIOL I, de 537 km de extensão e FIOL II, de 485 km de extensão. Assim, após a subconcessão do Trecho da FIOL I, a meta deveria ter sido ajustada para 65,72 km (13,55% de 485 km), o que torna o resultado alcançado de 44,13% da meta.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Ocorreram cortes orçamentários ao longo do exercício que culminaram em constantes replanejamentos por parte das empreiteiras com diminuição do ritmo das obras. Houve recomposição do orçamento no fim do exercício, porém não foi possível retomar as obras no ritmo planejado no início do ano.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aporte de recursos e retomada das obras no ritmo planejado.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	68,81	141,48	22,97	29	31/12/2022	Foi alcançado um percentual de 20,5% da meta. O valor abaixo do esperado se justifica principalmente devido à cortes orçamentários ao longo do exercício, que culminaram em constantes replanejamentos por parte das empreiteiras com diminuição do ritmo das obras.	Dentre os desafios ao desenvolvimento do empreendimento, pode-se citar: lote 05 - em elaboração os Estudos do Componente Quilombola e do Plano Básico Ambiental Quilombola para fins de liberação do trecho de 16,48 km por parte do IBAMA; ainda no lote 05, está em elaboração o Programa de Gerenciamento de Riscos e o Plano de Ação de Emergência para 12 km com a mesma finalidade junto ao IBAMA. Lote 06 EB: estão em andamento os estudos solicitados pelo IBAMA com respeito a questões relacionadas às cavernas no Morro do Bate Bate, com 1,9 km, além de reanalise por parte do IPHAN a respeito de um resgate arqueológico já realizado, cujo relatório foi encaminhado. Lote 06A: estão em andamento os estudos solicitados pelo IBAMA com às cavernas na Variante das Cavernas I com 10,1 km e a Variante das Cavernas II, resta pendente o resgate de fauna cavernícola e o levantamento arqueológico para a liberação do trecho de 9,95 km; aguarda-se decisão de liberação de trecho com 6,5 km, por parte do IBAMA, após a realização de estudos relacionados às cavernas solicitados e efetuados pela INFRA; Há desapropriação em andamento em 26,84 km do lote. Lote 07: está em andamento estudo de relevância das cavidades e definição de áreas de influência em 9,12 km para encaminhamento ao IBAMA.

Resultado Intermediário: 0304 - Adequações ferroviárias

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2021
Indicador: Quantidade de adequações ferroviárias realizadas durante o ano
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não existia previsão de entrega de adequação ferroviária para 2022.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	0	0	2	0	31/12/2022	Não existia previsão de entrega de adequação ferroviária para 2022.	Não informado
Região Sul	-	1	0	0	0	31/12/2022	Não existia previsão de entrega de adequação ferroviária para 2022.	Não informado

PROGRAMA: 4001 - COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DIVULGAÇÃO DE ATOS E MATÉRIAS DO GOVERNO FEDERAL

Objetivo: 1198 - Ampliar e modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Planejamento Estratégico da Imprensa Nacional 2020 – 2023 (PEIN 2020- 2023) busca em seus projetos realizar a missão do órgão de tornar oficiais os atos da Administração Pública, além de apoiar as ações estratégicas do Estado brasileiro por meio de serviços gráficos e preservar o acervo e a memória do órgão. Com o propósito de traduzir os novos desafios da era digital e oferecer serviços de excelência ao público, o PEIN 2020-2023 estabeleceu diretrizes resultantes da análise dos ambientes externos e internos da Instituição, alinhando-as àquelas previstas no Plano Plurianual 2020 – 2023 (PPA 2020 – 2023). Nesse contexto, e tendo em vista a responsabilidade pela edição e publicação do Diário Oficial da União, a Imprensa Nacional (IN) foi inserida em 2021 no Programa 4001, de Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal, cujo objetivo (Objetivo 1198) é de "Ampliar e Modernizar a difusão para a sociedade de conteúdos de interesse público e de atos e matérias do Governo Federal". Nesse sentido, a IN tem feito esforços para modernizar sua infraestrutura e sua gestão para proporcionar melhores serviços com maior eficiência, eficácia e efetividade. Para mensurar os esforços para alcançar o Objetivo 1198, foram pensados 3 Indicadores Estratégicos com resultados diretamente relacionados às metas do PPA: (i) quantidade média mensal de usuários aos portais e aplicativo da Imprensa Nacional; (ii) Índice percentual de matérias recebidas de forma estruturada para publicação; (iii) Taxa de variação de contratação dos serviços gráficos por meio de TEDs, que está em processo de alteração para "Taxa de incremento dos Ingressos arrecadados com Serviços Gráficos". 2. Execução das Metas No final de 2022, a quantidade média mensal de usuários aos portais e aplicativo da Imprensa Nacional ficou em 912.240,33, que equivale a 95,40% da meta proposta de 956.263 usuários. Já o percentual em relação à linha de base (ano de 2021) foi de 97,78 %. Esse indicador se refere à média mensal do ano (Jan a Dez), da soma da quantidade mensal de usuários dos portais e aplicativo da Imprensa Nacional, onde o Diário Oficial da União - DOU é publicado. Os portais são: Imprensa Nacional e INLABS. Este último tem por finalidade permitir o acesso aos arquivos das edições completas do DOU, em formato PDF e XML. No final de 2022, o Índice percentual de matérias recebidas de forma estruturada para publicação diminuiu para 21% com relação à linha de base, que era de 30%, porque o aumento expressivo do número de matérias recebidas não foi acompanhado por aumento significativo do envio de atos por formulários, diminuindo a proporção desses últimos no cômputo geral. Há a perspectiva de que haja avanço do envio de matérias estruturadas no mês de fevereiro, considerando a entrega de um protótipo minimamente viável dessa funcionalidade de envio; No final de 2022, a taxa de variação de contratação dos serviços gráficos por meio de TEDs já alcançou a meta proposta para o final de 2023: 19 TEDs ativos, ou seja, um acréscimo de 6 TEDs. Com esse acréscimo, a referida Taxa de variação de contratação dos serviços gráficos por meio de TEDs ficou em 46,15% em 31/12/2022. No que concerne à Empresa Brasil de Comunicação - EBC, o Plano Plurianual - PPA (2020-2023) foi elaborado em consonância com o Planejamento Estratégico da EBC (2021-2025). O objetivo estabelecido visa dar continuidade ao avanço da consolidação do sistema público de radiodifusão sonora e de sons e imagens complementar ao sistema privado e ao estatal, conforme previsto no artigo 223 da Constituição Federal/88. A EBC estruturou o seu objetivo no PPA 2020-2023 com a meta de estar presente com sinal digital da TV Brasil e sinal de Rádio FM, por meio de estrutura própria ou com o apoio de afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública/RNCP, com vistas a ampliar e a melhorar os serviços públicos de radiodifusão prestados à população brasileira. As ações voltadas para o alcance deste objetivo estão vinculadas a Estratégia da EBC, consoante ao Objetivo Estratégico "Ampliar o alcance da TV e Rádio, por meio da estrutura própria ou de afiliadas". Para este Objetivo, constam 2 Indicadores Estratégicos com resultados diretamente relacionados às metas do PPA: o "Índice de Cobertura da Radiodifusão – TV Digital" e o "Índice de Cobertura da Radiodifusão – Rádio FM". Além disso, no Plano de Negócios, constam 2 indicadores operacionais: "Contratos de transmissão da Rádio Nacional e Rádio MEC com novas emissoras afiliadas RNCP/ Rádio" e "Contratos de transmissão da TV Brasil com novas emissoras afiliadas RNCP/ TV". Nesse sentido, o objetivo e as metas no PPA 2020-2023, sob responsabilidade da EBC, foram definidos com base na Estratégia da Empresa e na Política Pública de Comunicação do Governo Federal, que prevê a digitalização da televisão no Brasil e a ampliação de oferta de conteúdo multimídia. Para a EBC, o alcance de resultados efetivos na Política Pública de Comunicação do Governo Federal projeta o aumento da cobertura em sinal digital da TV Brasil e da cobertura das Rádios em FM, além da distribuição de conteúdos em Digital, a fim de possibilitar maior disponibilidade de acesso à população brasileira. 2.Execução das Metas No ano de 2022, a EBC disponibilizou acesso ao sinal de Televisão Digital terrestre para mais de 98 milhões de pessoas e o sinal de Rádio FM para cerca de 47 milhões, com referência no Censo 2010 - IBGE, além da disponibilização do sinal para todo o País por meio de satélite, de operadoras de Acesso Condicionado (SeAC) e de transmissão em ondas curtas de rádio. Segundo dados da Kantar IBOPE Media, de janeiro a dezembro de 2022, por volta de 51 milhões de indivíduos únicos foram impactados pelos conteúdos da TV Brasil, em cerca de 23 milhões de domicílios, considerando o desempenho nos 15 mercados de medição regular (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e

Manaus), o que representa 86% dos indivíduos das praças. Esses resultados renderam novamente ao canal, em 2022, a marca da 5ª posição dentre os mais de 90 canais medidos pelo Painel Nacional de Televisão (PNT), com destaque para a TV Brasil no DF que, no mês de dezembro de 2022, alcançou a 4ª posição. Em relação às Rádios FM, as pesquisas de audiência das emissoras "Nacional FM", em Brasília/DF, e "MEC FM", no Rio de Janeiro/RJ, cidades onde há aferição de audiência, apresentaram alcance médio mensal de quase 230 mil ouvintes por minuto, em 2022. No meio digital, a Empresa conta com o aplicativo Rádios EBC que reúne, em uma única plataforma, as programações das Rádios Nacional e das Rádios MEC, e o aplicativo TV Brasil Play, que permite acessar, sob demanda, um catálogo de programas e séries (mais de 422 mil usuários se conectaram ao aplicativo no ano). Os canais da Rádio MEC estão disponíveis no Spotify e no YouTube. Além disso, no final de 2021, os conteúdos da TV Brasil foram impulsionados com o lançamento do TikTok da emissora, e, em 2022, houve o lançamento da Rádio Nacional no Instagram. Esses aplicativos estão disponíveis para as plataformas Android e iOS e podem ser instalados gratuitamente. Outra novidade em 2022, foi o lançamento das matérias e reportagens nas versões em áudio no site da Agência Brasil. Ao longo do ano, foram disponibilizados 30 mil conteúdos no site da Agência Brasil que renderam 55 milhões de usuários únicos na plataforma além de 99 milhões de visualizações de página. No PPA 2020-2023 estava previsto o alcance de 93% das capitais brasileiras com o sistema de TV Digital em 2022, ou seja, 25 capitais. Contudo, a meta para o ano foi ultrapassada, totalizando 26 capitais que representa 104% da meta do PPA planejada. Com relação a meta de cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), a EBC solicitou no início do ano sua revisão, levando em consideração o seguinte: a redução de 6% do Orçamento Lei + Crédito da Empresa comparado ao planejado do Projeto de Lei do PPA na ação 20B5 - Fortalecimento do Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação; a dificuldade de estabelecer parcerias em ano eleitoral; a falta de componentes no mercado, decorrente da pandemia, que impactaram no prazo dos fornecedores para entrega dos transmissores; a necessidade de análise da Secretaria de Radiodifusão do MCOM e da Anatel para Licenciamento das novas estações. Após o processo de revisão, a meta de cobertura da radiodifusão sonora em frequência modulada (FM), para o ano de 2022, passou de 81% para 74%, ou seja, de 22 para 20 capitais. O ano fechou com 21 das 27 capitais brasileiras atendidas, alcançando 105% da meta do PPA para o ano. Em 2022, a RNCP avançou para mais 3 capitais com sinal digital da TV: Aracajú/SE, Vitória/ES e Campos Grande/MS e para mais 5 capitais com parceria envolvendo sinal FM de Rádio: São Luís/MA, João Pessoa/PB, Goiânia/GO, Cuiabá/MT e Porto Alegre/RS. Além das capitais, os seguintes contratos de afiliação de TV foram assinados em 2022: TV Prevê - Bauru/SP; Nova TV Serrana - Botucatu/SP; TV Mais Família - Campinas/SP; RBI TV - Brasília/DF; TV Sagres – Três Marias/MG; TV Caraça – Santa Bárbara/MG; e TV Carajás - Campo Mourão/PR. Atualmente 63 emissoras opera e transmite o sinal da TV Brasil em todas as regiões do País. Foram assinados, também, os seguintes acordos de cooperação da RNCP/Rádios: o Sistema Encontro das Águas para implementação da comunicação que alcançará mais de 20 municípios do Amazonas/AM; a Fundação Canal 20 para operação da Rádio CATVE FM, em Foz do Iguaçu/PR, frequência 91.7 FM; com a Universidade federal do Maranhão; a Prefeitura Municipal de Queimada Nova/PI; e a Empresa Pernambuco de Comunicação – EPC.

Meta: 050J - Ampliar a cobertura da radiodifusão para 100% com a difusão de conteúdos multimídias de natureza educativa, artística, cultural, informativa, científica e promotora de cidadania, nas capitais, no Distrito Federal e suas regiões metropolitanas, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 48
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 61
Meta prevista para 2021: 74
Meta prevista para 2022: 83
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 87
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas com TV nesta região: Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT e Goiânia/GO. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT e Goiânia/GO.
Região Nordeste	-	-	-	-	83	31/12/2022	Capitais atendidas com TV nesta região: Aracajú/SE, Salvador/BA, Fortaleza/CE, João Pessoa/PB, Recife/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Maceió/AL e São Luís/MA. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Aracajú/SE, Natal/RN, , Recife/PE, São Luís/MA, João Pessoa/PB e Teresina/PI.
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2022	Capitais atendidas com TV nesta região: Manaus/AM, Boa Vista/RR, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Macapá/AP e Belém/PA. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Macapá/AP, Manaus/AM, Palmas/TO, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC e Belém/PA.
Região Sudeste	-	-	-	-	88	31/12/2022	Capitais atendidas com TV nesta região: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/BH e Vitória/ES. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Belo Horizonte/BH, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.
Região Sul	-	-	-	-	83	31/12/2022	Capitais atendidas com TV nesta região: Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Florianópolis/SC. Capitais atendidas com Rádio nesta região: Curitiba/PR e Porto Alegre/RS.

Indicador: 8658 - Indice de cobertura da Radiodifusão

Informações básicas

Unidade de medida: percentual alcançado
Valor de referência: 48

Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 87
Data do índice: 31/12/2022
Observação: N/A

Resultado Intermediário: 0012 - Expansão da radiodifusão por TV Digital

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura de sinal
Linha de base: 70
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Indice de cobertura da TV Brasil Digital
Meta prevista para 2020: 78
Meta prevista para 2021: 85
Meta prevista para 2022: 93
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 96
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No PPA 2020-2023 está previsto para 2022, a cobertura de 93% das 27 capitais brasileiras com acesso ao sistema de TV Digital, ou seja, 25 capitais. Ao final de 2022, foram alcançadas 26 capitais, ultrapassando a meta prevista para o ano e atingindo 96% da meta total do PPA (2023) e 104% da meta para o ano de 2022. Segundo dados da Kantar IBOPE Media, de janeiro a dezembro de 2022, por volta de 51 milhões de indivíduos únicos foram impactados pelos conteúdos da TV Brasil, em cerca de 23 milhões de domicílios, considerando o desempenho nos 15 mercados de medição regular (São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Vitória, Porto Alegre, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, Distrito Federal, Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus), o que representa 86% dos indivíduos das praças. Esses resultados renderam novamente ao canal, em 2022, a marca da 5ª posição dentre os mais de 95 canais medidos pelo Painel Nacional de Televisão (PNT), com destaque para a TV Brasil no DF que, no mês de dezembro de 2022, alcançou a 4ª posição. Como reforço na presença digital, os conteúdos da TV Brasil têm sido disponibilizados, também, por meio do aplicativo TV Brasil Play que permite acessar, sob demanda, o catálogo de programas. De janeiro a dezembro de 2022, mais de 422 mil usuários conectaram o aplicativo, totalizando 1 milhão de usuários do TV Brasil Play, desde que foi criado em 2020.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Brasília/DF, Campo Grande/ MS, Cuiabá/MT e Goiânia/GO.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Aracajú/SE, Salvador/BA, Fortaleza/CE, João Pessoa/PB, Recife/PE, Teresina/PI, Natal/RN, Maceió/AL e São Luís/MA	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Manaus/AM, Boa Vista/RR, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Macapá/AP e Belém/PA.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/BH e Vitória/ES.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Porto Alegre/RS, Curitiba/PR e Florianópolis/SC.	Não informado

Resultado Intermediário: 0013 - Expansão da radiodifusão por Rádio FM

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura com sinal FM
Linha de base: 26
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Indice de Cobertura da Rádio FM
Meta prevista para 2020: 44
Meta prevista para 2021: 63
Meta prevista para 2022: 74
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78
Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considerando as emissoras próprias da EBC e as consignadas, no ano de 2022, foram alcançadas 21 das 20 capitais previstas na meta de 2022, o que representa 105% da meta do ano e 78% da meta final do PPA, que é alcançar as 27 capitais brasileiras com sinal de Rádio FM. Em 2022, EBC disponibilizou acesso ao sinal de Rádio FM para cerca de 47 milhões de pessoas, com referência no Censo 2010 – IBGE e atingiu o alcance médio mensal de quase 230 mil ouvintes por minuto, considerando o desempenho da "Nacional FM", em Brasília/DF, e "MEC FM", no Rio de Janeiro/RJ, cidades onde há aferição de audiência. Nos últimos anos, a EBC reforçou a sua presença no meio digital. A Empresa conta com o aplicativo Rádios EBC, que reúne em uma única plataforma as programações das Rádios Nacional e MEC, e atingiu de janeiro a dezembro de 2022 cerca de 19 mil usuários, totalizando 89 mil usuários do aplicativo, desde a sua criação em 2017. Além disso, houve o lançamento da Rádio Nacional no Instagram.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	100	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Brasília/DF, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT e Goiânia/GO.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	67	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Aracajú/SE, Natal/RN, Teresina/PI, Recife/PE, São Luís/MA e João Pessoa/PB.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	86	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Macapá/AP, Manaus/AM, Palmas/TO, Boa Vista/RR, Rio Branco/AC e Belém/PA.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	75	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Belo Horizonte/BH, Rio de Janeiro/RJ e São Paulo/SP.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	67	31/12/2022	Capitais atendidas nesta região: Curitiba/PR e Porto Alegre/RS.	Não informado

Resultado Intermediário: 0358 - Usuários dos Portais da Imprensa Nacional

Informações básicas

Unidade de medida: Média mensal da quantidade de usuários nas plataformas da Imprensa Nacional
Linha de base: 932.939,91
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Quantidade média mensal de usuários nos portais e aplicativo da Imprensa Nacional
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: -

Meta prevista para 2022: 956.263,41
Meta prevista para 2023: 980.169,99

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 912.240,33
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta proposta foi a média mensal de 956.263 usuários para 2022 e houve o alcance de 95,40% da meta, com o valor apurado de 912.240,33.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Imprensa Nacional tem como objetivo publicizar atos e matérias governamentais para todas as regiões do país.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0359 - Matérias recebidas de forma estruturada para publicação

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de matérias recebidas de forma estruturada
Linha de base: 30
Data de referência da linha de base: 04/01/2022
Indicador: Índice percentual de matérias recebidas de forma estruturada para publicação
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: -
Meta prevista para 2022: 45
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 21
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao final de 2022, o Índice percentual de matérias recebidas de forma estruturada para publicação diminuiu para 21% com relação à linha de base, que era de 30%, porque o número de matérias recebidas para publicação aumentou muito, mas houve longo atraso na entrega da funcionalidade de envio de atos por formulários, o que diminuiu a proporção de atos recebidos de forma estruturada. No entanto, a perspectiva é de que haja algum avanço em fevereiro, considerando a entrega de um protótipo minimamente viável dessa funcionalidade de envio de atos por formulário, funcionalidade esta cujo prazo de entrega se encontra bastante atrasado.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Imprensa Nacional tem como objetivo publicizar atos e matérias governamentais para

todas as regiões do país.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0360 - Contratos de Serviços Gráficos

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de variação do recebimento de TEDs para contratar serviços gráficos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Taxa de variação de contratação dos serviços gráficos por meio de TEDs
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: -
Meta prevista para 2022: 23,08
Meta prevista para 2023: 46,15

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 46,15
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Imprensa Nacional definiu por meta, ao final de 2022, que houvesse 16 TEDs ativos (23,08% de aumento em relação à linha de base). Todavia, ao final do exercício de 2022 foram 19 TED's (46,15% de aumento em relação à linha de base). Portanto, a Imprensa Nacional superou a meta anual. Os tipos de serviços gráficos (impressão) prestados são: cartões de visita; cartazes; folders; panfletos; cartilhas; revistas; livros; pastas; sacolas; crachás para eventos.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Imprensa Nacional tem como objetivo publicizar atos e matérias governamentais para todas as regiões do país.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Em complemento à mudança de unidade de medida que está sendo proposta para o RI Contratos de Serviços Gráficos, informamos que os dados deste RI serão apresentados desta 2ª forma, quando ocorrer a mudança da unidade de medida: Linha de Base de 2021 = R$ 422.691,66 (Serviços Executados) Valor de serviços executados em 2022 = R$ 658.877,56 Meta prevista 2022 = "crescimento de 10% na arrecadação com Serviços Gráficos a partir da linha de base" Meta alcançada 2022 = "crescimento de 55,88% na arrecadação com Serviços Gráficos a partir da linha de base" (((658.877,56 - 422.691,66) *100) / 422.691,66) Meta prevista 2023 = "crescimento de 20% na arrecadação com Serviços Gráficos a partir da linha de base"

PROGRAMA: 4002 - SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Objetivo: 1205 - Aprimorar a articulação e o assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O ano de 2022 trouxe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR) a consolidação das atividades retomadas após o período crítico da Pandemia Covid-19. Os Planos que haviam sido adaptados e as metas que haviam sido revistas, se provaram adequadas a esta retomada. As atividades relacionadas ao nosso tripé de atuação foram mantidas: a segurança de autoridades, a produção de Inteligência federal e a coordenação de assuntos afetos à segurança institucional, com foco na segurança nuclear, nas atividades ligadas ao setor espacial, na segurança da informação, no acompanhamento das infraestruturas críticas e na proteção de fronteiras. Os resultados do Plano Estratégico Institucional (PEI) demonstram que a retomada das atividades foi efetiva, já que as metas foram ampliadas, conforme monitoramento do Comitê de Governança, Riscos e Controle do GSI. Estes resultados se veem refletidos no monitoramento do PPA. Se o ano de 2021 marcou a consolidação do monitoramento das atividades e indicadores determinados em nosso Plano Estratégico Institucional (PEI), expondo o processo de maturação das áreas do GSI quanto à governança e ao controle deste instrumento; o ano de 2022 inaugurou o monitoramento dos Projetos Estratégicos que, de acordo com o nosso PEI, correspondem também às Ações Orçamentárias. Todas estas atividades dão suporte ao nosso objetivo de “Aprimorar a articulação e o assessoramento político/estratégico nas questões relacionadas à soberania, aos interesses nacionais e à segurança do Estado e da sociedade”. Tal objetivo tem sido alcançado de maneira satisfatória e as providências para o seu alcance são tomadas a cada evento de impacto na sociedade, bem como da percepção de necessárias atualizações e melhorias na articulação e no assessoramento das instâncias político/estratégicas assim por elas demandadas.

Meta: 050M - Elevar o nível de Segurança Institucional mantendo a soberania, salvaguardando os interesses nacionais e garantindo a segurança do Estado e da Sociedade.

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Conforme determinado no início do PPA 2020-2023, a meta do Programa Segurança Institucional é qualitativa, portanto não há valor a ser informado. Conforme apresentado nos resultados dos objetivos, podemos afirmar que os resultados qualitativos foram alcançados.

Providências implementadas para a superação da restrição: Não se aplica.

Resultado Intermediário: 0016 - Segurança cibernética e da informação fortalecidas

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de incidentes cibernéticos solucionados
Linha de base: 99
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Incidentes Cibernéticos solucionados/total de incidentes ocorridos
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 94
Meta prevista para 2023: 96

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 89,74
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de 01/01/2022 à 31/12/2022 ocorreram 3629 incidentes e 3257 foram resolvidos, ou seja 89,74%.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A solução de incidentes cibernéticos impacta diretamente na disponibilidade dos serviços à toda a sociedade; a sua não solução poderia implicar negativamente na manutenção da segurança das informações pessoais dos cidadãos, na impossibilidade de acesso pela sociedade a serviços “online” oferecidos pelo Estado e prejudicar confiança que a sociedade deposita nestes sistemas. Pelo fato de a área cibernética ter impactos em todos os outros segmentos da sociedade, sua regionalização não é necessária
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: O Departamento de Segurança da Informação e Cibernética (DSIC) possui 31 servidores efetivos. O quantitativo está muito aquém do necessário para executar as atividades decorrentes das suas competências legais e das demandas nacionais no tema, sendo que estruturas similares em países bem-sucedidos nessa área, muitos com população e PIB inferiores aos do Brasil, são pelo menos dez vezes maiores.
Providências implementadas para a superação da restrição: Mediante assessoramento do DSIC, foi criada, no âmbito do GSI/PR, a Secretaria de Segurança da Informação e Cibernética (SeSIC), buscando dar maior relevância à área. Além disso, existem estudos para a criação de novos cargos na SeSIC e para a possibilidade de criação de uma autoridade nacional de segurança da informação e cibernética.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A pandemia da COVID-19 acelerou o processo de digitalização de atividades e estruturas, especialmente nos órgãos e entidades da Administração Pública federal, o que aumentou o espectro de atuação para os ataques cibernéticos com o aumento da superfície de ataque e o surgimento de

novas vulnerabilidades.
Providências implementadas para a superação da restrição: Para proteção das vulnerabilidades, o CTIR Gov intensificou a sua ação, aumentando em 120% os alertas e em 183% as recomendações emitidas, no comparativo anual 2021-2022. Além disso, encontra-se em fase final de desenvolvimento uma ferramenta digital adquirida para realização da triagem de incidentes cibernéticos, que visa aumentar a capacidade de detecção desses incidentes.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0017 - Eventos de Emergência e Segurança Física Nuclear realizados.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de eventos realizados
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Eventos de Emergência e Segurança Física Nuclear realizados
Meta prevista para 2020: 95
Meta prevista para 2021: 96
Meta prevista para 2022: 97
Meta prevista para 2023: 98

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 131,65
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Não houve óbices para a realização dos eventos, tendo sido satisfatório o desempenho do resultado.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: No segundo semestre de 2022, foram realizados exercícios regionalizados na Fábrica de Combustível Nuclear, em Resende; na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto, em Angra dos Reis; e no Porto do Rio de Janeiro.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0018 - Inteligência para o assessoramento político/estratégico fornecida.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de solitações atendidas
Linha de base: 92,49

Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Percentual de Relints difundidos para órgãos do SISBIN
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84,5
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: • O indicador mede o índice de difusão de Relatórios de Inteligência (Relints) para o SISBIN. A meta estabelecida consiste em difundir 80% dos Relints produzidos pela ABIN ao SISBIN. • Resultado: 84,50% • O Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) reúne 48 órgãos federais e é responsável pelo processo de obtenção e análise de informações e produção de conhecimentos de Inteligência. O compartilhamento de informações entre seus integrantes fortalece a estrutura de inteligência e possibilita difusão de conhecimentos sobre fatos e situações de imediata ou potencial influência sobre o processo decisório. • O fortalecimento do SISBIN, por meio da difusão de conhecimentos entre os órgãos que o compõe possibilita a tomada de decisões em momentos oportunos. A cooperação entre os órgãos parceiros promove a integração de dados para a entrega de valor ao cidadão ao garantir a segurança da sociedade e do Estado.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: • O SISBIN está presente em todo o território nacional, já que os órgãos e entidades da Administração Pública Federal que o constituem possuem, em sua maioria, representações em todas as unidades da federação. O indicador reflete a interação em âmbito nacional e não de forma regionalizada, já que a difusão de conhecimentos de inteligência é medida em todo o sistema e não por cada órgão parceiro com o qual há cooperação.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Percebe-se que a ABIN possui orçamento discricionário que se mostra aquém das suas necessidades institucionais; e que é inferior a outros órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN). Outro fator relevante, no contexto de insuficiência orçamentária, é o elevado valor das ferramentas tecnológicas utilizadas pela ABIN, e as respectivas atualizações necessárias, no cumprimento das suas funções institucionais. Por fim, ressalta-se a ocorrência de contingenciamento no ano de 2022, impactando a implementação de programas e projetos, além da infraestrutura física e logística.
Providências implementadas para a superação da restrição: Gestões realizadas junto ao Ministério da Fazenda com vistas à obtenção de incrementos anuais ao orçamento da ABIN. Adicionalmente, em atenção à Portaria Interministerial MF/MPO/MGI nº 1, de 11 de janeiro de 2023, estão sendo reavaliados e renegociados os contratos administrativos com valores superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A ABIN conta com 4572 cargos criados, previstos em lei, deste montante, 3484 estão vagos, ou seja, há um déficit de 76,2%. Além disso, as carreiras de inteligência vêm sofrendo com evasão de servidores e corrosão salarial.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi realizado concurso público em 2018 para preenchimento de vagas nos cargos de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência e Agente de Inteligência. Em decorrência deste, foram nomeados 405 servidores, dos quais 349 encontram-se em exercício (regulares e sub judices). Adicionalmente, estão sendo realizadas gestões junto ao MPO para a convocação de novos excedentes, ainda na vigência do último concurso.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Não obstante exista a lei 9883 de 1999 que institui o Sistema Brasileiro de Inteligência e cria a Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, não há marco regulatório específico das atividades de inteligência de Estado realizadas pela ABIN.
Providências implementadas para a superação da restrição: Existem proposições legislativas no Congresso Nacional propondo a Constitucionalização das Atividades de Inteligência e estabelecendo o marco regulatório da atividade de inteligência.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0019 - Combate aos delitos transfronteiriços assegurado à sociedade.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de planos executados no prazo
Linha de base: 74
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Porcentagem de Planos de Ação do PPIF sendo executados no prazo estabelecido
Meta prevista para 2020: 75
Meta prevista para 2021: 77
Meta prevista para 2022: 79
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 76,48
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: • O valor está abaixo da meta anual de 79% devido a diversos fatores, especialmente por: 1. Substituição frequente do pessoal envolvido no PPIF (Titulares e Suplentes do CEPPIF e Pontos Focais); 2. Dúvidas sobre o detalhamento e execução dos Planos de Ação; 3. Necessidade de priorização dos órgãos para execução dos Planos de Ação em face das atividades orgânicas dos próprios órgãos; 4. Necessidade de incremento de pessoal dedicado ao Programa (ao menos 2 representantes); e 5. Necessidade de maior envolvimento dos Titulares e Suplentes do CEPPIF no acompanhamento direto da execução dos seus respectivos Planos de Ação e Indicadores.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: • O combate aos delitos transfronteiriços é uma atividade essencial para o reforço da Segurança Institucional. Com aproximadamente 17 mil Km de fronteira terrestre, que abrange 11 estados, há a necessidade de articulação entre diversos órgãos de segurança e inteligência nas esferas Federal, Estadual e Municipal, bem como tratativas com órgãos congêneres nos 10 países do nosso entorno para que este combate seja efetivo. O Programa de Segurança Integrada de Fronteiras, por meio de Planos de Ação, procura aprimorar a atuação do Estado no combate aos delitos transfronteiriços. • A regionalização do resultado se dá nos 17 mil Km da faixa de fronteira terrestre, englobando todos os estados brasileiros que fazem fronteira com nossos países vizinhos (Amapá, Pará, Roraima, Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), bem como nos municípios dos estados que apresentam limites que estão na Faixa de Fronteira (150 Km), além dos Estados litorâneos (Amapá, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul).

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O PPIF não possui orçamento próprio no sentido de subsidiar os órgãos participantes do Programa para a realização operações interagências em prol do combate aos delitos transfronteiriços. Tais operações atualmente devem ser integralmente custeadas com orçamento próprio de cada órgão integrante do Programa, o que reduz o potencial de atuação dos órgãos do Programa.
Providências implementadas para a superação da restrição: No segundo semestre de 2022, iniciou-se um estudo para revisão/atualização do Planejamento Estratégico do PPIF. Dentre os pontos em revisão/atualização está o estudo para viabilizar um orçamento próprio do PPIF dedicado ao subsídio/custeio das operações interagências realizadas pelos órgãos integrantes do PPIF.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Cada órgão integrante do PPIF normalmente possui de 2 a 3 representantes trabalhando junto ao Programa, dos quais 2 são componentes do Comitê-Executivo do PPIF (Titular e Suplente – nível decisório) e 1 Ponto Focal (Nível técnico – execução). Vale ressaltar que esses servidores não possuem dedicação exclusiva quanto aos assuntos do PPIF. Em virtude de substituição de pessoal interna dos órgãos devido às mais variadas razões (consequências decorrentes de alterações na alta administração do respectivo órgão, transferência de servidor entre setores ou Unidades da Federação, dentre outros), não raro ocorre perda de conhecimento e de continuidade dos trabalhos desenvolvidos, impactando na cronologia da execução dos Planos de Ação.
Providências implementadas para a superação da restrição: No segundo semestre de 2022, iniciou-se um estudo para revisão/atualização do Planejamento Estratégico do PPIF. Dentre os pontos em revisão/atualização está a reestruturação dos Eixos Estratégicos do Programa (Operações Integradas e inteligência; Cooperação Internacional; Orçamento e gestão; Integração Federativa; e Assuntos Gerais – Capacitação / Infraestrutura / Desenvolvimento / Rotinas / etc.). Dessa forma, vislumbra-se que para cada Eixo Estratégico (e suas ramificações), haja um representante distinto para cada órgão, de forma que espera-se mitigação não somente quanto à falta de quantitativo de pessoal, como quanto à falta de capacitação referente aos assuntos tratados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0020 - Soluções tecnológicas de produtos cartográficos de apoio às decisões estratégicas fornecidas

Informações básicas

Unidade de medida: % de produtos cartográficos
Linha de base: 99,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Índice de Produtos Cartográficos Produzidos/Ano
Meta prevista para 2020: 200
Meta prevista para 2021: 260
Meta prevista para 2022: 97
Meta prevista para 2023: 97

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Todas as demandas apresentadas foram atendidas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não aplicável.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 4003 - GARANTIA DA ESTABILIDADE MONETÁRIA E FINANCEIRA

Objetivo: 1238 - Garantir a estabilidade monetária e um sistema financeiro sólido e eficiente, contribuindo para o desenvolvimento econômico sustentável do país.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A situação do objetivo do programa pode ser analisada em duas partes, ambas congruentes à própria missão do Banco Central do Brasil (BCB). Sobre a garantia da estabilidade monetária. A melhor contribuição que a política monetária do BCB pode dar para o crescimento econômico sustentável e para a melhora nas condições de vida da população é manter a inflação ao redor da meta, sob controle, estável e previsível. Por isso, esse é um objetivo fundamental do BCB. Para o cumprimento desse objetivo, o BCB define as políticas necessárias para cumprimento de metas fixadas por meio do regime de metas para a inflação. Tais metas são definidas pelo CMN para a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Para 2022, a meta de inflação foi estabelecida em 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. A inflação no ano, no entanto, atingiu 5,79% em dezembro, situando-se acima do limite superior do intervalo de tolerância (5%). Alguns fatores foram especialmente relevantes para explicar o comportamento da inflação. A inércia teve uma contribuição importante para a inflação em 2022 em função da elevada inflação em 2021, de 10,06%, afetando tanto a inflação de preços livres como a de preços administrados. No caso dos preços livres, a inflação passada significa pressão corrente de custos, advinda tanto de outros preços de bens e serviços utilizados como insumos, quanto de mecanismos inerciais informais de indexação salarial. Por exemplo, os reajustes nas negociações salariais tenderam a acompanhar o movimento da inflação passada, embora com variações inferiores à inflação em boa parte do ano. No caso dos preços administrados, o destaque é para arranjos institucionais que vinculam o reajuste dos preços à inflação passada, com destaque para planos de saúde e medicamentos. A elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo, também afetou a inflação em 2022, especialmente no primeiro semestre do ano, além de ter atuado de forma indireta em 2022 por meio do elevado impacto na inflação de 2021. No segundo semestre de 2022, os preços de commodities tiveram queda, influenciados pela perspectiva de desaceleração econômica mundial e reequilíbrio da oferta de grãos. Mesmo assim, em geral, os níveis de preços no final de 2022 ainda eram superiores aos do final de 2021, à exceção das commodities metálicas. Os desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais constituíram outro fator determinante. Essas pressões refletiram mudanças no padrão de consumo causadas pela pandemia. Observou-se parcela proporcionalmente maior da demanda direcionada para bens, impulsionada por políticas expansionistas. No caso de 2022, tais pressões foram agravadas pela eclosão da guerra na Ucrânia. Esses desenvolvimentos, que ocorreram em nível global, geraram excesso de demanda em relação à oferta de curto prazo de diversos bens, causando um desequilíbrio que, em diversos países e setores. Os choques em preços de alimentação também são um dos principais motivos para explicar a inflação em 2022. Os choques foram resultantes de questões climáticas, da recuperação do nível de emprego e da retomada na demanda por serviços. Por outro lado, vários fatores agiram no

sentido de reduzir o desvio da inflação em relação à meta. Um fato importante que contribuiu para a queda na inflação em 2022 em relação a 2021 foram as medidas tributárias envolvendo combustíveis, energia elétrica e telecomunicações. Em abril de 2022, em virtude da melhora nas condições hídricas, a “bandeira escassez hídrica”, vigente desde setembro de 2021, deu lugar à “bandeira verde”, o que também contribuiu para a queda na inflação. A valorização da taxa de câmbio ajudou a amortecer o aumento do preço de commodities. A taxa de câmbio teve movimento de apreciação nos primeiros meses de 2022 e, embora tenha se depreciado depois, ainda atingiu, no último trimestre de 2022, média 5,9% inferior ao do mesmo período do ano anterior. Sobre a garantia de um sistema financeiro sólido e eficiente. Os mercados financeiros funcionaram adequadamente em 2022. As análises realizadas indicam que não houve risco relevante para a estabilidade financeira e que o sistema bancário estava preparado para enfrentar todos os choques macroeconômicos simulados. O SFN manteve provisões apropriadas e níveis de capital e liquidez confortáveis. Em 2022, a materialização do risco de crédito em linhas de maior risco concedidas a pessoas físicas e microempresas foi destacada no REF (Relatório de Estabilidade Financeira) e em Atas e Comunicados das últimas reuniões do Comef (Comitê de Estabilidade Financeira). E se observou melhora na qualidade das concessões de crédito no último trimestre de 2022. Um indicador mensal que permite acompanhar a solidez do sistema financeiro é o de Nível de Enquadramento às Exigências de Capitalização por parte das instituições do SFN. Ele é apurado mensalmente, e manteve, ao longo de todo o ano, desempenho superior à meta de 98,8% estabelecida, com média de 99,9%. A atuação do BCB no monitoramento e na supervisão prudencial e de conduta continuou a contribuir decisivamente para o funcionamento adequado do SFN em 2022. Apesar da tendência de redução do quadro de pessoal concomitante à ampliação de atribuições de supervisão, com a entrada de novas entidades, e da maior proeminência de novos riscos (climático/cibernético), com potenciais impactos futuros no cumprimento da meta, o processo de supervisão deu continuidade ao desenvolvimento dos processos de trabalho baseados em soluções tecnológicas para buscar mitigar tais impactos. A atuação proativa das equipes de supervisão preservou a saúde do SFN e o adequado fluxo de crédito para a economia. Para tanto, O BCB fez contatos periódicos com representantes das entidades supervisionadas e realizou diversos tipos de ações de supervisão sobre essas entidades. O BCB também atuou na disponibilização de informações de interesse da sociedade acerca do desempenho do SFN. A área de supervisão implementou aprimoramentos por meio da intensificação do uso de sistemas de informação, aplicativos, ferramentas e algoritmos que já se encontravam em desenvolvimento nos últimos anos. Ao longo do ano o BCB concluiu 845 ações finalísticas de supervisão, contemplando monitoramento micro e macroprudencial, supervisão prudencial bancária, não bancária e de conduta, assim como ações de assessoria técnica, supervisão especializada e gestão estratégica. As ações de supervisão implementadas tiveram como diretriz o equilíbrio entre a preservação da saúde financeira das entidades que compõem o SFN, a continuidade da prestação de serviços financeiros essenciais à sociedade e o desenvolvimento de novas soluções para aprimoramento da supervisão. Os Relatórios de Inflação e os Relatórios de Estabilidade Financeira, disponíveis no site do BCB, informam mais sobre o objetivo.

Meta: 052T - Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Informações básicas

Quantitativa:: Não

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Restrições: Outras

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Alguns fatores foram especialmente relevantes para explicar o comportamento da inflação. A inércia teve uma contribuição importante para a inflação em 2022 em função da elevada inflação em 2021, de 10,06%, afetando tanto a inflação de preços livres como a de preços administrados. No caso dos preços livres, a inflação passada significa pressão corrente de custos, advinda tanto de outros preços de bens e serviços utilizados como insumos, quanto de mecanismos inerciais informais de indexação salarial. Por exemplo, os reajustes nas negociações salariais tenderam a acompanhar o movimento da inflação passada, embora com variações inferiores à inflação em boa parte do ano. No caso dos preços administrados, o destaque é para arranjos institucionais que vinculam o reajuste dos preços à inflação passada, com destaque para planos de saúde e medicamentos. A elevação dos preços de commodities, em especial do petróleo, também afetou a inflação em 2022, especialmente no primeiro semestre do ano, além de ter atuado de forma indireta em 2022 por meio do elevado impacto na inflação de 2021. Os desequilíbrios entre demanda e oferta de insumos e gargalos nas cadeias produtivas globais constituíram outro fator determinante. No caso de 2022, tais pressões foram agravadas pela eclosão da guerra na Ucrânia. Os choques em preços de alimentação também são um dos principais motivos para explicar a inflação em 2022. Os choques foram resultantes de questões climáticas, da recuperação do nível de emprego e da retomada na demanda por serviços.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ressalta-se o papel do aperto da política monetária para a contenção da inflação. A política monetária, que, em 2021 já havia passado do estímulo elevado para o território contracionista, avançou substancialmente no terreno contracionista em 2022, com a elevação contínua da taxa de juros básica até agosto de 2022. Nesse sentido, as projeções apresentadas no Relatório de Inflação de dezembro de 2022 apontam para um cenário de convergência da inflação para as metas definidas pelo CMN ao longo do horizonte relevante.

Resultado Intermediário: 0224 - Aprimoramento dos modelos desenvolvidos e utilizados pelo Banco Central em seus processos de projeção econômica, envolvendo reestimação de parâmetros e revisão das estruturas dos modelos.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo
Linha de base: 3,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Aprimoramento dos modelos de projeção econômica - Iampe
Meta prevista para 2020: 2,3
Meta prevista para 2021: 66,67
Meta prevista para 2022: 67
Meta prevista para 2023: 67

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador visa o aprimoramento e reestimação de três categorias de modelos utilizadas nos processos de projeção econômica. Houve, ao longo de 2022, aprimoramento dos modelos fazendo com que o valor obtido para o Iampe, no período, fosse de 1, ou seja, 100% das classes de modelos foram atualizadas/aprimoradas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno continuado, desenvolvido para subsídio de decisões de política monetária que, por definição, tem abrangência nacional.

Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0225 - Aprimoramento da efetividade do Banco Central na consecução da meta da Taxa Selic definida.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 10
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Índice de Consecução da meta da Taxa Selic - ICMTS
Meta prevista para 2020: 15
Meta prevista para 2021: 10
Meta prevista para 2022: 10
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A atuação diária do Banco Central, por meio da realização de operações de mercado aberto (compra e venda, definitiva ou compromissada, de títulos públicos federais no mercado secundário) visa regular a disponibilidade de reservas bancárias, de forma a manter a taxa Selic efetiva em conformidade com a meta de juros estabelecida pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil (Copom), que toma suas decisões conforme as expectativas de inflação, o balanço de riscos e a atividade econômica. Portanto, a manutenção da taxa Selic em patamares próximos à meta, como foi observado em 2022, por meio do indicador, atendeu às diretrizes estabelecidas para a condução da política monetária, contribuindo para a redução dos impactos inflacionários sobre o poder de compra do cidadão.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno continuado para perseguição da meta da Taxa Selic estabelecida pelo Comitê de Política Monetária. Por definição, não cabe regionalização.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0226 - Aprimoramento da eficácia das ações de supervisão que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Supervisão Bancária (PAS-DESUP) elaborado e executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo
Linha de base: 98,45
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Desup)
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado final do indicador em 2022 superou a meta acordada para o período, que é 80%, embora tenha ficado aquém do valor planejado ao final do primeiros semestre (51% frente à meta de 60%). O primeiro semestre foi marcado pelo movimento paredista realizado no BCB entre os meses de abril e junho, bem como o atraso na prestação de informações de execução, sendo estes os principais obstáculos ao alcance da meta. As atividades foram reavaliadas e, após a revisão do cronograma inicialmente planejado e do planejamento do processo de compensação de horas, foram adotadas as providências para execução das ações, com priorização de atividades de maior risco e sua devida adequação ao tempo disponível, considerando os prazos legais e o escopo, bem como eventuais cancelamentos de ações e seu replanejamento para período subsequente. Dessa forma, a meta pôde ser alcançada ao final do exercício.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As metas relativas à execução das ações de supervisão não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Além disso, muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, têm atuação em todo o território nacional, não fazendo sentido a mensuração por regiões geográficas ou unidades da federação, uma vez que perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de circunscreverem-se a limites geográficos subnacionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Verifica-se a recorrente falta de pessoal vivenciada pelas equipes de supervisão, seja pela ausência de reposição de servidores em função das aposentadorias, seja pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético) demandando recursos cada vez mais especializados. Tais fatores constituem-se potenciais riscos para o cumprimento da meta nos próximos anos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Quanto às restrições de pessoal impostas à Supervisão nos últimos anos, há uma contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação de pessoal e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0235 - Aprimoramento da eficácia das ações que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Supervisão de Cooperativas e de Instituições Não Bancárias (PAS-DESUC) executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo
Linha de base: 91,79
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Desuc)
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 91,2
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado final do indicador em 2022 superou a meta acordada para o período, que é 80%, embora tenha ficado aquém do valor planejado ao final do primeiros semestre (20% frente à meta de 60%). O primeiro semestre foi marcado pelo movimento paredista realizado no BCB entre os meses de abril e junho, bem como o atraso na prestação de informações de execução, sendo estes os principais obstáculos ao alcance da meta. As atividades foram reavaliadas e, após a revisão do cronograma inicialmente planejado e do planejamento do processo de compensação de horas, foram adotadas as providências para execução das ações, com priorização de atividades de maior risco e sua devida adequação ao tempo disponível, considerando os prazos legais e o escopo, bem como eventuais cancelamentos de ações e seu replanejamento para período subsequente. Dessa forma, a meta pôde ser alcançada ao final do exercício.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As metas relativas à execução das ações de supervisão não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Além disso, muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, têm atuação em todo o território nacional, não fazendo sentido a mensuração por regiões geográficas ou unidades da federação, uma vez que perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de circunscreverem-se a limites geográficos subnacionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Verifica-se a recorrente falta de pessoal vivenciada pelas equipes de supervisão, seja pela ausência de reposição de servidores em função das aposentadorias, seja pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético) demandando recursos cada vez mais especializados. Tais fatores constituem-se potenciais riscos para o cumprimento da meta nos próximos anos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Quanto às restrições de pessoal impostas à Supervisão nos últimos anos, há uma contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação de pessoal e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0236 - Aprimoramento da eficácia das ações que fazem parte do Plano Anual de Supervisão do Departamento de Gestão Estratégica, Integração e Suporte da Fiscalização (PAS-DEGEF) executado pelo Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo
Linha de base: 93,05
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Execução das Ações de Supervisão (IESUP - Degef)
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 82,8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado final do indicador em 2022 superou a meta acordada para o período, que é 80%, embora tenha ficado aquém do valor planejado ao final do primeiros semestre (21% frente à meta de 60%). O primeiro semestre foi marcado pelo movimento paredista realizado no BCB entre os meses de abril e junho, bem como o atraso na prestação de informações de execução, sendo estes os principais obstáculos ao alcance da meta. As atividades foram reavaliadas e, após a revisão do cronograma inicialmente planejado e do planejamento do processo de compensação de horas, foram adotadas as providências para execução das ações, com priorização de atividades de maior risco e sua devida adequação ao tempo disponível, considerando os prazos legais e o escopo, bem como eventuais cancelamentos de ações e seu replanejamento para período subsequente. Dessa forma, a meta pôde ser alcançada ao final do exercício.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As metas relativas à execução das ações de supervisão não são regionalizáveis, uma vez que o SFN é interconectado, tanto do ponto de vista do risco operacional, quanto da alocação de riscos financeiros entre os agentes. Além disso, muitas entidades supervisionadas, inclusive as sistemicamente relevantes, têm atuação em todo o território nacional, não fazendo sentido a mensuração por regiões geográficas ou unidades da federação, uma vez que perturbações à estabilidade financeira advindas dessas entidades tem baixa probabilidade de circunscreverem-se a limites geográficos subnacionais.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Detalhamento da restrição: Verifica-se a recorrente falta de pessoal vivenciada pelas equipes de supervisão do BCB, seja pela ausência de reposição de servidores em função das aposentadorias, seja pela ampliação das atribuições de supervisão, tanto pelo ingresso de novas entidades, quanto pelo ganho da relevância de novos riscos (climático e cibernético) demandando recursos cada vez mais especializados. Tais fatores constituem-se potenciais riscos para o

cumprimento da meta nos próximos anos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Há no BCB uma contínua revisão de processos de trabalho e priorização no desenvolvimento de soluções tecnológicas (automação de processos, inteligência artificial) para mitigar, em parte, os impactos da ausência de renovação de pessoal e da crescente complexidade dos entes supervisionados.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0237 - Aprimoramento da eficácia do processo de autorização a cargo do Banco Central.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual relativo
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Indicador: Percentual de processos de autorização sem perda de prazo legal ou normativo
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 90
Meta prevista para 2022: 90
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 87,31
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Reflete o percentual de processos de autorização transitados pelo Deorf no exercício de 2022. O indicador não atingiu a meta e nem o valor aceitável, tendo como principal justificativa o movimento reivindicatório grevista dos servidores.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de processo interno continuado de autorização para o ingresso e para a atuação no Sistema Financeiro Nacional, não fazendo sentido a mensuração por regiões geográficas ou unidades da federação.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A principal restrição enfrentada no período foi o movimento reivindicatório dos servidores, que levou a priorizar a análise de processos com maior impacto sistêmico.
Providências implementadas para a superação da restrição: Adicionalmente à natural recomposição da força de trabalho após o fim do movimento reivindicatório, foram revistos procedimentos e rotinas de análise dos processos, inclusive com o estabelecimento de rito sumário para assuntos de menor risco sistêmico.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 4004 - TRANSPARÊNCIA, INTEGRIDADE E COMBATE À CORRUPÇÃO

Objetivo: 1213 - Fortalecer a Governança, a Gestão, a Transparência, a Participação Social e o Combate à Corrupção

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Analisando-se o alcance do objetivo estabelecido para o Programa 4004 – Transparência, Integridade e Combate à Corrupção pela perspectiva da meta a ele vinculada, verifica-se que ele foi cumprido no exercício de 2022. O Programa 4004 está diretamente ligado aos objetivos estratégicos da Controladoria-Geral da União: 1) Fortalecer a transparência e a participação social em defesa do interesse público; 2) Aumentar a eficiência do Estado e a qualidade da entrega à sociedade; 3) Fortalecer o combate à corrupção e a recuperação de ativos. No ano de 2022, no âmbito da Secretária Federal de Controle Interno (SFC/CGU), a atividade de auditoria interna adicionou valor e melhorou operações das organizações para o alcance de seus objetivos pelo desdobramento de 354 avaliações, 17 consultorias e 87 apurações atingindo o objetivo 2 acima. A partir das ações de auditoria interna, foi possível apurar uma série de benefícios, como, por exemplo, economia de recursos públicos, ganho de eficiência e melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços entregues pelo Governo à Sociedade. Os benefícios financeiros, medidos em reais (R$), contabilizaram, em 2022, R$ 19,6 bilhões. Quando acumulado o valor citado, com os benefícios financeiros aprovados nos anos de 2020 e 2021 nos valores, respectivamente, de R$ 17,9 bilhões e R$ 32,2 bilhões, leva a aferição cumulativa (2020-2022) ao valor de R$ 69.69 bilhões. Desse modo, obtém-se para 2022 a aferição de 107% em relação à meta acumulada referente ao período de 2020 a 2022, no valor de R$ 65 bilhões. Sob a perspectiva dos resultados intermediários, verificou-se que dos três definidos, nenhum alcançou a meta prevista. No entanto, dois deles chegaram bem próximos, com 98% ou mais de aferição. Não foi alcançada a meta do RI 0152 - Aumento do índice de efetividades das recomendações da SFC (IER). Em 2022, o IER ficou em 19,3%, enquanto a meta prevista era de 30%, representando 64,4% de atingimento da meta. O resultado foi obtido em função de este indicador estar lastreado num conjunto de recomendações que foram emitidas em períodos em que não estava vigente o novo Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, instituído pela IN SFC nº. 03/2017. Buscando esse problema, será realizado estudo interno para verificar o corte temporal das recomendações que traga o alinhamento entre a realidade atual da SFC/CGU para geração de benefícios e o IER. Já o RI 0337 - Alcance de 100% de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados cumpriu quase que por completo com a meta estipulada. A CGU Conta internamente com o indicador estratégico nº 8 do PE CGU 2020-2023 como uma das nove métricas definidas para aferir o alcance do objetivo estratégico Fortalecer o Combate à Corrupção e a Recuperação de Ativos sob a perspectiva de resultados, medindo o grau de recuperação dos valores pactuados nos acordos de leniência. Refere-se ao pagamento pelas empresas signatárias dos acordos de leniência de valores a título de multa e ressarcimento das vantagens indevidas obtidas com a prática de atos lesivos. A meta é de recuperação de 100% do valor previsto para o exercício, sendo utilizadas como fonte de dados as GRUs e os Ofícios Declaratórios das empresas beneficiárias atestando o recebimento de valores, conforme o caso. No exercício de 2022 foi aferido o percentual de 98% da meta, em razão de dificuldades financeiras alegadas por duas das empresas signatárias para pagamento do valor integral previsto. Analisando a série histórica, verifica-se que o indicador tem evidenciado a sustentabilidade dos acordos celebrados no que tange às obrigações financeiras pactuadas, as quais têm sido cumpridas em sua maior parte pelas empresas colaboradoras. Saliente-se que o indicador em questão não decorre de ação efetiva a ser tomada pela Diretoria de Acordo de Leniência (DAL/SPRIV/CGU), mas se refere a quitação pelas empresas signatárias de acordo. No que tange à aferição do RI 0376 – Aumento do Índice de Transparência Ativa e Passiva no Governo Federal, a meta quase que foi atingida. Obteve-se a aferição de 75,46%, o que representa 98,3% da meta estabelecida para o exercício de 2022. Observado o disposto na legislação que regulamenta as obrigações de transparência, os principais instrumentos adotados para fortalecer a transparência e participação social foram o aprimoramento dos mecanismos de monitoramento da transparência passiva e ativa e o incremento de ferramentas de Dados Abertos. Nesse sentido, foram desenvolvidos e aplicados treinamentos técnicos com o objetivo de ampliar o índice de cumprimento das obrigações de transparência ativa por parte dos órgãos do PEF. Além disso, foi desenvolvido e disponibilizado novo Portal de Dados Abertos, um catálogo centralizado de bases de dados que facilita o acesso do cidadão aos dados públicos. Por outro lado,

destaca-se também aprimoramentos realizados no Portal da Transparência, que incorporou novas bases de dados, como a publicação dos beneficiários do Auxílio Brasil. Todas essas ações fortalecem a política de transparência e possibilitam ações de controle social sobre as políticas e serviços públicos.

Meta: 0514 - Aumentar para R$ 80 bilhões os benefícios financeiros decorrentes da atuação da CGU

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Real
Linha de base: 2.491.022.103,08
Data de referência da linha de base: 13/06/2019
Meta prevista para 2020: 3.590.192.155,76
Meta prevista para 2021: 18.245.557.963,44
Meta prevista para 2022: 65.000.000.000
Meta prevista para 2023: 80.000.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 69.689.884.593,46
Data de Referência: 03/02/2023
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Informamos que a regionalização da Meta 0514 mostra-se inviável porque a SFC no órgão central em Brasília e Unidades Regionais da CGU nos Estados trabalham de forma conjunta seguindo um planejamento integrado, com foco no alcance dos mesmos objetivos. Os trabalhos realizados pela CGU têm como foco a avaliação da aplicação de recursos públicos federais, os quais, em geral, vinculam-se à execução de políticas públicas de abrangência nacional. Portanto, mesmo que sejam realizadas ações locais, em muitas oportunidades, elas são organizadas centralmente, bem como poderão ter efeitos dispersos regionalmente na cadeia de valor da política pública. As auditorias na CGU são tratadas de forma projetizada, podendo as mesmas dispor de servidores alocados conforme as necessidades de competências requeridas à execução do trabalho, mesmo que esses estejam fisicamente em diferentes unidades regionais, em todas as capitais do país. Desta forma, tanto sob a ótica dos recursos empregados bem como dos impactos gerados e considerando o modelo de gestão empregado não se mostra adequado regionalizar as metas.

Indicador: 8679 - Benefícios financeiros decorrentes da atuação da CGU

Informações básicas

Unidade de medida: R$
Valor de referência: 2.491.022.103,08
Data de Apuração: 13/06/2019

Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 69.689.884.593,46
Data do índice: 03/02/2023
Observação: Registra-se que, em 2022, foram contabilizados R$ 19.616.714.008,24 de benefícios financeiros provenientes da atuação da CGU na atividade de auditoria interna que acumulado com benefícios financeiros aprovados nos anos de 2020 e 2021 nos valores, respectivamente, de R$ 17.889.491.082,80 e R$ 32.183.679.502,45, leva à aferição cumulativa (2020-2022) ao valor de R$ 69.689.884.593,46. Desse modo, obtém-se para 2022 a aferição de 107% em relação à meta acumulada referente ao período de 2020 a 2022, no valor de R$ 65bi. Cumpre registrar que o valor foi 40% menor que o de 2021 (R$ 32,2 bilhões). Deve-se considerar, contudo, que o valor de 2021 foi potencializado pelo benefício de R$ 13 bilhões obtido pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço a partir da redução da taxa de administração paga ao agente operador. Em contrapartida, comparando com o benefício financeiro de 2020, o valor foi R$ 1,7 bilhão maior.

Resultado Intermediário: 0152 - Aumento do índice de efetividades das recomendações da SFC

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual do Índice de Efetividade
Linha de base: 10
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Índice de Efetividade das Recomendações
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 30
Meta prevista para 2023: 35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19,3
Data do valor apurado: 26/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, o Índice de Efetividade das Recomendações (IER) ficou em 19,3% (3.322 benefícios gerados / 17.198 recomendações atendidas), enquanto a meta prevista era de 30%, representando 64,4% de atingimento da meta. O resultado foi obtido em função de este indicador estar lastreado em um conjunto de recomendações que foram emitidas em períodos em que não estava vigente o novo Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, instituído pela IN SFC nº. 03/2017 (8557 recomendações / 49% das recomendações atendidas). Como exemplo do impacto dessas recomendações no IER, apenas 1.057 benefícios foram gerados desse grupo (12,4% de efetividade). Em contraponto a esse número, a média de IER das recomendações emitidas a partir de 2017 é 27%, sendo que as emitidas em 2019 já apresentam IER de 34%

levando a uma tendência de crescimento do indicador. Buscando resolver a problemática supracitada, será realizado estudo interno para verificar corte temporal das recomendações que traga o alinhamento entre a realidade atual da SFC para geração de benefícios e o IER.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Seguindo a lógica da não regionalização do resultado da meta principal do programa, mostra-se inviável regionalizar o resultado intermediário porque a SFC no órgão central em Brasília e as Unidades Regionais da CGU nos Estados trabalham de forma conjunta seguindo um planejamento integrado, com foco no alcance dos mesmos objetivos. Os trabalhos realizados pela CGU têm como foco a avaliação da aplicação de recursos públicos federais, os quais, em geral, vinculam-se à execução de políticas públicas de abrangência nacional. Portanto, mesmo que sejam realizadas ações locais, em muitas oportunidades, elas são organizadas centralmente, bem como poderão ter efeitos dispersos regionalmente na cadeia de valor da política pública. As auditorias na CGU são tratadas de forma projetizada, podendo as mesmas dispor de servidores alocados conforme as necessidades de competências requeridas à execução do trabalho, mesmo que esses estejam fisicamente em diferentes unidades regionais, em todas as capitais do país. Desta forma, tanto sob a ótica dos recursos empregados bem como dos impactos gerados e considerando o modelo de gestão empregado não se mostra adequado regionalizar as metas.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Adequação cultural de mudança metodológica da Auditoria Interna Governamental. O resultado foi afetado em função de este indicador estar lastreado em um conjunto de recomendações (8557 recomendações / 49% das recomendações atendidas) que foram emitidas em períodos em que não estava vigente o novo Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna Governamental, instituído pela IN SFC nº. 03/2017, o qual instituiu princípios, conceitos e diretrizes que nortearam a prática da auditoria interna governamental para o aperfeiçoamento de sua atuação, com a finalidade de agregar valor à gestão dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. A partir de tal referencial, espera-se que os planejamentos de trabalhos de auditoria sejam focados em entregas que agreguem valor à gestão, de modo que os achados de auditoria sejam relevantes e com recomendações que auxiliem a gestão no aprimoramento da governança, gestão de riscos e controles internos da unidade, gerando benefícios à unidade auditada. Como exemplo do impacto das recomendações anteriores ao referencial no IER, apenas 1.057 benefícios foram gerados desse grupo (12,4% de efetividade). Em contraponto a esse número, a média de IER das recomendações emitidas a partir de 2017 (data de publicação da IN 3) é 27%, sendo que as emitidas em 2019 já apresentam IER de 34% levando a uma tendência de crescimento do indicador.
Providências implementadas para a superação da restrição: Buscando resolver a problemática supracitada, será realizado estudo interno para verificar corte temporal das recomendações que traga o alinhamento entre a realidade atual da SFC para geração de benefícios e o IER.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0337 - Alcance de 100% de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Grau de recuperação de valores previstos nos acordos de leniência celebrados
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 98
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No Exercício de 2022 foi apurado o resultado de 98% da meta prevista, não tendo sido alcançado o percentual máximo em razão de duas empresas signatárias terem alegado dificuldades financeiras para honrar com a integralidade dos valores pactuados em acordo de leniência. Analisando os resultados alcançados nos anos anteriores, observa-se, porém, que a série histórica de aferição revela que o indicador tem evidenciado a sustentabilidade dos acordos celebrados no que tange às obrigações financeiras pactuadas, as quais têm sido cumpridas em sua maior parte pelas empresas colaboradoras.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O indicador diz respeito aos acordos de leniência assinados pela Controladoria Geral da União e pela Advocacia Geral da União e tomam como base o ente federativo União em toda a sua integralidade, não sendo cabível a regionalização (por UF ou região) do resultado intermediário em questão.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Refere-se a dificuldades financeiras das empresas signatárias de acordo para honrar com a integralidade dos valores pactuados para o exercício.
Providências implementadas para a superação da restrição: A restrição apontada se refere a fatores externos à Diretoria de Acordos de Leniência. Entretanto, ressalte-se que ao longo do exercício a Diretoria lança mão de mecanismos e instrumentos previstos nos próprios acordos que tem por objetivo garantir o cumprimento financeiro clausulado, a exemplo de multa de mora, incidência de juros e eventual abertura de processo de resilição.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0376 - Aumento do Índice de Transparência Ativa e Passiva no Governo Federal

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 73,15
Data de referência da linha de base: 31/12/2021
Indicador: Índice de Transparência Ativa e Passiva no Governo Federal
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 73,15
Meta prevista para 2022: 76,8
Meta prevista para 2023: 81,87

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75,46
Data do valor apurado: 24/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Obteve-se a aferição de 75,46%, o que representa 98,3% da meta estabelecida para o exercício de 2022. Em comparação com o ano base de aferição (2021), verifica-se que houve um incremento de 2,31% no indicador. O não atingimento da meta prevista para o período recai, especialmente, sobre os componentes de transparência ativa, que contabilizaram 31,28% do indicador, com um acréscimo de 1,30% em relação ao ano base. Na aferição, verifica-se que tal crescimento foi inferior ao esperado principalmente nos subcomponentes de transparência ativa 2 e 3, relacionados à temática de dados abertos. Em relação ao subcomponente 2, foi realizada nova avaliação do país pela OCDE para compor o OUR Data Index, porém não houve publicação do resultado ainda em 2022. Dessa forma, apesar de identificarmos avanços na política de dados abertos compartilhados durante a avaliação, não foi possível verificar o incremento por meio da publicação do índice. Em relação ao subcomponente 3, vale dizer que, em novembro de 2022, foi lançada nova versão do Portal Brasileiro de Dados Abertos, principal ferramenta para disponibilização de bases de dados governamentais. No último ano, os esforços da equipe foram direcionados ao aprimoramento da ferramenta que poderá contribuir para maior visibilidade e tempestividade na publicação dos Planos de Dados Abertos dos órgãos e entidades do Poder Executivo federal. Porém, o lançamento do novo portal não permitiu medir o impacto da ferramenta nos procedimentos para o monitoramento da publicação dos Planos de Dados Abertos. Vale dizer que as restrições decorrentes do período eleitoral impactaram na efetivação de alguns processos de monitoramento da transparência ativa na sede e nas regionais, principalmente na suspensão das interações necessárias com outros órgãos.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não há coleta de informações por UF e todos os componentes do indicador se referem ao Poder Executivo Federal.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A avaliação do indicador de Dados Abertos (Our Data Index) foi realizada pela OCDE em 2022, porém o resultado não foi divulgado, o que fez com o que o resultado aferido no subcomponente específico atrelado ao referido índice permanecesse constante ao longo do ano; As restrições do período eleitoral impediram a realização de eventos de capacitação e fomento da transparência ativa para os órgãos. Essas ações são fundamentais para o incremento do índice de transparência ativa e para o aprimoramento dos instrumentos para abertura de dados governamentais.
Providências implementadas para a superação da restrição: N/A

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 4005 - PROTEÇÃO JURÍDICA DA UNIÃO

Objetivo: 1177 - Promover a defesa, o assessoramento e a consultoria jurídica, de forma a gerir os riscos jurídicos da atuação da União.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A taxa de sucesso judicial da AGU apresentou relevante avanço em 2022, atingindo o resultado de 65,0% de decisões favoráveis nos processos judiciais de atuação do órgão, um incremento de 2,4 pontos percentuais em relação ao ano de 2021. Destaca-se na esfera da Administração Direta, em 2022, a União, representada pela Procuradoria-Geral da União - PGU, recebeu mais de 429 mil ações judiciais. Para atender a demanda, até novembro, foram realizadas mais de 2,1 milhões de atividades judiciais. Neste ano, a PGU alcançou a marca de 68,4% de Taxa de Sucesso Judicial, mediante a adoção de estratégias para aperfeiçoar a gestão da carga processual, o que se deu com a especialização e desterritorialização das equipes, com o acompanhamento dos assuntos com maior impacto nos indicadores estratégicos e com a adoção de medidas de automação em todo o território nacional. No ano de 2022, as decisões sobre auxílio emergencial tiveram significativa redução no volume de tarefas, passando de 20% do total das tarefas judiciais, em 2021, para 6,7%. Assim, do total das ações, mais de 29 mil (6,7%) versam sobre o auxílio emergencial. Cabe destacar ainda que, dentre as medidas estratégicas adotadas, procedeu-se à contratação de pessoal por tempo determinado para atender à necessidade temporária e excepcional atrelada ao incremento no volume de trabalho relacionado à judicialização do auxílio emergencial. Isso porque se encontra sob a gestão da PGU, um acervo de cerca de 296 mil processos judiciais relacionados ao referido tema, tratando do pagamento de parcelas do benefício a requerentes ou grupo de requerentes e cuja atuação na defesa da União tem por objetivo a manutenção da decisão administrativa, seja pela concessão do auxílio ou por sua negativa. No âmbito da Administração Indireta, destaca-se a garantia de projetos estratégicos na área de infraestrutura, telecomunicações, energia, petróleo e gás, que asseguraram investimentos de aproximadamente R$ 50 bilhões, arrecadação de aproximadamente R$ 3 bilhões e economia pelos consumidores de mais de R$ 2 bilhões. Importa destacar o avanço do projeto de racionalização da tramitação dos processos judiciais, de prevenção de litígios, de gerenciamento de precedentes qualificados e de resolução consensual de controvérsias, com grande perspectiva de avanço para o ano de 2023 em virtude da reestruturação do Departamento de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal - PGF, além da criação de outros dois departamentos com atuação contenciosa, quais sejam, o Departamento de Contencioso Previdenciário e o Departamento de Cobrança. Também nesse âmbito, a estruturação do Departamento de Contencioso Previdenciário da PGF teve como objetivo aprimorar a atuação contenciosa na defesa das políticas públicas previdenciárias e assistenciais, uma vez que aproximadamente 91% das ações judiciais atendidas pela instituição são ajuizadas em face do INSS, bem como criar mecanismos que busquem a desjudicialização e a redução do tempo de tramitação dos processos judiciais, evitando demora excessiva na tramitação, que aumente ainda mais os gastos públicos. Na área do contencioso constitucional, entre os anos de 2020 e 2021, o tema que ganhou maior centralidade foi o referente às ações de combate ao COVID-19. No ano de 2022, observou-se uma etapa residual de judicializações sobre a matéria, sendo que outros temas passaram a ganhar maior ascendência, tais como: o pagamento de dívidas públicas judiciais, a tributação na Zona Franca de Manaus, a tributação de combustíveis, a compensação do teto da alíquota de ICMS e a ampliação da cooperação federativa no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que resultou na realização de acordos. Detalhando esse contexto, convém registrar que, em 2022, avançou-se na questão da conciliação entre os entes federados, o que culminou com a assinatura de importantes acordos no âmbito do Supremo Tribunal Federal (Campo de Marte; Regime de Recuperação Fiscal – RJ, dentre outros); o ajuizamento da ACO 3568, que trata da execução do contrato de cessão no arquipélago de Fernando de Noronha, que atualmente está em fase de conciliação; o êxito na atuação em diversos mandados de segurança em que os estados sustentavam direito à abertura de linha de crédito para pagamento de precatórios estaduais; a manutenção da decisão que suspendeu liminarmente o pagamento dos créditos devidos pela União à concessionária de serviço público; o êxito em alguns feitos envolvendo Fundef (evitou-se a expedição prematura de precatórios; suspensão de andamento do processo de execução que envolvia discussão sobre prescrição; evitou-se expedição antecipada de precatório relativo a honorários advocatícios e o destaque de valores referente à honorários contratuais), dentre outros. Merece destaque também o êxito ou realização de acordos obtidos em inúmeras ações cíveis originárias que versavam sobre: (i) a possibilidade de importação de vacinas que ainda não haviam sido aprovadas pela ANVISA, (ii) a contestação de remessas de vacinas aos Estados, (iii) a metodologia estabelecida pelo Ministério da Saúde para a distribuição de vacinas. Além disso, no que diz respeito ao tema precatórios, releva notar que a União, por intermédio da Secretaria-Geral de Contencioso, tem envidado esforços na atuação em face da expedição de precatórios com origem em execuções das diferenças do Fundef, bem assim na fase prévia dessas execuções que estejam em curso perante o Supremo Tribunal Federal. No controle concentrado de constitucionalidade, as principais conquistas se traduziram: (i) nas decisões cautelares proferidas na ADI 7164, que garantiram efetividade às determinações da LC 192/2022; (ii) na decisão que extinguiu a ADI 7153, validando a política de desoneração do IPI; e (iii) no julgamento de improcedência da ADPF 763, que validou os artigos 18, 19 e 20 do Decreto 10.540/2020, que dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle. Por fim, destaque-se também: (i) a atuação com resultado favorável em mais de 100 (cem) processos envolvendo o Conselho Nacional de Justiça, garantindo a lisura no controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, além do bom funcionamento dos serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro; (ii) os resultados favoráveis em mais de 15 (quinze) feitos relacionados ao controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e ao resguardo do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros; (iii) os resultados favoráveis em mais de 70 (setenta) processos, legitimando-se o julgamento das contas dos

administradores e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos da administração direta, afastando-se prejuízos ao erário. Ainda no âmbito do Supremo Tribunal Federal, em 2022, apresentou-se o quantitativo total de 10.607 atividades judiciais em processos de controle difuso e concentrado de constitucionalidade, incluídos os feitos que envolvem assuntos federativos, ressaltando-se que o acervo de processos do Tribunal perfaz quase 3 mil processos judiciais ativos. Essa atuação resultou em aproximadamente R$ 73,23 bilhões economizados para os cofres públicos. Releva notar que a produção decisória da Corte acarretou a manutenção do número de sustentações orais em patamar razoável (27) e a elaboração de 379 memoriais (nesse particular observou-se um aumento em relação ao verificado no ano de 2021). No controle concentrado, foram apresentadas cerca de 370 manifestações ao Supremo Tribunal Federal.

Meta: 051M - Aumentar em 1,0 ponto percentual ao ano a Taxa de Sucesso Judicial

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 56,9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 57,4
Meta prevista para 2021: 60,2
Meta prevista para 2022: 60,55
Meta prevista para 2023: 60,9

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 65
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.

Indicador: 8734 - Taxa de Sucesso Judicial

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 56,9
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 65
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0074 - Redução do tempo médio de atendimento das demandas consultivas

Informações básicas

Unidade de medida: Dias
Linha de base: 12,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Tempo estimado de conclusão das demandas do consultivo
Meta prevista para 2020: 19,1
Meta prevista para 2021: 13
Meta prevista para 2022: 12,4
Meta prevista para 2023: 11,8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 11
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta alcançada devido ao reflexo do criterioso acompanhamento do tempo médio de cada uma das unidades da AGU.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades

isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0085 - Melhora da taxa de satisfação dos órgãos e entidades assessorados

Informações básicas

Unidade de medida: Nota
Linha de base: 7,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de satisfação dos órgãos e entidades assessorados
Meta prevista para 2020: 7,2
Meta prevista para 2021: 7,5
Meta prevista para 2022: 7,6
Meta prevista para 2023: 7,6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7,93
Data do valor apurado: 31/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado obtido por meio de pesquisa realizada com todos os órgãos e entidades assessorados pela AGU de forma anual. Conclusão da pesquisa e obtenção do resultado atualizado para o resultado do ano de 2022 em fevereiro / 2023.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Resultado encaminhado à SEPLAN/MPO em 22/03/2023.

Resultado Intermediário: 0094 - Celebração de acordos estratégicos

Informações básicas

Unidade de medida: Quantidade de acordos
Linha de base: 39
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de acordos estratégicos celebrados (CCAF - Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal)
Meta prevista para 2020: 20
Meta prevista para 2021: 30
Meta prevista para 2022: 40
Meta prevista para 2023: 45

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 31
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: "A meta estabelecida para este resultado foi alterada no Planejamento Estratégico Institucional - PEI, buscando melhor adequá-la à capacidade operacional do órgão, bem como das características que permeiam a celebração dos acordos estratégicos. A meta foi revisada para 30 acordos em 2022 e 2023. Assim, considera-se o resultado obtido como satisfatório, tendo em vista que está em acordo com a meta estabelecida no PEI. Será solicitada revisão das metas estabelecidas para este Resultado Intermediário no momento oportuno."
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0096 - Redução de Litígios

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de redução
Linha de base: 13,33
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de redução de litígios
Meta prevista para 2020: 13,53
Meta prevista para 2021: 13,95
Meta prevista para 2022: 14,37
Meta prevista para 2023: 14,79

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 14,6
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado apresentado em relação a redução de litígios foi satisfatório e o principal fator para atingimento da meta foi o volume de acordos realizados ao longo de 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0097 - Aumento da arrecadação promovida pela AGU

Informações básicas

Unidade de medida: Milhões de Reais
Linha de base: 4.934
Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Valor arrecadado pela AGU
Meta prevista para 2020: 4.106
Meta prevista para 2021: 5.337
Meta prevista para 2022: 5.694
Meta prevista para 2023: 6.007

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.549
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Principal componente do resultado apurado é a arrecadação junto à justiça do trabalho, que alcançou um aumento de 5,88%, em relação ao ano de 2021. Além disso também houve avanço na arrecadação registrada no Tesouro Gerencial, tendo em vista diversas iniciativas implantas no Âmbito da Procuradoria-Geral Federal.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A regionalização não faz sentido ser detalhada por Estado da Federação em razão da forma de atuação das unidades de contencioso judicial da AGU, que atuam de forma especializada, coordenada e desterritorializada perante o Poder Judiciário Federal, organizado em 6 (seis) regiões federais. Assim, em que pese a AGU possuir unidades físicas em todo o território nacional, a atuação processual dos advogados e procuradores não se restringe às unidades onde trabalham fisicamente, mas em toda uma região federal - e, em alguns casos específicos, até nacionalmente. A aferição da meta segmentada por Estado, nesse contexto, não permite a avaliação da representação judicial ou do desempenho das unidades isoladamente. Exemplificando: na matéria "Previdência e Assistência Social", desde 2015, independente de onde fica localizada a Procuradoria, em determinada região, toda a demanda contra o INSS, tendo por objeto benefícios por incapacidade, é tratada de forma especializada por equipe desterritorializada. Assim, uma demanda, por exemplo, de Campo Grande/MS pode ser tratada por um Procurador que esteja trabalhando em Presidente Prudente/SP. Além disso, todos os Projetos Estratégicos aprovados para o ciclo 2020/2023 foram construídos com a premissa de aplicação nacional, onde se busca a melhoria do desempenho de todas as unidades, já que trabalham de forma integrada e desterritorializada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5011 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Objetivo: 1175 - Elevar a qualidade de Educação Básica, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: As ações estratégicas do MEC são desenvolvidas em regime de colaboração com os entes subnacionais por meio da prestação de apoio técnico e financeiro, em caráter suplementar, aos estados, ao DF e aos municípios, promovendo a equidade, a qualidade das aprendizagens escolares, a

valorização e a qualificação dos profissionais que atuam na educação básica. Considerando o indicador do Programa 5011, Ideb Sintético, o dado apurado a partir dos índices alcançados em 2021 registraram o valor de 5,06. Para analisar os dados do Ideb 2021, é necessário considerar o contexto educacional atípico imposto pela pandemia de covid-19, que, para além do período de suspensão das atividades de ensino, levou boa parte das escolas a adotarem novas estratégias, com reflexos na avaliação e na aprovação dos estudantes. Apresenta-se, a seguir, os resultados e desempenho das ações desenvolvidas, em 2022, que consolidam o compromisso do MEC com a elevação da qualidade da Educação Básica. Em maio de 2022, foi instituída a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica, que estabeleceu princípios, diretrizes e objetivos para a implementação de ações voltadas ao alinhamento estratégico dos sistemas de ensino, ao acesso e permanência, à atenção individualizada aos discentes e às suas famílias, à formação prática de docentes e de outros profissionais da educação, à resiliência dos sistemas de ensino e a pesquisas e avaliações internas e externas da União, dos Estados, dos Municípios e do DF. Entre as principais iniciativas da política, destacam-se: (1) Plataforma de Avaliações Diagnósticas e Formativas, ferramenta que disponibiliza avaliações diagnósticas e formativas para escolas e redes da educação básica, com infraestrutura computacional para atender as escolas e redes da educação básica, e que permite o atendimento personalizado do estudante por meio de material específico de acordo com a dificuldade apresentada. No total, foram disponibilizados em 2022, ao longo dos quatro ciclos, 1.292 modelos de cadernos de avaliação. Foram cadastrados na Plataforma 6,5 milhões de estudantes, registrando o lançamento de mais de 14,6 milhões de testes em 20.754 escolas; (2) Aplicativo de Correção Automatizada de Textos Manuscritos, que utiliza de inteligência artificial para apresentar devolutiva pedagógica quanto à correção do texto; e (3) Ações para Enfrentamento do Abandono e Evasão Escolar, como o Sistema de Alerta Preventivo, que utiliza da inteligência artificial para, com base nos dados coletados, identificar de forma antecipada estudantes com maiores riscos de abandono escolar; e o Disque 100 Brasil na Escola, que visa mobilizar e viabilizar um canal para que toda a sociedade realize denúncias de situações relacionadas à evasão e ao abandono escolar, entre outras. O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE Básico), em 2022, atendeu 122.307 escolas de 5.553 municípios. Ao total, o PDDE Básico e suas Ações Integradas atenderam 123 mil escolas. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) atendeu 37,2 milhões de estudantes das redes estadual, distrital e municipal, de 141,4 mil escolas, distribuídas em mais de 5,5 mil municípios, e 358,5 mil alunos de educação básica da rede federal. No programa Caminho da Escola, foram entregues pelas montadoras 5.760 veículos aos entes federados, sendo que destes 1.541 foram adquiridos com recursos do FNDE e 4.219 com recursos dos próprios estados e municípios. No âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), foram atendidos 5.237 municípios e 9 secretarias de estado de educação, os quais atingiram 4,4 milhões de estudantes. No Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), foram adquiridos 111,2 milhões de livros, beneficiando quase 26 milhões de estudantes matriculados em mais de 113 mil escolas. Também foram adquiridos 2,5 milhões de livros para a Educação Infantil, beneficiando mais de 6,5 milhões de estudantes. No âmbito do PNLD Acessível, foi realizada a transcrição e disponibilização, em formato EPUB, de 532 obras, além da aquisição de 9,7 mil livros em formato tinta-braille. No âmbito do quarto ciclo (2021-2024) do Plano de Ações Articuladas (PAR), foram apoiados 3.035 projetos. Mais de 5,3 mil municípios e 25 estados e o DF concluíram a etapa de diagnóstico e iniciaram o planejamento convergente com a realidade de sua rede de ensino. O fortalecimento em conectividade das escolas tem sido uma das prioridades do Governo Federal, por meio do Ministério da Educação. O Programa de Inovação Educação Conectada atendeu mais de 88,6 mil escolas e 26 milhões de matrículas, distribuídas em mais de 5,2 mil municípios aderentes do Programa nas 27 unidades federativas. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), após três anos de funcionamento, alcançou abrangência nacional, estando presente em todos os 26 estados e no DF, onde foram implantadas 223 Ecim, atendendo a aproximadamente 120 mil alunos. Em 2022, foram implantadas 110 Escolas-Cívico Militares, atendendo a 53,4 mil alunos. Com a finalidade de fomentar e qualificar a participação da família na vida escolar do estudante e na construção do seu projeto de vida, no âmbito do Programa Educação e Família, em 2022, foram repassados recursos com mais de 15 mil escolas participantes e cerca de 7,1 milhões de estudantes beneficiados, contemplando também aproximadamente, 5,8 milhões de familiares e 965,1 mil profissionais da educação. No que se refere ao Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), o MEC viabilizou assistência técnica e financeira às Secretarias Estaduais de Educação para atuarem em regime de colaboração com os municípios de suas respectivas unidades federativas. Quanto ao Monitoramento da implementação da Base Nacional Comum Curricular, o MEC, em parceria com a Universidade Federal de Juiz de Fora, está realizando a primeira Pesquisa de Avaliação e Monitoramento da Implementação da BNCC, disponível na Plataforma on-line do Monitoramento da BNCC. A amostra abrange 2 mil escolas em 250 cidades das 5 regiões do país. Para facilitar o processo de acompanhamento da frequência escolar dos estudantes em situação de pobreza e extrema pobreza, beneficiários do Programa de transferência de renda, o MEC disponibiliza o Sistema Presença, o qual está disponível para os 87 mil usuários que fazem parte da rede de profissionais da educação. No período de coleta dos dados de frequência escolar, referente aos meses de outubro e novembro, cerca de 20,8 milhões de estudantes beneficiários foram acompanhados pelo Sistema Presença. A leitura e a escrita permitem ao estudante desenvolver importantes habilidades, impactando positivamente toda sua vida escolar, pessoal e profissional. Em 2022, foi empenhado, por meio do PDDE Alfabetização recursos para quase 47 mil escolas em 4,2 mil municípios, beneficiando mais de 3 milhões de alunos na alfabetização e 2,3 milhões de alunos na educação infantil. O programa Tempo de Aprender busca contemplar os fatores fundamentais para alcançar a efetiva aprendizagem da leitura e da

escrita das crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas. Em 2022 o Programa alcançou 5.160 adesões, representando mais de 92% das redes educacionais do país. Além das formações destinadas aos professores alfabetizadores e gestores da área, outras iniciativas/ações se destacaram no contexto do Programa: a) a Plataforma Avaliações Diagnósticas e Formativas; b) o Sistema Online de Recursos para Alfabetização - Sora; e c) o GraphoGame Brasil, aplicativo de apoio à alfabetização. Por meio do programa Conta pra Mim, que visa orientar, estimular e promover práticas de literacia familiar, o MEC investiu em materiais de orientação, divulgação e subsídio para as práticas. Além disso, lançou-se uma iniciativa intersetorial para munir visitadores do programa Criança Feliz do conhecimento e de conteúdo para o exercício dessas práticas. Em 2022, foram distribuídos 30 mil kits de literacia familiar a famílias vulneráveis, em parceria com o programa Criança Feliz. Além disso, por meio de parceria com a UNESCO, foram produzidos outros quatro guias temáticos referentes a práticas de literacia familiar. O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), criado em 2002 e executado até 2016, passou, a partir de 2020, por um processo de análise e proposta de reformulação. Assim, o novo PBA foi reativado em 2022 inicialmente na forma de um projeto piloto, no estado de Alagoas. Ao todo, 16 municípios aderiram ao ciclo-piloto 2022, os quais ativaram 314 turmas contemplando aproximadamente 4 mil alfabetizandos. O Programa Brasil na Escola objetiva induzir inovações e estratégias para assegurar a permanência e aprendizagem dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental. Em 2022, foram atendidas 5.599 escolas, beneficiando cerca de 2,3 milhões de estudantes. O Programa de Fomento às escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI), atualmente, atende a 361,1 mil estudantes (Censo Escolar 2022) distribuídos em 1.415 escolas nas 27 UF. O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio possibilitou a implantação de escolas-piloto nas 27 UF que executaram Propostas de Flexibilização Curricular-PFC, com novas matrizes e realizaram a revisão de suas propostas pedagógicas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. O Programa atendeu a 4.033 escolas, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. Ainda em 2022, o MEC instituiu a Rede de Inovação para a Educação Híbrida, com a finalidade de promover a implementação de estratégias de educação híbrida em todas as unidades federativas do país, bem como contribuir com a implementação do Novo Ensino Médio de forma equitativa e efetiva. A Rede prevê a distribuição e instalação de 51 Núcleos de Inovação, além da distribuição de 648 kits de sala de aula e VSAT para o fomento a aprendizagem. Serão priorizadas as escolas vulneráveis e aquelas com baixa conectividade. O Programa de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, instituído em 2021, tem as seguintes ações financiadas: mobilização dos municípios; formação continuada de profissionais da educação; oferta de cursos de EJA integrada à qualificação profissional; produção de material pedagógico; monitoramento da permanência; e pesquisa e inovação. Entre as ações previstas salienta-se especialmente a apresentação e seleção dos projetos institucionais. O MEC priorizou o fomento de políticas públicas que propiciem a adequação e benfeitoria na infraestrutura física das escolas indígenas, quilombolas e do campo necessárias para a realização de atividades educativas e pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. No âmbito do PDDE Água e Saneamento, no exercício de 2022, foram disponibilizados recursos beneficiando 264 escolas e 35.475 estudantes. Por meio do PDDE Campo, foram atendidas 3.318 escolas e 417.462 estudantes. No âmbito da Educação Bilingue de surdos, conforme dados do Censo Escolar 2021, o total de matrículas de surdos, deficientes auditivos e surdo-cegos em toda a educação básica é de 61.409 estudantes. Em 2022, o MEC articulou para fomentar projetos visando criar, estruturar e fortalecer as Escolas Bilíngues de Surdos. Em 2022, o MEC manteve o compromisso com a valorização dos professores e com a continuidade das diversas ações voltadas a elevar a oferta e a qualidade da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação em todas as modalidades da educação básica, com destaque para seguintes programas e cursos: - Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL): Iniciaram, em 2022, as atividades nas quatro redes selecionadas formadas por instituições de ensino superior federais, estaduais e sem fins lucrativos. - Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND: Em 2022, foram ofertadas 535 vagas. - Programa Residência Pedagógica: Em 2022, foram concedidas bolsas a mais de 30 mil residentes, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior para o desenvolvimento de projetos institucionais de formação. - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid): concessão de bolsas de iniciação à docência a mais de 30 mil alunos, além de bolsas para professores da educação básica e do ensino superior para o desenvolvimento de projetos institucionais de formação que oportunizaram a inserção dos futuros docentes no cotidiano das escolas públicas de educação básica. - Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor): Em 2022, o Programa contou com mais de 6,2 mil professores com matrículas ativas, distribuídos em 194 turmas especiais em 35 Instituições de Ensino Superior. - Universidade Aberta do Brasil (UAB): Em 2022, a UAB contou com 118 mil alunos matriculados em cursos de licenciatura, bacharelado, especialização e de tecnólogo. Participam do sistema 139 instituições públicas de ensino, com 967 polos ativos. - Mestrados Profissionais para Qualificação de Professores da Educação Básica (Proeb): Em 2022, mais de 4,3 mil docentes participaram dos programas, que estão distribuídos em 132 instituições de ensino superior e ofereceram 12 cursos de mestrado profissional em diversas áreas do conhecimento. - Plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (AVAMEC): é um ambiente que permite criação e manutenção de diversos tipos de curso, complementares aos cursos presenciais ou qualquer outra forma de ensino ou apoio ao ensino. Em 2022, a plataforma registrou mais de 19 milhões de acessos, atingindo a média de 1,9 milhões de acessos por mês. Ainda, 63 novos cursos foram criados, totalizando 493 turmas registradas. A AVAMEC possui, atualmente, 4,4 milhões de cursistas cadastrados, 1,7 milhão de usuários (sem cadastro em curso), 294 cursos

disponibilizados por 29 instituições parceiras, com 584 conteúdos digitais agregados aos cursos. - Plataforma Integrada MEC-RED: tem a finalidade de reunir e disponibilizar, em um único lugar, os Recursos Educacionais Digitais (RED) dos principais portais do Brasil. A plataforma conta com mais 318 mil recursos disponíveis para o uso dos educadores, servindo como um ambiente de busca, interação e colaboração entre professores. - Laboratório de Criatividade e Inovação da Educação Básica (LABCRIE): é destinado à formação presencial de professores e tem como eixos formativos Cultura digital e competências digitais docentes para engajamento e prática profissional; Metodologias ativas; e Cultura maker, pensamento computacional e robótica. Em 2022, iniciou-se o processo de implantação dos laboratórios nas 26 unidades federativas que realizaram a adesão. No âmbito da Alfabetização, destacam-se os seguintes cursos a) Alfabetização Baseada na Ciência - ABC; b) Práticas de Alfabetização; c) Práticas de Produção de Texto; d) Formação de Alfabetizadores de Jovens e Adultos; e) Formação em Matemática Básica; f) Formação em Literacia Familiar; g) Curso voltado para Fluência em Leitura; e h) Certificação Avançada para Gestores Educacionais da Alfabetização. Para a promoção da formação continuada de professores e profissionais nas áreas da Educação Especial, da Educação Bilíngue de Surdos, da Educação do Campo, Educação Indígena, e Educação Quilombola, foram ofertadas de 23,7 mil vagas distribuídas em 60 IFES: para a Ação Saberes Indígenas na Escola foram ofertadas 2.278 vagas; para a Ação Escola da Terra, 510 vagas; para a Formação Continuada de professores, gestores, estudantes e profissionais da educação bilíngue de surdos, 4.800 vagas; e para a formação continuada de professores do AEE, 16.150 vagas.

Meta: 050E - Atingir a meta de 5,59 no Ideb Sintético.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: índice numérico
Linha de base: 4,797
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 5,06
Meta prevista para 2021: 5,31
Meta prevista para 2022: 5,31
Meta prevista para 2023: 5,59

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 5,06
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: Entende-se que a meta do Programa 5011 não é passível de regionalização pela complexidade do indicador relacionado (IDEB Sintético) que já apresenta em sua fórmula de cálculo uma agregação de três indicadores sintéticos: Ideb anos iniciais, Ideb anos finais e Ideb ensino médio. Portanto, acredita-se que regionalizar um indicador com tantas agregações não é recomendável.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: A nota do IDEB reúne resultados do fluxo escolar e desempenho nas avaliações do SAEB. O último resultado é de 2021, momento em que estávamos ainda em um contexto educacional atípico imposto pela pandemia de covid-19, que, para além do período de suspensão das atividades de ensino, levou boa parte das escolas a adotarem novas estratégias, com reflexos na avaliação e na aprovação, impactando assim no resultado do SAEB e consequentemente no IDEB.

Providências implementadas para a superação da restrição: Política estruturada de apoio no enfrentamento do abandono e evasão escolar, bem como para melhoria das aprendizagens, apoiando redes e escolas no processo de melhoria da educação e consequentemente de seus indicadores.

Indicador: 8654 - IDEB SINTÉTICO

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 4,8
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Bianual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 5,06
Data do índice: 31/12/2021
Observação: Os dados referentes ao Ideb 2021 foram apurados considerando os índices 5,8 para os anos iniciais do Ensino Fundamental, 5,1 para os anos finais do Ensino Fundamental, e 4,2 para o Ensino Médio. Considerando o indicador do Programa 5011, Ideb Sintético, o dado apurado a partir dos índices alcançados em 2021 registram o valor de 5,06. Memória de Cálculo: (5,8*0,35)+(5,1*0,33)+(4,2*0,32) = 5,057.

Resultado Intermediário: 0035 - Escolas ICQ sem infraestrutura mínima

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 61,91
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de escolas ICQ sem infraestrutura mínima
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 52,4
Meta prevista para 2022: 48,21
Meta prevista para 2023: 44,35

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 52,75
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC acompanha a melhoria das escolas indígenas, do campo e quilombolas a partir do indicador de infraestrutura mínima (ICQ) dessas escolas. Foram definidos, como infraestrutura mínima, o abastecimento de água e de energia elétrica, o esgotamento sanitário, o acesso à internet e a existência de prédio escolar. O PDDE Campo destina recursos para propiciar adequação e benfeitoria na infraestrutura física das escolas públicas rurais. Para o exercício de 2022 foram empenhados, por meio no PDDE Campo, R$ 50,9 milhões, sendo efetivamente pago o valor de R$ 44,7 milhões (incluindo RAP), beneficiando 3.318 escolas com 417,5 mil estudantes. O PDDE Água financia adequações necessárias ao abastecimento de água em condições apropriadas para consumo e o esgotamento sanitário nas unidades escolares rurais que tenham declarado no Censo da Educação Básica a inexistência de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário. Para o exercício de 2022, registra-se que foram empenhados, por meio no PDDE Água e Saneamento, R$ 39,2 milhões, sendo efetivamente pago o valor de R$ 7,6 milhões (incluindo RAP), beneficiando 264 escolas com 35,5 mil estudantes. Em 2021 o MEC instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Construção de Escolas Indígenas. O GTI está finalizando a elaboração do "Referencial sobre Construção de Escolas Indígenas", cujo objetivo principal é apresentar as etapas do processo de construção de escolas indígenas e as atribuições das Secretarias de Educação, do FNDE e da Funai, caracterizando-se como subsídio para o aperfeiçoamento da construção de escolas indígenas pelos entes federados tendo em vista o reconhecendo o direito à educação escolar diferenciada, a consulta aos povos indígenas e a necessidade de contemplar a pluralidade de parâmetros diferenciados para construção de escolas indígenas de acordo com cada povo e comunidade.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Os recursos disponíveis para os Programas PDDE Campo e PDDE Água são inferiores aos necessários para atender todas as escolas aptas a participarem dos Programas. Em 2022, seriam necessários R$ 562.375.986,00 para atender as escolas aptas nesses Programas, contudo, foi disponibilizado R$ 90.077.857,00, uma insuficiência orçamentária de R$472,2 milhões.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliar o orçamento para os Programas PDDE Água e PDDE Campo em cerca de 472,2 milhões.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores para realizar a análise dos Planos de Trabalho das escolas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Há a necessidade de se alocar mais servidores na área.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Atraso na entrega do Sistema de adesão das escolas para os Programas PDDE Campo e PDDE Água.
Providências implementadas para a superação da restrição: Acertar meios com a área de tecnologia da informação do MEC para acelerar a entrega do Sistema.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Valor Apurado	Data do valor	Observação	Notas do usuário

	para 2020	para 2021	para 2022	para 2023		apurado		
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	16,39	31/12/2021	Não informado	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Nordeste	-	-	-	-	52,18	31/12/2021	Não informado	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Norte	-	-	-	-	78,82	31/12/2021	Não informado	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sudeste	-	-	-	-	35,33	31/12/2021	Não informado	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sul	-	-	-	-	12,07	31/12/2021	Não informado	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Resultado Intermediário: 0036 - Acesso à banda larga nas escolas

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 53,91
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de acesso à banda larga nas escolas
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 80
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 70,09
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Inovação Educação Conectada (Piec), instituído pelo Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017, é um programa federal que tem como finalidade apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. O Programa ganhou força legal com a publicação da Lei nº 14.180 de 2021, conferindo ao Programa o status de Política de Estado. Em 2022, foram consideradas aptas a receber os recursos do PIEC 91,5 mil escolas, visando ao apoio técnico e/ou financeiro para: a) contratação de serviço de acesso à Internet; b) implantação de infraestrutura para distribuição do sinal da Internet nas escolas; c) aquisição ou contratação de dispositivos eletrônicos; e d) aquisição de recursos educacionais digitais ou de suas licenças. Assim, em 2022, foram repassados, por meio do PDDE, cerca de R$ 266 milhões, possibilitando atender mais de 88,6 mil escolas e 26 milhões de matrículas, distribuídas em mais de 5,2 mil municípios aderentes do Programa nas 27 unidades federativas.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A dotação orçamentária do Piec em 2022 foi de aproximadamente 276 milhões, orçamento que permitiu ao Programa prestar assistência financeira a cerca de 90 mil escolas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Uma dotação orçamentária na casa dos R$ 400 milhões permitirá o Programa atingir as mais de 130 mil escolas públicas do país.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Falta de capacitação da rede de colaboradores do programa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de capacitação dos articuladores locais do programa para maior independência no desenvolvimento das ações.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: O módulo Educação Conectada do SIMEC foi implementado em um curto espaço de tempo, gerando inconsistências sistêmicas e prejudicando o desenvolvimento das ações
Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2023, implementar módulo Educação Conectada do SIMEC dentro de um amplo espaço de planejamento e testagem.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-	-	-	-	-	84,4	31/12/2022	Não informado	Não

Oeste								informado
Região Nordeste	-	-	-	-	64,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	39,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	88,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	79,4	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0037 - Acesso escolar da população de 6 a 14 anos

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 98,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de acesso escolar – percentual da população que frequenta a escola (de 6 a 14 anos)
Meta prevista para 2020: 98,5
Meta prevista para 2021: 98,5
Meta prevista para 2022: 98,7
Meta prevista para 2023: 99

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 95,9
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Brasil na Escola tem o objetivo de induzir inovações e estratégias para assegurar a permanência e aprendizagem dos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, apoiando o alcance das metas 2 e 7 do PNE. O programa é estruturado em 3 eixos: Apoio técnico e financeiro; Valorização de boas práticas; e Inovação. O eixo Apoio Técnico e Financeiro procura focalizar nas escolas públicas que atendem as populações com maior vulnerabilidade social. No âmbito do eixo foram atendidas 5.599 escolas, tendo sido empenhados R$ 59,9 milhões no ano de 2022. O Apoio Técnico contempla orientações; acompanhamento do Plano de Ação; promoção de parcerias; disponibilização de ferramentas e estratégias para recuperação das aprendizagens, enfrentamento ao abandono escolar e acolhimento e desenvolvimento de competências socioemocionais; formação de gestores e docentes; promoção de espaços para compartilhamento de materiais pedagógicos, e divulgação de pesquisas, estudos e análises, métodos e evidências e tecnologias educacionais. O eixo Inovação busca fomentar ações para o aprimoramento das estratégias de ensino e aprendizagem, bem como de liderança e gestão escolar que elevem a aprendizagem, a permanência e o fluxo escolar, favorecendo a criação de banco de práticas exitosas. O edital de chamamento Público foi lançado em 2022 visando a seleção de pelo menos 54 escolas, distribuídas nas 27 UF. Os projetos serão implementados e executados no período de 5 anos, recebendo apoio financeiro de até R$ 100 mil anual. Foram apresentadas 101 inscrições e classificados 62 projetos. Em 2022 foram repassados R$ 5,9 milhões às escolas selecionadas. O MEC lançou o Sistema de Alerta Preventivo (SAP), que tem o objetivo de apoiar as redes e escolas

na identificação, de forma antecipada, de estudantes com maiores riscos de abandono escolar, e seu devido acompanhamento e monitoramento, buscando promover intervenções preventivas para garantir a permanência dos estudantes na escola.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Falta de políticas de amplo apoio às Redes.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecer Políticas Estruturantes de Apoio às Redes.

Notas do usuário: O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	98,7	98,7	99	95,5	31/12/2021	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.	Não informado
Região Nordeste	-	98,7	98,7	99	95,2	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Norte	-	97,9	98,2	98,4	95,1	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Sudeste	-	98,7	98,7	99	96,7	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Sul	-	98,7	98,7	99	96,3	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores

								do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 2A do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.

Resultado Intermediário: 0038 - Acesso escolar da população de 15 a 17 anos no Ensino Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 73,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa Líquida de matrícula no Ensino Médio.
Meta prevista para 2020: 94,3
Meta prevista para 2021: 74
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 76

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 74,5
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC fomenta Programas e ações para a promoção do acesso escolar em apoio a implementação do Novo Ensino Médio. Das 19.824 escolas públicas que ofertam o Ensino Médio, o MEC oferece apoio técnico e financeiro a 18.179, representando 902%, por meio dos Programas EMTI; Pronem; PROIF e da instituição da Rede de Inovação para Educação Híbrida. O EMTI visa apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio. Entre 2019 e 2022, foram empenhados R$ 1,25 bilhão e repassados aos 26 estados e ao DF o total de R$939,7 milhões, tendo empenhado R$ 146,9 milhões em 2022. O Programa EMTI, atualmente, atende a 361,1 mil estudantes (Censo Escolar 2022) distribuídos em 1.415 escolas nas 27 UF. O Pronem possibilitou a implantação de escolas-piloto nas 27 UF que executaram Propostas de Flexibilização Curricular-PFC, com novas matrizes e realizaram a revisão de suas propostas pedagógicas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais. Foram repassados, ao longo de 2019, 2020 e 2021 aos 26 estados e ao DF, o montante de R$ 312,7 milhões no âmbito das escolas-piloto. O Programa atendeu a 4.033 escolas nas 27 UF, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. O ProIF, visa coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo e secretarias de educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Em 2022 foram empenhados R$ 119,9 milhões, e pago o valor de R$ 93,7 milhões, beneficiando 8,7 mil escolas e 3,6 milhões de estudantes. A Rede de Inovação para a Educação Híbrida, instituída em 2022, prevê a distribuição e instalação de 51 Núcleos de Inovação para promover a educação híbrida e contribuir com a implementação do NEM com investimento de R$ 40,0 milhões.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID-19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar, bem como a defasagem nas aprendizagens.
Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento da Plataforma de Avaliação Diagnóstica e Formativa para a recuperação das Aprendizagens no EM; desenvolvimento de Plataforma de Busca Ativa; fomento ao ensino híbrido; utilização de recursos orçamentários para a conectividade dos alunos e professores das escolas públicas

Notas do usuário: O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	77	78	79	76,3	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Nordeste	-	68	69	70	68,2	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Norte	-	68	69	70	65,9	31/12/2021	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.	Não informado
Região Sudeste	-	82	83	84	80,6	31/12/2021	Não informado	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.
Região Sul	-	75	76	77	77,8	31/12/2021	O Inep/MEC atualiza os indicadores do PNE no fim de junho de cada ano. Assim, os dados referentes ao	Não informado

							indicador 3B do PNE só serão disponibilizados no 2º semestre de 2023.	

Resultado Intermediário: 0039 - Estudantes no Ensino Médio matriculados em Tempo Integral no Programa EMTI

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 223.608
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de matrículas em tempo integral no Programa EMTI
Meta prevista para 2020: 4,06
Meta prevista para 2021: 339.100
Meta prevista para 2022: 397.441
Meta prevista para 2023: 425.832

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 361.148
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi instituído em 2016 e tem o objetivo geral de apoiar a ampliação da oferta de educação em tempo integral no ensino médio nos estados e Distrito Federal, por meio da transferência de recursos para as secretarias estaduais e Distrital de educação. Atualmente, regido por meio da Portaria MEC nº 2.116, de 06 de dezembro de 2019, conforme Política preconizada por meio da Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 e Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Por meio do EMTI, entre 2019 e 2022, foram empenhados R$ 1,25 bilhão e repassados e pagos aos 26 estados e ao Distrito Federal, o montante total de R$ 939,7 milhões, sendo que em 2022 foram empenhados R$ 146,9 milhões. O Programa EMTI, atualmente, atende a 361,1 mil estudantes (Censo Escolar 2022) distribuídos em 1.415 escolas nas 27 UF.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Orçamento insuficiente: previsão orçamentária EMTI 2023 é cerca de– R$ 240,8 milhões, de acordo com a COGEM/DPDI.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessária realocação de fontes de recursos e ou suplementação orçamentária.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: A situação da Pandemia da COVID-19, que se prolongou durante o ano de 2021, agravou ainda mais os índices de abandono e evasão escolar, bem como a defasagem nas aprendizagens.
Providências implementadas para a superação da restrição: Desenvolvimento da Plataforma de Recuperação das Aprendizagens no EM; desenvolvimento da Plataforma de Busca Ativa; fomento ao ensino híbrido; utilização de recursos orçamentários para a conectividade dos alunos e professores das escolas públicas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	32.280	42.052	45.057	33.713	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	159.989	185.318	198.555	199.670	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	42.265	49.828	53.387	47.990	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	87.176	98.553	105.593	66.411	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	17.390	21.690	23.240	13.364	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0040 - Implantação do Novo Ensino Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de escolas públicas e privadas com o novo currículo de EM implantado
Meta prevista para 2020: 21,96
Meta prevista para 2021: 15
Meta prevista para 2022: 30
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20,5
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Das 19.824 escolas públicas que ofertam o Ensino Médio, o MEC oferece apoio técnico e financeiro a 18.179, representando 90%, por meio do Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI; do Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – Pronem; do Programa Itinerários Formativos – PROIF; e da Rede de Inovação para Educação Híbrida. O Pronem possibilitou a

implantação de escolas-piloto nas 27 UF que executaram Propostas de Flexibilização Curricular-PFC, com novas matrizes e realizaram a revisão de suas propostas pedagógicas. Por meio do Programa, foram repassados, ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021 aos 26 estados e ao DF, o montante total de R$ 312,7 milhões no âmbito das escolas-piloto. O Programa atendeu a 4.033 escolas nas 27 UF, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. O ProIF, tem por finalidade coordenar a implementação do NEM e promover o apoio técnico e financeiro às escolas e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo e secretarias de educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Em 2021 e 2022, por meio do PDDE, foram empenhados R$ 281,2 milhões, sendo que em 2022 foram empenhados R$ 119,9 milhões, sendo pago o valor de R$ 93,7 milhões, beneficiando 8,7 mil escolas e 3,6 milhões de estudantes. A Rede de Inovação para a Educação Híbrida, instituída ao longo de 2022, prevê a distribuição e instalação de 51 Núcleos de Inovação contribuindo com a implementação do NEM de forma equitativa e efetiva, com investimento de R$ 40 milhões. O MEC, desde 2020, promove, em parceria com o CONSED, o Ciclo de Coordenação Nacional para Implementação do NEM. O ciclo compreende de uma série de reuniões técnicas e formações com as equipes que trabalham na implementação do NEM. Desde 2020 foram realizadas mais de 62 formações. Por fim, o MEC disponibilizou o Portal do Novo Ensino Médio
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Necessidade de mais recursos para a apoiar a implementação do Novo Ensino Médio/Itinerários Formativos em todas as UF. A LOA 2023 para a Ação 0515 PO 0006 (ProIF) aprovou o montante de R$ 74.303.837,00, insuficientes frente ao planejamento da COGEM/DPDI no montante de R$ 158.989.859,00, referente à base de escolas elegíveis do Programa para 2023.
Providências implementadas para a superação da restrição: A partir do planejamento COGEM/DPDI, novas estratégias podem ser verificadas, incorrendo em eventual realocação de fontes de recursos e ou suplementação orçamentária.

Notas do usuário: Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	15	30	60	36	31/12/2021	Não informado	Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.
Região Nordeste	-	15	30	60	45	31/12/2021	Não informado	Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.
Região Norte	-	15	30	60	26	31/12/2021	Não informado	Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.
Região Sudeste	-	15	30	60	3,6	31/12/2021	Não informado	Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo

								Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.
Região Sul	-	15	30	60	12	31/12/2021	Não informado	Segundo a área técnica da SEB/MEC, os dados do Censo Escolar 2022 referente ao novo ensino médio estão passando por uma análise de consistência e portanto ainda não foram divulgados pelo INEP.

Resultado Intermediário: 0041 - Apoio à implantação de Escolas Cívico-Militares - ECIM (Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares/PECIM)

Informações básicas

Unidade de medida: Escolas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Escolas Cívico-Militares apoiadas
Meta prevista para 2020: 54
Meta prevista para 2021: 108
Meta prevista para 2022: 162
Meta prevista para 2023: 216

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 223
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, implantado pelo MEC em parceria com o Ministério da Defesa (MD), buscou fomentar a adoção do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares (Ecim) nas escolas públicas de ensino regular, mediante adesão voluntária dos estados, municípios e do Distrito Federal. Após três anos de funcionamento, o Pecim implantou 223 Ecim ao custo de R$ 104,5 milhões (valores empenhados). Em 2022, foram implantadas 110 Escolas-Cívico Militares, atendendo a 53,4 mil alunos com recursos empenhados da ordem de R$ 38,1 milhões.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Valor	Data do valor	Observação	Notas do

	2020	2021	2022	2023	Apurado	apurado		usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	28	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	37	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	46	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	56	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	56	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0042 - Acesso ao material didático e ao material literário (Programa Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD)

Informações básicas

Unidade de medida: Estudantes
Linha de base: 31.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estudantes da Educação Básica Pública atendidos pelo PNLD
Meta prevista para 2020: 31.100.000
Meta prevista para 2021: 31.238.820
Meta prevista para 2022: 32.800.761
Meta prevista para 2023: 33.128.769

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 32.427.043
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O PNLD tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica e às instituições conveniadas com o Poder Público. Em 2022, o valor empenhado para o Programa foi de R$ 1,77 bilhão. Em 2022 foram adquiridos 111,2 milhões de livros, no valor total de R$ 1,3 bilhão para os Ensinos Fundamentais e Médio, beneficiando quase 28 milhões de estudantes matriculados em mais de 113 mil unidades de ensino. Foram investidos ainda R$324,4 mil em eventos (bienais e encontro nacional), triagem, controle de qualidade, insumos de qualificação, mixagem e distribuição. Também em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões para a Educação Infantil, beneficiando 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino. Em 2022 foram publicados os Editais “PNLD 2022 (Objeto 2 – Acessibilidade)” e “PNLD 2023 (Objeto 1 – Acessibilidade)”. Quanto às aquisições, registra-se que até outubro de 2022 o PNLD investiu em transcrição e disponibilização em formato EPUB, todas as 532 obras do PNLD 2021- objeto 2, destinados a alunos e a professores do Ensino Médio, beneficiando 16,5 mil estudantes com baixa

visão. Além disso, foram adquiridos 9,7 mil livros em formato tinta-braile para o atendimento de cerca de 2,2 mil estudantes cegos
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Providências implementadas para a superação da restrição: As parcerias com as Universidades, no âmbito ou não dos CEPLIs, e a implementação diligente do trabalho remoto amenizaram as restrições de pessoal. No primeiro caso pela disponibilidade de conhecimento qualificado contribuiu com projetos importantes do PNLD. No segundo caso, percebeu-se um aumento de disponibilidade e produtividade dos servidores. No entanto, como afirmado, trata-se de uma suavização no quadro de carência de pessoal efetivo no FNDE, que poderá ser melhorada efetivamente com a realização de concurso público.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Providências implementadas para a superação da restrição: Houve avanço significativo na estrutura formal da Coordenação-geral dos Programas do Livro/CGPLI com a publicação da nova Estrutura Regimental do FNDE (DECRETO Nº 11.196, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022). No entanto, esse avanço sem que ocorra o provimento dos cargos do quadro efetivo não supre totalmente as deficiências na estrutura organizacional. Além disso, a adesão do FNDE como interveniente no Contrato de Gestão do qual faz parte também a RNP possibilitou a superação das restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD. Porém, outras etapas do programa ainda dependem de melhorias no sistema atual para que ocorram tempestivamente até que a RNP conclua o desenvolvimento da nova plataforma integrada.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Falhas de Articulação institucional
Providências implementadas para a superação da restrição: A intensificação das iniciativas por parte da CGPLI para chamar as demais entidades envolvidas na execução do PNLD a contribuírem mais tempestivamente com o cronograma rígido de execução do Programa.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	2.747.753	2.885.141	2.913.992	2.853.580	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	10.143.955	10.651.153	10.757.664	10.538.789	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	3.393.291	3.562.956	3.598.585	3.534.547	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	11.470.841	12.044.383	12.164.827	11.900.725	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	3.482.980	3.657.129	3.693.700	3.599.402	31/12/2022	Não informado	Não

								informado

Resultado Intermediário: 0043 - Matrículas atendidas pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 38.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Matrículas atendidas pelo PNAE
Meta prevista para 2020: 38.000.000
Meta prevista para 2021: 38.000.000
Meta prevista para 2022: 39.958.732
Meta prevista para 2023: 39.958.732

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 37.187.623
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) tem como objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que possam suprir as suas necessidades nutricionais durante o período letivo. O valor empenhado para o Programa em 2022 foi de R$ 3,6 bilhões, sendo repassado (pago) o valor de R$ 3,58 bilhões para atender a 37,2 milhões de estudantes da educação básica das redes estadual, distrital e municipal, de 141,4 mil escolas, distribuídas em mais de 5,5 mil municípios. Além disso, foi descentralizado o valor de R$ 40,8 milhões para atender a 358,5 mil alunos de educação básica da rede federal, sendo que, destes, R$ 4,8 milhões foram devolvidos pelos entes federais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	2.928.526	3.082.349	3.082.349	3.023.355	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	11.104.551	13.034.732	13.034.732	12.464.163	31/12/2022	Não informado	Não informado

Região Norte		-	4.432.770	3.450.455	3.450.455	2.864.919	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste		-	14.275.754	15.068.811	15.068.811	13.613.929	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul		-	5.258.399	5.322.385	5.322.385	5.221.257	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0044 - Escolas atendidas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 84,72
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Escolas atendidas no PDDE com os recursos do programa
Meta prevista para 2020: 84,8
Meta prevista para 2021: 84,85
Meta prevista para 2022: 84,9
Meta prevista para 2023: 84,95

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 88,6
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), também conhecido como PDDE Básico, e as Ações Integradas tem como objetivo a melhoria da infraestrutura física e pedagógica das escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e das escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos, e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, contribuindo para elevar os índices de desempenho da educação básica. Em relação ao PDDE Básico, foi empenhado o valor de R$ 993,0 milhões, registrando o valor repassado (pago) de R$ 992,0 milhões, atendendo assim 122.307 escolas de 5.553 municípios. Também foram repassados R$ 10,8 milhões no PDDE Educação Especial, destinada a 1.242 escolas que recebem PDDE Ed. Especial. Quanto ao PDDE Ações Integradas, foram repassados o valor de R$ 854,5 milhões para atender 5.409 municípios. O percentual total escolas atendidas no Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) resultou em 88,6%. Ao total, o PDDE Básico e suas Ações Integradas atenderam 123 mil escolas num repasse total de R$1,9 bilhão.
Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Legislação que ainda burocratiza os procedimentos de execução e prestação de contas do PDDE.
Providências implementadas para a superação da restrição: Para verificar meios de desburocratização dos processos de execução e prestação de contas do PDDE, está em andamento o movimento de revisitar a legislação do Programa e articular com as instituições envolvidas nas fases de execução e prestação de contas, bem como com a área jurídica.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	69,79	86,34	86,39	92,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	84,47	84,52	84,57	87,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	86,29	69,83	69,87	77	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	88,62	88,68	88,73	83	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	93,33	93,39	93,44	93,4	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0045 - Entidades Executoras atendidas no Programa Nacional de Transporte Escolar (PNATE)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 95,64
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Entidades Executoras atendidas no PNATE em relação às que estão aptas a receber os recursos do programa
Meta prevista para 2020: 85
Meta prevista para 2021: 88
Meta prevista para 2022: 92
Meta prevista para 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 94,09
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate) tem como objetivo garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos da educação básica pública, residentes em área rural, que utilizam transporte escolar. Em 2022 foram transferidos recursos na ordem de R$ 772.038.384,95 para o atendimento de 5.237 municípios e 9 secretarias de estado de

educação, os quais atenderam 4.374.477 estudantes, com um resultado de 94,09% de Entidades Executoras atendidas superando, assim, a meta pactuada.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Para o exercício de 2023, a LOA foi aprovada com um incremento de 100 milhões de reais para o PNATE, entretanto havia sido solicitado o montante de R$ 1,23 bilhões, o que só cobriria a defasagem inflacionária dos últimos anos. O valor estabelecido foi de R$ 872 milhões , o que, apesar de insuficiente, foi considerado um avanço.
Providências implementadas para a superação da restrição: Prosseguir com o pleito por mais recursos para a política de transporte do escolar.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A restrição de pessoal no quadro, não apenas da unidade responsável pelo PNATE, mas em todo o FNDE, tem se tornado dramática, ao ponto de arriscar a boa execução dos programas.
Providências implementadas para a superação da restrição: No que compete à unidade, busca-se suprir a carência de pessoal tentando atrair outros servidores da casa, contratando consultores e terceirizados.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	87,47	91,45	94,43	94,22	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	88	92	95	92,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	86,77	90,71	93,67	90,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	86,69	90,63	93,59	94,88	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	91,34	95,49	98,61	97,14	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0308 - Fomento de Novas Matrículas EJA-EPT

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -

Indicador: Fomento de Novas Matrículas EJA-EPT
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 3.550
Meta prevista para 2022: 3.550
Meta prevista para 2023: 4.970

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 10.656
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A oferta da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional tem sido um desafio para os dirigentes e professores quanto a viabilizar propostas para esse público no contexto do itinerário "formação técnica e profissional", instituído pela Lei nº 13.415, de 13 de fevereiro de 2017. Entre as ações previstas na Portaria de criação do Programa, salienta-se especialmente a apresentação e seleção dos projetos institucionais. O Programa de Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional, instituído pela Portaria nº 962, de 1º de dezembro de 2021, tem as seguintes ações financiadas: mobilização dos municípios; formação continuada de profissionais da educação; oferta de cursos de EJA (Ensino Fundamental e Médio) integrada à qualificação profissional; produção de material pedagógico; monitoramento da permanência; e pesquisa e inovação. No decorrer do ano de 2022, foram celebrados 8 novos TEDs referentes ao Edital 17 (EJA Integrada à EPT) com investimento de R$ 26,2 milhões para atendimento de 10.656 alunos/professores, sendo 8.461 cursistas EJA-FIC e 2.195 cursistas professores. As formações aconteceram nas instituições: IFNMG, IFBaiano, UFPB, IF Acre, IF Sergipe, IF Ceará, IF Piauí, UF Piauí, IF Sertão Pernambuco. O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos (PEJA) tem como público prioritário os egressos do Programa Brasil Alfabetizado (PBA), as populações do campo, as comunidades quilombolas, os povos indígenas e as pessoas em cumprimento de pena em unidades prisionais. Com a publicação da Resolução CD/FNDE nº 07, de 27 de junho de 2022, o prazo para utilização do saldo disponível (cerca de R$ 63 milhões) nas contas dos entes federados referentes ao PEJA foi ampliado.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	8.866	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	450	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.360	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Não

								informado

Resultado Intermediário: 0309 - Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC) - ETAPA DO ENSINO MÉDIO

Informações básicas

Unidade de medida: Unidades da Federação
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Estados com Referenciais Curriculares (RCs) alinhados à BNCC - etapa do Ensino Médio.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No que se refere ao Programa de Apoio à Implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC), que foi instituído para apoiar as redes de ensino no processo de (re)elaboração de seus documentos curriculares alinhados à BNCC, o MEC viabilizou assistência técnica e financeira às Secretarias Estaduais de Educação (SEDUCs), para atuarem em regime de colaboração com os municípios de suas respectivas unidades federativas. No âmbito do ProBNCC, foram reprogramados, em 2022, o valor de R$ 23,5 milhões, via PAR. A assistência financeira pôde viabilizar a contratação de serviços de especialistas em currículo, oriundos de instituições de pesquisa, universidades, consultorias independentes, logística para eventos, impressão de documentos preliminares, dentre outros. A estratégia de repasse dos recursos foi por meio do Plano de Ações Articuladas (PAR), nos termos da Lei nº 12.695, de 25 de julho de 2012 e Resolução CD/FNDE nº 14, de 08 de junho de 2012. Os materiais orientadores para a abordagem dos TCTs nas práticas pedagógicas estão disponíveis no portal da BNCC: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/pro-bncc/material-de-apoio/ Visando ainda disponibilizar demais documentos elaborados pelos Conselhos de Educação no âmbito nacional, estaduais, distrital e municipais, a SEB em parceria coma Universidade Federal de Alagoas (UFAL) criou a Plataforma Normativas, acessível à toda sociedade.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste	-	2	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	1	9	9	9	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	0	7	7	7	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	1	4	4	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	0	3	3	3	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0310 - Avaliação formativa para a Alfabetização

Informações básicas

Unidade de medida: Avaliações
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Avaliações Formativas disponibilizadas anualmente para os 1º e 2º anos do Ensino do Fundamental I.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 2
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O programa Tempo de Aprender é destinado às crianças da pré-escola e do 1º e 2º ano do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras; e busca contemplar os fatores fundamentais para alcançar a efetiva aprendizagem da leitura e da escrita. Uma das iniciativas que se destacaram no âmbito do Programa foi a Plataforma Avaliações Diagnósticas e Formativas, que disponibiliza cadernos de testes, devolutivas pedagógicas, recursos formativos e ferramentas que possibilitam a professores e gestores o acompanhamento personalizado das aprendizagens. As avaliações foram desenvolvidas com base em um banco de itens elaborados por especialistas a partir de 2021. A ideia original foi a de disponibilizar as avaliações por meio de uma plataforma digital, com apoio do CAED. Ao longo das articulações para a implementação do projeto, foi possível ampliar a implementação de avaliações para os demais anos do ensino fundamental e do ensino médio. De início, a meta estabelecida para a aplicação das avaliações foi a de pelo menos duas avaliações por ano. Contudo, observou-se que dentre todas as séries contempladas pela plataforma, as avaliações que apresentaram maior adesão foram justamente a dos anos iniciais do ensino fundamental. Com efeito, as escolas que aderiram foram capazes de aplicar uma prova por bimestre, totalizando quatro aplicações no ano de 2022. Embora o quantitativo bruto de escolas que aderiram à plataforma seja pequeno em relação ao número total de escolas, a experiência obtida demonstra que a iniciativa pode colaborar para a melhoria do processo de ensino e de recuperação das

aprendizagens.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O RI/indicador proposto não é passível de regionalização por se tratar de avaliação de interesse e abrangência nacional. As avaliações formativas são disponibilizadas no âmbito do Eixo 3: Aprimoramento das avaliações da alfabetização do programa Tempo de Aprender, de modo que será possível a análise dos microdados dos municípios, os quais poderão ser agregados para a análise por região.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0378 - Estruturação da Educação Bilingue de Surdos - Matrículas

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 64.546
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Matrículas de alunos com surdez, com deficiência auditiva e com surdocegueira na Educação Básica.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 61.409
Meta prevista para 2023: 61.450

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 61.409
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para compreender a situação atual da educação de surdos e a distribuição de matrículas dos alunos surdos, deficientes auditivos e surdocegos na Educação Básica, foram analisados os dados do Censo Escolar 2021. O total de matrículas de surdos, deficientes auditivos e surdocegos em toda a educação básica é de 61.409 estudantes. Desse total, 54.529 estão matriculados em classes comuns e 6.880 em classes exclusivas. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos. Em 2022, registra-se que foi empenhado o valor de R$ 146,8 milhões e pago R$ 127,4 milhões por meio do PDDE em 5.766 escolas, beneficiando 3,5 milhões de estudantes. O MEC articulou para fomentar projetos visando criar, estruturar e fortalecer as Escolas Bilíngues de Surdos (EBS), de forma a atender às especificidades das pessoas/estudantes surdos, surdocegos, surdos com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades/superdotação e/ou surdos com deficiências associadas, que considerem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como primeira língua de ensino, instrução, comunicação e interação, e a Língua Portuguesa na modalidade escrita como segunda língua, caracterizando seu bilinguismo.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de alocação de mais servidores na área.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC realizou reuniões individuais com os sistemas de ensino, para informar-se das dificuldades impostas pela pandemia. Sistematização das informações e dados fornecidos pelos sistemas públicos de ensino para subsidiar a tomada de decisões e a criação de ações que fortaleçam a oferta do AEE.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	5.443	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	17.871	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	7.417	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	21.285	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	9.393	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0379 - Formação dos professores que atuam na educação do campo da educação básica.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 76,89
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de Formação dos professores que atuam na educação do campo da educação básica
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 80
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 80,07
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Ação Escola da Terra fomenta Cursos de formação continuada a professores do campo e quilombolas, das redes estaduais e municipais que atuam, preferencialmente, nos anos iniciais do ensino fundamental, em turmas multisseriadas ou seriadas, oferecidos por IPES, cujos recursos também são recebidos via TED. Em 2022, houve um aditivo no valor de R$ 120 mil visando dar continuidade à Formação/Certificação no âmbito do Curso de Formação Escola da Terra, bem como à elaboração de material pedagógico. Ainda em 2022, foi descentralizado o valor de R$ 957,1 mil destinado para oferta de 510 vagas. Registra-se ainda o pagamento de bolsas no valor de R$ 1,7 milhão, referente aos cursos do Programa Escola da Terra firmados em 2021/2022.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores para realizar a análise dos Planos de Trabalho das escolas e para realizarem o acompanhamento da Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc), o que acarreta dificuldades na articulação institucional.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de alocação de mais servidores na área.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	95,12	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	72,6	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	79,09	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	91,72	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	92,59	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0380 - Formação dos professores que atuam na educação escolar indígena da educação básica.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 44,66
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de formação dos professores que atuam na educação escolar indígena da educação básica.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 50
Meta prevista para 2023: 55

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 47,3
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – PROLIND fomenta Cursos de Licenciaturas específicos para formação de professores, voltados ao exercício da docência nas escolas indígenas, nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio, oferecidos por Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), que recebem recursos por meio de Termos de Execução Descentralizada (TED). Em 2022, foram descentralizados R$ 6,0 milhões, destinados a 10 Instituições de Ensino Superior, para a oferta de 535 vagas. A Ação Saberes Indígenas na Escola fomenta Cursos de formação continuada de professores indígenas das redes estaduais e municipais de educação que atuam, preferencialmente, nos anos iniciais do ensino fundamental. Em 2022, foram descentralizados R$ 1,3 milhão à iPES, destinados a 15 instituições para a oferta de 2.278 vagas. Houve, ainda, pagamento de bolsas no valor de R$ 1,1 milhões referentes aos cursos firmados em 2022.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores para realizar a análise dos Planos de Trabalho das escolas e para realizarem o acompanhamento da Licenciatura em Educação do Campo (Ledoc), o que acarreta dificuldades na articulação institucional.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de alocação de mais servidores na área.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Menos da metade dos professores indígenas têm formação em ensino superior. É necessário orçamento para ampliar a oferta de cursos para a licenciatura indígena de maneira urgente.
Providências implementadas para a superação da restrição: Há necessidade de ampliação da linha orçamentária para o fomento da licenciatura indígena.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador e sua regionalização devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário

Região Centro-Oeste		-	-	-	-	51,19	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste		-	-	-	-	45,41	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte		-	-	-	-	46	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste		-	-	-	-	36,18	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul		-	-	-	-	59,93	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0381 - Implantação do Novo Ensino Médio - Escolas Assistidas

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 25
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de escolas públicas de ensino médio recebendo assistência técnica e/ou financeira do MEC para implementação do Novo Ensino Médio
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 77
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC fomenta Programas e ações para promover a implementação do Novo Ensino Médio, oferecendo suporte técnico e financeiro. Das 19.824 escolas públicas que ofertam o Ensino Médio, o MEC oferece apoio técnico e financeiro a 18.179, representando 90%, por meio dos seguintes Programas: Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral – EMTI; Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio – Pronem; Programa Itinerários Formativos – PROIF O Programa de Apoio ao Novo Ensino Médio, instituído pela Portaria MEC nº 649, de 10 de julho de 2018, possibilitou a implantação de escolas-piloto nas 27 UF que executaram Propostas de Flexibilização Curricular-PFC, com novas matrizes e realizaram a revisão de suas propostas pedagógicas, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Por meio do Programa, foram repassados, ao longo dos anos de 2019, 2020 e 2021 aos 26 estados e ao Distrito Federal, o montante total de R$ 312,7 milhões, no âmbito das escolas-piloto. O Programa atendeu a 4.033 escolas nas 27 UF, beneficiando 1,5 milhão de estudantes. O Programa Itinerários Formativos - ProIF, tem por finalidade coordenar a implementação do Novo Ensino Médio e promover o apoio técnico e financeiro às escolas e a integração entre as instituições de ensino superior, setor produtivo e secretarias de educação, de modo a contribuir com o desenvolvimento do projeto de vida do jovem, a sua formação integral e a inserção no mundo do trabalho. Em 2021 e 2022, por meio do PDDE, foram empenhados R$ 281,2 milhões, sendo que em 2022 foram empenhados R$ 119,9

milhões e pago o valor de R$ 93,7 milhões, beneficiando 8,7 mil escolas e 3,6 milhões de estudantes. O MEC, desde 2020, promove, em parceria com o CONSED, o Ciclo de Coordenação Nacional para Implementação do Novo Ensino Médio.. Desde 2020 foram realizadas mais de 62 formações com as equipes técnicas das Secretarias de Educação promovendo o apoio técnico para as equipes que trabalham na implementação do NEM.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Necessidade de mais recursos para a apoiar a implementação do Novo Ensino Médio/Itinerários Formativos em todas as UF. A LOA 2023 para a Ação 0515 PO 0006 (ProIF) disponibilizou o montante de R$ 74.303.837,00, insuficientes frente ao planejamento da COGEM/DPDI no montante de R$ 158.989.859,00, referente à base de escolas elegíveis do Programa para 2023.
Providências implementadas para a superação da restrição: A partir do planejamento COGEM/DPDI, novas estratégias podem ser verificadas, incorrendo em eventual realocação de fontes de recursos e ou suplementação orçamentária.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	0	80	87	89	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	0	70	80	96	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	0	0	65	80	79	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	0	86	90	93	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	0	0	86	90	82	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5012 - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Objetivo: 1204 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica, em especial nos cursos técnicos e de qualificação profissional, adequando-se a oferta às demandas do setor produtivo.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) é composta por 38 Institutos Federais, 2 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II (CPII). Em 2022, o MEC autorizou o funcionamento de 7 novas unidades, Campus Laranja da Terra, Campus Presidente Keneddy e Campus Pedro Canário do Instituto Federal do Espírito Santo e os Campi Miracatu, Presidente Prudente, Rio Claro e Bauru, do Instituto Federal de São Paulo, totalizando 679 unidades vinculadas às instituições da RFEPCT. Em atendimento às Metas 10 e 11 do Plano Nacional de Educação (PNE), o MEC atua em ações que visam apoiar e fortalecer a gestão administrativa, financeira e técnica das 679 unidades, bem como atua na orientação e apoio para cumprimento de sua missão institucional e das políticas da educação profissional e tecnológica nessas instituições. Assim, em 2022, foram entregues à comunidade acadêmica 213 obras, englobando orçamento do MEC e das instituições, além de emendas parlamentares e eventuais captações externas realizadas pelas unidades da Rede Federal. Ainda, destaca-se o Projeto Monitoramento do Planejamento Estratégico da Rede Federal e da construção dos Indicadores de Inovação, Pesquisa e Extensão, o qual possui dois objetivos centrais: construir solução computacional para monitoramento dos planejamentos estratégicos das instituições que compõem a RFEPCT e propor o marco regulatório básico e construir solução computacional que permita que o MEC acompanhe os resultados das instituições em termos de atividades de extensão, pesquisa e inovação. Nesse contexto, foram publicadas Portarias com os indicadores de pesquisa e de extensão a serem utilizados, bem como sobre o seu processo de cadastro, de coleta, de cálculo e de divulgação, além das normas para o funcionamento do Sistema de Monitoramento do resultado do PDI e dos indicadores das atividades das instituições da Rede Federal de EPCT. Para fazer frente aos desafios e oportunidades identificadas, visando a capacitação de alunos no desenvolvimento de novas habilidades, o MEC desenvolveu o Programa para Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética (Programa EnergIFE) nas Instituições Federais de Educação, que também inclui as Universidades Federais. O Programa tem o objetivo de ampliar a oferta de cursos e de profissionais nas áreas de energias renováveis e eficiência energética. Com relação às ações de combate à evasão escolar nas instituições da Rede Federal de EPCT, informa-se que está em construção o projeto "Sistema inteligente para auxílio de ações para redução da evasão na educação profissional e tecnológica, por meio de inteligência artificial (Sissa), desenvolvido pelo MEC em parceria com 5 Institutos da RFEPCT. O Projeto Sissa é uma plataforma baseada em desenvolvimento de algoritmos de Inteligência Artificial (IA), que, a partir de dados e módulos de um possível assistente virtual inteligente com interface de texto e voz, é capaz de prever o risco de evasão de forma customizada por aluno, com o intuito de dar subsídio a intervenções pedagógicas no contexto das instituições da Rede Federal. O projeto Alunos Conectados permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal de Educação (EPCT e Superior). O investimento disponibilizou mais de 81 mil chips com atendimento de 160,2 mil estudantes, durante a vigência do projeto, que encerrou em junho de 2022. Em 2022, o MEC ainda lançou a, Plataforma Digital de Formação Continuada (PlaforEDU), espaço em que os servidores podem encontrar capacitações com a finalidade de potencializar sua atuação na Educação Profissional e Tecnológica, no âmbito da RFEPCT. A PlaforEDU reúne diversos cursos online abertos (Cursos Mooc) ofertados por diversas instituições de ensino, que dão suporte ao desenvolvimento das competências recomendadas para um setor público de alto desempenho por meio de Itinerários Formativos. Para ampliar o acesso a cursos gratuitos, foi instituída, em 2021, a Plataforma Aprenda Mais que conta, atualmente, com a oferta de 175 cursos autoinstrucionais . Da implantação da plataforma, em 2021, até dezembro de 2022, a Plataforma Aprenda Mais conta com mais de 466 mil matriculados e mais de 139 mil concluintes, sendo 100 mil concluintes em 2022. O MEC regulamentou a oferta de cursos técnicos por parte das Instituições Privadas em Ensino Superior (Ipes) que podem ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio a quem esteja cursando ou tenha concluído o ensino médio, aproveitando as oportunidades educacionais existentes. Deste modo, a oferta de cursos técnicos no Brasil passa a contar com mais uma importante rede ofertante. No ano de 2022, foi publicado ainda edital com os procedimentos para autorização da oferta desses cursos por parte das Ipes. Foram apresentados 1.653 pedidos por 260 instituições, com a expectativa de oferta de mais de 1 milhão de vagas em 119 cursos distintos. Ainda há de se apresentar os resultados de 2022 quanto a regularização de diplomas de cursos técnicos de nível médio ofertados pelas Ipes às turmas iniciadas a partir de 11 de maio de 2016, tendo, como resultado, a regularização de mais de 3.933 diplomas de egressos de cursos técnicos até julho/2022, sendo 660 diplomas regularizados em 2022. Para fortalecer os processos de gestão e auxiliar na tomada de decisão, foram lançados em 2022: a Nova Visualização de Dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) com a disponibilização da Edição de 2022, apresentando os dados estatísticos relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal; o Mapa de Demandas por Educação Profissional e Tecnológica 3.0 com a atualização dos dados do painel que consiste em um conjunto de ferramentas que permite identificar as necessidades regionais por qualificação profissional; o Aplicativo SouTec, que visa auxiliar na escolha do itinerário formativo e na carreira profissional do estudante, em especial os do 9º ano do ensino fundamental, uma parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), no valor de R$ 1,3 milhão com recursos provenientes do orçamento dos exercícios de 2020 e 2022; a PlaforEDU - Plataforma Digital de Formação Continuada, instituída pela Portaria Setec nº 633/ 2022, um espaço virtual que disponibiliza cursos gratuitos de capacitação dedicados aos profissionais da educação para aprimoramento do ensino, da pesquisa, da extensão, da inovação e da gestão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, que está estruturado em cinco itinerários formativos, com trilhas de aprendizagem, indicadas

por especialistas, com base em competências. Relativamente à qualificação profissional, o MEC lançou o Qualifica Mais: Linha de fomento do Itinerário da Formação Técnica e Profissional, que busca ampliar a oferta de cursos técnicos visando atender aos alunos interessados na formação técnica e profissional na perspectiva do novo ensino médio, ampliando as oportunidades de escolha dos estudantes e ampliando as vagas na EPT. O Qualifica Mais é um conjunto de linhas de fomento que atendem a demandas específicas de cursos técnicos ou de qualificação profissional apresentadas no âmbito do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Especificamente na linha do Itinerário da Formação Técnica e Profissional, foi realizado um projeto piloto executado com as redes do Rio Grande do Norte, do Mato Grosso e do Distrito Federal, onde foram ofertadas 1.682 vagas que resultaram em 1.465 matrículas. Também houve financiamento de oferta de cursos de formação em serviço: Especialização em Educação Digital – primeira turma, pelo Senai, com a oferta de 1,5 mil vagas em 2022; Qualificação em Gestão da Inovação (IMP), em parceria com o Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e a Steinbeis-Sibe do Brasil, com a oferta de 200 vagas em 2022; Benchmarking Internacional em Educação e Inovação para o Mundo 4.0, pela Steinbeis-Sibe do Brasil, com a oferta de 22 vagas em 2022. Ressalta-se que os cursos de Educação Digital e IMP fazem parte do programa eduCA+: Educação Centrada na Aprendizagem, um projeto estratégico institucional do MEC, que recebeu indicação para Selo Bronze de Modernização, no âmbito da PNME. Dentre as ações de Fortalecimento da EPT, temos a oferta de 1.200 vagas no Curso de Pós-Graduação, em nível de Aperfeiçoamento, de Mentoria para a Educação Profissional e Tecnológica, em parceria com o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) e o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC), que visa complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização para o atendimento de professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio para que possam atuar como orientadores dos estudantes nas suas escolhas de itinerários formativos, no contexto do novo ensino médio, tendo como foco as possibilidades de oferta do itinerário de formação técnica e profissional. Outra ação, na mesma direção, refere-se à oferta de 12.325 vagas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, que se destina à formação de professores para atuar no itinerário da formação técnica e profissional do novo ensino médio por meio de parceria estabelecida com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Aberta do Brasil (Capes/UAB) e o Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) Destacamos que essa última ação foi indicada para o Selo Bronze de Modernização, importante instrumento da Política Nacional para a Modernização do Estado (PNME). Visando maior efetividade nas ações do Conselho Permanente para Reconhecimento de Saberes e Competência (CPRSC), criado pela Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, no ano de 2022, foi dada continuidade na revisão e construção dos marcos regulatórios que tratam da concessão de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). No âmbito do Re-Saber, a Setec vem fomentando o Programa de Capacitação para Implementação do Sistema Re-Saber com o Projeto Oficinas do Re-Saber. Por meio desse projeto, é realizada a oferta de curso de aperfeiçoamento de 180h para profissionais (professores e técnicos administrativos) da RFEPCT e demais redes a fim de promover a capacitação de educadores na implementação de processos de avaliação e certificação, bem como contribuir para o aprimoramento das ofertas regulares de educação profissional. A ação já conta com 207 chamados, 94 matriculados e 182 concluintes em 2022. Para as atividades e despesas realizadas no projeto, já foram descentralizados cerca de R$ 2,7 milhões. Deste valor, R$ 350 mil vieram do aditivo destinado à capacitação dos Conselhos Estaduais de Educação, realizado no exercício de 2022. Ainda no contexto do fortalecimento ao Itinerário da Formação Técnica e Profissional, a Secretaria lançou o Guia do Itinerário da Formação Técnica e Profissional – FTP. O Guia apresenta de forma didática os aspectos gerais da Educação Profissional e Tecnológica, explorando várias possibilidades de arranjos curriculares para oferta do Itinerário da FTP. Ato contínuo foi lançado o Projeto Profissionais do Futuro - Competências para a Economia Verde, uma iniciativa executada no âmbito da Cooperação Técnica Brasil - Alemanha “Educação Profissional para Desenvolvimento Econômico Verde e Empregos”, que tem como objetivo aumentar as perspectivas de emprego dos/as egressos/as de educação profissional em setores de sustentabilidade da economia brasileira. Destaca-se também o lançamento do Verticaliza, executado em parceria com o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), com o objetivo de capacitar as instituições para planejar e desenvolver projetos pedagógicos de cursos de educação profissional, técnica de nível médio, articulados com cursos de educação profissional tecnológica de graduação, mediante aproveitamento de estudos, com base em itinerários formativos profissionais. O curso de aperfeiçoamento tecnológico com oferta de 260 vagas, para 65 instituições, está organizado em seis módulos consecutivos, totalizando 180 horas de atividades para cada participante, com duração de 03 meses. Até o momento, 43 instituições aderiram ao Projeto. Ao longo dos dois anos do projeto, as vagas serão distribuídas em até 6 turmas de até 44 profissionais da educação cada. A 1ª turma teve início em setembro/2022. No contexto das ações de Inovação e empreendedorismo há de se destacar o fomento à execução dos seguintes programas em 2022: a) Iniciação tecnológica: seleção de 40 projetos de instituições da RFEPCT para o desenvolvimento de ações de formação em programação e/ou robótica e/ou cultura maker para estudantes dos anos finais do ensino fundamental das redes públicas de ensino, sendo que nas duas primeiras chamadas foram fomentados 120 projetos; b) Oficinas 4.0: 3ª chamada de projetos do Programa, com o objetivo de selecionar 40 projetos. As Oficinas 4.0 constituem-se em um programa de atividades extracurriculares, executadas em espaços de construção coletiva, por meio de aprendizagem baseada em projetos, voltadas à construção de soluções para demandas reais oriundas do setor produtivo, com o objetivo de desenvolver em estudantes do ensino médio técnico e de graduação e pós-graduação as competências requeridas para o empreendedorismo, a inovação e o uso das tecnologias digitais da Economia 4.0; nas duas primeiras chamadas foram fomentados 129 projetos no

âmbito da iniciativa; c) Empreendedorismo Inovador: 2ª chamada de projetos do programa, que tem como objetivo selecionar 20 propostas de instituições da RFEPCT para desenvolvimento de projetos com foco no surgimento de empreendimentos inovadores (startups) em tecnologias da Economia 4.0. A ação é executada em parceria com o SEBRAE. Na 1ª chamada, houve o apoio a 60 projetos; d) Desenvolvimento de Indicações Geográficas: 2ª chamada de projetos do Programa, com foco na seleção de 30 projetos de instituições da RFEPCT para diagnóstico de arranjos produtivos com potencial de IG, apoio a registros de arranjos junto ao INPI e desenvolvimento tecnológico das IG registradas. A ação é executada em parceria com o MAPA e o SEBRAE; a 1ª chamada de projetos resultou no apoio a 226 projetos de IG's; e) Novos Negócios em TIC: 2ª chamada de projetos, que tem como foco a oferta de atividades formativas em IOS e Android voltadas ao desenvolvimento de competências entre os alunos participantes para a criação de um empreendimento inovador em tecnologia da informação. Serão apoiados neste ciclo 41 projetos. Na 1ª edição, houve a capacitação de 430 alunos; f) IFMaisEmpreendedor: 2ª chamada de projetos do Programa, com o objetivo de apoiar a execução de 205 projetos de extensão tecnológica voltados à capacitação de 1,2 mil Micro e Pequenos Empreendedores (MPEs) e Empreendedores Individuais. Na 1ª chamada do Programa, houve a execução de 280 projetos, com atendimento a 1,4 mil empreendimentos; g) Rede Integra: com foco no desenvolvimento de ambiente promotores da inovação e fortalecimento da integração com o setor produtivo, houve a alocação de recursos para a criação da Rede Integra. A Rede Integra será o ambiente de integração, colaboração e compartilhamento de informações e serviços para aproximação entre as instituições da Rede Federal e o setor produtivo. h) Rede Maker: projeto com o objetivo de implantar um Ecossistema de Inovação por meio da Cultura Maker na RFEPCT auxilia os Professores e Técnicos Administrativos em Educação no desenvolvimento da cultura learning by doing, levando-os a refletir sobre o uso da aprendizagem baseada em projetos e sobre como ela pode ser utilizada nestes espaços como suporte ao processo de ensino-aprendizagem de todas as áreas do conhecimento, dando protagonismo ao alunos, teve a participação de 39 instituições, com 113 equipes gestoras em 2021 e, em 2022, mais de 82 laboratórios selecionados para a sua expansão Há de se destacar a realização da 2ª Semana Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, realizada do dia 28 de novembro a 05 de dezembro de 2022, evento que possibilitou que muitos jovens pudessem ampliar seus conhecimentos a respeito de pesquisas, estudos e produtos em desenvolvimento pelas instituições da RFEPCT; e a realização da 1ª edição do Desafio InspiraTech, em parceria com o Sebrae, com o apoio a 502 equipes formadas por professores e estudantes de instituições pública e privadas ofertantes de EPT para a realização de competição de inovação voltada ao desenvolvimento de ideias inovadoras de negócios de base tecnológica. Há também o fomento de ambientes promotores da inovação no âmbito das instituições da Rede Federal.

Meta: 052F - Elevar para 3 milhões o total de matrículas em cursos técnicos e em cursos de qualificação profissional, em 2023.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.902.636
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 2.283.163
Meta prevista para 2021: 2.317.845
Meta prevista para 2022: 2.650.987
Meta prevista para 2023: 3.000.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 2.716.688
Data de Referência: 31/12/2021

Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Aspectos orçamentários e de crise pandêmica acarretaram prejuízos diretos ao atingimento da meta. Sendo assim, importa observar a evolução orçamentária para a EPT no período de 2015-2022, onde se constata um decréscimo médio no período de 2015-2022 em 19%, ainda que haja um aumento comparativo entre os anos 2021 e 2022. Deste modo, do ponto de vista orçamentário, em anos mais recentes, para a PLOA 2020 a Setec previu a necessidade de R$ 340,4 milhões, porém a dotação atualizada foi de R$ 159 milhões, gerando uma diferença de R$ 181.419.486,00. Caso semelhante aconteceu em 2021, onde a PLOA foi de R$ 495,1 milhões, porém a dotação inicial da LOA foi de R$ 209 milhões e a dotação atualizada foi de R$ 243,7 milhões, uma diferença para a dotação atualizada de R$ 251,4 milhões. Para o ano de 2022 o cenário orçamentário em comparação à 2021 traz uma ampliação de 45%, com um orçamento de R$ 353,4 milhões, porém este acréscimo ocorre após um longo período de redução orçamentária que impacta diretamente na execução das Políticas Públicas.

Providências implementadas para a superação da restrição: O passivo orçamentário, aliado à pandemia de Covid-19 trouxe prejuízos ao cumprimento das metas, entretanto não impactou nos esforços empreendidos pela Secretaria para fortalecer a educação, visando a permanência do educando, assim como para a ampliação da oferta de ensino. Deste modo, embora a realidade orçamentária não permita o investimento em ações diretas na ampliação de matrículas, o MEC implementou um conjunto de iniciativas que possibilitam a expansão na oferta por meio de novas regulamentações, repactuações de saldos remanescentes; articulação junto às redes de ensino de educação profissional e tecnológica; e incentivo de procura de cursos técnicos por parte dos estudantes do ensino médio e população em geral; assim como ações de gestão, fortalecimento e articulação, visando fortalecer a atuação dos profissionais de educação.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As medidas de isolamento social impostas para a contenção do avanço da Covid-19 impossibilitaram o funcionamento regular das instituições de ensino nos anos de 2020 e 2021. Deste modo, o impacto nas matrículas de cursos técnicos de nível médio foi observado nos resultados de 2021. O resultado de 2022, quando houve o retorno normalizado das aulas, já apresenta melhora e superação quanto ao valor apurado em 2019.

Providências implementadas para a superação da restrição: Em que pese as ações direcionadas especificamente às consequências do avanço da Covid-19 tenham sido realizadas em 2020 e 2021, os efeitos delas repercutem nos resultados de matrículas dos últimos exercícios e também em 2022. Essas ações englobam: o monitoramento e a publicização de funcionamento das instituições federais de ensino; apoio às instituições da Rede EPCT que indicaram a necessidade de adquirir equipamentos para acesso à internet de alunos em vulnerabilidade socioeconômica; compra e entrega de chips para acesso à internet para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica; normatizações acerca do ensino remoto; atuação no combate à evasão junto aos Institutos Federais; elaboração e de protocolo de biossegurança; doação de 2,6 mil computadores para 12 Institutos e para a Operação Acolhida visando a garantia do acesso à educação no período da pandemia.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	223.618	31/12/2021	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	793.079	31/12/2021	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	183.625	31/12/2021	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.028.283	31/12/2021	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	488.083	31/12/2021	Não informado

Indicador: 8702 - Número absoluto de matrículas de cursos técnicos e de cursos de qualificação profissional

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 1.902.636
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2.716.688
Data do índice: 31/12/2021
Observação: O alcance do indicador em 2020 é de 2.637.212 matrículas, porém o número de matrículas FIC ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. O alcance do indicador em 2021 é de 2.716.688 matrículas, porém o número de matrículas FIC ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração.

Resultado Intermediário: 0021 - Cursos Técnicos de Nível Médio

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.874.974
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Matrículas de Cursos Técnicos de Nível Médio
Meta prevista para 2020: 1.949.973
Meta prevista para 2021: 2.138.910
Meta prevista para 2022: 2.444.467
Meta prevista para 2023: 2.750.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.069.771
Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A RFEPCT é composta por 38 IFs, 2 Cefets, a UTFPR, 22 escolas técnicas vinculadas às UFs e o Colégio Pedro II. Em 2022, o MEC autorizou o funcionamento de 7 novas unidades, totalizando 679 unidades Lançado em 2020, o projeto Alunos Conectados permitiu a oferta de conectividade aos estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica da Rede Federal EPT e Superior. Foram disponibilizados mais de 81 mil chips com atendimento de 160,2 mil estudantes, durante a vigência do projeto, que encerrou em junho de 2022 Foram lançados em 2022: a Nova Visualização de Dados da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) com apresentação de dados estatísticos relativos ao corpo docente, discente, técnico-administrativo e de gastos financeiros das unidades da Rede Federal; o Mapa de Demandas por EPT 3.0 com a atualização dos dados das necessidades regionais por qualificação profissional; o Aplicativo SouTec, que visa auxiliar na escolha do itinerário formativo e na carreira profissional do estudante, em especial os do 9º ano do EF; a PlaforEDU - Plataforma Digital de Formação Continuada, um espaço virtual que disponibiliza cursos gratuitos de capacitação dedicados aos profissionais da educação no âmbito da EPT Relativamente à qualificação profissional, o MEC lançou o Qualifica Mais: Linha de fomento do Itinerário da Formação Técnica e Profissional, que busca ampliar a oferta de cursos técnicos visando atender aos alunos do novo ensino médio. Foi realizado um projeto piloto executado com as redes do RN, MT e DF, onde foram ofertadas 1.682 vagas que resultaram em 1.465 matrículas. O MEC regulamentou a oferta de cursos técnicos por parte das Instituições Privadas em Ensino Superior (Ipes) que, a partir da publicação da Portaria nº 314/2022, podem ofertar cursos de educação profissional técnica de nível médio a quem esteja cursando ou tenha concluído o EM. Foram apresentados 1.653 pedidos por 260 instituições, com a expectativa de oferta de mais de 1 milhão de vagas em 119 cursos distintos
Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras

Detalhamento da restrição: Passivo orçamentário Aspectos orçamentários e de crise pandêmica acarretaram prejuízos diretos ao atingimento da meta. Sendo assim, importa observar a evolução orçamentária para a EPT no período de 2015-2022, onde se constata um decréscimo médio no período de 2015-2022 em 19%, ainda que haja um aumento comparativo entre os anos 2021 e 2022. Deste modo, do ponto de vista orçamentário, em anos mais recentes, para a PLOA 2020 a Setec previu a necessidade de R$ 340,4 milhões, porém a dotação atualizada foi de R$ 159 milhões, gerando uma diferença de R$ 181.419.486,00. Caso semelhante aconteceu em 2021, onde a PLOA foi de R$ 495,1 milhões, porém a dotação inicial da LOA foi de R$ 209 milhões e a dotação atualizada foi de R$ 243,7 milhões, uma diferença para a dotação atualizada de R$ 251,4 milhões. Para o ano de 2022 o cenário orçamentário em comparação à 2021 traz uma ampliação de 45%, com um orçamento de R$ 353,4 milhões, porém este acréscimo ocorre após um longo período de redução orçamentária que impacta diretamente na execução das Políticas Públicas.
Providências implementadas para a superação da restrição: O passivo orçamentário, aliado à pandemia de Covid-19 trouxe prejuízos ao cumprimento das metas, entretanto não impactou nos esforços empreendidos pela Secretaria para fortalecer a educação, visando a permanência do educando, assim como para a ampliação da oferta de ensino. Deste modo, embora a realidade orçamentária não permita o investimento em ações diretas na ampliação de matrículas, o MEC implementou um conjunto de iniciativas que possibilitam a expansão na oferta por meio de novas regulamentações, repactuações de saldos remanescentes; articulação junto às redes de ensino de educação profissional e tecnológica; e incentivo de procura de cursos técnicos por parte dos estudantes do ensino médio e população em geral; assim como ações de gestão, fortalecimento e articulação, visando fortalecer a atuação dos profissionais de educação.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: As medidas de isolamento social impostas para a contenção do avanço da Covid-19 impossibilitaram o funcionamento regular das instituições de ensino nos anos de 2020 e 2021. Deste modo, o impacto nas matrículas de cursos técnicos de nível médio foi observado nos resultados de 2021. O resultado de 2022, quando houve o retorno normalizado das aulas, já apresenta melhora e superação quanto ao valor apurado em 2019.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em que pese as ações direcionadas especificamente às consequências do avanço da Covid-19 tenham sido realizadas em 2020 e 2021, os efeitos delas repercutem nos resultados de matrículas dos últimos exercícios e também em 2022. Essas ações englobam: o monitoramento e a publicização de funcionamento das instituições federais de ensino; apoio às instituições da Rede EPCT que indicaram a necessidade de adquirir equipamentos para acesso à internet de alunos em vulnerabilidade socioeconômica; compra e entrega de chips para acesso à internet para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica; normatizações acerca do ensino remoto; atuação no combate à evasão junto aos Institutos Federais; elaboração e de protocolo de biossegurança; doação de 2,6 mil computadores para 12 Institutos e para a Operação Acolhida visando a garantia do acesso à educação no período da pandemia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	97.314	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	632.120	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	114.704	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	906.474	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	319.159	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0022 - Cursos de Qualificação Profissional

Informações básicas

Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 682.929
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Matriculas de cursos FIC - Formação Inicial e Continuada
Meta prevista para 2020: 347.726
Meta prevista para 2021: 178.936
Meta prevista para 2022: 204.498
Meta prevista para 2023: 250.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 865.147
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC lançou o Qualifica Mais: Linha de fomento do Itinerário da Formação Técnica e Profissional, que busca ampliar a oferta de cursos técnicos visando atender aos alunos interessados na formação técnica e profissional na perspectiva do novo ensino médio, ampliando as oportunidades de escolha dos estudantes e ampliando as vagas na EPT. Especificamente na linha do Itinerário da

Formação Técnica e Profissional, foi realizado um projeto piloto, onde foram ofertadas 1.682 vagas que resultaram em 1.465 matrículas. Também houve financiamento de oferta de cursos de formação em serviço: Especialização em Educação Digital – primeira turma, pelo Senai, com a oferta de 1.500 vagas em 2022; Qualificação em Gestão da Inovação com a oferta de 200 vagas em 2022; Benchmarking Internacional em Educação e Inovação para o Mundo 4.0, com a oferta de 22 vagas. Dentre as ações de Fortalecimento da EPT, temos a oferta de 1.200 vagas no Curso de Pós-Graduação, em nível de Aperfeiçoamento, de Mentoria para a Educação Profissional e Tecnológica, que visa complementação pedagógica, atualização tecnológica e/ou especialização para o atendimento de professores do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio. Outra ação, refere-se à oferta de 12.325 vagas no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência para a Educação Profissional, que se destina à formação de professores para atuar no itinerário da formação técnica e profissional do novo ensino. O MEC vem também vem fomentando o Programa de Capacitação para Implementação do Sistema Re-Saber: Projeto Oficinas do Re-Saber, por meio do qual é realizada a oferta de curso de aperfeiçoamento de 180h para profissionais da Rede Federal EPCT e demais redes a fim de promover a capacitação de educadores na implementação de processos de avaliação e certificação, bem como contribuir para o aprimoramento das ofertas regulares de educação profissional. A ação já conta com 207 chamados; 94 matriculados e 182 concluintes em 2022.
Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Aspectos orçamentários e de crise pandêmica acarretaram prejuízos diretos ao atingimento da meta. Sendo assim, importa observar a evolução orçamentária para a EPT no período de 2015-2022, onde se constata um decréscimo médio no período de 2015-2022 em 19%, ainda que haja um aumento comparativo entre os anos 2021 e 2022. Deste modo, do ponto de vista orçamentário, em anos mais recentes, para a PLOA 2020 a Setec previu a necessidade de R$ 340,4 milhões, porém a dotação atualizada foi de R$ 159 milhões, gerando uma diferença de R$ 181.419.486,00. Caso semelhante aconteceu em 2021, onde a PLOA foi de R$ 495,1 milhões, porém a dotação inicial da LOA foi de R$ 209 milhões e a dotação atualizada foi de R$ 243,7 milhões, uma diferença para a dotação atualizada de R$ 251,4 milhões. Para o ano de 2022 o cenário orçamentário em comparação à 2021 traz uma ampliação de 45%, com um orçamento de R$ 353,4 milhões, porém este acréscimo ocorre após um longo período de redução orçamentária que impacta diretamente na execução das Políticas Públicas.
Providências implementadas para a superação da restrição: O passivo orçamentário, aliado à pandemia de Covid-19 trouxe prejuízos ao cumprimento das metas, entretanto não impactou nos esforços empreendidos pela Secretaria para fortalecer a educação, visando a permanência do educando, assim como para a ampliação da oferta de ensino. Deste modo, embora a realidade orçamentária não permita o investimento em ações diretas na ampliação de matrículas, o MEC implementou um conjunto de iniciativas que possibilitam a expansão na oferta por meio de novas regulamentações, repactuações de saldos remanescentes; articulação junto às redes de ensino de educação profissional e tecnológica; e incentivo de procura de cursos técnicos por parte dos estudantes do ensino médio e população em geral; assim como ações de gestão, fortalecimento e articulação, visando fortalecer a atuação dos profissionais de educação.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: As medidas de isolamento social impostas para a contenção do avanço da Covid-19 impossibilitaram o funcionamento regular das instituições de ensino nos anos de 2020 e 2021. Deste modo, o impacto nas matrículas de cursos técnicos de nível médio foi observado nos resultados de 2021. O resultado de 2022, quando houve o retorno normalizado das aulas, já apresenta melhora e superação quanto ao valor apurado em 2019.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em que pese as ações direcionadas especificamente às consequências do avanço da Covid-19 tenham sido realizadas em 2020 e 2021, os efeitos delas repercutem nos resultados de matrículas dos últimos exercícios e também em 2022. Essas ações englobam: o monitoramento e a publicização de funcionamento das instituições federais de ensino; apoio às instituições da Rede EPCT que indicaram a necessidade de adquirir equipamentos para acesso à internet de alunos em vulnerabilidade socioeconômica; compra e entrega de chips para acesso à internet para alunos em condição de vulnerabilidade socioeconômica; normatizações acerca do ensino remoto; atuação no combate à evasão junto aos Institutos Federais; elaboração e de protocolo de biossegurança; doação de 2,6 mil computadores para 12 Institutos e para a Operação Acolhida visando a garantia do acesso à educação no período da pandemia.

Notas do usuário: O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, os números preliminares são: 735.735 matrículas, sendo 92.201 (N), 184.599 (NE), 116.400 (CO), 227.783 (SE) e 114.752 (S).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	129.855	31/12/2021	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 116.400 (CO)	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 116.400 (CO)
Região Nordeste	-	-	-	-	204.199	31/12/2021	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 184.599 (NE)	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 184.599 (NE)
Região Norte	-	-	-	-	79.584	31/12/2021	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 92.201 (N)	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 92.201 (N)
Região Sudeste	-	-	-	-	263.011	31/12/2021	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 227.783 (SE)	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 227.783 (SE)
Região Sul	-	-	-	-	188.498	31/12/2021	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 114.752 (S)	O número de matrículas de qualificação profissional de 2021 ainda é preliminar e, por este motivo, passível de alteração. Em 2020, o número preliminar é: 114.752 (S)

PROGRAMA: 5013 - EDUCAÇÃO SUPERIOR - GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Objetivo: 1237 - Fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil, e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Censo da Educação Superior de 2021 registrou quase 9 milhões de matrículas em cursos de graduação no Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, que contempla 2.574 instituições públicas e privadas. A Rede Federal de Educação é formada por 69 Universidades (Rede Federal de Educação Superior) e 41 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica. Essas 110 instituições federais amparam 6.842 cursos de graduação, com 1.371.128 estudantes matriculados, sendo 320,7 mil novos ingressantes. Em 2021, apenas na Rede Federal, foram 128.771 concluintes nos cursos de graduação. Em acordo com as diretrizes da educação nacional e com o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE), o MEC busca fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado. A taxa bruta de matrícula no Brasil era de 34,6%, em 2017, e alcançou a marca de 37,4%, em 2021. Para a expansão com qualidade da educação superior em nível de graduação, finalidade da Meta 12 do PNE, investiu-se na manutenção e no aprimoramento dos programas de acesso em 2022, quais sejam: a) Sistema de Seleção Unificada (Sisu), com mais de 1,4 milhão de inscritos para mais de 287,7 mil vagas ofertadas em IES públicas para candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); b) Programa Universidade para Todos (Prouni), que contou com 776,3 mil inscrições, atingindo o número recorde de 473,3 mil bolsas de estudo em IES não gratuitas; e c) Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o qual registrou 328,9 mil inscritos para 110,9 mil vagas, resultando em 50,8 mil contratos firmados; d) Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G), destinado à formação e à qualificação de estudantes estrangeiros por meio de oferta de vagas gratuitas em cursos de graduação em IES brasileiras, conta atualmente com 1.665 estudantes estrangeiros matriculados em 96 IES em todo o País, sendo 52 Universidades Federais e 5 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Além das ações para acesso ao ensino superior, o MEC também assegurou mais de R$ 1,07 bilhão para atendimento aos programas de assistência estudantil em 2022, a saber: a) Programa de Bolsa Permanência (PBP) - concedeu 3 mil novas bolsas, atendendo a 12.169 estudantes indígenas, quilombolas e em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados nas IFES, com investimentos pagos na ordem de R$ 88,3 milhões. No PBP-Prouni foram pagas 110.902 bolsas com investimentos da ordem de R$ 44,4 milhões. b) Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foram empenhados R$ 984 milhões, recursos executados pelas universidades federais; c) Programa de Educação Tutorial (PET) - foram investidos R$ 67,9 milhões para o pagamento de cerca de 115,6 mil bolsas, além do custeio de mais de 800 grupos participantes do Programa. Em atenção à atribuição regimental de apoio à consolidação das iniciativas de expansão da rede de Instituições Federais de Educação Superior (IFES), bem como à execução de suas atividades, o MEC contribuiu para a consolidação das iniciativas de expansão das IFES em 2022 por meio do Planejamento Orçamentário em Investimentos, no valor de R$ 314,6 milhões. Ainda, diversas ações foram desenvolvidas visando à ampliação da qualidade da educação superior no País. Destaque-se o Projeto Alunos Conectados, que teve o seu início em maio de 2020 buscando garantir o acesso à internet aos alunos da rede federal de ensino em vulnerabilidade socioeconômica. Foram investidos pelo MEC R$ 22,3 milhões, com a adesão de 64 universidades federais (93% das universidades federais) e disponibilização de 83,7 mil chips que atenderam os alunos vulneráveis economicamente. O encerramento do projeto se deu em junho de 2022. Potencializado pelo contexto da pandemia da Covid-19 e com o intuito de expandir e interiorizar o acesso ao Ensino Superior no País foi desenvolvido o Programa de Apoio para a Expansão da Educação on-line em Universidades Federais (Reuni Digital), desdobrado em duas ações complementares: i)Realização de estudos para o planejamento da Expansão da EaD nas IES Públicas Federais; ii) Implantação do 1º ciclo de cursos pilotos, com a participação de 10 universidades federais e oferta de 14 cursos que possibilitam a graduação de cerca de 5 mil alunos por ano, totalizando 15 mil matrículas ao final do ciclo de três anos. Foram aportados recursos da ordem de R$ 14,3 milhões, além da liberação de 152 códigos de vaga de docentes. A Plataforma Universidade 360° - Observatório da Educação Superior, que disponibiliza para o acesso público dados integrados das Universidades Federais, foi objeto de melhorias em 2022, com incorporação dos módulos: “indicadores de gestão”, “Reuni Digital” e, especificamente no contexto da Lei de Cotas, o módulo “Perfil Estudantil”. Destaque-se, também, a publicação da Portaria nº 694/2022, que aprovou a institucionalização de mais 7 Colégios de Aplicação, cuja finalidade é desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e na formação docente. Agora são 24 Colégios de Aplicação vinculados às universidades federais. Relativamente à Lei de Cotas, destaca-se a edição do Relatório de Acompanhamento da Lei de Cotas no âmbito das Universidades Federais, estudo voltado à proposta e implementação de uma sistemática para avaliação desta Lei, como forma de permitir uma melhor visualização dos impactos da política. Concernente ao fortalecimento da internacionalização da educação superior, a XII Convocatória do Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados (MARCA) selecionou 12 projetos de associação com a participação de 19 universidades brasileiras e 34 cursos de graduação, para o início das mobilidades de estudantes brasileiros, estrangeiros e docentes nos anos de 2022 a 2024.

Participam do programa cursos de graduação avaliados e aprovados pelo Sistema de Acreditação Regional de Cursos Universitários do Mercosul (ARCU-SUL) Em 2022, as IES brasileiras enviaram 26 estudantes brasileiros para realizar a mobilidade nos países membros (Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e receberam 28 estudantes estrangeiros que estão realizando a mobilidade acadêmica até abril de 2023. O valor do desembolso financeiro disponibilizado pelo MEC para o pagamento das bolsas aos alunos e aos coordenadores/docentes diante da mobilidade, em 2022, foi de R$ 598,8 mil. Com o intuito de gerar conhecimentos na área da saúde, em 2022, ofertas educacionais foram disponibilizadas pelo MEC em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz), de forma a prover oportunidades para profissionais recém graduados e que estejam em atuação em seus territórios: a) pós-graduação lato sensu na área de Gestão em Saúde – edital com oferta de 100 vagas para profissionais de saúde atuando nas regiões Centro-Oeste e Norte; b) Mestrado Profissional em Saúde da Família (ProfSaúde) - oferta de 237 vagas distribuídas em 25 instituições de ensino; c)abertura de edital específico do Programa de Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde (MPPPS), para gestores da educação em saúde, contemplando servidores do Ministério, do FNDE, da EBSERH, da Capes e do INEP, com 15 vagas, e com destinação de mais dez vagas à ampla concorrência. Em dezembro, o MEC, em parceria com a UFMA, lançou o Curso de Formação de Preceptores da Educação em Saúde (FORPRES), com foco na formação continuada de profissionais que atuam ou atuarão como preceptores na área da saúde. O curso de aperfeiçoamento, com 180 horas na modalidade EAD, é de abrangência nacional com um total de até 100 mil vagas, sendo direcionado a profissionais envolvidos em cenários de prática supervisionada, preceptoria de internato e residência em saúde. O Programa Mais Médicos (PMM) instituído pela Lei 12.871/2013, tem como finalidade aperfeiçoar a atuação de médicos na APS em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde (SUS). No âmbito do PMM foi instituído o Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB) pela Portaria Interministerial MS/MEC nº 1.369/2013, que inclui o provimento imediato de médicos para atuação em unidades da APS. Com um investimento da ordem de R$67,9 milhões em 2022, a supervisão acadêmica dos médicos participantes do Programa contou com 56 Instituições Supervisoras, das quais 49 são Instituições Federais, 2 Instituições Privadas, 4 Secretarias Estaduais de Saúde, e 1 Hospital de Ensino, sendo 131 Tutores, 1.251 Supervisores participantes do PMMB. A Supervisão Periódica (Acompanhamento Longitudinal) ocorreu com suporte da Websupervisão, projeto desenvolvido em parceria com a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), e propiciou salas de comunidades virtuais e geração de relatórios de realização de reuniões de supervisão e tutoria dos médicos participantes do programa, o que resultou em 52,5 mil usuários, 52,2 mil participantes, 2.000 Supervisores/Tutores, 394,1 mil sessões, 93,1 mil conferências, 81,2 mil horas em reuniões com duração média de 52,3 minutos. Com a instituição da Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das IFES, foram criados cursos de Medicina e ampliadas vagas em cursos de graduação já existentes. Com a finalidade de monitorar e acompanhar a implantação e a oferta satisfatória dos cursos de graduação em Medicina nas IFES, a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento das Escolas Médicas (CAMEM), criada no âmbito do Programa Mais Médicos, realiza monitoramento desses cursos desde a avaliação para emissão do ato autorizativo pelo MEC até o ato de reconhecimento do curso após avaliação do INEP. Em 2022, foram realizados 303 monitoramentos às Instituições Federais de Ensino Superior pela CAMEM, sendo 31 monitoramentos in loco e 272 monitoramentos à distância realizados até novembro do referido ano, com investimento na ordem de R$ 1,8 milhão. Foram disponibilizadas 2.016 vagas em cursos de graduação em Medicina, todas em regiões do interior do país, atendendo em 100% a meta de vagas em IFES em regiões prioritárias para a expansão das escolas. Os cursos de Medicina da Unilab (CE) e da UFSC (SC), foram os mais recentes autorizados a funcionar dentro da Política de Expansão. Neste ano, 05 escolas pactuadas receberam o reconhecimento, após visita in loco pelo INEP: UFMS – Três Lagoas, UFPE – Caruaru, UFSJ – São João Del Rei, UFVJM – Teófilo Otoni, UFFS – Passo Fundo, totalizando 10 escolas reconhecidas das 32 já autorizadas. Identificando as dificuldades estruturais e de recursos humanos enfrentados pelas IFES na oferta de novos cursos de graduação em Medicina, inclusive em áreas remotas, criadas ou não a partir da Política de Expansão de Escolas Médicas, foram criados o Programa de Desenvolvimento da Preceptoria em Saúde (PRODEPS), e a ação Instituições Federais de Ensino Superior sem Hospital Universitário (IFES sem HU). Esta, por meio de recursos de custeio alocados a 40 IFES, beneficiou aproximadamente 4.800 estudantes matriculados em fase de internato e que dependiam de cenários de prática em instituições de saúde locais. Já o PRODEPS contemplou 5 mil estudantes de 43 cursos de Medicina em 39 IFES, por meio de bolsas de preceptoria, um investimento de R$13,3 milhões no ano. A residência médica é uma modalidade de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização. A regulação e supervisão dos programas de Residência se dá por meio da Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), bem como o credenciamento e recredenciamento de Instituições que ofertarão essas Residências, sejam elas públicas ou privadas. Em 2022 foram realizadas 18 reuniões plenárias, por meio das quais foram emitidos 1.364 atos autorizativos de Programas de Residência Médica. Atualmente 996 Instituições estão credenciadas à oferta de 69.206 vagas autorizadas com 45.079 residentes matriculados em 7.159 Programas de Residência Médica pelo país. Também neste ano, 49 instituições foram beneficiadas, sendo 46 Universidades e 3 Hospitais Federais, e ainda, 9.350 médicos residentes em programas de Universidades Federais foram beneficiados com bolsas, um investimento da ordem de R$554,9 milhões. Quanto às ações voltadas para educação em serviço, atualmente 168 Instituições estão credenciadas à oferta de vagas em 827 Programas de Residência Multiprofissional e em Área profissional de Saúde pelo país, orientadas pelos princípios e diretrizes do SUS, a partir das necessidades e realidades locais e regionais, com investimento de R$ 255 milhões em bolsas. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) é a principal

frente de atuação do MEC na gestão dos Hospitais Universitários Federais (HUFs) vinculados às Instituições Federais de Ensino Superior, promovendo a prestação de serviços assistenciais à população exclusivamente no âmbito do SUS, e fomentando ações nas áreas de assistência à saúde, ensino e pesquisa com recursos financiados pelo MEC, principalmente por meio dos recursos do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), dos recursos destinados ao funcionamento de seus hospitais filiados e dos recursos destinados ao ensino e à pesquisa. No exercício de 2022, a EBSERH investiu R$ 508 milhões nos HUFs, por meio do Rehuf, destinados à recuperação física e tecnológica das unidades, ampliação e qualificação da oferta de serviços de saúde e ensino, com destaque para a compra centralizada de 14 novos tomógrafos para os hospitais, que ampliará o acesso da população a exames de tomografia pelo SUS. Quando comparado ao mesmo período de 2021, as consultas pelos HUF da Rede EBSERH apresentaram crescimento de 13%, passando de 3,7 milhões para 4,1 milhões; os exames tiveram aumento de 23%, passando de 10,3 milhões para 12,6 milhões; o volume de internações foi ampliado em 11%, passando de 225 para 249 mil; as cirurgias, cresceram 19%, passando de 97 mil para 115 mil cirurgias realizadas em regime hospitalar. A Rede EBSERH conta atualmente com 936 programas de residência médica, nos quais estão matriculados 5.894 alunos e 135 programas de residência uni/multiprofissional em que estão matriculados 2.220 alunos. Destaca-se que em 2022, considerando o indicador (RI PPA) estratégico – Taxa de ocupação dos programas de Residência da Rede EBSERH, os Hospitais da Rede alcançaram 83,20% de ocupação das vagas dos programas de Residência, acima da meta estabelecida para o ano. Em 2022, foram aplicados cerca de R$ 3 milhões destinados ao ensino, para aquisição de Equipamentos de Simulação de Média Complexidade, tendo em vista o objetivo de equipar os Laboratórios de Simulação dos hospitais filiados. A Empresa também aplicou R$7,0 milhões para o fomento das atividades de pesquisa, destinados, principalmente, à concessão de bolsas para os alunos dos cursos de graduação da área de saúde, no âmbito do 2º ciclo do Programa de Iniciação Científica da EBSERH e do Programa de Iniciação Tecnológica, realizados em parceria com o CNPq. A Estatal promoveu em 2022 a terceira edição do Exame Nacional de Residência EBSERH (Enare), processo seletivo unificado dos programas de residência médica e multiprofissional, com oferta de 2.669 vagas de residência médica e 1.422 vagas de residência uni/multiprofissional, totalizando 4.091 vagas. Nesta 3ª edição, houve a participação de 92 instituições públicas ou sem fins lucrativos, sendo 24 HUFs da Rede EBSERH e 68 instituições externas. Foram homologadas 27,7 mil inscrições para residência médica e 26 mil para residência uni/multiprofissional totalizando 53,8 mil inscritos. No campo da pós-graduação, em 2022, a Capes concedeu cerca de 97,9 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, sendo mais de 44 mil de mestrado, aproximadamente 50,6 mil de doutorado e 3,3 mil de pós-doutorado, entre outras modalidades que contemplaram mais de 3,7 mil programas de pós-graduação e beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores, e resultou em um investimento de mais de R$ 2,1 bilhão. Somam-se também ações realizadas no âmbito da internacionalização, que apoiaram mais de 4,6 mil bolsistas no exterior e cerca de 550 estrangeiros no País, com um investimento de mais de R$ 260 milhões. Dessa forma, totalizaram-se mais de 100 mil bolsas concedidas voltadas para a formação de alto nível, com mais de R$ 2,4 bilhões destinados a ações voltadas para o fomento da pós-graduação, que envolve a concessão de bolsas e auxílios (custeio). Importante mencionar também a titulação de 59.302 mestres e 20.683 doutores em 2021, resultados dos indicadores da meta 14 do PNE, que prevê até 2024 a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. A Capes investiu R$ 126,7 milhões em ações e programas estratégicos voltados ao desenvolvimento regional, para fortalecer a articulação da Academia com o setor empresarial e para atender as necessidades iminente do País, tais como desastres naturais e surtos epidêmicos, que ameaçam a população brasileira. Nesse contexto, destacam-se: o Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação (PDPG) Parcerias Estratégicas nos Estados III, 3ª ação em parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAP; o PDPG Pós-Doutorado Estratégico; e o PDPG Emergencial de Consolidação Estratégica dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu acadêmicos com notas 3 e 4, todos de abrangência nacional; o PDPG Equipamentos na Região da Amazônia Legal; o Programa Estratégico Emergencial de Combate a Epidemias, que em 2022 implementou o PDPG – Impactos da Pandemia; o Programa Emergencial de Prevenção e Enfrentamento de Desastres Relacionados a Emergências Climáticas, Eventos Extremos e Acidentes . No que diz respeito à divulgação do conhecimento científico, em 2022 foram realizados cerca de 500 eventos de caráter científico e tecnológico no País. Quanto ao conteúdo científico disponibilizado pelo Portal de Periódicos da Capes, foram destinados cerca de R$ 535,5 milhões e mais de 166 milhões de acessos foram registrados.

Meta: 052E - Elevar a taxa bruta de matrícula na graduação em 7 pontos percentuais, em consonância com o disposto na Meta 12 do Plano Nacional de Educação

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 34,6
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Meta prevista para 2020: 35,6
Meta prevista para 2021: 37,93
Meta prevista para 2022: 40,91
Meta prevista para 2023: 41,73

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 37,4
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Lei Complementar 173, de 2020, aplicou várias limitações à despesa com pessoal, entre elas criar cargos, empregos ou funções; alterar a estrutura de carreiras; realizar concurso público.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem apoiado a capacitação dos servidores do seu quadro de pessoal. A SESu/MEC em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade de Brasília (UnB) ofertou o Mestrado Profissional em Administração Pública; e juntamente com a UnB e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) está ofertando também o Doutorado Profissional em Modelagem Computacional de Sistemas.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Há uma restrição legislativa quanto a implementação do Reuni Digital no modelo 100% online, uma vez que a legislação da EAD regimenta sobre a necessidade de parte dos cursos EAD ter atividades presenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SESU deverá retomar às discussões com a SERES para avaliar sobre a possibilidade de execução de cursos EAD integralmente online ou quais serão as ações necessárias para que isso ocorra, como por exemplo, ajuste na portaria. A princípio, os pilotos do Reuni Digital deverão ocorrer conforme a legislação atual, isto é, quando parte das atividades dos cursos EAD ocorrem presencialmente.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Restrições orçamentárias em programas de assistência estudantil é um obstáculo complexo, uma vez que inviabiliza a execução dos programas ou reduz drasticamente o número de beneficiários. Em Janeiro/2023, programas como o Programa Bolsa Permanência (PBP) e Programa de Educação Tutorial (PET) correram risco de atraso no pagamento por falta de recurso.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SESU/MEC tem apontado a necessidade de suplementação nos orçamentos dos programas de assistência estudantil, para além disso, o MEC busca fomentar outras ações que visam a permanência do estudante na educação superior, como o Projeto de combate à evasão.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Detalhamento da restrição: Imposições trazidas pelo Coronavírus, que resultaram no fechamento temporário das faculdades e universidades e deverá impactar no cronograma das atividades regulares, afetando também a permanência dos alunos na educação superior e a continuidade das obras em andamento
Providências implementadas para a superação da restrição: A SESU tem se aproximado cada vez mais das Universidades, de modo a reconhecer seus gargalos e apoiar a retomada das atividades presenciais e seus cronogramas. Outra ação importante é o levantamento das obras paralisadas na rede de IFES, que deverão receber suporte orçamentário do MEC para sua conclusão.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	45,4	46,1	46,35	46,87	43,6	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Nordeste	31,2	32,2	33,07	33,34	28,6	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Norte	33,9	35	36,38	37,03	30,8	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Sudeste	40,7	41,5	44,39	44,85	41,1	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Sul	45,3	46,2	50,16	51,47	47,5	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).

Indicador: 8749 - Taxa bruta de matrícula na graduação

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 34,6
Data de Apuração: 31/12/2017
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 37,4
Data do índice: 31/12/2021
Observação: Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).

Resultado Intermediário: 0030 - Regulação e Supervisão de Instituições do Sistema Federal de Ensino

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 89,73
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de regulação e supervisão de instituições do sistema federal de ensino
Meta prevista para 2020: 91,34
Meta prevista para 2021: 91,34
Meta prevista para 2022: 91,34
Meta prevista para 2023: 91,34

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 212,65
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A atuação do Ministério da Educação, por meio da regulação e da supervisão das IES federais e privadas, visa assegurar a qualidade e a regularidade dos cursos superiores e das IES que os ofertam. No ano de 2022, o Sistema Federal de Educação possuía 3116 IES ativas. Foram expedidos 4886 atos regulatórios. Foram 1.767 novos cursos autorizados, 1.513 cursos reconhecidos, 1.131 cursos com renovação de reconhecimento e mais 297.526 novas vagas em cursos, conforme o sistema e-MEC (sistema eletrônico de acompanhamento dos processos que regulam a educação superior no Brasil). Assim, a Taxa de Regulação e supervisão de instituições do sistema federal de ensino superior alcançou a marca de 212,65% em 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	91,34	91,34	91,34	Valor não disponível	31/12/2022	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que

							diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.	diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.
Região Nordeste	-	91,34	91,34	91,34	Valor não disponível	31/12/2022	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.
Região Norte	-	91,34	91,34	91,34	Valor não disponível	31/12/2022	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.
Região Sudeste	-	91,34	91,34	91,34	Valor não disponível	31/12/2022	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz

							possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.	possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.
Região Sul	-	91,34	91,34	91,34	Valor não disponível	31/12/2022	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.	Não é possível preencher a regionalização, pois os processos de supervisão são tramitados via SEI, e não possuem a observação no que diz respeito à região. Apenas se faz possível a regionalização dos dados da regulação, pois os processos tramitam via e-MEC. Ocorre que, seguindo o indicador, a regionalização deveria conter os dados de forma conjunta da regulação e supervisão. A Regionalização referente ao exercício 2021 será retificada.

Resultado Intermediário: 0031 - Docentes na Educação Superior com Mestrado ou Doutorado

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 82,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado
Meta prevista para 2020: 83,34
Meta prevista para 2021: 84,71
Meta prevista para 2022: 85,95
Meta prevista para 2023: 87,48

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84,2
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta 13 do PNE visa elevar a qualidade da educação superior por meio ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores, até 2024. Vale destacar que a meta do PNE foi alcançada ainda em 2015, quando 75,4% do corpo de docentes na educação superior brasileira possuía mestrado ou doutorado, sendo 37,2% com doutorado. Segundo dados do Censo da Educação Superior (Inep/MEC), em 2021 foi alcançado o índice de 84,2% de docentes na educação superior com mestrado ou doutorado, sendo 50,4% com doutorado.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	79,8	81,67	82,73	79,6	31/12/2021	Não informado	Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023 (Inep).
Região Nordeste	-	84,6	86,54	88,67	84,4	31/12/2021	Não informado	Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023 (Inep).
Região Norte	-	80,44	82,89	85,5	78,6	31/12/2021	Não informado	Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023 (Inep).
Região Sudeste	-	85	87	87,71	86,1	31/12/2021	Não informado	Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023 (Inep).
Região Sul	-	86,42	88	89,88	85,4	31/12/2021	Não informado	Os dados referentes ao ano de 2022 ainda serão disponibilizados em 2023 (Inep).

Resultado Intermediário: 0032 - Títulos de Mestrado concedidos por ano no País

Informações básicas

Unidade de medida: Títulos de Mestrado
Linha de base: 70.071
Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de títulos de mestrado concedidos por ano
Meta prevista para 2020: 64.400
Meta prevista para 2021: 75.469
Meta prevista para 2022: 63.696
Meta prevista para 2023: 65.606

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59.302
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, a Capes, concedeu cerca de 97,9 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, sendo mais de 44 mil de mestrado, aproximadamente 50,6 mil de doutorado e 3,3 mil de pós-doutorado, entre outras modalidades que contemplaram mais de 3,7 mil programas de pós-graduação e beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores, e resultou em um investimento de mais de R$ 2,1 bilhão. Somam-se também ações realizadas no âmbito da internacionalização, que apoiaram mais de 4,6 mil bolsistas no exterior e cerca de 550 estrangeiros no País, com um investimento de mais de R$ 260 milhões. Dessa forma, totalizaram-se mais de 100 mil bolsas concedidas voltadas para a formação de alto nível, com mais de R$ 2,4 bilhões destinados a ações voltadas para o fomento da pós-graduação, que envolve a concessão de bolsas e auxílios (custeio). Importante mencionar também a titulação de 59.302 mestres e 20.683 doutores em 2021, resultados dos indicadores da meta 14 do Plano Nacional de Educação, que prevê até 2024 a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Ainda que os números de titulados estejam abaixo do previsto na meta, é importante considerar os impactos que a pandemia de Covid-19 trouxe para esses indicadores e que o resultado pode ser alcançado até o prazo de 2024. Os dados referentes ao ano de 2022 estão em processamento e serão divulgados em 2023.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Em relação ao resultado do ano de 2021, a pandemia da COVID-19 restringiu um melhor desempenho, pois provocou o fechamento das IES e, com o fechamento das fronteiras de diversos países, restringiu as ações de mobilidade acadêmica e internacionalização, por consequência, afetou o funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu. Ainda, a CAPES, como medida para não prejudicar o desempenho dos discentes de mestrado e doutorado, publicou em 2020 a Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, que prorrogou de forma excepcional os prazos de vigência das bolsas de mestrado e doutorado no país e excluiu a variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação quadrienal 2017-2020, dos programas de pós-graduação. Tal medida refletiu no número de titulados de mestrado e doutorado, pois foi possível aos discentes prolongar seu curso e a duração de sua bolsa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Como decorrência das medidas mencionadas houve um represamento de titulação de discentes refletido no ano de 2020 e 2021. Espera-se que o número de titulados para 2022 e 2023 seja maior do que o esperado, devido ao represado em 2020 e 2021. A CAPES, por meio de editais e programas, estimula a pós-graduação stricto sensu para qualificação de pessoal de alto nível. O lançamento de novos editais, assim como o reajuste das bolsas de mestrado e doutorado, por meio da Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2023, estimula a atração e manutenção de discentes nos cursos, provocando aumento no número de titulados para os anos subsequentes.

Notas do usuário: O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	6.213	5.285	5.486	4.937	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Nordeste	-	15.623	13.357	13.934	12.149	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Norte	-	4.683	4.127	4.429	3.431	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Sudeste	-	33.073	27.509	27.918	25.802	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Sul	-	15.877	13.418	13.839	12.983	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.

Resultado Intermediário: 0033 - Títulos de Doutorado concedidos por ano no País

Informações básicas

Unidade de medida: Títulos de Doutorado
Linha de base: 24.432
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Títulos de Doutorado concedidos por ano
Meta prevista para 2020: 22.900
Meta prevista para 2021: 26.540
Meta prevista para 2022: 21.713
Meta prevista para 2023: 22.581

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20.683
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, a Capes, concedeu cerca de 97,9 mil bolsas de estudo e pesquisa no País, sendo mais de 44 mil de mestrado, aproximadamente 50,6 mil de doutorado e 3,3 mil de pós-doutorado, entre outras modalidades que contemplaram mais de 3,7 mil programas de pós-graduação e beneficiaram discentes, docentes e pesquisadores, e resultou em um investimento de mais de R$ 2,1 bilhão. Somam-se também ações realizadas no âmbito da internacionalização, que apoiaram mais de 4,6 mil bolsistas no exterior e cerca de 550 estrangeiros no País, com um investimento de mais de R$ 260 milhões. Dessa forma, totalizaram-se mais de 100 mil bolsas concedidas voltadas para a formação de alto nível, com mais de R$ 2,4 bilhões destinados a ações voltadas para o fomento da pós-graduação, que envolve a concessão de bolsas e auxílios (custeio). Importante mencionar também a titulação de 59.302 mestres e 20.683 doutores em 2021, resultados dos indicadores da meta 14 do Plano Nacional de Educação, que prevê até 2024 a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores. Ainda que os números de titulados estejam abaixo do previsto na meta, é importante considerar os impactos que a pandemia de Covid-19 trouxe para esses indicadores e que o resultado pode ser alcançado até o prazo de 2024. Os dados referentes ao ano de 2022 estão em processamento e serão divulgados em 2023.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Em relação ao resultado do ano de 2021, a pandemia da COVID-19 restringiu um melhor desempenho, pois provocou o fechamento das IES e, com o fechamento das fronteiras de diversos países, restringiu as ações de mobilidade acadêmica e internacionalização, por consequência, afetou o funcionamento dos programas de pós-graduação stricto sensu. Ainda, a CAPES, como medida para não prejudicar o desempenho dos discentes de mestrado e doutorado, publicou em 2020 a Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020, que prorrogou de forma excepcional os prazos de vigência das bolsas de mestrado e doutorado no país e excluiu a variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação quadrienal 2017-2020, dos programas de pós-graduação. Tal medida refletiu no número de titulados de mestrado e doutorado, pois foi possível aos discentes prolongar seu curso e a duração de sua bolsa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Como decorrência das medidas mencionadas houve um represamento de titulação de discentes refletido no ano de 2020 e 2021. Espera-se que o número de titulados para 2022 e 2023 seja maior do que o esperado, devido ao represado em 2020 e 2021. A CAPES, por meio de editais e programas, estimula a pós-graduação stricto sensu para qualificação de pessoal de alto nível. O lançamento de novos editais, assim como o reajuste das bolsas de mestrado e doutorado, por meio da Portaria nº 33, de 16 de fevereiro de 2023, estimula a atração e manutenção de discentes nos cursos, provocando aumento no número de titulados para os anos subsequentes.

Notas do usuário: O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	1.787	1.501	1.602	1.398	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023,	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023,

							levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Nordeste	-	4.545	3.813	4.064	3.266	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Norte	-	985	858	946	672	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Sudeste	-	13.671	10.910	11.061	10.862	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.
Região Sul	-	5.552	4.631	4.908	4.485	31/12/2021	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.	O resultado de 2022 somente estará disponível a partir de julho de 2023, levando em consideração o calendário disciplinado na Portaria Capes nº 312, de 28/12/2022.

Resultado Intermediário: 0034 - Escolarização líquida na Educação Superior

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 25,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa líquida de escolarização na educação superior
Meta prevista para 2020: 25,5
Meta prevista para 2021: 28
Meta prevista para 2022: 29
Meta prevista para 2023: 30

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 25,5
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A educação superior no Brasil é ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. O acesso a esse nível de ensino ocorre mediante processo seletivo. O Censo da Educação Superior de 2021 registrou quase 9 milhões de matrículas em cursos de graduação no Sistema Federal de Ensino da Educação Superior, que contempla 2.574 instituições públicas e privadas. A Rede Federal de Educação é formada por 69 Universidades (Rede Federal de Educação Superior) e 41 Institutos de Educação Profissional e Tecnológica. Essas 110 instituições federais amparam 6.842 cursos de graduação, com 1.371.128 estudantes matriculados, sendo 320,7 mil novos ingressantes. Em 2021, apenas na Rede Federal, foram 128.771 concluintes nos cursos de graduação. Em acordo com as diretrizes da educação nacional e com o estabelecido no Plano Nacional de Educação (PNE), o MEC busca fomentar a formação de pessoal qualificado, fortalecendo a assistência estudantil e a inovação de forma conectada às demandas do setor produtivo e às necessidades da sociedade em um mundo globalizado. A taxa líquida de matrícula no Brasil era de 22,4%, em 2017, e alcançou a marca de 25,5%, em 2021. A taxa líquida de escolarização na educação superior é constituída pela soma de dois componentes: o percentual da população de 18 a 24 anos que frequenta cursos de graduação; e o percentual da população de 18 a 24 anos que não frequenta, mas já concluiu cursos de graduação.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Lei Complementar 173, de 2020, aplicou várias limitações à despesa com pessoal, entre elas criar cargos, empregos ou funções; alterar a estrutura de carreiras; realizar concurso público.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC tem apoiado a capacitação dos servidores do seu quadro de pessoal. A SESu/MEC em parceria com a Universidade Federal de Lavras (UFLA) e a Universidade de Brasília (UnB) ofertou o Mestrado Profissional em Administração Pública; e juntamente com a UnB e a Universidade Federal do Tocantins (UFT) está ofertando também o Doutorado Profissional em Modelagem Computacional de Sistemas.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Há uma restrição legislativa quanto a implementação do Reuni Digital no modelo 100% online, uma vez que a legislação da EAD regimenta sobre a necessidade de parte dos cursos EAD ter atividades presenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: Providências para a superação da restrição 3: A SESU deverá retomar às discussões com a SERES para avaliar sobre a possibilidade de execução de cursos EAD integralmente online ou quais serão as ações necessárias para que isso ocorra, como por exemplo, ajuste na portaria. A princípio, os pilotos do Reuni Digital deverão ocorrer conforme a legislação atual, isto é, quando parte das atividades dos cursos EAD ocorrem presencialmente.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Restrições orçamentárias em programas de assistência estudantil é um obstáculo complexo, uma vez que inviabiliza a execução dos programas ou reduz drasticamente o número de beneficiários. Em Janeiro/2023, programas como o Programa Bolsa Permanência (PBP) e Programa de Educação Tutorial (PET) correram risco de atraso no pagamento por falta de recurso.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SESU/MEC tem apontado a necessidade de suplementação nos orçamentos dos programas de assistência estudantil, para além disso, o MEC busca fomentar outras ações que visam a permanência do estudante na educação superior, como o Projeto de combate à evasão.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Imposições trazidas pelo Coronavírus, que resultaram no fechamento temporário das faculdades e universidades e deverá impactar

no cronograma das atividades regulares, afetando também a permanência dos alunos na educação superior e a continuidade das obras em andamento.
Providências implementadas para a superação da restrição: A SESU tem se aproximado cada vez mais das Universidades, de modo a reconhecer seus gargalos e apoiar a retomada das atividades presenciais e seus cronogramas. Outra ação importante é o levantamento das obras paralisadas na rede de IFES, que deverão receber suporte orçamentário do MEC para sua conclusão.

Notas do usuário: Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	34,25	35,19	36,12	29,5	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Nordeste	-	21,55	22,47	23,38	19,1	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Norte	-	24,37	25,71	27,05	19,6	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Sudeste	-	30,44	31,24	32,04	29,8	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).
Região Sul	-	33,84	34,9	35,95	29,2	31/12/2021	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).	Os dados de 2022 somente estarão disponíveis em 2023 (após publicação do Inep).

Resultado Intermediário: 0324 - Ocupação dos programas de residência da Rede Ebserh

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 83
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de ocupação dos programas de Residência da Rede Ebserh
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 82

Meta prevista para 2022: 83
Meta prevista para 2023: 84

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 83,21
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Rede Ebserh conta atualmente com 936 programas de residência médica, nos quais estão matriculados 5.894 alunos e 135 programas de residência uni/multiprofissional em que estão matriculados 2.220 alunos. Destaca-se que em 2022, considerando o indicador (RI PPA) estratégico – Taxa de ocupação dos programas de Residência da Rede Ebserh, os Hospitais da Rede alcançaram 83,21% de ocupação das vagas dos programas de Residência, acima da meta estabelecida para o ano. Em 2022, decidiu-se pela aplicação de cerca de R$ 3 milhões destinados ao ensino, para aquisição de Equipamentos de Simulação de Média Complexidade, tendo em vista o objetivo de equipar os Laboratórios de Simulação dos hospitais filiados. A Empresa também aplicou R$ 7,0 milhões para o fomento das atividades de pesquisa, destinados, principalmente, à concessão de bolsas para os alunos dos cursos de graduação da área de saúde, no âmbito do 2º ciclo do Programa de Iniciação Científica da Ebserh e do Programa de Iniciação Tecnológica, realizados em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. A Empresa promoveu, em 2022, a terceira edição do Exame Nacional de Residência Ebserh (Enare), processo seletivo unificado dos programas de residência médica e multiprofissional, com oferta de 2.669 vagas de residência médica e 1.422 vagas de residência uni/multiprofissional, totalizando 4.091 mil vagas. Nesta 3ª edição, houve a participação de 92 instituições públicas ou sem fins lucrativos, sendo 24 HUFs da Rede Ebserh e 68 instituições externas. Foram homologadas 27,7 mil inscrições para residência médica e 26 mil para residência uni/multiprofissional totalizando 53,8 mil inscritos. O resultado da nota final dos candidatos participantes no certame foram computadas em dezembro , as escolhas das instituições para admissão pelos candidatos foram consolidadas em fevereiro de 2023. As matrículas dos candidatos aprovados foram iniciadas em fevereiro e finalizam em março de 2023.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Especialidades médicas com baixa procura de candidatos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Na 3ª Edição do Exame Nacional de Residência (2022/2023) foi incluído, como processo piloto, a 3ª janela de escolha para residência médica a fim de possibilitar que candidatos não aprovados dentro do número de vagas da especialidade escolhida pudessem alterar a opção, tendo necessariamente realizado a prova do pré-requisito exigido pela legislação da residência médica. A análise do resultado do processo piloto ocorrerá após a efetivação das matrículas dos candidatos, a serem finalizadas em março de 2023.

Notas do usuário: A Ebserh possui o sistema institucional de gestão de informação das residências (SIG-RES) em que cada unidade hospitalar registra as informações da unidade e atualiza conforme necessidade. A ocupação dos programas de residência da Rede Ebserh é calculada considerando o número de residentes matriculados no primeiro ano da residência/especialidade dividindo-se pelo número de vagas credenciadas por ano no Ministério da Educação (MEC) e multiplicando por 100. Dados esses extraídos do SIG-RES.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-	-	-	-	-	85,61	31/12/2022	Não informado	Não

Oeste								informado
Região Nordeste	-	-	-	-	83,8	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	94	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	84	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	75,27	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5014 - ESTATÍSTICAS E AVALIAÇÕES EDUCACIONAIS

Objetivo: 1240 - Realizar estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, buscando o aprimoramento contínuo e a adequação às demandas, à complexidade da oferta educacional e à diversidade e amplitude do território nacional, de forma a oferecer evidências abrangentes e fidedignas sobre a educação brasileira que contribuam para a indução da melhoria do ensino ofertado.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) tem como missão produzir conhecimento científico e informações oficiais para o aprimoramento das políticas públicas educacionais. O Instituto busca fornecer evidências cada vez mais abrangentes e fidedignas sobre a realidade e a qualidade da educação brasileira, a partir do aperfeiçoamento contínuo de estatísticas, estudos, exames e avaliações realizados, de forma a fornecer importantes subsídios para o desenvolvimento e a reorientação das políticas públicas educacionais, bem como contribuir para a indução da melhoria do ensino ofertado. Mesmo com as adversidades ainda impostas pela Pandemia da Covid-19 todo o calendário de exames e avaliações previsto para o ano de 2022 foi cumprido. O Enade, Encceja, Enem e os pré-testes do Saeb demandaram, em seu conjunto, uma logística de impressão e distribuição de mais de 11 milhões de provas. Os desafios do Inep se traduzem na busca da continuidade e inovação de suas ações. Esses desafios se refletem nos principais projetos estratégicos do instituto, que focam no desenvolvimento de novos produtos e formas de disseminação respeitando o acesso à informação e à LGPD, no aperfeiçoamento dos exames e avaliações e na transição em direção a exames e avaliações totalmente digitais (Enem Digital). Os fatores que poderão dificultar o alcance das metas estão relacionados à complexidade das inovações propostas em exames e avaliações já consolidados e no volume de recursos necessários para a transição digital das avaliações. Os Exames em todas as suas fases, incluindo os pré-testes, alcançaram em torno de 6 milhões de participantes em 3,8 mil municípios em todos os estados da Federação nos âmbitos da Educação Básica e Superior, além de, pelo menos, 18 outros países. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo inicial de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. A partir de 2009, o Enem passou também a ser utilizado como mecanismo de acesso à educação superior, por meio, principalmente, do Sisu e do Prouni. Em 2022, apesar de ainda afetado pelos impactos da pandemia de Covid-19, o Enem foi realizado regularmente, não registrando intercorrências em sua aplicação. As taxas de abstenção retornaram aos percentuais registrados antes da pandemia, dentro da normalidade histórica. Nessa edição, foram cerca de 3,4 milhões de inscritos nas duas versões do Exame (impressa e digital). Entre os presentes, 2.321.625 realizaram as provas em papel, e 29.888, em computador, totalizando mais de 2,3 milhões de participantes. A realização do

Enem 2022 envolveu a aplicação de provas em 1,7 mil municípios, com a participação de mais de meio milhão de colaboradores. Além disso, o Inep mobilizou quase 11,2 mil locais de prova, 12 mil coordenações e mais de 153 mil salas. Foram investidos R$ 591,5 milhões no âmbito do Enem em 2022. Acrescenta-se que o Enem para Pessoas Privadas de Liberdade (Enem PPL) 2022 contou com 71.614 inscritos, com provas aplicadas nos dias 10 e 11 de janeiro de 2023. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações em larga escala que permite ao Inep realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de fatores que podem interferir no desempenho do estudante. A avaliação é realizada com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e conta com a participação de escolas públicas e privadas do país. Os resultados do Saeb 2021 foram apresentados ao público em 16 de setembro de 2022. A avaliação contemplou a educação infantil, o 2º, o 5º e o 9º ano do ensino fundamental e a 3ª e a 4ª série do ensino médio. A edição de 2021 registrou a participação de aproximadamente 72 mil escolas, mais de 246 mil turmas e cerca de 5,3 milhões de estudantes. Foram empenhados recursos no montante de R$ 31,3 milhões em 2022, no âmbito do Saeb. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado pelo Decreto nº 6.094/2007, sintetiza, em uma escala de zero a dez, dois conceitos importantes: (1) aprovação escolar, a partir dos dados obtidos no Censo Escolar da Educação Básica, e (2) médias de desempenho, em língua portuguesa e matemática, dos estudantes no Saeb e na Prova Brasil. A série histórica de resultados do Ideb se inicia em 2005. A partir desse momento, foram estabelecidas metas bienais de qualidade que devem ser atingidas não apenas pelo País, mas também por escolas, municípios e unidades da Federação. A lógica é a de que cada instância evolua de forma que o Brasil atinja o patamar educacional referenciado pelo desempenho dos países da OCDE no PISA. Em termos numéricos, isso significa progredir da média nacional 3,8, registrada em 2005 na primeira fase do ensino fundamental, para um Ideb igual a 6,0 em 2022. Os resultados do Ideb de 2021 foram divulgados em setembro de 2022, representando um marco histórico, visto que, com a divulgação, se encerrou o ciclo estabelecido inicialmente para acompanhamento do indicador (2005-2021). De acordo com os resultados, o Brasil apresentou o valor de 5,8 para o ensino fundamental anos iniciais, considerando todas as redes de ensino. Para o ensino fundamental anos finais, o resultado foi de 5,1 para todas as redes. Em relação ao Ensino Médio, o Ideb foi de 4,2. Nesse contexto, pondera-se sobre a necessidade de o Inep buscar, em articulação com o MEC, a construção de um novo ciclo de monitoramento do desempenho da educação, a partir de 2023. O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é realizado pelo Inep, desde 2002, em colaboração com as Secretarias de Educação estaduais e municipais. Além de possibilitar a certificação e a continuidade na trajetória educacional, o Encceja oferece parâmetros para que o participante possa se avaliar e, assim, ter uma orientação para a continuidade da formação e para a colocação no mercado de trabalho. Em 2022, mais de 547 mil pessoas realizaram o Exame. A Prova ocorreu em agosto de 2022, nas 27 unidades da Federação, em 622 municípios e 4.459 locais, mobilizando mais de 120 mil colaboradores. Ao todo, 1.683.530 se inscreveram para o exame. Desses, 308.648 (18,4%) buscaram a certificação do ensino fundamental e 1.374.882 (81,6%), do ensino médio. Em 2022 foram investidos R$ 97,7 milhões no âmbito do Encceja. O exame para a obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) é aplicado pelo Inep, com apoio do MEC e em parceria com o Ministério das Relações Exteriores (MRE) para certificar, oficialmente, a proficiência em português como língua estrangeira. O Inep também desenvolve, em parceria com países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior. O Exame é aplicado duas vezes por ano, com média de cinco mil participantes a cada edição. Em 2022, em razão da pandemia, foi aplicado nos dias 18, 19 e 20 de outubro, com realização de provas escrita e oral, em 47 postos localizados no Brasil e 77 no exterior. Foram investidos R$ 1,7 milhão no âmbito do Exame em 2022. O Inep também desenvolve, em parceria com Países, instituições e organismos internacionais, projetos de avaliação, estudos e estatísticas educacionais comparadas, nos níveis de educação básica e superior. O Estudo Internacional de Progresso em Leitura (PIRLS – Progress in International Reading Literacy Study) busca aferir as habilidades em leitura de estudantes do 4º ano do ensino fundamental, e é realizado a cada cinco anos pela International Association for the Evaluation of Educational Achievement (IEA). O PIRLS foi aplicado pela primeira vez no Brasil, em novembro de 2021. Os resultados desta aplicação estão previstos para março de 2023. Em 2022, foi publicada a Enciclopédia PIRLS 2021, que apresenta um retrato do ensino de leitura ao redor do mundo. O material reúne informações que ajudarão na compreensão dos resultados do Estudo (PIRLS) no País. No âmbito do PIRLS foram empenhados cerca de R$ 965 mil em 2022. O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa – Programme for International Student Assessment) é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Em razão da pandemia de Covid-19, a aplicação do Pisa, inicialmente prevista para 2021, foi reprogramada para 2022. O Pisa 2022 foi aplicado entre 11 de abril e 31 de maio de 2022. Cerca de 600 escolas e 14,3 mil estudantes participaram da aplicação. Os resultados estão previstos para dezembro de 2023. Foram empenhados R$ 4 milhões no âmbito do Pisa em 2022. O Estudo Internacional de Educação Cívica e Cidadania (ICCS – Internacional Civics and Citizenship Education Study) avalia o conhecimento e a compreensão dos alunos do 8º ano do ensino fundamental sobre conceitos e questões relacionadas à cidadania e ao civismo. O estudo é realizado a cada seis anos pela IEA. O ICCS foi aplicado pela primeira vez no Brasil, em setembro de 2022, para aproximadamente 6 mil estudantes de 206 escolas (públicas e privadas) de todas as regiões do Brasil. A divulgação de resultados está prevista para 2024. Em 2022 foram empenhados R$ 1,6 milhão para as atividades do ICCS. O Estudo Regional Comparativo e Explicativo (Erce) monitora os avanços na aprendizagem dos estudantes da região da

América latina e Caribe, nas áreas de leitura, escrita, matemática e ciências. O estudo é realizado pelo Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), ligado à Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (OREALC/UNESCO Santiago). O Brasil participa do Erce desde sua primeira edição, em 1997. Em 2022, o Brasil formalizou sua participação na próxima edição do estudo, que acontecerá em 2025. Neste ano, foram empenhados R$ 60 mil para as atividades do Erce. O Estudo Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS – Trends in International Mathematics and Science Study) fornece dados sobre o desempenho nessas áreas do conhecimento no 4º e 8º ano do ensino fundamental em diferentes países. A avaliação é aplicada a cada quatro anos pela IEA. O TIMSS será aplicado pela primeira vez no Brasil em 2023. A adesão ao estudo e contratação de empresa aplicadora foram encaminhadas em 2022. Neste ano, foram empenhados R$ 100 mil para as atividades do TIMSS. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861/2004, avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes de cursos de graduação. O processo de avaliação leva em consideração aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. Sua operacionalização é de responsabilidade do Inep/MEC, a partir da execução do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), bem como das avaliações in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior. Em 2022, o Enade foi aplicado com sucesso para cursos de 26 áreas do conhecimento vinculadas ao ano III do ciclo avaliativo previsto pelo art. 40 da Portaria Normativa MEC nº 840, 24 de agosto de 2018. Foram inscritos no Exame mais de 598 mil estudantes concluintes de 9.912 cursos de graduação dos graus de bacharelado e tecnólogo vinculados a 1.751 instituições de educação superior. Para as atividades que envolvem a elaboração das matrizes das provas do Enade 2021, foram compostas 27 Comissões Assessoras de Áreas formadas por docentes de instituições de ensino superior públicas e privadas de todas as regiões do País. Em 2022 foram investidos R$ 53,5 milhões no âmbito do Enade. Para a garantia da qualidade da educação superior ofertada no país, o Inep presta à sociedade o serviço de avaliação externa in loco de instituições de educação superior e cursos de graduação, um dos pilares avaliativos constantes na Lei do Sinaes. Em 2022, foram realizadas 8.129 visitas para avaliações in loco de cursos de graduação e instituições de educação superior. Para tal ação, foram capacitados 5.430 avaliadores, docentes da educação superior. Cumpre destacar o formato inovador de avaliação in loco, realizada de maneira virtual, cumprindo com os princípios da eficiência, celeridade e economicidade ao afastar a necessidade de dispêndios com passagens áreas, hotéis, transporte e alimentação, além de aumentar significativamente a celeridade do processo. Os resultados dos indicadores de qualidade da educação superior e das avaliações in loco são utilizados em várias políticas públicas de regulação, supervisão, financiamento e indução da qualidade da educação superior. Em 2022 foram investidos R$29,9 milhões no âmbito das avaliações das IFES/IES. O Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituição de Educação Superior Estrangeira (Revalida) subsidia o processo de revalidação dos diplomas de médicos que se formaram no exterior e querem atuar no Brasil. O exame é direcionado tanto aos estrangeiros formados em medicina fora do Brasil quanto aos brasileiros que se graduaram em outro País e querem exercer a profissão no território nacional. Em 2022, foram realizadas duas edições do Revalida, para um total de 15.585 participantes na primeira etapa do exame (avaliação teórica) e 5.296 participantes na segunda etapa (prova de habilidades clínicas). Foram investidos R$ 78,4 milhões, em 2022, no âmbito do Revalida. O Censo Escolar da Educação Básica é o principal levantamento estatístico educacional brasileiro realizado anualmente, em todo o país, proporciona a obtenção de estatísticas sobre as condições de oferta e atendimento do sistema educacional brasileiro, na educação básica, regulamentado pelo Decreto nº 6425, de 04 de abril de 2008. É realizado com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país. A pesquisa reúne informações sobre todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica, compondo um quadro detalhado sobre matrículas, docentes, turmas e escolas. Os dados e informações apuradas pela pesquisa subsidiam a operacionalização de importantes políticas públicas, programas governamentais e ações do Ministério da Educação, tais como o Fundeb, os programas de Alimentação Escolar, do Livro Didático, o Dinheiro Direto na Escola, o Transporte Escolar e outros, além de subsidiar a ação supletiva do MEC de apoio às escolas, aos estados e aos municípios. Vários dos indicadores para acompanhamento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e o próprio Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB utilizam informações do Censo Escolar da Educação Básica em sua composição de cálculo. O Censo Escolar coletou, em 2022, os dados do 2º Levantamento do Censo Escolar 2021 – módulo Situação do Aluno no início de 2022 e realizou o 1º Levantamento do Censo Escolar 2022 - matrícula inicial, cujo os dados foram publicados em 8 de fevereiro de 2023. Em 2023, encontra-se em andamento a coleta as informações sobre o rendimento e movimento escolar, a situação do aluno, 2º levantamento do Censo Escolar 2022, com previsão de publicação em maio do ano em curso. Foram investidos R$ 3,9 milhões no âmbito do Censo Escolar. O Censo da Educação Superior é um levantamento estatístico realizado anualmente, mediante coleta indireta de dados descentralizada, englobando as instituições de educação superior, cursos, alunos e docentes, regulamentado pelo Decreto nº 6.425, de 04 de abril de 2008. Os resultados constituem referências quantitativas relevantes para o Ministério da Educação (MEC), suas organizações vinculadas, outros órgãos públicos, academia, imprensa e sociedade em geral, para análises de cenário e conjuntura da educação superior no país. Tais informações subsidiam, ainda, ações de regulação e supervisão de cursos e de IES por parte do MEC, cálculo de indicadores de desempenho e de qualidade da educação superior (CPC – Conceito Preliminar de Curso e IGC – Índice Geral de Cursos), e para a formulação de políticas públicas e avaliação de programas e ações na área da educação superior. No exercício 2022, foi realizado o Censo da

Educação Superior 2021, que contabilizou 8.986.554 matrículas em cursos de graduação, 2.574 Instituições de Educação Superior, 358.825 docentes em exercício e 43.085 cursos de graduação. Em 2022 foram investidos R$ 323,5 mil no âmbito do Censo da Educação Superior. O Inep, visando subsidiar o planejamento, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas educacionais do Brasil, publica, a cada dois anos, estudos para aferir a evolução do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, conforme determina a Lei 13.005/2014. Em 2022, foi publicado o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE (2022). No que tange aos Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais, no ano de 2022, foram publicados dois volumes: uma publicação com foco nas estratégias do Plano Nacional de Educação (Volume 6) e outra com foco nos impactos da pandemia (Volume 7). Também foram publicados três números da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) e do periódico Em Aberto. Foram destaques as seções comemorativas alusivas aos 85 anos do Inep e aos 40 anos da Em Aberto. O Inep possui Coordenação Geral dedicada à conservação e à disseminação de informações produzidas pelo MEC e pela Autarquia e responsável pela guarda de documentos históricos, livros, obras raras, periódicos e obras audiovisuais. Em 2022 o Inep processou tecnicamente 2 mil materiais bibliográficos, digitalizou 59 mil páginas de documentos históricos e revisou 3 mil termos do Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased).

Meta: 052J - Realizar 100% dos estudos, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, conforme planejamento anual.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 100
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Justificativa para não regionalização da Meta: O indicador mensura o número de estudos, pesquisas, levantamentos estatísticos, exames e avaliações educacionais, desenvolvidos pelo Inep. Como uma autarquia da Administração Pública Federal, as pesquisas desenvolvidas têm interesse e abrangência nacionais. Todos os eventos/ocorrências acompanhados pelo indicador são pesquisas/estudos de caráter nacional, sendo alguns deles até internacionais. O indicador faz uma relação entre o número de eventos planejados e o número dos eventos realizados anualmente. A condição aferida para cada pesquisa (a unidade do indicador) é a sua execução total (1) ou não execução (0). Desta forma, o indicador e a sua meta não podem ser regionalizados.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: O Inep apresenta quadro de servidores insuficiente diante do volume e complexidade de suas entregas à sociedade. Dos 617 cargos disponíveis para o Instituto, 248 cargos estão atualmente vagos (40,2%). Dos 369 servidores efetivos, 327 encontram-se em exercício na Autarquia,

enquanto outros 42 estão cedidos, requisitados, movimentados para outros órgãos (37) ou afastados por outras razões (5). Nos próximos 5 anos, há a previsão de 28 aposentadorias, aumentando para 276 cargos vagos (44,7% do total de cargos do Inep. O déficit de servidores atinge todas as unidades do Órgão, em especial as áreas de TI e unidades finalísticas. A Cláusula de barreira (Lei 11.357/2006 e Dec 8.150/2013) preveem limites de servidores nas categorias, o que inviabiliza a promoção dos servidores e impossibilita a realização de concurso devido à lotação de servidores na classe "A". Das 617 vagas disponíveis, são permitidas 27% (165) na Classe A, 30% (186) na Classe B, 20% na Classe C (124) e 23% na Classe D (142).
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de realização de concurso público. A autorização de concurso público está sendo solicitada pelo Inep por meio do Processo 23036.000048/2020-68, encaminhado pelo MEC ao Ministério da Economia em 30 de maio de 2022. A demanda foi devidamente instruída no SIGEPE em maio de 2022. Após atualização da demanda no SIGEPE, as devidas comprovações serão apensadas ao processo administrativo e encaminhado ao MEC, ainda em fevereiro de 2023, para continuidade da demanda. Além disso, é urgente a necessidade de que seja alterado o Decreto n° 8.150/2013, aumentando o limite máximo de servidores em cada classe, conforme Processo Inep 23036.005807/2020-89, encaminhado ao MEC para análise e encaminhamentos posteriores

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Alguns sistemas utilizados pelo Inep precisam de manutenção e/ou atualizações, como, por exemplo, o Banco Nacional de Itens (BNI). Os módulos que integram o BNI encontram-se desatualizados e instáveis, trazendo enormes dificuldades para as áreas finalísticas responsáveis pela elaboração dos instrumentos de avaliação que integram os exames aplicados pelo Instituto. Outro exemplo é o Sistema e-MEC, que sem manutenção, traz obstáculos para o adequado andamento dos processos de avaliação in loco.
Providências implementadas para a superação da restrição: O Inep criou, em janeiro de 2023, Grupo de Trabalho para tratar especificamente do BNI, mas as eventuais soluções passam pela necessidade de aumentar o quadro de servidores (concurso público) e/ou colaboradores (aumentar a contratação de terceirizados) da unidade responsável pela TI do Inep, que hoje está sobrecarregada com o volume e a complexidade das demandas, principalmente, das áreas finalísticas da Autarquia.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Ausência de regulamentação dos censos educacionais por meio de lei federal.
Providências implementadas para a superação da restrição: Encaminhamento do anteprojeto de Lei dos Censos Educacionais. O Inep atua no sentido de reavaliar o texto atual do anteprojeto (cujo texto inicial havia sido encaminhado ao MEC em 2015 e retornado para ajustes técnicos apenas em 2019) e, tão logo finalizada a revisão, é urgente o encaminhamento para a esfera legislativa.

Indicador: 8705 - Indicador para monitoramento do cumprimento da meta do Inep no Plano Plurianual

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: -
Data de Apuração: -
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 100
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

PROGRAMA: 5015 - JUSTIÇA

Objetivo: 1210 - Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5015 - Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, cujo objetivo é "1210 - Fortalecer a Promoção de Direitos e a Aplicação da Justiça", associado à meta quantificável de "Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos. A atuação das unidades do Ministério da Justiça nesse objetivo visa promover, por meios de ações, projetos e atividades: a) a garantia e a proteção social; b) a igualdade de oportunidades; c) o acesso e disponibilidade de serviços de atuação do Estado, que formam a base da política de acesso à justiça; d) a promoção e proteção de direitos da cidadania, que possibilitarão a coesão social exigida para o desenvolvimento do País; e, e) a consolidação do Estado Democrático de Direito. Para o alcance da meta proposta para o objetivo, o órgão tem empregado esforços no sentido de desenvolver ações de fortalecimento para a promoção de direitos e a aplicação da justiça, sob a responsabilidade das seguintes unidades integrantes da estrutura regimental do MJSP: Arquivo Nacional - AN, Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, Secretaria Nacional de Justiça - Senajus, Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - Senad e Secretaria Nacional do Consumidor - Senacon. No âmbito do Resultado Intermediário 0051 - Atendimento das demandas de informações sobre o acervo do Arquivo Nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário, destaca-se as ações desenvolvidas pelo Arquivo Nacional- AN no âmbito da Política de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal. O AN, órgão central do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal (SIGA) e autoridade arquivística do Poder Executivo Federal, possui em suas competências a gestão, o recolhimento e a custódia dos documentos permanentes, produzidos e recebidos pelo Poder Executivo Federal, com vistas a preservar e promover o acesso aos documentos sob a sua guarda. Desse modo, o AN garante pleno acesso à informação e apoia as decisões governamentais de caráter político-administrativo. Também compete à unidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos públicos e privados, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ. No intuito de subsidiar a adequação dos serviços prestados no atendimento ao cidadão e o planejamento das ações de tratamento técnico dos documentos, o AN realiza o acompanhamento dos usuários atendidos e dos acessos a seu acervo. Em 2022, todos os usuários que enviaram demanda obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como alcançá-las. Dessa forma, o AN teve 100% de seus usuários atendidos. No que tange à mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu à real necessidade apresentada pelo usuário, o AN revisou seu projeto estratégico "Fortalecimento do AN Digital" e previu entregas relacionadas ao estudo de seus usuários, como a implantação do Programa de Satisfação do Usuário, com a finalidade de obter melhoria do sistema de avaliação de satisfação do seu usuário. O AN também realiza atendimentos presenciais e a distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição. No exercício de 2022, foram 22.958 usuários atendidos. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e as demais bases de dados de consulta ao acervo totalizaram 10.389.995 acessos, tendo sido consultados 1.965.351 documentos arquivísticos. Visando atender ao Resultado Intermediário: 0303 - Análise de processos de atos de concentração, destaca-se a atuação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), no âmbito da Política de Defesa da Concorrência - Eixo: Promoção da Prevenção e Repressão às Infrações Contra a Ordem Econômica. O Cade tem como missão zelar por um ambiente concorrencial saudável e com a visão de ser agente indutor do aumento da competitividade no Brasil. Nesse sentido, o Cade atua em três vertentes: preventiva, repressiva e educativa. Na

atuação preventiva, uma das suas competências é analisar os impactos das fusões e aquisições entre as empresas, processo conhecido como Ato de Concentração (AC). A vertente repressiva consiste em investigar os atos anticompetitivos, bem como os aqueles previstos na legislação como infrações à ordem econômica. Ao analisar um Ato de Concentração, o Cade busca garantir a preservação da concorrência, observando, entre outros quesitos, a diversidade e a qualidade dos produtos e serviços disponíveis ao consumidor. A análise de um AC pode ter três resultados: a aprovação integral das operações; a aprovação com restrições, na qual são aplicadas medidas que permitam afastar os potenciais riscos à livre concorrência; e a rejeição integral da operação. Para cumprir a missão de zelar pela manutenção de ambiente concorrencial saudável, o Cade realiza o controle preventivo de infrações à ordem econômica. Assim, por força da Lei nº 12.529/2011 os agentes econômicos devem requerer a autorização prévia da autarquia para realizar as operações concentracionistas que podem ser fusões, incorporações, aquisição de ações, aquisição de ativos, contratos associativos, entre outros. Ao final, a decisão do Cade pode ser de aprovação da operação sem restrições, aprovação com restrições ou reprovação em caráter terminativo. Em 2022, foram notificados ao Cade 660 Atos de Concentração (AC), o que demonstra o aumento do número de notificações em relação aos anos anteriores. Este é o maior quantitativo da história desde 2012, ano da entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, que implementou a análise ex ante de AC. Quanto aos casos analisados, o número superou os notificados: foram 669 Atos de Concentração de um total de 660 notificados, ou seja, 101% do estoque de atos de concentração no ano. Os Atos de Concentração analisados podem ser divididos da seguinte forma: Teor das decisões de atos de concentração Total Aprovação sem restrições 640 Aprovação com ACC 6 Não conhecimento 21 Aprovada com restrições 1 Arquivada por perda de objeto 1 Total 669 Vale ressaltar que dos 669 Atos de Concentração analisados pelo Cade em 2022, 585 foram pelo rito sumário, com prazo médio de 21,4 dias. Já os casos ordinários foram decididos, em média, em 125,6 dias. Assim, mesmo os casos de maior complexidade foram analisados pela Autarquia em um prazo consideravelmente inferior ao estabelecido na Lei de Defesa da Concorrência. Dentre alguns dos principais casos analisados em 2022, destacam-se: Oi Móvel – Tim, Claro e Telefônica, aprovado mediante Acordo em Controle de Concentrações (ACC); Big – Carrefour, aprovado mediante ACC, que, dentre outras obrigações, previa o desinvestimento de lojas; e Rede D´Or – Sul América, aprovado sem restrições. Informa-se que os setores que mais tiveram operações notificadas ao Cade foram: a) geração e comércio atacadista de energia elétrica; b) incorporação de empreendimentos imobiliários; c) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo; e d) extração de petróleo e gás natural. Como fatores que contribuíram para o alcance do resultado destacam-se a reestruturação da gestão da Superintendência-Geral, que possibilitou às coordenações responsáveis pela condução dos atos de concentração uma maior dedicação nesses processos; e o investimento em capacitação dos técnicos e dirigentes, que participaram de diversas oficinas, workshops e cursos, em especial o “Programa de Excelência em Fusões e Aquisições” firmado pelo Cade com a Fundação Instituto de Administração – FIA. No âmbito da execução da Política Nacional das Relações de Consumo - Eixo: Prevenção e Redução de Conflitos, destacam-se as ações desenvolvidas pela Senacon que, buscando atender ao Resultado Intermediário: 0052 - Análise de processos de conflitos de consumo, envidou esforços no sentido de aprimorar a transparência e o incentivo à excelência no atendimento aos consumidores. Nesse sentido, a Senacon tem disponibilizado a todo o Brasil, por meio do site Consumidor.gov.br, um serviço público de resolução alternativa de conflitos de consumo pela internet, a partir da ação integrada entre os órgãos do governo federal, gestores e empresas participantes. O Consumidor.gov.br já conta com 1.280 empresas cadastradas e mais de 6,3 milhões de reclamações registradas. Em 2022, 127 novas empresas aderiram ao serviço e 1.293.096 reclamações foram finalizadas. O índice médio de solução das empresas foi de 77%, e as reclamações são respondidas em um prazo médio de 7 dias. Em cumprimento ao previsto no Decreto nº 10.197, de 02 de janeiro de 2020, o procedimento de acesso ao Consumidor.gov.br foi alterado e, a partir do dia 25/04/2022, passou a ocorrer por meio da utilização da plataforma central de autenticação digital do cidadão (Conta “Gov.br”), disponibilizada pelo Ministério da Economia em parceria com o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A resolutividade média da plataforma e de cada uma das empresas participantes é monitorada de forma constante a fim de garantir melhorias nos fluxos de atendimento interno. No ano de 2022, destaca-se o monitoramento da Senacon relativo aos segmentos de Bancos e Administradoras de Cartão de Crédito, Energia Elétrica, Turismo e Transporte Aéreo. O que se pretende com a gestão desta política é que a plataforma funcione como uma alternativa aos canais clássicos estatais, sobretudo ao já abarrotado Poder Judiciário. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas em 2022 atuou, no âmbito da Política de Gestão de Ativos Apreendidos, visando o atingimento do Resultado Intermediário: 0053 - Ampliação dos ativos destinados pela SENAD. Dentre os resultados obtidos, destaca-se a destinação de 6.738 ativos apreendidos do tráfico de drogas e de outros crimes (Lei nº 11.343/2006) por meio de leilões, incorporações e custódias, dentre os quais destacam-se veículos, imóveis e aeronaves. Essa quantidade representa um aumento em torno de 44,7% em relação a 2021. Em termos de montante, foram mais de R$ 162 milhões recolhidos aos cofres públicos, recurso que retorna para a sociedade em forma de políticas públicas e para as forças de segurança pública estaduais e federal, por meio de repasse. Essa ampliação dos ativos destinados indica que a aplicação da Justiça, no que tange à gestão de ativos, está sendo aprimorada e fortalecida na Senad. O percentual de ativos destinados pela Senad tem como finalidade acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela unidade ao longo do ano, visando contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública. Alguns fatores impedem ou dificultam a destinação de bens, tais como: a ausência de toda a documentação necessária à venda (registros em cartório ou em órgãos

de trânsito, tais como DETRAN), baixa de pendências e débitos, localização, avaliação, remoção, entre outros. Assim, o indicador serve de auxílio à identificação de gargalos na destinação de bens e permite a adoção de ações que gerem maior agilidade ao processo. O valor alcançado em 2022 foi 74%, superando em 26% a meta estabelecida para o ano que era de 48%. Quanto ao Resultado Intermediário: 0054 - Análise de processos de naturalização, desenvolvido no âmbito Política Nacional de Migração, Refúgio e Apátrida e Naturalização, destacam-se as ações da Secretaria Nacional de Justiça – Senajus que, visando fortalecer a promoção de direitos e a aplicação da justiça, atuou fortemente na implementação de medidas de gestão como forma de manter ou mesmo ultrapassar a meta estabelecida em 2022 que foi determinada em 56,80%. Em 2022 foram recebidos mais de 19 mil processos de naturalização e decididos 14.811, número que ultrapassou todos os marcos de decisão ao longo dos anos. Como resultado, a unidade fechou o período com um percentual de 77,64% de processos de naturalização analisados, ultrapassando em 20,84% a meta estabelecida para 2022. O quantitativo de pedidos recebidos representa cerca de 10 mil processos a mais em comparação ao ano anterior, que foi de 8.711 processos recebidos, significando um aumento de mais de 100% de processos recebidos solicitando naturalização. Cabe destacar que em novembro de 2020 foi implementado o Sistema Naturalizar-se, que passou a ser o meio exclusivo de recebimento dos pedidos de naturalização e, em que pese tenha aumentado vertiginosamente o número de pedidos conforme série histórica detalhada abaixo, foi possível alcançar a meta satisfatoriamente e até mesmo ultrapassá-la. O Sistema Naturalizar-se consiste em uma importante ferramenta de gestão, e tem contribuído de forma efetiva para o acesso à justiça no Brasil. Ela simplificou e deu agilidade ao processo de naturalização facilitando a tramitação dos processos uma vez que representa uma plataforma única de processamento para a Polícia Federal e Ministério da Justiça. Além disso, um sistema informatizado permite o tratamento de dados estruturados para gestão e monitoramento das métricas. Informa-se que ainda são recebidos processos via Sistema Eletrônico de Informação - SEI, anteriores à data de implementação da plataforma. Para manter as boas médias de análise do setor, foram implementadas algumas medidas de gestão como novas versões de melhoria do Sistema Naturalizar-se, e redimensionamento da mão de obra, notadamente com remoções e implementação de mutirão. Ainda sob responsabilidade da Secretaria Nacional de Justiça, está o Resultado Intermediário: 0055 - Análise de obras para fins de classificação indicativa, desenvolvida no âmbito da Política Nacional de Modernização, Aperfeiçoamento e Democratização do Acesso à Justiça e à Cidadania - Eixo: Classificação Indicativa. A Classificação Indicativa, atualmente regulamentada pela Portaria MJ nº 502 de 23 de novembro de 2021, tem por objetivo qualificar e informar aos pais e à sociedade em geral sobre o conteúdo que pode não ser recomendado a determinadas faixas etárias e atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG, programas de rádio, espetáculos públicos e vídeo por demanda (VOD). No ano de 2022, a meta estabelecida foi cumprida, sendo analisadas pela área, 100% das demandas. Durante o ano, foram instruídos 1.902 processos, realizadas 7.927 análises pelo método tradicional e 7.502 análises pelo sistema de Coalizão Internacional de Classificação Indicativa - IARC. Neste contingente numérico também estão incluídas as análises eletivas, que se somaram aos 100% pactuados. Não há processos em passivo na área. Para o cumprimento da meta, a área realizou ajustes nos fluxos de análise, simplificando o relatório de atribuição da classificação indicativa de obras, sobretudo para aquelas de exibição única (longa, média e curtas-metragens). Neste sentido, e em razão desta melhoria, foi possível reduzir o tempo de finalização de cada obra em aproximadamente 30% para alguns dos segmentos analisados. A atualização da legislação e a elaboração de novos guias práticos foram conquistas importantes. Assim como o desenvolvimento do novo sistema de informações (CLASSIND), que está em sua fase final. Abaixo algumas entregas realizadas no exercício 2022, que totalizaram um custo aproximadamente de R$ 37.145,25 entre investimentos e despesas de custeios. • Oficina de Classificação para entidades Associação Brasileira de Televisão por Assinatura – ABTA e TAP BRASIL – Associação dos Programadores de Televisão; • Oficina de Classificação Indicativa e Violação de Direitos em Conteúdos Audiovisuais; • Oficina de Classificação Indicativa; • Diagramação e Impressão - Guia de Audiovisual e Guia de artes visuais; • Diagramação - Guia de Classificação para Rádio; • Aquisição de Playstation 5 • Tradução - Guias Práticos - Audiovisual e Artes.

Meta: 050X - Alcançar 80% do índice de direitos promovidos aos cidadãos, de acesso ao acervo da memória nacional, da defesa do mercado concorrencial e do consumidor e da aplicação da justiça na gestão de ativos

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 75,32

Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 74,71
Meta prevista para 2021: 76,71
Meta prevista para 2022: 78,78
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 88,27
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Foram regionalizados os resultados das Unidades: Arquivo Nacional e SENACON. Seguem as justificativas apresentadas pelos órgãos envolvidos para não regionalização: 1 - CADE: Os Atos de Concentração não são detalhados por origem visto que a política pública de defesa da concorrência é executada em âmbito nacional não importando a região que originou o Ato de Concentração e sim uma análise de forma mais célere possível com qualidade técnica com intuito de zelar por ambiente concorrencial saudável no Brasil. 2 - SENAD: A falta de interoperabilidade dos sistemas informatizados dos atores que atuam na gestão de ativos (forças policiais, Poder Judiciário e Senad) e a atual versão do sistema informatizado de gestão de ativos apreendidos (Sigap) ainda não permitem a geração de relatórios regionalizados de resultados. 3 - SENAJUS: NATURALIZAÇÃO - Os dados ainda não são regionalizados porque há um resquício de recebimento de processos via SEI, que não possui estruturação dos dados e, portanto, não permite uma extração por UF. 4 - SENAJUS: CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA - A Política Pública é nacional, estando disponível em todos os rincões do Brasil, onde os produtos classificados estão disponibilizados: cinemas, televisão aberta e fachada,; plataformas de video por demanda, RPG's, etc.

Indicador: 8672 - Índice de Direitos Promovidos

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 75,32
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 88,27
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0051 - Atendimento das demandas de informações sobre o acervo do Arquivo Nacional a partir do aperfeiçoamento e da inovação do atendimento ao usuário

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de usuários atendidos para acesso ao acervo
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Arquivo Nacional realiza atendimentos presenciais e à distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição. No exercício de 2022, foram atendidos 22.958 usuários. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional -SIAN e as demais bases de dados de consulta ao acervo totalizaram 10.389.995 acessos e foram consultados 1.965.351 documentos arquivísticos. Em 2022, todos os usuários que enviaram demanda obtiveram informações sobre os documentos do acervo ou receberam orientações de como alcançá-las. Dessa forma, o AN teve 100% de seus usuários atendidos. No que tange à mensuração da efetividade do atendimento, ou seja, se a informação encaminhada atendeu à real necessidade apresentada pelo usuário, o AN revisou seu projeto estratégico “Fortalecimento do AN Digital” e previu entregas relacionadas ao estudo de seus usuários, como a implantação do Programa de Satisfação do Usuário, com a finalidade de obter melhoria do sistema de avaliação de satisfação do seu usuário. O AN também realiza atendimentos presenciais e a distância para promover o acesso público ao acervo documental, orientando os usuários na utilização das bases de dados e instrumentos de pesquisa produzidos pela instituição. No exercício de 2022, foram 22.958 usuários atendidos. O Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN) e as demais bases de dados de consulta ao acervo totalizaram 10.389.995 acessos, tendo sido consultados 1.965.351 documentos arquivísticos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Os sítios eletrônicos de difusão do acervo registraram 2.439.845 acessos e as mídias sociais da instituição ultrapassaram 620 mil seguidores em todos os seus perfis. Outra ação para otimizar o atendimento às demandas da sociedade foi a disponibilização de 12 serviços públicos digitais no portal GOV.BR. São eles: • Consulta a documentos do acervo do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt- br/servicos/consultar-documentos-do-acervo-do-arquivo-nacional); • Consulta ao Guia de Fontes do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt- br/servicos/acessar-a-guia-de-fontes-do-arquivo-nacional); • Consulta a registros de entrada de estrangeiros do acervo do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-registros-de-entrada-de-estrangeiro); • Consulta ao Catálogo online da Biblioteca do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt- br/servicos/consultar-o-catalogo-online-da-biblioteca-do-arquivo-nacional-2013-biblioteca-maria-beatriz-nascimento); • Consulta ao Centro de Referência de Acervos Presidenciais do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-o-centro-de-referencia-de-acervos- presidenciais-do-arquivo-nacional); • Protocolo de documentos junto ao Arquivo Nacional

(https://www.gov.br/pt- br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-arquivo-nacional); • Visita a exposições virtuais do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt-br/servicos/visitacao-a-exposicoes-virtuais-do-arquivo-nacional); • Consulta ao Diretório Brasil de Arquivos (DIBRARQ) do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-o-diretorio-brasil-de-arquivos-dibrarq-do- arquivo-nacional-4); • Consulta à legislação arquivística brasileira e resoluções do Conarq (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-a-legislacao-arquivistica-brasileira-e- resolucoes-do-conselho-nacional-de-arquivos); • Consulta e aquisições de publicações do Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt- br/servicos/consultar-e-adquirir-publicacoes-do-arquivo-nacional); • Consulta a instrumentos de pesquisa do Programa MAPA/Arquivo Nacional (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-instrumentos-de-pesquisa-do-programa- memoria-da-administracao-publica-brasileira-arquivo-nacional); • Consulta ao Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos do Conarq (https://www.gov.br/pt-br/servicos/consultar-o-cadastro-nacional-de-entidades- custodiadoras-de-acervos-arquivisticos-do-conselho-nacional-de-arquivos).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	2,98	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1,83	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	8,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0,38	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1,54	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	0,82	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	0,75	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	6,57	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1,24	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0,39	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0,09	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	6,32	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	32,14	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Sergipe		-	-	-	-	0,29	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	0,09	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	0,07	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	0,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	1,27	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	1,78	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	0,43	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	0,94	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	0,11	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	0,27	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	22,63	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	0,53	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	6,89	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	0,17	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0052 - Análise de processos de conflitos de consumo

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 81
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de resolutividade das demandas na plataforma Consumidor.gov.br
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 70

Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 77
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional do Consumidor tem disponibilizado a todo o Brasil, por meio do site Consumidor.gov.br, um serviço público de resolução alternativa de conflitos de consumo pela internet, a partir da ação integrada entre os órgãos do governo federal, gestores e empresas participantes. O Consumidor.gov.br já conta com 1.280 empresas cadastradas e mais de 6,3 milhões de reclamações registradas. Desde 2015, o Consumidor.gov.br se estabeleceu como plataforma oficial da administração pública federal direta, autárquica e fundacional para a autocomposição nas controvérsias em relações de consumo. A ferramenta possibilita aos consumidores a resolução de conflitos de consumo de forma rápida e desburocratizada. Em 2022, 127 novas empresas aderiram ao serviço e 1.293.096 reclamações foram finalizadas. O índice médio de solução das empresas foi de 77%, e as reclamações foram respondidas em um prazo médio de 7 dias.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Em 2022 o índice de solução na plataforma Consumidor.gov fechou em 77%, superando em 7% a meta prevista para o ano. Tal resultado foi possível, sobretudo, devido à melhor aplicação e monitoramento da política pública. Do ponto de vista técnico, há um constante monitoramento do desempenho das empresas participantes da plataforma. São elaboradas notas técnicas de análise de desempenho. Em caso de baixo desempenho, a empresa é notificada a apresentar plano de melhoria e são realizadas reuniões periódicas de acompanhamento, a fim de que a plataforma possa cumprir seu objetivo. Além disso,visando cumprir a meta prevista para o ano de 2022, a Senacon realizou diversas iniciativas no sentido de melhorar ferramentas, sistemas e serviços para atender melhor o cidadão. São elas: • Melhoria da ferramenta de exportação dos dados das reclamações registradas no Consumidor.gov.br – API para os órgãos de monitoramento. • Integração do Consumidor.gov.br à plataforma central de autenticação digital do cidadão (Conta Gov.br) por meio do login único. • Realização do Mutirão de Renegociação de Dívidas nos meses de março e novembro de 2022. • Monitoramento do Desempenho das seguintes empresas participantes do Consumidor.gov.br Consumidor.gov.br,

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1,72	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	4,27	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	0,87	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0,55	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	2,57	31/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1,39	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	0,79	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	8,5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0,33	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0,15	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	3,5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	19,35	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	0,48	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	0,22	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0,12	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	0,8	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	2,26	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	3,63	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	1,51	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1,12	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	6,95	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	1,04	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	7,43	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio	-	-	-	-	0,72	31/12/2022	Não informado	Não

Grande do Norte								informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	4,34	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	0,46	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0053 - Ampliação dos ativos destinados pela SENAD

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 26
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
Meta prevista para 2020: 33
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 48
Meta prevista para 2023: 55

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 74
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O percentual de ativos destinados pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos - Senad tem como finalidade acompanhar a evolução do percentual de ativos destinados pela unidade ao longo do ano, com objetivo de contribuir na destinação de bens e na arrecadação de recursos em favor de políticas de justiça e segurança pública. É importante destacar que alguns fatores impedem ou dificultam a destinação de bens, tais como a ausência de toda a documentação necessária à venda (registros em cartório ou em órgãos de trânsito, tais como DETRAN), baixa de pendências e débitos, localização, avaliação, remoção, entre outros. Assim, o indicador serve de auxílio à identificação de gargalos na destinação de bens e permite a adoção de ações que gerem maior agilidade ao processo. O valor alcançado em 2022 foi de 74%, superando em 26% a meta estabelecida para o ano que era de 48%.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A falta de interoperabilidade dos sistemas informatizados dos atores que atuam na gestão de ativos (forças policiais, Poder Judiciário e Senad) e a atual versão do sistema informatizado de gestão de ativos apreendidos (Sigap) ainda não permitem a geração de relatórios regionalizados de resultados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Dentre os fatores que contribuíram para a superação da meta prevista estão os aprimoramentos do Sistema informatizado de gestão de ativos apreendidos (Sigap) e a contratação temporária de servidores. A combinação desses dois fatores, aliado ao grau de maturidade do redesenho da política, permitiu aumentar a destinação dos ativos existentes em relação aos ativos cadastrados no exercício 2022. Mesmo com o atingimento e superação da meta, alguns desafios foram enfrentados no ano de 2022. Dentre eles está a falta de interoperabilidade dos sistemas informatizados dos atores que atuam na gestão de

ativos (forças policiais, Poder Judiciário e Senad) e a atual versão do sistema informatizado de gestão de ativos apreendidos (Sigap) ainda não permitem a geração de relatórios regionalizados de resultados.

Resultado Intermediário: 0054 - Análise de processos de naturalização

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 47
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Processos de naturalização decididos
Meta prevista para 2020: 47
Meta prevista para 2021: 51,7
Meta prevista para 2022: 56,8
Meta prevista para 2023: 56,8

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Justiça- Senajus possui, no âmbito de sua competência, a atribuição de cuidar da temática relacionada à naturalização. Atualmente, o processo de pedido de naturalização é realizado por meio do Sistema Naturalizar-se, uma ferramenta de gestão que conferiu maior agilidade e transparência ao processo de naturalização. A sua análise é feita com base em critérios legais em que se verifica requisitos e exigidos pela lei e por normativos infralegais. Em 2022 foram recebidos mais de 19 mil processos de naturalização e decididos 14.811, número que ultrapassou todos os marcos de decisão ao longo dos anos. Como resultado, a unidade fechou o período com um percentual de 77,64% de processos de naturalização analisados, ultrapassando em 20,84% a meta estabelecida para 2022. O quantitativo de pedidos recebidos representa cerca de 10 mil processos a mais em comparação ao ano anterior, que foi de 8.711 processos recebidos, significando um aumento de mais de 100% de processos recebidos solicitando naturalização.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados ainda não são regionalizados porque há um resquício de recebimento de processos via SEI, que não possui estruturaração dos dados e, portanto, não permite uma extração por UF
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Um dos fatores que contribuiu para o atingimento e superação da meta foram os esforços de realocação de pessoal internamente, além de recrutamento de servidores em missão de órgãos parceiros como Polícia Federal e do Ministério da Economia. Os dados referentes a naturalização ainda não são regionalizados porque há um resquício de recebimento de processos via SEI, o que ainda não permite uma extração por localidade.

Resultado Intermediário: 0055 - Análise de obras para fins de classificação indicativa

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Percentual de obras analisadas para fins de classificação indicativa
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Classificação Indicativa, atualmente regulamentada pela Portaria MJ nº 502 de 23 de novembro de 2021, tem por objetivo qualificar e informar aos pais e à sociedade em geral sobre o conteúdo que pode não ser recomendado a determinadas faixas etárias e atinge a programas de TV (aberta e por assinatura), cinema, vídeo doméstico (DVD), jogos eletrônicos e aplicativos, jogos de RPG, programas de rádio, espetáculos públicos e vídeo por demanda (VOD). No ano de 2022, a meta estabelecida foi cumprida, sendo analisadas pela área, 100% das demandas. Durante o ano, foram instruídos 1.902 processos, realizadas 7.927 análises pelo método tradicional e 7.502 análises pelo sistema de Coalizão Internacional de Classificação Indicativa - IARC. Neste contingente numérico também estão incluídas as análises eletivas, que se somaram aos 100% pactuados. Não há processos em passivo na área. Para o cumprimento da meta, a área realizou ajustes nos fluxos de análise, simplificando o relatório de atribuição da classificação indicativa de obras, sobretudo para aquelas de exibição única (longa, média e curtas-metragens). Neste sentido, e em razão desta melhoria, foi possível reduzir o tempo de finalização de cada obra em aproximadamente 30% para alguns dos segmentos analisados.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Política Pública é nacional, estando disponível em todos os rincões do Brasil, onde os produtos classificados estão disponibilizados: cinemas, televisão aberta e fachada,; plataformas de video por demanda, RPG's, etc.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0303 - Análise de processos de atos de concentração

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 96,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Índice de análise de processos de atos de concentração
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 98,3

Meta prevista para 2022: 98,3
Meta prevista para 2023: 98,3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 101
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade é responsável por realizar o controle preventivo de infrações à ordem econômica. Assim, por força da Lei nº 12.529/2011, os agentes econômicos devem requerer a autorização prévia da autarquia para realizar as operações concentracionistas que podem ser fusões, incorporações, aquisição de ações, aquisição de ativos, contratos associativos, entre outros. Ao final, a decisão do Cade pode ser de aprovação da operação sem restrições, aprovação com restrições ou reprovação em caráter terminativo. As análises do Cade são baseadas em critérios legais e nos precedentes da Autarquia. Para o desenvolvimento do trabalho, os técnicos do Cade se utilizam de Guias e Normativos, que dão a devida segurança jurídica e técnica ao que se produz. Nesse sentido, a busca de soluções que garantam um controle de estruturas de forma eficiente e com qualidade, de modo a produzir o impacto desejado com proteção à concorrência, proporcionando ambiente de negócios favorável e com segurança jurídica é uma prioridade do Cade e consta, inclusive, no Planejamento estratégico 2021-2024. As entregas realizadas pelo Cade são fruto das suas funções: preventiva, repressiva e educativa. Todas são pautadas em critérios legais. Em 2022, foram notificados ao Cade 660 Atos de Concentração (AC), o que demonstra o aumento do número de notificações em relação aos anos anteriores. Este é o maior quantitativo da história desde 2012, ano da entrada em vigor da Lei nº 12.529/2011, que implementou a análise ex ante de AC. Quanto aos casos analisados, o número superou os notificados: foram 669 Atos de Concentração de um total de 660 notificados, ou seja, 101% do estoque de atos de concentração no ano.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Atos de Concentração não são detalhados por origem visto que a política pública de defesa da concorrência é executada em âmbito nacional não importando a região que originou o Ato de Concentração e sim uma análise de forma mais célere possível com qualidade técnica com intuito de zelar por ambiente concorrencial saúdavel no Brasil.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Dentre as ações realizadas que resultaram na superação da meta, destaca-se: a) o reforço da equipe técnica por meio de requisições e estruturação; b) Projetos do planejamento estratégico que visam otimizar a análise de processos de atos de concentração – questionário e a notificação eletrônica; c) Governança do Cade (permitiu memória institucional e diminuiu efeitos da rotatividade dos servidores); e d) investimento em capacitação.

PROGRAMA: 5016 - SEGURANÇA PÚBLICA, COMBATE À CORRUPÇÃO, AO CRIME ORGANIZADO E AO CRIME VIOLENTO

Objetivo: 1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento foi estruturado visando desenvolver medidas para aprimorar as ações voltadas à melhoria da segurança pública, ao combate à corrupção e ao enfrentamento à criminalidade, de modo a assegurar à população a preservação de seu direito de segurança e contribuindo para uma sociedade livre de violência. Diante disso, foi estipulado o objetivo "1206 - Fortalecer a prevenção e o enfrentamento à criminalidade com ênfase no combate à corrupção, ao crime organizado e ao crime violento", tendo como meta - "050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA", a ser acompanhada por meio do indicador "8661 - Índice de Operações de Combate à Criminalidade". A realização das operações que compõem o indicador requer o esforço conjunto de várias unidades do Ministério que atuam diretamente na área da segurança pública, quais sejam: Polícia Federal - PF, Polícia Rodoviária Federal - PRF, Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, Secretaria de Operações Integradas – Seopi (por força do Decreto n° 11.348, de 2023, a unidade passou a integrar a Senasp a partir de 24 de janeiro de 2023) e Departamento Penitenciário Nacional – Depen (por força do Decreto n° 11.348, de 2023, a unidade teve sua nomenclatura alterada para Secretaria Nacional de Políticas Penais – Senappen). Até o final do exercício de 2022 foram realizadas 46.208 operações, cujo quantitativo já ultrapassa em 15% a meta prevista para 2023, que é de 40.000 operações. Durante o exercício, a Polícia Federal - PF realizou mais de 11 mil operações voltadas à repressão aos crimes financeiros, ao crime violento e à organização criminosa, ao combate ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, a crimes ambientais e patrimônio cultural e crimes contra o meio ambiente e direitos humanos. A atuação da PF se deu fortemente na repressão ao desvio de recursos públicos e ao combate à corrupção. Por meio de acordos de cooperação internacional com entidades internacionais voltadas ao combate à corrupção, a PF deflagou a Operação "#LuxuryLiving" com a execução de ordens de busca e apreensão exaradas por autoridades brasileiras e cumpridas totalmente em solo estrangeiro, com o objetivo de obter evidências da prática de lavagem de dinheiro no Brasil por pessoa estrangeira politicamente exposta. Como resultado desta Operação, foram cumpridos simultaneamente 5 mandados de busca e apreensão, sendo 1 em Paris - França, 2 em Lisboa - Portugal e 2 na região de Zurique - Suíça. As medidas realizadas constituem a segunda fase da investigação denominada "Salvo Conduto", deflagrada pela PF em outubro de 2018. A investigação visa, em resumo, a apuração da aquisição, reforma e ocultação de um apartamento de alto luxo situado em São Paulo - SP, o qual foi adquirido por interpostas empresas de fachada estrangeiras (shell companies), com recursos potencialmente ilícitos. Destaca-se também a Operação Nácar 19, deflagrada visando o aprofundamento da apuração de indícios de fraudes em contratações, pela Prefeitura do Município de Guarujá - SP, de organizações sociais e empresas para atuar na área da saúde. A investigação teve como objetivo o combate de possíveis crimes de desvios de recursos públicos e outros crimes correlatos, praticados por grupo criminoso, inclusive, envolvendo verbas federais destinadas ao enfrentamento da pandemia da COVID-19 e resultou na apreensão de quase R$ 2 milhões. Em outubro de 2022, a PF deflagrou a Operação Edema, visando desarticular uma organização responsável por lavagem de dinheiro nas cidades alagoanas de Maceió, Paripueira e Barra de São Miguel. O Inquérito Policial foi instaurado em 2021 para investigar supostos desvios de recursos públicos que estavam ocorrendo na Assembleia Legislativa do Estado desde 2019 e que chegaram a R$ 54 milhões. Ao todo, foram cumpridos 31 mandatos de busca e apreensão em imóveis, além de medidas cautelares determinadas pelo Superior Tribunal de Justiça resultando no sequestro de bens e valores totais desviados na ordem de R$ 54 milhões. Como resultado dessas operações, cumpre enfatizar a apreensão de mais de 1 mil toneladas de drogas, o cumprimento de mais de 8,7 mil mandados de busca e apreensão, a realização de mais de 5,4 mil prisões e apreensão de mais de R$ 5 bilhões em bens e valores. Destaque-se também a atuação da Polícia Rodoviária Federal – PRF, por meio das operações policiais nas rodovias federais, no combate ao crime organizado, ao tráfico de drogas, aos crimes ambientais, tributários e de trânsito, ao combate à exploração infantil, ao roubo de cargas, veículos, e demais crimes conexos, traduzindo seu esforço operacional em operações ostensivas de enfrentamento à criminalidade por meio das ações coordenadas de policiamento e de inteligência, visando à promoção e manutenção da ordem, segurança e livre circulação de pessoas, bens e riqueza nacional. Em 2022 foram realizadas mais de 9 mil operações de combate à criminalidade, o que corresponde a um aumento do número de operações na ordem de 88,95% quando comparado a 2021. No tocante ao acumulado de operações realizadas pela PRF no período de 2020 até o final do exercício de 2022, realizou mais de 18 mil operações. O resultado ultrapassa em mais de 40% a meta prevista para o exercício de 2023, que é de 12.563 operações. Os resultados foram corroborados pelo efetivo planejamento, acompanhamento, monitoramento, comando e controle que passou a ser realizado com granularidade por delegacia para observar os impactos e especificidades descentralizados por região, além da ampliação orçamentária, de efetivo e iniciativas de aperfeiçoamento com inovações tecnológicas, como por exemplo, uso de tecnologia biométrica nas ações de fiscalização e policiamento e ampliação do efetivo especializado em cinotécnica policial, e evidencia um aperfeiçoamento das estratégias para enfrentamento à criminalidade com operações ostensivas. O crescimento e evolução da maturidade institucional na apuração do indicador no período de 2020 a 2022 apresentam notórios resultados e entregas à sociedade, tais como: • 133,7 toneladas de cocaína e derivados apreendidos, totalizando mais de 23 bilhões de reais em prejuízo ao narcotráfico; • 1.892 toneladas de maconha e derivados apreendidos, resultando em 4,1 bilhões de reais em prejuízo ao narcotráfico, além de 1,6 bilhões em pés de maconha destruídos; • 71,7 milhões de maços de cigarros apreendidos, que representam 358,8 milhões de reais em prejuízo ao crime; • 6.848 unidades de armas de fogo apreendidas, totalizando mais de 22,9 milhões de reais em prejuízo ao tráfico de armas; • 287 mil munições, além de outros acessórios como carregadores,

miras laser e holográficas; • 138 mil pessoas detidas; • 30 mil veículos recuperados; • 29 milhões de Pessoas Fiscalizadas; • 15 milhões de Veículos Fiscalizados; • 115,4 mil m³ de madeiras apreendidas; • 6,4 mil toneladas de minério apreendido; e • 120,7 mil animais apreendidos. Já no âmbito do sistema prisional, em 2022, foram realizadas operações, por meio da Força de Cooperação nas Penitenciárias Federais em Brasília/DF e em Porto Velho/RO, que possibilitaram capacitações e qualificação de servidores com a expertise e alinhamento exigido para operações futuras: nivelamento tático operacional com ênfase em procedimentos de segurança, treinamentos avançados e outras rotinas penitenciárias. Foram realizados ainda treinamentos de agentes públicos estaduais nos estados do Acre, Bahia, Paraíba, Paraná, São Paulo, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Tocantins e Rio Grande do Sul e no Distrito Federal. As operações têm como principais objetivos aprimorar a ordem e a disciplina carcerária, instituir procedimentos padrões e ofertar assistência penal. Dessa forma, o Departamento Penitenciário Nacional - Depen coordenou, entre os anos de 2020 a 2022, um total de 14 operações, sendo que em 2022 foram realizadas 6 operações e capacitados mais de 777 policiais penais para ações da Força nas áreas de combate em ambiente confinado; treinamento físico funcional; treinamento de tiro embarcado em veículo blindado; treinamentos de patrulha rural; tiro em baixa luminosidade; imobilizações táticas policiais, entre outros. Também são consideradas, para o cômputo das operações, as renovações das portarias que autorizam a mobilização da referida força, uma vez que são despendidos recursos humanos, materiais e financeiros. A disseminação de procedimentos implementados é semelhante aos aplicados no Sistema Penitenciário Federal que colabora para a redução da influência de organizações criminosas nas unidades prisionais das unidades federativas. Essa estratégia de atuação, que visa a disponibilidade de uma polícia da união especializada em ambiente prisional, bem como a capacitação e treinamento de polícias penais federais e estaduais de modo integrado, contribuiu para a obtenção de resultados positivos, como a redução dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, de 32% (RR), 56,6% (CE), 27,8% (AM) e 40% (PA), conforme dados das secretarias estaduais de segurança pública e para a não-ocorrência de grandes rebeliões ou motins desde 2019. Quanto à atuação da Senasp, o Projeto piloto "Em Frente Brasil" consistiu em um instrumento da Política Nacional e do Plano Nacional de Segurança Pública para articular um conjunto de ações multidisciplinares, interministeriais e interfederativas. A evolução do entendimento da complexidade dos indicadores encontrados evidenciou a necessidade de uma abordagem municipal para tratamento de questões locais, transferindo-se ao município as capacidades técnicas necessárias para tanto. O desafio assumido a partir do projeto piloto foi a construção de uma metodologia de realização de diagnósticos e elaboração de planos unificada e automatizada, que permitisse a escalabilidade de um futuro programa e, nessa perspectiva, verificou-se a necessidade de uma abordagem local, por meio dos municípios. A metodologia desenvolvida foi aplicada em 05 municípios, um em cada região do país. Assim, foi elaborada a proposta de preparar os municípios brasileiros para atuarem como integrantes estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, conforme prevê a Lei 13.675/2018, conferindo-lhes o protagonismo necessário ao enfrentamento de questões customizadas de forma autônoma. Desenvolveu-se, portanto, a concepção do Programa Nacional de Fortalecimento da Gestão Municipal de Segurança Pública (CidadeSusp), que tem como objetivo instituir ambientes sociais mais seguros e cidades menos propensas à incidência de criminalidade, violência e riscos coletivos, mediante a articulação de ações orientadas à efetivação dos municípios enquanto gestores estratégicos do Susp. A identificação dos municípios prioritários dentre os 5.570 municípios do território nacional deu-se a partir daqueles que representam uma parcela significativa dos homicídios que ocorrem no país. De acordo com os dados do Sinesp, considerando todos os homicídios registrados no triênio 2018-2020, 47,53% ocorreram em apenas 120 municípios, ou seja, cerca de 2% do total de municípios brasileiros concentrou, no período analisado, quase metade dos homicídios do país. Ainda, dentre estes,120 municípios ditos prioritários, houve uma divisão em grupos de 20 municípios. No intuito de contribuir para o alcance deste objetivo, visando ampliar a capacidade de diagnóstico e a qualificação do processo de elaboração e gestão de planos orientados à prevenção da violência e à promoção da segurança no âmbito municipal, foi oferecida em 2022, aos 20 primeiros municípios, capacitação para os operadores dos Observatórios de Segurança Pública Municipais e realizadas as seguintes atividades: • Assinatura do Termo de Adesão ao Projeto CidadeSusp pelos 20 municípios pretendidos; • Cadastro no Portal CidadeSusp; • Criação dos Observatórios de Segurança Pública Municipais por meio de documento formal; • Nomeação dos respectivos Coordenadores e operadores dos Observatórios de Segurança Pública OSEP; e • Capacitação operacional para os operadores dos OSEP municipais ofertada pela equipe de pesquisadores da Instituição contratada por meio da Carta Acordo 01/2022. No tocante às operações propostas no âmbito da Senasp, que contemplam: a elaboração de Diagnósticos Locais de Segurança, Planos Locais de Segurança e estruturação da Gestão e Governança Integrada nos 15 municípios que aderiram ao CidadeSusp, informa-se que não foi possível a entrega de tais artefatos ainda no exercício de 2022. Com enfoque no combate ao crime organizado, crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, entre outros, no exercício de 2022, a Secretaria de Operações Integradas - Seopi planejou e executou 51 operações policiais integradas, no ano de 2022, e 115 operações de 2020 até 2022, por meio das quais o Governo Federal prestou amplo apoio e assistência às forças de segurança pública, auxiliando na melhoria das atividades desempenhadas no enfrentamento à criminalidade. No que tange ao combate aos crimes cibernéticos, destacam-se as operações 404 e Luz na Infância. A Operação 404 teve como foco a repressão de crimes praticados contra a propriedade intelectual na internet, destacando-se que

diversas buscas aconteceram no ambiente metaverso. Foram desativados quatro canais que realizavam transmissões ilegais de conteúdo, bem como 90 vídeos e 461 apps de streaming de música foram retirados do ar. Foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão em 11 estados (AL, BA, ES, GO, MG, MT, PA, PE, RJ, RS e SP), removidos 266 sites no Brasil e excluídos 15 perfis em redes sociais por atraírem consumidores para conteúdos ilegais. A realização da 9ª e 10ª fases da Operação Luz na Infância, que visa o combate a crimes de abuso e exploração sexual infanto-juvenil em ambiente cibernético, obteve expressivos resultados. Com vistas ao aumento no controle da faixa de fronteiras e divisas nacionais, foi implementado o Programa Guardiões das Fronteiras, que possui como princípios basilares de atuação a simplicidade, a convergência de propósito entre instituições e seus agentes. O Programa já está bem desenvolvido em diversas regiões de fronteira e divisas do País (RS, SC, PR, MS, MT, RO, AC, AM, RR, AP, PA, RN, TO e GO), num total de 14 (quatorze) unidades federativas participantes, e se consolida como uma importante ação do governo federal para o combate à criminalidade. Iniciado como um projeto piloto em abril de 2019, no município de Guaíra/PR, o Programa Guardiões das Fronteiras apresenta resultados expressivos em seus três anos de existência. Nesse viés, no ano de 2022, destacaram-se as grandes apreensões de ilícitos e o elevado número de prisão de criminosos durante a realização das operações Hórus nos 14 estados participantes, bem como as diversas capacitações (dos mais variados temas operacionais) destinadas aos operadores que atuam no âmbito das referidas operações e importantes aquisições de equipamentos, os quais foram destinados às unidades que possuem atuação contínua e integrada no Guardiões das Fronteiras. Em 2022 houve o aumento do escopo do Programa sendo implementado o Projeto Talha-Mar que visa o aprimoramento do policiamento, controle aduaneiro e fiscalização tributária nos portos da costa marítima brasileira, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada, no âmbito de suas competências e atribuições legais, e o estabelecimento de procedimentos de interesse comum no âmbito marítimo e fluvial, portos, terminais e vias navegáveis nas esferas de desenvolvimento e compartilhamento de tecnologias e informações, logística, inteligência, na execução de operações integradas, na alocação temporária de recursos humanos e materiais e na capacitação e treinamento de recursos humanos. O Projeto Talha-Mar realizou operações integradas na costa marítima, mais especificamente nos estados do Rio Grande do Norte e Paraná visando o combate às organizações criminosas que atuam nos portos, terminais, vias navegáveis, marinas e áreas de interesse operacional. Por meio da Operação Albatroz deflagrada no âmbito do Projeto foram apreendidas mais de 327 Kg de drogas, entre outras apreensões de diversas naturezas, resultando em um prejuízo ao crime organizado de aproximadamente R$ 14,8 milhões. Ainda em 2022 foram realizadas operações integradas no sentido de desarticular organizações criminosas voltadas à prática de crimes como tráfico de drogas, descaminho, falsificação e contrabando.

Meta: 050N - Realizar 40.000 operações de combate à criminalidade durante o período do PPA

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Operações
Linha de base: 4.727
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 5.000
Meta prevista para 2021: 19.358
Meta prevista para 2022: 29.496
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 46.208
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Tendo em vista que as 115 operações realizadas pela SEOPI são de abrangência nacional, informa-se que tais operações não foram contabilizadas na regionalização.
Providências implementadas para a superação da restrição: Total de operações regionalizadas: 46.208 - 115 (SEOPI) = 46.093

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Brasília	-	-	-	-	132	31/12/2022	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	1.108	31/12/2022	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.747	31/12/2022	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	1.007	31/12/2022	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	615	31/12/2022	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1.249	31/12/2022	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	1.090	31/12/2022	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	3.057	31/12/2022	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.867	31/12/2022	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1.348	31/12/2022	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	1.105	31/12/2022	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1.368	31/12/2022	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	2.239	31/12/2022	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	4.282	31/12/2022	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	947	31/12/2022	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	981	31/12/2022	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	554	31/12/2022	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	968	31/12/2022	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	1.262	31/12/2022	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	952	31/12/2022	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	991	31/12/2022	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1.328	31/12/2022	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	5.588	31/12/2022	Não informado

No Estado do Piauí	-	-	-	-	899	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3.464	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1.149	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	2.950	31/12/2022	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	846	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8661 - Índice de Operações de Combate à Criminalidade

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto
Valor de referência: 4.727
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 46.208
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Investimento Plurianual: 0346 - Construção da Penitenciária Federal em Charqueadas- RS

Informações básicas

Custo total: 44.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 95

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,45
Valor da execução financeira: 474.794,95

Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Fase final da Entrega dos Projetos. Processo Licitatório aprovado pela CONJUR-MJ, aguardando projetos para publicação. Estimado para junho de 2023.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0352 - Construção do Centro Nacional de Capacitação e Difusão de Ciências Forenses

Informações básicas

Custo total: 38.502.479,27
Meta de execução física prevista até 2023: 19

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0
Valor da execução financeira: 0
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Obra Concluída em 2021
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0046 - Operações da força de cooperação penitenciária realizadas pelo DEPEN

Informações básicas

Unidade de medida: Operações
Linha de base: 1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de operações realizadas pela força de cooperação penitenciária.
Meta prevista para 2020: 3
Meta prevista para 2021: 6
Meta prevista para 2022: 9
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 14
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com relação à Força Tarefa de Intervenção Penitenciária, que tem como objetivos aprimorar a ordem e a disciplina carcerária, instituir procedimentos padrões e ofertar assistência penal, o Depen coordenou, entre os anos de 2020 a 2022, um total de 14 operações, sendo que em 2022 foram realizadas 6 operações e capacitados mais de 777 policiais penais para ações da Força nas áreas de combate em ambiente confinado; treinamento físico funcional; treinamento de tiro embarcado em veículo blindado; treinamentos de patrulha rural; tiro em baixa luminosidade; imobilizações táticas policiais, entre outros. Cabe frisar que se considera, também, para o computo das operações, as renovações das portarias que autorizam a mobilização da referida força, uma vez que são despendidos recursos humanos, materiais e financeiros. A disseminação de procedimentos implementados é semelhante aos aplicados no Sistema Penitenciário Federal que colabora para a redução da influência de organizações criminosas nas unidades prisionais das unidades federativas. Essa estratégia de atuação, que visa a disponibilidade de uma polícia da união especializada em ambiente prisional, bem como a capacitação e treinamento de polícias penais federais e estaduais de modo integrado, contribuiu para a obtenção de resultados positivos, como a redução dos índices de Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI, de 32% (RR), 56,6% (CE), 27,8% (AM) e 40% (PA), conforme dados das secretarias estaduais de segurança pública e para a não-ocorrência de grandes rebeliões ou motins desde 2019.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A superação da meta deve-se ao trabalho que ocorre em plena sintonia com os demais órgãos da execução penal previstos no artigo nº 61 da Lei de Execução Penal. Essa interlocução vem sendo desenvolvida sob premissas inafastáveis, como a visão de que o sistema prisional é heterogêneo e precisa de soluções inovadoras, de que o sistema prisional é parte da segurança pública, de que o sistema prisional precisa oferecer oportunidades e assistências para reinserção do apenado na sociedade. Cabe destacar que no exercício de 2022 foram realizadas 06 operações pelo DEPEN. Porém, os dados desse Resultado são acumulados com o exercício de 2020 e 2021 que totaliza 14 operações.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	4	31/12/2022	Portaria nº 541, de 10 de dezembro de 2021; Portaria nº 48, de 15 de março de 2022; Portaria nº 96, de 06 de junho de 2022.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	3	31/12/2022	Portaria nº 50, de 17 de março de 2022; Portaria nº 97, de 06 de junho de 2022; Portaria nº 167, de 05 de setembro de 2022;	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0047 - Operações de combate à criminalidade deflagradas pela Polícia Federal

Informações básicas

Unidade de medida: Operações
Linha de base: 4.271
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Quantidade de operações de polícia judiciária deflagradas pela Polícia Federal
Meta prevista para 2020: 4.484
Meta prevista para 2021: 13.685
Meta prevista para 2022: 20.485
Meta prevista para 2023: 27.285

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 27.843
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o exercício, a Polícia Federal - PF realizou mais de 11 mil operações voltadas à repressão aos crimes financeiros, ao crime violento e à organização criminosa, ao combate ao tráfico de pessoas e contrabando de migrantes, a crimes ambientais e patrimônio cultural e crimes contra o meio ambiente e direitos humanos. Ressalta-se que das mais de 11 mil operações deflagradas em 2022, a maioria foi voltada à repressão de crimes fazendários, seguidas das operações de combate ao tráfico de drogas e crimes ambientais e contra o patrimônio cultural. Como resultado dessas operações, cumpre enfatizar a apreensão de mais de 1 mil toneladas de drogas, o cumprimento de mais de 8,7 mil mandados de busca e apreensão, a realização de mais de 5,4 mil prisões e apreensão de mais de R$ 5 bilhões em bens e valores.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Cabe destacar que no exercício de 2022 foram realizadas 11.217 operações pela PF. Porém, os dados desse Resultado são acumulados com o exercício de 2020 e 2021 e totalizam 27.843 operações.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Brasília	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	375	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	524	31/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	582	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	326	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	616	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	606	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2.261	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.417	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	715	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	719	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1.027	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.040	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	3.293	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	378	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	760	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	266	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	771	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	644	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	522	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	301	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	976	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	4.510	31/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	398	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	1.873	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	431	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	2.205	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	307	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0048 - Operações de combate ao crime realizadas pela Polícia Rodoviária Federal

Informações básicas

Unidade de medida: Operações
Linha de base: 455
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Operações de combate à criminalidade
Meta prevista para 2020: 465
Meta prevista para 2021: 5.602
Meta prevista para 2022: 8.897
Meta prevista para 2023: 12.563

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18.231
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao longo de 2022, a PRF realizou operações policiais nas rodovias federais para combater o crime organizado, o tráfico de drogas, os crimes ambientais, tributários e de trânsito, o combate à exploração infantil, o roubo de cargas, veículos, e demais crimes conexos, traduzindo o esforço operacional da PRF em operações ostensivas de enfrentamento à criminalidade por meio das ações coordenadas de policiamento e de inteligência, visando a promoção e manutenção da ordem, segurança e livre circulação de pessoas, bens e riqueza nacional. Considerando o acumulado dos anos de 2020 e 2022, já foram realizadas 18.231 operações. Assim, observa-se um aumento do número de operações na ordem de 88,95% em 2022, quando comparado a 2021. Dessa forma, o resultado acumulado ultrapassa em 104,9% a meta do ano de 2022
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Considerando os consistentes resultados apresentados pela PRF de 2020 a 2022, evidencia-se um aperfeiçoamento das estratégias, planejamento e procedimentos para enfrentamento à criminalidade com operações ostensivas. Nesta senda, foi constante o crescimento e evolução da

maturidade institucional na apuração do indicador a partir de 2020, até o presente. Destaca-se que os resultados foram corroborados pelo efetivo planejamento, acompanhamento, monitoramento, comando e controle que passou a ser realizado com granularidade por delegacia para observar os impactos e especificidades descentralizados por região, além da ampliação orçamentária, de efetivo e iniciativas de aperfeiçoamento com inovações tecnológicas, como por exemplo, uso de tecnologia biométrica nas ações de fiscalização e policiamento e ampliação do efetivo especializado em cinotécnica policial. Cabe destacar que no exercício de 2022 foram realizadas 9.767 operações pela PRF. Porém, os dados desse Resultado são acumulados com o exercício de 2020 e 2021 e totalizam 18.231 operações.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Cidades-sede	-	-	-	-	132	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	729	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.223	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	425	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	289	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	632	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	484	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	796	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.450	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	632	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	383	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	336	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1.199	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	989	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Sergipe		-	-	-	-	569	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	221	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	288	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	197	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	618	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	429	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	690	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	350	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	1.077	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	501	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	1.591	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	718	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	744	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	539	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0049 - Ampliação da abrangência territorial da metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta desenvolvida pela SENASP

Informações básicas

Unidade de medida: Municípios
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de municípios com alto índice de violência que implantaram a metodologia de enfrentamento à criminalidade violenta
Meta prevista para 2020: 5

Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 45
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Projeto "Em Frente Brasil" foi um instrumento da Política Nacional e do Plano Nacional de Segurança Pública para articular um conjunto de ações multidisciplinares, interministeriais e interfederativas com objetivo de enfrentar o problema da criminalidade violenta no país, em especial os homicídios. A evolução do entendimento da complexidade dos indicadores encontrados evidenciou a necessidade de uma abordagem municipal para tratamento de questões locais, transferindo-se ao município as capacidades técnicas necessárias para tanto. Outro desafio assumido a partir do projeto piloto foi construir uma metodologia de realização de diagnósticos e elaboração de planos unificada e automatizada, que permitisse a escalabilidade de um futuro programa e, nessa perspectiva, restou evidenciada a necessidade de uma abordagem local, por meio dos municípios. A metodologia desenvolvida foi aplicada em 05 municípios, um em cada região do país. Assim, foi elaborada a proposta de preparar os municípios brasileiros para atuarem como integrantes estratégicos do Sistema Único de Segurança Pública - Susp, conforme prevê a Lei 13.675/2018, conferindo-lhes o protagonismo necessário ao enfrentamento de questões customizadas de forma autônoma. Desenvolveu-se, portanto a concepção do Programa Nacional de Fortalecimento da Gestão Municipal de Segurança Pública (CidadeSusp), que tem como objetivo instituir ambientes sociais mais seguros e cidades menos propensas à incidência de criminalidade, violência e riscos coletivos, mediante a articulação de ações orientadas à efetivação dos municípios enquanto gestores estratégicos do SUSP.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Em virtude de mudança do escopo do projeto não foi possível atuação na forma planejada, sendo prevista a revisão da meta do resultado intermediário na janela de revisão do Plano e ajuste nesse resultado intermediário.
Providências implementadas para a superação da restrição: Será implementado um novo projeto que visa atender a novos municipios com os seguintes produtos, são eles:a elaboração de Diagnósticos Locais de Segurança, Planos Locais de Segurança e estruturação da Gestão e Governança Integrada, nos 15 municípios que aderiram ao CidadeSusp.

Notas do usuário: Cabe destacar que no exercício de 2022 não foram realizadas operações pela SENASP. Porém, os dados desse Resultado são acumulados com o exercício de 2020 e 2021 que totaliza 05 operações.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Goiás	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0050 - Operações integradas - planejadas e coordenadas pela SEOPI.

Informações básicas

Unidade de medida: Operações
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Operações integradas
Meta prevista para 2020: 20
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 110

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 115
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com enfoque no combate ao crime organizado, crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, entre outros, a Secretaria de Operações Integradas - SEOPI planejou e executou 51 operações policiais integradas, por meio das quais o Governo Federal prestou amplo apoio e assistência às forças de segurança pública, auxiliando na melhoria das atividades desempenhadas no enfrentamento à criminalidade. Para além destas, também fomentou a realização de capacitações na área de operações policiais integradas, resultando em um quantitativo de 4.270 profissionais capacitados em diversos cursos e treinamentos, totalizando um investimento de R$ 969.300,43.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As operações integradas, precipuamente, vêm sendo realizadas em âmbito nacional, em razão da natureza e da abrangência das operações desenvolvidas, não sendo passíveis de regionalização por estado.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: A superação da meta deve-se aos instrumentos de gestão da secretaria e a atuação integrada das forças de segurança pública que possibilitaram a melhoria das atividades desempenhadas no enfrentamento à criminalidade, no combate ao crime organizado, crimes de tráfico de drogas, contrabando de cigarros, receptação (crimes transfronteiriços), homicídios, porte e posse ilegal de armas de fogo, estelionatos em redes sociais, abuso ou exploração sexual infantil, violência contra a mulher e ao idoso, pirataria digital, entre outros. Cabe destacar que no exercício de 2022 foram realizadas 51 operações pela SEOPI. Porém, os dados desse Resultado são acumulados com o exercício de 2020 e 2021 que totaliza 115 operações.

PROGRAMA: 5017 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS

Objetivo: 1239 - Promover ações que garantam e ampliem o acesso da população a medicamentos e insumos estratégicos, com qualidade, segurança, eficácia, em tempo oportuno, promovendo seu uso racional.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A assistência farmacêutica realiza ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, por meio da promoção do acesso aos medicamentos e do uso racional. O programa 5017 foi criado buscando a melhoria na promoção dessa assistência a partir da identificação de alguns pontos críticos, pode-se citar, por exemplo, aspectos relacionados à cobertura, ao processo de programação, aquisição e distribuição de medicamentos e insumos estratégicos, concentração da oferta do programa Farmácia Popular nos grandes centros urbanos, desalinhamento das prescrições com a RENAME, dentre outros. Dessa forma, o programa visa garantir à população o abastecimento tempestivo e resolutivo, além da qualificação dos serviços da assistência farmacêutica, a fim de obter redução de custos, ampliação do acesso e do uso racional de medicamentos. Em relação à aquisição de medicamentos, informa-se que o quantitativo de 1.697.396.586 adquiridos representa um cumprimento da meta na ordem de 101,83% dos medicamentos e insumos estratégicos programados para o ano de 2022, ou seja, 1.666.947.912 unidades de medicamentos. A expansão do programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em municípios com menos de 40.000 habitantes atingiu o percentual de 75,71%, alcançando 3.559 municípios com pelo menos 1 farmácia credenciada. Quanto ao fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes, o Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) entregou ao MS 498.129.024 unidades farmacêuticas em 2022. Ações complementares também são desenvolvidas visando garantir à população o abastecimento tempestivo e resolutivo, a qualificação dos serviços da assistência farmacêutica, obtenção de redução de custos, ampliação do acesso e do uso racional de medicamentos.

Meta: 052I - Adquirir 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde para abastecimento do SUS

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual medicamentos e insumos estratégicos
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 30/11/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 101,83
Data de Referência: 02/01/2023
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: Informa-se que a meta visa adquirir a totalidade dos medicamentos e insumos estratégicos programados para compra centralizada pelo Ministério da Saúde. Portanto, não é uma meta sobre a 'distribuição' desses insumos, mas sim sobre cumprir a 'aquisição' de 100% do programado. Assim, não há regionalização deste resultado.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1- Aumento dos preços de medicamentos devido à escassez de produto, forte aumento do dólar e logística de importação. 2- Problemas nos processos aquisitivos que impactam o abastecimento da Rede SUS
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1- Reprogramação dos quantitativos e valores previstos na LOA, considerando a demanda real observada e os novos valores 1.2- Para os medicamentos com aumento no valor unitário, são avaliadas alternativas terapêuticas e solicitar ao DGITIS o monitoramento do horizonte tecnológico. Atualmente, os reajustes são concedidos apenas mediante a avaliação do DLOG quanto à economicidade e à vantajosidade para a administração pública; 1.3 - Abertura de processos de compras por meio da OPAS. 2.1- Houveram diversos pareceres da CONJUR acerca dos processos aquisitivos em que demandaram adequações das áreas técnicas e conseguinte morosidade do rito processual desses. 2.2- Devido à morosidade dos processos aquisitivos, quando esses fracassam, o DLOG, em conjunto com a área técnica utilizam o recurso de reaproveitamento processual, tornando o mesmo mais ágil que iniciar um novo processo. 2.3 - Abertura de processos emergenciais e aditivos além de acompanhamento contínuo junto ao DLOG com sugestão do restabelecimento da CIM. 2.4 - Validação do fluxo para negociação de preços pela SECTICS e SE. 2.5 - Elaboração de fluxo para negociação de preços envolvendo DAF, DECEIS, SECTICS e SE

Indicador: 8747 - Percentual de aquisições de medicamentos e insumos estratégicos em relação à programação

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 100
Data de Apuração: 30/11/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 101,83
Data do índice: 02/01/2023

Observação: A aquisição de 100% dos medicamentos e insumos estratégicos sob responsabilidade de compra centralizada pelo Ministério da Saúde visa a garantia do acesso da população a medicamentos, uma vez que o medicamento é insumo essencial para o desenvolvimento das ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Farmacêutica (PNAF). A meta estabelecida busca auxiliar o planejamento dos processos de aquisição de medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde e aprimorar a gestão da informação a fim de subsidiar a tomada de decisão de modo tempestivo, resolutivo e acurado. Nos três componentes da Assistência Farmacêutica (Básico, Estratégico e Especializado), são realizadas pelo menos duas reprogramações de medicamentos ao ano. Verifica-se que na segunda reprogramação ocorrida em novembro de 2022, o quantitativo do Componente Básico foi reprogramado para 852.963.653; no Componente Estratégico, para 172.235.796 unidades e, no Componente Especializado, para 641.748.463 unidades. Referente à quantidade de unidades de medicamentos e insumos que foram adquiridos no ano de 2022, do Componente Básico foi de 855.603.802; 173.152.116 do Componente Estratégico e, do Componente Especializado, 668.640.668 unidades. O quantitativo acumulado representa um cumprimento da meta na ordem de 101,83% dos medicamentos e insumos estratégicos programados para o ano de 2022, ou seja, 1.697.396.586 unidades de medicamentos.

Resultado Intermediário: 0154 - Expansão do programa "Aqui Tem Farmácia Popular" em municípios com menos de 40.000 habitantes

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municípios
Linha de base: 75,82
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de municípios com menos de 40.000 habitantes que possuem pelo menos 1 estabelecimento credenciado no Programa "Aqui Tem Farmácia Popular"
Meta prevista para 2020: 77
Meta prevista para 2021: 81
Meta prevista para 2022: 77
Meta prevista para 2023: 81

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75,71
Data do valor apurado: 10/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Esse resultado intermediário contribui para o fortalecimento da Política Pública do SUS e para a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, uma vez que promove de forma indireta o aumento do acesso e o uso racional de medicamentos considerados essenciais. Segundo estimativa da população IBGE-2021, o Brasil apresenta 4.701 municípios com menos de 40.000 habitantes. Em 2022, 3.559 destes municípios possuíam pelo menos 1 farmácia credenciada no Programa Farmácia Popular do Brasil, representando 75,71%. Além disso, foram atendidos, neste exercício, 20.746.950 usuários. Esse atendimento é realizado por CPF único, que identifica cada cidadão pelo seu CPF, sendo considerado somente uma vez para a contagem total, independente de quantas vezes ele adquiriu medicamentos pelo PFPB ao longo do ano. Caso o mesmo paciente tenha adquirido tanto na modalidade gratuidade, quanto na de co-pagamento, ele será contabilizado nos dois. Além disso, foram dispensadas 14.068.340.207 entre unidades farmacotécnicas e fraldas geriátricas neste ano. As variações no percentual da meta aconteceram em virtude das mudanças de endereços dos estabelecimentos já credenciados ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), para municípios com menos de 40.000 habitantes onde não havia nenhum estabelecimento

credenciado ao PFPB anteriormente, bem como à ocorrência de descredenciamento de estabelecimentos em alguns municípios. Destaca-se que, em 2021, foi realizada a atualização da normativa do PFPB para prever explicitamente que os novos credenciamentos dependerão da publicação de instrumento convocatório que definirá critérios e regras para a seleção dos municípios, de modo a serem priorizados os municípios com até 40.000 habitantes onde ainda não haja nenhuma farmácia credenciada ao programa. Trata-se da Portaria GM/MS Nº 2.898, de 26 de outubro de 2021, publicada em 4/11/2021. Em 2022 não houve publicação de edital para novos credenciamentos.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Informa-se ainda que a expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPB), prevista para 81% dos municípios com até 40 mil habitantes, considerou critérios definidos com base na metodologia do Índice de Saúde Urbana (UHI – Urban Health Index), aplicada, validada e publicada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que tem por finalidade identificar as desigualdades em saúde. Nesse sentido, foi criado o Índice de Credenciamento (IC) (baseado no UHI), o qual leva em consideração indicadores de vulnerabilidade social, econômicos, demográficos e de saúde, a saber: Taxa de hospitalização por diabetes; Taxa de hospitalização; Taxa de hospitalização por asma; Cobertura da Atenção Básica no município; Densidade populacional do município; Proporção dos residentes com idade igual e superior a 60 anos de idade; Proporção de pessoas pobres (renda mensal de até 1 salário mínimo); Índice de Gini. Dessa forma, considerando que o IC atende às expectativas de aprimoramento do PFPB, priorizando as populações em maior vulnerabilidade social (independentemente da localização do município), em consonância com o princípio da equidade, e que, nesse contexto, a regionalização poderia comprometer e enviesar a análise das entregas, entende-se que este resultado intermediário não deve ser regionalizado.
Restrições: Falhas de implementação; Falhas de Articulação institucional; Outras

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Encerramento do contrato firmado com a Caixa Econômica Federal (CEF) para prestação de serviços relacionados ao credenciamento e renovação do credenciamento no âmbito do PFPB. De 2007 até 2018 a Caixa Econômica Federal (CEF) realizou as atividades de cadastramento, conferência e arquivamento da documentação relativa ao credenciamento e renovação do credenciamento dos estabelecimentos no âmbito do PFPB, em razão de contratos administrativos firmados com o Ministério da Saúde (MS). Destaca-se que, mesmo com a atualização da normativa do PFPB para prever explicitamente que os novos credenciamentos dependerão da publicação de instrumento convocatório que definirá critérios e regras para a seleção dos municípios, de modo a serem priorizados os municípios com até 40.000 habitantes onde ainda não haja nenhuma farmácia credenciada ao programa, em 2022 não houve publicação de edital e com o encerramento do contrato e sem a substituição dos mecanismos de credenciamento o Ministério da Saúde não promoveu os credenciamentos necessários para alcançar a meta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em agosto de 2018 foi iniciado um processo para contratação de empresa especializada em serviço de gerenciamento e fiscalização para o Programa Farmácia Popular do Brasil que, por decisão da gestão à época, não prosseguiu, dado o parecer da Consultoria Jurídica do MS que apontava, dentre outros elementos, que estes serviços poderiam caracterizar terceirização irregular da atividade finalística do Programa, do Departamento Nacional de Auditoria do SUS e do Departamento de Informática do SUS. Após, não houve outras providências

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Trocas de gestão. As mudanças de coordenadores do PFPB ocorreram com frequência, gerando mudanças na gestão e visão do programa acarretando descontinuidade nas estratégias e nos processos de trabalho. Além de um período extenso sem coordenador. Neste período de 2017 a 2022 foram cinco coordenadores e três períodos sem coordenadores apenas técnicos como ponto focal.
Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação com as áreas envolvidas, porém infrutíferas.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Suspensão da instauração de procedimento de averiguação dos fatos (auditoria) no âmbito do PFPB, por parte da Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde - AudSUS Desde janeiro de 2017, a AudSUS passou a questionar a sua competência como agente instaurador de procedimento de averiguação dos fatos (auditoria) de procedimento de averiguação dos fatos (auditoria) no âmbito do PFPB, afirmando se tratar de competência do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos - DAF. Fundamentado apenas pelo Memorando nº 99/DENASUS/SGEP/MS de sua autoria, a AudSUS passou a adotar unilateralmente um novo fluxo de atividades, deixando de atender as solicitações de auditoria formuladas pelo DAF para a instauração do procedimento. Destaca-se que em 2017, já se encontravam pendentes mais de 2 mil solicitações para a instauração do procedimento formuladas à AudSUS, as

quais foram restituídas ao DAF. Ademais, o número de empresas nessa situação foi aumentado, visto que, enquanto se discutia o impasse da competência, as ações de controle e monitoramento continuaram a ser executadas pelo DAF. Atualmente, mais de 4 mil estabelecimentos aguardam a instauração e/ou conclusão do procedimento de averiguação dos fatos no âmbito do PFPB, para adoção das demais providências cabíveis, tais como multa ou descredenciamento.
Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação com as áreas envolvidas, porém infrutíferas.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0155 - Fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de medicamentos
Linha de base: 290.000.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência) fornecidos por Farmanguinhos ao SUS
Meta prevista para 2020: 302.261.250
Meta prevista para 2021: 833.141.646
Meta prevista para 2022: 1.166.570.823
Meta prevista para 2023: 1.500.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.349.503,794
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A partir do fornecimento de medicamentos para doenças prevalentes (negligenciadas, de alto custo e de alta incidência), pretende-se reduzir o custo de aquisição de medicamentos exclusivamente na iniciativa privada, podendo mensurar a capacidade da produção de medicamentos pela Fiocruz, auxiliando na mediação dos preços e abastecimento do SUS. O quantitativo de medicamentos fornecidos pelo Instituto de Tecnologia em Fármacos (Farmanguinhos/Fiocruz) referente às doenças negligenciadas em 2022, foi de 498.129.024 unidades. Somando-se esse quantitativo ao que foi fornecido em 2020 (458.656.660) e 2021 (392.718.110), tem-se o total de 1.349.503.794.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Neste quantitativo estão inclusas unidades farmacêuticas remanescente do ano de 2021, que por solicitação do Ministério da Saúde, a fim de atendimento de pauta, foram programadas e fornecidas em 2022. Além disso, é importante esclarecer que o fornecimento de medicamentos pela Fiocruz é direcionado a um único comprador, o Ministério da Saúde. Não sendo possível sua regionalização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5018 - ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

Objetivo: 1229 - Promover a ampliação da oferta de serviços da atenção especializada com vista à qualificação do acesso e redução das desigualdades regionais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo visa ampliar a oferta de serviços de Atenção Especializada por meio do aprimoramento da gestão dos recursos assistênciais, reconhecendo a desigualdade na oferta de serviços de saúde e dando ênfase ao processo de regionalização, tendo como norteador a primazia do acesso como o fundamento determinante para a análise relacional entre escala, qualidade e suficiência dos serviços de saúde oferecidos no território, com vistas à superação dos vazios assistenciais. Além disso, busca qualificar a utilização dos recursos assistências e aperfeiçoar o processo de monitoramento da implementação das políticas da Atenção Especializada. Dentro deste contexto, destacam-se o resultado alcançado da meta no exercício 2022: - Foram realizados 8.067 transplantes de órgãos sólidos, sendo 37,82 o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp). Os resultados parciais apresentados representam 90,3% da meta esperada para 2022 e 81% da meta esperada para o final do PPA. Esse resultado parcial, superior ao apurado em 2021, pode ser considerado satisfatório. Em 2022, devido à pandemia do novo coronavírus, o sistema de doação e transplantes continuou sendo impactado em todo o mundo, porém em menor medida em relação aos dois anos anteriores. Desde o início da pandemia foram editadas Notas Técnicas que estabeleceram critérios para gerenciamento do risco sanitário relacionado à COVID-19 (SARS-CoV-2). Recentemente foi emitida a Nota Técnica nº 24/2022-CGSNT/DAET/SAES/MS, que atualizou os critérios técnicos para gerenciamento do risco sanitário da epidemia de COVID-19 para a doação e transplante de órgãos, tecidos e células-tronco hematopoéticas, cuidados com os pacientes em lista de espera e com os pacientes transplantados. Tais orientações, baseadas em estudos e evidências sobre a transmissão do vírus SARS-CoV-2, ampliaram a possibilidade de doação de órgãos em casos de exame RT-PCR para SARS-CoV-2 detectado, o que pode melhorar o cenário da doação e transplante de órgãos no país. Para o enfrentamento da situação foram realizadas reuniões periódicas com as Centrais Estaduais de Transplantes e com Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO) para avaliação constante da situação nacional e as perspectivas das equipes transplantadoras no cenário de pandemia, e para avaliação das perspectivas locais para o retorno gradual das atividades de doação e transplantes. Cabe salientar que a apresentação de apenas uma meta acompanhada no âmbito do PPA 2020-2023, segue a metodologia estabelecida no documento orientador: Manual Técnico do PPA 2020-2023. Nesse sentido, para o PPA 2020-2023 a opção do Ministério da Saúde foi a de destacar como marcador do desempenho da Atenção Especializada o transplante de órgãos sólidos, que se evidencia pela sua importância social, coordenado pelo Sistema Nacional de Transplante - SNT, que é o responsável por todo o processo de captação e distribuição dos órgãos doados no país, ademais, os inúmeros avanços nesta área com ampliação do número de transplantes realizados e a colocação do Brasil como o segundo país do mundo em número de transplantes, com atendimento dos procedimentos pela rede pública. Este sistema integra as secretarias de saúde de todos os estados, em uma estrutura coordenada para centralizar a notificação de doações e munir a logística adequada dos órgãos e tecidos, possibilitando que estes cheguem ao seu destino nas condições certas e favorecendo aos usuários. Para propiciar visibilidade a outros resultados relevantes que contribuem para o Objetivo da Atenção Especializada, o Ministério da Saúde na revisão do PPA para 2022, apresentou 5 resultados intermediários para serem acompanhados durante o ano. Em relação à Política Nacional de Atenção Hospitalar, foram ampliados 6.218 novos leitos de UTI adulto. Entretanto, foram desabilitados no mesmo período 408 leitos, perfazendo um resultado de 5.810 novos leitos de UTI adulto tipo II, totalizando 21.338 leitos de UTI adulto convencional disponibilizados e recebendo recursos financeiros do Ministério da Saúde. Cabe explicar que, 2020, alcançou-se a meta de 15.094 leitos de Unidade de Terapia Intensiva adulto, representando uma ampliação de 595 leitos dessa tipologia. Em 2021, alcançou-se 15.528 leitos de UTI Adulto, considerando a ampliação de 434 novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) adulto, que, somados aos 324 leitos disponibilizados entre out. a dez. de 2019 e ao índice de referência de 14.175 (Out/2019), e aos 595 leitos de 2020, totalizou 15.528 leitos disponibilizados. Destaca-se que o índice de referência que orientou a projeção da meta para o ano de 2020 era um índice parcial. Assim, foi necessário considerar os leitos que foram disponibilizados no período de outubro a dezembro de 2019.Diante desse contexto, o ano de 2022 iniciou com 15.528 leitos de UTI adulto. Esclarece-se que a solicitação para ampliação de leitos de UTI é de iniciativa dos gestores de saúde locais (SES e SMS), após pactuação na CIB. O MS é demandado,

homologando ou não a requisição dos Estados, Municípios e Distrito Federal. É importante destacar que em 2021, no PPA constava o resultado intermediário referente aos leitos de terapia intensiva adulto e pediátrico, mas considerando o cenário epidemiológico naquela epóca, com a diminuição acentuada do número de casos e óbitos, já no início de 2022, e o crescente aumento do número de imunizados, por consequência, a taxa de ocupação de leitos de UTI reduziu drasticamente em todo o território nacional. Por tal motivo, o Ministério da Saúde, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS definiu estratégias para a desmobilização dos leitos de UTI COVID-19, que foram autorizados em caráter excepcional e temporário, em consonância com a Portaria GM/MS 829 de 28/04/2021. As autorizações desses leitos de UTI Covid-19 foram encerradas em definitivo em 28/02/2022, sendo que 6.077 leitos de UTI adultos e 373 leitos de UTI pediátricos, totalizando 6.450 leitos, os quais foram habilitados com pendências por meio da Portaria GM/MS nº 220 (27/01/22). Desse quantitativo, até dez/2022, 471 leitos foram desabilitados, sendo 408 leitos de UTI adultos e 63 leitos de UTI pediátricos, por não se adequarem a legislação vigente. Resultando em 5.979 leitos de UTI adulto e pediátricos que foram regularizados e estão habilitados nos 26 Estados e DF. Para a Rede de Bancos de Leite Humano, 222.631 recém-nascidos foram beneficiados pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil. Os dados coletados no Sistema de Informação da rBLH (www.rblh.fiocruz.br), em 11/01/2022, são parciais e representam 106% da meta esperada para 2022. Houve conclusão de mais 08 soluções, totalizando o acumulado de 58 soluções de Radioterapia. Em 2022, apresentou o alcance de 8.069.151 procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção não cirúrgicas (OPM) nas modalidades auditiva, física, visual, em gastroenterologia e em urologia, conforme registros disponíveis no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS). Esse resultado demonstra a evolução da concessão de OPM's não cirúrgicas pelos serviços da atenção especializada do Sistema Único de Saúde (SUS), um alcance de 87,4% da meta prevista para 2022 que é de 9.230.363 procedimentos. Apesar da meta planejada para 2022, não ter sido alcançada, observa-se um crescimento gradual ao logo dos últimos três anos, de 27%, comparando com os resultados de 2019 (6.334.791). Alcançou-se 53 das 117 macrorregiões de saúde em que ofertaram concomitantemente Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual, as quais correspondem a 45,30% das macrorregiões de saúde do país. Esse resultado equivale a 98,48% da meta prevista de 46,00% para 2022 e reflete um crescimento do acesso à Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência (RCPD). Ao se comparar com os resultados de 2019, houve uma ampliação de 40 para 53 macrorregiões de saúde com oferta concomitante de Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades: auditiva, física, intelectual e visual. Em 2022, vale salientar o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) mediante a publicação da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022. Desse modo, a gestão da atenção especializada foi alinhada com os rumos e definições da gestão do Ministério da Saúde, inseridas dentro da governança estabelecida para o SUS, de negociação e pactuação na instância tripartite. Além de interlocução e atendimento as demandas estaduais e municipais para mitigar os efeitos da pandemia de Covid-19, como também direcionar esforços para dar continuidade na gestão das atividades de implementação das políticas de atenção especializada à saúde para assistência aos usuários do SUS. Para alcançar o objetivo procurou-se ampliar o debate com os atores envolvidos, para compatibilizar as necessidades das políticas de saúde da atenção especializada com a disponibilidade de recursos, visando qualificar o monitoramento no âmbito da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS). Rotineiramente, se coleta, consolida e analisa as informações sobre a execução das metas do Plano Plurianual (PPA) e do Plano Nacional de Saúde (PNS) para o quadriênio 2020-2023 e, produzir relatórios semestrais e anuais. Este trabalho, entretanto, buscou promover a qualificação do debate sobre a implementação das políticas públicas. Além de permitir o acompanhamento do desempenho das políticas, detecção de gargalos e evidenciação dos resultados alcançados, para subsidiar a tomada de decisão da gestão. Cabe salientar que, no nível do planejamento na dimensão operacional, as despesas orçamentárias têm sido gerenciadas por meio de planos de uso orçamentários, que permitem a gestão do financiamento realizado, mediante a utilização de instrumentos de repasse, tais como – convênios, transferências fundo a fundo, Termo de Execução Descentralizada e aplicações diretas. São realizadas reuniões para acompanhamento, alinhamentos operacionais e avaliação do ritmo de execução orçamentária. Durante 2022, concentrou esforços para avançar no monitoramento e prestação de contas formalmente previstos. As informações foram utilizadas para subsidiar análises e avaliação dos resultados alcançados, elaborou-se e divulgou relatório de execução das metas e dos resultados intermediários constantes no PPA 2020-2023.

Meta: 051Z - Ampliar para 46,7 o índice de transplantes de órgãos sólidos realizados/por milhão de população (pmp).

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: 1/1.000.000
Linha de base: 44,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 43,6
Meta prevista para 2021: 35,6
Meta prevista para 2022: 41,9
Meta prevista para 2023: 46,7

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 37,82
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1. Diminuição da captação de órgãos e tecidos, por negativa familiar. 2. Alto índice de parada cardiorrespiratória em doadores elegíveis antes da cirurgia de captação de órgãos. 3. Subnotificação do diagnóstico de morte encefálica.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 Realizar campanhas de conscientização para a doação - a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos é lançada anualmente no dia 27 de setembro, conforme estabelecida pela Portaria de Consolidação nº 4 de 2017. O tema da campanha lançada no último 27/09/2022 teve o mote: "Amor Para Superar, Amor Para Recomeçar", e teve ampla divulgação em todos os principais meios de comunicação no país. 1.2 Realizar capacitações de profissionais para realizar entrevista familiar - cursos de capacitação em Comunicações Críticas e de Entrevista Familiar têm sido oferecidos aos estados pelo Ministério da Saúde. Em abril de 2022 foi realizado o Fórum Internacional de transplantes, em parceria com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB, treinamento com a participação de profissionais representantes de todas as unidades da federação. As esferas estaduais também têm realizado cursos voltados a profissionais que atuam na entrevista familiar. 2.1 Melhorar a manutenção hemodinâmica do doador elegível - Cursos de capacitação em Determinação de Morte Encefálica e Manutenção Hemodinâmica têm sido oferecidos aos estados pelo Ministério da Saúde. Em abril de 2022 foi realizado o Fórum Internacional de transplantes, em parceria com a Associação de Medicina Intensiva Brasileira – AMIB, treinamento com a participação de profissionais representantes de todas as unidades da federação. As esferas estaduais também têm realizado cursos voltados a profissionais que atuam na manutenção hemodinâmica de doadores elegíveis. 3.1 Capacitar profissionais para o diagnóstico de morte encefálica - cursos de capacitação em Determinação de Morte Encefálica e Manutenção Hemodinâmica têm sido oferecidos pelo Ministério da Saúde. É ofertado aos estados o incentivo às Organizações de Procura de Órgãos, por meio do qual as Centrais Estaduais de Transplantes devem capacitar profissionais no estado a identificar e realizar o diagnóstico de morte encefálica. As esferas estaduais, com recursos próprios, também realizam cursos voltados a profissionais que atuam no diagnóstico de morte encefálica. 3.2 Ampliar a busca ativa de possíveis doadores por parte das Organizações de Procura de Órgãos e Tecidos e das Comissões Intra-Hospitalares de Doações de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT) as unidades da federação recebem recursos financeiros do Governo Federal a fim de capacitar profissionais das Organizações de Procura de Órgãos, por intemédio do Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade, e das Comissões Intra-Hospitalares de Doações de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT), mediante incentivos pactuados com as unidades da federação. Essas capacitações têm como objetivo intensificar a busca e identificação de possíveis doadores.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: 1. Redução na realização de transplantes devido à Pandemia Covid-19.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 Editar a Nota Técnica com as orientações para possibilitar a doação de órgãos provenientes

de doadores com RT-PCR detectado para SARS Cov 2 □ Elaboração e emissão de documentos estabelecendo critérios técnicos para gerenciamento do risco sanitário da epidemia de Sars-COV-2 para a doação e transplante de órgãos, tecidos e células-tronco hematopoéticas, cuidados com os pacientes em lista de espera e com os pacientes transplantados. Com o dispositivo legal já publicado (Nota Técnica 24/2022), potenciais doadores com Sars-COV-2 detectado que atendam critérios gravidade e de intervalo de início de sintomas estabelecidos, podem ser doadores de órgãos. Com o aumento das doações, será possível aumentar o número de transplantes realizados. 1.2 Realizar reuniões periódicas com as Centrais Estaduais de Transplantes e com Associação Brasileira de Transplante de Órgãos (ABTO) - realizar avaliação constante da situação nacional e as perspectivas das equipes transplantadoras no cenário de pandemia, e para avaliação das perspectivas locais para o retorno gradual das atividades de doação e transplantes.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	21,85	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	22,73	31/12/2022	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	2,49	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	50,33	31/12/2022	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	60,29	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8695 - Índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp)

Informações básicas

Unidade de medida: 1/1.000.000
Valor de referência: 44,4
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 37,82
Data do índice: 31/12/2022
Observação: SITUAÇÃO ATUAL: Em 2022, foram realizados 8.067 transplantes de órgãos sólidos, sendo 37,82 o índice de transplantes de órgãos sólidos por milhão de população (pmp). Os resultados parciais apresentados representam 90,3% da meta esperada para 2022 e 81% da meta esperada para o final do PPA. JUSTIFICATIVA PARA NÃO REGIONALIZAÇÃO NA PROGRAMAÇÃO: Conforme informado no monitoramento de 2021, não é possível a regionalização na programação, tendo em vista a complexidade técnica e grau de desenvolvimento tecnológico, além do auto-limitado número de inscritos em

lista de espera, impondo a centralização de algumas modalidades de transplantes em centros de referência a fim de determinar série histórica e desenvolver a capacidade técnica. Deve-se ser considerado para fins de monitoramento e avaliação o resultado nacional. Será apresentado, após a execução, como está a distribuição do indicador por região.

Resultado Intermediário: 0157 - Disponibilidade de leitos de terapia intensiva adulto habilitados para o SUS

Informações básicas

Unidade de medida: Número de leitos de terapia intensiva adulto
Linha de base: 14.449
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de leitos de terapia intensiva adulto habilitados para o SUS
Meta prevista para 2020: 14.620
Meta prevista para 2021: 15.065
Meta prevista para 2022: 15.510
Meta prevista para 2023: 15.954

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 21.338
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, foram ampliados 6.218 novos leitos de UTI adulto. Entretanto, foram desabilitados no mesmo período 408 leitos, perfazendo um resultado de 5.810 novos leitos de UTI adulto tipo II, totalizando 21.338 leitos de UTI adulto convencional disponibilizados e recebendo recursos financeiros do MS. Em 2020, alcançou-se a meta de 15.094 leitos de UTI adulto, representando uma ampliação de 595 leitos novos nesse ano. Esse resultado leva em consideração, os 14.175 leitos habilitados até out/2019 (índ. de ref.), somados aos 324 leitos do período de out. a dez/2019 e mais os 595 novos leitos habilitados em 2020. Destaca-se que o índice de referência que orientou a projeção da meta/2020 era um índ. parcial. Assim, foi necessário considerar os leitos que foram disponibilizados no período de out. a dez./2019. Em 2021, houve a habilitação de 434 novos leitos, que totalizaram 15.528 leitos de UTI adulto disponibilizados. Diante disso, 2022 iniciou com 15.528 leitos de UTI adulto e, no decorrer do ano, foram habilitados mais 5.810 novos leitos de UTI adulto, totalizando 21.338 leitos disponibilizados para a população. Esclarece-se que a solicitação para ampliação de leitos de UTI é de iniciativa dos gestores da SES e SMS, após pactuação na CIB. O MS é demandado, homologando ou não a requisição dos Estados, Municípios e DF. No que se refere aos leitos excepcionais criados para atender a Pandemia de Covid -19, as autorizações desses leitos de UTI foram encerradas em 28/02/22, sendo que 6.077 leitos de UTI adultos e 373 leitos de UTI pediátricos, totalizando 6.450 leitos, os quais foram habilitados com pendências por meio da Port. GM/MS nº 220, 27/01/22. Desse quantitativo, até dez/2022, 471 leitos foram desabilitados, sendo 408 leitos de UTI adultos e 63 leitos de UTI pediátricos, por não se adequarem a legislação vigente. Resultando em 5.669 leitos de UTI adulto e 310 leitos pediátricos, totalizando 5.979 leitos que foram regularizados e estão habilitados nos 26 Estados e DF.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	351	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.220	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	378	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	269	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	730	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	346	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	293	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.631	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1.052	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	210	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	47	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	791	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	5.030	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	192	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	43	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	201	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Ceará		-	-	-	-	38	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	616	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	597	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	631	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	1.537	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	234	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	1.624	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	285	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	1.295	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	93	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0158 - Capacidade de atendimento da Rede de Bancos de Leite Humano

Informações básicas

Unidade de medida: Número de crianças
Linha de base: 191.000
Data de referência da linha de base: 31/01/2019
Indicador: Número de crianças atendidas anualmente pela Rede de Bancos de Leite humano
Meta prevista para 2020: 195.000
Meta prevista para 2021: 200.000
Meta prevista para 2022: 210.000
Meta prevista para 2023: 221.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 222.631
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para a Rede de Bancos de Leite Humano, em 2022, houve um total de 222.631

receptores de leite humano (recém-nascidos) beneficiados pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil, segundo informações do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente. Esse resultado representa 106% da Meta prevista para 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	23.600	24.676	25.968	24.606	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	62.600	65.764	69.209	64.137	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	21.400	22.534	23.714	23.082	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	55.600	58.302	61.355	60.168	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	36.800	38.724	40.754	50.638	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0298 - Ampliação dos Serviços de Radioterapia.

Informações básicas

Unidade de medida: Número de serviços de radioterapia
Linha de base: 21
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Serviços de Radioterapia Concluídos
Meta prevista para 2020: 37
Meta prevista para 2021: 58
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 91

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58
Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, 58 soluções concluídas, sendo que 52 estão com licença de operação, portanto, atendendo pacientes, e outras 06 aguardam tramitação documental entre os serviços contemplados e a Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEM para obtenção da licença de operação. Registra-se 21 soluções de radioterapia com obras em execução, 09 obras em processo licitatório e uma obra aguardando ordem de serviço. Com relação aos equipamentos termo aditivo, 20 equipamentos, sendo 17 já foram instalados, 02 estão em execução e 01 foi excluído. O Plano de Expansão da Radioterapia (PER-SUS) tem como principal objetivo ampliar e criar novos serviços de radioterapia em hospitais habilitados no SUS, visando à redução dos vazios assistenciais, por meio da expansão da assistência oncológica, abrangendo 79 municípios em 25 estados e no Distrito Federal. O projeto prevê a implantação de 91 soluções de radioterapia, contemplando equipamentos e infraestrutura, bem como a utilização do poder de compra do estado como instrumento para internalizar tecnologia e criar alternativas comerciais que possibilitem o fortalecimento e o desenvolvimento industrial, com o intuito de reduzir a dependência tecnológica do país. O contrato celebrado com a empresa Varian Medical Systems contempla a elaboração dos projetos executivos, o apoio à fiscalização das obras (licitadas pelo Ministério da Saúde), o fornecimento e a instalação dos aceleradores lineares, proporcionando uma economicidade de aproximadamente R$ 300 milhões. Importante ressaltar que os equipamentos são pagos somente após o recebimento da obra pela equipe técnica do Ministério da Saúde e emissão de licença de operação pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O PER-SUS tem um investimento de aproximadamente R$ 675 milhões, sendo que R$ 365 milhões são destinados para execução de obras e R$ 310 milhões para aquisição de equipamentos, projetos e apoio à fiscalização.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1. Ausência de gerência e autonomia de prazos dos órgãos reguladores e demora na aprovação dos projetos pelas Vigilâncias Sanitárias e CNEN, assim como Licenças de operação emitida pela CNEN e o MS não tem governança sobre estes prazos. 2. Documentação técnica - inicial: Hospitais contemplados tem dificuldade para enviar documentação técnica do terreno disponibilizado para implantação da Radioterapia.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 Realizar, periodicamente, contato com a CNEN com intuito de dar celeridade ao processo de aprovação das licenças de operação dos aceleradores lineares - O canal de comunicação com a CNEN se mantém aberto, em decorrência das licenças de operação necessárias para obras que estão em andamento. 1.2 Realização de reuniões junto aos Hospitais contemplados no âmbito do PER SUS para solucionar o envio da documentação técnica do terreno disponibilizado para implantação da Radioterapia - Com os esclarecimentos realizados nas reuniões junto aos Hospitais, foi possível concluir o recebimento e análise das documentações técnicas, de modo que permitiu o prosseguimento na etapa de elaboração de projetos. Em referência ao projeto apresentado no ciclo de abril (Hospital de Clinicas Dr. Alberto Lima – Macapá/AP), registra-se que a pendência já fora equacionada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	4	6	8	9	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	11	19	24	27	15	31/12/2022	Nota de Correção para os dados de 2021: Nordeste: alterado de 20 para 11.	Não informado
Região Norte	3	3	3	6	3	31/01/2022	Não informado	Não informado

Região Sudeste	9	15	15	22	19	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	10	15	20	27	17	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0350 - Concessão de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção não cirúrgicos

Informações básicas

Unidade de medida: Número de procedimentos de concessão.
Linha de base: 6.334.791
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meios Auxiliares de Locomoção não cirúrgicos
Meta prevista para 2020: 7.552.115
Meta prevista para 2021: 8.391.239
Meta prevista para 2022: 9.230.363
Meta prevista para 2023: 10.000.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 8.069.151
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até dezembro de 2022, foi alcançado 8.069.151 procedimentos de concessão de Órteses, Próteses e Meio Auxiliares de Locomoção não cirúrgicas (OPM) nas modalidades auditiva, física, visual, em gastroenterologia e em urologia, conforme registros disponíveis no Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS). Esse resultado demonstra a evolução da concessão de OPM's não cirúrgicas pelos serviços da atenção especializada do Sistema Único de Saúde (SUS), um alcance de 87,4% da meta prevista para 2022 que é de 9.230.363 procedimentos. Apesar da meta planejada para 2022, não ter sido alcançada, observa-se um crescimento gradual ao logo dos últimos três anos, de 27%, comparando com os resultados de 2019 (6.334.791). Para impulsinonar os resultados, a área técnica elaborou estratégias para ampliar o número de serviços de reabilitação que dispensam OPM no SUS. Desse modo, foram priorizados para habilitação os estabelecimentos localizados nas regiões de vazios assistenciais, com referência para concessão de OPM em pelo menos uma modalidade auditiva, física ou visual. Também foi realizado um relatório situacional das necessidades de qualificação das oficinas ortopédicas em consonância com os Planos de Ação já enviados pelos entes federados, em que estão sendo identificados os pleitos prioritários para recebimento de financiamento federal para aquisição de equipamentos e materiais permanentes e execução de obras. Além disso, a área tem buscado o desenvolvimento de estratégias de formação e educação permanente relacionadas à área de reabilitação, qualificação das ações de monitoramento e apoio interfederativo, para aprimorar o funcionamento das Oficinas Ortopédicas, bem como os registros dos procedimentos no SIA/SUS.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Esse resultado adota como estratégia suprir os vazios assistenciais em reabilitação nas diversas regiões do país, por meio das macrorregiões de saúde. Dessa forma, a priorização não leva em consideração a ampliação de cobertura do serviço por Unidade da Federação (UF) ou Região do país, mas sim pelas Macrorregiões de Saúde. Soma-se a isso, a dependência da adesão dos gestores; o número reduzido de empresas que fornecem OPMs; capacidade limitada dos gestores estaduais e municipais para compra e dispensação e; a baixa capacidade instalada de serviços que dispensam OPM inviabilizam a regionalização.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura

Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS (Tabela SUS) desatualizada , que dispõe de 158 procedimentos relativos à concessão de OPMs não cirúrgicas relacionadas à reabilitação. A realização da concessão de OPMs os Estabelecimentos de Saúde do SUS utilizam como referência a Tabela SUS. Contudo, reiteradamente, gestores do SUS, instituições, parlamentares e organizações da sociedade civil têm demandado a atualização da Tabela SUS, especialmente quanto aos valores das OPMs, além da revisão de demais atributos e inclusão de novas tecnologias. É importante destacar que parcela da concessão de OPMs não cirúrgicas relacionadas à reabilitação no SUS são realizadas por prestadores de serviços de saúde de natureza privada, que participam de forma complementar ao SUS. Nesse sentido, valores abaixo do mercado podem resultar em uma importante restrição do acesso a estes dispositivos, uma vez que a tabela SUS deve ser considerada como referência nacional para remuneração do procedimento, inclusive para serviços contratados que participam de forma complementar ao SUS, conforme estabelecido na Portaria de Consolidação GM/MS n.° 1, TITULO VI, CAPÍTULO I.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 Realizar estudos econômicos para subsdiar a revisão da Tabela SUS -->O MS internamente vem realizando discussões internas para realização de estudos econômicos para subsidiar revisão dos valores das OPM não cirúrgicas relacionadas à reabilitação Auditiva, Física, Visual e em gastroenterologia e urologia da Tabela SUS.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: 2. Escassez de profissionais técnicos ortopédicos no SUS.
Providências implementadas para a superação da restrição: 2.1 Ampliar a formação de profissionais técnicos ortopédicos no SUS com a realização de Curso para formação de Ortesista e Protesista - em 2022, 153 profissionais concluíram a formação de Ortesistas e Protesistas.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: 3.Baixa capacidade instalada de serviços que cumprem critérios técnicos de habilitação como oficina ortopédica. 4. Pontos de Atenção à Saúde para Pessoas com Deficiência (PcD) insuficientes e ou inadequados.
Providências implementadas para a superação da restrição: 3.1. Ofertar apoio técnico por meio da articulação interfederativa. No exercício fiscal 2022: - a área técnica do MS realizou apoio técnico aos estados, municípios e Distrito Federal para identificar entraves para o cadastro de propostas de habilitação de unidades de Oficina Ortopédica, bem como realizou contato com a área responsável pelo SAIPS (DAHU/SAES) para sanar problemas do sistema para submissão de propostas. 4. Ampliação da cobertura das Oficinas Ortopédicas, por meio da qualificação e habilitação de estabelecimentos no âmbito do SUS.No exercício fiscal 2022, realizou-se apoio técnico aos estados e municípios para o cadastramento e execução de propostas de construção, aquisição de equipamentos e habilitação de Oficina Ortopédica.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Inserir, se houver
Providências implementadas para a superação da restrição: Inserir, se houver

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0351 - Macrorregiões de saúde com oferta concomitante de Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades: auditiva, física, intelectual e visual

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de macrorregiões de saúde
Linha de base: 35,16
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de macrorregiões de saúde com oferta concomitante de Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades: auditiva, física, intelectual e visual
Meta prevista para 2020: 38
Meta prevista para 2021: 42
Meta prevista para 2022: 46
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 45,3
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, 53 das 117 macrorregiões de saúde ofertaram concomitantemente Serviços Especializados em Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual, o que corresponde a 45,3% das macrorregiões de saúde do país com oferta de reabilitação concomitante nas quatro modalidades, representando o alcance de 98,48% da meta prevista de 46,00% para 2022. Em 2020, houve a finalização da identificação de vazios assistenciais, que possibilitou iniciar a indução e priorização de propostas de equipamentos e habilitação dos serviços levando em consideração estes vazios assistenciais e viabilizou as demandas e as propostas de investimentos para aquisição de equipamentos e obras de ampliação e reforma para qualificar os atendimentos de reabilitação, incluindo os cuidados pós-Covid-19. Para impulsionar a execução desta meta, em 2022, o MS investiu esforços para a qualificação dos serviços já existentes por meio do financiamento de reformas, ampliações e aquisições de equipamentos, veículos adaptados e habilitação de Serviços de Reabilitação nas modalidades auditiva, física, intelectual e visual. Foram concluídas 04 obras de Centros Especializados em Reabilitação – CER, além de 01 obra de reforma e 01 obra de ampliação de CER. Além disso, a área técnica ofertou apoio técnico identificando os entraves para a implantação e funcionamento dos serviços de reabilitação no âmbito da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, bem como desenvolveu ferramentas de monitoramento das propostas de aquisição de equipamentos financiadas com recurso federal, com vistas a estruturação de serviços de reabilitação do SUS.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Esse resultado adota como estratégia suprir os vazios assistenciais em reabilitação nas diversas regiões do país, por meio das macrorregiões de saúde. Dessa forma, a priorização não leva em consideração a ampliação de cobertura do serviço por Unidade da Federação (UF) ou Região do país, mas sim pelas Macrorregiões de Saúde. Soma-se a isso, a dependência da adesão dos gestores; o número reduzido de empresas que fornecem OPMs; capacidade limitada dos gestores estaduais e municipais para compra e dispensação e; a baixa capacidade instalada de serviços que dispensam OPM inviabilizam a regionalização.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: 1. Pouca capacidade de gestores locais para iniciar o funcionamento de serviços que tiveram obras concluídas ou para atender aos requisitos mínimos para habilitação.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 Ofertar apoio técnico por meio da articulação interfederativa.--> Foi ofertado apoio técnico por meio de referências técnicas regionais e equipe de arquitetos, de modo a apoiar na superação dos entraves para o início de funcionamento, bem como para a formalização de propostas de habilitação no sistema SAIPS, durante todo o exercício fiscal 2022. Também foi ofertado o Curso “Introdução às ferramentas de Administração Estratégica e de Planejamento para gestores de Serviços de Reabilitação”, o qual foi lançado no dia 01/12/2022 e encontra-se com inscrições abertas até 30/05/2023 na Plataforma UNA-SUS (https://www.unasus.gov.br/cursos/curso/46785).

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: 2. Pontos de Atenção à Saúde para Pessoas com Deficiência (PcD) insuficientes e ou inadequados.
Providências implementadas para a superação da restrição: 2.1 Ampliação da cobertura das Oficinas Ortopédicas, por meio da qualificação e habilitação de estabelecimentos no âmbito do SUS.--> O MS realizou apoio técnico aos estados e municípios para o cadastro e execução de propostas de construção, aquisição de equipamentos e habilitação de unidades de reabilitação ambulatorial na RCPD, durante todo o exercício fiscal 2022.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0354 - Autorização, pelo Ministério da Saúde, de leitos de terapia intensiva adulto e pediátrico exclusivos para tratamento de pacientes com a COVID-19

Informações básicas

Unidade de medida: Número de leitos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Número de leitos de UTI adulto e pediátrico exclusivos para tratar pacientes acometidos pela COVID-19 autorizados pelo Ministério da Saúde.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 23.000
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: RI EXCLUÍDO PARA 2022. Este Ministério, como órgão apoiador, condutor e formulador das políticas e programas de saúde no Brasil, tem envidado esforços no sentido de conter ao máximo os danos decorrentes da circulação do vírus no País, oportunizando melhorias na oferta à população brasileira de serviços e ações de saúde de qualidade, objetivando munir e estruturar os estabelecimentos hospitalares. Somente no ano de 2021, foram autorizados mais de 26.000 leitos, em caráter excepcional e temporário, de Unidade de Tratamento Intensivo – UTI, adulto e pediátrico, para atendimento exclusivo dos pacientes acometidos pela Covid-19, o que nos fez superar a meta inicial dos 23.000 leitos, previstos inicialmente. Considerando cenário epidemiológico naquela epóca, com a diminuição acentuada do número de casos e óbitos, e o crescente aumento do número de imunizados, por consequência, a taxa de ocupação de leitos de UTI reduziu drasticamente em todo o território nacional. Por tal motivo, o Ministério da Saúde, em conjunto com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – CONASS, e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS definiu estratégias para a desmobilização dos leitos de UTI COVID-19, que foram autorizados em caráter excepcional e temporário, em consonância com a Portaria GM/MS 829 de 28/04/2021. Nesse sentido, o Ministério da Saúde propós a exclusão do RI 0354 - Autorização, pelo Ministério da Saúde, de leitos de terapia intensiva adulto e pediátrico exclusivos para tratamento de pacientes com a COVID-19.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: RI EXCLUÍDO PARA 2022.
Restrições: -
Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5019 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

Objetivo: 1182 - Promover a ampliação e a resolutividade das ações e serviços da atenção primária de forma integrada e planejada

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Atenção Primária à Saúde (APS), no Brasil, é parte da estrutura de organização do SUS e é composta por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação, a redução de danos e a manutenção da saúde, com cuidados paliativos e a vigilância em saúde. Tem o objetivo de desenvolver uma atenção integral que impacte na saúde das pessoas e nos determinantes e condicionantes de saúde das coletividades, devendo ser a principal porta de entrada no SUS, o primeiro contato do usuário para o cuidado integral e longitudinal, o centro de comunicação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) e a coordenadora do cuidado. Está organizada de forma descentralizada, sendo desenvolvida pelas equipes e pelos serviços próximos aos locais onde as pessoas vivem e trabalham. Este objetivo envolve a ampliação da cobertura da APS para garantia do acesso e da resolutividade no cuidado em saúde na APS, proporciona também a expansão de Unidades de Saúde da Família (USF) com funcionamento em horário estendido e o provimento de profissionais. Além disso, visa à ampliação da cobertura da APS das pessoas privadas de liberdade, acesso aos cuidados em saúde por adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, por pessoas em situação de vulnerabilidade, acesso à assistência odontológica, acesso oportuno ao pré-natal, acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Auxílio Brasil, aumento da realização de exames de rastreamento de câncer de colo do útero e de câncer de mama, redução da mortalidade materna, neonatal, entre outros. Destacam-se outros resultados alcançados em 2022, além dos resultados obtidos pela meta do programa e pelos resultados intermediários: 174 Equipes de Consultório na Rua (eCnR) custeadas, conforme competência dezembro/2022 do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); 1.655 Unidades de Saúde da Família em funcionamento com horário estendido financiadas pelo Programa Saúde na Hora, conforme competência CNES dezembro/2022; 185 Equipes de Atenção Primária à Saúde de referência para o atendimento aos adolescentes em medida socioeducativa em funcionamento; 462 Equipes de saúde prisional habilitadas; 37 Unidades de Saúde da Família Fluvial implantadas, conforme competência CNES dezembro/2022; 1.186 Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs) credenciados, sendo 508 tipo I, 523 tipo II e 155 tipo III, conforme competência CNES dezembro/2022; Em dezembro de 2022, havia 265.075 Agentes Comunitários de Saúde (ACS) financiados pelo Ministério da Saúde; De janeiro a novembro de 2022, houve 48.291 atendimentos ambulatoriais em CAPS para pessoas que fazem uso abusivo de álcool, dentre os 20.166.866 atendimentos ambulatoriais em CAPS, conforme dados preliminares; De janeiro a dezembro de 2022, 5.788.401 mulheres na faixa etária de 25 a 64 anos realizaram exame citopatológico de rastreamento e 2.032.999 mulheres na faixa etária de 50 a 69 anos realizaram exame de mamografia de rastreamento, conforme dados preliminares. Com relação à agenda da Primeira Infância (PI), o Ministério da Saúde é signatário do pacto nacional da PI e participa do Comitê Gestor do Programa Intersetorial Criança Feliz. Nessa linha, em 2022, também apoiou na construção de um painel de monitoramento de indicadores voltado para o Marco Legal da Primeira Infância em parceria com a Rede Nacional da Primeira Infância (RNPI), disponível em: https://rnpiobserva.org.br/. Destacam-se algumas estratégias desenvolvidas para qualificação da assistência às crianças: - Qualineo – A estratégia ampliou seu alcance para os 27 estados em 2022. Foram realizadas 257 reuniões de fortalecimento da gestão e da assistência; 170 rounds virtuais; 52 encontros com especialistas; Cursos EAD de curta duração: (i) Atualização de segurança do paciente no cuidado neonatal (1.092 certificados), (ii) Nutrição do recém-nascido de Risco (763 certificados); (iii) Suporte ventilatório: cuidados com CPAP (1.085 certificados). O Curso de Especialização em Enfermagem Neonatal formou 153 enfermeiros das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. - Método Canguru – Em 2022, foram realizados Cursos de Sensibilização da Atenção Humanizada ao Recém-Nascido - Método Canguru em EaD autroinstrucional, obtendo 2.310 alunos certificados; Curso de Atualização na Atenção Humanizada ao Recém-Nascido - Método Canguru no contexto hospitalar em EaD tutoriado, onde foram certificados 236 alunos; 1° Encontro internacional sobre o Método Canguru: “International Meeting on the Kangaroo Method: Bringing immediate Kangaroo care to life for health care professionals”, em parceria com a Academia Americana de Pediatria, Sociedade Brasileira de Pediatria e Fundação Bill & Melinda Gattes, com a

finalidade de disseminar o contato pele a pele imediato e contou com 101 participantes. - Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) - certificado de qualidade conferido aos hospitais que cumprem critérios destinados à garantia do aleitamento materno e cuidado respeitoso e humanizado à mulher e a criança durante o pré-parto, parto e o pós-parto. Atualmente 311 hospitais estão habilitados, universo que representa 10,7% dos estabelecimentos que realizam partos no país. - Caderneta da Criança - 5ª edição lançada juntamente com o Curso EAD “Caderneta da Criança: Instrumento intersetorial para promoção da atenção integral à saúde da criança”, onde 10.480 foram profissionais qualificados. - Lançamento da campanha “Cuidar das crianças é cuidar do futuro da aldeia”, que divulgou os materiais com conteúdo compatíveis com a realidade dos diferentes Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI). - Curso de Vigilância do Óbito Materno, Infantil e Fetal e em atuação em Comitês de Mortalidade, sob a coordenação da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) e o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente – IFF, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com Ministério da Saúde, teve sua primeira edição em 2022. Foram certificados 683 profissionais nessa primeira edição, contemplando todas as unidades da federação e os DSEIs. Destaca-se ainda, 42,09% de gestantes com pelo menos 6 (seis) consultas pré-natal realizadas, tendo iniciado o pré-natal até a 12ª semana de gestação. Foram 865.523 gestantes que realizaram 6 ou mais consultas pré-natal com o primeiro atendimento até 12ª semana entre 2.056.139 gestantes identificadas. No período de janeiro a setembro de 2022, a razão de mortalidade materna correspondeu à 52,18/100.000 e taxa de mortalidade neonatal 6,14/1.000, conforme dados preliminares e sem a aplicação do fator de correção. O fator de correção tem como objetivo ajustar e estimar o número de óbitos maternos registrados e não registrados no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/MS), identificando e corrigindo subnotificações e imprecisões, caso seja necessário.

Meta: 0508 - Ampliar para 72,31% a cobertura da Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual de cobertura
Linha de base: 52,76
Data de referência da linha de base: 31/10/2020
Meta prevista para 2020: 69,68
Meta prevista para 2021: 54,41
Meta prevista para 2022: 70,3
Meta prevista para 2023: 72,31

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 75,12
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Valor	Data do valor	Observação

	2020	2021	2022	2023	Apurado	apurado	
No Distrito Federal	-	-	-	-	64,79	31/12/2022	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	78,84	31/12/2022	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	91,97	31/12/2022	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	75,42	31/12/2022	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	71,22	31/12/2022	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	84,01	31/12/2022	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	83,44	31/12/2022	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	88,16	31/12/2022	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	76,19	31/12/2022	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	75,47	31/12/2022	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	80,96	31/12/2022	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	95,28	31/12/2022	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	59,77	31/12/2022	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	92,51	31/12/2022	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	74,95	31/12/2022	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	48,57	31/12/2022	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	72,39	31/12/2022	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	93,61	31/12/2022	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	77,41	31/12/2022	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	82,7	31/12/2022	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	62,12	31/12/2022	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	85,45	31/12/2022	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	97,69	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	63,63	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	79,69	31/12/2022	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	74,31	31/12/2022	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	92,2	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8649 - Cobertura da Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 52,76
Data de Apuração: 31/10/2020
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 75,12
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Conforme competência CNES dezembro/2022, a Cobertura da Atenção Primária à Saúde foi de 75,12%, que representa 160.254.667 pessoas cadastradas em equipes de Saúde da Família (eSF) e em equipes de Atenção Primária à Saúde (eAP), financiadas pelo Ministério da Saúde (MS), dentre 213.317.639 pessoas - estimativa populacional divulgada pelo IBGE/2021. A seguir consta o quantitativo de equipes pagas pelo MS, conforme competência CNES dezembro 2022: 48.817 eSF; e 3.712 eAP, sendo 2.125 eAP 20 horas e 1.587 eAP 30 horas. O conjunto de atividades que visam o estímulo da ação de cadastro vinculadas ao financiamento, componente capitação ponderada, tem levado a adesão dos municípios ao Programa Previne Brasil contribuindo para o alcance da meta de cobertura da Atenção Primária à Saúde prevista. Informa-se ainda, que o custeio por capitação ponderada tem como principal objetivo ampliar o número de pessoas cadastradas no âmbito da APS, contribuindo, desse modo, com a assistência a um maior número de usuários.

Resultado Intermediário: 0159 - Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cobertura
Linha de base: 34,78
Data de referência da linha de base: 31/10/2020
Indicador: Cobertura de Saúde Bucal na Atenção Primária à Saúde
Meta prevista para 2020: 43
Meta prevista para 2021: 37,38
Meta prevista para 2022: 38,79
Meta prevista para 2023: 40,2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 40,44
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Conforme competência CNES dezembro/2022, a Cobertura de Saúde Bucal na

Atenção Primária à Saúde (APS) foi de 40,44%, que representa 86.266.368 pessoas cadastradas dentre a população estimada pelo IBGE em 2021, que é de 213.317.639 habitantes. Foram 28.054 equipes de Saúde Bucal (eSB) pagas pelo Ministério da Saúde (MS), sendo 27.442 eSB 40 horas e 612 eSB com carga horária diferenciada. A metodologia de cálculo da cobertura de saúde bucal na APS considera a quantidade de pessoas cadastradas pelas equipes que atuam na APS (equipes de Saúde da Família - eSF e equipes de Atenção Primária -eAP) vinculadas às eSB financiadas pelo Ministério da Saúde. Porém não são todas as equipes homologadas que cumprem os requisitos previstos nas normas para recebimento de incentivo. Sendo assim, estas não são contabilizadas no cálculo de cobertura. Na competência CNES dezembro de 2022, havia 86.004.530 pessoas cadastradas pelas equipes de Saúde da Família (eSF) com eSB 40h vinculadas e 2.024.480 pessoas cadastradas pelas equipes de Atenção Primária (eAP) com eSB com carga horária diferenciada vinculada, totalizando 88.029.010 pessoas cadastradas por essas equipes. Entretanto, conforme metodologia de cálculo da Cobertura de Saúde Bucal na APS, quando o número de pessoas cadastradas for superior à população estimada pelo IBGE para o município, é considerada a estimativa populacional. Percebe-se um esforço por parte dos gestores na regularidade das eSB vinculadas às equipes que atuam na APS (eSF e eAP) juntamente com a quantidade de pessoas cadastradas, repercutindo no aumento do resultado do indicador e demonstrando o engajamento das gestões locais quanto ao acesso ao tratamento odontológico.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	18	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	52,09	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	81,79	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	61,56	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	46,81	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	54,46	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	67,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	48,75	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	53,96	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	25,72	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	35,12	31/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	46,18	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	20,33	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	57,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	42,26	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	27,22	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	40,17	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	62,46	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	37,92	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	55,41	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	34,36	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	37,68	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	89,05	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	24,34	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	61,02	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	27,13	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	75,33	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0160 - Atendimento odontológico individual com Equipes de Saúde Bucal a gestantes com pré-natal na Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Proporção de gestantes
Linha de base: 19
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado
Meta prevista para 2020: 35
Meta prevista para 2021: 35
Meta prevista para 2022: 45
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 49,71
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No período de janeiro a dezembro/2022, a proporção de gestantes com atendimento odontológico realizado na Atenção Primária foi de 49,71%, que representa 994.966 gestantes com atendimento odontológico entre as 2.001.413 acompanhadas pelas equipes homologadas na Atenção Primária à Saúde (APS). O resultado considera a soma das gestantes acompanhadas pela APS no 1º quadrimestre/2022 (n= 655.429), no 2º quadrimestre/2022 (n= 676.798) e no 3º quadrimestre/2022 (n= 669.186), e dessas, a soma das que tiveram atendimento odontológico, respectivamente, 1º quadrimestre/2022 (n= 294.269), no 2º quadrimestre/2022 (n= 345.597) e no 3º quadrimestre/2022 (n= 355.100). Foram iniciadas agendas institucionais e de apoio para qualificação e esclarecimento de dúvidas nos estados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	41,26	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	49,45	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	60,04	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	74,56	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	43,64	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato	-	-	-	-	52,53	31/12/2022	Não informado	Não

Grosso								informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	58,94	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	44,58	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	54,52	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	42,94	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	33,53	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	50,44	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	40,42	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	56,22	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	34	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	68,18	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	60,02	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	62,02	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	53,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	58,21	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	45,18	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	49,76	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	52,93	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	36,65	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	60,71	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio	-	-	-	-	43,7	31/12/2022	Não informado	Não

Grande do Sul								informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	58,06	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0161 - Beneficiários do Programa Auxílio Brasil com perfil saúde nas condicionalidades de saúde acompanhados na Atenção Primária à Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de beneficiários do Programa Auxílio Brasil
Linha de base: 79,71
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de beneficiários do Programa Auxílio Brasil com perfil saúde acompanhados nas condicionalidades de saúde na Atenção Primária
Meta prevista para 2020: 77
Meta prevista para 2021: 78
Meta prevista para 2022: 79
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 78,79
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De acordo com a Lei nº 14.284/2021, que criou o Programa Auxílio Brasil (PAB) e revogou o Programa Bolsa Família (PBF), as condicionalidades de saúde em participantes do Programa Auxílio Brasil permanecem as mesmas do PBF. Conforme disposto no Art. 43 da Lei nº 14.284/2021, os normativos infralegais, como portarias, instruções normativas, notas técnicas, que disciplinam o PBF, no que forem compatíveis com a Lei, permanecem em vigor até que sejam reeditados. O Art. 83 do Decreto 10.852/2021 dispõe que, para fins de transição do PBF para o Programa Auxílio Brasil, as famílias atendidas pelo PBF no mês anterior à sua extinção serão migradas para o Programa Auxílio Brasil. Os beneficiários do Programa são acompanhados na Atenção Primária no conjunto das condicionalidades de saúde, que são: estado nutricional de crianças menores de sete anos e mulheres, situação do calendário vacinal de crianças menores de sete anos, e, caso a mulher esteja gestante, data da última menstruação (DUM) e situação de acesso ao pré-natal. A cada ano são realizados dois acompanhamentos, um por semestre/vigência. No que se refere ao acompanhamento, na Atenção Primária, dos beneficiários do Programa nas condicionalidades de saúde, informa-se que, na 1ª vigência de 2022, o número de indivíduos a serem acompanhados foi de 30.076.088, destes, 21.853.730 indivíduos foram acompanhados, sendo assim, o resultado final representa 72,66%. Conforme dados parciais, na 2ª vigência de 2022, o número de indivíduos a serem acompanhados é de 31.826.288, destes, 25.077.388 indivíduos foram acompanhados, sendo assim, o resultado parcial representa 78,79%. O Ministério da Saúde orienta que as Secretarias Municipais de Saúde devem retomar o acompanhamento obrigatório das condicionalidades de saúde para todos os beneficiários com perfil saúde.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	70,06	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	81,46	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	79,46	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	78,07	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	73,96	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	73,98	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	79,38	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	85,75	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	76,84	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	69,46	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	65,53	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	79,43	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	69,8	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	82,98	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	76,19	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	67,48	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	79,17	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado

No Estado do Ceará	-	-	-	-	87,61	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	79,63	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	82,78	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	75,18	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	81,91	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	83,4	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	75,27	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	78,93	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	77,4	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	83,36	31/12/2022	Dados parciais relativos à 2ª vigência de 2022.	Não informado

Resultado Intermediário: 0162 - Vagas oferecidas em programas de provimento médico federal efetivamente ocupadas (Projeto Mais Médicos + Programa Médicos pelo Brasil)

Informações básicas

Unidade de medida: Taxa de ocupação de vagas
Linha de base: 78,39
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de ocupação de vagas de programas de provimento médico federal
Meta prevista para 2020: 85
Meta prevista para 2021: 85
Meta prevista para 2022: 85
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 74,21
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Lei nº 13.958/2019 instituiu o Programa Médicos pelo Brasil (PMpB), no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). Referida Lei estabelece que o PMpB será executado pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps). Contudo, entre as competências estabelecidas legalmente ao Ministério da Saúde está a edição de normas complementares para o cumprimento e operacionalização do PMpB, em especial a definição e divulgação da distribuição das vagas no Programa, considerando as definições de difícil provimento ou de alta vulnerabilidade. Em outubro de 2021, foram publicadas a Resolução nº 1 - define o Estatuto da Adaps, e a Resolução nº 5 - dispõe sobre o Contrato de Gestão para o desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde e estabelece a meta de seleção de 5 mil médicos em 2022. No que se refere ao Projeto Mais Médicos para o Brasil (PMMB), as vagas estão sendo gradativamente migradas para o PMpB. Considerando a migração das vagas do PMMB para o PMpB, o teto de vagas atual do Programa Mais Médicos passou a ser 13.240 e o teto para as vagas do PMpB em 2022 é de 5.000. No âmbito dos Programas de Provimento de Profissionais para a APS (PMMB e PMpB), 13.535 (74,21%) vagas estão ocupadas, sendo 8.680 das vagas ocupadas pelo PMMB e 4.855 vagas ocupadas pelo PMpB. Os profissionais estão distribuídos em 3.967 municípios e 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas. Ressalta-se que são programas dinâmicos, nos quais ocorrem desligamentos diários, tais como: fim de contrato, decisão da Coordenação em processo administrativo, interesse do profissional em participar de Residência médica, aprovação em concurso público, motivos de saúde e outros. Deste modo, existem variações no quantitativo de profissionais alocados (enquanto existem médicos ocupando vagas, outros estão sendo desligados).
Restrições: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: Com implantação do Programa Médicos pelo Brasil havia a expectativa que o novo programa suprisse as vagas desocupadas do Programa Mais Médicos para o Brasil, por esse motivo não houve novos editais do PMMB no ano de 2022, porém a reposição das vagas não ocorreu como planejado e a meta não foi alcançada.
Providências implementadas para a superação da restrição: Retomar o lançamento de novos editais do Programa Mais Médicos até que a ocupação das vagas dos programas de provimento volte a alcançar a meta de 85% das vagas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	51,13	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	90,01	30/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado da	-	-	-	-	90,89	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado	Não

Paraíba							o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	90,13	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	72,03	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	76,36	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	78,67	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	72	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	87,42	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	90,33	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	66,28	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	53,68	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	56,72	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em	Não informado

							relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	97	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	93,53	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	86,15	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	69,36	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	84,4	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	70,68	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	92,42	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	79,46	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	62,81	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	95,2	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado,	Não informado

							pelo PMMB e pelo PMpB.	
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	67,17	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	83,59	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	54,81	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	86,93	31/12/2022	Para os valores apurados nas regionalizações foi considerado o percentual de vagas ocupadas (PMMB e PMpB) no mês em relação ao quantitativo de vagas disponibilizadas ao Estado, pelo PMMB e pelo PMpB.	Não informado

PROGRAMA: 5020 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO, TECNOLÓGICO E PRODUTIVO EM SAÚDE

Objetivo: 1234 - Fomentar a produção do conhecimento científico, promovendo o acesso da população às tecnologias em saúde de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo é constituído de meta e resultados intermediários orientados à geração de evidências e conhecimentos científico e tecnológico com vistas a subsidiar a tomada de decisão por parte dos gestores quanto a elaboração, a avaliação e a reformulação de políticas públicas de saúde e a melhoria das ações, serviços e produtos de saúde ofertados no âmbito do SUS. A sua consecução contribui para a sustentabilidade do SUS, para o desenvolvimento do País, para a melhoria da qualidade de vida da população, bem como fortalecem o enfrentamento das iniquidades no acesso da população a bens e serviços em saúde e garantia da cidadania plena. A implementação das propostas deste objetivo dar-se-á consoante a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (PNCTIS), cuja finalidade é contribuir para que o desenvolvimento nacional atinja a sustentabilidade, baseada na produção de conhecimentos técnicos e científicos que atendam às necessidades econômicas, sociais, culturais e políticas do País. As ações de fomento à pesquisa foram desenvolvidas adequadamente, por meio da contratação de pesquisas estratégicas direcionadas ao desenvolvimento científico e tecnológico e à produção de sínteses de evidências científicas que apoiaram a tomada de decisão de gestores do SUS. Os resultados e produtos das pesquisas são divulgados progressivamente aos diferentes interessados de forma a promover a disseminação do conhecimento e o acesso da população às tecnologias. Em 2022, foram fomentadas/contratadas 92 pesquisas científicas e tecnológicas em saúde, sendo 76 na modalidade Chamada Pública Nacional (Fomento Nacional) e 16 na modalidade Contratação Direta. Isso representa 92,57% da meta prevista para 2022 (782). Foram fomentados cinco novos projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo fomentados no âmbito do Complexo Industrial da Saúde,

totalizando 16 projetos em 2022, o que representa um alcance de 106% da meta prevista para 2022 (15). Isto representa ainda 80% da meta prevista para 2023 (20). Além disso, 30 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) foram elaborados e/ou atualizados, totalizando 85 protocolos elaborados, o que representa 106% da meta prevista 2022. Cabe pontuar que, em decorrência da deflagração da pandemia da covid-19, houve expressivo aumento na demanda por elaboração e/ou atualização de PCDT e foram avaliadas 82 tecnologias em saúde pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, totalizando 247 tecnologias avaliadas, o que representa um alcance de 183% da meta prevista para o ano (135). Cabe informar que em razão da deflagração da pandemia da covid-19 houve, nos últimos três anos, um expressivo aumento de demanda por avaliação de tecnologias em saúde. Quanto a ampliação de parceria com Núcleos de Avaliação de Tecnologias em Saúde (NATS) da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologia em Saúde (Rebrats) por meio da contratação de 14 novos Núcleos; maior transparência do processo de Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS), com a disponibilização das reuniões da Conitec ao público em geral, estímulo da participação social no processo da ATS; monitoramento do horizonte tecnológico e monitoramento ativo de tecnologias incorporadas; redução da judicialização; além do estímulo à inovação tecnológica. Ademais, a disseminação do conhecimento e a publicação de manuais, guias e diretrizes metodológicas, convergiram na capacitação de mais de 4 mil profissionais de ATS no Brasil e na produção de mais de 70 estudos elaborados com rigoroso processo focado em evidências científicas e avaliação econômica comparativa dos benefícios e dos custos. Esses e outros resultado, contribuíram diretamente para o acesso da população às tecnologias em saúde com eficácia, acurácia, efetividade e segurança de forma equitativa, igualitária, progressiva e sustentável. Por meio do fomento de projetos com importantes laboratórios farmacêuticos, institutos de ciência e tecnologia e demais instituições apoiadas no período, que se espera um maior acesso da população a novos fármacos e biofármacos, vacinas e produtos para a saúde, reduzindo assim as comorbidades que às acometem. O fomento em infraestrutura vai ao encontro desse objetivo final, assim como o fomento de estudos e pesquisas na produção de conhecimentos técnicos e científicos, os quais impulsionam a busca pelas melhores tecnologias para o enfrentamento das iniquidades relativas ao acesso da população a bens e serviços em saúde e garantindo dessa forma a cidadania plena e sustentabilidade do SUS.

Meta: 052A - Fomentar o total de 862 pesquisas científicas e tecnológicas visando à produção de evidências e à geração de soluções tecnológicas para subsidiar a melhoria da qualidade e da resolutividade das ações e serviços de saúde.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Número de pesquisas
Linha de base: 138
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 300
Meta prevista para 2022: 782
Meta prevista para 2023: 862

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 798
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	78	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	228	31/12/2022	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	54	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	251	31/12/2022	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	187	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8698 - Número de pesquisas fomentadas

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Valor de referência: 138
Data de Apuração: 30/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 798
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O fomento à pesquisa científica e tecnológica em saúde tem por finalidade a geração do conhecimento, enquanto componente indispensável ao incremento científico e tecnológico da saúde no Brasil, direcionado aos tomadores de decisão para subsidiar nas formulações políticas e nos processos de gestão e governança do SUS. Em 2022, foram fomentadas/contratadas 92 pesquisas científicas e tecnológicas em saúde, sendo 76 na modalidade Chamada Pública Nacional (Fomento Nacional) e 16 na modalidade Contratação Direta. Isso representa 92,57% da meta prevista para 2022 (782). No período de 2020 a 2022 foram fomentados 798 projetos de pesquisa cientifica e Tecnológica em Saúde, sendo 197 em 2020, 509 em 2021 e as 92 pesquisas em 2022. Esse resultado corresponde a 92,57% da meta prevista de 862 pesquisas fomentadas para 2023. Esse resultado de superação da meta ocorreu principalmente em razão dos projetos de pesquisas contratados no âmbito do Programa PPSUS que, em decorrência da mudança da legislação de convênios e as novas diretrizes do Programa, resultaram na otimização dos processos de realização das chamadas públicas nas UF e na redução do tempo de contratação dos projetos selecionados , bem como o aporte do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) que resultou na contratação maior de pesquisas direcionadas à pesquisas cientificas e tecnológicas direcionadas ao enfrentamento da Covid-19 .

Investimento Plurianual: 0490 - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos no Estado do Rio de Janeiro

Informações básicas

Custo total: 1.768.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 42

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,24
Valor da execução financeira: 142.000.000
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Para o novo Complexo Industrial de Biotecnologia em Saúde (CIBS), já foram executadas e concluídas algumas etapas, tais como: contratação e execução dos projetos conceitual, básico e executivo; inventário florístico, compensação ambiental e obtenção da respectiva licença; terraplenagem final; sondagem (60 + 220 pontos); estaqueamento; cercamento provisório; adutora; blocos e cintas estruturais; contratação de topografia para o monitoramento das placas de recalque; alimentação de energia e água para o canteiro e licença de obra (SMU + SMAC). Para a realização das atividades anteriores utilizou-se recursos oriundos do Tesouro Nacional através dos PPA`s 2012-2015, 2016-2019 e 2020-2023. Para esta nova fase de construção do empreendimento o valor estimado foi de 5 bilhões, o que praticamente seria inviável sua execução exclusivamente contando com recursos públicos, que normalmente só seriam disponibilizados a longo prazo. Diante dessa expectativa, decidiu-se licitar a contratação de um investidor para financiar e executar esta nova fase do projeto e para isso adotou-se o modelo denominado Built to Suit (construção sob medida). Nesse sentido, foram realizadas as fases da modelagem econômica e jurídica; estruturação do BTS (Built to Suit); elaborado o edital, realização de uma chamada pública; elaboração do edital de licitação para a contratação do investidor e por fim foi licitado e homologado um consórcio vencedor. O contrato com o grupo investidor foi assinado no dia 31/08. Porém, foi suspenso no dia 01/09. Aguardando os tramites burocráticos dentro no BNDES para a assinatura do contrato do investidor e o banco. Previsão de 180 dias que expira em 05/03/2023. Após assinatura retomaremos o contrato junto ao investidor, já com a emissão da ordem de serviço. Dessa forma, o início desta nova fase de construção está previsto para o 1º semestre de 2023.
Notas do usuário: Conforme informado em diversos relatórios, o percentual de execução física registrado no SIOP não corresponde à realidade do projeto. Até 2019: 17,15% Em 2020: 0.15% Em 2021: 0,17% Em 2022: 0,24% Total de execução física: 17,71%

Investimento Plurianual: 0517 - Construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde - CDTS

Informações básicas

Custo total: 345.537.073,87
Meta de execução física prevista até 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 32,7
Valor da execução financeira: 160.500.000
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: O programa arquitetônico está distribuído em três edifícios. A edificação principal possui 5 pavimentos, sendo um pavimento dedicado à gestão com escritórios e auditório; dois pavimentos de laboratórios abrigam laboratórios NB2, plataformas, e áreas de apoio; e dois pavimentos técnicos. Após a entrega dos serviços de engenharia para adequação, complementação e integração do Projeto de Ventilação e Ar Condicionado (VAC) com projetos e obras da edificação principal do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), foi dada continuidade a execução referente ao serviço de engenharia contratado para adequação, complementação e integração O principal foco em 2022 foi o início da obra de Reforma do CDTS. As atividades em andamento, relacionadas a essa contratação, referem-se principalmente ao Prédio Principal do CDTS e às áreas de utilidades e abrigo de resíduos do Prédio Anexo, onde foi realizada a impermeabilização na cobertura e execução do piso plaqueado. No Prédio Principal, os serviços incluem manutenção das instalações provisórias/mobilização; paredes; divisórias; tratamentos de patologias; impermeabilização da cobertura; revestimentos diversos; instalações de dutos e equipamentos de HVAC; esquadrias; instalações elétricas; projetos e instalações para automação, controle de acesso e dados e voz; além de pintura interna. Centro de Pesquisa, Inovação e Vigilância em Covid-19 Essa estrutura foi incorporada ao projeto de empreendimento inicial no período de pandemia por COVID-19
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0163 - Projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde fomentados

Informações básicas

Unidade de medida: Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo
Linha de base: 3
Data de referência da linha de base: 30/11/2019
Indicador: Número de projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo fomentados no âmbito do Complexo Industrial da Saúde
Meta prevista para 2020: 5
Meta prevista para 2021: 10
Meta prevista para 2022: 15
Meta prevista para 2023: 20

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 16
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O fomento a projetos para o desenvolvimento tecnológico e produtivo no âmbito do Complexo Industrial da Saúde impacta diretamente nas ações voltadas para o fortalecimento de Laboratórios Públicos Oficiais e Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT), essenciais para a operacionalização das estratégias de expansão do Complexo Industrial da Saúde (CIS). O estímulo e apoio ao desenvolvimento tecnológico no âmbito do CIS fortalece a capacidade produtiva das instituições públicas para cumprimento dos objetivos do Programa para Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS), com vistas à promoção e à disseminação do conhecimento científico e tecnológico, que devem resultar na expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS, claramente abrangidos pela Política Nacional de Ciência, Tecnologia e

Inovação em Saúde (PNCTIS), integrante da Política Nacional de Saúde. Em 2022 foram fomentados 5 novos projetos de desenvolvimento tecnológico e produtivo, no âmbito do Complexo Industrial da Saúde, totalizando 16 projetos em 2022, o que representa um alcance de 106% da meta prevista para 2022 (15). Isto representa ainda 80% da meta prevista para 2023 (20).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0164 - Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados ou atualizados

Informações básicas

Unidade de medida: Número de protocolos clínicos de diretrizes terapêuticas
Linha de base: 96
Data de referência da linha de base: 30/11/2019
Indicador: Número de Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) elaborados ou atualizados
Meta prevista para 2020: 14
Meta prevista para 2021: 28
Meta prevista para 2022: 60
Meta prevista para 2023: 74

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 85
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Protocolos Clínicos de Diretrizes Terapêuticas (PCDT) são os documentos oficiais do Sistema Único de Saúde (SUS) para estabelecer os critérios para o diagnóstico de uma doença ou agravo à saúde; o tratamento preconizado, incluindo medicamentos e demais tecnologias apropriadas; as posologias recomendadas; os cuidados com a segurança dos doentes; os mecanismos de controle clínico e; o acompanhamento e a verificação dos resultados terapêuticos a serem buscados pelos profissionais de saúde e gestores do SUS. O alcance desta meta resulta em uma maior oferta de recomendações de práticas baseadas em evidências científicas para nortear o uso de medicamentos, recomendar procedimentos e condutas clínicas, consequentemente ampliando o acesso aos serviços de saúde. Em 2022, 30 Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) foram elaborados e/ou atualizados, totalizando 85 protocolos elaborados, o que representa 106% da meta prevista 2022. Cabe pontuar que, em decorrência da deflagração da pandemia da covid-19, houve expressivo aumento na demanda por elaboração e/ou atualização de PCDT. .
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: - É inviável rastrear geograficamente o uso de cada PCDT. Cada PCDT não é um bem escasso, podendo ser disponibilizado à uma ampla comunidade médica e científica. Assim, este RI não foi regionalizado, dada a sua característica de execução centralizada e benefícios difusos em todo o território.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0165 - Tecnologias em saúde avaliadas para incorporação no Sistema Único de Saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de Tecnologias em saúde
Linha de base: 179
Data de referência da linha de base: 30/11/2019
Indicador: Número de tecnologias em saúde avaliadas pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde.
Meta prevista para 2020: 25
Meta prevista para 2021: 62
Meta prevista para 2022: 135
Meta prevista para 2023: 160

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 247
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A avaliação de tecnologias em saúde para incorporação no Sistema Único de Saúde consiste na análise baseada em evidências, levando em consideração aspectos como eficácia, acurácia, efetividade e segurança da tecnologia, além da avaliação econômica e impacto orçamentário, para subsidiar a tomada de decisão no processo de incorporação, alteração ou exclusão de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde. Essa avaliação é realizada a partir da comparação das alternativas disponibilizadas no mercado em comparação com as disponibilizadas pelo SUS, avaliando-se o custo-efetividade das opções disponíveis. Para divulgar as avaliações realizadas pela Conitec são elaborados e

publicados no DOU relatórios técnicos que subsidiam a tomada de decisão. Em 2022, foram avaliadas 82 tecnologias em saúde pela Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, totalizando 247 tecnologias avaliadas, o que representa um alcance de 183% da meta prevista para o ano (135). Cabe informar que em razão da deflagração da pandemia da covid-19 houve, nos últimos três anos, um expressivo aumento de demanda por avaliação de tecnologias em saúde. Se não fosse o cenário de pandemia, o quantitativo de avaliações provavelmente estaria próximo à meta pactuada. Dito isso, esclarece-se que não houve subdimensionamento da meta.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Não há restrições para a não regionalização do resultado intermediário, uma vez que a Conitec avalia e recomenda a incorporação para todo o Sistema Único de Saúde. Cabe mencionar que compete a Comissão analisar e deliberar (recomendar) acerca da incorporação ou não de tecnologias em saúde, não sendo de sua responsabilidade a implementação que, por algum motivo, possa ser regionalizada.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5021 - GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SUS

Objetivo: 1217 - Aperfeiçoar a gestão do SUS visando a garantia do acesso a bens e serviços de saúde equitativos e de qualidade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Este objetivo colabora para a qualificação profissional e para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas em atuação no Sistema Único de Saúde (SUS), além de contribuir para a alocação mais eficiente dos profissionais de saúde e o aprimoramento das relações de trabalho, seja em seus vínculos empregatícios, seja para a obtenção de condições satisfatórias para o exercício de suas funções. Além disso, o objetivo tem ações multidisciplinares e transversais, utilizando-se de novas tecnologias para proporcionar maior transparência das atividades desenvolvidas, celeridade e equidade no atendimento a fim de alcançar a atenção integral ao paciente. Dentro desse contexto, destacam-se o resultado alcançado da meta e dos resultados intermediários durante o exercício de 2022: Sabe-se que a informatização das equipes da Atenção Primária à Saúde (APS), tem o objetivo de subsidiar o planejamento e a gestão nas três esferas de governo e acompanhar a informatização dos serviços de APS. Quanto maior a informatização, melhor será a qualidade dos dados que são utilizados no cálculo dos indicadores de avaliação da APS. Evidências demonstram que a utilização de ferramenta de prontuário eletrônico é capaz de permitir um registro mais qualificado e fidedigno das intervenções em saúde realizadas nas unidades de saúde e, por conseguinte, uma melhor utilização dos dados por parte de profissionais e gestores. É um instrumento que proporciona a segurança do paciente não só pela segurança dos dados, mas também acaba com o problema da letra ilegível e o paciente não corre mais o risco de entender errado o que foi escrito na prescrição. Assim, é de suma importância a informatização das Unidades Básicas de Saúde e a utilização de sistema de Prontuário Eletrônico para a garantia da continuidade informacional e o compartilhamento de dados entre diferentes serviços e em diferentes níveis de atenção para a qualificação das ações de saúde e para a tomada de decisão no âmbito do SUS. Para estimular a informatização pelos municípios, foi lançado pela Portaria n.º 2.983, de 11 de novembro de 2019, o programa Informatiza APS, que prevê o custeio para manutenção do uso do prontuário eletrônico e envio dos dados com qualidade, com parâmetros determinados anualmente para melhoria dessa qualidade. Quando o programa foi instituído, em novembro de 2019, havia 24.752 equipes de Saúde da Família informatizadas (55,1% do total de 44.915 equipes). Em dezembro de 2020 o número de equipes informatizadas chegou a 35.544 (67,24% do total de 52.864 equipes). Ou seja, foi um aumento de mais de dez mil equipes informatizadas no país, mesmo em meio a uma pandemia. Até dezembro de 2020 foram publicadas cinco portarias de homologação de equipes ao programa Informatiza APS, com apenas uma alteração de portaria (Portaria GM/MS n.º 3.774, de 23 de dezembro de 2020, que altera a Portaria GM/MS n.º 285, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no DOU n.º 247, Seção 1, de 28 de dezembro de 2020), que

desconsiderou como participantes do programa aquelas equipes que não cumpriam o requisito de estarem credenciadas (Equipe credenciada = que teve seu Identificador Nacional de Equipe (INE) publicado em portaria e já recebe financiamento federal para APS) pelo MS, o que acarretou na diminuição do número de equipes homologadas. Após essas modificações, o programa Informatiza APS passou a ter em dezembro de 2020 o quantitativo de 29.029 equipes homologadas. Já o valor apurado para dezembro de 2021 foi de 75,61% das equipes informatizadas, considerando que havia 55.328 equipes cadastradas no CNES (sendo 50.486 eSF e 4.842 eAP), e, dessas, 41.835 equipes estavam informatizadas (sendo 38.407 eSF e 3.428 eAP). Em 2021 foram publicadas uma portaria de homologando equipes que solicitaram adesão e cinco portarias cancelando a adesão de equipes que não cumpriram regras do plano de monitoramento do programa (não envio de prontuário eletrônico por seis meses consecutivas ou suspensão do recurso por seis meses consecutivos). A portaria de homologação foi Portaria GM/MS n.º 1.474, de 30 de junho de 2021 e as portarias de cancelamento foram: Portaria GM/MS n.º 1.689, de 23 de julho de 2021, Portaria GM/MS n.º 2.503, de 30 de setembro de 2021, Portaria GM/MS n.º 3.914, de 24 de dezembro de 2021; Portaria GM/MS n.º 3.940, de 27 de dezembro de 2021; Portaria GM/MS n.º 3.977, de 28 de dezembro de 2021. Após esses cancelamentos, 27.007 equipes estavam homologadas no programa Informatiza APS. A meta estabelecida para 2021 era de 85% das equipes informatizadas, porém atingiu-se 75,61% neste ano. A mudança do número do índice de referência estabelecido em junho de 2019 (62%) para 57% em dezembro de 2019, devido a mudança de metodologia de determinação de uma equipe informatizada ainda causa o mesmo efeito do ciclo de 2020, pois as metas não foram alteradas. Outra questão que pode ter influenciado o não atingimento da meta é a prioridade dos gestores em meio a pandemia de covid-19 que atingiu os maiores picos no ano de 2021. Houve a necessidade de alteração nas metas pois, anteriormente, foi modificado o índice de referência sem modificar as metas anuais. Dessa forma fez-se a alteração nas metas dos anos de 2022 e 2023 para 82,3% e 87,9%, respectivamente. Cabe destacar que a meta para 2022 foi superada, atingindo 85,55% de equipes informatizadas, considerando que havia 57.089 equipes cadastradas no CNES (sendo 51.591 eSF e 5.498 eAP), e, dessas, 48.838 equipes estavam informatizadas (sendo 44.619 eSF e 4.219 eAP). Em 2022 foram publicadas dez portarias cancelando a adesão de equipes que não cumpriram regras do plano de monitoramento do programa (Portaria GM/MS n.º 145, de 26 de janeiro de 2022; Portaria GM/MS n.º 319, de 14 de fevereiro de 2022; Portaria GM/MS n.º 1.307, de 30 de maio de 2022; Portaria GM/MS n.º 1.309, de 30 de maio de 2022; Portaria GM/MS nº 3.947, de 8 de novembro de 2022; Portaria GM/MS nº 3.950, de 8 de novembro de 2022; Portaria GM/MS nº 3.951, de 8 de novembro de 2022; Portaria GM/MS nº 3.952, de 8 de novembro de 2022; Portaria GM/MS nº 3.955, de 8 de novembro de 2022; Portaria GM/MS nº 3.973, de 10 de novembro de 2022). Após esses cancelamentos, 23.888 equipes estão participando do programa Informatiza APS, ou seja, já foram homologadas em portaria pelo Ministério da Saúde. Desse total, 22.344 equipes (competência CNES de dezembro/2022) foram pagas na competência financeira fevereiro/2023, isto é, 1.544 equipes foram suspensas por não conseguirem cumprir alguma das regras do plano de monitoramento anual do programa. Quanto às certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS, esse Resultado Intermediário de qualificar, valorizar e aperfeiçoar os profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos de saúde que atuam no SUS, por meio de ações educacionais, com o objetivo de melhorar a assistência à população em conformidade com a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde (PNEPS). Tal ação poderá ser desenvolvida por intermédio de pesquisas, intervenções juntamente com a equipe de saúde, discussão e atualização de diretrizes e protocolos e diversas outras medidas que colaborem para o aprimoramento do SUS e para a qualificação de seus integrantes, incluindo gestores municipais e estaduais. Para contabilizar as certificações de qualificação, é feito levantamento das certificações emitidas na plataforma da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS) e desde novembro/2022 da UniverSUS. As temáticas escolhidas para os módulos são definidas conforme a necessidade e prioridade de capacitação e qualificação do SUS. Diante disso, em 2022, foram contabilizadas 1.026.236 certificações emitidas, sendo 832.681 UNA-SUS, 167.265 AVASUS e 26.290 UNIVERSUS. Somando-se ao realizado em 2020 (1.033.788 certificações) e em 2021 (694.775), já foram emitidas 2.754.799 certificações, sendo 2.110.037 UNA-SUS, 618.472 AVASUS e 26.290 UniverSUS. No Brasil, um país com alto número de comunidades isoladas e regiões onde há escassez de médicos, o Telessaúde surge como excelente alternativa para melhora do cuidado integral à saúde da população assistida, sobretudo da Atenção Primária à Saúde e interação com os demais níveis de atenção fortalecendo as Redes de Atenção à Saúde do SUS. O Brasil tem recebido maior suporte para o crescimento da telemedicina, além disso, o país apresenta condições ideais para a tecnologia em saúde devido à extensão territorial, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, a dificuldade de transporte e a desigualdade da distribuição dos recursos humanos e de saúde. Contudo, os fatores que mais contribuem para a dificuldade da implementação da telemedicina se dá por falta de regulamentação, poucos profissionais da saúde capacitados para serviços de telemedicina, dificuldade de infraestrutura e conexão. As avaliações dos telediagnósticos são realizadas por meio de laudos baseados em evidências científicas e são disponibilizadas de forma gratuita aos profissionais de saúde e à população, haja vista se tratar de um serviço autônomo que utiliza as tecnologias de informação e comunicação para realizar serviços de apoio ao diagnóstico através de distância e temporal. Por fim, cumpre ressaltar que até dezembro/2022 a produção de Telediagnósticos se encontra com um total de 2.698.827, somando-se os resultados obtidos em 2020 (682.109), em 2021 (824.978) e em 2022 (1.191.740). Com o intuito de subsidiar os gestores nas tomadas de decisão, são monitorados e avaliados os entes federados que enviarão os Relatórios Anuais de Gestão (instrumento

de gestão com elaboração anual) para apreciação do Conselho de Saúde, por meio do digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP), em cumprimento a Lei Complementar n.º 141/2012. No ano de 2022, 3.683 municípios e 23 Unidades Federativas (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO), que totaliza 3.706 entes federados que encaminharam o RAG 2021 para apreciação no Conselho de Saúde. O Ministério da Saúde (MS) elabora mensalmente, desde maio de 2020, boletins com informes sobre a situação de elaboração e entrega dos instrumentos de planejamento. Os boletins são encaminhados ao Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass), Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), Conselho Nacional de Saúde (CNS) e Superintendências Estaduais do Ministério da Saúde (SEMS), com o objetivo de que todos os atores dos SUS se mobilizem em seus respectivos estados para apoio aos municípios na elaboração de seus instrumentos de planejamento. Muitos municípios alegam dificuldades estruturais, como por exemplo, quadro de pessoal limitado. Não há estatísticas, mas é fato que diversos municípios elaboram os seus instrumentos de planejamento do SUS mediante contratação de consultorias, situação de conhecimento do Conasems. Ao longo de 2022, foram realizadas sete reuniões com áreas técnicas do Ministério da Saúde; oito oficinas sobre elaboração de Plano de Saúde, 18 reuniões sobre os instrumentos de planejamento do SUS com SEINSF, COSEMS, SES e Conselhos de Saúde; e 17 treinamentos para uso do digiSUS Gestor-Módulo Planejamento DGMP. Os treinamentos são fundamentais no contexto de novas gestões municipais e novos técnicos que irão utilizar a plataforma. Em referência ao APURASUS, é o sistema de informação para apuração de custos do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC). Sistema gratuito, desenvolvido para atender diferentes perfis de estabelecimentos de saúde do SUS, possibilita o conhecimento do custo total das unidades, dos seus setores e serviços realizados, gerando diversos indicadores. O APURASUS é uma ferramenta de grande importância, que vem contribuir com a inserção da cultura da gestão de custos no âmbito do SUS, produzindo informação a ser utilizada como subsídio para a tomada de decisão e para melhorar a aplicação dos recursos públicos destinados à produção de serviços de saúde. A implementação do PNGC se dar por meio de adesão voluntária por secretarias de saúde, que escolhe quais das suas unidades participarão do Programa. Como não há obrigatoriedade de aderir ao Programa, nem de permanecer, existe um desafio inerente para o alcance da gestão de custos no SUS. Considera-se para mensuração do indicador uma unidade alimentando o sistema pelo menos um mês nos últimos 12 meses, por meio do APURASUS. Tem sido desenvolvido um trabalho em parceria com municípios e o DF para desenvolver metodologia de apuração e gestão de custos para unidades da Atenção Primária à Saúde. O ano de 2021 finalizou com 247 estabelecimentos alimentando o sistema e ao longo de 2022 mais 281 novos estabelecimentos passaram a alimentar o APURASUS. Porém, 53 estabelecimentos deixaram de alimentar o sistema, finalizando até dezembro de 2022 o total de 475 estabelecimentos (hospitais, policlínicas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e hemocentro) alimentando o sistema. Em relação à ampliação do quantitativo de Bolsas de Residência Médica e de Residência em Área Profissional da Saúde, tem a finalidade de elevar o nível de profissionais qualificados em áreas estratégicas e prioritárias de saúde do país. Até dezembro de 2022, foram apurados 22.817 residentes ativos, sendo 14.715 residentes médicos e 8.102 residentes multiprofissionais, dos quais 10.469 são residentes de primeiro ano (R1), 9.491 são R2, 2.784 são R3, 40 são R4 e 33 são R5. O Sistema de Informações Gerenciais do Pró-Residência (SigResidências) calcula desistências, residentes em integralização (considerados inativos), residências concluídas e novas entradas (matrículas especiais fora do período normal ou transferências de residentes vindos de outros programas não financiados pelo Ministério da Saúde), como, também, residentes em situação de afastamento temporário (por motivo de atestado médico, licença-maternidade, suspensão ou trancamento de matrícula), que não recebem bolsa, mas permanecem com matrículas ativas. O Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) realiza ações que abrangem atores do SUS e da comunidade acadêmica, como professores, estudantes, profissionais de saúde, gestores e usuários, com foco na interprofissionalidade, na interdisciplinaridade, na intersetorialidade, no trabalho em rede, na integração, no ensino-serviço e na diversificação dos cenários de práticas como prerrogativas para mudanças na dinâmica do trabalho em saúde, fortalecendo o conceito de humanização do cuidado e o princípio da integralidade da assistência no contexto das redes colaborativas na formação para o SUS. O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS), publicou o Edital n.º 1, de 11 de janeiro de 2022, para seleção de projetos referente à 10ª edição do PET-Saúde. Além das ações de fortalecimento do processo de integração ensino-serviço-comunidades e mudanças curriculares alinhadas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), esta edição contempla ainda, ações de gestão e de assistência, em todos os níveis de Atenção à Saúde, promovendo a integração entre eles para qualificação dos profissionais e obtenção de respostas mais efetivas. O foco das ações é a promoção de estratégias de formação em saúde para desenvolver práticas profissionais para atuação no trabalho em equipe direcionadas para os atuais contextos e para as necessidades do SUS. O Edital selecionou 142 projetos em todo o País. É o maior número de projetos selecionados em todas as edições do Programa. O início das atividades ocorreu em 1º de agosto de 2022, e o término está previsto para julho de 2023. Nessa edição, até dezembro de 2022, houve 7.799 pessoas beneficiadas e envolvidas no desenvolvimento dos projetos. Cumpre destacar que o total de 7.232 bolsas se refere à conclusão do Edital GM/MS n.º 10, de 23 de julho de 2018 – Seleção para os Projetos PET-Saúde, 9ª edição com foco na interprofissionalidade, ocorrida no dia 1º de abril de 2021. Desta forma, até dezembro de 2022 houve o total de 15.031 participantes beneficiados com as ações do PET-Saúde.

Meta: 0517 - Ampliar para 87,9% a informatização das equipes da Atenção Primária à Saúde.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual de equipes
Linha de base: 57
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 75
Meta prevista para 2021: 85
Meta prevista para 2022: 82,3
Meta prevista para 2023: 87,9

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 85,55
Data de Referência: 26/01/2023
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
No Distrito Federal	-	-	-	-	99,19	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no DF: 620. Desse total, 99,19% (615) estavam informatizadas.
No Estado da Bahia	-	-	-	-	82,96	26/01/2023	Total de equipes cadastradas na BA: 4.588. Desse total, 82,96% (3.806) estavam informatizadas.
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	95,06	26/01/2023	Total de equipes cadastradas na PB: 1.559. Desse total, 95,06% (1.482) estavam informatizadas.
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	83,42	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em AL: 965. Desse total, 83,42% (805) estavam informatizadas.
No Estado de Goiás	-	-	-	-	92,36	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no GO: 1.846. Desse total, 92,36% (1.705) estavam informatizadas.
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	94,95	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no MT: 971. Desse total, 94,95% (922) estavam informatizadas.

No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	97,55	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no MS: 775. Desse total, 97,55% (756) estavam informatizadas.
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	93,99	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em MG: 6.374. Desse total, 93,99% (5.991) estavam informatizadas.
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	84,74	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em PE: 2.765. Desse total, 84,74% (2.343) estavam informatizadas.
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	91,05	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em RO: 458. Desse total, 91,05% (417) estavam informatizadas.
No Estado de Roraima	-	-	-	-	78,06	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em RR: 155. Desse total, 78,06% (121) estavam informatizadas.
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	97,11	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em SC: 2.384. Desse total, 97,11% (2.315) estavam informatizadas.
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	88,17	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em SP: 9.215. Desse total, 88,17% (8.125) estavam informatizadas.
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	79,81	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em SE: 753. Desse total, 79,81% (601) estavam informatizadas.
No Estado do Acre	-	-	-	-	63,86	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no AC: 285. Desse total, 63,86% (182) estavam informatizadas.
No Estado do Amapá	-	-	-	-	18,1	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no AP: 210. Desse total, 18,10% (38) estavam informatizadas.
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	76,41	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no AM: 1.170. Desse total, 76,41% (894) estavam informatizadas.
No Estado do Ceará	-	-	-	-	91,86	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no CE: 2.962. Desse total, 91,86% (2.721) estavam informatizadas.
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	92,28	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no ES: 1.191. Desse total, 92,28% (1.099) estavam informatizadas.
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	46,3	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no MA: 2.557. Desse total, 46,3% (1.184) estavam informatizadas.
No Estado do Pará	-	-	-	-	49,44	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no PA: 2.237. Desse total, 49,44% (1.106) estavam informatizadas.
No Estado do Paraná	-	-	-	-	94,54	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no PR: 3.133. Desse total, 94,54% (2.962) estavam informatizadas.
No Estado do Piauí	-	-	-	-	94,38	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no PI: 1.389. Desse total, 94,38% (1.311) estavam informatizadas.
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	77,4	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no RJ: 3.619. Desse total, 77,4% (2.801) estavam informatizadas.
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	79,66	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no RN: 1.170. Desse total, 79,66% (932) estavam informatizadas.
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	96,17	26/01/2023	Total de equipes cadastradas no RS: 3.135. Desse total, 96,17% (3.015) estavam informatizadas.

No Estado do Tocantins	-	-	-	-	97,68	26/01/2023	Total de equipes cadastradas em TO: 603. Desse total, 97,68% (589) estavam informatizadas.

Indicador: 8711 - Percentual de Equipes de Saúde da Família e de Atenção Primária à Saúde Informatizadas

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 57
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 85,55
Data do índice: 26/01/2023
Observação: O indicador para 2022 foi superado, atingindo 85,55% de equipes informatizadas, considerando que havia 57.089 equipes cadastradas no CNES/2022 (sendo 51.591 eSF e 5.498 eAP), e, dessas, 48.838 equipes estavam informatizadas (sendo 44.619 eSF e 4.219 eAP).

Resultado Intermediário: 0166 - Certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS

Informações básicas

Unidade de medida: Número de certificações de qualificação
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de certificações de qualificação para profissionais, trabalhadores, gestores e acadêmicos ligados ao SUS
Meta prevista para 2020: 100.000
Meta prevista para 2021: 1.110.000
Meta prevista para 2022: 1.600.000
Meta prevista para 2023: 1.610.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.754.799
Data do valor apurado: 11/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para contabilizar as certificações de qualificação, é feito levantamento das certificações emitidas na plataforma da Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde (UNA-SUS) e do Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Único de Saúde (AVASUS) e desde novembro/2022 da UniverSUS. As temáticas escolhidas para os módulos são definidas conforme a necessidade e prioridade de capacitação e qualificação do SUS. Diante disso, de janeiro a dezembro de 2022, foram contabilizadas 1.026.236 certificações emitidas, sendo 832.681 UNASUS, 167.265 AVASUS e 26.290 UNIVERSUS. Somando-se ao realizado em 2020 (1.033.788 certificações) e em 2021 (694.775), já foram emitidas 2.754.799 certificações, sendo 2.110.037 UNA-SUS, 618.472 AVASUS e 26.290 UniverSUS. Deste total, não foram identificadas as localizações de 69.805 certificações e 1.520 foram realizadas no exterior.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	-	-	-	-	1.520	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	78.280	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	145.430	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	64.078	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	43.910	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	83.307	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	128.757	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	49.702	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	194.572	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	160.344	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	80.235	11/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado de Roraima		-	-	-	-	25.335	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	85.548	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	262.772	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	194.187	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	21.044	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	36.833	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	43.081	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	142.105	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	75.144	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	63.773	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	91.871	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	122.926	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	103.833	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	166.018	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	83.219	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	101.530	11/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	35.640	11/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0167 - Laudos de diagnóstico realizados por meio do Telessaúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de laudos
Linha de base: 946.761
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de laudos realizados por meio do Telessaúde
Meta prevista para 2020: 700.000
Meta prevista para 2021: 600.000
Meta prevista para 2022: 850.000
Meta prevista para 2023: 950.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.698.827
Data do valor apurado: 10/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os núcleos que compõe o programa Telessaúde Brasil Redes oportunizam demandas aos profissionais do SUS, que estão categorizados em quatro conjuntos: Teleconsultoria, Telediagnóstico, Tele-educação e Segunda Opinião Formativa. Diante do exposto, cumpre ressaltar o Telediagnóstico (diagnóstico efetuado a distância). A principal vantagem da utilização do telediagnóstico está na melhoria do acesso, especialmente para moradores de locais distantes dos grandes centros urbanos, aos métodos diagnósticos essenciais à atenção à saúde. O objetivo é facilitar o acesso dos usuários ao exame e melhorar o manejo e acompanhamento, além de proporcionar ao paciente o diagnóstico mais próximo de sua residência. Dessa forma, importante destacar que a atual produção de Telediagnósticos se encontra com um total de 2.698.827, somando-se os resultados obtidos em 2020 (682.109), em 2021 (824.978) e em 2022 (1.191.740).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Goiás	-	11.142	60.000	60.000	24.102	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 3.484 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (8.080) e de 2021 (12.538), foram realizados um total de 24.102 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	45.000	45.000	146.107	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 75.281 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (25.410) e de 2021 (45.416), foram realizados um total de 146.107 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	303.706	500.000	500.000	1.657.010	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 641.560 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (517.101) e de 2021	Não informado

							(498.349), foram realizados um total de 1.657.010 telediagnósticos.	
No Estado de Pernambuco	-	6.000	9.000	8.000	73.955	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 64.233 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (158) e de 2021 (9.564), foram realizados um total de 73.955 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Roraima	-	0	6.000	6.000	21.066	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 8.250 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (5.438) e de 2021 (7.378), foram realizados um total de 21.066 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	70.290	60.000	60.000	128.211	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 44.917 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (25.590) e de 2021 (57.704), foram realizados um total de 128.211 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Acre	-	0	15.000	25.607	54.893	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 29.270 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (9.228) e de 2021 (16.395), foram realizados um total de 54.893 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	0	16.000	16.000	36.912	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 14.749 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (3.178) e de 2021 (18.985), foram realizados um total de 36.912 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Pará	-	208.043	10.000	10.000	116	10/01/2023	Em 2020 e 2021 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2022 foi realizado um total de 116 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Piauí	-	819	15.000	15.000	25.811	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 9.621 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (0) e de 2021 (16.190), foram realizados um total de 25.811 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	114.000	204.393	0	10/01/2023	Houve atraso no repasse financeiro que afetou o processo de contratação da equipe para atuar no desenvolvimento de uma solução de telediagnóstico. O processo de atualização/migração tecnológica comprometeu o módulo de integração com o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento do Programa Telessaúde Brasil Redes (SMART). Mas, haverá registro retroativo da produção.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	328.698	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 184.898 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (46.327) e de 2021 (97.473), foram realizados um total de 328.698 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	21	10/01/2023	Em 2020 e 2021 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2022 foi realizado um total de 21 telediagnósticos.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	22.073	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 21.658 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (0) e de 2021 (415),	Não informado

do Sul							foram realizados um total de 22.073 telediagnósticos.	
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7	10/01/2023	Em 2020 e 2021 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2022 foi realizado um total de 7 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	150.437	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 73.131 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (33.975) e de 2021 (43.331), foram realizados um total de 150.437 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1.084	10/01/2023	Em 2022 foi realizado um total de 25 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2020 (1.059), foram realizados um total de 1.084 telediagnósticos. Em 2021 não houve realização de telediagnósticos, em virtude de que o Termo de Execução Descentralizada (TED), com o qual o Departamento de Saúde Digital/SE/MS tinha pactuação no estado do ES, não estava mais vigente.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	720	10/01/2023	Em 2020 foi realizado 720 telediagnósticos. A partir de 2021 não houve realização de telediagnósticos, em virtude de que o Termo de Execução Descentralizada (TED), com o qual o Departamento de Saúde Digital/SE/MS tinha pactuação no estado do MA, não estava mais vigente.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	20.928	10/01/2023	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 775 telediagnósticos, somando-se ao realizado em 2022 (20.153), foram realizados um total de 20.928 telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	6.175	10/01/2023	Em 2020 foi realizado um total de 5.845 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2021 (330), foram realizados um total de 6.175 telediagnósticos. Em 2022 não houve realização de telediagnósticos.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	501	10/01/2023	Em 2020 não houve realização de telediagnósticos. Porém, em 2021 foi realizado um total de 135 telediagnósticos, somando-se com o realizado de 2022 (366) telediagnósticos, foram realizados um total de 501 telediagnósticos.	Não informado

Resultado Intermediário: 0168 - Entes federados com Relatório Anual de Gestão enviado ao Conselho

Informações básicas

Unidade de medida: Número de entes federados
Linha de base: 1.177
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de entes federados com Relatório Anual de Gestão enviado ao Conselho

Meta prevista para 2020: 1.320
Meta prevista para 2021: 3.200
Meta prevista para 2022: 3.800
Meta prevista para 2023: 4.400

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.706
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2022, 3.683 municípios e 23 Unidades Federativas (AC, AL, AM, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO), que totaliza 3.706 entes federados que encaminharam o RAG 2021 para apreciação no Conselho de Saúde por meio do digiSUS Gestor - Módulo Planejamento (DGMP).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	148	211	254	211	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	180	198	224	170	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	37	52	64	61	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	176	199	224	177	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	101	114	129	94	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	28	41	50	50	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	521	601	694	567	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	113	131	151	133	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Rondônia	-	19	27	36	23	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	11	12	15	13	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	181	208	240	213	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	354	418	487	435	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	42	50	58	45	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	8	11	15	4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	6	9	11	6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	39	45	52	39	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	103	121	140	76	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	44	52	61	66	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	79	111	133	105	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	52	73	90	60	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	244	281	323	316	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	81	113	137	117	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	52	61	71	62	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	93	110	128	90	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	401	449	498	460	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	86	101	114	112	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0169 - Estabelecimentos de saúde gerando informações de custos por meio do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURASUS)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de estabelecimentos de saúde
Linha de base: 161
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estabelecimentos de saúde gerando informações de custos por meio do Sistema de Apuração e Gestão de Custos do SUS (APURASUS)
Meta prevista para 2020: 206
Meta prevista para 2021: 266
Meta prevista para 2022: 336
Meta prevista para 2023: 400

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 475
Data do valor apurado: 05/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Considera-se para mensuração do indicador uma unidade alimentando o sistema pelo menos um mês nos últimos 12 meses, por meio do APURASUS. Tem sido desenvolvido um trabalho em parceria com municípios e o DF para desenvolver metodologia de apuração e gestão de custos para unidades da Atenção Primária à Saúde. O ano de 2021 finalizou com 247 estabelecimentos alimentando o sistema e ao longo de 2022 mais 281 estabelecimentos passaram a alimentar o APURASUS. Porém, 53 estabelecimentos deixaram de alimentar o sistema, finalizando até dezembro de 2022 o total de 475 estabelecimentos (hospitais, policlínicas, unidades básicas de saúde, unidades de pronto atendimento e hemocentro) alimentando o sistema.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: O uso do APURASUS é uma das etapas da implementação do Programa Nacional de Gestão de Custos (PNGC). Até que uma unidade consiga utilizar o APURASUS, varias etapas devem ser cumpridas, e elas são todas acompanhadas por técnicos da Coordenação de Gestão de Custos, responsáveis pela implementação do PNGC. Atualmente a equipe conta com um quantitativo reduzindo de colaboradores para a expansão e manutenção do PNGC, e consequentemente, o número de unidades alimentando o APURASUS.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação da expansão da equipe.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: Até o ano de 2022, a temática da gestão de custos em estabelecimentos de saúde não obteve espaço na agenda decisória do Ministério da Saúde.
Providências implementadas para a superação da restrição: Várias tentativas de apresentar o Programa Nacional de Gestão de Custos à Secretária a qual a Coordenação de Gestão de Custos era vinculada.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	161	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	31	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	93	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	13	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	0	05/01/2023	As unidades de Joinville/SC estão sem alimentar o APURASUS há mais de 12 meses.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	12	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	13	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	38	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	56	05/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio	-	-	-	-	45	05/01/2023	Não informado	Não

Grande do Sul								informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	7	05/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0299 - Ampliação do número de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da saúde

Informações básicas

Unidade de medida: Número de bolsas de residência
Linha de base: 21.294
Data de referência da linha de base: 01/12/2020
Indicador: Número de bolsas de residência médica e de residência em área profissional da Saúde
Meta prevista para 2020: 21.294
Meta prevista para 2021: 22.000
Meta prevista para 2022: 22.714
Meta prevista para 2023: 23.423

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 22.817
Data do valor apurado: 04/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Até dezembro de 2022, foram apurados 22.817 residentes ativos, sendo 14.715 residentes médicos e 8.102 residentes multiprofissionais, dos quais 10.469 são residentes de primeiro ano (R1), 9.491 são R2, 2.784 são R3, 40 são R4 e 33 são R5. O Sistema de Informações Gerenciais do Pró-Residência (SigResidências) calcula desistências, residentes em integralização (considerados inativos), residências concluídas e novas entradas (matrículas especiais fora do período normal ou transferências de residentes vindos de outros programas não financiados pelo Ministério da Saúde), como, também, residentes em situação de afastamento temporário (por motivo de atestado médico, licença-maternidade, suspensão ou trancamento de matrícula), que não recebem bolsa, mas permanecem com matrículas ativas.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Os editais para expansão das bolsas disponíveis deveriam ter sido publicados em outubro. Não foram publicados porque houve cortes na LOA 2023 que removeram a previsão de recursos para a expansão das bolsas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Neste momento, a SGTES/MS está buscando garantir recursos para a expansão e haverá publicação de editais tão logo os recursos sejam assegurados.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Restrição em outro órgão – A expansão de bolsas de Residência Multiprofissional e Residência em Área Profissional da Saúde depende de autorização de vagas pela Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (CNRMS), a qual é sediada no Ministério da Educação. A

autorização depende de processos avaliativos que incluem visita de avaliadores à instituição que solicita autorização. O MEC, devido a problemas internos, não conseguiu prover a logística necessária para a conclusão dos processos avaliativos, portanto, novas autorizações não foram emitidas.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC se compromete a concluir os processos avaliativos o mais breve possível e quando as autorizações de novas vagas forem asseguradas, o DEGES emitirá novo edital para expansão de bolsas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	488	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	803	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	527	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	227	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	619	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	189	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	408	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	2.313	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	908	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	261	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	765	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7.068	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	127	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	5	04/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado do Amapá		-	-	-	-	7	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	141	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	1.357	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	505	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	105	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	689	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	1.638	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	114	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	1.985	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	125	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	1.181	04/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	262	04/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0396 - Implementação do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de bolsistas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de professores, estudantes, trabalhadores e profissionais da saúde envolvidos em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-SAÚDE)
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 18.000
Meta prevista para 2023: 24.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15.031
Data do valor apurado: 10/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (Sgtes/MS), publicou o Edital n.º 1, de 11 de janeiro de 2022, para seleção de projetos referente à 10ª edição do PET-Saúde. O Edital selecionou 142 projetos em todo o País. É o maior número de projetos selecionados em todas as edições do Programa. O início das atividades ocorreu em 1º de agosto de 2022, e o término está previsto para julho de 2023. Nessa edição, até dezembro de 2022, houve 7.799 pessoas beneficiadas e envolvidas no desenvolvimento dos projetos. Cumpre destacar que o quantitativo de 7.232 bolsas, sendo 6.388 (docentes, profissionais de saúde e estudantes de graduação) e 844 (participantes voluntários), se refere à conclusão do Edital GM/MS n.º 10, de 23 de julho de 2018 – Seleção para os Projetos PET-Saúde, 9ª edição com foco na interprofissionalidade, ocorrida no dia 1º de abril de 2021. Desta forma, até dezembro de 2022, houve o total de 15.031 participantes beneficiados com as ações do PET-Saúde.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	293	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	978	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	428	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	366	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	544	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	434	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	391	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.576	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	696	10/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado de Rondônia		-	-	-	-	122	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	823	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	1.394	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	122	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	122	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	110	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	867	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	404	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	203	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	548	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	599	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	327	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	1.091	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	366	10/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	1.261	30/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	122	10/01/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5022 - PROTEÇÃO, PROMOÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE INDÍGENA

Objetivo: 1241 - Fortalecer a proteção, promoção e recuperação da Saúde Indígena

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) é a área do Ministério da Saúde responsável por coordenar a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI) e todo o processo de gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). O presente Objetivo orienta a operacionalização da proteção, promoção e recuperação da saúde dos povos indígenas por meio de ações de saneamento e de atenção integral à saúde, que devem considerar as peculiaridades e práticas de saúde tradicionais indígenas, o perfil epidemiológico e a condição sanitária da população de cada Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI). No SasiSUS, a redução da morbimortalidade infantil é uma prioridade. Por isso, indicadores relacionados à assistência à saúde das crianças foram selecionados para acompanhamento nos instrumentos de gestão. O monitoramento dos indicadores selecionados diz respeito ao período de janeiro a setembro de 2022, contudo, cumpre ressaltar que a inserção de dados no Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI) não é imediata, devido à logística de trabalho das Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena (EMSI) e a limitada estrutura tecnológica e de conectividade em muitos territórios indígenas. Por isso, os dados referentes a 2022 são preliminares e estão em processo de registro e qualificação. A inserção de dados desse ano continuará a ser objeto de monitoramento até março de 2023, conforme rotina de qualificação estabelecida pela SESAI. Destaca-se que a Secretaria entende a importância da promoção e o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento como eixo estruturante das linhas de cuidado da atenção integral à saúde da criança (0 a 9 anos) por possibilitar a identificação de necessidades especiais que merecem abordagem oportuna. Esse acompanhamento reveste-se de particular relevância, considerando as mudanças socioeconômicas, culturais e ambientais às quais estão submetidas as crianças indígenas. Nesse sentido, foram registrados no período de janeiro a setembro de 2022, 7.039 crianças menores de 1 ano com acesso às consultas de crescimento e desenvolvimento, representando 42,4% do total de crianças para essa faixa etária. (Dado preliminar) Destaca-se, também, o módulo de vigilância alimentar e nutricional das crianças menores de cinco anos que foram acompanhadas ao longo do ano de 2022. Nesse ano, do total de 91.589 crianças indígenas dessa faixa etária, 87,4% tiveram acompanhamento realizado conforme os critérios estabelecidos pela Vigilância Alimentar e Nutricional. Com relação à imunização, era esperado para o ano de 2022 que 90% das crianças indígenas menores de 5 anos estivessem com Esquema Vacinal Completo (EVC), conforme o Calendário Nacional de Imunização (CNV). Dados preliminares e sujeitos à revisão, registram que das 98.967 crianças menores de 5 anos, 82.748 possuíam esquema vacinal completo até dezembro de 2022, representando 83,6% do total. No que diz respeito à atenção à saúde da mulher, dados preliminares de janeiro a setembro de 2022, registram 47,1% de gestantes indígenas com acesso a 6 ou mais consultas de pré-natal até setembro de 2022, em relação a uma meta anual de 47%. No mesmo período, foi acompanhado a investigação de óbitos maternos em mulheres indígenas. Dados preliminares apontam que 7 óbitos tiveram a investigação concluída, de um total de 9 registrados. Também é acompanhada a investigação de óbito de crianças indígenas menores de um ano. Até setembro de 2022, 316 dos 442 óbitos registrados foram investigados (71,5%). Para o ano de 2022 foi estabelecida a meta para realização da primeira consulta odontológica programática em pelo menos 50% da população indígena. Conforme os dados preliminares do SIASI, 284.096 primeiras consultas foram realizadas de janeiro a setembro de 2022, representando um atendimento a 36,52% da população. Destaca-se ainda que, em 2022, 14% das aldeias indígenas realizaram atividades educativas voltadas aos resíduos sólidos e/ou reaproveitamento dos orgânicos e promoção da reciclagem na cadeia local. A partir da consolidação dos dados encaminhados pelos DSEI, até dezembro foram realizadas 6.389 atividades educativas. Com relação à cobertura de aldeias indígenas com água potável, para o ano de 2022, a expectativa era alcançar 3.120 aldeias com sistema de abastecimento de água potável (SAA). Ao longo do ano, 84 aldeias tiveram as obras de infraestrutura de abastecimento de água concluídas e, dessa forma, há atualmente 3.150 aldeias com acesso à água potável. Além disso, o SASISUS também realiza o monitoramento da qualidade da água. Para isso, cada aldeia deve receber a inspeção mensal do técnico por, no mínimo, 9 vezes ao ano para a realização da coleta e análise das amostras de água. Em 2022, essa frequência foi atingida em 7,5% das aldeias indígenas.

Meta: 052N - Ampliar para 60% a proporção de crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento (CeD)

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual de crianças indígenas menores de 1 ano
Linha de base: 39,9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 44
Meta prevista para 2022: 52
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 42,4
Data de Referência: 30/09/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Foi aplicado ao Ministério da Saúde e à SESAI, nas suas ações orçamentárias específicas, um contingenciamento orçamentário, ocorrido em julho de 2022, proveniente da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) pela contenção de despesas primárias discricionárias, para cumprimento do teto de gastos previsto no art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Insta esclarecer que o contingenciamento consistiu no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesas previstas na Lei Orçamentária de 2022 (LOA), em função da insuficiência de receitas, e teve por objetivo cumprir a regra do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Posteriormente, houve uma redução dos bloqueios em programações orçamentárias sob gestão da SESAI e, no encerramento do exercício orçamentário, uma suplementação específica na Ação 20YP.
Providências implementadas para a superação da restrição: Medidas de racionalização e redução de gastos e de custos. Coordenação, acompanhamento e controle da execução.
Valor da insuficiência de recursos: -

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	44	52	60	46,9	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	44	52	60	40,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	44	52	60	18,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	44	52	60	73	30/09/2022	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	44	52	60	21,4	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	44	52	60	56,3	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	44	52	60	0,4	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	44	52	60	52,8	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	44	52	60	15,5	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	44	52	60	54,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	44	52	60	46,4	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	44	52	60	29,1	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	44	52	60	56,9	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	72,1	73	73	56,3	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	44	52	60	47,3	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	44	52	60	23,1	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	44	52	60	51,4	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	55	60	65	62,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	44	52	60	62,9	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	52	55	60	15,8	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	44	52	60	59,6	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	46	54	60	56,9	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	45	52	60	31	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	44	52	60	87,3	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	50	55	60	63,5	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	44	52	60	4,6	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena -	-	44	52	60	57,5	30/09/2022	Não informado

Potiguara							
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	44	52	60	61,3	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	44	52	60	74,5	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	44	52	60	34,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	50	55	60	94,2	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	44	52	60	14	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	46	52	60	20,9	30/09/2022	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	44	52	60	4,2	30/09/2022	Não informado

Indicador: 8716 - Proporção de crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento (CeD)

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 39,9
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Trimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 42,4
Data do índice: 30/09/2022
Observação: Dados preliminares referente a setembro/22

Resultado Intermediário: 0170 - Crianças indígenas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de crianças indígenas com menos de 5 anos
Linha de base: 81,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Percentual de crianças indígenas menores de 5 anos com esquema vacinal completo (EVC)
Meta prevista para 2020: 86
Meta prevista para 2021: 87,5
Meta prevista para 2022: 88,5
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 83,6
Data do valor apurado: 24/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A análise do indicador se refere aos dados extraídos das planilhas padronizadas de imunização, encaminhadas pelos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI), pois a inserção dos dados no módulo de Imunização do SIASI está em fase final de ajustes para implantação, devido atualizações no calendário nacional de vacinação. As informações consolidadas de Esquema Vacinal Completo em 24/01/2023 referem-se ao 4.° trimestre de 2022 e contabilizam uma população de 98.967 crianças menores de 5 anos e destas, 82.748 (83,6%) estão com esquema vacinal completo, conforme o Calendário Nacional de Vacinação.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Foi aplicado ao Ministério da Saúde e à SESAI, nas suas ações orçamentárias específicas, um contingenciamento orçamentário, ocorrido em julho de 2022, proveniente da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) pela contenção de despesas primárias discricionárias, para cumprimento do teto de gastos previsto no art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Insta esclarecer que o contingenciamento consistiu no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesas previstas na Lei Orçamentária de 2022 (LOA), em função da insuficiência de receitas, e teve por objetivo cumprir a regra do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Posteriormente, houve uma redução dos bloqueios em programações orçamentárias sob gestão da SESAI e, no encerramento do exercício orçamentário, uma suplementação específica na Ação 20YP.
Providências implementadas para a superação da restrição: Medidas de racionalização e redução de gastos e de custos. Coordenação, acompanhamento e controle da execução.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	95,5	96	96,5	93,4	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	87,5	88,5	90	78,1	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	87,5	88,5	90	70,5	24/01/2023	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	87,5	88,5	90	78,9	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	87,5	88,5	90	58,9	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	92	93	94	94,1	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	87,5	88,5	90	56,5	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	87,5	88,5	90	96,3	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	88,5	89	90	87,6	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	87,5	88,5	90	88,7	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	87,5	88,5	90	92,4	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	87,5	88,5	90	81,4	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	88	89	90	90,2	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	94	95	95	55,3	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	88	89	90	73,8	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	87,5	88,5	90	79	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	91	92	93	96,5	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	87,5	88,5	90	88,7	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	87,5	88,5	90	74,6	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	88,2	88,5	90	94,1	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	87,5	88,5	90	79,6	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	87,5	88,5	90	56,7	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	95,2	95,3	95,4	96	24/01/2023	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	87,5	88,5	90	90,1	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	95,5	95,7	95,9	98	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	87,5	88,5	90	91,3	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	87,5	88,5	90	95,9	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	87,5	88,5	90	81,5	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	88	88,5	90	83,9	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	87,5	88,5	90	78,8	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	93	94	95	96,9	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	87,5	88,5	90	85,1	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	91	92	93	85,2	24/01/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	87,5	88,5	90	53,4	24/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0171 - Gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de gestantes indígenas
Linha de base: 37,3
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de gestantes indígenas com no mínimo 6 consultas de pré-natal
Meta prevista para 2020: 39
Meta prevista para 2021: 43
Meta prevista para 2022: 47
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 47,1
Data do valor apurado: 30/09/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A presente refere-se ao terceiro trimestre de 2022 (01/01 a 30/09/2022) com a extração do banco do SIASI, modulo de pré-natal (Ficha de Gestação e de Acompanhamento da Gestação), realizada em 21/12/2022. As informações demográficas referem-se ao total de gestações finalizadas no período, considerando os registros ativos em aldeia ou acampamento e excluindo-se aquelas que foram interrompidas por aborto. Para apuração do indicador são consideradas apenas as consultas realizadas por médico (a) ou enfermeiro (a). No período de janeiro a setembro de 2022, foram identificadas 14.691 gestações finalizadas, dentre as quais 6.923 (47,1%) contabilizaram 6 ou mais consultas de pré-natal pela gestante. Ao analisar o desempenho individual dos DSEI, notam-se realidades muito díspares, persistindo realidades com cobertura de pré-natal muito baixa e/ou baixa inserção de informações no SIASI por parte de alguns distritos. Ressalta-se que os dados são preliminares e, desse modo, é esperada uma ampliação do resultado do indicador nas próximas extrações, tendo em vista o tempo necessário para a inserção e qualificação das informações no sistema.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Foi aplicado ao Ministério da Saúde e à SESAI, nas suas ações orçamentárias específicas, um contingenciamento orçamentário, ocorrido em julho de 2022, proveniente da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) pela contenção de despesas primárias discricionárias, para cumprimento do teto de gastos previsto no art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Insta esclarecer que o contingenciamento consistiu no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesas previstas na Lei Orçamentária de 2022 (LOA), em função da insuficiência de receitas, e teve por objetivo cumprir a regra do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Posteriormente, houve uma redução dos bloqueios em programações orçamentárias sob gestão da SESAI e, no encerramento do exercício orçamentário, uma suplementação específica na Ação 20YP.
Providências implementadas para a superação da restrição: Medidas de racionalização e redução de gastos e de custos. Coordenação, acompanhamento e controle da execução.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	55	57	60	74,1	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	43	47	50	40,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	43	47	50	7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	43	47	50	35,7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	43	47	50	22,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	43	47	50	64,2	30/09/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	43	50	55	23,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	43	47	50	29,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	43	47	50	52,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	43	47	50	77,7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	48	49	50	68,5	30/06/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	43	47	50	44,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	43	47	50	65,9	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	51	52	52	76,2	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	55,1	52,2	55,3	78,6	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	43	47	50	17,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	45	48	52	64,5	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	50	55	60	51,7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	43	47	50	54,5	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	43	47	50	47,5	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	43	47	50	57,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	44	48	50	47,5	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	65	67	70	58,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	43	47	50	68,2	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	79	80	81	83,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	52	53	54	47,9	30/09/2022	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	43	47	50	63,5	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	43	47	50	33,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	57	58	58,5	67,6	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	43	47	50	49	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	52	54	56	79,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	43	47	50	28	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	43	47	50	52,9	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	43	47	50	6,8	30/09/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0172 - Investigação de óbitos em crianças indígenas menores de um ano

Informações básicas

Unidade de medida: Proporção de óbitos de crianças indígenas menores de um ano
Linha de base: 81,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Proporção de óbitos em crianças indígenas menores de um ano investigados
Meta prevista para 2020: 87
Meta prevista para 2021: 88
Meta prevista para 2022: 89
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 71
Data do valor apurado: 30/09/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No terceiro trimestre de 2022, nos 34 DSEI, foram registrados 442 óbitos em menores de um ano, sendo 316 efetivamente investigados Dos 32 Distritos que realizaram a investigação, 10 alcançaram 100%, 10 alcançaram de 71,4% a 95,8%, 11 alcançaram 33,3% a 66,7% e 3 DSEI alcançaram 25%. Ressalta-se que esse indicador é sensível ao tempo de realização das investigações, que pode ser de até 4 meses pós-óbito, devido a questões culturais com relação ao luto e à dificuldade de acesso às informações quando o óbito ocorro no ambiente hospitalar. Além disso, os dados ainda são preliminares e estão sujeitos a atualização.

Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Foi aplicado ao Ministério da Saúde e à SESAI, nas suas ações orçamentárias específicas, um contingenciamento orçamentário, ocorrido em julho de 2022, proveniente da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) pela contenção de despesas primárias discricionárias, para cumprimento do teto de gastos previsto no art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Insta esclarecer que o contingenciamento consistiu no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesas previstas na Lei Orçamentária de 2022 (LOA), em função da insuficiência de receitas, e teve por objetivo cumprir a regra do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Posteriormente, houve uma redução dos bloqueios em programações orçamentárias sob gestão da SESAI e, no encerramento do exercício orçamentário, uma suplementação específica na Ação 20YP.
Providências implementadas para a superação da restrição: Medidas de racionalização e redução de gastos e de custos. Coordenação, acompanhamento e controle da execução.

Notas do usuário: A data de extração dos dados foi em 21/12/2022. Data de referência: 01/01/2022 a 30/09/2022.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	100	100	100	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	100	100	100	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	88	89	90	25	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	92	94	95	57,1	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	88	89	90	93,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	89	90	91	89,7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	88	89	90	25	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	88	89	90	25	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	88	89	90	75	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	88	89	90	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena -	-	100	100	100	57,1	30/09/2022	Não informado	Não

Cuiabá								informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	88	89	90	76,9	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	88	89	90	95,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	100	100	100	80	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	96,2	96,6	96,4	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	88	89	90	34,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	88	89	90	33,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	90	91	92	33,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	88	89	90	77,8	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	100	100	100	77,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	88	89	90	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	92	93	94	52,9	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	93	94	95	71,4	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	88	89	90	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	100	100	100	50	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	88	89	90	33,3	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	90	91	92	75	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	100	100	100	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	90,1	90,3	92	66,7	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	88	89	90	50	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena -	-	100	100	100	100	30/09/2022	Não informado	Não

Vilhena								informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	88	89	90	48	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	89	90	92	100	30/09/2022	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	88	89	90	100	30/09/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0173 - Aldeias indígenas com água potável

Informações básicas

Unidade de medida: Número de aldeias indígenas com acesso à água potável
Linha de base: 2.990
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Aldeias indígenas com acesso à água potável
Meta prevista para 2020: 56
Meta prevista para 2021: 3.060
Meta prevista para 2022: 3.090
Meta prevista para 2023: 3.120

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.150
Data do valor apurado: 06/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Entre janeiro e dezembro de 2022, 84 aldeias, distribuídas entre 22 DSEI, foram beneficiadas com obras de infraestrutura de abastecimento de água. Dessa forma, atualmente, 3150 aldeias possuem acesso à água potável.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Foi aplicado ao Ministério da Saúde e à SESAI, nas suas ações orçamentárias específicas, um contingenciamento orçamentário, ocorrido em julho de 2022, proveniente da decisão da Junta de Execução Orçamentária (JEO) pela contenção de despesas primárias discricionárias, para cumprimento do teto de gastos previsto no art. 107, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Insta esclarecer que o contingenciamento consistiu no retardamento ou, ainda, na inexecução de parte da programação de despesas previstas na Lei Orçamentária de 2022 (LOA), em função da insuficiência de receitas, e teve por objetivo cumprir a regra do teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas. Posteriormente, houve uma redução dos bloqueios em programações orçamentárias sob gestão da SESAI e, no encerramento do exercício orçamentário, uma suplementação específica na Ação 20YP.
Providências implementadas para a superação da restrição: Medidas de racionalização e redução de gastos e de custos. Coordenação, acompanhamento e controle da execução.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alagoas e Sergipe	-	0	27	-	24	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Altamira	-	0	38	-	48	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Juruá	-	0	59	-	68	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Negro	-	0	18	-	23	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Purus	-	0	33	-	35	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Alto Rio Solimões	-	0	30	-	30	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Amapá e Norte do Pará	-	0	36	-	44	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Araguaia	-	0	28	-	28	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Bahia	-	0	82	-	83	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Ceará	-	0	92	-	92	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Cuiabá	-	0	96	-	95	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Guamá-Tocantins	-	0	194	-	194	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Interior Sul	-	0	175	-	176	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Mato Grosso	-	0	37	-	37	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Kaiapó do Pará	-	0	51	-	52	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima	-	0	320	-	322	06/02/2023	Não informado	Não informado

Distrito Sanitário Especial Indígena - Litoral Sul	-	0	102	-	102	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus	-	0	56	-	57	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Maranhão	-	0	301	-	302	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Mato Grosso do Sul	-	0	85	-	85	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Purus	-	0	59	-	62	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Médio Rio Solimões e Afluentes	-	0	59	-	67	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Minas Gerais e Espírito Santo	-	0	90	-	91	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Parintins	-	0	45	-	47	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Pernambuco	-	0	157	-	161	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Porto Velho	-	0	152	-	153	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Potiguara	-	0	31	-	31	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Rio Tapajós	-	0	57	-	58	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Tocantins	-	0	121	-	120	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vale do Javari	-	0	13	-	16	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Vilhena	-	0	69	-	69	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xavante	-	0	237	-	235	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Xingu	-	0	78	-	81	06/02/2023	Não informado	Não informado
Distrito Sanitário Especial Indígena - Yanomami	-	0	62	-	62	06/02/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5023 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Objetivo: 1200 - Reduzir ou controlar a ocorrência de doenças e agravos passíveis de prevenção e controle

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A Vigilância em Saúde é um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças. As ações de vigilância epidemiológica das doenças abrangem um elenco de agravos como: as doenças imunopreveníveis (sarampo, tétano, coqueluche etc.); antropozoonoses e doenças transmitidas por vetores (leishmaniose, esquistossomose, leptospirose, febre amarela, raiva etc.); as doenças de veiculação hídrica e alimentar (febre tifoide, botulismo etc.) e de veiculação respiratória, como as meningites, influenza, tuberculose, entre outras. Assim como a vigilância epidemiológica de doenças, a vigilância em saúde ambiental se desenvolve por meio da detecção de fatores ambientais, especialmente qualidade da água para consumo humano, qualidade do ar e exposição a substâncias químicas, que influenciam na saúde da população brasileira. Ao longo de 2022 a Vigilância em Saúde experimentou ações importantes, para além do que foi registrado nos resultados intermediários tais como: • Lançamento do Protocolo de Enfermagem na Atenção Primária à Saúde com realização de cinco capacitações virtuais regionais sobre o material (com cerca de 200-300 participações por webinar) e disponibilização de curso na plataforma CofenPlay; • Lançamento do Manual de Recomendações para o Diagnóstico Laboratorial de Tuberculose e Micobactérias não Tuberculosas; • Lançamento do Atlas Radiológico para manejo clínico e ações programáticas em TB; • Aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde e distribuição aos estados de piridoxina para pacientes gestantes com TB; • Lançamento do "Guia Orientador: promoção da proteção social para as pessoas acometidas pela TB" /guia-orientador-promocao-da-protecao-social-para-as-pessoas-acometidas-pela-tuberculose/view); • Desenvolvimento de material com linguagem não estigmatizante no cuidado às pessoas com TB para serviços de saúde, em parceria com a Unaids; • Qualificação dos instrumentos da ouvidoria do SUS (disque 136) para informação ao cidadão sobre direitos sociais das pessoas com TB; • Inclusão da discriminação por TB no canal de comunicação sobre violação de direitos humanos (disque 100); • Lançamento do Plano Nacional de Eliminação da Malária; e • Assinatura da Carta de Princípios e Compromissos entre MS e representantes das Secretarias Estaduais de Saúde da região amazônica durante reunião técnica em maio de 2022. No âmbito da Agenda Transversal e Multissetorial da Primeira Infância destacamos: I – Criança: 1 - Realização do Inquérito de cobertura vacinal nas capitais de 19 estados e no Distrito Federal em crianças nascidas em 2017 e residentes na área urbana. Observação: este inquérito teve início em 2019, com previsão de finalização para 09/07/2024. 2 – Realização da 24ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, tendo como público-alvo crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade (4 anos, 11 meses e 29 dias), de 04 de abril a 03 de junho de 2022. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-nacional-de-vacinacao/arquivos/informe-da-24a-campanha-nacional-de-vacinacao-contra-a-influenza.pdf População-alvo: 12.927.066 crianças Doses aplicadas: 6.464.808 Cobertura vacinal alcançada: 65,2% Dados disponíveis em https://infoms.saude.gov.br/extensions/Influenza_2021/Influenza_2021.html , consulta em 27/01/2023. Dados sujeitos a alterações. 3 - Realização da 8ª Campanha Nacional de Seguimento e Vacinação de Trabalhadores da Saúde contra o Sarampo, tendo como público-alvo crianças de 6 meses a menores de 5 anos de idade (4 anos, 11 meses e 29 dias), de 04 de abril a 03 de junho de 2022. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-nacional-de-vacinacao/arquivos/informe-da-8a-campanha-nacional-de-seguimento-e-vacinacao-de-trabalhadores-da-saude-contra-sarampo.pdf/view População-alvo: 12.927.057 crianças Doses aplicadas: 6.552.277 Cobertura vacinal alcançada: 76% Dados disponíveis em https://infoms.saude.gov.br/extensions/DEMAS_SARAMPO/DEMAS_SARAMPO.html, consulta em 27/01/2023. Dados sujeitos a alterações. 4 - Campanha Nacional de Vacinação contra Poliomielite e Multivacinação para Atualização da Caderneta de Vacinação da Criança e do Adolescente. Meta: vacinar crianças de um a menores de 5 anos de idade (11.572.563) contra a poliomielite e realizar a campanha de multivacinação nas 27 unidades da Federação (UF). 4.1 - Poliomielite: População-alvo: 11.572.563 crianças Doses aplicadas: 8.398.435 Cobertura vacinal alcançada: 72,57% Dados disponíveis em https://infoms.saude.gov.br/extensions/Poliomielite_2022/Poliomielite_2022.html , consulta em 27/01/2023. Dados sujeitos a alterações. 4.2 – Multivacinação: A

multivacinação é uma estratégia que tem a finalidade de atualizar a situação vacinal de crianças e adolescentes menores de 15 anos de idade (14 anos 11 meses e 29 dias), de acordo com o Calendário Nacional de Vacinação e vacinar de forma indiscriminada, crianças de 1 a menores de 5 anos de idade que estejam com o esquema primário com a vacina VIP, com a vacina VOP. II – Gestantes e Puérperas: 1 – Realização da 24ª Campanha Nacional de Vacinação contra a Influenza, tendo como público-alvo gestantes e puérperas, 04 de abril a 03 de junho de 2022. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-nacional-de-vacinacao/arquivos/informe-da-24a-campanha-nacional-de-vacinacao-contra-a-influenza.pdf Gestantes População-alvo: 2.044.441 gestantes Doses aplicadas: 1.165.677 Cobertura vacinal alcançada: 57% Dados disponíveis em https://infoms.saude.gov.br/extensions/Influenza_2021/Influenza_2021.html , consulta em 27/01/2023. Dados sujeitos a alterações. Puérperas População-alvo: 336.073 puérperas Doses aplicadas: 178.964 Cobertura vacinal alcançada: 53,3% Dados disponíveis em https://infoms.saude.gov.br/extensions/Influenza_2021/Influenza_2021.html , consulta em 27/01/2023. Dados sujeitos a alterações. III – Atualização e disponibilização do Calendário Nacional de Vacinação, disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/c/calendario-nacional-de-vacinacao. IV - Semana de Vacunación en las Américas 2022. O Governo Brasileiro por ocasião da “Semana de Vacinación en las Américas” realizou ações com o objetivo de fortalecer a imunização contra a covid-19, a influenza e o sarampo. Assim, em 4 de abril celebrou sua participação na Semana de Vacinação das Américas (SVA), com o início da vacinação contra a influenza e sarampo, além da continuidade da campanha de vacinação contra a covid-19, iniciada em 18 de janeiro de 2021, em todo o país. Também, a Secretaria de Vigilância em Saúde apoiou a Secretaria Especial de Saúde Indígena no fortalecimento do calendário de vacinação dos povos indígenas com a realização do Mês de Vacinação dos Povos Indígenas (MPVI), realizado nos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas, 71 pólos e 721 aldeias.

Meta: 052K - Adquirir e distribuir 100% de imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde, conforme programação anual

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual de imunobiológicos
Linha de base: 92,88
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 93,6
Data de Referência: 31/12/2023
Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Necessidade de adequações e ampliação dos locais de armazenamentos dos imunobiológicos. Barreiras de acesso físico aos locais das salas de vacina. Barreiras que possam impedir o acesso do indivíduo de obter o serviço que lhe é garantido.
Providências implementadas para a superação da restrição: Investimento na Rede de Frio por meio de Emenda Parlamentar e Convênios em Parceria com o

Fundo Nacional de Saúde.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: 1. Indisponibilidade do Imunobiológico na sala de vacinação: Desabastecimento pontual de imunobiológicos na sala de vacinação ocasionado pela indisponibilidade de vacina no mercado. Contingenciamento as vacinas DTPa (CRIE) pela falta de produto no mercado nacional e internacional; e 2. Vacinas com baixo estoque com risco de desabastecimento e interrupção do atendimento da população atendida pelo SUS.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1.1 - Utilização de esquema alternativo de vacina com a utilização da vacina Hexavalente em substituição as vacinas DTPa e Pentavalente Acelular. 2.1 - Estoques em fase de reestabelecimento tendo como parceiro para recomposição de reserva técnica dos imunobiológicos o Fundo Rotatório da Organização Pan Americana da Saúde.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
No Distrito Federal	-	-	-	-	1,22	31/12/2022	O DF recebeu 3.709.269 de imunobiológicos, ou seja, 1,22% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado da Bahia	-	-	-	-	7,41	31/12/2022	O BA recebeu 22.477.130 de imunobiológicos, ou seja, 7,41% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	1,96	31/12/2022	O PB recebeu 5.953.186 de imunobiológicos, ou seja, 1,96% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	1,3	31/12/2022	O AL recebeu 3.936.124 de imunobiológicos, ou seja, 1,30% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3,11	31/12/2022	O GO recebeu 9.423.250 de imunobiológicos, ou seja, 3,11% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	2,14	31/12/2022	O MT recebeu 6.504.285 de imunobiológicos, ou seja, 2,14% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1,87	31/12/2023	O MS recebeu 5.665.555 de imunobiológicos, ou seja, 1,87% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	12,15	31/12/2022	O MG recebeu 36.870.300 de imunobiológicos, ou seja, 12,15% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.

No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	4,57	31/12/2022	O PE recebeu 13.878.703 de imunobiológicos, ou seja, 4,57% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	0,95	31/12/2022	O RO recebeu 2.875.837 de imunobiológicos, ou seja, 0,95% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Roraima	-	-	-	-	0,52	31/12/2022	O RR recebeu 1.565.018 de imunobiológicos, ou seja, 0,52% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	3,49	31/12/2022	O SC recebeu 10.596.431 de imunobiológicos, ou seja, 3,49% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	19,9	31/12/2022	O SP recebeu 60.389.593 de imunobiológicos, ou seja, 19,9% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	1,14	31/12/2022	O SE recebeu 3.453.147 de imunobiológicos, ou seja, 1,14% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Acre	-	-	-	-	0,43	31/12/2022	O AC recebeu 1.299.688 de imunobiológicos, ou seja, 0,43% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0,41	31/12/2022	O AP recebeu 1.247.406 de imunobiológicos, ou seja, 0,41% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	2,33	31/12/2022	O AM recebeu 7.057.883 de imunobiológicos, ou seja, 2,33% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Ceará	-	-	-	-	4,62	31/12/2022	O CE recebeu 14.020.669 de imunobiológicos, ou seja, 4,62% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	1,75	31/12/2022	O ES recebeu 5.322.877 de imunobiológicos, ou seja, 1,75% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	3,43	31/12/2022	O MA recebeu 10.422.705 de imunobiológicos, ou seja, 3,43% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Pará	-	-	-	-	3,9	31/12/2022	O PA recebeu 11.829.987 de imunobiológicos, ou seja, 3,9% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Paraná	-	-	-	-	5,18	31/12/2022	O PR recebeu 15.722.425 de imunobiológicos, ou seja, 5,18% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da

							Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Piauí	-	-	-	-	1,87	31/12/2022	O PI recebeu 5.677.225 de imunobiológicos, ou seja, 1,87% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	6,81	31/12/2022	O RJ recebeu 20.675.840 de imunobiológicos, ou seja, 6,81% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1,84	31/12/2022	O RN recebeu 5.590.530 de imunobiológicos, ou seja, 1,84% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	4,87	31/12/2022	O RS recebeu 14.787.409 de imunobiológicos, ou seja, 4,87% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	0,82	31/12/2022	O TO recebeu 2.502.203 de imunobiológicos, ou seja, 0,82% dos 303.454.675 de imunobiológicos distribuídos pelo Ministério da Saúde durante o ano de 2022.

Indicador: 8706 - Percentual de imunobiológicos adquiridos de acordo com a programação anual

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 92,88
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Quadrimestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 93,61
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Cabe ao Ministério da Saúde garantir a aquisição e distribuição de imunobiológicos, assegurando melhores condições de saúde para toda população, uma vez que viabiliza as condições para evitar a propagação e disseminação de doenças e agravos passíveis de imunização e controle. Conforme a programação anual, de janeiro a dezembro de 2022, foram distribuídos 303.454.675 doses/frascos de imunobiológicos de 324.169.079 programadas, o que corresponde a 93,61% do planejamento anual. Foram celebrados 29 contratos sendo 24 para fornecimento de vacinas, quatro para imunoglobulinas e um para soro.

Resultado Intermediário: 0177 - Maior efetividade na cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de cura
Linha de base: 74,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial.
Meta prevista para 2020: 76
Meta prevista para 2021: 76,5
Meta prevista para 2022: 77
Meta prevista para 2023: 77,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 61,3
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A tuberculose é uma doença infecciosa, considerada enquanto condição crônica, com um tratamento que dura, para casos novos, no mínimo seis meses. O tempo considerado oportuno para registro de encerramento é em até nove meses da data de diagnóstico. Portanto, a análise do indicador de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial é realizada no ano corrente para dados dos casos diagnosticados no ano anterior. Antes de registrar os dados apurados em 2022, relativo ao ano de 2021, informo o percentual de cura revisado referente ao ano de 2020. Portanto, dentre os casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial diagnosticados em 2020, 69,7% apresentaram cura como desfecho. A análise do indicador para o presente ciclo de monitoramento, identificou que, dentre os casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial diagnosticados entre janeiro e dezembro de 2021, 61,3%, ou seja, 28.216 casos apresentaram encerramento por cura.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Realocação de parte das equipes de trabalho dos programas de controle da tuberculose nos estados e municípios para o enfrentamento da pandemia, e fragilidades no conhecimento de profissionais de saúde sobre as recomendações de controle da TB.
Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de ações educacionais e informativas voltadas aos profissionais de saúde, incluindo 10 webinares, 12 treinamentos (2 presenciais e 10 virtuais) e 5 reuniões (1 presencial e 4 virtuais) com coordenações locais de TB. Além disso, em 2022 foram lançadas 9 publicações técnicas em TB. Os destaques dessas ações tem relação com incorporações tecnológicas (como o LF-LAM) e fortalecimento das ações em vigilância, diagnóstico e tratamento. Ressalta-se, como entregas, o "Protocolo de Enfermagem: Tuberculose na Atenção Primária à Saúde", que foi divulgado por meio de podcast em parceria com o Cofen e capacitações nas 5 macrorregiões brasileiras; e dos cursos voltados à qualificação do cuidado em TBDR promovidos em parceria com a Fiocruz.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Fragilidades relacionadas à capacidade instalada e organização de fluxos para as ações de controle da TB.
Providências implementadas para a superação da restrição: Nesse sentido, foram elaboradas 10 notas informativas e ofícios circulares com recomendações e orientações às coordenações locais e parceiros quanto à temas chave como a inclusão dos esquemas para tratamento da ILTB no SICLOM, a interpretação e

utilização do exame IGRA para detecção da ILTB em populações específicas, a disponibilização por meio de aquisição centralizada de piridoxina para gestantes, a incorporação do esquema 3HP e finalmente, a respeito de Orientações sobre as ações de manejo e controle da tuberculose diante do cenário atual da covid-19. Ainda, ao longo de 2022, foi mantido o apoio técnico à estados e municípios, promovendo-se a discussão sobre a situação da TB e as estratégias de operacionalização das ações programáticas da doença nas redes de atenção à saúde.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Discordâncias identificadas entre dados das bases estaduais e da base da rede Sinan.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1. A área técnica mantém o monitoramento da base da TB da rede Sinan de forma a identificar oportunamente possíveis discordâncias com os dados das bases estaduais. Quando uma discordância é identificada, se solicita as bases locais junto às coordenações estaduais de TB e se comunica a unidade técnica do Sinan para verificação de problemas na transmissão dos dados ou outros. (Fonte: SIPLAM - Pontos críticos). 2. Realização de ações rotineiras de remoção de duplicidade e vinculação de registros utilizando linkage de base de dados, para qualificação da base de dados em tuberculose. Ações de articulação com a Secretaria Nacional de Assistência Social para qualificar profissionais do SUS e do SUAS sobre ampliação da proteção social à pessoa com tuberculose.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	33,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	54,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	54,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	57,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	64,2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	60,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	33,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	59,2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	64,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	67,8	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Roraima		-	-	-	-	74,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	60,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	71,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	71,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	85,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	77	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	69,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	54,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	40,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	68,4	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	59,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	56,2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	52,8	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	53	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	65,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	53,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	54,2	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0178 - Ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano em municípios

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de municípios
Linha de base: 41,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de municípios desenvolvendo ação de vigilância de qualidade da água para consumo humano
Meta prevista para 2020: 45
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 55
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 58,25
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador desse resultado mede as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano, representada pelo percentual de municípios que apresentam, simultaneamente, dados de cadastro com informações de pelo menos 90% da população do município, e dados de controle e vigilância da qualidade da água para o ano de referência. O percentual apurado referente ao ano de 2022 foi de 58,25%, correspondente à 3.245 municípios brasileiros. Com relação ao Distrito Federal, desde junho de 2021 passou-se a considerar o DF com somente o município Brasília não considerando as Regiões Administrativas (RAs) do DF como municípios. Dessa forma, o denominador utilizado é 5.570 municípios, conforme dados do IBGE. O resultado de 2022 representa um incremento de 617 municípios quando comparado com mesmo período do ano anterior. Ressalta-se que o resultado da meta não é cumulativo, em cada ano os municípios devem atualizar as formas de abastecimento para obter as informações de cadastro do respectivo ano de referência e inserir os respectivos dados de Controle e Vigilância referente ao monitoramento qualidade da água consumida pela população. Dentre as realizações de 2022, destaca-se a finalização do curso EAD em Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano que envolveu 61 participantes e destes, 42 finalizaram a capacitação.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade); Falhas de implementação; Falhas de Articulação institucional; Outras

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: São os profissionais de saúde das Secretarias estaduais e municipais que executam as ações do Programa Vigiagua. São necessárias capacitações com mais frequência devido à alta rotatividade de profissionais das equipes.
Providências implementadas para a superação da restrição: Os instrutivos utilizados pelos usuários do sistema foram atualizados e posteriormente publicados na página do Sisagua em linguagem simples e usual. Neste ano foi realizado o curso de capacitação do Sisagua para os agentes de vigilância e ainda foram realizados Ciclos de Debates sobre Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano a respeito dos indicadores institucionais.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: As ações do Vigiagua são preteridas em razão de outras ações de saúde do município.
Providências implementadas para a superação da restrição: O Ministério da Saúde recomenda aos estados e municípios o fortalecimento das ações do Programa Vigiagua nos territórios.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Faltam dados relacionados a Cobertura de abastecimento, dados de Vigilância e/ou Controle referentes ao monitoramento da

qualidade da água consumida pela população.
Providências implementadas para a superação da restrição: Reuniões com representantes do CONASS e CONASEMS para sensibilização dos gestores estaduais e municipais. Reuniões com os gestores do Vigiagua dos estados que apresentam municípios com dificuldade em inserir dados no Sisagua.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Necessidade de maior apoio das SES e SMS para execução das ações do Vigiagua e alcance da meta proposta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Realizou-se o mapeamento de SES e SMS que necessitam maior suporte do Vigiagua federal, em seguida, foram realizadas algumas reuniões com os gestores de Vigilância em Saúde Ambiental onde, mostrou-se a necessidade de realizar o monitoramento de qualidade de água para fortalecer as ações de vigilância e o alcance da meta.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: 1. Problemas na alimentação oportuna dos dados no Sisagua. 2. Dos 3.245 municípios que possuem informações de pelo menos 90% da população, 204 possuem somente dados de Cadastro e Controle, ou seja, faltam dados de Vigilância, referentes ao monitoramento da qualidade da água realizado pela Secretaria de Saúde e 610 possuem somente dados de Cadastro e Vigilância, ou seja, faltam dados de Controle referentes ao monitoramento realizado pelos prestadores de serviço de abastecimento.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Reunião com os gestores do Vigiagua nos estados que apresentam municípios com dificuldade de alcance da meta. 2. Reuniões com a CGLAB/SVS e equipe de suporte técnico do GAL para fortalecimento das ações de monitoramento da qualidade da água para o aprimoramento da integração do Sisagua com o GAL. 2.1. Reunião com o DEMAS em novembro de 2022, para estabelecer o cronograma das entregas com a finalidade de elaborar o Painel de Informação de Controle mensal.

Notas do usuário: Resultado final do ano extraídos no dia 07/02/2023, data pactuada com os gestores do Programa Vigiagua nas SES e SMS.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	100	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	56,86	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	60,98	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	61,76	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	93,08	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	44,68	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	55,69	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Minas Gerais		-	-	-	-	64,12	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco		-	-	-	-	33,15	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia		-	-	-	-	9,61	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima		-	-	-	-	6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	51,52	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	54,88	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	64	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	4,55	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	19,35	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	96,19	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	42,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	18,89	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	59,72	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	76,69	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	32,14	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	43,47	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	47,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	6,67	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	38,84	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0179 - Redução do número de casos autóctones de malária no Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Número de casos autóctones de malária
Linha de base: 153.269
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de casos autóctones de malária no Brasil
Meta prevista para 2020: 150.000
Meta prevista para 2021: 131.500
Meta prevista para 2022: 113.000
Meta prevista para 2023: 94.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 121.404
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A malária é uma doença infecciosa, na maioria dos casos febril e aguda, causada por protozoários do gênero Plasmodium transmitidos pela picada da fêmea infectada do mosquito Anopheles. No Brasil existem três espécies de Plasmodium que afetam o ser humano: P. falciparum (espécie que causa a forma mais grave da doença), P. vivax (responsável por mais de 80% dos casos no país) e P. malariae. A malária ainda representa um grande problema de saúde pública, com 99% dos casos concentrados na região amazônica, que inclui os estados da Região Norte e os estados do Maranhão e Mato Grosso. Fora da região amazônica, mais de 80% dos casos são importados. Dados preliminares apontam que em 2022, houve redução de 12,7% no número de casos autóctones de malária, passando de 139.102 em 2021 para 121.404 casos em 2022, dentre os quais 18.678 causados por Plasmodium falciparum, que tiveram uma redução de 21,4% em relação ao ano anterior.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Quatro (04) Estados da região amazônica não atingiram a meta estabelecida em 2022, 01 Estado da região Norte apresentou aumento em 2022 ao comparar com 2021, e as áreas de garimpos e indígenas também registraram incremento em 2022.
Providências implementadas para a superação da restrição: 1. Distribuição de insumos estratégicos para estados e DSEI: 103.890 blisters de Artemeter + Lumefantrina, 2.570 blisters de artesunato + mefloquina, 30.434 ampolas de artesunato injetável (malária grave), 1.779.500 comprimidos de cloroquina, 4.186.400 comprimidos de primaquina, todos medicamentos antimaláricos registrados no RENAME; • 253.100 unidades de testes de diagnóstico rápido (TDR); • 38.144 mosquiteiros impregnados com inseticidas de longa duração (cônico e rede); • 110.040 cargas de Etofenprox PM 20%; • 1.100 litros Lambda Cyalotrin CE 5%. 2. Realizadas visitas técnicas a estados da amazônia legal (AC, AM, MT, PA, RO e RR) além de videoconferências com estados, municípios e DSEIs prioritários para malária em 2022. 3. Curso Básico de Epidemiologia Aplicada à Vigilância das Doenças Transmissíveis (CBEV-Malária) foi direcionado para três turmas (apoiadores municipais, representantes municipais e estaduais de Roraima, Pará e Amazonas). 4. Ampliação em 40% dos municípios atendidos pelo do Projeto Apoiadores para Prevenção, Controle e Eliminação da Malária, passando de 24 para 36 apoiadores municipais, com inclusão de 1 novo estado coberto pelo projeto (MT)

Notas do usuário: Destaca-se que os dados de 2022 são preliminares, ou seja, estão sujeitos à alteração. Além disso, deve-se levar em consideração que há um atraso de 1 mês para apresentação de dados mais fidedignos no sistema. As atualizações dos bancos de dados foram feitas em 10/01/2023 (Sivep-Malária/SVS/MS) e 26/12/2022 (Sinan/SVS/MS).

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	2	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no DF em 2021: Zero.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	0	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos na PB em 2021: Zero.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em GO em 2021: 3 (três).	Não informado
No Estado de Mato Grosso	807	706	605	505	1.609	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em MT em 2021: 4.300 casos.	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	2	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no MS em 2021: 7 (sete) casos.	Não informado
No Estado de Rondônia	6.184	5.411	4.638	3.865	12.316	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em RO em 2021: 14.398 casos.	Não informado
No Estado de Roraima	14.670	12.836	11.002	9.169	23.192	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em RR em 2021: 26.074 casos.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	7	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em SP em 2021: 14 casos.	Não informado
No Estado do Acre	20.644	18.064	15.483	12.903	6.124	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos em AC em 2021: 8.463 casos.	Não informado
No Estado do Amapá	11.455	10.023	8.591	7.160	2.776	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	58.761	51.416	44.071	36.726	53.785	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no AM em 2021: 61.256 casos.	Não informado
No Estado do Maranhão	234	205	176	147	75	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no MA em 2021: 100 casos.	Não informado
No Estado do Pará	37.124	32.484	27.843	23.203	21.487	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no PA em 2021: 20.331 casos.	Não informado

No Estado do Piauí	-	-	-	-	5	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no PI em 2021: 14 casos.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	0	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no RS em 2021: zero casos.	Não informado
No Estado do Tocantins	2	2	1	1	5	31/12/2022	Atualização do número de casos ocorridos no TO em 2021: zero casos.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	31/12/2022	2021: Zero casos.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	0	31/12/2022	2021: Zero casos .	Não informado

Resultado Intermediário: 0352 - Centros de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde (CIEVS) com desempenho satisfatório

Informações básicas

Unidade de medida: Porcentual de CIEVS
Linha de base: 14
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual dos CIEVS com capacidade satisfatória de monitoramento, alerta e resposta às emergências de saúde pública
Meta prevista para 2020: 20
Meta prevista para 2021: 30
Meta prevista para 2022: 45
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 68,22
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Este resultado Intermediário tem por finalidade aferir o número de unidades CIEVS com desempenho classificados como satisfatório. Durante o ano de 2020 foram utilizados, na avaliação de desempenho, nove critérios: possuir sala exclusiva para equipe; telefone fixo; formalização do CIEVS; equipe de sobreaviso ou plantão 24h do CIEVS; Comitê de Monitoramento de Eventos ou Reuniões ativo para discutir as potenciais emergências em Saúde Pública; boa comunicação do CIEVS com as áreas técnicas; boa comunicação do CIEVS com áreas externas; realizar captura de rumores; e possuir documentos com as definições das responsabilidades, operacionalização e organização nas respostas às emergências (planos e protocolos ativos ou em elaboração). A partir de 2021, cinco dos nove critérios iniciais foram relativizados e passou-se a considerar quatro, a saber: existência de equipe de sobreaviso ou plantão do CIEVS; boa comunicação com as áreas técnicas; boa comunicação do CIEVS com áreas externas à SES ou SMS ou DSEI; e captura de rumores. Ao longo de 2022, das 129 unidades CIEVS avaliadas, 88 (68,22%) foram consideradas como satisfatórias.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de implementação; Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Falhas de Articulação institucional; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Com a ampliação da Rede CIEVS, percebeu-se a necessidade de profissionais da saúde e áreas correlatas para atuar nas ações de vigilância, alerta e resposta a potenciais Emergência em Saúde Pública
Providências implementadas para a superação da restrição: Disponibilização e manutenção de um apoiador para cada unidade CIEVS, incluindo as unidades CIEVS DSEI, e um interlocutor para o projeto VIGIAR-SUS. A seleção dos apoiadores foi realizada através de chamadas públicas da Fiotec, exceto para CIEVS DSEI, realizada via OPAS/OMS, com início de atividades a partir de março de 2021 e término em dezembro de 2022, sendo renovado para o ano de 2023. Os apoiadores/interlocutores são profissionais com experiência no SUS e na área de epidemiologia, análises de situação de saúde e manejo e interpretação de dados. As atividades desenvolvidas incluem implementação de planos de trabalho, detecção ativa e verificação de potencias emergência em saúde pública, monitoramento de eventos, análise de situações de saúde e avaliação de indicadores da Rede VIGIAR-SUS. Além disso, com o Programa de Formação em Emergências em Saúde Pública, foi possível realizar as seguintes capacitações: Curso de Gestão em Emergências em Saúde Pública – ESP; Curso de capacitação na ferramenta de detecção Epidemic Intelligence from Open Sources (EIOS); EpiSUS Fundamental; Curso de Formação de Tutores em Epidemiologia de Campo; VII Encontro da Rede CIEVS e II ExpoCIEVS e; I ExpoEIOS.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Com a ampliação da Rede CIEVS, é imprescindível conhecer as capacidades básicas das unidades, a fim de verificar pontos fortes e fracos das ações de vigilância, alerta e resposta à potenciais emergências em saúde pública.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em 2021 e 2022, foram realizadas visitas técnicas a todas as 186 unidades CIEVS, incluindo as unidades de iniciativa própria reconhecidas e implementadas na Rede CIEVS. As visitas técnicas realizadas têm como objetivo acompanhar a execução dos planos de ação dos CIEVS, bem como realizar a avaliação das capacidades básicas do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), aprovado na 58ª Assembleia da Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2005. Esse instrumento foi adaptado às rotinas das unidades CIEVS, com uma abordagem simples e rápida a partir de três eixos: I. ações de preparação; II. Infraestrutura; e III. Ações de vigilância e resposta às emergências em saúde pública. O objetivo da avaliação de capacidades básicas foi construir e potencializar ações conjuntas para alcançar o modelo de Vigilância em Saúde que contemple as capacidades básicas previstas no RSI. Nas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, a partir dos resultados dos eixos de preparação, infraestrutura e de vigilância e resposta, concluiu-se que a maioria dos resultados se classificam como adequado parcialmente. Na região Norte, a partir dos resultados dos eixos de preparação, infraestrutura e de vigilância e resposta, concluiu que a maioria dos resultados se classificam como em desenvolvimento.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Não atualização da Portaria do CIEVS e não formalização da Rede CIEVS.
Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Portaria GM/MS Nº 4.641, de 28 de dezembro de 2022, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o CIEVS e a Rede CIEVS, ambos no âmbito do SUS.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Falhas na articulação com as áreas técnicas do Ministério da Saúde, atores externos e Rede CIEVS.
Providências implementadas para a superação da restrição: Criação de canais de comunicação (correio eletrônico, canal telefônico e Formulário de Notificação Compulsória Imediata de doenças, agravos e eventos em saúde pública); criação de espaços de discussão com áreas técnicas, atores externos e Rede CIEVS, como o Comitê de Monitoramento de Eventos em Saúde Pública (CME) e a Plenária da Rede CIEVS e; publicação da Portaria GM/MS Nº 4.641, de 28 de dezembro de 2022, que altera as Portarias de Consolidação GM/MS nº 3 e 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o CIEVS e a Rede CIEVS, ambos no âmbito do SUS.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Com a pandemia de Covid-19 e outras emergências de importância internacional, como Mpox, identificou-se a necessidade de

maior capilaridade das estruturas de vigilância, alerta e resposta às emergências em saúde pública. Em 2020, eram 55 unidades, crescendo para 129 unidades em 2021. Posteriormente, em 2022, foram implantadas mais 35 unidades, totalizando 164 unidades em 2022 e, considerando as unidades de iniciativa própria, findou-se em 186 unidades ao final de 2022. Providências implementada
Providências implementadas para a superação da restrição: Publicação da Portaria GM/MS nº 1.802/2021, que institui a Rede VIGIAR-SUS, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Epidemiológica, com finalidade de aprimorar a capacidade de preparação e resposta do país às emergências em saúde pública e; da Portaria GM/MS Nº 4.085, de 23 de novembro de 2022, que altera o Anexo XXVII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre Rede VIGIAR-SUS.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	88,89	31/12/2022	Na Região Centro-Oeste foram avaliados 18 CIEVS dos quais 16 obtiveram desempenho satisfatório.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	57,69	31/12/2022	Na Região Nordeste foram avaliados 26 CIEVS dos quais 15 obtiveram desempenho satisfatório.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	57,5	31/12/2022	Na Região Norte foram avaliados 40 CIEVS dos quais 23 obtiveram desempenho satisfatório.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	75	31/12/2022	Na Região Sudeste foram avaliados 28 CIEVS dos quais 21 obtiveram desempenho satisfatório.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	76,47	31/12/2022	Na Região Sul foram avaliados 17 CIEVS dos quais 13 obtiveram desempenho satisfatório.	Não informado

Resultado Intermediário: 0353 - Redução do número de óbitos por arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela)

Informações básicas

Unidade de medida: Número de óbitos por arboviroses
Linha de base: 962
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de óbitos por arboviroses (dengue, chikungunya, zika e febre amarela)
Meta prevista para 2020: 911
Meta prevista para 2021: 854
Meta prevista para 2022: 804
Meta prevista para 2023: 750

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.113
Data do valor apurado: 24/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Este resultado tem a finalidade de analisar as variações populacionais, geográficas e temporais de letalidade pelas arboviroses dengue, chikungunya, Zika e febre amarela no país. Em 2022 foram registrados 1016 óbitos de dengue, 94 por chikungunya, 01 óbitos por Zika e 02 por febre amarela, totalizando 1113 óbitos por arboviroses. Os óbitos confirmados passam do estimado para o ano de 2022, que foi esperado no máximo 804 óbitos. Devido a magnitude dos óbitos por dengue, vale salientar que a taxa de letalidade está em 0,08% e de chikungunya e Zika 0,06% e 0,01% respectivamente. Ao longo do ano os casos graves de dengue foram constantemente monitorados em virtude do aumento evidenciado no primeiro semestre de 2022 e capacitações foram priorizadas entre os períodos de sazonalidade, tais como: investigação epidemiológica, vigilância laboratorial, manejo clínico, planos de contingência e vigilância de óbitos por arboviroses.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	11	24/12/2022	No DF foram registrados 11 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	30	24/12/2022	No BA foram registrados 29 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 1 (um) óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	28	24/12/2022	Na PB foram registrados 8 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 20 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	10	24/12/2022	Em AL foram registrados 8 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 2 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	171	24/12/2022	Em GO foram registrados 162 óbitos por dengue, 1 óbito por zika, 8 óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	17	24/12/2022	No MT foram registrados 17 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado

No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	23	24/12/2022	No MS foram registrados 23 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	64	24/12/2022	Em MG foram registrados 64 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	5	24/01/2022	Em PE foram registrados 2 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 3 óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	16	24/12/2022	Em RO foram registrados 16 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	1	24/12/2022	Em RR foram registrados 1 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	88	24/12/2022	Em SC foram registrados 88 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	282	24/12/2022	Em SP foram registrados 282 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	15	24/12/2022	Em SE foram registrados 12 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 3 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	2	24/12/2022	No AC foram registrados 2 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0	24/12/2022	No AP foram registrados zero óbito por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	11	24/12/2022	No AM foram registrados 11 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	58	24/12/2022	No CE foram registrados 19 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 39 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	6	24/12/2022	No ES foram registrados 6 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	13	24/12/2022	No MA foram registrados 11 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 2 óbitos por chikungunya e zero óbito	Não informado

							por febre amarela.	
No Estado do Pará	-	-	-	-	6	24/12/2022	No PA foram registrados 5 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e 1 óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	109	24/12/2022	No PR foram registrados 109 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	23	24/12/2022	No PI foram registrados 15 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 8 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	21	24/12/2022	No RJ foram registrados 20 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 1 óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	28	24/12/2022	No RN foram registrados 21 óbitos por dengue, zero óbito por zika, 7 óbitos por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	66	24/12/2022	No RS foram registrados 66 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e zero óbito por febre amarela.	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	9	24/12/2022	No TO foram registrados 8 óbitos por dengue, zero óbito por zika, zero óbito por chikungunya e 1 óbito por febre amarela.	Não informado

Resultado Intermediário: 0355 - Vacinação da população-alvo contra a COVID-19

Informações básicas

Unidade de medida: Milhões de doses de vacina
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/01/2020
Indicador: Doses de vacinas COVID-19 distribuídas pelo Ministério da Saúde aos Estados e ao Distrito Federal
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 316,2
Meta prevista para 2022: 325
Meta prevista para 2023: 0

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 180,7
Data do valor apurado: 19/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O início de 2022 foi caracterizado pela redução do número de casos e óbitos por Covid-19. De todo modo, fez-se necessário rever e atualizar os normativos para suprir o atendimento de pacientes com sequelas da doença. Mesmo após a publicação da Portaria GM/MS nº 913, de 22 de abril de 2022 que declara o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus, houve continuidade das ações que compõem o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus, com base na constante avaliação técnica dos possíveis riscos à saúde pública brasileira e das necessárias ações para seu enfrentamento. Ao longo do exercício, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) deu continuidade aos esforços para vacinação contra a doença. São utilizadas quatro vacinas para imunização da população, atualmente a vacinação está disponível para toda população a partir dos 6 meses de idade e não mais por grupos específicos. As vacinas COVID-19 ainda não fazem parte Calendário Nacional de Vacinação, sendo disponibilizadas, atualmente, pelo Programa Nacional de Imunizações em forma de campanha. Até 19 de janeiro de 2023, foram distribuídas mais de 570 milhões de doses, sendo 180 milhões apenas em 2022, e aplicadas cerca de 500 milhões doses de vacina, atingindo quase 80% da população com esquema vacinal completo. Em relação aos indígenas, até 19 de dezembro de 2022, foram vacinados com primeira dose 87% dos assistidos pelo Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS) de 12 a 17 anos. Em relação ao público acima de 18 anos, a Sesai atingiu 93% dos indígenas com a primeira dose, 88% com as duas doses da vacina contra a Covid-19, e 72 % com o primeiro reforço.
Restrições: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata; Outras

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: Atos normativos desatualizados.
Providências implementadas para a superação da restrição: Revisão e atualização dos normativos para suprir o atendimento de pacientes com sequelas da doença.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: As vacinas não fazem parte do Calemdário Nacional de Vacinação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Disponibilização por meio do PNI em campanhas de vacinação.

Notas do usuário: Ainda em 2022, o Ministério da Saúde, em parceria com a Organização Pan-Americana de Saúde, promoveu debate sobre a política de vacinação contra a Covid-19 junto a diversos especialistas e representantes de instituições como a Universidade de Oxford, no “Simpósio Internacional Sobre o Futuro da Política de Vacinação da Covid-19”. Dentre os temas, foram abordados: o uso de vacinas monovalentes e bivalentes como reforço, grupos-alvo para doses de reforço e intervalos de aplicação, vacinação pediátrica primária e de reforço e efeitos adversos das vacinas atuais; as pesquisas sobre os efeitos da vacinação em diferentes países do mundo e os estudos que podem indicar os impactos da imunização nos próximos anos; e, ainda, a importância da continuidade da aplicação de doses de reforço para os públicos que podem se vacinar, com imunizantes monovalentes, enquanto os estudos sobre os impactos e custo-benefício da vacina bivalente estão em desenvolvimento.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1,788	19/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado da Bahia		-	-	-	-	14,3	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba		-	-	-	-	3,86	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas		-	-	-	-	1,9	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás		-	-	-	-	4,502	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso		-	-	-	-	2,628	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul		-	-	-	-	1,806	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais		-	-	-	-	19,427	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco		-	-	-	-	8,612	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia		-	-	-	-	0,957	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima		-	-	-	-	0,412	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	6,027	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	40,475	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	2,386	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	0,614	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	0,549	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	3,683	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	7,945	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	2,367	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	4,651	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	5,646	19/01/2023	Não informado	Não informado

No Estado do Paraná		-	-	-	-	13,033	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	3,54	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	16,899	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	3,131	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	8,79	19/01/2023	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	0,835	19/01/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5024 - ATENÇÃO INTEGRAL À PRIMEIRA INFÂNCIA

Objetivo: 1231 - Promover atenção integral a gestantes e crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Instituído pelo Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, e consolidado pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, o Programa Criança Feliz (PCF) é uma estratégia prioritária do Ministério da Cidadania que busca promover o desenvolvimento integral de crianças durante a primeira infância e interromper o ciclo intergeracional de reprodução da pobreza. O PCF atende gestantes, crianças de até 36 meses e suas famílias incluídas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, crianças de até 72 meses e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC), crianças de até 72 meses afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção e crianças de até 72 meses inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, que perderam ao menos um de seus responsáveis familiares, independente da causa de morte, durante o período Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da COVID-19. Considerado como o maior programa de visita domiciliar voltado à primeira infância do mundo e vencedor do prêmio internacional WISE Awards 2019, o PCF está presente em 3.020 municípios dos 26 Estados e no Distrito Federal, alcançando mais de 1.941.359 crianças e gestantes atendidas em mais de 78 milhões de visitas realizadas. Com vistas ao fortalecimento do Programa, a SNAPI prosseguiu na execução de parcerias com organizações voltadas para a temática da primeira infância, dentre elas: a Fundação Bernard Van Leer - FBvL, Unesco, Fundação LEGO, Fundação Pitágoras, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Associação Brasileira de Psicopedagogia - ABPp, dentre outras. A atuação do Comitê Gestor Interministerial do PCF, instituído pelo Decreto nº 9.855, de 25 de junho de 2019, alterado Decreto nº 10.754, de 23 de julho de 2021, espaço de diálogo e elaboração de políticas públicas, foi fortalecida no decorrer do ano. Foram realizadas 10 (dez) reuniões sobre as temáticas: apresentação de estudos “O atendimento do PCF à Gestantes e Crianças Indígenas” e “O atendimento do PCF à Gestantes e Crianças em situação de rua”; Planejamento Estratégico de 2022-2023 do Comitê Gestor do PCF, dentre outras. Para ampliar e qualificar a atuação dos profissionais do PCF, o Ministério da Cidadania lançou na plataforma EAD, em 2022, 09 cursos sobre a primeira infância, disponibilizados nas temáticas famílias, atendimento a comunidades tradicionais, violência contra a

mulher, violência na primeira infância, planejamento de políticas públicas de primeira infância e muitos outros. O curso “Dialogando com as famílias” registrou, até o momento, a inscrição de 10.805 pessoas e objetiva aprofundar os conhecimentos dos participantes sobre as etapas de desenvolvimento infantil e a importância do brincar, de modo que os profissionais possam apoiar as famílias durante a visita e orientá-las, quando necessário, acerca da rede de serviços presente no território. Já o curso “Ferramentas para a Prevenção e o Enfrentamento à Violência contra Crianças na Primeira Infância”, registrou 1.520 pessoas inscritas, mesmo tendo sido lançado a pouco tempo, em novembro de 2022. O conteúdo do curso envolve conhecer o papel do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como equipamentos/ferramentas, na prevenção e orientação diante de casos de violências contra crianças na primeira infância, direcionado às equipes do Programa e sociedade civil. Também estão disponíveis, desde 2019, na plataforma do Ministério da Cidadania outras iniciativas, como os cursos “Básico do Programa Criança Feliz”, "A Promoção do Desenvolvimento Infantil e o PCF", "Programa Criança Feliz – Conhecendo a Família e a Comunidade" e "Criança Feliz - Planejando as ações". Por meio da equipe de Formação e Disseminação, promoveu a formação de 325 multiplicadores estaduais nas metodologias do Guia de Visita Domiciliar (GVD) e Cuidados para o Desenvolvimento da Criança (CDC), este último sendo o método de intervenção parental aplicado durante as visitas domiciliares. Em relação aos elementos deste Programa Finalísticos com os elementos correspondentes da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil no período de 2020 a 2031 (EFD 2020-2031), constante do Decreto nº 10.531, de 2020, destaca-se a contribuição do Programa no alcance do Desafio do item 5.3.4: reduzir a proporção da população abaixo da linha de pobreza e as desigualdades sociais, especificamente considerando o fortalecimento da estrutura de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade com foco em igualdade de oportunidades e na promoção de ações específicas de fortalecimento dos vínculos familiares, sob a ótica das políticas públicas de inclusão social, especialmente nas famílias com a presença de crianças e adolescentes.

Meta: 0520 - Atender 2,2 milhões de crianças beneficiadas, desde a gestação até os 6 anos

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: indivíduo atendido (unidade)
Linha de base: 533.901
Data de referência da linha de base: 31/05/2019
Meta prevista para 2020: 1.300.000
Meta prevista para 2021: 1.850.000
Meta prevista para 2022: 1.800.000
Meta prevista para 2023: 2.200.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.941.359
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: Os dados consolidados do Programa são organizados no âmbito nacional.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A insuficiência orçamentária impossibilitou a abertura de prazo para novas adesões
Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação visando a ampliação de recursos disponíveis ao Programa

Indicador: 8713 - Percentual de indivíduos atendidos do público do Programa Criança Feliz (PCF), desde a gestação até os 6 anos

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 11,9
Data de Apuração: 31/05/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 88,24
Data do índice: 31/12/2021
Observação: -

Resultado Intermediário: 0127 - Ampliação do número de crianças e gestantes acompanhadas pelo Programa Criança Feliz

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada
Linha de base: 554.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de crianças e gestantes atendidas no âmbito do Programa Criança Feliz
Meta prevista para 2020: 700.000
Meta prevista para 2021: 550.000
Meta prevista para 2022: 650.000
Meta prevista para 2023: 500.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 315.913
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Quando do cálculo da meta prevista, havia uma expectativa de aumento orçamentário para execução do Programa nos anos subsequentes.

Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados consolidados do Programa são organizados no âmbito nacional.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A insuficiência orçamentária impossibilitou a abertura de prazo para novas adesões
Providências implementadas para a superação da restrição: Busca por ampliação do montante de recursos disponíveis ao programa

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0128 - Ampliação do número de municípios participantes do Programa Criança Feliz

Informações básicas

Unidade de medida: município
Linha de base: 2.787
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de municípios participantes do Programa Criança Feliz
Meta prevista para 2020: 2.900
Meta prevista para 2021: 3.100
Meta prevista para 2022: 3.300
Meta prevista para 2023: 3.500

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.020
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Quando do cálculo da meta prevista, havia uma expectativa de aumento orçamentário para execução do Programa nos anos subsequentes, o que não ocorreu. Alguns municípios, no decorrer de 2022, solicitaram o descredenciamento do Programa. A insuficiência orçamentária impossibilitou a abertura de novas adesões.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os dados consolidados do Programa são organizados no âmbito nacional.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A insuficiência orçamentária impossibilitou a abertura de novas adesões.
Providências implementadas para a superação da restrição: Busca por ampliação do montante de recursos disponíveis ao programa

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5025 - CULTURA

Objetivo: 1215 - Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Os impactos da Covid-19 ainda não foram inteiramente mitigados e diversas medidas estão sendo implementadas visando ao reequilíbrio do sistema econômico e à redução da desigualdade social, acentuada após a pandemia. O segmento cultural, tal como o turismo, foi um dos mais afetados, sendo o primeiro a interromper as atividades e o último a retomá-las, ainda em ritmo lento e gradual. O setor cultural equivale a 2,67% do PIB brasileiro e representa cerca de 5,8% do total de ocupados no país, isto é, quase seis milhões de pessoas. Pelo fato de ser um dos mais impactados pela pandemia, em 2020 foi criado um auxílio emergencial para o segmento, com repasses por meio da Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2021, conhecida como Lei Aldir Blanc, que destinou R$ três bilhões aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, auxiliando trabalhadores, artistas e organizações do setor cultural e estimulando a atividade econômica dessa categoria, bem como a manutenção dos espaços culturais brasileiros e o fomento às iniciativas culturais. A Lei de Incentivo à Cultura teve uma atuação relevante no apoio a projetos culturais. Em 2021 foram captados aproximadamente R$ 463 milhões. Em 2022, no período de janeiro a setembro, a captação alcançou aproximadamente R$ 515 milhões. No setor audiovisual, nos últimos quatro anos, 1.607 propostas culturais foram transformadas em projetos e, portanto, autorizada a captação dos recursos por meio de patrocínio. Deste total, 850 projetos foram homologados para execução. Em 2022, também foram lançadas linhas de crédito do Fundo Setorial do Audiovisual - FSA, no montante de R$240 milhões, objetivando estimular o empreendedorismo e acelerar o desenvolvimento da indústria audiovisual brasileira. Para melhoria da gestão do Vale-Cultura, em 2022 foi desenvolvido o painel de indicadores que propiciou um ganho significativo na gestão do programa e aumentou sua transparência. Em 2022, os indicadores apontaram que houve aumento na ordem de 6 mil trabalhadores beneficiários do Vale-Cultura e de R$ 9,8 milhões em consumo. O crescimento da rede recebedora somou 23 mil estabelecimentos comerciais. Em 2022 foram formalizados 19 novos instrumentos para reforma e revitalização de espaços culturais, totalizando mais de R$ 7,7 milhões em novos investimentos. O Governo Federal também atuou na execução do Programa Pracinhas da Cultura tendo inaugurado, desde 2019, 84 equipamentos que totalizam um investimento de R$ 181 milhões. Entre outras iniciativas do Governo Federal, em 2022, destaca-se a participação da Fundação Casa de Rui Barbosa, por meio da exposição "Rui Barbosa, Cidadão do Mundo" na sede da ONU em Nova Iorque. No âmbito dos museus houve uma inédita cooperação com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) para que tropas daquela instituição recebam treinamento em preservação do patrimônio cultural. Essa parceria já demonstrou sua importância durante a lamentável tragédia das fortes chuvas que atingiram Petrópolis (RJ), quando o Ibram foi o primeiro órgão da União a acionar as forças do Exército e da Marinha para que os museus administrados pelo Instituto fossem prontamente assistidos.

Meta: 051D - Ampliar em 60,45% o número de projetos e ações culturais fomentados e incentivados

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Número de projetos e ações fomentados e incentivados
Linha de base: 5.500
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 6.000

Meta prevista para 2021: 6.600
Meta prevista para 2022: 7.600
Meta prevista para 2023: 8.825

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4.661
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: No âmbito da Lei de Incentivo Federal, o MinC enfrentou alterações estabelecidas na Instrução Normativa nº1/2022 que, em muitos casos, tornaram impeditivos para aprovação de projetos. O órgão considera também que 2022 foi atípico devido ao ano eleitoral e transição de governo, assim como houve restrições orçamentárias que impossibilitaram a realização de ações.
Providências implementadas para a superação da restrição: Pelo informado, tratam-se de restrições que fogem à governabilidade do órgão.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Metropolitana	-	-	-	-	3.165	31/12/2022	Dos 4.661 projetos informados para esta Meta, há apenas o detalhamento de regionalização de 3.165 projetos executados pela Funarte: Foram realizados projetos na seguintes regiões: N (Norte) - 71 NE (Nordeste) - 399 CO (Centro-Oeste) - 143 SE (Sudeste) - 2.326 S (Sul) - 186 Exterior - 40

Indicador: 8732 - Número de projetos e ações culturais

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto
Valor de referência: 5.500
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 4.661
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Do total de 4.661 projetos, há detalhamento apenas de: a) Funarte (3.165 projetos): foram contabilizados números provenientes de projetos ou ações culturais executados com recursos de emendas, LOA discricionária e TEDs. b) Secretaria de Formação, Livro e Leitura (MinC), antiga DLLLB: 47 projetos aprovados e premiados por meio de seleção pública, 3 projetos para apoiar iniciativas em bibliotecas públicas e comunitárias do Programa Iberbibliotecas e 21 projetos com recursos de emendas parlamentares. c) Secretaria do Audiovisual (MinC): 244 projetos aprovados no âmbito da Lei de Incentivo e 67 emendas celebradas. No que tange ao número de projetos e ações incentivados em execução, foram 316 projetos audiovisuais. d) Iphan: ação 20ZH - 148 projetos; ação 5538 - 28 projetos; emendas - 18 projetos.

Resultado Intermediário: 0291 - Ampliar a quantidade de municípios com adesão ao Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de Municípios
Linha de base: 47,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Municípios com Acordos de Cooperação Federativa publicados no DOU.
Meta prevista para 2020: 49
Meta prevista para 2021: 51
Meta prevista para 2022: 55
Meta prevista para 2023: 60

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 56,55
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Um dado relevante e positivo é que a construção do Sistema Nacional de Cultura, embora com estágios bastante diferenciados, encontra-se em andamento em todos os estados brasileiros. Esse processo ocorre com a criação, por estados e municípios, de órgãos gestores da cultura, constituição de conselhos de política cultural, realização de conferências com ampla participação dos diversos segmentos culturais e sociais, elaboração de planos de cultura comparticipação da sociedade (já aprovados ou em processo de aprovação pelas respectivas casas legislativas), criação de sistemas de financiamento com fundos específicos para a cultura, de sistemas de informações e indicadores culturais, de programas de formação e de sistemas setoriais articulados em várias áreas da cultura. Detecta-se que se o Sistema Nacional de Cultura estivesse totalmente implementado, facilitaria o repasse de recursos fundo a fundo e o planejamento integrado do Governo Federal, Estados, DF e Municípios, maximizando esforços e diminuindo a burocracia para o fim maior, o desenvolvimento sustentável do nosso país. Somado a isso, com a restruturação do Ministério da Cultura, contaremos com Escritórios Estaduais do Ministério da Cultura que contribuirão para o estreitamento das relações com os entes públicos e a sociedade civil no sentido de fortalecer o SNC.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	4,81	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	18,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	14,67	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	14,27	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0292 - Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais de diversos tipos.

Informações básicas

Unidade de medida: Iniciativas apoiadas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de equipamentos culturais implantados, recuperados ou modernizados.
Meta prevista para 2020: 150
Meta prevista para 2021: 175
Meta prevista para 2022: 200
Meta prevista para 2023: 250

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 88
Data do valor apurado: 02/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Funarte: Modernização dos equipamentos cênicos dos espaços atendidos pelo CTAC/COEC (Teatro Glauce Rocha, Teatro Dulcina, Teatro Duse, Teatro COEC, Teatro Cacilda Becker e ENCLO); MinC: Resultado satisfatório. Meta referente

à SEDEC de 20 equipamentos foi superada no ano de 2022. O total apurado da DLLLB corresponde aos projetos de modernização de bibliotecas públicas e comunitárias com recursos provenientes de emendas parlamentares. Iphan: 17 iniciativas relacionadas ao Departamento de Projetos e Obras (10.503 Mi), 21 iniciativas relacionadas ao Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (5.569 Mi), 11 iniciativas relacionadas às Emendas Parlamentares (2.838 Mi). Casa de Rui Barbosa: construção do Centro Rui Barbosa de Preservação de Bens Culturais (até 2023); Reformar 100% do auditório, da sala de cursos e da sala de exposições (2022); Reforma das instalações elétricas do Museu Casa de Rui Barbosa (2021) e Subestação FCRB; Plano de acessibilidade do Museu Casa de Rui Barbosa; Aquisição de equipamentos para a Coleção Rui Barbosa em Braille; Manutenção das instalações da Biblioteca Infantojuvenil Maria Mazzetti, do CMI/SBIB.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Casa de Rui Barbosa: Falta de recursos humanos para os procedimentos a serem desenvolvidos nas áreas finalísticas e meio. Iphan: Restrições orçamentárias durante o exercício. MinC: Restrições orçamentárias impossibilitaram a realização de ações.
Providências implementadas para a superação da restrição: Casa de Rui Barbosa: Solicitações para o restabelecimento dos recursos humanos, tanto referentes aos servidores públicos, quanto aos terceirizados. No Exercício 2022, somente em 05/10, a FCRB voltou a contar com os profissionais terceirizados e estes em sua maioria ainda se familiarizariam com os processos na instituição. Iphan: Otimização na gestão do portfólio dos projetos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	1	31/12/2022	Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (MinC), antiga Secretaria Nacional de Infraestrutura Cultural - 1 equipamento informado.	Informações de regionalização obtidas neste resultado intermediário: 4 (norte), 8 (nordeste), 1 (centro oeste), 20 (sudeste) e 6 (sul). 49 equipamentos sem informação de regionalização.
Região Nordeste	-	-	-	-	8	31/12/2022	Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (MinC), antiga Secretaria Nacional de Infraestrutura Cultural - 7 equipamentos informados. Secretaria de Formação, Livro e Leitura (MinC), antiga DLLLB - 1 equipamento informado.	Informações de regionalização obtidas neste resultado intermediário: 4

								(norte), 8 (nordeste), 1 (centro oeste), 20 (sudeste) e 6 (sul). 49 equipamentos sem informação de regionalização.
Região Norte	-	-	-	-	4	31/12/2022	Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (MinC), antiga Secretaria Nacional de Infraestrutura Cultural - 4 equipamentos informados.	Informações de regionalização obtidas neste resultado intermediário: 4 (norte), 8 (nordeste), 1 (centro oeste), 20 (sudeste) e 6 (sul). 49 equipamentos sem informação de regionalização.
Região Sudeste	-	-	-	-	20	31/12/2022	20 informados na região sudeste: Funarte: 6 equipamentos cênicos dos espaços atendidos pelo CTAC/COEC (Teatro Glauce Rocha, Teatro Dulcina, Teatro Duse, Teatro COEC, Teatro Cacilda Becker e ENCLO). Secretaria do Audiovisual (MinC) - 2 equipamentos em funcionamento, o Centro Técnico do Audiovisual (RJ) e a Cinemateca Brasileira (SP). Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (MinC), antiga Secretaria Nacional de Infraestrutura Cultural - 8 equipamentos. Fundação Casa de Rui Barbosa - 1 equipamento. Secretaria de Formação, Livro e Leitura (MinC), antiga DLLLB - 3 equipamentos.	Informações de regionalização obtidas neste resultado intermediário: 4 (norte), 8 (nordeste), 1 (centro oeste), 20 (sudeste) e 6 (sul). 49 equipamentos sem informação de regionalização.
Região Sul	-	-	-	-	6	31/12/2022	Subsecretaria de Espaços e Equipamentos Culturais (MinC), antiga Secretaria Nacional de Infraestrutura Cultural - 6 equipamentos informados.	Informações de regionalização obtidas neste resultado intermediário: 4 (norte), 8 (nordeste), 1 (centro oeste), 20 (sudeste) e 6

								(sul). 49 equipamentos sem informação de regionalização.

Resultado Intermediário: 0338 - Ampliar o acesso do público à BNDigital da FBN

Informações básicas

Unidade de medida: Acesso ao site http://bndigital.bn.gov.br
Linha de base: 33.104.136
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de acessos ao site http://bndigital.bn.gov.br
Meta prevista para 2020: 101.602.664
Meta prevista para 2021: 102.118.900
Meta prevista para 2022: 102.640.300
Meta prevista para 2023: 103.167.100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 90.052.656
Data do valor apurado: 01/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As consultas às coleções da BNDigital (Brasiliana Fotográfica e Iconográfica, Brasiliana da Literatura Infantil e Juvenil, Projeto Resgate Barão do Rio Branco, a Rede da Memória Virtual Brasileira, Biblioteca Digital Luso Brasileira e a Hemeroteca Digital) no período de janeiro a dezembro/2022 atingiram a marca de 90.052.656 visualizações totais no ano. Do conjunto de atividades que constituem a rotina da BNDigital, em 2022 destaca-se a produção de conteúdo para o portal, que reúne documentos digitalizados, exposições virtuais, dossiês e artigos. No ano de 2022, foram incluídos 1.567 novos títulos na base de dados de obras digitalizadas. O acervo digital atingiu o total de 85.901 títulos, correspondendo a 2.879.595 documentos e 40.797.910 páginas. Foram, ainda, produzidos e disponibilizados no portal da BNDigital 2 novas exposições, 7 novos dossiês e 155 novos artigos, além de 52 documentos da semana.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Por se tratar de acesso a site na internet, não há como ser feita a regionalização do resultado.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Em 2022, o site da BNDigital sofreu dois ataques hackers, exigindo a suspensão do acesso por um período total de 45 dias. Tais ocorrências concorreram para a redução do índice de acessos remotos no ano.
Providências implementadas para a superação da restrição: Levantamento e recuperação de arquivos derivados faltantes na BNDigital, motivado pelo ataque de hackers (conforme consta no RG 2022). Adoção de medidas para aumento da segurança da infraestrutura de armazenamento da FBN visando reduzir o risco de novas ocorrências deste tipo -- tais como atualização dos ambientes de produção, atualização de sistemas operacionais, atualização de versões de software e implementação de controles de permissões mais rígidos.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0339 - Ampliar a quantidade de pontos e pontões de cultura certificados na Plataforma Rede Cultura Viva

Informações básicas

Unidade de medida: Pontos e Pontões de Cultura Certificados
Linha de base: 4.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Entidades privadas sem fins lucrativos e coletivos culturais certificados como pontos ou pontões de cultura na Plataforma Rede Cultura Viva
Meta prevista para 2020: 4.250
Meta prevista para 2021: 4.500
Meta prevista para 2022: 4.750
Meta prevista para 2023: 5.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.328
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O indicador é adequado para uso, entretanto deve-se buscar melhorias para atender plenamente.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Erros recorrentes no sistema e escassez de chamamentos públicos para apoio a Pontos e Pontões de Cultura.
Providências implementadas para a superação da restrição: Tratativas com a equipe de tecnologia da informação para emissão de diagnóstico, solução e desenvolvimento de evolutiva no sistema com manutenção ativa; e articulação com parceiros para elaboração de Plano de Comunicação e Divulgação da Cultura Viva, visando novos cadastros.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Sem informação de

Oeste								regionalização.
Região Nordeste	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Sem informação de regionalização.
Região Norte	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Sem informação de regionalização.
Região Sudeste	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Sem informação de regionalização.
Região Sul	-	-	-	-	0	31/12/2022	Não informado	Sem informação de regionalização.

Resultado Intermediário: 0386 - Fortalecer a produção cultural negra

Informações básicas

Unidade de medida: Iniciativas apoiadas ou realizadas
Linha de base: 226
Data de referência da linha de base: 31/12/2020
Indicador: Número de inciativas apoiadas ou realizadas pela FCP
Meta prevista para 2020: 226
Meta prevista para 2021: 348
Meta prevista para 2022: 260
Meta prevista para 2023: 286

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 431
Data do valor apurado: 02/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022 a Fundação Cultural Palmares superou a meta prevista para o resultado intermediário no período: 431 inciativas, que correspondem a 166% do previsto. Este total corresponde a: a) 135 Comunidades Remanescentes de Quilombos assistidas, garantindo assistência jurídica, especialmente em áreas tituladas, para a proteção da integridade territorial de tais comunidades, localizadas em 18 estados: AP, PA, TO, BA, MA, PB, PE, SE, DF, GO, MT, ES, MG, RJ, SP, PR, RS e SC. b) 61 Comunidades Remanescentes de Quilombos certificadas, distribuídas nas seguintes regiões: Nordeste 28, Norte 02, Sudeste 31. c) 263 projetos premiados categorias artesanato, música, dança, leitura, escrita e oralidade, fotografia e artes plásticas (desenho, pintura e xilogravura). Foram realizados 5 editais pela FCP visando promover, preservar, disseminar e valorizar a cultura negra e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades tradicionais afro-brasileiras e fazedores da cultura. Esses editais totalizaram 1.057 inscrições. d) 1 patrimônio preservado. O Monumento Nacional Serra da Barriga (MNSB), que se encontra sob a gestão da FCP situado no Município União dos Palmares, em Alagoas, e é reconhecido como Patrimônio Cultural do Mercosul desde 2017. Em 2022, o patrimônio recebeu 36.875 visitantes provenientes de outros estados e do exterior, um aumento de 59% em comparação ao ano de 2021. e) 15 Termos de Fomentos voltados à promoção e à divulgação da cultura afro-brasileira, com recursos oriundos de 8 emendas parlamentares, assim distribuídas: DF, AL, CE, PA e GO. O valor total dispendido para essas iniciativas foi de R$ 7.745.089,00, sendo que 4.269.000,00 são oriundos de emendas parlamentares e R$ 3.476.089,00 recursos próprios.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	32	56	58	60	88	02/03/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	67	129	78	90	125	02/03/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	33	31	23	25	56	02/03/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	58	93	73	83	123	02/03/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	36	39	28	28	39	02/03/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5026 - ESPORTE

Objetivo: 1219 - Garantir o acesso do cidadão brasileiro ao esporte por meio de políticas públicas inclusivas e sustentáveis de forma a desenvolver o esporte educacional, de formação, de participação (lazer) e de alto rendimento em edificações e espaços esportivos adequados propiciando o exercício da cidadania, o bem-estar físico, mental e social, bem como a valorização do cidadão e também do atleta, inclusive combatendo o uso de métodos e substâncias proibidas, de forma a garantir a idoneidade em competições esportivas

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2022 o Ministério da Cidadania continuou envidando esforços em duas frentes: promover o desporto educacional desenvolvendo e implementando ações de inclusão social por meio do esporte, com a perspectiva de garantir à população o acesso gratuito a atividades físicas, qualidade de vida e desenvolvimento humano. Em outra, buscou garantir o desenvolvimento de políticas e incentivos para o esporte de alto rendimento. Ambas visaram contribuir com a meta de aumentar em 20,60% o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte. Cabe destacar que neste contextou buscou-se viabilizar acesso das pessoas com as mais diversas deficiências, em todas as faixas etárias à prática esportiva englobando todas as suas

manifestações, bem como a garantia do “jogo limpo” com diversas ações de educação e fiscalização antidopagem. Com limitações orçamentárias, este Ministério buscou fomentar parcerias com diversos entes públicos e privados em prol deste objetivo, desenvolvemento e foment inúmeros Projetos, competições e ações

Meta: 051E - Aumentar em 20,60% o atendimento à população com programas, projetos e ações federais na área do esporte

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pessoa atendida
Linha de base: 4.285.000
Data de referência da linha de base: 23/07/2019
Meta prevista para 2020: 4.390.342
Meta prevista para 2021: 4.495.964
Meta prevista para 2022: 4.610.260
Meta prevista para 2023: 5.167.710

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 4.695.235
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: não há

Indicador: 8751 - Atendimentos com programas, projetos e ações federais na área do Esporte

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 90,4
Data de Apuração: 23/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Semestral

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 90,42
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0129 - Ações de paradesporto fomentadas

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/05/2019
Indicador: Número de pessoas atendidas com ações, programas e projetos paradesportivos.
Meta prevista para 2020: 600
Meta prevista para 2021: 1.000
Meta prevista para 2022: 2.000
Meta prevista para 2023: 2.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3.714
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional do Paradesporto (SNPAR) tem como objetivo promover e articular ações Paradesportivas visando o acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva em todas as suas manifestações. Assim como em 2021, no ano de 2022, a SNPAR não mediu esforços para a execução de seu orçamento, sendo assim, considera-se o desempenho positivo, de alto impacto para o paradesporto, tendo em visto o resultado alcançado.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Os Projetos apoiados abrangeram pessoas de regiões diversas, não sendo possível estabelecer a proveniência dos beneficiários diretos e indiretos para fins de regionalização.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0130 - Ampliação do apoio a núcleos de formação em futebol, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional

Informações básicas

Unidade de medida: ação apoiada
Linha de base: 60
Data de referência da linha de base: 31/12/2019

Indicador: Número de núcleos de formação em futebol implantados, torneios de futebol e eventos de capacitação profissional apoiados, em relação ao registrado no ano de 2019
Meta prevista para 2020: 60
Meta prevista para 2021: 60
Meta prevista para 2022: 50
Meta prevista para 2023: 85

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 43
Data do valor apurado: 31/03/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta prevista para o ano de 2022 não foi atingida devido à insuficiência orçamentária desta Secretaria. A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A restrição se deu na dotação orçamentária referente a Ação 20JO. Ela vem ocorrendo desde 2018 (dotação), quando o orçamento discricionário da SNFDT, caiu de mais de R$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) para apenas R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) por ano.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aumento do orçamento da SNFDT

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	15	05/01/2023	A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os	Não informado

							sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.	
Região Nordeste	-	-	-	-	10	05/01/2023	A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	3	05/01/2023	A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	10	05/01/2023	A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	5	03/03/2023	A SNFDT desenvolve vários programas utilizando o futebol e modalidades derivadas (futsal e beach soccer) como ferramenta de inclusão e integração social. Desenvolve ainda programas que visam o incentivo à pesquisa e ao desenvolvimento técnico e tático do futebol e suas modalidades derivadas. O Programa Seleções do Futuro tem como objetivo geral incentivar, desenvolver e democratizar o acesso à formação esportiva na modalidade futebol, futsal e Beach Soccer, para crianças e adolescentes, de ambos os sexos, na faixa etária de 06 a 17 anos, buscando garantir com qualidade o direito constitucional ao esporte. Foram implantados, entre 2019 e 2022, 42 núcleos, em 32 municípios, tendo atendido 8.535 crianças e jovens.	Não informado

Resultado Intermediário: 0131 - Ampliação do número de atletas atendidos pelo programa Bolsa Atleta

Informações básicas

Unidade de medida: atleta
Linha de base: 6.204
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quant de atletas praticantes de esportes olímpicos e paralímpicos de alto rendimento, a partir de 14 anos, que tenham obtido bons resultados em comp. nacionais e internacionais atendidos pelo PBA
Meta prevista para 2020: 6.316
Meta prevista para 2021: 7.384
Meta prevista para 2022: 7.384
Meta prevista para 2023: 7.384

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.776
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Bolsa Atleta contemplou 6.776 atletas em 2022, sendo 357 da categoria atleta Pódio e 6.419 nas demais categorias (Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paralímpica), o que possibilitou o suporte à preparação dos atletas de alto rendimentos elegíveis ao Programa. Desse total, 55,7% são do sexo masculino e 44,3% do sexo feminino, 73,4% dos atletas são de modalidades olímpicas e 26,6% de modalidades paralímpicas, ao passo que cerca de 96,1% declaram não possuir outra fonte de patrocínio. Vale dizer que foram atendidos 100% dos atletas que preencheram os requisitos da categoria de bolsa pleiteada.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Detalhamento da restrição: Não foi possível atingir a meta estabelecida para o ano, uma vez que a ação sofreu um cancelamento de créditos imposto pelo Ministério da Economia no montante de R$ 14.000.000,00.
Providências implementadas para a superação da restrição: Considerando a redução da dotação disponível, não foi lançado o edital para os atletas não olímpicos.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Cabe mencionar ainda, que para o Edital de 2022, consideram-se os eventos esportivos realizados em 2021, e um dos principais eventos organizado pelo Comitê Olímpico do Brasil não foi realizado devido pandemia de COVID 19, o que tambem contribuiu para o não atingimento da meta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Considerando que a SNEAD não tem gerência sobre os eventos realizados pelo COB, somente foi possível realizar alguma ação para manutenção da meta do Programa para o exercício de 2023, uma vez que resultados esportivos dos jogos JEBs integrarão os critérios de seleção para o proximo edital.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	515	31/12/2022	Foram beneficiados 515 atletas na região centro-oeste. Valor que corresponde a 7,60 % do valor total de beneficiados.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	816	31/12/2022	Foram beneficiados 816 atletas na região nordeste. Valor que corresponde a 12,04% do valor total de beneficiados.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	201	31/12/2022	Foram beneficiados 201 atletas na região norte. Valor que corresponde a 2,96 % do valor total de beneficiados.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	3.829	31/12/2022	Foram beneficiados 3.829 atletas na região sudeste. Valor que corresponde a 56,50 % do valor total de beneficiados.	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	1.415	31/12/2022	Foram beneficiados 1.415 atletas na região sudeste. Valor que corresponde a 20,88 % do valor total de beneficiados.	Não informado

Resultado Intermediário: 0132 - Ampliação e qualificação do acesso ao esporte educacional, recreativo e ao lazer para todas as idades.

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada
Linha de base: 580.446
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: População beneficiária por programas educacionais, de participação e do lazer financiados pelo Ministério da Cidadania
Meta prevista para 2020: 594.957
Meta prevista para 2021: 609.831
Meta prevista para 2022: 428.000
Meta prevista para 2023: 700.018

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 249.136
Data do valor apurado: 31/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2022 por meio da ação 20JP - Desenvolvimento de Atividades e Apoio a Projetos e Eventos de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social celebrou 303 instrumentos, visando beneficiar aproximadamente 249.136 beneficiários.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Insuficiência Orçamentaria. A dotação orçamentária disponibilizada no exercício de 2022, no valor total de 289.316.474,00 (Duzentos e oitenta e nove milhões, trezentos e dezesseis mil e quatrocentos e setenta e quatro reais) foi insuficiente para alcançar a meta física.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação sistemática de aumento do orçamento para o atingimento das metas estabelecidas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	75.747	31/01/2023	118 instrumentos celebrados em 2022, na região centro- oeste, visando beneficiar aproximadamente 75.747 beneficiários.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	22.679	31/01/2023	32 instrumentos celebrados em 2022, para região nordeste, visando beneficiar aproximadamente 22.679 beneficiários.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	2.130	31/01/2023	5 instrumentos celebrados em 2022, para região norte, visando beneficiar aproximadamente 2.130 beneficiários.	Não informado

Região Sudeste		-	-	-	-	131.695	31/01/2023	131 instrumentos celebrados em 2022, para região sudeste, visando beneficiar aproximadamente 131.695 beneficiários.	Não informado
Região Sul		-	-	-	-	16.885	31/01/2023	17 instrumentos celebrados em 2022, para região sul, visando beneficiar aproximadamente 16.885 beneficiários.	Não informado

Resultado Intermediário: 0133 - Ampliação do quantitativo de testes de controle de dopagem em competição e fora de competição.

Informações básicas

Unidade de medida: amostras coletadas
Linha de base: 1.906
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de amostras coletadas de atletas
Meta prevista para 2020: 2.060
Meta prevista para 2021: 2.300
Meta prevista para 2022: 2.300
Meta prevista para 2023: 2.900

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 2.331
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Plano de Distribuição de Testes (PDT) elaborado anualmente pela ABCD ancora-se em uma detalhada análise de risco, que define quantitativos e estratégias, observando o calendário esportivo nacional. Destaca-se que, após dois anos de Pandemia, os calendários esportivos estão sendo retomados, com competições acontecendo conforme planejamento, com um número reduzido de adiamentos ou cancelamentos. De janeiro a dezembro de 2022 a ABCD realizou 2331 testes, que superou a meta anual, que é de 2300 testes. Em razão da convergência e a atenção da ABCD com os eventos nacionais e internacionais seguimos realizando testes em atletas brasileiros que residem e treinam no Brasil e, também, auxiliando as Federações Internacionais com informações de inteligência para realização de testes em atletas brasileiros treinando em outros países. Os testes fora de competição, mais qualificados, pautados em estratégia e inteligência, seguem recebendo os melhores esforços da ABCD para que se mantenham em um percentual de pelo menos 30% em relação ao número total de testes realizados no exercício.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A Política Antidopagem é realizada de forma nacional, não se fazendo necessária a regionalização.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Falta de servidores para abertura, instrução, acompanhamento, pagamento e fiscalização dos processos administrativos, considerando toda a sistemática complexa criada pelo processo de contratação via credenciamento.

Providências implementadas para a superação da restrição: O trabalho foi realizado na medida do possível com os servidores da ABCD. A produtividade teria sido maior se tivéssemos mais pessoal.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Destaca-se que, após dois anos de Pandemia, os calendários esportivos estão sendo retomados, com competições acontecendo conforme planejamento, com um número reduzido de adiamentos ou cancelamentos.
Providências implementadas para a superação da restrição: Resultou em adequação no plano de testes. A ABCD convergiu seus esforços para a proteção da delegação brasileira, realizando testes em atletas brasileiros que residem e treinam no Brasil e, também, auxiliando as Federações Internacionais com informações de inteligência para realização de testes em atletas brasileiros treinando em outros países.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0293 - Ampliar oferta de infraestrutura esportiva por meio da implantação de Estações Cidadania - Esporte

Informações básicas

Unidade de medida: usuários atendidos
Linha de base: 9.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de usuários dos serviços e ações realizados nas Estações Cidadania - Esporte
Meta prevista para 2020: 10.290
Meta prevista para 2021: 11.400
Meta prevista para 2022: 12.000
Meta prevista para 2023: 12.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 263.786
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De janeiro a dezembro de 2022 foram entregues 7 (sete) espaços esportivos do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), com a estimativa de 263.786 pessoas beneficiadas nas regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste, que representam um percentual aproximado de 20% da população dos municípios atendidos. Estas edificações esportivas de alto rendimento dispõem de ginásio poliesportivo, pista de atletismo, área de apoio, administração, sala de professores, vestiários, enfermaria, copa, depósito, academia e sanitários. As unidades podem ofertar até 13 modalidades olímpicas, 6 paralímpicas e 1 não-olímpica.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: Cabe destacar que, anteriormente, para composição do valor apurado, era utilizada a média do número de beneficiários indicados pelos tomadores nos Planos de Gestão do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)). Entretanto, a Diretoria de Infraestrutura do

Esporte (DIE), identificou inconsistências que dificultavam a apuração do número. Visto isso, foi realizada adequação da memória de cálculo, a fim de aproximar o valor apurado à realidade de atendimentos, a partir da utilização de dados apresentados no Diagnóstico Nacional do Esporte e publicados pelo Ministério do Esporte. Nesse contexto, considerando o percentual de praticantes de esporte da população brasileira, o número de usuários atendidos pelo Estação Cidadania – Esporte (extinto CIE), passa a representar um percentual aproximado de 20% da população dos municípios beneficiados. O valor calculado anteriormente, com base apenas no Plano de Gestão das Prefeituras, mostrou-se um número com inconsistências, uma vez que, nem todos os entes apresentavam o Plano; e os planos apresentam uma diferença muito grande no número de beneficiários, demonstrando que não existe um padrão pelas Prefeituras para apresentação desse número. (algumas informam utilização por 300 pessoas, outras por 20 mil) Na concepção do programa CIE, foi previsto que o espaço seria para o desenvolvimento da base do esporte de alto rendimento; no entanto, em 2019, houve mudanças no CIE, por meio da Portaria 876/2019/MG/MC, do Ministério da Cidadania, onde o espaço passou a prever a integração entre atividades esportivas e culturais, além de atividades voltadas à Política de Assistência Social. Com essa modificação, o espaço deixou de ser exclusivo para prática esportiva de alto rendimento, aumento assim o número de beneficiários e os dias de utilização. Dessa forma, entende-se que a utilização dos CIE, é ampla e diversificada, podendo abranger diversos grupos em um mesmo espaço. O cálculo também não é baseado em dias de uso, considerando que o espaço pode ser aberto todos os dias da semana com diferentes ações. Entendemos também, que o número, por ser bem maior que a meta anteriormente prevista, traz uma certa insegurança sobre a realidade do dado. No entanto, a forma como vinha sendo medido o atingimento da meta, também não é realista, pois não tem um padrão entre as informações fornecidas pelos Municípios.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2.100	-	-	-	0	31/12/2022	Não houve entrega na região no período de janeiro a dezembro de 2022.	Não informado
Região Nordeste	4.300	-	-	-	52.458	31/12/2022	52.458 usuários atendidos através da implantação de 2 espaços esportivos do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), na região Nordeste, nos municípios de Lagarto/SE e Jequié/BA.	Não informado
Região Norte	1.200	-	-	-	41.133	31/12/2022	41.133 usuários atendidos através da implantação de 1 espaço esportivo do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), na região Norte, no município de Castanhal/PA.	Não informado
Região Sudeste	2.690	-	-	-	118.729	31/12/2022	118.729 usuários atendidos através da implantação de 3 espaços esportivos do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), na região Sudeste, nos municípios de Suzano/SP, Pindamonhangaba/SP e Araguari/MG.	Não informado
Região Sul	0	-	-	-	51.466	31/12/2022	51.466 usuários atendidos através da implantação de 1 espaço esportivo do Estação Cidadania – Esporte (extinto Centro de Iniciação ao Esporte (CIE)), na região Sul, no município de Viamão/RS.	Não informado

Resultado Intermediário: 0294 - Implantação e modernização de infraestrutura para esporte educacional, recreativo e lazer

Informações básicas

Unidade de medida: empreendimentos apoiados
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Empreendimentos apoiados
Meta prevista para 2020: 187
Meta prevista para 2021: 196
Meta prevista para 2022: 206
Meta prevista para 2023: 222

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 326
Data do valor apurado: 31/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2022 por meio da ação 00SL - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, celebrou 326 empreendimentos, visando implantar e modernizar 326 infraestruturas para o esporte educacional, recreativo e lazer. Nesse sentindo, a ação superou a meta estabelecida no PPA para o exercício de 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	28	31/01/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	87	31/01/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	39	31/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	93	31/12/2022	Não informado	Não informado

Região Sul		-	-	-	-	79	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0295 - Aquisição de equipamentos para esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte

Informações básicas

Unidade de medida: equipamentos adquiridos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de equipamentos para esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte adquiridos
Meta prevista para 2020: 23
Meta prevista para 2021: 24
Meta prevista para 2022: 25
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 60
Data do valor apurado: 31/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social em 2022 por meio da ação 00SL - Implantação e Modernização de Infraestrutura para Esporte Educacional, Recreativo e de Lazer, celebrou 60 convênios, visando a aquisição de equipamentos para o esporte educacional, recreativo e lazer, de esporte. Nesse sentindo, a ação superou a meta estabelecida no PPA para o exercício de 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: O valor apurado: 203 equipamentos Indicador: Quantidade de equipamentos para esporte educacional, recreativo e lazer, adquiridos (Infraestrutura esportiva que não envolva obra, exemplos: academia ao ar livre, parque infantil, equipamento de musculação...)

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	5	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	Valor não	31/12/2022	Não informado	Não

					disponível			informado
Região Sudeste	-	-	-	-	34	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	19	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5027 - INCLUSÃO PRODUTIVA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

Objetivo: 1220 - Ampliar os meios de acesso da população às políticas de inclusão social e produtiva cidadã, considerando as especificidades regionais e territoriais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5027 tem por finalidade viabilizar a inclusão social e produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade, para tanto, o Governo Federal lançou o Plano Progredir (Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017), voltado às ações em meio urbano, o Plano tem por objetivo articular e coordenar políticas públicas inclusivas com o objetivo de garantir a autonomia socioeconômica das pessoas inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal por meio de um conjunto integrado e articulado de inclusão produtiva, com iniciativas de qualificação profissional, empreendedorismo e intermediação profissional. A fim de implementar novas tecnologias e impulsionar as oportunidades no portal Progredir, foi firmado em dezembro de 2021, com vigência até 2024, com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) o Termo de Execução Descentralizado objetivando “estudo e proposição de plataforma informacional, armazenamento e processamento de dados do sistema PROGREDIR, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social”. Como resultado dessa parceria, em 2022 das 5 (cinco) etapas previstas no projeto, 3 (três) foram entregues e outras 2 (duas) estão em andamento. O Observatório Progredir, disponível no endereço eletrônico: observatorioprogredir.ibict.br, possibilita o mapeamento das informações socioeconômicas, disponíveis em bancos de dados do Governo Federal, permitindo a interoperabilidade entre os detentores desses dados, a fim de construir indicadores que fomentarão as políticas públicas voltadas ao público-alvo do Plano Progredir (Cadastro Único). Com a análise dos fluxos informacionais foram mapeados os envolvidos na produção e consumo da informação do Progredir, onde foi possível o mapeamento de parceiros como a Secretaria do Cadastro Único e o Ministério do Trabalho. Foram realizadas várias reuniões para alinhar entendimentos e fazer os acordos necessários para o recebimento da estrutura e dos dados socioeconômicos com o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Regional, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, bem como Ministério da Economia (Ministérios integrantes do Grupo Gestor do Plano Progredir – GGPP). Os alinhamentos estão em fase final para a disponibilização das bases de dados, com atenção à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). A estrutura tecnológica e ambiente informacional foram mapeados e apresentados por meio de diagramas de extração de dados, com o uso de técnicas de inteligência artificial (ETL - Extract Transform and Load), aplicando transformações e análises aos dados para a construção de uma base interoperável. Foi desenvolvida em torno da proposta tecnológica da nova estrutura do Progredir, o mapeamento dos dados e métodos que são atualmente utilizados e suas funções e impactos de desenvolvimento. A proposta apresentada leva em conta a inovação tecnológica, a interoperabilidade com os parceiros e produtores de dados associados ao Plano Progredir, bem como a obtenção de resultados, a descrição das novas funcionalidades associadas e a tecnologia a ser desenvolvida. A Plataforma nova do progredir encontra-se em fase de estruturação e desenvolvimento, com proposta de entrega até junho de 2023 e a fim de ilustrar a nova proposta de reformulação da Plataforma, foi criada Nova Marca Progredir, com evento de lançamento ocorrido em 21/12/2022 no Auditório do Bloco A, na Esplanada dos Ministérios e transmissão ao vivo pelo Canal do Ministério da Cidadania, no YouTube, endereço eletrônico: https://www.youtube.com/watch?v=mtRnviGTJaQ. O projeto alcança o universo de pessoas inseridas no Cadastro Único, que somam,

conforme dados de novembro de 2022, (CECAD 2.0) mais de 92 milhões de pessoas, sendo que dessas, 43.330.239 pessoas encontram-se em idade produtiva. Com a possibilidade de oportunizar qualificação, intermediação de mão de obra, microcrédito orientado e apoio ao empreendedorismo, com vistas a redução da pobreza e extrema pobreza. Em busca de fomentar o empreendedorismo e a formação de novos negócios para a inserção da população vulnerável no mercado de trabalho, geração de renda e aumento da autonomia socioeconômica do público alvo, foi firmado também em dezembro 2021 um Termo de Fomento com o Movimento Organizacional Vencer Educar e Realizar - MOVER HELIPA, organização da sociedade civil, prevendo a criação de uma cozinha escola em containers, em local aberto ao público para oferta de capacitação profissional e assistência técnica na área de gastronomia para os moradores favela de Heliópolis cadastrados no Cadastro Único, com repasse de recursos no montante de R$ 2.500.000,00, sendo R$ 1.283.049,00 em março e R$ 1.216.951,00 em junho 2022, respectivamente. O projeto tem alcançado êxito junto à comunidade de Heliópolis/SP, visando beneficiar 1.000 pessoas diretamente e impactando a vida de aproximadamente 4.000 pessoas famílias indiretamente. Em adiantada fase de execução, já foram contratadas as equipes técnicas, que irão atuar na articulação com a comunidade de Heliópolis, por meio de reuniões com outras OSC e mobilizando as lideranças locais visando a busca e inscrições dos beneficiários do projeto. Os instrutores que vão ministrar os cursos estão em fase de contratação, pois o processo de implementação da cozinha escola container já se encontra em fase final de implantação, com mais da metade da estrutura instalada e com previsão de finalizar até 15/01/2023, com as adequações, adaptações e acabamentos necessárias para o início dos cursos de gastronomia. Além dos cursos de gastronomia pretende-se até junho 2023 realizar 05 oficinas preparatórias, num total de 20 horas, nas áreas de Empreendedorismo, Plano de negócios, vendas e atendimento ao cliente, marketing digital e de formalização de MEI – Microempreendedor individual, para 11 pessoas mês num total de 132 pessoas em 24 meses. Já em setembro de 2022 foi descentralizado recurso na ordem de R$ 2.643.512,00 para Pesquisa e Qualificação Profissional para desenvolvimento e execução do Programa Brasil de Valor, para apoio às medidas socioeconômicas governamentais, por meio da qualificação profissional, digital e empreendedora voltada àqueles que se enquadrem nos ditames da Lei nº 13.982/2020 por meio de Termo de Execução Descentralizada firmado com a Universidade Federal do Piauí. O projeto está em fase de implantação. Também foram firmados instrumentos a fim de promover qualificação para os inscritos no Cadastro Único por meio de emendas parlamentares no total de R$ 1.330.717,00. No tocante as iniciativas de Economia Solidária, em 2022 foram celebrados vários Termos de Fomentos e Termos de Execução Descentralizada, que possibilitaram apoiar 858 (oitocentos e cinquenta e oito) empreendimentos econômicos solidários, nas cinco regiões do país. A maior parte dos recursos são oriundos de emendas parlamentares ao Orçamento Geral da União, direcionadas ao fomento da economia solidária; a comercialização em rede; incubação e assessoramento técnico para os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) integrados por pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com investimentos prioritários na organização de empreendimentos e redes de cooperação, na área de reciclagem de resíduos sólidos, com desenvolvimento da educação ambiental, da cultura da sustentabilidade e do comércio justo e solidário. Com o recurso discricionário foi possível apoiar 68 cooperativas, no Brasil, por meio do Projeto “Rodabem Caminhoneiro”, que proporciona às cooperativas beneficiárias, assessoramento técnico, plano de negócios e de gestão, infraestrutura. Além disso, o Termo de Execução Descentralizada celebrado com o Instituto Federal do Rio Grande do Norte beneficiou catorze empreendimentos de economia solidária, formais e informais, constituídos, em sua maioria por mulheres, quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, os quais trabalham principalmente nos ramos de artesanato, costura e agricultura. Ademais, cita-se o Termo de Execução Descentralizada, celebrado com a Universidade Federal do Goiás, cujo objeto é a instalação de uma unidade piloto de processamento de vidro para a REDE UNIFORTE, no município de Goiânia/GO, composta por 6 cooperativas, beneficiando cerca de 465 pessoas, em fase de expansão para mais 20 cooperativas no interior do Estado de Goiás.

Meta: 051F - Ampliar por meio de ações de inclusão produtiva o público em 40.000 pessoas do Cadastro Único, preferencialmente os beneficiários do Programa Auxílio Brasil

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: pessoa atendida (unidade)
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/07/2019

Meta prevista para 2020: 2.705
Meta prevista para 2021: 19.108
Meta prevista para 2022: 29.554
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 39.713
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: A Plataforma Progredir possui diversas limitações de travamentos e atualizações que impossibilitam o registro adequado dos cadastros. Tal fato também desestimula os beneficiários e parceiros a realizar os registros adequadamente
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi firmado em 2021 e executado em 2022 até 2024 o termo de Execução Descentralizada com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT no valor de R$ 949.000,00, que objetiva reformular a plataforma e possibilitar o cadastro adequado, ampliando as oportunidades aos beneficiários

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	202	1.452	2.235	3.018	3.354	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	903	6.424	9.905	13.390	11.880	31/12/2022	Não informado
Região Norte	250	1.779	2.745	3.700	5.353	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	1.010	7.200	11.100	15.007	15.716	31/12/2022	Não informado
Região Sul	176	2.253	3.569	4.885	3.410	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8746 - Quantidade de pessoas que tem acesso às políticas de inclusão social e produtiva cidadã

Informações básicas

Unidade de medida: %
Valor de referência: 4,14
Data de Apuração: 31/07/2019

Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 2,63
Data do índice: 31/12/2022
Observação: Demonstrativo do cálculo do Indicado NISP da Meta 051F do Objetivo 1220 do Programa 5027 do PPA 2020 - 2023 VARIÁVEL | ANO | | jul/19 | dez/19 | 2020 | 2021 | 2022 | NUA | 34.724 | 61.545 | 20.434 | 24.073 | 15.640 | NBACEN | 496.803 | 944.380 | 999.417 | 1.140.866* | 1.510.971* | NT | 46.695.083 | 45.800.638 | 45.542.002 | 49.911.930 | 58.057.710 | NISP | 1,14 | 2,20 | 2,24 | 2,33* | 2,63* | * Números estimados. Será feita atualização quando o Ministério receber os dados reais do NBACEN.

Resultado Intermediário: 0134 - Ampliação do número de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano Progredir

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa beneficiada
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de de pessoas inscritas no Cadastro Único beneficiadas com ações de inclusão produtiva no âmbito do Plano Progredir
Meta prevista para 2020: 1.400
Meta prevista para 2021: 19.108
Meta prevista para 2022: 29.554
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 15.640
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Firmou-se em dezembro de 2021, com vigência até 2024, com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o Termo de Execução Descentralizada objetivando “Estudo e proposição de plataforma informacional, armazenamento e processamento de dados do sistema PROGREDIR, para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à inclusão produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social”, com descentralização de R$ 949.300,00 em 2021. Como resultado dessa parceria, em 2022 das cinco etapas previstas no projeto, três foram entregues e outras duas estão em andamento. Com a análise dos fluxos informacionais do Observatório Progredir, foram mapeados os envolvidos na produção e consumo da informação do Progredir, analisados os fluxos de dados. Assim, foi possível o mapeamento de parceiros como o CadÚnico e o Ministério do Trabalho. Foram realizadas várias reuniões para o recebimento da estrutura e dos dados socioeconômicos com o Ministério do Trabalho;

Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e Ministério da Economia. A Plataforma nova do Progredir está em fase de estruturação e desenvolvimento. Também foi criada Nova Marca Progredir, com lançamento em 21/12/2022. O projeto alcança o universo de pessoas inseridas no CADUNICO, que somam, conforme dados de novembro de 2022, (CECAD 2.0) mais de 92 milhões de pessoas, sendo que, dessas, 43.330.239 pessoas encontram-se em idade produtiva. Em dezembro 2021, firmou-se um Termo de Fomento com o Movimento Organizacional Vencer Educar e Realizar - MOVER HELIPA, organização da sociedade civil, prevendo a criação de uma cozinha escola em containers para os moradores de Heliópolis cadastrados no CADÚNICO, com repasse de recursos no montante de R$ 2.500.000,00 em 2022. O projeto visa beneficiar 1.000 pessoas diretamente e impacta a vida de aproximadamente 4.000 pessoas famílias indiretamente.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	105	1.452	2.235	3.018	1.483	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	467	6.424	9.905	13.390	4.302	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	129	1.779	2.745	3.700	1.731	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	523	7.200	11.100	15.007	6.692	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	176	2.253	3.569	4.885	1.432	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0135 - Ampliação do número de empreendimentos apoiados de economia solidária, associativismo e cooperativismo que promovam a inclusão produtiva de pessoas inscritas no Cadastro Único

Informações básicas

Unidade de medida: empreendimento apoiado
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de empreendimentos de economia solidária, associativismo e cooperativismo apoiados por ações desenvolvidas pelo Ministério da Cidadania
Meta prevista para 2020: 50
Meta prevista para 2021: 200
Meta prevista para 2022: 200
Meta prevista para 2023: 200

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 858
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022 foram celebrados vários Termos de Fomentos e Termos de Execução Descentralizada, que possibilitaram apoiar 858 (oitocentos e cinquenta e oito) empreendimentos econômicos solidários, nas cinco regiões do país. Vide arquivo anexo.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	5	10	10	10	316	31/12/2022	Termos de Fomentos: -Instituto Formiguinhas do Bem do Brasil - 10 EES; -Centro de Estudos e Assessoria - CEA - 300 EES TED nº 02/2018 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG - 6 EES	Não informado
Região Nordeste	15	80	80	80	141	31/12/2022	Termos de Fomentos -Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil/BA - 01 EES; - GUAYI/CE - 26 EES; -Associação de Artesãos de Curral Grande/CE - 01 EES; - Coonsult Cooperativa de Trabalho em Consultoria/PE - 01 EES; - Associação das Mulheres Empreendedoras de Pernambuco/PE - 09 EES; -Instituto Travessia/PE - 06 EES; -Instituto Travessia/PE - 20 EES; - Associação dos Moradores de Pau Amarelo/PE - 02 EES; TED: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO RN - 14 EES. Convenios - MUNICIPIO DE JABOATAO DOS GUARARAPES - 53 EES; - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE-SEDURBS/SE - 08 EES	Não informado
Região Norte	5	10	10	10	60	31/12/2022	Termo de Fomento - Centro de Estudos e Assessoria - CEA/PA - 60 EES.	Não informado
Região Sudeste	10	40	40	40	109	31/12/2022	Termos de Fomento: -Caritas Brasileira/ES - 45 EES; -Caritas Brasileira/MG - 15 EES; -Cooperativa Solidária dos Trabalhadores e Grupos Produtivos da Região Leste/MG - 01 EES; - União dos Moradores da Parte Norte de Santa Maria/RJ - 01 EES; - Instituto Ecovida/RJ - 09 EES; - Instituto	Não informado

							Ecovida/RJ - 16 EES; - Associação Filantrópica Arte Salva Vidas/RJ - 02 EES; - Movimento Organizacional Vencer Educar e Realizar - Mover Helipa/SP - 01 EES; - FUNDACAO DE APOIO INST AO DESENV CIENT E TECNOLOGICICO/SP - 08 EES; - Instituto AUA de Empreendedorismo Socioambiental/SP - 01 EES; -Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil - 10 EES.	
Região Sul	15	60	60	60	232	31/12/2022	Termos de Fomento - Gerar - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional/PR - 02 EES; - Gerar - Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional/PR - 10 EES; - Cooperativa de Transposrtes Autônomos de Castro - COOPERTRACASTRO/PR - 01 EES; - Centro de Assessoria Multiprofissional/RS - 07 EES; - Assoiação do Voluntariado e da Solidariedade/RS - 01 EES; - Assoiação do Voluntariado e da Solidariedade/RS - 19 EES; - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil/RS - 40 EES; - Instituto Sirius/RS - 04 EES; - Instituto Sirius/RS - 09 EES; - ISCERGS - Instituto Educacional, Social e Cultural do Estado do Rio Grande do Sul - 01 EES; TEDs: - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - 135 EES; - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - 02 EES; - Universidade Federal de Santa Maria – UFSM - 01 EES	Não informado

PROGRAMA: 5029 - PRODUÇÃO DE DADOS E CONHECIMENTO PARA O APRIMORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: 1233 - Identificar, caracterizar, localizar e dar visibilidade à situação de vulnerabilidade das famílias para a promoção da inclusão social

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Ao tempo em que se verifica a superação de meta para 2022, verificou-se também um aumento expressivo no número de cadastros ativos unipessoais frente às demais famílias constantes do Cadastro Único, bem como uma tendência de redução do tamanho médio das famílias cadastradas e de crescimento na quantidade de famílias ativas que estão sofrendo desmembramento. Como hipótese para causa de tal fenômeno, tem-se o aumento significativo de cadastros unipessoais não inscritos anteriormente no CadÚnico em decorrência da procura pelo Auxílio Emergencial e, posteriormente, pelo Auxílio Brasil. Entende-se que o modelo de benefício que tais programas de transferência de renda privilegiaram pode ter levado a uma deterioração dos dados do Cadastro Único: para o

período de dezembro de 2022, tem-se, dentre o total de 41.293.865 famílias cadastradas (considerando-se todas as composições familiares do Cadastro Único), 14.666.300 cadastros unipessoais (cerca de 35,52%), o que destoa do histórico de composição familiar do Cadastro Único. Assim, ao longo de 2023 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, atual órgão gestor do Cadastro Único, envidará esforços no sentido de reavaliar os cadastros realizados no ultimo período, sobretudo os cadastros unipessoais.

Meta: 0522 - Ampliar para 70% o nível de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual de informações atualizadas
Linha de base: 83
Data de referência da linha de base: 31/07/2019
Meta prevista para 2020: 84
Meta prevista para 2021: 72
Meta prevista para 2022: 65
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 81,22
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: -

Indicador: 8753 - Taxa de atualização cadastral

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 83
Data de Apuração: 31/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 81,22
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0138 - Ampliação do índice de informações atualizadas das famílias de baixa renda no Cadastro Único

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de informações atualizadas
Linha de base: 83
Data de referência da linha de base: 31/07/2019
Indicador: Taxa de atualização cadastral dos municípios brasileiros
Meta prevista para 2020: 84
Meta prevista para 2021: 72
Meta prevista para 2022: 65
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 81,22
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Ao tempo em que se verifica a superação de meta para 2022, verificou-se também um aumento expressivo no número de cadastros ativos unipessoais frente às demais famílias constantes do CadÚnico, bem como uma tendência de redução do tamanho médio das famílias cadastradas e de crescimento na quantidade de famílias ativas que estão sofrendo desmembramento. Como hipótese para causa de tal fenômeno, tem-se o aumento significativo de cadastros unipessoais não inscritos anteriormente no CadÚnico em decorrência da procura pelo Auxílio Emergencial e, posteriormente, pelo Auxílio Brasil. Entende-se que o modelo de benefício que tais programas de transferência de renda privilegiaram pode ter levado a uma deterioração dos dados do Cadastro Único: para o período de dezembro de 2022, tem-se, dentre o total de 41.293.865 famílias cadastradas (considerando-se todas as composições familiares do Cadastro Único), 14.666.300 cadastros unipessoais (cerca de 35,52%), o que destoa do histórico de composição familiar do Cadastro Único. Assim, ao longo de 2023 o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, atual órgão gestor do Cadastro Único, envidará esforços no sentido de reavaliar os cadastros realizados no ultimo período, sobretudo os cadastros unipessoais.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Meta prevista para	Valor	Data do valor	Observação	Notas do

	2020	2021	2022	2023	Apurado	apurado		usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	81	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	84	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	83	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	77	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	78	31/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5031 - PROTEÇÃO SOCIAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)

Objetivo: 1222 - Garantir Serviços e Benefícios Socioassistenciais às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e riscos pessoais e sociais, com respeito à diversidade de públicos e territórios.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Brasil ainda apresenta parcela significativa da população vivendo em situação de vulnerabilidade e riscos sociais decorrentes da combinação de causas estruturais (baixa escolaridade, vínculos precários ao trabalho) e condições pessoais (ciclo de vida, deficiência congênita ou adquirida, violência, abuso/exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, etc) que comprometem a capacidade de proteção a ser desempenhada pelas famílias e a superação dessas situações pelos indivíduos. A magnitude e a dispersão territorial dessas situações constituem grandes desafios que exigem do SUAS, simultaneamente, capilaridade para viabilizar o acesso, integração das ações, inclusive com outras políticas setoriais, e qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas federativas. Nesse sentido, os déficits de cobertura e qualidade dos serviços e benefícios ofertados pelo SUAS se constituem em causas críticas para sua efetividade no enfrentamento da pobreza, desigualdades, vulnerabilidades e riscos sociais. Ao articular benefícios e serviços ofertados em uma rede de considerável capilaridade, o SUAS se reveste em instrumento fundamental para uma significativa redução dessas situações indesejadas. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é o principal benefício da Assistência Social. É um benefício individual, de 1 salário mínimo (mensal) à pessoa idosa (65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência (com impedimentos de longo prazo) de qualquer idade, em ambas as situações, com renda per capita familiar mensal inferior a ¼ do salário mínimo. A Assistência Social também responde pela manutenção da Renda Mensal Vitalícia (RMV), paga às pessoas que faziam jus a esse benefício quando de sua extinção, em janeiro/1996, quando foi implantado o BPC. O BPC atende a 5,1 milhões de pessoas, sendo 2,75 milhões de pessoas com deficiência e 2,34 milhões de idosos. Mais de 99% desses beneficiários e suas famílias já estão incluídos no Cadastro Único, permitindo maior conhecimento da realidade socioeconômica desse público e o acesso a outros serviços, programas e benefícios, da Assistência Social e de outras políticas. Apenas em 2022, foram concedidos aproximadamente 638 mil novos benefícios (328 mil idosos e 310 mil pessoas com deficiência). O BPC vem tendo diversos aprimoramentos nos últimos anos, como a regulamentação e implementação da avaliação da condição de miserabilidade e da situação de vulnerabilidade para acesso ao benefício (como previsto na Lei nº 14.176/2021) e a regulamentação do Auxílio-Inclusão (previsto na Lei nº 13.146/2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - LBI). Além disso, pretende-se aprimorar o

processo de revisão do BPC, a partir das conclusões de um grupo de trabalho interministerial, visando identificar possíveis indícios de irregularidades na sua concessão e aprimorar a manutenção do BPC ao longo do tempo. Os serviços socioassistenciais são organizados em dois níveis, considerando a complexidade das situações envolvidas. A Proteção Social Básica visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica. Localizadas prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 7,45 mil CRAS, o que equivale a 87% dos 8,5 mil unidades existentes, cuja cobertura atinge 30,4 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. Dados preliminares (fonte: RMA/SNAS) permitem estimar que, em 2022, os CRAS tenham realizado mais de 40,3 milhões de atendimentos individualizados, inserido ou atualizado o registro de 9,3 milhões de famílias no Cadastro Único, realizado 2,8 milhões de visitas domiciliares e acompanhado, em média, 1,1 milhão de famílias/mês. O atendimento às famílias é complementado pelo serviço de convivência, ofertado em grupos organizados por faixas etárias. Ao final de 2022, existiam 2 milhões de usuários nesses grupos, dos quais 802 mil em alguma situação prioritária (fonte: SISC/SNAS). Além dos CRAS, esse serviço também pode ser ofertado em outras unidades públicas ou entidades não governamentais de assistência social. Estas somam mais de 6,7 mil unidades de atendimento, atuando em parceria em mais de 1,4 mil municípios. A Proteção Social Especial oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras). Seus serviços são organizados em dois níveis (Média e Alta Complexidades), considerando a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são as principais unidades de prestação de serviços de Média Complexidade. Os CREAS são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF (em alguns casos, de estados), onde são ofertados diversos serviços especializados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes. Baseando-se em dados ainda preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que, em 2022, os CREAS realizaram 3,5 milhões de atendimentos particularizados, realizaram 844 mil visitas domiciliares e acompanharam, em média, 189 mil casos/mês. Além disso, mais de 27 mil adolescentes foram inseridos em acompanhamento pelo serviço de medidas socioeducativas, ao longo do ano. Esse serviço acompanha a cada mês, em média, 18,9 mil adolescentes em cumprimento de medidas aplicadas pelo Judiciário, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Os Centros Pop, também de média complexidade, são unidades públicas especializadas no atendimento à população em situação de rua. O Ministério da Cidadania cofinancia a oferta de serviços em 228 unidades Centro Pop, existentes em 203 municípios. Com base nos dados preliminares do sistema RMA/SNAS, em 2022 essas unidades realizaram 2,3 milhões de atendimentos, a quase 494 mil pessoas, dentre as quais migrantes (138 mil) e usuários de drogas (210 mil). O Ministério da Cidadania também cofinancia o serviço de Abordagem Social, realizado por mais de 500 equipes de CREAS e Centro Pop, em 265 municípios. Esse serviço realiza a busca ativa de pessoas expostas a riscos sociais e pessoais, como situação de rua, trabalho infantil, exploração sexual e uso abusivo de drogas. Com base nos dados preliminares do RMA/SNAS, em 2022 foram realizadas 1,37 milhão de abordagens, a 620 mil pessoas, das quais 133 mil migrantes e 251 mil adultos usuários de drogas. Por sua vez, os Centros-Dia de Referência são unidades públicas especializadas que oferecem atenção integral à pessoa com deficiência em situação de dependência durante o dia e, ao mesmo tempo, servem de apoio às famílias e aos cuidadores familiares, desempenhando um papel complementar aos cuidados das famílias. São 18 unidades, em 18 estados, além de 2 mil unidades similares (destas, 92% em parcerias com entidades não governamentais), cuja cobertura atinge mais de 1 mil municípios. Existem outras 9 unidades (em 9 municípios) específicas para o atendimento de crianças de 0-6 anos, com microcefalia ou deficiências associadas ao Zika vírus. Cada unidade Centro-Dia tem capacidade de atender entre 30-150 pessoas/mês. A proteção social especial de alta complexidade oferta serviços de acolhimento aos indivíduos que perderam seus vínculos familiares e comunitários, visando maiores níveis de autonomia e sua reinserção familiar e comunitária, quando possível. Ao final de 2022, existiam 6,9 mil unidades de Acolhimento (dessas, 66% em parceria com entidades não governamentais), com capacidade para atender 219 mil pessoas, em mais de 2,2 mil municípios, de todos os estados e DF. A cobertura do cofinanciamento federal atinge 86 mil dessas vagas. A alta complexidade também atua em situações de calamidades e emergências: como resposta ao aumento de migrantes venezuelanos, o Ministério da Cidadania tem cofinanciado a manutenção de abrigos temporários e a interiorização dos migrantes para outros estados. Até dezembro/2022, foram interiorizados 91,9 mil imigrantes (23,4 mil em 2022) e realizados mais de 255 mil atendimentos socioassistenciais na fronteira (47,6 mil em 2022). Além disso, outros 7,4 mil imigrantes se encontravam em unidades de acolhimento em Roraima. De natureza não governamental e sem fins lucrativos, as entidades ou organizações de assistência social atuam em parceria com a Administração Pública no atendimento às famílias e indivíduos em vulnerabilidade e riscos sociais, sendo de fundamental importância para a capilaridade de serviços de proteção básica e especial do SUAS. Existem mais de 15 mil Organizações da Sociedade Civil (OSCs) na rede SUAS, atuando em mais de 2,6 mil municípios. Um importante instrumento de parceria público-privada, visando ampliar a cobertura e melhoria dos serviços socioassistenciais, é a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS), por meio da qual as entidades contam com a isenção de contribuições sociais e podem acessar outras fontes para o financiamento de suas atividades. Em dezembro/2022, havia 5,9 mil entidades com CEBAS

vigente, das quais aproximadamente 1,1 mil foram concedidas pelo Ministério da Cidadania durante o ano. Finalmente, por meio da estrutura de Mobilidade da Rede de Proteção do SUAS (MobSUAS), já foram distribuídos, desde 2019, quase 1,2 mil veículos, dos quais 52 (51 micro-ônibus e 1 automóvel) em 2022, para auxiliar nas atividades das equipes que prestam serviços do SUAS. Contudo, o período iniciado em 2020 entrará para a história pela maior pandemia dos últimos 100 anos. Em resposta à Covid-19, foi aberto um crédito extraordinário (MP nº 953, de 15/04/20) de R$ 2,5 bilhões, com o objetivo de fortalecer as ações do SUAS no atendimento à população em vulnerabilidade social, ampliada no contexto da pandemia. Os recursos foram transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) aos Fundos de Assistência Social dos demais entes, contribuindo significativamente para a capacidade de resposta do SUAS e, sobretudo, para reduzir o impacto da pandemia no público da assistência social. O Decreto nº 10.614/2021 e, mais recente, a Emenda Constitucional nº 126/2022, autorizaram a reprogramação da parcela desses recursos não utilizada pelos demais entes, o que tem se mostrado essencial para a continuidade dos serviços do SUAS e a intensificação dos atendimentos. Os objetivos do SUAS no PPA 2020-2023, de ampliar a cobertura e qualidade dos serviços e benefícios ofertados a famílias e indivíduos em situações diversas de vulnerabilidades e riscos sociais, visando a redução de desigualdades e a inclusão socioeconômica de significativa parcela da população, enfrentam, ainda, um desafio de natureza estrutural, representado pela crise fiscal, fortemente agravada pela pandemia. O efeito mais imediato e visível tem sido a redução do volume de recursos (ordinários) disponíveis para o cofinanciamento federal dos serviços ofertados pelos demais entes. Com isso, pontuais ampliações de acesso/cobertura ou melhoria de qualidade dos serviços já ofertados têm sido financiados quase que exclusivamente com recursos próprios dos demais entes, elevando o risco de que os objetivos definidos para o médio prazo (2023) não sejam atingidos. O indicador de monitoramento do PPA 2020-2023 é o Percentual de famílias cadastradas no CadÚnico com renda até ½ s.m. cobertas pelo referenciamento de CRAS e CREAS. O referenciamento das famílias nos CRAS e CREAS é função da expansão dessas unidades. No período 2020-2022, observa-se uma pequena expansão do número dessas unidades e, consequentemente, do número de famílias referenciadas (cobertas) por esses equipamentos. Entre dez/19 e dez/22 ocorreu um aumento de 177 unidades CRAS (de 8.406 para 8.583) e 80 unidades CREAS (de 2.740 para 2.820). Entretanto, apesar da oscilação positiva na capacidade de cobertura (2,1% para os CRAS e 2,9% para os CREAS), o número de famílias necessitando de cobertura da Assistência Social aumentou significativamente (46%, passando de 22,2 milhões para 32,5 milhões de famílias). Vale lembrar que os atendimentos na rede têm apresentado aumentos muito superiores ao quantitativo dessas unidades: com base em dados preliminares do sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA), estima-se que em 2022 os CRAS tenham realizado mais de 40,3 milhões de atendimentos, enquanto os CREAS realizaram mais de 3,5 milhões de atendimentos. Dentre as hipóteses para explicar esse fenômeno, destaca-se a atual crise econômica, que tem elevado as taxas de desemprego e inflação, dentre os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19. Adicionalmente, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento também incluíram mais famílias pobres e vulneráveis no cadastro único, aumentando o número de famílias elegíveis. Desta forma, apesar da leve expansão da rede socioassistencial, e do significativo aumento do volume de atendimentos, a cobertura do público-alvo permanece inferior à necessidade, considerando o aumento no número de famílias em situação de (extrema) pobreza.

Meta: 051H - Ampliar para 70% a cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e riscos sociais

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual de cobertura
Linha de base: 68
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 68
Meta prevista para 2021: 69
Meta prevista para 2022: 69
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 57,6057
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Em consequência das limitações fiscais, em relação aos exercícios anteriores, não ocorreu incremento do cofinanciamento federal (ordinário), seja para alguma expansão da rede de unidades/serviços, seja para algum reajuste dos valores de referência do cofinanciamento. Observa-se uma significativa redução dos valores transferidos a título de cofinanciamento federal (ordinário) aos demais entes, para oferta dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, em relação aos valores pactuados em meados da década passada, mesmo considerando-se os valores nominais (ou seja, sem correção inflacionária). Nesse sentido, as demais esferas tendem a arcar com parcela maior do custo de ofertar os serviços nos níveis já existentes ou reduzir a cobertura (ou qualidade) alcançada. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de Proteção Social Básica e Especial, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados foi superior a R$ 1,6 bilhão.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício. Articulação da unidade responsável, no âmbito do Ministério, e deste com outros atores estratégicos, visando o incremento dos recursos alocados no Orçamento Anual.
Valor da insuficiência de recursos: 1.600.000.000

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dentre os efeitos socioeconômicos da pandemia (Covid-19), destaca-se o expressivo aumento do número de famílias e indivíduos em situação de (extrema) pobreza, resultando em um significativo aumento do público alvo e demanda das ações da Assistência Social, comprometendo o objetivo de aumentar proporcionalmente o nível de cobertura desse público com ações socioassistenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em razão da Covid-19, foram elaboradas e divulgadas orientações técnicas visando adequar os serviços ofertados pelos municípios, estados e Distrito Federal às novas demandas, o que incluiu, por exemplo, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento de famílias pobres e vulneráveis no cadastro único.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	77,6	77,5	77,5	78	62,2241	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	66	66,5	66,5	67,5	53,6157	31/12/2022	Não informado
Região Norte	61	63	63	64	47,9207	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	70,1	71	71	72,5	60,5987	31/12/2022	Não informado
Região Sul	77,5	77	77	77,7	75,6038	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8708 - Percentual de famílias cobertas por CRAS e CREAS

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 68
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 57,6057
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O indicador de monitoramento do PPA 2020-2023 é o Percentual de famílias cadastradas no CadÚnico com renda até ½ s.m. cobertas pelo referenciamento de CRAS e CREAS. O referenciamento das famílias nos CRAS e CREAS é função da expansão dessas unidades. No período 2020-2022, observa-se uma pequena expansão do número dessas unidades e, consequentemente, do número de famílias referenciadas (cobertas) por esses equipamentos. Entre dez/19 e dez/22 ocorreu um aumento de 177 unidades CRAS (de 8.406 para 8.583) e 80 unidades CREAS (de 2.740 para 2.820). Entretanto, apesar da oscilação positiva na capacidade de cobertura (2,1% para os CRAS e 2,9% para os CREAS), o número de famílias necessitando cobertura da Assistência Social aumentou significativamente (46%, passando de 22,2 milhões para 32,5 milhões de famílias). Vale lembrar que os atendimentos na rede têm apresentado aumentos muito superiores ao quantitativo dessas unidades: com base em dados preliminares do sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA), estima-se que em 2022 os CRAS tenham realizado mais de 40,3 milhões de atendimentos, enquanto os CREAS realizaram mais de 3,5 milhões de atendimentos. Dentre as hipóteses para explicar esse fenômeno, destaca-se a atual crise econômica, que tem elevado as taxas de desemprego e inflação, dentre os impactos socioeconômicos da pandemia de Covid-19. Adicionalmente, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento também incluíram mais famílias pobres e vulneráveis no cadastro único, aumentando o número de famílias elegíveis. Desta forma, apesar da leve expansão da rede socioassistencial, e do significativo aumento do volume de atendimentos, a cobertura do público-alvo permanece inferior à necessidade, considerando o aumento no número de famílias em situação de (extrema) pobreza.

Resultado Intermediário: 0139 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CRAS

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cobertura
Linha de base: 82,5
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CRAS
Meta prevista para 2020: 82,5
Meta prevista para 2021: 82
Meta prevista para 2022: 82
Meta prevista para 2023: 82,5

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 68,2961
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS são as principais unidades da Proteção Social Básica, a qual visa prevenir situações de risco, fortalecer vínculos familiares e comunitários e superar as situações de vulnerabilidade. Localizadas prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 7,45 mil CRAS, o que equivale a 87% das 8,5 mil unidades existentes, cuja cobertura atinge 30,4 milhões de famílias, em 5,5 mil municípios. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022, os CRAS tenham realizado mais de 40,3 milhões de atendimentos individualizados, inserido ou atualizado o registro de 9,3 milhões de famílias no Cadastro Único, realizado 2,8 milhões de visitas domiciliares e acompanhado, em média, 1,1 milhão de famílias/mês (os dados de 2022 ainda estão sendo processados). De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CRAS variou negativamente, de 78,2% para 68,3%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 25,4 milhões para 32,6 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Além de dificuldades inerentes a uma política pública implementada de forma descentralizada em um território de magnitude continental, o objetivo e os resultados intermediários do SUAS no PPA 2020-2023 enfrentam um desafio de natureza estrutural, representado pela crise fiscal. O efeito mais imediato e visível tem sido a redução do volume de recursos (ordinários) disponíveis para o cofinanciamento federal dos serviços ofertados pelos demais entes. Com isso, pontuais ampliações de acesso/cobertura ou melhoria de qualidade dos serviços já ofertados têm sido, nos anos recentes, financiados (quase) exclusivamente com recursos dos demais entes, elevando o risco de que os objetivos definidos para o médio prazo (2023) não sejam atingidos. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de Proteção Social Básica, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados alcançaram R$ 1,1 bilhão.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício. Articulação da unidade responsável, no âmbito do Ministério, e deste com outros atores estratégicos, visando o incremento dos recursos alocados no Orçamento Anual.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dentre os efeitos socioeconômicos da pandemia (Covid-19), destaca-se o expressivo aumento do número de famílias e indivíduos em situação de (extrema) pobreza, resultando em um significativo aumento do público alvo e demanda das ações da Assistência Social, comprometendo o objetivo de aumentar proporcionalmente o nível de cobertura desse público com ações socioassistenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em razão da Covid-19, foram elaboradas e divulgadas orientações técnicas visando adequar os serviços ofertados pelos municípios, estados e Distrito Federal às novas demandas, o que incluiu, por exemplo, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento de famílias pobres e vulneráveis no cadastro único.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Meta prevista	Valor Apurado	Data do valor	Observação	Notas do usuário

	para 2020	para 2021	para 2022	para 2023		apurado		
Região Centro-Oeste	92,9	93,2	93,2	93,5	75,2015	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CRAS variou negativamente, de 88,7% para 75,2%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 1,6 milhão para 2,1 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CRAS da região tenham realizado mais de 3,3 milhões de atendimentos individualizados.	Não informado
Região Nordeste	78,4	79	79	79,5	63,4069	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro /2022, a taxa de cobertura dos CRAS variou negativamente, de 74,5% para 63,4%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 10,8 milhões para 13,5 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CRAS da região tenham realizado mais de 10,7 milhões de atendimentos individualizados.	Não informado
Região Norte	70,3	71	71	71,5	54,5272	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CRAS variou negativamente, de 66,5% para 54,5%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 2,9 milhões para 3,7 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CRAS da região tenham realizado mais de 3,2 milhões de atendimentos individualizados.	Não informado
Região Sudeste	83,1	83,7	83,7	84	71,3376	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CRAS variou negativamente, de 80,3% para 71,3%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 7,9 milhões para 10,5 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CRAS da região tenham realizado mais de 16 milhões de atendimentos individualizados.	Não informado
Região Sul	98,8	99	99	99	94,3953	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura	Não

							dos CRAS oscilou negativamente, de 97,8% para 94,4%, em decorrência do aumento do público-alvo (famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico), de 2,1 milhões para 2,7 milhões, movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CRAS da região tenham realizado mais de 7 milhões de atendimentos individualizados.	informado

Resultado Intermediário: 0140 - Ampliação da cobertura dos serviços e programas referenciados nos CREAS

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cobertura
Linha de base: 84,4
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Taxa de cobertura de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social por serviços e programas de assistência social referenciados nos CREAS
Meta prevista para 2020: 84,4
Meta prevista para 2021: 86,5
Meta prevista para 2022: 86,5
Meta prevista para 2023: 86,7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 85,2659
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Proteção Social Especial oferta serviços especializados a indivíduos e famílias em situações de risco pessoal ou social, ameaças ou violações de direitos (violência, abuso ou exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, dentre outras), sendo seus serviços organizados em dois níveis (média e alta) de complexidade, conforme a gravidade das situações, a natureza e a especificidade dos serviços ofertados. Os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são as principais unidades de prestação de serviços da PSE de Média Complexidade. Os CREAS são unidades públicas, sob gestão dos municípios ou DF (em alguns casos, de estados), onde são ofertados diversos serviços especializados. O Governo Federal cofinancia a oferta de serviços em 2,6 mil unidades CREAS, cobrindo aproximadamente 2,5 mil municípios, principalmente aqueles com mais de 20 mil habitantes. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022, os CREAS tenham realizado mais de 3,5 milhões de atendimentos particularizados, 844 mil visitas domiciliares e acompanhado, em média, 189 mil casos/mês, além de outros 18,9 mil adolescentes cumprindo medidas socioeducativas determinadas pelo Judiciário (os dados de 2022 ainda estão sendo processados). De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou negativamente, de 86,2% para 85,2% (o sul e centro-oeste oscilaram positivamente, ao contrário do observado nas demais regiões). O principal fator para esse comportamento é o aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 25,3 milhões para 32,6 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Além de dificuldades inerentes a uma política pública implementada de forma descentralizada em um território de magnitude continental, o objetivo e os resultados intermediários do SUAS no PPA 2020-2023 enfrentam um desafio de natureza estrutural, representado pela crise fiscal. O efeito mais imediato e visível tem sido a redução do volume de recursos (ordinários) disponíveis para o cofinanciamento federal dos serviços ofertados pelos demais entes. Com isso, pontuais ampliações de acesso/cobertura ou melhoria de qualidade dos serviços já ofertados têm sido, nos anos recentes, financiados (quase) exclusivamente com recursos dos demais entes, elevando o risco de que os objetivos definidos para o médio prazo (2023) não sejam atingidos. Considerando apenas as ações que registram os recursos para os serviços de Proteção Social Especial, a diferença entre os valores estimados e disponibilizados alcançaram R$ 513,6 milhões.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos adicionais, ao longo do exercício. Articulação da unidade responsável, no âmbito do Ministério, e deste com outros atores estratégicos, visando o incremento dos recursos alocados no Orçamento Anual.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dentre os efeitos socioeconômicos da pandemia (Covid-19), destaca-se o expressivo aumento do número de famílias e indivíduos em situação de (extrema) pobreza, resultando em um significativo aumento do público alvo e demanda das ações da Assistência Social, comprometendo o objetivo de aumentar proporcionalmente o nível de cobertura desse público com ações socioassistenciais.
Providências implementadas para a superação da restrição: Em razão da Covid-19, foram elaboradas e divulgadas orientações técnicas visando adequar os serviços ofertados pelos municípios, estados e Distrito Federal às novas demandas, o que incluiu, por exemplo, a adoção de ações de busca ativa e mutirões de cadastramento de famílias pobres e vulneráveis no cadastro único.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	84,7	84,7	84,7	85	86,3328	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou positivamente (de 85% para 86,3%), apesar do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 1,5 milhão para 2,1 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CREAS da região tenham realizado mais de 285 mil atendimentos individualizados.	Não informado
Região Nordeste	85,9	86,5	86,5	87	84,6748	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou negativamente (de 85,7% para 84,7%), em razão do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 10,8 milhões para	Não informado

							13,5 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CREAS da região tenham realizado mais de 700 mil atendimentos individualizados.	
Região Norte	89,9	90,5	90,5	91	86,4708	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou negativamente (de 90,4% para 86,5%), em razão do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 2,9 milhões para 3,7 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CREAS da região tenham realizado mais de 200 mil atendimentos individualizados.	Não informado
Região Sudeste	86,8	87,2	87,2	87,5	86,5347	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou negativamente (de 87,2% para 86,5%), em razão do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 7,9 milhões para 10,5 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CREAS da região tenham realizado mais de 1,4 milhão de atendimentos individualizados.	Não informado
Região Sul	78,5	78,7	78,7	79	80,8846	31/12/2022	De dezembro/2021 a dezembro/2022, a taxa de cobertura dos CREAS oscilou positivamente (de 79,5% para 80,9%), apesar do aumento do número de famílias com renda de até ½ SM, registradas no Cadúnico (de 2,1 milhões para 2,7 milhões), movimento que ocorreu em todas as grandes regiões do País, principalmente em razão dos efeitos socioeconômicos da pandemia do Covid-19. A partir de dados preliminares (fonte: RMA/SNAS), estima-se que em 2022 os CREAS da região tenham realizado mais de 930 mil atendimentos individualizados.	Não informado

PROGRAMA: 5032 - REDE DE SUPORTE SOCIAL AO DEPENDENTE QUÍMICO: CUIDADOS, PREVENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL

Objetivo: 1223 - Estabelecer políticas públicas efetivas voltadas aos usuários e dependentes químicos e seus familiares, no que se refere a prevenção, tratamento, acolhimento e recuperação, culminando com a sua reinserção social

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No PPA 2020-2023, o Programa 5032 abriga atividades relacionadas a redução da demanda de drogas contemplando aspectos relacionados ao número de vagas para tratamento de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas e o número de pessoas capacitadas e conscientizadas dos prejuízos sociais, econômicos e de saúde pública representados pelo uso indevido e pela dependência de drogas lícitas e ilícitas. Referente a temática de ACOLHIMENTO em 2022, a SENAPRED apresentou os seguintes números: 15.686 vagas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas em 611 contratos renovados, perfazendo mais de 50.000 dependentes químicos tratados por ano, com investimento superior a R$ 230 milhões somente em 2022. Ademais, foram capacitadas mais de 20.000 pessoas com cursos e capacitações promovidos ou apoiados pela SENAPRED. No contexto das demais realizações destacamos: Ações de Cuidados e Tratamento Estas ações estão associadas diretamente com o acolhimento de dependentes químicos no âmbito das Comunidades Terapêuticas, bem como o fortalecimento dos Grupos Anônimos, de Ajuda Mútua e de Apoio a Familiares de Dependentes Químicos. As Comunidades Terapêuticas são contratadas pelo Governo Federal, com base nos Editais de Credenciamento – SENAD 01/2018 e SENAPRED 17/2019. Em 2018, eram 2.900 vagas financiadas, em 2022 são 15.686 vagas. Segundo levantamento periódico no Sistema de Comunidades Terapêuticas - SISCT, através da taxa média de ocupação, isso representa o acolhimento de mais de 50.000 dependentes dependentes químicos, com investimentos superiores a R$ 230 milhões em 2022. Buscando aprimorar os instrumentos de transparência, monitoramento e fiscalização, especialmente ao cumprimento da prestação de serviços de acolhimento, o então Ministério da Cidadania publicou a Portaria nº 625, de 6 de abril de 2021, que institui a fiscalização remota de Comunidades Terapêuticas, por meio de videoconferências. Em 2022, buscando aperfeiçoar os procedimentos de fiscalização foi firmado o Termo de Execução Descentralizada nº 03/2022, entre a Secretaria Nacional de Prevenção e Combate às Drogas e a Universidade Federal de Minas Gerais, visando o auxílio no monitoramento e na fiscalização das Comunidades Terapêuticas. Houve a publicação do Acordo de Cooperação Técnica firmado com o Narcórticos Anônimos (NA) para criação da linha telefônica 132, que ampliou o acesso a população, em especial dependente químicos e familiares, aos atendimentos e orientações prestados pelo NA. O inicio do atendimento foi em maio de 2021, de forma gratuita e 24 horas por dia. Em 2022, foram realizados 33.162 atendimentos. Com a publicação das Portarias nºs 721 e 722, de dezembro de 2021, que regulamentam e monitoram, respectivamente, a doação de imóveis recebidos do Fundo Nacional Antidrogas – FUNAD, às Organizações da Sociedade Civil que atuam na redução da demanda de drogas. No ano de 2022 foi doado imóvel, que totaliza o valor de mercado em R$ 855.900,00. Ações de Prevenção, Informação e Pesquisa As ações deste eixo estão associadas com todas as atividades de conscientização sobre os malefícios do álcool e outras drogas. Esse eixo compreende: projetos, programas, cursos, capacitações, seminários, eventos presenciais e online, campanhas, pesquisas, estudos científicos, material de divulgação, entre outros. Assim, visando levar mais conhecimento e informação sobre os malefícios do consumo do álcool e outras drogas, a SENAPRED disponibilizou nova cartilha em seu acervo bibliográfico: Avanços & Inovações nas Políticas de Saúde Mental, Álcool e de Drogas no Brasil: Uma série histórica das políticas de saúde mental e sobre Drogas do Governo Federal. https://www.gov.br/cidadania/pt-br/noticias-e-conteudos/publicacoes-1/desenvolvimento-social/cuidados-e-prevencao-as-drogas Quanto ao andamento de pesquisas apoiadas pela SENAPRED temos o seguinte: - Com Conselho Nacional de Desenvolvimento Científifco e Tecnológico (CNPq): pesquisa para verificação do perfil de uso de drogas através da análise do esgoto nos municípios de Porto Alegre (RS), Curitiba (PR), São Carlos (SP), Campinas (SP), Natal (RN), além do Distrito Federal. A primeira amostra já foi entregue em 2022. A expectativa é que seus resultados definitivos sejam conhecidos em 2023. - Com a Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP: o III LENAD - Levantamento Nacional de Álcool e Drogas com vistas à apuração do real e atual panorama do consumo de drogas no país; e o I Levantamento de Cenas de uso em Capitais (LECUCA), com a inédita investigação acerca dos aspectos do consumo em cenas abertas, mais conhecidas como cracolândias, que foi entregue em dezembro de 2022 (https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cuidados_prevencao_drogas/Relato%CC%81rio%20LECUCA22_Final.pdf). O Sistema Nacional de Prevenção ao Uso de Álcool e outras Drogas é uma ferramenta de Gestão e Difusão do Conhecimento, que possibilita a descentralização das ações, o mapeamento nacional e internacional de programas de prevenção ao uso de drogas com a melhor adequação ao cenário brasileiro; a seleção e adaptação de metodologias/programas selecionados para a disseminação nacional; a criação de instrumentos de avaliação de critérios de qualidade de programas; a avaliação da adequação das leis

brasileiras e aprimoramento da legislação sobre álcool e tabaco; e a transparência e a ampla divulgação dos programas, dos projetos, das ações e dos recursos da política pública de prevenção, de modo a contribuir para efetividade da Política Nacional sobre Drogas. Neste sentido, com a parceria da OEA/CICAD – Organização dos Estados Americanos, foi feita a modernização, atualização e humanização das informações contidas no OBID – Observatório Brasileiro Sobre Drogas. Este instrumento tem livre acesso e permite que todas as pessoas interessadas no assunto possam pesquisar e ter acesos ao que há de mais atual no tocante a prevenção. No contexto, em 2022 foi lançado o Edital de Chamamento Público nº 2/2022, https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/editais-1/chamamento-publico/SEI_71000.005682_2022_17.pdf, para a seleção de organização da sociedade civil visando a celebração de termo de colaboração para execução de Projetos de Prevenção ao uso e abuso de álcool e outras drogas, em consonância com as diretrizes da Nova Política Nacional sobre Drogas – PNAD. Foram selecionados 50 projetos com aporte de até R$ 100.000,00 para cada projeto. E também Edital de Chamamento Público nº 3/2022, https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/editais-1/chamamento-publico/SEI_71000.011057_2022_04.pdf, visando à seleção de organização da sociedade civil que preste atendimento como Hospital Psiquiátrico, nas modalidades de internação, e/ou hospital-dia, e/ou ambulatório e/ou pronto atendimento, interessada em celebrar termo de colaboração que tenha por objeto a execução de Projetos de cuidado, tratamento e/ou reinserção social de pessoas com problemas decorrentes do uso, abuso e dependência de substâncias psicoativas, em ambiente hospitalar. Foram selecionados 19 projetos e o aporte de recursos para esse edital chegou a R$ 4.500.000,00. Em 2022, houve também uma parceria com Ministério da Defesa, onde ficou estabelecido apoio financeiro ao “PROFESP - Programa Forças no Esportes”, que atende, prioritariamente, crianças e adolescentes residentes em bairros pobres e distantes das cidades, visando prevenir e diminuir a situação de exclusão e a exposição a situação de risco social e ao Projeto João do Pulo - PJP, que atende pessoas com deficiência com apoio das Forças Armadas, por meio de acesso à prática atividades educacionais. Foi firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/PNUD, foi firmado acordo com a Associação Mário Tannhauser de Ensino, Pesquisa e Assistência – AMTEPA, para a realização da Parametrização de Comunidades Terapêuticas, a fim de realizar estudo objetivando a definição e padronização dos parâmetros de qualidade dos serviços de acolhimento prestados pelas Comunidades Terapêuticas contratadas pela SENAPRED, com proposta de estratégias de avaliação e monitoramento.

Meta: 051I - Ampliar em 100% o número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: atendimento contratado ou conveniado (unidade)
Linha de base: 20.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: 22.000
Meta prevista para 2021: 27.247
Meta prevista para 2022: 30.000
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 50.000
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	2.090	2.588	2.850	3.800	4.750	31/12/2022	Registra-se que a metodologia para calcular a Unidade de Medida (atendimentos realizados) foi a distribuição proporcional das vagas conforme previsão no Edital Edital 17/2019.
Região Nordeste	5.170	6.400	7.050	9.400	11.741	31/12/2022	Registra-se que a metodologia para calcular a Unidade de Medida (atendimentos realizados) foi a distribuição proporcional das vagas conforme previsão no Edital Edital 17/2019.
Região Norte	880	1.089	1.200	1.600	1.984	31/12/2022	Registra-se que a metodologia para calcular a Unidade de Medida (atendimentos realizados) foi a distribuição proporcional das vagas conforme previsão no Edital Edital 17/2019.
Região Sudeste	7.480	9.300	10.200	13.600	17.096	31/12/2022	Registra-se que a metodologia para calcular a Unidade de Medida (atendimentos realizados) foi a distribuição proporcional das vagas conforme previsão no Edital Edital 17/2019.
Região Sul	6.380	7.870	8.700	11.600	14.429	31/12/2022	Registra-se que a metodologia para calcular a Unidade de Medida (atendimentos realizados) foi a distribuição proporcional das vagas conforme previsão no Edital Edital 17/2019.

Indicador: 8748 - Atendimentos de dependentes químicos em Comunidades Terapêuticas

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 50
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 125
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0141 - Ampliação do número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos

Informações básicas

Unidade de medida: atendimentos realizados
Linha de base: 20.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de atendimentos em Comunidades Terapêuticas, compreendendo cuidados, prevenção e reinserção social de dependentes químicos, em relação ao número de atendimentos registrados no ano de 2019
Meta prevista para 2020: 22.000
Meta prevista para 2021: 27.247
Meta prevista para 2022: 30.000
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 50.000
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Referente a temática de ACOLHIMENTO em 2022, a SENAPRED apresentou os seguintes números: 15.686 vagas para acolhimento em Comunidades Terapêuticas em 611 contratos renovados, perfazendo mais de 50.000 dependentes químicos tratados por ano, com investimento superior a R$ 230 milhões somente em 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2.090	2.588	2.850	3.800	4.750	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	5.170	6.400	7.050	9.400	11.741	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	880	1.089	1.200	1.600	1.984	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	7.480	9.300	10.200	13.600	17.096	31/12/2022	Não informado	Não

								informado
Região Sul	6.380	7.870	8.700	11.600	14.429	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0191 - Ampliação no número de pessoas conscientizadas sobre os malefícios do consumo de substâncias psicoativas

Informações básicas

Unidade de medida: pessoa capacitada
Linha de base: 2.500
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de pessoas conscientizadas sobre os malefícios do consumo de substâncias psicoativas através de cursos e capacitações.
Meta prevista para 2020: 2.000
Meta prevista para 2021: 2.000
Meta prevista para 2022: 4.000
Meta prevista para 2023: 5.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 20.000
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022 a SENAPRED, em continuidade ao esforço realizado em 2021. planejou e executou vários cursos e capacitações, tanto em parcerias com organismos nacionais como internacionais e também em ações próprias através de plataformas contratadas.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Alguns cursos e capacitações são dirigidos a públicos específicos bem como há cursos para o público em geral, essa a razão para a não regionalização deste resultado intermediário. Outra razão é pelo fato de algumas plataformas usadas para disseminar cursos e capacitações não indicarem a localização do participante, dificultando o levantamento do dado por região. E por fim, ao construir esse indicador, a SENAPRED entendeu ser importante levar conhecimento sobre a temática de drogas ao maior número possível de pessoas e não levando em consideração a sua localização.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 5033 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo: 1224 - Ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 5033 – Segurança Alimentar e Nutricional tem por objetivo ampliar a oferta e o acesso à água e a alimentos adequados e saudáveis para as pessoas em situação de vulnerabilidade social fortalecendo o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Para o cumprimento deste objetivo, foi definida a meta de chegar a 2.227 municípios – considerados prioritários em razão de sua situação de maior vulnerabilidade, universo definido a partir de indicadores de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional – com ao menos um desses programas e/ou ações executados pela atual Sesan: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Cisternas, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e a adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan). Considerando-se o ano de 2022, os programas acima mencionados chegaram a 1.739 municípios, aquém da meta prevista de 1.951 municípios. Diversas razões podem ser elencadas para explicar esse resultado, entre eles a redução de orçamento disponível, que passou a ser composto, muitas vezes, em grande parte por recursos oriundos de emendas parlamentares, que muitas vezes não tem como beneficiários os municípios do PPA, e por créditos extraordinários. A diminuição e a natureza dos recursos fizeram com que os programas diminuíssem seu alcance, chegando a menos beneficiários e localidades. Também a redução de equipes técnicas, a precariedade (e mesmo a ausência) de sistemas informatizados, os efeitos da pandemia de Covid-19 também contribuíram para a diminuição do ritmo de execução. Uma vez que tais questões se tornaram recorrentes ao longo dos anos e os encaminhamentos, quando propostos, não surtiram os efeitos desejados, pode-se questionar a prioridade que esses programas tiveram ao longo do período, ainda mais em um contexto de crescimento da fome e da insegurança alimentar em larga escala. Em relação aos programas relativos à meta do PPA, o Programa Cisternas implementou apenas 6.523 cisternas de água para consumo em 86 municípios no ano de 2022, 64% do total de cisternas em municípios prioritários. Cabe dizer que, tal como nos últimos anos, a execução do Programa Cisternas tem sido bastante reduzida em relação aos resultados obtidos ao longo de sua série histórica, por uma série de fatores, como os já comentados acima, e também pela defasagem de valor das tecnologias sociais apoiadas, o que inviabilizou a execução de diversos contratos até em andamento, e pela desarticulação do modelo de implementação das tecnologias por meio de parcerias com entidades da sociedade civil por parte da direção anterior. Por sua vez, o Programa Alimenta Brasil, que substituiu o Programa de Aquisição de Alimentos em 2021, de acordo com números preliminares de execução, beneficiou 65.560 agricultores familiares em 2022, dos quais 40.663 encontravam-se em municípios prioritários, o que corresponde a 62% dos beneficiários. O alcance da meta foi prejudicado tendo em vista que, nos últimos anos, o orçamento do Programa foi focado no atendimento a demandas parlamentares que nem sempre estão alinhadas aos objetivos que haviam sido traçados durante a construção do PPA. Em 2022, até o terceiro quadrimestre, mais de 75% do orçamento do Programa foi composto por recursos de RP6, RP7 e RP9. Apenas no final do ano foi viabilizado crédito extraordinário que, entretanto, por decisão da alta gestão também não atendeu plenamente aos critérios de priorização previstos no PPA. Já o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais tem o importante objetivo de apoiar a estruturação produtiva das famílias rurais mais pobres e o desenvolvimento do projeto produtivo de cada uma, a fim de que ampliem ou diversifiquem a produção de alimentos e as atividades geradoras de renda, contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional e a superação da situação de extrema pobreza. Para tanto, articula duas ações: a) acompanhamento social e produtivo, e b) transferência direta de recursos financeiros não-reembolsáveis às famílias para investimento em projeto produtivo, no valor de R$ 2,4 mil ou R$ 3 mil. No entanto, o Programa vem tendo sua dimensão reduzida ano a ano, fundamentalmente pela redução do orçamento para o pagamento dos recursos dos projetos, pela dificuldade de viabilizar ações de acompanhamento social e produtivo e também por desinteresse da gestão anterior. Em 2022, pouco mais de seis mil famílias foram incluídas no Programa, valor muito baixo quando comparado com o histórico de execução que se aproxima de um total acumulado de 300 mil famílias incluídas. Por fim, o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), instituído pela Lei nº 11.346/2006, tem o objetivo de promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Desde a sua criação, avanços legais e institucionais têm garantido a sua construção como estrutura responsável pela implementação e gestão participativa da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em âmbito federal, estadual e municipal. No entanto, com a extinção do Consea em 2019 e com a desarticulação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), pouco se avançou. Em 2021, tentou-se retomar as atividades da Caisan e novo Decreto n° 10.713/2021 que dispõe sobre o colegiado foi publicado, mas muito pouco foi feito. Ainda assim, no tocante à adesão ao Sisan, em 2022 chegou-se ao total de 536 municípios aderidos, muito próximo da meta prevista de 540 municípios. Portanto, ainda que tenha sido possível avançar no número de municípios prioritários alcançados pelos programas da Sesan, o valor ainda se encontra abaixo da meta estipulada no PPA. Os problemas aqui relatados têm limitado a expansão dos programas, não apenas no número de municípios prioritários, como

também no número de beneficiários, o que é particularmente preocupante em um contexto de avanço dos indicadores de fome e de insegurança alimentar e nutricional. Uma vez que o tema voltou ao centro da agenda política, a atual gestão, além de buscar a recomposição de orçamentos e equipes, vem realizando um esforço para reconstruir capacidades institucionais, de gestão, como também tem o desafio de desenvolver uma nova geração de políticas a fim de que os programas da Sesan voltem a executar em larga escala e que contribuam, como já o fizeram, para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias e para a superação da fome no Brasil.

Meta: 052C - Alcançar 100% dos municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional com ações de Acesso à Água, Fomento às Atividades Produtivas Rurais, Programa Alimenta Brasil ou adesão ao SISAN

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: município
Linha de base: 1.397
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 1.536
Meta prevista para 2021: 1.675
Meta prevista para 2022: 1.951
Meta prevista para 2023: 2.227

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.739
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O orçamento dos principais programas da SESAN vem caindo significativamente nos últimos anos, passando da casa de centenas de milhões no início dos anos 2010 para poucas dezenas de milhões nos anos recentes, dificultando a execução e o alcance das ações voltadas às famílias vulneráveis, o que se agrava no contexto de avanço da fome em larga escala.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliação do orçamento, o que já foi parcialmente atendido na LOA 2023. Também estão sendo estudadas alternativas para ampliar o alcance e o impacto das ações por meio de parcerias com demais ministérios, com estados e municípios, entidades da sociedade civil, e busca por outras fontes de recursos como fundos públicos e projetos de cooperação internacionais.
Valor da insuficiência de recursos: -

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A equipes técnicas de alguns dos principais programas da SESAN foram bastante reduzidas nos últimos anos, mesmo com elevado

número de instrumentos de execução em andamento e em prestação de contas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Atual gestão está buscando formas de recompor as equipes, por meio do pleito por novos cargos em sua estrutura, assim como aguarda a efetiva implementação do teletrabalho na secretaria para atrair servidores.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Os sistemas de execução dos principais programas da SESAN são antigos e precisam de evoluções urgentes ou mesmo da construção de novos sistemas para que deem mais agilidade aos processos e diminuam o tempo perdido com tarefas que podem ser automatizadas, assim como aprimorem mecanismos de gestão e ampliem a transparência e os resultados do Programa. Cabe destacar que o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, em execução desde 2012, não conta, até hoje, com sistema informatizado para sua execução, gerando dificuldades para o manejo de um amplo conjunto de dados, inclusive de segurança, uma vez que tem que se apoiar em planilhas Excel.
Providências implementadas para a superação da restrição: A gestão anterior formalizou TEDs com a UFRN com o objetivo de desenvolvimento de novos sistemas para alguns dos programas da SESAN. A atual gestão está atuando para conhecer o processo e, se pertinente, viabilizar a execução dos referidos instrumentos, assim como se articula com a nova equipe da STI do ministério.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: O conjunto dos problemas aqui relatados vem acontecendo há alguns anos e os seus encaminhamentos quando realizados não surtem os efeitos desejados, o que sugere falta de prioridade aos programas da SESAN, tão importantes para promover a segurança alimentar e nutricional das famílias.
Providências implementadas para a superação da restrição: Há um grande esforço da atual gestão para reconstruir estruturas e capacidades a fim de que os programas da SESAN voltem a executar em larga escala e que contribuam, como já o fizeram, para a promoção da segurança alimentar e nutricional das famílias e para a superação da fome no Brasil.

Regionalizações da Meta

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação
Região Centro-Oeste	31	46	69	92	57	31/12/2022	Não informado
Região Nordeste	1.023	1.099	1.214	1.329	1.100	31/12/2022	Não informado
Região Norte	250	267	293	319	281	31/12/2022	Não informado
Região Sudeste	191	231	293	355	209	31/12/2022	Não informado
Região Sul	64	80	106	132	92	31/12/2022	Não informado

Indicador: 8750 - % de municípios em situação de pobreza e extrema pobreza no C.Único e com déficit de altura-idade em menores de 5 anos acomp .nas condiic. saúde no PAB atendidos com Água, Fomento, Ali Brasil e SISAN

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 62,7
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Não se aplica
Periodicidade: Indisponível

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 78,1
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0142 - Ampliação do acesso à água para consumo humano e produção em territórios mais vulneráveis do semiárido

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de cisternas
Linha de base: 77
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Proporção de cisternas de acesso à água para consumo humano implementadas em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 83
Meta prevista para 2022: 86
Meta prevista para 2023: 90

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 64
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em 2022, de acordo com os dados apurados no início de fevereiro de 2023, foram implementadas 6523 cisternas de água para consumo em 86 municípios. Daquele total, 4199 cisternas foram implementadas em 63 municípios prioritários, o que resultado no valor apurado do RI de 64%. Cabe dizer que, tal como nos últimos 3 anos, a execução do Programa Cisternas foi bastante reduzida em relação aos resultados obtidos em sua série histórica, por uma série de fatores, entre eles o aumento do preço das tecnologias sociais apoiadas, a diminuição drástica de orçamento e de equipe técnica, a precariedade do sistema informatizado de execução, os impactos decorrentes da pandemia de Covid-19 e a desarticulação do modelo de implementação das tecnologias por meio de parcerias com entidades da sociedade civil por parte da direção anterior.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura

Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O orçamento da ação 8948 caiu significativamente nos últimos anos, passando da casa de centenas de milhões no início dos anos 2010 para poucas dezenas de milhões nos últimos anos. Este fator associado à alta de preços das tecnologias sociais dificultou a execução do programa.
Providências implementadas para a superação da restrição: Ampliação do orçamento, o que já foi parcialmente atendido na LOA 2023, assim como o ajuste de preços das tecnologias o que está sendo providenciado pela atual gestão. Também estão sendo estudadas alternativas para obtenção de recursos como, por exemplo, o acesso aos fundos do BNDES e projetos de cooperação internacionais.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A equipe técnica que trabalha com o Programa Cisternas também foi bastante reduzida nos últimos anos, mesmo com elevado número de instrumentos de execução em andamento e em prestação de contas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Atual gestão está buscando formas de recompor a equipe, por meio do pleito por novos cargos em sua estrutura, assim como aguarda a efetiva implementação do teletrabalho na secretaria.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: O sistema de execução do Programa Cisternas é antigo e precisa de evoluções urgentes ou mesmo da construção de um novo sistema para que dê mais agilidade aos processos e diminua o tempo perdido com tarefas que podem ser automatizadas, assim como aprimorar os mecanismos de gestão e ampliar a transparência e os resultados do Programa.
Providências implementadas para a superação da restrição: A gestão anterior formalizou TED com a UFRN com o objetivo de desenvolvimento de novo sistema para o programa. A atual gestão está atuando para conhecer o processo e, se pertinente, viabilizar a execução do referido instrumento.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: O conjunto dos problemas aqui relatados vem acontecendo há alguns anos, o que sugere falta de prioridade ao Programa Cisternas, tão importante para promover o acesso à água e contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias.
Providências implementadas para a superação da restrição: Há um grande esforço da atual gestão para reconstruir estruturas e capacidades a fim de que o Programa Cisternas volte a implementar tecnologias sociais de acesso à água em larga escala e que possa contribuir para a universalização do atendimento com água de qualidade das populações rurais vulneráveis inscritas no Cadastro Único.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	90	-	-	-	99	31/12/2022	Do total de 4199 cisternas feitas em 2022 nos municípios prioritários, 4176 foram na região Nordeste (99%) e 23 na região Norte (1%).	Não informado
Região Norte	5	-	-	-	1	31/12/2022	Do total de 4199 cisternas feitas em 2022 nos municípios prioritários, 4176 foram na região Nordeste (99%) e 23 na	Não informado

							região Norte (1%).	
Região Sudeste	5	-	-	-	0	31/12/2022	Do total de 4199 cisternas feitas em 2022 nos municípios prioritários, 4176 foram na região Nordeste (99%) e 23 na região Norte (1%). Nenhuma no SE.	Não informado

Resultado Intermediário: 0143 - Ampliação do número de agricultores familiares beneficiados pelo Programa Alimenta Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de agricultores
Linha de base: 64
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Indicador: Proporção de agricultores familiares beneficiados pelo Programa Alimenta Brasil localizados em municípios que se encontram em situação de pobreza, extrema pobreza e insegurança alimentar e nutricional
Meta prevista para 2020: 65
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 75
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 61,93
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De acordo com os números preliminares de execução do PAA, em 2022 foram beneficiados 70625 agricultores familiares, dos quais 43736 em municípios prioritários, o que corresponde a cerca de 62% dos beneficiários. O alcance da meta foi prejudicado tendo em vista que nos últimos anos o orçamento do Programa foi focado no atendimento a demandas parlamentares que nem sempre estão alinhadas aos objetivos que haviam sido traçados durante a construção do PPA. Em 2022 até o terceiro quadrimestre mais de 75% do orçamento do Programa foi composto por recursos de RP6, RP 7 e RP9. Apenas no final do ano foi viabilizado crédito extraordinário que, entretanto, por decisão da alta gestão também não atendeu aos critérios de priorização previstos no PPA.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Orçamento da LOA composto em sua maioria por recursos oriundos de emendas parlamentares RP6, RP7 e RP9
Providências implementadas para a superação da restrição: Ao final do ano foi obtido crédito extraordinário para viabilizar a ampliação da execução do Programa.

Restrição: Carência de espaço na agenda decisória (falta de prioridade)
Detalhamento da restrição: Repasse de recursos aos municípios não alinhados com as indicações técnicas de priorização na aplicação do orçamento.
Providências implementadas para a superação da restrição: A área técnica elaborou proposta de distribuição dos recursos aos entes federativos de modo a priorizar os municípios mais vulneráveis mas as regras não foram aplicadas em sua totalidade.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	2	-	-	-	2,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	60	-	-	-	63,8	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	14	-	-	-	17,58	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	18	-	-	-	10,81	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	6	-	-	-	5,21	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0364 - Ampliação do número de municípios aderidos ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN

Informações básicas

Unidade de medida: número de municípios
Linha de base: 503
Data de referência da linha de base: 09/03/2022
Indicador: Número de municípios aderidos ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 540
Meta prevista para 2023: 590

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 536
Data do valor apurado: 07/02/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Para 2022, foi prevista uma meta de 540 municípios aderidos ao SISAN e foi

alcançado o total de 536 municípios, faltando 4 para o planejado. Destaca-se, ainda, que 5 outros municípios do Estado de Tocantins apresentaram a documentação necessária para adesão no final de 2022, mas não foi possível efetivar a formalização devido à ausência de nomeação do secretário executivo da CAISAN naquele. Registre-se, por fim, que, de acordo com a equipe técnica responsável por esta ação, houve um provável erro na definição da linha de base do RI, que seria de 479 municípios e não 503 como informado anteriormente. Desta forma, com a adesão de 57 municípios ao SISAN no ano de 2022, chegamos ao total de 536 municípios aderidos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	0	7	10	0	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	0	0	9	10	3	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	0	0	5	10	6	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	0	0	9	10	16	07/02/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	0	0	7	10	32	07/02/2023	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 5034 - PROTEÇÃO À VIDA, FORTALECIMENTO DA FAMÍLIA, PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS PARA TODOS

Objetivo: 1179 - Ampliar o acesso e o alcance das políticas de direitos, com foco no fortalecimento da família, por meio da melhoria da qualidade dos serviços de promoção e proteção da vida, desde a concepção, da mulher, da família e dos direitos humanos para todos

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Dos seis Resultados Intermediários monitorados, três superaram as metas propostas pelo antigo MMFDH – “assegurar o direito à vida e os direitos humanos das populações vulneráveis” (Resultado Intermediário 0072); “melhoria no atendimento de chamadas do Disque 100/Ligue 180” (Resultado Intermediário 0073); “Acesso a políticas de Direitos Humanos no Arquipélago de Marajó” (Resultado Intermediário 0075). Dois Resultados Intermediários foram cumpridos quase integralmente: “equipagem de conselhos” (Resultado Intermediário 0071), com 83% de cumprimento, e “adesão a programas e projetos do fortalecimento do âmbito familiar” (Resultado Intermediário 0076) com 96%. A Resultado Intermediário 0077 se sobressai pelo baixo cumprimento, “parcerias, conhecimento e sistematização de dados de direitos humanos”, atingido 12%. O Resultado Intermediário voltado a assegurar o direito à vida e os direitos humanos das populações vulneráveis (Resultado Intermediário 0072) se refere ao Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM), à Casa da Mulher Brasileira, políticas de igualdade racial, ID Jovem, entre outras. Das 4.714.179 pessoas atendidas, 3.406.313 são referentes ao ID Jovem e políticas de capacitação pró-jovem. Segundo relatório de gestão 2022: “A Identidade Jovem, ID Jovem, é o documento validador de direitos dos jovens de baixa renda inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico). Mediante a documentação, que pode ser obtida diretamente através da internet, no endereço https://idjovem.juventude. gov.br/emitir-id-jovem e aplicativo (IOS e Android), o jovem poderá ter acesso aos benefícios de meia-entrada em eventos artísticos, culturais e esportivos, bem como a vagas gratuitas ou com desconto no sistema de transporte coletivo interestadual e isenção do pagamento de taxa para emissão de Carteira de Identidade Estudantil, conforme direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 2013) regulamentados pelo Decreto nº 8.537/2015”. Desta forma, o Resultado Intermediário 0072 inclui políticas muito díspares com relação ao impacto na proteção da vida e dos direitos humanos, sendo que o maior volume apurado diz respeito a políticas com impacto relativamente mais baixo do que, por exemplo, o PPCAM. No que se refere à Resultado Intermediário 0073, vemos que a meta relacionada à melhoria do atendimento do Disque 100/Ligue 180 se limitou ao tempo de espera para a chamada ser atendida, não compreendendo aferição da efetividade do serviço no que se refere ao acolhimento de denúncias e à adoção de medidas de acompanhamento de violações de direitos humanos. O Resultado Intermediário 0075, correspondente ao percentual de implementação do Programa Abrace o Marajó foi cumprido, conforme planejado pelo antigo MMFDH. Observa-se também o cumprimento quase completo do Resultado Intermediário 0076, que consiste na adesão dos entes federados a programas e projetos para fortalecimento do Âmbito Familiar. O objetivo era conseguir a adesão de 27 entes federados, tendo sido alcançados 26. O Resultado Intermediário 0071, equipagem de conselhos tutelares, foi atingida em 83%. Com relação ao Resultado Intermediário 0077, observa-se que existe uma multiplicidade de sistemas diferentes desenvolvidos pelo Ministério, porém estes não se mostram adequados para implementação ou monitoramento das políticas públicas. De fato, os valores apurados no monitoramento demonstram o baixo acesso a essas plataformas.

Meta: 0506 - Promover maior e melhor acesso aos serviços de promoção e proteção de direitos, com foco no fortalecimento da família e em públicos não alcançados por políticas de governo, de modo a ampliar os resultados do índice Direitos para Todos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Índice
Linha de base: 0,025
Data de referência da linha de base: 01/01/2019
Meta prevista para 2020: 0,25
Meta prevista para 2021: 0,3
Meta prevista para 2022: 0,4
Meta prevista para 2023: 0,5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Data de Referência: 03/03/2023
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: O valor não está disponível.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O índice descrito pela gestão anterior da pasta deve ser aferido a partir de cálculo considerando os três critérios abaixo: a) Melhoria na prestação de serviços de direitos humanos – ACESSO; b) Projetos para públicos até então não atendidos por políticas – ALCANCE; c) Projetos com foco no fortalecimento da família – VÍNCULOS FAMILIARES. Entretanto, não foram especificados os indicadores para aferição dos dados numéricos referentes aos critérios. É, portanto, inviável a aferição da quantidade alcançada com base no índice disponível.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi tentado contato com servidores públicos que atuaram no Ministério à época da criação do índice. Caso seja necessária revisão das informações inseridas, o Ministério está à disposição.

Indicador: 8694 - Índice Direitos para Todos

Informações básicas

Unidade de medida: índice numérico
Valor de referência: 0,03
Data de Apuração: 01/01/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 0,8984
Data do índice: 03/03/2023
Observação: O índice descrito no SIOP deveria ser aferido a partir de cálculo considerando os três critérios abaixo: a) Melhoria na prestação de serviços de direitos humanos – ACESSO; b) Projetos para públicos até então não atendidos por políticas – ALCANCE; c) Projetos com foco no fortalecimento da família – VÍNCULOS FAMILIARES. Entretanto, não foram especificados os indicadores para aferição dos dados numéricos referentes aos critérios. Não é, portanto, possível aferir a quantidade alcançada com base no índice proposto pela antiga gestão da pasta. Alternativamente, o cálculo foi feito aferindo a porcentagem do cumprimento de cada uma das seis metas referentes aos Resultados Intermediários. O índice final é a média dessas porcentagens. Conforme tabela:
Resultado Intermediário Meta Valor apurado Porcentagem 0071 2.021 1.679 83,07768431 0072 4.048.189 4.714.179 116,451554 0073 95 99,37 104,6 0075 60 75 125 0076 27 26 96,2962963 0077 3.497.226 443.476 12,68079329 Porcentagem média 89,68438799

Resultado Intermediário: 0071 - Equipagem e Modernização de Infraestrutura em prol dos Direitos Humanos - Pró-DH

Informações básicas

Unidade de medida: Conselhos Equipados
Linha de base: 17
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Conselhos equipados
Meta prevista para 2020: 300
Meta prevista para 2021: 738
Meta prevista para 2022: 2.021
Meta prevista para 2023: 1.203

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.679
Data do valor apurado: 17/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23). A quantidade de Conselhos Tutelares equipados pelo Programa Pró-DH correspondeu à capacidade operacional dos fornecedores e disponibilidade orçamentária. No que se refere aos conselhos de direitos das pessoas idosas, de janeiro a dezembro de 2022, foram contemplados 59 entes federativos classificados no Edital de Chamamento nº 07/2022, conforme disponibilidade orçamentária. No que se refere aos conselhos da igualdade racial, foram realizados chamamentos públicos, por meio dos editais nº 04/2021 e 05/2021, utilizando recursos oriundos de Emenda parlamentar.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de implementação; Outras

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Indisponibilidade orçamentária para alcance da meta.
Providências implementadas para a superação da restrição: Prospecção de emendas parlamentares.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Carência de equipe responsável pela execução, acompanhamento e monitoramento das entregas da equipagem dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa, ocasionando fragilidades e atrasos no recebimento de doações de bens.
Providências implementadas para a superação da restrição: Houve reorganizações da equipe e a política passou a ser operacionalizada na SPOA do Ministério.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Restrições contratuais e licitatórias. No caso dos conselhos de direitos da pessoa idosa, houve dificuldade de entrega do kit

completo de equipagem, devido à ausência de ata vigente para alguns itens que compõem o conjunto de equipamentos, como: caixa acústica e projetor de imagem, bem como, a não renovação dos contratos de bebedouros pelo fornecedor.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não identificadas.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Houve dificuldade na execução das emendas parlamentares destinadas à temática do registro civil de nascimento.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não identificadas.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: As entregas dependeram de disponibilidade de fornecedores privados para serem realizadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Previsão de aquisição para o futuro foi informada com antecedência aos fornecedores.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	93	141	96	207	17/01/2023	As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23).	Não informado
Região Nordeste	-	308	364	205	754	17/01/2023	As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23).	Não informado
Região Norte	-	34	243	168	87	17/01/2023	As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23).	Não informado
Região Sudeste	-	187	687	397	408	17/01/2023	As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria	Não

							responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23).	informado
Região Sul	-	116	586	337	223	17/01/2023	As datas de apuração variaram de acordo com a Secretaria responsável por implementar o Resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (17/01/23); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (31/12/22); Secretaria Nacional da Igualdade Racial (10/01/23); Secretaria Nacional da Proteção Global (01/01/23).	Não informado

Resultado Intermediário: 0072 - Assegurar o direito à vida e aos direitos humanos

Informações básicas

Unidade de medida: Pessoas Atendidas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 01/03/2020
Indicador: QUANTIDADE DE PESSOAS VULNERÁVEIS atendidas
Meta prevista para 2020: 75.000
Meta prevista para 2021: 2.653.439
Meta prevista para 2022: 4.048.189
Meta prevista para 2023: 6.043.319

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.714.179
Data do valor apurado: 17/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Secretaria Nacional de juventude foi responsável pela maior parte da realização da meta, totalizando 3406313 pessoas atendidas, com a soma do público dos termos de fomento encerrados para capacitação e de Ids Jovem geradas. (informações prestadas pela Secretaria nacional de Juventude) Com relação às políticas implementadas pela Secretaria Nacional das Mulheres: quanto à reinserção das mulheres em execução de pena e tratamento das mulheres acolhidas, não houve execução em 2022. Para distribuição de cestas; mulheres capacitadas pelo Qualifica Mulher; e mulheres atendidas pelo Projeto Mães Unidas e Casa da Mulher Brasileira (CMB), os resultados obtidos são conseguidos mensalmente por meio das sete unidades das CMB. Em relação a 2021, o qual foram obtidos 343.017 atendimentos nas 7 unidades da CMBs, houve um aumento de 24,06% em 2022, Esses números se referem a somente aos atendimentos das 7 unidades das Casas da Mulher Brasileira (CMB). Sobre as Iniciativas de prevenção ao feminicídio, em síntese, as estimativas partem da consolidação e verificação dos que dados advém do controle e monitoramento de cada instrumento sob responsabilidade do departamento. Como isso, os números demonstram uma estimativa preditiva do que foi alcançado de acordo com os

atendimentos, programas e projetos derivados de tais instrumentos. Portanto, os números levam em conta os atendimentos das CMBs e os instrumentos que possuímos, cujo início de vigência seja do segundo semestre de 2021 em diante e não são referentes a capacitações. Para promoção de autonomia econômica e social das mulheres produtoras rurais, o total de 1067 mulheres rurais foi considerado o total de vagas previstas nos termos de fomento, convênios e TES e o percentual de execução do objeto pelo proponente, excluindo as execuções do 1º e 2º monitoramentos.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Outras; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O contingenciamento orçamentário sofrido pelo Ministério prejudicou a implementação do PPCAM.
Providências implementadas para a superação da restrição: Foi preciso priorizar as despesas.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: De acordo com as informações prestadas pelo Ministério da Mulher: principal obstáculo no que se refere aos atendimentos das CMBs, é a falta de sistematização dos atendimentos realizados nas casas. Apesar do sistema Ela ter sido criado, ele ainda não foi implementado. Para o feminicídio, a principal dúvida acerca deste levantamento são os parâmetros predefinidos e quais variáveis deveriam ser consideradas, uma vez que estes números representam dados de 2º ou 3º fontes, e não de uma ferramenta quantitativa e qualificadora de tais dados. Aqui, o retrato é um mero espelhamento de ações preditivas de outros projetos e ou setores juntamente com um cruzamento periférico dos responsáveis deste documento. Já autonomia econômica, o período de isolamento social, devido à pandemia nos anos de 2020 e 2021, impactaram a execução de atividades presenciais. Estas são as principais atividades previstas nestes eventos apurados. Outro fator foi a redução de termos de parcerias celebrados em 2022, por restrição orçamentária.
Providências implementadas para a superação da restrição: Não há informação disponível.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Houve reflexo das limitações impostas pela pandemia de COVID-19 na implementação do PPCAM.
Providências implementadas para a superação da restrição: A equipe precisou trabalhar dentro dessas limitações.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	0	104.567	283.373	483.466	795.683	17/01/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sem informação); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (20/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (sem informação); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (10/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global (01/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (24/02/2023 e 02/03/2023);	Não informado

							Secretaria Nacional de Juventude (17/01/2023).	
Região Nordeste	-	771.798	728.670	1.027.364	1.414.819	17/01/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sem informação); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (20/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (sem informação); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (10/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global (01/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (24/02/2023 e 02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude (17/01/2023).	Não informado
Região Norte	-	430.790	485.783	846.065	535.542	17/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sem informação); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (20/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (sem informação); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (10/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global (01/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (24/02/2023 e 02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude (17/01/2023).	Não informado
Região Sudeste	0	364.319	1.376.384	1.994.295	156.286	17/01/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sem informação); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (20/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (sem informação); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (10/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global (01/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (24/02/2023 e 02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude (17/01/2023).	Não informado
Região Sul	0	281.093	1.173.975	1.692.129	391.757	17/01/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (sem informação); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (20/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (sem informação); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (10/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global (01/01/2023); Secretaria Nacional de	Não informado

							Políticas para as Mulheres (24/02/2023 e 02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude (17/01/2023).	

Resultado Intermediário: 0073 - Melhoria no atendimento de chamadas do DISQUE 100 / LIGUE 180

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Linha de base: 65
Data de referência da linha de base: 30/12/2018
Indicador: Percentual de chamadas atendidas em até 30 segundos
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 92
Meta prevista para 2022: 95
Meta prevista para 2023: 96

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 99,37
Data do valor apurado: 02/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Resultado consolidado (jan. a dez.) referente ao ano de 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de Política unificada que atende a todo o país.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0075 - Acesso a políticas públicas de Direitos Humanos no Arquipélago de Marajó

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual de ações executadas
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 30/12/2018
Indicador: Implementação do Programa Abrace o Marajó
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 20
Meta prevista para 2022: 60
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 75
Data do valor apurado: 30/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram consideradas como ações em executadas aquelas que estavam concluídas e as que estavam em execução no território, no momento da apuração. Das 133 ações previstas no Plano de Ação 20/23 o status à época era de: Em execução (65%); Concluídas (10%); A iniciar (25%).
Restrições: Falhas de Articulação institucional

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Descontinuidade do programa e alteração e/ou descontinuidade nas políticas ofertadas inscritas no plano de ação (informação prestada pela antiga área técnica). Por tratar-se de um programa de articulação, foram encontradas restrições relacionadas ao ritmo de implementação das políticas previstas no Plano de Trabalho, pelos órgãos parceiros.
Providências implementadas para a superação da restrição: Tentativas de articulação e sensibilização dos órgãos que participavam da implementação da política.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Norte	1	20	60	100	75	30/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0076 - Ações e projetos de fortalecimento no âmbito familiar

Informações básicas

Unidade de medida: Quantidade de entes federativos
Linha de base: 6
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de estados/DF em que tenham ocorrido iniciativas em conjunto com o MMFDH para a execução de projetos relativos ao fortalecimento no âmbito familiar
Meta prevista para 2020: 7
Meta prevista para 2021: 19
Meta prevista para 2022: 27
Meta prevista para 2023: 27

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 26
Data do valor apurado: 02/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O número de unidades da federação representa resultado consolidado de 2019 até a data da apuração, visto que as ações da Secretaria Nacional da Família, de maneira geral, tinham caráter continuado.
Restrições: Falhas de Articulação institucional

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: As restrições impostas pelo período de Defeso Eleitoral causaram atrasos nos processos de celebração de parceirias pela área técnica (informação prestada pelo antigo MMFDH).
Providências implementadas para a superação da restrição: Celebração das parcerias fora do período de defesa eleitoral.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	1	2	4	4	4	02/01/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	5	7	9	9	8	02/01/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	2	4	7	7	7	02/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	3	4	4	4	4	02/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	2	2	3	3	3	02/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0377 - Parcerias, conhecimento e sistematização de dados de Direitos Humanos

Informações básicas

Unidade de medida: Número de participantes
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 17/03/2022

Indicador: Acessos aos sistemas e redes de atendimentos pelo público vulnerável
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 3.497.226
Meta prevista para 2023: 1.707.168

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 443.476
Data do valor apurado: 03/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023). Foram considerados os seguintes dados: SNPG - número de certificados nos cursos do PNEC de 1/1/2022 até 31/12/2022. SNPDPD - número de certificados emitidos nos cursos disponibilizados pela SNDPD. São 5 cursos disponíveis na plataforma da Enap e 7 cursos na UFMA. Obs. Como esse indicador é cumulativo, para obter os dados do ano de 2022, foram subtraídos os valores informados em anos anteriores. Como não há série histórica por estado, não é possível obter o indicador regionalizado para esse dado. SNPDCA - participantes das ofertas da Escola Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - ENDICA. SNJ - número de adesões ao Sinajuve. Obs. dado tende a aumentar nos meses de agosto e setembro por ocasião do lançamento do Edital de Chamamento para doação de equipagem (Pro-DH). Os dados de adesões ao SINAJUVE foram coletados do Sistema Nacional de Direitos Humanos (SNDH) e o volume de matrículas no painel de Painel de monitoramento do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH). SNPIR - como a maioria das iniciativas ainda não foram concluídas, são realizados apenas acompanhamentos dos relatórios parciais, que em sua maioria seguem dentro da normalidade de execução. SNPM - participantes das capacitações/eventos, em sua maioria nacional, e sobre as pessoas beneficiárias de instrumentos que envolvam capacitação.
Restrições: -
Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	-	-	1.014.196	478.007	0	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de	Não informado

							Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	
Região Centro-Oeste	-	-	244.806	136.573	63.657	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	Não informado
Região Nordeste	-	-	629.501	290.219	102.037	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	Não informado
Região Norte	-	-	419.667	239.004	27.851	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	Não informado
Região Sudeste	-	-	1.189.057	563.365	168.929	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	Não informado

Região Sul	-	-	-	-	48.335	03/03/2023	As datas de apuração variam de acordo com a secretaria responsável por implementar o resultado: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNPDPD (01/01/2023); Secretaria Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes - SNPDCA (20/01/2023); Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPIR (09/01/2023); Secretaria Nacional de Proteção Global - SNPG (31/12/2022); Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres - SNPM (02/03/2023); Secretaria Nacional de Juventude - SNJ (17/01/2023).	Não informado

PROGRAMA: 5035 - PROMOÇÃO DE CIDADANIA POR MEIO DO AUXÍLIO BRASIL E DA ARTICULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivo: 1247 - Promover a redução da pobreza e extrema pobreza e a emancipação das famílias por meio da transferência de renda e da articulação de políticas públicas, visando a cidadania e a superação de vulnerabilidades sociais.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Durante o ano de 2022, ocorreu a maior concessão já realizada na história das políticas de transferência de renda do governo federal, possibilitada por aportes orçamentários recordes ao programa. Com efeito, o total de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil saltou de 14,5 milhões, em dezembro/21, para mais de 21,5 milhões, em dezembro/22. No mês de janeiro de 2022, foram incluídas 3,069 milhões de famílias no Programa Auxílio Brasil (PAB), sendo a maior concessão já realizada na história das políticas de transferência de renda do governo federal. Assim, o PAB atingiu um quantitativo recorde de 17,566 milhões de famílias, não restando, ao final, nenhuma família elegível de 2021 sem concessão dos benefícios à época. A política de concessão plena do benefício do PAB a todas as famílias elegíveis também foi efetivada no mês de fevereiro de 2022. Com a inclusão de 556 mil famílias nesse mês, o Auxílio Brasil alcançou o maior patamar já registrado na série histórica (considerando o Bolsa Família), contemplando pouco mais de 18 milhões de famílias beneficiárias, a partir de um repasse de cerca de R$ 7,3 bilhões, considerando também os valores pagos a título de Benefício Extraordinário. Em agosto de 2022, a Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho 2022, garantiu aporte orçamentário até o limite de R$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de reais), incluídos os valores essencialmente necessários para fins operacionais. Com isso, foi possível assegurar a extensão do Programa Auxílio Brasil às famílias elegíveis na data de promulgação da referida emenda, o que permitiu a concessão de benefícios para 2,1 milhões de famílias a partir da folha de agosto/22, e com isso superando a marca de 20 milhões de famílias beneficiárias naquele mês, com o benefício médio no valor superior a R$ 600,00. Logo, entre agosto/22 e dezembro/22, todas as famílias elegíveis habilitadas ao programa foram beneficiadas, com uma breve e pontual exceção no mês de novembro/22. Nesse sentido, seguindo o compromisso de concessão do benefício do Auxílio Brasil a todas as famílias habilitadas ao programa, o total de beneficiários superou a marca de 21,6 milhões de famílias em dezembro de 2022.

Meta: 053H - Atendimento de 100% das famílias elegíveis ao Programa.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual de famílias atendidas
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 01/11/2021
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 156,06
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: A localização geográfica das famílias beneficiárias não interfere na definição da meta, sendo de 100% para todas as regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul), além do mais, a gestão da concessão do benefício é municipal.

Indicador: 8762 - Taxa de atendimento de famílias pobres

Informações básicas

Unidade de medida: percentagem
Valor de referência: 100
Data de Apuração: 01/11/2021
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Mensal

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 156,06
Data do índice: 31/12/2022
Observação: A cobertura de atendimento do Programa Auxílio Brasil consiste na divisão entre o número de famílias beneficiárias do PAB e o número estimado de famílias pobres de determinado município, calculado com base em estimativa de famílias pobres nos municípios, calculada a partir de metodologia definida pela SENARC (Portaria MC nº 746/2008, art. 6º, III e parágrafo único). Diante dos dados obtidos pelo Censo de 2010, o Ministério da Cidadania (MC) calculou as estimativas municipais de pobreza em 2012, seguindo a metodologia descrita na Nota Técnica nº 152/2012/SENARC/MDS. Com

a impossibilidade da realização da pesquisa censitária prevista para 2021, não foi possível realizar a atualização da estimativa de pobreza por Município. Assim, considerando que o novo Programa de Transferência de Renda do Governo Federal segue as mesmas regras do PBF, para esse aspecto, tão logo o Censo 2022 seja concluído haverá a atualização dos dados de cobertura para o Programa Auxílio Brasil e, por consequência, a redefinição dos Municípios prioritários para fins de concessão de benefício do Programa, de modo a refletir com maior acurácia a realidade socioeconômica corrente. Cabe destacar que, durante o ano de 2022, ocorreu a maior concessão já realizada na história das políticas de transferência de renda do governo federal, possibilitada por aportes orçamentários recordes ao programa. Com efeito, o total de famílias beneficiárias do Auxílio Brasil saltou de 14,5 milhões, em dezembro/21, para mais de 21,5 milhões, em dezembro/22. Segue abaixo uma breve retrospectiva dos marcos de concessões em massa realizadas em 2022. Em agosto de 2022, a Emenda Constitucional nº 123, de 14 de julho 2022, garantiu aporte orçamentário até o limite de R$ 26.000.000.000,00 (vinte e seis bilhões de reais), incluídos os valores essencialmente necessários para fins operacionais. Com isso, foi possível assegurar a extensão do Programa Auxílio Brasil às famílias elegíveis na data de promulgação da referida emenda, o que permitiu a concessão de benefícios para 2,1 milhões de famílias a partir da folha de agosto/22, e com isso superando a marca de 20 milhões de famílias beneficiárias naquele mês, com o benefício médio no valor superior a R$ 600,00.

Resultado Intermediário: 0356 - Famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza contempladas no Programa Auxílio Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: percentual de famílias atendidas
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/07/2021
Indicador: Taxa de famílias atendidas pelo Programa Auxílio Brasil frente à estimativa oficial de pobreza
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 156,06
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: -
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: A localização geográfica das famílias beneficiárias não interfere na definição do resultado intermediário, com 100% de cobertura para todas as regiões (Centro-Oeste, Nordeste, Norte, Sudeste, Sul). Além de quer a gestão da concessão do benefício é municipal.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0357 - Ampliação do número de municípios aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Auxílio Brasil e Cadastro Único para Programas Sociais (IGD-PAB)

Informações básicas

Unidade de medida: Município
Linha de base: 5.300
Data de referência da linha de base: 31/07/2021
Indicador: Número de municípios recebendo apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)
Meta prevista para 2020: 5.300
Meta prevista para 2021: 5.300
Meta prevista para 2022: 5.400
Meta prevista para 2023: 5.500

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5.173
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os resultados alcançados, medidos pelo IGD, permitem que os Municípios recebam recursos para viabilizarem a consecução dos objetivos do Programa, em um ciclo virtuoso em que os resultados geram recursos recebidos e os recursos geram os resultados. O IGD é calculado mensalmente e observa indicadores de acompanhamento de atualização cadastral, de acompanhamento das condicionalidades na educação e de acompanhamento das condicionalidades na saúde, bem como de fatores que identificam como ocorreu a prestação de contas do uso dos recursos no âmbito local. O PPA 2020-2023 estabeleceu como Resultado Intermediário ampliar o número de Municípios aptos a receber apoio financeiro por intermédio do IGD. Como já foi citado, no ano de 2020 e 2021, o Ministério da Cidadania suspendeu a realização de procedimentos operacionais do Programa Bolsa Família em decorrência da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. A Portaria nº 335/2020 suspendeu o cálculo do Fator de Operação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD/PBF) pelo prazo de 120 dias; posteriormente as Portarias nº 591/2021, nº 591/2021, a nº 624/2021, e finalmente a nº 682, de 6 de outubro de 2021, prorrogaram a suspensão, para que os Municípios consigam desenvolver ações emergenciais junto às famílias do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família. Transcorridos os prazos, no que diz respeito às Taxas de Acompanhamento de Saúde (TAS) e de Frequência Escolar (TAFE), o cálculo do IGD retornaram em 2022 considerando os resultados do acompanhamento de saúde da 2ª vigência de 2021 e os resultados do retorno do acompanhamento de educação em 2022 de forma gradual. Essa decisão foi levada em consideração tendo em vista o longo período da pandemia, o qual precisou do distanciamento social. Isso afetou a oferta dos serviços públicos, e com a sua retomada, após os primeiros meses de 2022, precisou de um período para organizar a gestão local e atender de forma adequada as famílias do Cadastro Único e Auxílio Brasil.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: O resultado intermediário tem por base a transferência de recursos via fundo a fundo, cujo repasse ocorrem por base nos resultados alcançados pelos estados e municípios, mensurados a partir dos seus respectivos IGD, não possuindo, portanto, regionalização definida.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 6011 - COOPERAÇÃO COM O DESENVOLVIMENTO NACIONAL

Objetivo: 1209 - Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Em 2022 o Programa apresentou resultados relevantes em função dos arranjos de gestão estabelecidos para contornar a insuficiência orçamentária, notadamente os acordos firmados com instituições de capacitação, os quais permitiram a contratação de cursos profissionalizantes a custos inferiores para a capacitação de militares no Projeto Soldado Cidadão e a ampliação de credenciamento de instituições privadas para ministrarem cursos para profissionais marítimos na modalidade on line e semipresencial. Dessa forma, o Índice de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional atingiu o patamar de 126,74%.

Meta: 050P - Atingir 70,29% de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 80,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: 81
Meta prevista para 2021: 69,86
Meta prevista para 2022: 70,11
Meta prevista para 2023: 70,29

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 126,74
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Como a meta é composta por uma cesta de ações não há como quantificar, em percentual, por região. É possível regionalizar por projeto, mas não de forma global.

Indicador: 8671 - Índice de realização das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 19/07/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 126,74
Data do índice: 31/12/2022
Observação: A meta prevista para 2022, de 70,11% de realização de ações de cooperação com o desenvolvimento nacional foi superada e atingiu o patamar de 126,74%. A meta havia sido reduzida, na revisão do ano-base de 2021, em virtude do cenário de incerteza da Pandemia do Covid-19, que afetou as atividades de cooperação das Forças Armadas em 2020 e 2021. O patamar alcançado no exercício de 2022 deveu-se principalmente aos arranjos de gestão que possibilitaram a redução dos custos de capacitação e à ampliação do rol de empresas credenciadas para realizar custos para profissionais marítimos.

Resultado Intermediário: 0119 - Formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 12.058
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de profissionais formados pelo Ensino Profissional Marítimo.
Meta prevista para 2020: 6.500
Meta prevista para 2021: 23.919
Meta prevista para 2022: 33.046
Meta prevista para 2023: 33.440

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19.817
Data do valor apurado: 31/12/2022

Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A despeito das restrições orçamentárias foram formados e capacitados, no período de janeiro a dezembro de 2022, 17642 Aquaviários e 2175 Portuários, nos cursos do Programa de Ensino Profissional Marítimo (PREPOM), totalizando 19817 profissionais formados e especializados. Esse resultado deveu-se principalmente à ampliação do credenciamento de instituições privadas para ministrarem cursos na modalidade on-line e semipresencial.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Em decorrência da insuficiência do orçamento disponibilizado houve redução das turmas capacitadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: A Diretoria de Portos e Costas tem incentivado aos Órgãos de Execução a realizarem as turmas na modalidade de Ensino a Distância ou semipresencial com o intuito de atender mais alunos com o custo reduzido.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	105	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1.124	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	222	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	419	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	117	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	417	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	354	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	586	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	444	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	385	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	108	30/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado de Santa Catarina		-	-	-	-	575	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo		-	-	-	-	1.747	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe		-	-	-	-	108	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre		-	-	-	-	151	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá		-	-	-	-	1.053	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas		-	-	-	-	1.578	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará		-	-	-	-	1.072	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo		-	-	-	-	974	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão		-	-	-	-	507	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará		-	-	-	-	2.321	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná		-	-	-	-	1.031	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí		-	-	-	-	173	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro		-	-	-	-	2.720	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte		-	-	-	-	608	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul		-	-	-	-	557	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins		-	-	-	-	361	30/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0145 - Qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas, por intermédio de cursos, complementando a formação cívica-cidadã e facilitando o ingresso no mercado de trabalho, após o Serviço Militar.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 9.052
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Militares habilitados pelo Projeto Soldado-cidadão.
Meta prevista para 2020: 3.300
Meta prevista para 2021: 4.300
Meta prevista para 2022: 4.300
Meta prevista para 2023: 4.100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6.235
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A gestão coerente e pró-ativa das Forças Singulares e as parcerias locais firmadas junto aos institutos de capacitação, sobretudo junto ao Sistema S, permitiram que os cursos de maior empregabilidade fossem contratados a preços inferiores ao da média nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	565	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	1.312	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	1.471	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1.812	30/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	1.075	30/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0146 - Inclusão social de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 28.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de crianças e adolescentes atendidos pelo Programa Forças no Esporte.
Meta prevista para 2020: 30.000
Meta prevista para 2021: 40.000
Meta prevista para 2022: 40.000
Meta prevista para 2023: 40.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 19.499
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No triênio 2020/2021/2022, a grave crise nacional e internacional causada pela pandemia da COVID19 obrigou os parceiros do PROFESP a repriorizarem seus recursos orçamentários, a fim de atender demandas emergenciais de suas pastas. Tais circunstâncias resultaram em restrições orçamentárias e insuficiência de recursos geridos pelo Departamento (foram repassados apenas 8% do necessário) no exercício de 2022, o que obrigou diversos núcleos do Programa/Projeto a suspender suas atividades. Ainda nesse cenário, diversas parcerias com entidades locais, planejadas no primeiro semestre e previstas para iniciarem no segundo, não foram firmadas em função de diversos óbices por parte dos parceiros, impactando fortemente na quantidade de crianças e adolescentes beneficiados. Outro fator que gerou a diminuição do número de beneficiados foi a evasão ocorrida como consequência dos efeitos da crise sanitária dos últimos dois anos, gerando mudanças nas rotinas das famílias dos beneficiados. A retomada dos efetivos de beneficiados, no momento pós-pandemia, trata-se de um processo progressivo e muitas vezes, lento. Ressalte-se que quando os números referentes à meta alcançada até junho de 2022 foram informados, esses números ainda se encontravam em fase de confirmação.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A insuficiência de recursos geridos pelo Departamento (foram repassados apenas 8% do necessário) no exercício de 2022, obrigou diversos núcleos do Programa/Projeto a suspender suas atividades.
Providências implementadas para a superação da restrição: Diversos núcleos do Programa/Projeto suspenderam suas atividades.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	-	-	-	-	1.162	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	821	30/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado da Paraíba	-	-	-	-	80	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Alagoas	-	-	-	-	208	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	755	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	327	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	734	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	1.514	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	825	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	131	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	370	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	648	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1.329	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	114	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	51	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	0	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	929	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Ceará	-	-	-	-	429	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	588	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	300	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	1.173	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	326	30/12/2022	Não informado	Não

								informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	110	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	3.854	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Norte	-	-	-	-	1.384	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1.112	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Tocantins	-	-	-	-	225	30/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0147 - Universitários capacitados do Projeto Rondon.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 756
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de universitários capacitados do Projeto Rondon.
Meta prevista para 2020: 1.008
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 484
Meta prevista para 2023: 484

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 474
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Após a crise sanitária de 2020-2021, as operações do Projeto Rondon foram retomadas em 2022, conforme o previsto na LOA 2022: 1 operação em julho de 2022 e 1 em janeiro de 2023. Foram atingidos 97,93% da meta estabelecida porque houve a desistência de 1 municipio a ser atendido pelo projeto, provocando a redução de 10 no número de universitários capacitados.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	20	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	10	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	152	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Santa Catarina	-	-	-	-	22	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	88	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	10	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Espírito Santo	-	-	-	-	20	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Paraná	-	-	-	-	82	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	10	30/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	60	30/12/2022	Não informado	Não informado

PROGRAMA: 6012 - DEFESA NACIONAL

Objetivo: 1178 - Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No exercício de 2022 o desempenho do programa retomou os patamares planejados inicialmente, em razão da melhoria nos níveis de prontidão logística, adestramento e meios operativos (aparelhamento) das Forças Armadas (FA) o que culminou no atingimento de 78,49% no grau de operacionalidade das FA.

Meta: 0505 - Atingir 73,5% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: -
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 71,5
Meta prevista para 2022: 70,56
Meta prevista para 2023: 73,5

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 78,49
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Não é possível regionalizar a meta, tendo em vista que a operacionalidade das Forças Armadas não pode ser mensurada por região e sim de forma global.

Indicador: 8647 - Índice de operacionalidade das Forças Armadas

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 0
Data de Apuração: 02/01/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 78,49
Data do índice: 31/12/2022
Observação: O grau de operacionalidade é apurado por meio da média aritmética dos índices de operacionalidade do Comando da Marinha, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, tendo como principais aspectos avaliados o adestramento, a capacidade operativa e a prontidão logística. Em 2022 o

grau de operacionalidade apurado foi de 78,49%, sendo que, individualmente, o Exército Brasileiro atingiu 82,15%, seguido do Comando da Marinha com 80,69% e da Aeronáutica, que alcançou 72,64% de operacionalidade.

Investimento Plurianual: 0019 - Programa Estratégico ASTROS 2020

Informações básicas

Custo total: 2.435.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 45,1

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2,22
Valor da execução financeira: 53.954.980,33
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: As entregas se limitaram a obras de infraestruturas em andamento e ações complementares do programa.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0028 - Programa Estratégico do Exército Guarani

Informações básicas

Custo total: 26.000.000.000
Meta de execução física prevista até 2023: 440

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 90
Valor da execução financeira: 499.890.407,05
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Foram entregues 73 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal VBTP 6x6 e 17 Viaturas Blindadas Multitarefa VBMT 4x4 , totalizando 90, sendo 85 viaturas da LOA e 5 viaturas de RP 2022.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0048 - Projeto FX-2 - Aquisição de Aeronaves de Caça e Sistemas Afins

Informações básicas

Custo total: 26.875.740.000
Meta de execução física prevista até 2023: 9

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 3
Valor da execução financeira: 1.407.312.836,57
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Devido às limitações orçamentárias de 2022 e a problemas técnicos pertinentes à certificação e desenvolvimento da aeronave, foi assinado em 13 de dezembro de 2022 o 9° Termo Aditivo ao contrato principal, ajustando as entregas previstas no Cronograma Físico-Financeiro (CFF) aos recursos disponibilizados. Com a assinatura do termo aditivo supracitado, o avançamento físico passou de 11,27% para 7,49%, atingindo-se como resultado 7,11% com o recebimento das 03 (três primeiras aeronaves F-39) na Base Aérea de Anápolis. Além disso, foram recebidos 02 simuladores de voo, equipamentos com sistemas de planejamento de missão e de logística, e um pacote inicial de equipamentos e material de apoio logístico. Adequações do CFF à realidade de recursos disponibilizados por causa de insuficiência de recursos são necessárias para dirimir possíveis impactos negativos, tais como: inadimplemento de contratos em vigor, com redução na cadeia de produção e atraso na entrega de aeronaves e de funcionalidades; maiores custos para a União em virtude de pleito de reequilíbrio econômico-financeiro pela Contratada; impacto na missão constitucional da Força Aérea Brasileira e na manutenção da soberania do espaço aéreo, considerando a desativação das aeronaves F-5M e A-1, já iniciada; impacto no contrato de financiamento, devido à necessidade de extensão da execução do contrato e impactos nos Projetos de Offset e na produção de aeronave e peças no Brasil, com redução de atividades e impactos diretos na geração e manutenção de empregos no país.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0051 - Projeto KC-X

Informações básicas

Custo total: 5.790.442.178,18
Meta de execução física prevista até 2023: 2,91

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 0,69
Valor da execução financeira: 103.197.332,47
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Houve alteração no prazo de vigência contratual, tendo sido modificado para 30 de junho de 2023, conforme 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 002/CTA-SDDP/2009, e 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 001/DCTA-COPAC/2011. Em termos percentuais, o Projeto atingiu 99,86% da execução física ao

final do ano de 2022. O avanço físico de 0,69%, alcançado no exercício, foi relativo ao recebimento e pagamento das etapas 55 e 56 referente ao recebimento do equipamento de contraincêndio MAFFS2 e sua documentação, bem como o pagamento de parte da etapa 30d do contrato 01/DCTA-COPAC/2011 (relatórios da “Final Operational Capability – FOC”). Esperava-se concluir o Projeto até o final de julho de 2022, entretanto, é de conhecimento que, dado os desafios relativos ao desenvolvimento da aeronave cargueira, a empresa EMBRAER não teve condições de apresentar, dentro do cronograma previsto, a etapa de certificação da aeronave sem uma adequação do escopo de entregáveis. A Ação sofreu corte orçamentário que ensejará sua manutenção no ano de 2023, bem como a destinação de créditos referentes às etapas pendentes.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0066 - Projeto KC-390 - Aquisição de Cargueiros Táticos Militares

Informações básicas

Custo total: 15.473.079.503,19
Meta de execução física prevista até 2023: 5

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 1
Valor da execução financeira: 513.140.819,8
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: No ano de 2022, ocorreu o recebimento de uma aeronave e de etapas relativas à “logística” (materiais de suporte à aeronave). Também foram quitadas fases da produção da 6ª aeronave do projeto, cuja entrega se encontra atrasada por problemas em seu processo de recebimento. São enfrentadas, correntemente, dificuldades de cunho financeiro no projeto, uma vez que o montante de recursos disponibilizados na Lei Orçamentaria é inferior ao custeio anual planejado contratualmente. Com a finalidade de ajustar a diferença observada entre esses dois valores, foram celebrados dois Termos Aditivos (TA), reduzindo a quantidade de aeronaves adquiridas no Projeto. O TA celebrado em fevereiro reduziu o objeto contratual de 28 unidades para 22 e o TA celebrado em outubro fixou o número de aeronaves em 19 unidades, o que ensejará a revisão do PPA no próximo exercício. Consta, ainda, pendência técnica no desenvolvimento da versão FOC (Final Operational Capability) do projeto. Esse marco é “sine qua non” para o recebimento da sétima aeronave do projeto, prevista para agosto de 2023. Além de reduzir o objeto contratual, também foi expandida a vigência do contrato, a fim de melhor compatibilizar a cadência de entregas ao orçamento esperado, o que implicará em maior quantidade de recursos que serão direcionados para o pagamento de reajustes.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0099 - Programa Nuclear da Marinha

Informações básicas

Custo total: 6.834.730.000
Meta de execução física prevista até 2023: 11

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2,32
Valor da execução financeira: 374.316.982
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: A Ação Orçamentária (AO) 14T7 que suporta o Programa Nuclear da Marinha (PNM) recebeu nos últimos dois anos o montante de R$ 348,81 milhões, sendo R$ 134,78 em 2020 e R$ 214,02 em 2021. Ante os orçamentos dos últimos dois anos, a meta caminhou 1% em 2020 e 2% em 2021. Em 2022, o PNM recebeu R$ 370 milhões e avançou 2,3%, perfazendo um acumulado de 59,5%. Deste percentual, cabe ressaltar o estágio avançado de obras de infraestrutura, do desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico e da infraestrutura para o ciclo do combustível. Entregas relevantes em 2022: - contratação de serviços para a montagem eletromecânica da Seção do Reator do Laboratório de Gestão de Energia Nucleoelétrica (LABGENE); - avanços nas obras civis de superestrutura e de acabamento; - avanços no fornecimento do sistema de controle e proteção; e - avanço na fabricação de bombas centrífugas de classificação de segurança nuclear.
Notas do usuário: -

Investimento Plurianual: 0291 - Desenvolvimento de Submarinos Convencionais e Nuclear

Informações básicas

Custo total: 46.404.082.406
Meta de execução física prevista até 2023: 20,21

Informações do Monitoramento

Valor da execução física: 2,69
Valor da execução financeira: 1.385.659.778,1
Data da informação: 31/12/2022
Detalhamento da execução física: Submarinos (S-BR): S. Riachuelo (S-BR1): entregue ao Setor Operativo; S. Humaitá (S-BR2): flutuação operacional para início das provas de cais, testes do sistema da propulsão, primeira Imersão Estática e primeira Saída ao Mar em dezembro de 2022; S. Tonelero (S-BR3): embarque dos elementos das baterias nas praças de ré e de vante e a primeira carga completa das baterias; S. Angostura (S-BR4): embarques dos cradles (plataformas) auxiliar de ré, de elétrica, do cradle auxiliar de vante e do Motor Elétrico de Propulsão (MEP). Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear (SCPN): Iniciada a primeira parte da Fase de Detalhamento do SCPN (Fase C0). Foi definida a declaração de escopo da 2ª Licença Parcial de Construção do SCPN (LPC2). Neste escopo, Capítulos 1 e 6 do Relatório Preliminar de Análise de Segurança (RPAS) já foram submetidos à Agência Naval de Segurança Nuclear e Qualidade (AgNSNQ). Ainda sob o licenciamento, foi aumentado para 5 licenças parciais. Foi realizada a primeira entrega das Ordens de Construção (COS) referente à Seção de Qualificação e Seção C Preliminar. Finalmente, o Centro de Projetos de Sistemas Navais (CPSN) foi ativado como nova Organização Militar, juntando o Centro de Desenvolvimento de Submarinos (CDSub) e o Centro de Projetos de Navios (CPN) de forma a promover a centralização de recursos especializados em busca de uma gestão mais moderna e eficiente. Estaleiro e Base Naval (EBN): A execução físico-financeira está aquém do previsto no PPA, em função das restrições orçamentárias. Assim, foi atribuída prioridade às instalações necessárias ao apoio à operação e à manutenção inicial do S. Riachuelo, que é o primeiro submarino a

entrar em operação. Ademais, foram iniciadas negociações com a Contratada, a fim de repactuar o prazo das obras.
Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0118 - Submarinos convencionais entregues à Marinha do Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de submarinos convencionais entregues à esquadra da Marinha do Brasil.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A entrega do submarino Riachuelo S-BR 1 não ocorreu no 1º semestre de 2022 devido, principalmente, aos problemas técnicos na construção e ao enfrentamento de dificuldades nos testes de mar, que resultaram em discrepâncias impeditivas para aceitação atualmente em tratamento entre as partes. Desta forma, o submarino Riachuelo foi entregue em agosto de 2022.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Pendências Técnicas e documentais para aceitação definitiva do submarino Riachuelo.
Providências implementadas para a superação da restrição: As pendências técnicas e documentais não impeditivas para o recebimento provisório do submarino Riachuelo deverão ser sanadas até a entrega definitiva prevista para o 2º semestre de 2023.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Rio de Janeiro	1	1	1	2	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0120 - Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 65
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais.
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 79
Meta prevista para 2022: 78
Meta prevista para 2023: 82

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 77
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em função de os recursos orçamentários alocados ao Projeto no ano de 2022 terem ficado aquém das necessidades planejadas, os esforços foram direcionados principalmente às instalações necessárias ao apoio à operação e à manutenção inicial do submarino Riachuelo. Em consequência, houve a necessidade de postergação do início de algumas frentes de serviços, gerando um atraso ainda maior para a conclusão das obras do Estaleiro de Manutenção e da Base Naval, além da diminuição do ritmo de outras obras que se encontram em andamento. Foram entregues as seguintes unidades no presente ano: Edifício Administrativo dos Submarinos Convencionais, Terminal Rodoviário e Estação de Controle de Veículos da Base Naval e Almoxarifado da Manutenção. O atraso na conclusão das obras amplia o valor global do Projeto, em cerca de R$ 150 milhões por ano, em função das despesas indiretas com o apoio operacional; da manutenção das instalações e equipamentos; da desmobilização; da nova mobilização de equipamentos e pessoal; e do plano básico ambiental.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: No Exercício de 2022, dos R$ 620 milhões que foram subsidiados, por ocasião da montagem do PLOA, foram alocados na LOA apenas R$ 356 milhões. O planejamento para o ano de 2022, apresentado pela Contratada em dezembro de 2021, a fim de atender minimamente ao cronograma do Projeto, demandava recursos mínimos da ordem de R$ 401,29 milhões, que ficou além dos recursos efetivamente alocados.
Providências implementadas para a superação da restrição: Manutenção da estratégia de priorização da conclusão das obras mais urgentes dentro dos recursos orçamentários disponibilizados, o que, porém, traz impactos no prazo final de conclusão do projeto e consequentes custos adicionais. Renegociação com as empresas contratadas para ajustes nos cronogramas físico-financeiros, a qual, contudo, tem resultado na prorrogação do término e no aumento do valor total do projeto.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Rio de Janeiro	70	79	78	82	77	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0121 - Viaturas blindadas sobre rodas do Programa Guarani entregues ao Exército Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 412
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de viaturas blindadas sobre rodas do Programa Guarani entregues ao Exército Brasileiro.
Meta prevista para 2020: 455
Meta prevista para 2021: 526
Meta prevista para 2022: 587
Meta prevista para 2023: 642

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 626
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta superada em função do volume de recursos recebidos ter sido maior que o previsto no PPA para o Exercício. Foram entregues e incorporadas neste ano: 73 (sessenta e três) Viaturas 6x6 e 17 (dezessete) Viaturas 4x4, totalizando 90 (noventa) viaturas blindadas.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Minas	455	526	587	642	626	31/12/2022	Não informado	Não

Gerais								informado

Resultado Intermediário: 0123 - Viaturas blindadas sobre rodas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 77
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de viaturas blindadas sobre rodas do Sistema ASTROS, nas versões MK3M e MK6, entregues ao Exército Brasileiro.
Meta prevista para 2020: 80
Meta prevista para 2021: 83
Meta prevista para 2022: 86
Meta prevista para 2023: 89

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 83
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O objetivo intermediário estabelecido para o Programa ASTROS, refere-se apenas a Viaturas Astros, como indicador para fins de acompanhamento, o que não foi possível ser empenhada face aos cortes e remanejamentos da ordem de R$ 72 milhões em relação a LOA-2022. Ressalta-se que a meta estabelecida para o Programa ASTROS tanto no PPA 2020-2023, quanto na LOA 2022, a unidade de medida é o percentual de execução física e não quantidade de viaturas. Embora não tenha sido possível a aquisição/entrega de viaturas o Programa continua entregando suas obras de infraestrutura no Forte Santa Bárbara em Formosa-GO e etapas do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro (MTC-300) e do Sistema de Simulação.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Para o Programa ASTROS, em 2022 foi aprovada uma LOA no montante de R$ 122.200.000,00, entretanto, houve remanejamentos e cancelamentos de dotação orçamentária no valor de R$ 71.764.073,00 . Assim, a AO 14LW ficou com um corte de cerca de 59%, ficando com o valor autorizado atualizado de R$ 50.435.927,00 (41%). Ainda, aliado a questão da restrição orçamentária, a AVIBRAS que é a única empresa de defesa que produz e que realiza as modernizações das viaturas do Sistema ASTROS, encontra-se em recuperação judicial interposto pela Avibras Indústria Aeroespacial S.A., em trâmite perante a 2ª Vara Cível do Foro de Jacareí-SP, autuado sob o nº 1002302-16.2022.8.26.0292. Assim, tal situação impacta diretamente a produção das viaturas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Solicitação de créditos suplementares.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	80	83	86	89	83	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0144 - Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 5
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade anual de eventos de adestramento realizados (exercícios de adestramento singulares e conjuntos, nacionais e internacionais).
Meta prevista para 2020: 14
Meta prevista para 2021: 25
Meta prevista para 2022: 25
Meta prevista para 2023: 25

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 23
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Ministério da Defesa (MD), com o objetivo de manter o preparo das Forças Armadas e também executar as ações subsidiárias previstas na lei, realiza sob a coordenação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas Exercícios e Operações Militares, nos âmbitos nacional e internacional. Destaca-se em 2022 a participação do ministério da Defesa(MD) no Exercício Multinacional PANAMAX, com foco no Cana do Panamá. Nesse evento, os representantes do MD participaram do no Exercício TRADEWINDS 2022, com interação com representantes de 22 países da Região do Caribe, América do Norte e Europa. Também no exercício de 2022, foram realizados 12 adestramentos conjuntos específicos, além de um Adestramento DBNQR, a fim de permitir a discussão doutrinária, a manutenção dos níveis alcançados, a atualização dos procedimentos (nivelamento e padronização), assim como a experimentação das Técnicas, Táticas e Procedimentos (TTP), visando o aprimoramento do emprego conjunto e a interoperabilidade de cerca de 200 militares. Com o objetivo de objeto promover a integração e estimular cooperação entre os diferentes países do entorno regional e reforçar a posição de referência na qualificação de respondedores contra agentes químicos, foram realizados o 1º Exercício de Aspectos Médicos de Assistência e Proteção contra Armas Químicas e o Exercício Regional em Assistência e Proteção para Estados Partes da Comunidade de Língua Portuguesa. Também merecem destaque o Exercício Geral de Resposta Integrada à Emergência e Segurança Física na Fábrica de Combustível Nuclear e o Exercício Parcial de Emergência Nuclear da CNAAA, ambos voltados para a segurança nuclear. Por fim, foram realizadas 4 Operações Ágatas Conjuntas, bem como Operações Ágata Singulares, que redundaram em mais de 500 atividades operacionais na faixa de fronteira do País, envolvendo cerca de 25 mil militares, em harmonia e integração com outros Órgãos federais, estaduais e municipais.

Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	-	-	-	-	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Distrito Federal	-	-	-	-	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado da Bahia	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de São Paulo	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio de Janeiro	-	-	-	-	8	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Rio Grande do Sul	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0148 - Aeronaves de Caça FX-2 entregues à Força Aérea Brasileira (Projeto FX-2).

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de aeronaves de caça Gripen entregues à frota da Força Aérea Brasileira.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 9

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Projeto encontra-se em fase de desenvolvimento e produção das aeronaves, dos equipamentos e dos sistemas de apoio à operação. Os problemas enfrentados dizem respeito, principalmente, ao fato de os recursos disponibilizados terem sido inferiores aos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais, aliado a alguns problemas técnicos e logísticos relativos ao desenvolvimento da aeronave. Ocorreram também algumas necessidades de ajustes logísticos em consequência, ainda, da pandemia da COVID e da guerra da Ucrânia que afetou a entrega de subfornecedores. De modo a minimizar os impactos mencionados, a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC, quase que anualmente, negocia termos aditivos para realizar as adequações necessárias e ajustar as necessidades de desembolso anuais aos recursos disponibilizados. Em 2022, foram entregues etapas relacionadas ao desenvolvimento de sistemas e de equipamentos, bem como de produção de aeronaves e de equipamentos de apoio, visando ao recebimento e ao início das operações das aeronaves, tendo sido recebidas 3 aeronaves F-39 na Base Aérea de Anápolis, sendo que uma encontra-se em processo para pagamento que deve ser finalizado em janeiro de 2023. As outras três aeronaves têm previsão de serem entregues no primeiro trimestre de 2023. Além disso, foram recebidos 2 simuladores de voo, sistemas de planejamento de missão e de logística e um pacote inicial de equipamentos e material de apoio logístico. Em virtude da necessidade de ajustes na entrega de etapas, previstos no Cronograma físico-financeiro, além de outros ajustes, foi assinado o 9º Termo Aditivo ao contrato principal em 13 de dezembro de 2022.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A falta de recursos orçamentários afetaram o andamento do Projeto. Tal situação levou à necessidade de negociação de termos aditivos e, por conseguinte, ao replanejamento de entregas de etapas contratuais, priorizando aquelas que viabilizassem a entrega das aeronaves para o ano de 2022. Problemas técnicos, tais como acertificação e desenvolvimento da aeronave e seus sistemas, também afetaram o andamento do Projeto.
Providências implementadas para a superação da restrição: Durante o ano, foi iniciado a negociação de novos Termos Aditivos em todos os contratos, que utilizam os recursos da Ação 14T0, havendo a necessidade de replanejar o recebimento de apenas determinadas etapas, com o objetivo de priorizar o início das operações das aeronaves. Em 13 de dezembro de 2022, foi assinado o 9º Termo Aditivo ao contrato principal e outros Termos aditivos relativos ao demais contratos estão sendo negociados.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Ainda foram apresentadas algumas consequências da pandemia do COVID e da Guerra da Ucrânia que também afetaram algumas entregas de subfornecedores à CONTRATADA, conforme foi observado nas entregas do 2º semestre.
Providências implementadas para a superação da restrição: Durante o ano, foi iniciado a negociação de novos Termos Aditivos em todos os contratos, que

utilizam os recursos da Ação 14T0, havendo a necessidade de replanejar o recebimento de apenas determinadas etapas, com o objetivo de priorizar o início das operações das aeronaves. Em 13 de dezembro de 2022, foi assinado o 9º Termo Aditivo ao contrato principal e outros Termos aditivos relativos ao demais contratos estão sendo negociados.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	0	4	6	9	0	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3	31/12/2022	Foram entregues na Base Aérea de Anápolis-GO.	Não informado

Resultado Intermediário: 0149 - Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 2
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB.
Meta prevista para 2020: 5
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 7

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 5
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Em função da redução do quantitativo de aeronaves e da prorrogação da vigência do contrato, o Projeto teve a cadência de recebimento das aeronaves reduzida, impactando o seu desempenho. No primeiro semestre de 2022, ocorreu o recebimento da 5ª aeronave, sendo o marco mais significativo no período. Além disso, também foram recebidas etapas relativas à ""logística"" (materiais de suporte à aeronave), tais como peças e acessórios necessários à manutenção das mesmas. Também foram recebidas etapas relativas à ""produção de aeronaves"" pertinentes ao 6ª avião, previsto para ser entregue em novembro de 2022, contudo por dificuldades no processo produtivo, bem como na cadeia logística, a contratada não conseguiu fazer a entrega na data prevista. É importante destacar que a fabricação das aeronaves é longa e ocorre de maneira

faseada, com o pagamento sendo feito em sete etapas. Também deve-se observar que o início da produção de uma aeronave não depende da conclusão da produção da aeronave anterior, ou seja, mesmo com a previsão de entrega de uma aeronave por ano, em um exercício, por vezes, são pagas etapas de produção relativas a outras aeronaves que serão concluídas em exercícios futuros.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Historicamente, as dotações de LOA de anos anteriores foram inferiores ao previsto nos cronogramas físico-financeiros dos contratos de produção da aeronave KC-390, tornando necessário o aditamento contratual com base na dotação da LOA para o período em questão. As consequências dos sucessivos termos aditivos necessários aos contratos foram: a prorrogação dos períodos de execução, bem como a maior incidência reajustes sobre as etapas contratuais originais que foram postergadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Celebração de termos aditivos em fevereiro e outubro de 2022, visando à adequação dos cronogramas físico-financeiros à realidade orçamentária. Ademais, foram firmados novos termos aditivos que buscaram reduzir o objeto contratado (originalmente a produção de 28 22 aeronaves) para 19 aeronaves, bem como compatibilização do projeto com a disponibilidade anual de recursos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de São Paulo	5	5	6	7	5	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0150 - Helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 35
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas.
Meta prevista para 2020: 39
Meta prevista para 2021: 40
Meta prevista para 2022: 42
Meta prevista para 2023: 43

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 42
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Projeto H-XBR está seguindo a cadência de entregas planejada no Cronograma Físico-Financeiro do Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, sem a ocorrência de atrasos. Para o primeiro semestre do ano de 2022, as nove etapas contratuais previstas foram recebidas, dentre elas, uma aeronave do Exército Brasileiro. Para o segundo semestre do ano de 2022, das 7 etapas contratuais previstas, 6 foram recebidas, dentre elas, uma aeronave da Marinha do Brasil. Atualmente, o Projeto H-XBR está entrando em sua fase final, ocasião em que as últimas aeronaves do projeto estão em processo de produção nas fábricas do Consórcio (Airbus Helicopters / Helibras).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado de Minas Gerais	39	40	42	43	42	31/12/2022	Não informado	Não informado

---

PROGRAMA: 6013 - OCEANOS, ZONA COSTEIRA E ANTÁRTICA

Objetivo: 1183 - Promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Foi possível, no ano de 2022, realizar as ações de promoção do conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos Oceanos e Antártica.

Meta: 0509 - Concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: 30
Data de referência da linha de base: 27/08/2019
Meta prevista para 2020: 40
Meta prevista para 2021: 50
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 80

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 77
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Não Há Restrições
Justificativa para não regionalização da Meta: Devido ao Programa ser composto por um conjunto de planos e programas setoriais, bem como, à forma de mensuração adotada para a meta (ver indicador), a regionalização desta se apresenta inviável. Os Resultados intermediários, que contribuem para o alcance do Objetivo e da Meta do Programa por sua vez estão regionalizados.

Indicador: 8733 - Índice de realização das ações previstas nos planos e programas setoriais

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 30
Data de Apuração: 05/06/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 77
Data do índice: 31/12/2022
Observação: -

Resultado Intermediário: 0211 - Manter a presença brasileira e o apoio logístico às atividades (de pesquisa) desenvolvidas na Região Antártica.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 96
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Presença de meios de apoio às atividades desenvolvidas pelo PROANTAR no continente Antártico.
Meta prevista para 2020: 88
Meta prevista para 2021: 88
Meta prevista para 2022: 92
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: De JUL a OUT/2022, durante a 3ª Etapa da Operação Antártica XL (OPERANTAR XL), foram realizados 3 Voos de Apoio Logístico da Força Aérea Brasileira (FAB). De OUT a DEZ2022, transcorreu a 1ª Etapa da Operação Antártica XLI (OPERANTAR XLI), com o emprego de dois Navios e dois helicópteros embarcados, empregados no apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), lançamento de acampamentos para pesquisa em campo no Continente Antártico, realização de Levantamento Hidrográfico e apoio a pesquisas embarcadas, sob a égide do PROANTAR. Em paralelo, durante o 2º semestre, ocorreram instrução e capacitação de pessoal selecionado para o Grupo-Base (GB) 2022/2023; Processo de Seleção do GB 2023/2024; Aquisição de sobressalentes para OAXLI; Reuniões de Coordenação, preparação e início da OPERANTAR XLI; Reuniões internacionais no âmbito do Tratado da Antártica; Manutenção de equipamentos; Abertura de processos licitatórios para aquisição de material para a EACF; e operacionalização do Planejamento da OAXLI.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Estabelecimento de protocolos com exigência de documentação de pessoal e material pelas autoridades chilenas, de acordo com as incidências de novas variantes do vírus da COVID-19.
Providências implementadas para a superação da restrição: Imunização de todo o pessoal envolvido na OPERANTAR XL e OPERANTAR XLI; Formalização de Acordo com a FIOCRUZ, objetivando a realização de testes e fornecimento de vacinas; Desinfecção de todo o material com destino a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); Desinfecção das aeronaves da FAB envolvidas nos Voos de Apoio; e Cumprimento das orientações sanitárias impostas pelo Governo do Chile.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	88	88	92	100	100	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0212 - Ocupação permanente da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP).

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 100
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa anual de ocupação da Estação Científica do arquipélago de são Pedro e São Paulo (ASPSP).
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A Estação Científica do Arquipélago São Pedro e São Paulo permaneceu ininterruptamente ocupada durante todo o decorrer de 2022, relevando mencionar que essa ocupação se deu unicamente por militares até março de 2022 devido a pandemia COVID-19 e, a partir daí, voltou a ser realizada por pesquisadores ligados a universidades espalhadas por todo o território nacional.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado do Rio Grande do Norte	100	100	100	100	100	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0213 - Manter a operacionalidade da rede de Dispositivos Fixos para coleta de dados meteoceanográficos do GOOS-Brasil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 80
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de operacionalidade dos Dispositivos Fixos de coleta de dados instalados.
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 59
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O GOOS-BRASIL visa à produção do conhecimento e ao fornecimento de previsões ambientais para as áreas marinhas sob jurisdição e de interesse nacional, subsidiando processos decisórios sobre a utilização eficaz dos recursos do mar, destinando-se, ainda, ao acompanhamento da saúde dos oceanos. A operacionalização do GOOS-Brasil se dá por meio de 10 redes de monitoramento e projetos de pesquisa, os quais suportam plataformas e sensores que vão desde sistemas fixos, como boias meteoceanográficas, ondógrafos e marégrafos; até plataformas autônomas, como derivadores ARGO e gliders, passando por toda a infraestrutura dos navios hidrográficos, de pesquisa hidroceanográficos e de oportunidade. Em função dos avanços alcançados nos últimos meses, com a retomada das comissões e aquisições de novos equipamentos, o GOOS-Brasil chegou a contar em agosto de 2022 com 34 dispositivos fixos em operação. Atualmente opera com 29 sensores fixos, dos quais sete boias da PIRATA, uma boia do PNBOIA e cinco do SIMCosta, além de doze marégrafos do GLOSS Brasil e quatro do SIMCosta. Esse resultado confere uma taxa de operacionalidade aos dispositivos fixos de 59,18%. O decréscimo verificado no mês de dezembro em relação ao mês de agosto (que era de 69,4%) ocorreu principalmente devido à perda de três sensores do Programa Nacional de Boias (PNBOIA), a partir de outubro, por ação de vandalismo e problemas ocasionados por ocasião de eventos de mau-tempo.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Em face às restrições orçamentárias, desde 2017 a Ação GOOS Brasil do PSRM, responsável pela operacionalização de dispositivos fixos de coleta de dados meteoceanográficos na Amazônia Azul, vem recebendo um aporte de recursos insuficiente para alcançar a meta de 70%.
Providências implementadas para a superação da restrição: O setor responsável vem buscando parcerias que viabilizem o fomento das atividades operacionais e técnicas envolvidas. Vale ressaltar que os avanços obtidos decorrentes dos termos de cooperação atualmente assumidos não constituem garantia de continuidade para os próximos anos.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	-	35	35	29,5	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	35	35	29,5	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0214 - Ampliação do conhecimento científico sobre processos atmosféricos, climáticos, biológicos, criosféricos, geológicos, oceânicos e antárticos, que impactam os oceanos, clima e biodiversidade brasileiros

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 69
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de projetos de pesquisa financiados
Meta prevista para 2020: 70
Meta prevista para 2021: 70
Meta prevista para 2022: 70
Meta prevista para 2023: 70

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foram lançadas chamadas públicas de projetos de pesquisa para temas estratégicos da oceanografia. Foram realizados TED para projetos de observação oceânica.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Exterior	1	1	1	1	0	31/12/2022	A previsão era referente à apoio feito em 2019 ao CBAB -	Não informado

							Centro Brasileiro-Argentino de Biotecnologia. Tal iniciativa (cursos específicos em Biotecnologia Marinha) foi efetivada e encerrada em 2019.	
No Distrito Federal	3	3	3	3	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado da Bahia	6	6	6	6	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado de Minas Gerais	8	8	8	8	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado de Pernambuco	6	6	6	6	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado de Santa Catarina	1	1	1	1	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado de São Paulo	12	12	12	12	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Pará	1	1	1	1	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência	Localizador: Nacional

							não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	
No Estado do Paraná	4	4	4	4	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Rio de Janeiro	12	12	12	12	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Rio Grande do Norte	3	3	3	3	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Rio Grande do Sul	13	13	13	13	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado de Sergipe	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Ceará	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	Localizador: Nacional
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Há a necessidade de supressão da regionalização do RI 0214, face à sua incoerência. O MCTI apoia projetos contratados via chamada pública de ampla concorrência	Localizador: Nacional

							não induzido. As chamadas públicas para atração, seleção e apoio a projetos de pesquisa são nacionais e de ampla concorrência.	

Resultado Intermediário: 0215 - Conclusão e entrega de duas novas embarcações - Laboratórios de Ensino Flutuantes

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 2
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de embarcações entregues
Meta prevista para 2020: 4
Meta prevista para 2021: 4
Meta prevista para 2022: 4
Meta prevista para 2023: 4

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A meta foi concluída em 2020 com a entrega das duas últimas embarcações do projeto, totalizando 4 embarcações (Laboratórios de Ensino Flutuante).
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	1	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	1	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	1	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	1	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não

								informado

Resultado Intermediário: 0216 - Publicação de novos títulos de material didático baseados na realidade nacional para distribuição entre os estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 3
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de títulos da área de Ciências do Mar, baseados na realidade nacional, elaborados e publicados.
Meta prevista para 2020: 6
Meta prevista para 2021: 6
Meta prevista para 2022: 7
Meta prevista para 2023: 9

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os títulos produzidos ampliaram de forma significativa a oferta de material didático e bibliográfico para estudantes, docentes e profissionais da área de Ciências do Mar, contribuindo desta forma para a melhor capacitação profissional. Os conteúdos são desenvolvidos em trabalho conjunto e voluntário de especialistas de renome, que apresentam de forma didática, com exemplos nacionais, o melhor conhecimento disponível nas diversas áreas do saber. Os títulos são disponibilizados para os cursos de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar de forma gratuita, tanto no formato impresso como em meio digital.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	-	3	4	3	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	4	5	4	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0217 - Atualização do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM/PNRM) (revisão compromissos)

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Aprovação do X Plano Setorial para os Recursos do Mar (X PSRM - 2020-2023)
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Meta concluída em 2020 com a aprovação do X Plano Setorial para os Recursos do Mar.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Distrito Federal	1	1	1	1	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0218 - Manter os esforços técnicos e diplomáticos para homologar a ampliação da área da plataforma continental estendida do Brasil.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentagem
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de demandas da CLPC/ONU atendidas.
Meta prevista para 2020: 100
Meta prevista para 2021: 100
Meta prevista para 2022: 100
Meta prevista para 2023: 100

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 100
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: A despeito das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, todas as demandas geradas pela CPLC/ONU em 2022 foram plenamente atendidas pelo LEPLAC no ano em tela.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: As áreas marítimas integrantes da extensão da Plataforma Continental pleiteada pelo Brasil na CLPC/ONU fazem parte dos bens da União, não cabendo sua regionalização.
Restrições: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Todas as análises realizadas pelos peritos da CPLC/ONU são feitas de forma presencial em Nova Iorque, sendo vedada a retirada de qualquer material daquela Comissão para análise externa ou por videoconferência. Em função disso, a pandemia de COVID-19 impactou significativamente o cronograma de trabalho da própria CPLC/ONU, que foi obrigada a suspender, temporariamente, todos os processos de análise em curso. Tais análises só foram retomadas no início do ano de 2022.
Providências implementadas para a superação da restrição: Uma vez retomadas as análises pela CPLC/ONU no início de 2022, o LEPLAC trabalhou de forma muito intensa para que todas as demandas geradas pela referida Comissão naquele ano fossem plenamente atendidas.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0219 - Conclusão de estudos sobre a potencialidade de recursos minerais marinhos dos projetos (Fosforita, Granulados marinhos (GRANMAR) e Diamantes).

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de estudos concluídos anualmente sobre o potencial de recursos minerais marinhos.
Meta prevista para 2020: 3

Meta prevista para 2021: 3
Meta prevista para 2022: 3
Meta prevista para 2023: 3

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 3
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os produtos fornecidos, foram disponibilizados no site do Serviço Geológico do Brasil(SGB)/Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (PSRM), e servirão para subsidiar trabalhos de adensamento amostral, caracterização mineralógica e tecnológica e estudos de aplicação, assim como na decisão das empresas privadas de investir e requerer as áreas junto à Agência Nacional de Mineração (ANM), para pesquisa mineral e lavra, nos termos do Decreto-Lei 227/1967 (Código de Mineração) e para a formulação de políticas públicas.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	1	1	1	1	2	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	2	2	2	2	1	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0220 - Docentes de Ensino Fundamental e Médio e outros multiplicadores capacitados em temas da Cultura Oceânica.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de pessoas alcançadas pelos projetos de capacitação em temas da Cultura Oceânica.
Meta prevista para 2020: 90
Meta prevista para 2021: 300
Meta prevista para 2022: 300
Meta prevista para 2023: 300

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 500
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Por meio de parcerias, foram conduzidas atividades relacionadas ao combate ao lixo no mar e à capacitação de mais de 500 professores e educadores, com o propósito de contribuir para a ampliação da mentalidade marítima e da cultura oceânica na população brasileira.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Sudeste	-	-	200	200	350	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	100	100	150	31/12/2022	Não informado	Não informado

---

PROGRAMA: 6014 - PREVENÇÃO E CONTROLE DO DESMATAMENTO E DOS INCÊNDIOS NOS BIOMAS

Objetivo: 1243 - Reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas foi criado com o objetivo de fazer frente ao desmatamento e dos incêndios florestais, principalmente na Amazônia Legal. Assim, os avanços obtidos em 2022 estão representados nos resultados intermediários alcançados, conforme detalhamento a seguir. O Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+ foi formalizado em 2020 (Portaria nº 288, de 2 de julho e 2020). O Programa Floresta+ é uma ação do MMA para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. Em julho de 2022, foi aprovada pela Resolução n° 13 de julho de 2022 da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal - CONAVEG. A revisão do Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa. O Plano é baseado em 06 eixos 1) tolerância zero com desmatamento ilegal; 2) regularização fundiária; 3) ordenamento territorial;

4) Pagamentos por Serviços Ambientais; 5) Bioeconomia e 6) Recuperação da Vegetação Nativa. Vale ressaltar que o Plano Nacional é um documento dinâmico, que reflete as ações em curso do governo e, por isso, passou por revisões constantes. Quanto a Estratégia Nacional de REDD+, buscou-se quantificar o montante de emissões decorrentes da redução do desmatamento na Amazônia e Cerrado submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em 2021, foram submetidos resultados de redução de emissões da Amazônia e Cerrado. Para a Amazônia, foi apresentado à Convenção um total de 518.967.155,03 tCO2 reduzidas para os anos de 2018 e 2019 (ano PRODES). Para o Cerrado, foram 697.486.485 tCO2 reduzidas para os anos de 2018, 2019 e 2020. No acumulado, para a Amazônia tem-se um total de 6.866.985.530,64 tCO2 de resultados de redução do desmatamento para os anos de 2006 a 2019 e 1.237.996.005,00 tCO2 de redução de emissões no Cerrado para os anos de 2011 a 2020. Vale ressaltar que os relatórios são bienais, portanto, não houve previsão de relatórios para 2022. Com relação as áreas de florestas nativa do Bioma Amazônia conservadas por meio do Projeto Piloto Floresta +, a meta previa a conservação de 380 mil hectares até 2023. Porém, tal quantitativo foi calculado com base nos indicadores do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que ainda não está implementado, o que dificultou o cumprimento da meta. Até o final de 2022, por meio da Chamada Pública 01/2022, foram selecionados 65 beneficiários, somando 1.605,80 ha de área conservada adicionais aos requisitos legais e perfazendo um total de R$642.320,00 em pagamentos diretos. A concessão dos parques e florestas nacionais tem como maior objetivo melhorar a infraestrutura e os serviços nos parques para potencializar o ecoturismo e atrair recursos para a proteção ambiental, gerando emprego e renda. A primeira concessão do novo modelo desenvolvido no âmbito do MMA ocorreu nos Parques Nacionais Aparados da Serra e da Serra Geral (RS/SC) e que, atualmente, já conta com ampla sinalização, monitores em todos os trechos, equipes de socorro e ambulância, além de banheiros e pontos de alimentação e construções para atendimento ao público em andamento. Nessa nova perspectiva, as Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula foram concessionadas no ano de 2021, com valores estimados de investimentos em instalações físicas e operações de serviços em R$ 93 milhões e R$ 72 milhões, respectivamente, ao longo dos 30 anos de Concessão. Ainda em 2021, foi publicado o edital para a Concessão do Parque Nacional do Iguaçu, o projeto prevê investimentos de mais de R$ 500 milhões em novas infraestruturas e outros R$ 3 bilhões na operação do parque durante o período da concessão. Em março de 2022 foi realizado o Leilão para a concessão de serviços de apoio ao uso público do Parque Nacional de Iguaçu à iniciativa privada por R$ 375 milhões e representou ágio de 349,45% em relação ao previsto no edital. Em dezembro de 2022 foi realizado o leilão de concessão dos serviços turísticos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, o projeto prevê investimentos de R$ 18 milhões em novas infraestruturas e outros R$ 200 milhões na operação do parque durante os 30 anos da concessão. No que concerne ao Parque Nacional de Jericoacoara, foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2022, o Edital de Licitação para a concessão da unidade de conservação em comento. Para a proteção de áreas federais prioritárias contra os Incêndios Florestais, no ano de 2022, a meta inicialmente idealizada de proteção de 200.000km² não foi completamente atingida devido a ampliação do quantitativo das brigadas Pronto-Emprego em relação ao inicialmente planejado. Esta constatação influenciou no atingimento da meta, uma vez que as brigadas Pronto-Emprego não possuem área de atuação direta, sendo empregadas mais ativamente nas operações de combate nível II e III. Além disso, uma brigada de Roraima que teria sede na terra indígena Yanomami não foi contratada por questões que fogem à governança do Ibama. Foi publicada a Portaria ICMBio n° 1.150, de 06 de dezembro de 2022, que traz os conceitos e diretrizes para a Manejo Integrado do Fogo em Unidades de Conservação Federais. Também foi publicado o Roteiro Metodológico para a elaboração dos Planos de Manejo Integrados do Fogo no ano de 2022. Destaca-se, também, a realização de Oficina para conceptualização junto a gestores de inúmeras unidades de conservação nos meses de junho e julho de 2022. Até o final de 2022, foram recebidos 29 Planos de Manejo Integrados do Fogo, sendo que: 23 foram aprovados e 6 estão em análise e/ou contam com pareceres para correções. É entendimento que esses Planos que estão sendo revisados devam ser finalizados até o mês de março de 2023. Em 2022 foram realizadas 585 ações de fiscalização ambiental pelo Ibama, previstas no Plano Nacional Anual de Proteção Ambiental, relacionadas aos temas: flora, fauna, atividade pesqueira, qualidade ambiental, licenciamento ambiental federal, comércio exterior e recursos genéticos, resultando 12.393 autos de infração, no valor total de R$ 3.080.649.015,92 (três bilhões, oitenta milhões, seiscentos e quarenta e nove mil quinze reais e noventa e dois centavos) em multas aplicadas. Um esforço de aproximadamente 26% dessas ações de fiscalização dirigiu-se ao combate de crimes contra a flora na região da Amazônia Legal, em sua maioria no âmbito das ações do Grupo de Combate ao Desmatamento na Amazônia – GCDA, o qual atende principalmente aos alertas de desmatamento nas regiões prioritárias. Foram lavrados 3.219 autos de infração no valor total de R$ 2.120793.929,20 (dois bilhões, cento e vinte milhões, setecentos e noventa e três mil novecentos e vinte e nove reais e vinte centavos) em multas aplicadas. As operações de fiscalização ambiental do Ibama também foram realizadas em Terras Indígenas na Amazônia Legal. Nestas localidades, o foco principal foi a desativação de mineração ilegal, desmatamento e outros delitos ambientais. O grupo especial de fiscalização empreendeu, de forma estruturada, operações principalmente nas Terras Indígenas Kayapó, Yanomami e Munduruku. Ocorreram outras fiscalizações em terras indígenas, tais como TI Cachoeira Seca, Ituna-Itatá, Vale do Javarí, Koatinemo, Xipaia, entre outras. Já com relação aos dados das ações de fiscalização executadas pelo ICMBIo, foram coletados por meio dos Relatórios Consolidados de Ações Executadas em 2022. Esse é um documento de envio obrigatório pelas unidades de conservação federais ao término de cada ação de fiscalização, o qual tem por objetivo consolidar as informações de campo, tais como, efetivo empregado, autuações,

apreensões, embargos, ocorrências, entre outros. Apesar do ano de 2022 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, como a menor disposição orçamentária, foram executadas 885 ações de fiscalização ambiental, superando a meta prevista para ações executadas nas UCs federais. No ano de 2022 foram emitidos 172.374 documentos titulatórios, sendo 149.892 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 de titulação de Regularização Fundiária, com destaque para as regiões nordeste e norte que obtiveram a maior quantidade de documentos titulatórios. Esse resultado foi devido a um esforço conjunto entre o Incra/Sede e Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho, capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho. Quanto aos Mapas de Supressão da Vegetação Nativa, foi produzido 1 mapa prioritário da área da vegetação nativa suprimida no intervalo agosto/2021 a julho/2022, para o bioma Amazônia. Foi produzido 1 mapa completo da área da vegetação nativa suprimida no intervalo agosto/2021 a julho/2022, para o bioma Cerrado. Os mapas de Supressão da vegetação nativa dos demais biomas (Pampa, Pantanal, Mata Atlântica e Caatinga) forma entregues em dezembro de 2022 como previsto anteriormente. Já com relação aos Mapas de Recuperação da vegetação secundária, o mapa de regeneração do bioma Cerrado, para o ano de 2020, foi concluído no 2º semestre de 2022 e se encontra. O mapa de regeneração do bioma Amazônia, para o ano de 2020, foi concluído no 2º semestre de 2022 e se encontra na fase de validação, entretanto, ainda não está disponível na plataforma TerraClass (https://www.terraclass.gov.br/). Durante o ano de 2022, o Programa Queimadas teve condições de manter em funcionamento a produção dos dados e, desta maneira, concluir todas as atividades e produtos com sucesso. No período de 01/jan/2022 até 31/dez/2022 foram detectados 115.033 focos de fogo ativo na Amazônia pelo satélite de referência; 56.885 focos de fogo ativo no Cerrado; 15.538, na Caatinga; 10.916, na Mata Atlântica; 1.637, no Pantanal; e 754 focos no Pampa.

Meta: 052U - Reduzir o desmatamento e os incêndios ilegais nos biomas em 90%

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: percentual
Linha de base: -
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: -
Meta prevista para 2022: -
Meta prevista para 2023: 10

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Data de Referência: 10/02/2023
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: Não á indicador definido para a meta do Programa.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: O Programa 6014, seu Objetivo e sua Meta foram criados por emenda parlamentar e posteriormente formalizados pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o PPA 2020 a 2023. A meta estabelecida contempla quatro variáveis, quais sejam: Taxa de desmatamento; Ocorrência de incêndios; Qualificação de supressão vegetal autorizada; Dados consolidados bioma a bioma. Assim, a meta não pôde ser apurada pela inexistência de indicador ou índice que contemple todas as variáveis apresentadas. Entretanto, pode-se destacar o resultado do desmatamento conforme abaixo:

O projeto PRODES, coordenado pelo MCTI, realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região. Os resultados mais recentes foram atualizados em 30/11/22, evidenciando as seguintes taxas anuais para a Amazônia, em km2: ## AMAZÔNIA ## *2019: 10.129; *2020: 10.851 (aumento de 7,13% em relação a 2019). *2021: 13.038 (aumento de 28,72% em relação a 2019); *2022: 11.568 (aumento de 14,21% em relação a 2019); Quanto aos demais biomas, evidencia-se os dados em Km2 da Plataforma TerraBrasilis, que é uma plataforma desenvolvida pelo INPE/MCTI para organização, acesso e dos dados geográficos produzidos pelos seus programas de monitoramento ambiental: ## CERRADO ## *2019: 6.139; *2020: 7.905 (aumento de 25,10% em relação a 2019); *2021: 8.531 (aumento de 35,01% em relação a 2019); *2022: 10.689 (aumento de 69,15% em relação a 2019). ## CAATINGA ## *2019: 1.868; *2020: 2.226 (aumento de 19,15% em relação a 2019); *2021: 2.096 (aumento de 12,20% em relação a 2019); *2022: ainda sem divulgação. ## MATA ATLÂNTICA ## *2019: 1.067; *2020: 791 (redução de 25,92% em relação a 2019); *2021: 928 (redução de 13,06% em relação a 2019); *2022: ainda sem divulgação. ## PAMPA ## *2019: 1.027; *2020: 889 (redução de 13,51% em relação a 2019); *2021: 1.527 (aumento de 48,59% em relação a 2019); *2022: ainda sem divulgação. ## CAATINGA ## *2019: 515; *2020: 678 (aumento de 31,76% em relação a 2019); *2021: 825 (aumento de 60,25% em relação a 2019); *2022: ainda sem divulgação.
Providências implementadas para a superação da restrição: Reportar de forma desagregada os dados sobre algumas das variáveis exigidas pela meta.

Resultado Intermediário: 0248 - Proteção de 200.000 Km2 de áreas federais prioritárias contra os Incêndios Florestais

Informações básicas

Unidade de medida: Km2
Linha de base: 203.000
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Áreas federais prioritárias protegidas contra os Incêndios Florestais
Meta prevista para 2020: 200.000
Meta prevista para 2021: 200.000
Meta prevista para 2022: 200.000
Meta prevista para 2023: 200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 192.645
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O valor apurado da meta refere-se à área federal sob proteção direta do Programa de Brigadas Federais (1792 brigadistas) nos estados em emergência e períodos críticos para a ocorrência de Incêndios Florestais. Nessas áreas foram realizadas ações preventivas, educativas e de combate. As brigadas possuem como área de apoio 460.548km2 que eventualmente apoiam conforme observância de necessidade e acordos pré-estabelecidos. Além disso, as brigadas atuaram em apoio às instituições parceiras dos diferentes entes da federação conforme acionamentos.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Houve algumas dificuldades operacionais relacionadas ao quantitativo de equipamentos, veículos e aeronaves.

Providências implementadas para a superação da restrição: O quantitativo de equipamentos, veículos e aeronaves supracitados foram supridos com remanejamento entre estados, com priorização de demandas. No caso de equipamentos de combate e de proteção importantes para o atendimento das demandas do Centro, estes foram adquiridos em 2022 e irão suprir 2023, reduzindo as dificuldades enfrentadas. No caso de veículos e aeronaves, para 2023, serão solicitados ampliação nos contratos novos conforme demanda e orçamento.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
No Estado da Bahia	-	-	-	-	217,2	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Goiás	-	-	-	-	3.245,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso	-	-	-	-	38.535,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	6.144,6	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Minas Gerais	-	-	-	-	965,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Pernambuco	-	-	-	-	559,8	31/01/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Rondônia	-	-	-	-	2.809,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado de Roraima	-	-	-	-	25.160,5	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Acre	-	-	-	-	1.238,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amapá	-	-	-	-	5.098,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Amazonas	-	-	-	-	13.251,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Maranhão	-	-	-	-	8.518,9	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Pará	-	-	-	-	66.896,8	31/12/2022	Não informado	Não informado
No Estado do Piauí	-	-	-	-	140,1	31/12/2022	Não informado	Não informado

No Estado do Tocantins		-	-	-	-	19.861,8	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0251 - Operações de fiscalização ambiental realizadas

Informações básicas

Unidade de medida: unidade
Linha de base: 800
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Operações de fiscalização ambiental realizadas
Meta prevista para 2020: 800
Meta prevista para 2021: 560
Meta prevista para 2022: 560
Meta prevista para 2023: 560

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 585
Data do valor apurado: 10/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado obtido corresponde a 104% da meta prevista para o ano de 2022, decorrente da revisão das ações de fiscalização planejadas no PNAPA 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Uma das estratégias da fiscalização ambiental é a restrição da informação de quando e onde ocorrerá a operação, tal estratégia protege não só os recursos ambientais, mas também as equipes de eventuais consequências da fiscalização ambiental. A regionalização do indicador demonstraria onde o Ibama está agindo prioritariamente, ou seja, poderá dar ideia, a eventual infrator, da falta do Estado em outras regiões. Ressalta-se ainda que é sabido que o Ibama age prioritariamente na Amazônia Legal, no que tange as ações de combate ao desmatamento, mas os eventuais infratores não sabem exatamente onde as ações ocorrerão, regionalizar o indicador poderia trazer consequências as ações de fiscalização, pois a comunicação poderia dar uma ideia de onde o Ibama não consegue agir, haja vista que a fiscalização do Ibama só não age em territórios maiores e prioriza ações em função da limitação de recursos humanos.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: A nomeação dos novos servidores, em sua grande maioria técnicos ambientais, com salários pouco atrativos, poderá gerar uma grande rotatividade de servidores e vacâncias.
Providências implementadas para a superação da restrição: Articulação institucional para melhoria da carreira de especialista em meio ambiente.

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0253 - Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) instituído.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Portaria publicada que institui o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1
Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 27/10/2020
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais - Floresta+ foi formalizado em 2020 (Portaria nº 288, de 2 de julho e 2020), portanto, a meta estabelecida no PPA referente ao presente resultado intermediário já se apresenta como cumprida. O Programa Floresta+ é uma ação do MMA para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando atividades ambientais realizadas e incentivando sua retribuição monetária e não monetária. O indicador busca aferir a instituição do Programa de Pagamentos por Serviços Ambientais, que fomentará o mercado privado de pagamentos por serviços ambientais em áreas mantidas com cobertura de vegetação nativa, bem como, promover a articulação de políticas públicas de conservação e proteção de vegetação nativa e de mudança do clima.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de publicação de um ato normativo.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0259 - Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa publicado.

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa aprovado por Resolução da CONAVEG.
Meta prevista para 2020: 1
Meta prevista para 2021: 1

Meta prevista para 2022: 1
Meta prevista para 2023: 1

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1
Data do valor apurado: 13/07/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O resultado refere-se a aprovação e publicação do Plano de Controle do Desmatamento Ilegal, Conservação, Preservação e Recuperação da Vegetação Nativa. O Plano é baseado em 06 eixos 1) tolerância zero com desmatamento ilegal; 2) regularização fundiária; 3) ordenamento territorial; 4) Pagamentos por Serviços Ambientais; 5) Bioeconomia e 6) Recuperação da Vegetação Nativa. Vale ressaltar que o Plano Nacional é um documento dinâmico, que reflete as ações em curso do governo e, por isso, passa por revisões constantes. A revisão realizada em 2022 foi aprovada pela Resolução n° 13 de julho de 2022 da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal - CONAVEG.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de publicação de um Plano de abrangência Nacional. O plano foi aprovado em 2020, revisado e aprovado em 2021 e 2022.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0260 - Estratégia Nacional de REDD+: reconhecimento dos resultados de reduções de emissões do Cerrado e Amazônia perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

Informações básicas

Unidade de medida: Unidade
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº anual de Relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima e aprovados.
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 0
Meta prevista para 2023: 2

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0
Data do valor apurado: 28/07/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Resultado Intermediário busca quantificar o montante de emissões decorrentes

da redução do desmatamento na Amazônia e Cerrado submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Em 2021, foram submetidos resultados de redução de emissões da Amazônia e Cerrado. Para a Amazônia, foi apresentado à Convenção um total de 518.967.155,03 tCO2 reduzidas para os anos de 2018 e 2019 (ano PRODES). Para o Cerrado, foram 697.486.485 tCO2 reduzidas para os anos de 2018, 2019 e 2020. No acumulado, para a Amazônia tem-se um total de 6.866.985.530,64 tCO2 de resultados de redução do desmatamento para os anos de 2006 a 2019 e 1.237.996.005,00 tCO2 de redução de emissões no Cerrado para os anos de 2011 a 2020. Vale ressaltar que os relatórios são bienais, portanto, não houve previsão de relatórios para 2022.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Trata-se de aprovação dos relatórios de emissões evitadas nos biomas Cerrado e Amazônia submetidos à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Resultado Intermediário: 0261 - Área de Floresta Nativa conservada por meio do Projeto Piloto Floresta+ (Amazônia).

Informações básicas

Unidade de medida: Hectares
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Área de florestas nativas conservadas no Bioma Amazônia.
Meta prevista para 2020: 0
Meta prevista para 2021: 0
Meta prevista para 2022: 100.000
Meta prevista para 2023: 380.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 1.605,8
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com relação as áreas de florestas nativa do Bioma Amazônia conservadas por meio do Projeto Piloto Floresta +, a meta previa a conservação de 380 mil hectares até 2023. Porém, tal quantitativo foi calculado com base nos indicadores do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que ainda não está implementado, o que dificultou o cumprimento da meta. Até o final de 2022, por meio da Chamada Pública 01/2022, foram selecionados 65 beneficiários, somando 1.605,80 ha de área conservada adicionais aos requisitos legais e perfazendo um total de R$642.320,00 em pagamentos diretos.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	0	0	100.000	380.000	1.849,11	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0264 - Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 20
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Percentual de Unidades de Conservação federais com Planos de Manejo Integrado do Fogo
Meta prevista para 2020: 30
Meta prevista para 2021: 30
Meta prevista para 2022: 20
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 18
Data do valor apurado: 17/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Foi publicada a Portaria ICMBio n° 1.150, de 06 de dezembro de 2022, que traz os conceitos e diretrizes para a Manejo Integrado do Fogo em Unidades de Conservação Federais. Também foi publicado o Roteiro Metodológico para a elaboração dos Planos de Manejo Integrados do Fogo no ano de 2022. Destaca-se, também, a realização de Oficina para conceptualização junto a gestores de inúmeras unidades de conservação nos meses de junho e julho de 2022. Até a presente data, foram recebidos 29 Planos de Manejo Integrados do Fogo, sendo que: 23 foram aprovados e 6 estão em análise e/ou contam com pareceres para correções. É entendimento que esses Planos que estão sendo revisados devam ser finalizados até o mês de março de 2023.
Restrições: Outras

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: Faltou aos gestores das unidades de conservação federais, que enviaram os Planos de Manejo Integrados do Fogo não aprovados, entendimentos, planejamento dos objetivos e metas mais adequadas às realidades desses territórios.
Providências implementadas para a superação da restrição: Agendadas reuniões virtuais e presenciais junto aos gestores das unidades de conservação, que estão com solicitações de readequação e melhoria nos Planos de Manejo Integrados do Fogo, para que essas readequações sejam realizadas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	30	17/01/2023	Resultado representa 30% da meta e 18%.	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	10	17/01/2023	Resultado representa 10% da meta e 18%.	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	25	17/01/2023	Resultado representa 25% da meta e 18%.	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	35	17/01/2023	Resultado representa 35% da meta e 18%.	Não informado

Resultado Intermediário: 0267 - Ações de fiscalização ambiental em Unidades de Conservação

Informações básicas

Unidade de medida: Número de ações
Linha de base: 596
Data de referência da linha de base: 31/12/2017
Indicador: Número de ações de fiscalização ambiental executadas em Unidades de Conservação
Meta prevista para 2020: 622
Meta prevista para 2021: 684
Meta prevista para 2022: 753
Meta prevista para 2023: 790

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 885
Data do valor apurado: 19/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Os dados das ações de fiscalização executadas foram coletados por meio dos Relatórios Consolidados de Ações Executadas em 2022. Esse é um documento de envio obrigatório pelas unidades de conservação federais ao término de cada ação de fiscalização, o qual tem por objetivo consolidar as informações de campo, tais como, efetivo empregado, autuações, apreensões, embargos, ocorrências, entre outros. Apesar do ano de 2022 ter apresentado alguns desafios para a fiscalização, como a menor disposição orçamentária, foram executadas 885 ações de fiscalização ambiental, superando a meta prevista para ações executadas nas UCs federais.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A principal restrição no de número de ações de fiscalização ambiental executadas em unidades de conservação, no ano de 2022, foi a falta de recursos orçamentários no final do ano para a execução em plenitude de todas as ações planejadas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Aumento do uso dos recursos de projetos especiais, como o programa ARPA no caso das Ucs da Amazônia, GEF-MAR nas Ucs Marinho-Costeiras, além do uso dos recursos de Compensação Ambiental em UCs com este tipo de recurso. Desta maneira, foi focado os recursos orçamentários nas Ucs que não disponibilizavam de recursos extra-orçamentários.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	233	19/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Caatinga	-	-	-	-	76	19/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Cerrado	-	-	-	-	112	19/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Mata Atlântica	-	-	-	-	349	19/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pampa	-	-	-	-	31	19/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pantanal	-	-	-	-	9	19/01/2023	Não informado	Não informado
Zona costeira e marinha	-	-	-	-	75	19/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0305 - Regularização Fundiária de terras públicas da União e do INCRA e a Titulação dos Assentamentos de Reforma Agrária por meio da execução de ações integradas e coordenadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número de títulos
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de documentos titulatórios entregues
Meta prevista para 2020: 50.000
Meta prevista para 2021: 100.000

Meta prevista para 2022: 150.000
Meta prevista para 2023: 200.000

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 172.374
Data do valor apurado: 03/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: No ano de 2022 foram emitidos 172.374 documentos titulatórios, sendo 149.892 referentes a Projetos de Assentamento e 22.482 de titulação de Regularização Fundiária, com destaque para as regiões nordeste e norte que obtiveram a a maior quantidade de documentos titulatórios. Esse resultado foi devido a um esforço conjunto entre o Incra/Sede e Superintendências Regionais (SR), incluindo estratégia de normatização, orientações, reuniões de trabalho, capacitação, apoio operacional, planejamento integrado e constituição de equipes de trabalho.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Elevado número de servidores aposentados nos últimos anos, reduzindo a capacidade operacional da Instituição.
Providências implementadas para a superação da restrição: Estabelecimento de parcerias institucionais com outras esferas do poder público (municípios, estados e instituições federais)

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	19.928	03/01/2023	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	70.626	03/01/2023	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	68.130	03/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	7.076	03/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	6.614	03/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0307 - Parques e Florestas Nacionais com editais de concessão publicados

Informações básicas

Unidade de medida: número de unidades de conservação
Linha de base: 0
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Nº de Unidades de Conservação com editais de concessão publicados
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 5
Meta prevista para 2022: 6
Meta prevista para 2023: 6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 30/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Apesar dos grandes desafios de regularização fundiária, que ultrapassa a gestão do próprio MMA e ICMBIO, pois depende de atores diversos, a instituição logrou êxito em atingir a meta proposta para o período. Meta atingida com a publicação do edital do parque nacional de Jericoacoara em dezembro de 2022: 1 Parque Nacional de Aparados da Serra - RS/SC 2 Parque Nacional de Serra Geral - RS/SC 3 Floresta Nacional de Canela - RS 4 Floresta Nacional São Francisco de Paula - RS 5 Parque Nacional do Iguaçu - PR 6 Parque Nacional da Chapada dos Guimarães - MT 7 Parque Nacional de Jericoacoara - CE
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Nordeste	-	-	-	-	1	30/01/2023	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	5	30/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0331 - Monitoramento anual da supressão da vegetação nativa e recuperação da vegetação secundária por bioma disponibilizado publicamente na plataforma Terrabrasilis.

Informações básicas

Unidade de medida: número de mapas anuais
Linha de base: 1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de mapas anuais disponibilizados publicamente
Meta prevista para 2020: 2
Meta prevista para 2021: 2
Meta prevista para 2022: 8
Meta prevista para 2023: 6

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 7
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Mapas de Supressão da Vegetação Nativa: Foi produzido 1 mapa prioritário da área da vegetação nativa suprimida no intervalo agosto/2021 a julho/2022, para o bioma Amazônia. Foi produzido 1 mapa completo da área da vegetação nativa suprimida no intervalo agosto/2021 a julho/2022, para o bioma Cerrado. Os mapas de Supressão da vegetação nativa dos demais biomas (Pampa, Pantanal, Mata Atlântica e Caatinga) forma entregues em dezembro de 2022 como previsto anteriormente. Todos os mapas estão disponíveis na plataforma TerraBrasilis (http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/). Mapas de Recuperação da vegetação secundária: O mapa de regeneração do bioma Cerrado, para o ano de 2020, foi concluído no 2º semestre de 2022 e se encontra disponível na plataforma TerraClass (https://www.terraclass.gov.br/). O mapa de regeneração do bioma Amazônia, para o ano de 2020, foi concluído no 2º semestre de 2022 e se encontra na fase de validação, entretanto, ainda não está disponível na plataforma TerraClass (https://www.terraclass.gov.br/). Para fins de monitoramento da vegetação, é utilizado o ano de referência de agosto de um ano a julho do ano seguinte, pois as imagens usadas no monitoramento devem ser do período seco (menor ocorrência de chuvas), quando há menos cobertura de nuvens, assim o melhor período para aquisição de imagens se inicia próximo ao mês de agosto.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Falhas de implementação; Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: O Monitoramento do desmatamento tem sido realizado para todos os biomas brasileiros. Para Amazônia e Cerrado, são realizados monitoramento anual pelo projeto PRODES e diário pelo DETER. Para os demais biomas, foi concluída a construção da série histórica dos dados que permitirá a comparação para identificação da supressão atual de vegetação nativa. A referida série histórica foi entregue em dezembro/2022. Entretanto, é importante ressaltar que os recursos oriundos do orçamento anual cobrem exclusivamente o monitoramento do bioma Amazônia, as ações dos demais biomas advêm de recursos extraorçamentários. Para o bioma Cerrado foi aprovador em 2022 um projeto FNDCT/FINEP que permitirá a continuidade do monitoramento até 2025. Para os demais biomas, em 2023, se encerra o projeto em execução com financiamento do Fundo Amazônia/BNDES, e não há previsão de novos recursos orçamentários ou não.
Providências implementadas para a superação da restrição: O INPE conseguiu captar e executar recursos extraorçamentários através do projeto FIP Paisagens Rurais, gestionado pelo Serviço Florestal Brasileiro, que supriu as necessidades orçamentária e de pessoal até o final de 2022, para execução do mapeamento de supressão vegetal no bioma Cerrado. Para os biomas Mata Atlântica, Caatinga, Pampa e Pantanal foram utilizados recursos oriundos do Projeto FA Biomas, apoiado pelo Fundo Amazônia – BNDES, entretanto é necessário reforçar que o projeto FA Biomas será encerrado em 2023, não havendo, portanto, previsão de recursos para continuidade do monitoramento da vegetação nesses biomas. Serão realizadas reuniões com a equipe do MMA, visando a alocação de recursos na ação 20V9 do programa 6014.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Há uma significativa falta de equipe especializada para execução do monitoramento da vegetação nativa. Hoje, a maior parte do monitoramento de desmatamento é realizada com equipe de bolsistas via TED CNPq.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências registradas.

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Foi pactuado um TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED) Nº 2/2020 entre o INPE/IBAMA assinado em 17 de novembro de 2020, apostilado pelo termo de apostilamento Nº 03/2021 assinado em 07 de dezembro de 2021, porém, até o momento de apuração ainda não foi realizada a liberação dos recursos orçamentários no valor de R$ 135.000,00 por mês.
Providências implementadas para a superação da restrição: A providência adotada foi a realização da reunião bilateral, em 26 de maio de 2022, com o gestor do CENIMA/IBAMA visando regularizar a transferência dos recursos financeiros.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: O Marco Legal em vigor apresenta restrições à contratação de equipe técnica-científica para execução das atividades envolvidas no resultado intermediário 0331.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências registradas.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Bioma Amazônia	-	-	-	-	1	23/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Caatinga	-	-	-	-	1	23/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Cerrado	-	-	-	-	2	23/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Mata Atlântica	-	-	-	-	1	23/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pampa	-	-	-	-	1	23/01/2023	Não informado	Não informado
Bioma Pantanal	-	-	-	-	1	23/01/2023	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0332 - Monitoramento diário da ocorrência de focos de fogo ativo disponibilizado publicamente na plataforma do BDQueimadas

Informações básicas

Unidade de medida: Número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano
Linha de base: 12
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano
Meta prevista para 2020: 12
Meta prevista para 2021: 12
Meta prevista para 2022: 12
Meta prevista para 2023: 12

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 12
Data do valor apurado: 23/01/2023
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Durante o ano de 2022, o Programa Queimadas teve condições de manter em funcionamento a produção dos dados e, desta maneira, concluir todas as atividades e produtos com sucesso. No período de 01/jan/2022 até 31/dez/2022 foram detectados 115.033 focos de fogo ativo na Amazônia pelo satélite de referência; 56.885 focos de fogo ativo no Cerrado; 15.538, na Caatinga; 10.916, na Mata Atlântica; 1.637, no Pantanal; e 754 focos no Pampa. Para acompanhamento dos resultados recomenda-se os seguintes links: https://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal/outros-produtos/paineis-de-monitoramento-da-ocorrencia-de-focos-de-fogo-ativo Os dados para o monitoramento da ocorrência dos focos de fogo ativo em todos os biomas continentais brasileiros foram produzidos sistematicamente durante o ano 2022, com uso de recursos orçamentários externos ao Programa 6014, assim como recursos humanos e infraestrutura compartilhados com outras instituições. Não há pessoas dedicadas ao aprimoramento e melhorias deste Resultado Intermediário, mesmo havendo grandes demandas de novos indicadores que podem ser gerados a partir destes dados base.
Justificativa para não regionalização do Resultado Intermediário: Este Resultado Intermediário não é regionalizado porque o indicador (número total de mapas mensais disponibilizados publicamente no ano) é produzido para todo o território nacional, independentemente do bioma continental considerado. Qualquer tipo de regionalização ou divisão da informação gerada seria derivada do dado original produzido e entregue (mapa nacional), conforme a necessidade do usuário.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários); Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: Durante o ano de 2022, o Programa Queimadas do INPE teve corte orçamentário. Entretanto, este PO demanda investimentos de aproximadamente R$ 2.500.000,00. Segundo a LOA 2022, não houve recursos ou transferência de recursos orçamentários vinculadas ao Programa 6014 para o INPE. O PO 20V9.0002 possui apenas previsão orçamentária para a execução do monitoramento do risco de fogo. Os indicadores previstos neste resultado intermediário demandam à efetiva liberação de recursos a tempo para a execução das atividades necessárias para o atendimento destas. Os mapas de ocorrência de fogo ativo indicam a localização dos pontos de foco de calor e, portanto, não representam a estimativa da área queimada atingida pelo fogo.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências registradas.

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Atualmente a equipe conta apenas com dois servidores especializados para manter as atividades de pesquisa, inovação e

operação. Para realização mínima destes compromissos a equipe do INPE contou com parcerias externas que aportam equipe adicional.
Providências implementadas para a superação da restrição: O Programa Queimadas teve aporte de recursos humanos extras recebidos por meio de bolsas, que permitiram a realização das atividades com entrega dos produtos. Portanto, existe a necessidade de aportes de recursos orçamentários e de pessoal, demanda está sistematicamente reportada nos relatórios de acompanhamento de execução física e orçamentária.

Restrição: Marco Legal inadequado ou entrave em legislação correlata
Detalhamento da restrição: O atual Marco Legal em vigor não permite solucionar a restrição de pessoal para execução das atividades fins (técnicas e científicas) do resultado intermediário 0332.
Providências implementadas para a superação da restrição: Sem providências registradas.

Notas do usuário: -

PROGRAMA: 6015 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Objetivo: 1244 - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e a atuação do MEC busca apoiar os entes federados na ampliação da oferta e na melhoria da qualidade do ensino ofertado, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade, em cumprimento ao estabelecido na Meta 1 do PNE. Conforme os dados mais recentes disponíveis (Pnad-c/IBGE), o percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/creche era de 35,7% em 2018 e chegou a 37% em 2019. Conforme o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE - 2022 publicado pelo INEP/MEC, embora esse Indicador (1B-PNE) aponte para um crescimento da cobertura durante o período do PNE, não é possível saber como a pandemia de covid-19 terá afetado a frequência escolar da população de 0 a 3 anos em 2020 e 2021, visto não existirem dados da Pnad-c sobre a frequência escolar da população nessa faixa etária para aquele biênio. Diante desse desafio, o MEC implementa importantes ações com vistas a garantir o acesso de crianças a creches e pré-escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de educação infantil. Assim, destacam-se a seguir as iniciativas e políticas desenvolvidas pelo MEC, voltadas ao acesso e à melhoria da qualidade de atendimento nessa etapa específica da educação básica, compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação às demais instâncias educacionais (art. 8º, § 1, da LDB). O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil contribui para a expansão da oferta de vagas na educação infantil pública e para o funcionamento regular das novas matrículas. O objetivo do Programa é prestar apoio financeiro aos municípios para atender a novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais (Proinfância – novos estabelecimentos), bem como para abertura de novas turmas de educação infantil (Brasil Carinhoso – novas turmas) em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos conveniadas com o Poder Público. Assim, os recursos desses programas visam prover o período em que essas novas vagas ainda não tenham sido contabilizadas no Fundeb. Em 2022, foram investidos R$ 186,6 milhões, sendo R$ 160,6 milhões destinados a Novas Turmas (Brasil Carinhoso), beneficiando 35.064 novas matrículas em creches e pré-escolas e, para novos estabelecimentos (Proinfância), foram investidos R$ 26 milhões, beneficiando 7.238 novas matrículas na educação infantil. Pode-se destacar a criação de cerca de 122,5 mil novas matrículas em creches e pré-escolas, no período de 2019 a 2022, o que representou o repasse aos municípios e Distrito Federal de mais de R$ 427 milhões. Lançado em 2022, o Programa

Primeira Infância na Escola tem o objetivo de promover iniciativas, em regime de colaboração, que elevem a qualidade da educação infantil, potencializando o desenvolvimento integral e promovendo a aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos de idade. O programa está estruturado em 3 eixos: avaliação e monitoramento da implementação dos Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil; gestão, liderança e fortalecimento institucional; currículo e práticas pedagógicas. Dentre as estratégias do MEC para auxiliar no desenvolvimento das ações do Programa, destacam-se: aplicação da escala EAPI (Escala de avaliação de ambientes de aprendizagem na primeira infância); monitoramento da qualidade da educação infantil, por meio de estratégias de desenvolvimento socioemocional; assistência financeira para o atendimento de 16 mil escolas de educação infantil que tenham 70% ou mais de alunos do Programa Auxílio Brasil. Foram empenhados, via PDDE, o valor de R$ 71,2 milhões para o atendimento de 11,2 mil escolas, sendo pago R$ 46 milhões beneficiando 7,3 mil escolas e 1,1 milhão de estudantes. O Decreto nº 10.134/2019 dispõe sobre política de fomento aos estabelecimentos da rede pública de educação infantil qualificada no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República - PPI, para fins de estudos de viabilidade e de alternativas de parcerias com a iniciativa privada para construção, modernização e operação de estabelecimentos da rede pública de educação infantil dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Neste sentido, o MEC, firmou parceria com a Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED), no valor de R$ 997,8 mil com o objeto de prestar assessoria e apoio técnico ao Programa Primeira Infância na Escola para avaliar a delegação à iniciativa privada de infraestrutura e do serviço educacional em creches e pré-escolas. O Programa Nacional De Reestruturação E Aquisição De Equipamentos Para A Rede Escolar Pública De Educação Infantil - ProInfância tem como objetivo garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: Construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; Aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros. Em 2022, foram destinados cerca de R$ 308 milhões para apoiar a implantação de escolas para educação infantil. Os recursos foram totalmente aplicados para empenho de obras em andamento ou em fase de conclusão. Além desse montante, foram empenhados cerca de R$ 21,2 milhões para aquisição de mobiliário e equipamentos do Proinfância, os quais beneficiaram 102 municípios em 20 estados da federação. Ademais, no exercício de 2022, foram concluídas 185 Escolas de Educação Infantil, beneficiando 154 municípios em 23 estados da federação. Para conclusão dessas obras foram investidos cerca de R$ 54 milhões de recursos orçamentários, dos R$ 308 milhões destinados a implantação de escolas para educação infantil, citados anteriormente. O MEC também oferta formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, por meio da Plataforma Avamec, com o objetivo de qualificar profissionais de creches e de pré-escolas, concorrendo para o estabelecimento de práticas pedagógicas criativas e teoricamente embasadas que contribuam para a formação integral da criança. Até dezembro de 2022, foram 232,6 mil professores e profissionais participantes do curso de Formação para Profissionais da Educação Infantil. Por fim, em 2022, no âmbito do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.

Meta: 052V - Ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche
Linha de base: 35,7
Data de referência da linha de base: 31/12/2018
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 37,26
Meta prevista para 2022: 39,82
Meta prevista para 2023: 50

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: Valor não disponível
Data de Referência: 31/12/2022
Restrições: Outras
Justificativa para não regionalização da Meta: A Educação Infantil é ofertada prioritariamente na rede municipal de educação. O MEC atua com função supletiva, buscando a equalização de oportunidades educacionais e o padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios (CF, Artigo 211, Parágrafo 1º). As transferências são realizadas diretamente aos municípios de acordo com as demandas cadastradas no SIMEC. Os programas de apoio à Educação Infantil destinam-se a ampliar e melhorar o atendimento na Educação Infantil, responsabilidade dos municípios e do Distrito Federal (DF). Cabe informar que os resultados alcançados no âmbito da Meta do Programa podem ser apresentados de forma regionalizada.

Restrição: Outras
Detalhamento da restrição: A respeito do orçamento para o desenvolvimento do programa, esclarecemos que os recursos tanto para Novos Estabelecimentos quanto para Novas Turmas estão alocados na mesma dotação orçamentária, denominada Ação 00oW – Apoio à Manutenção da Educação Infantil. Registra-se que no ano de 2022, o orçamento disponível foi integralmente executado, sendo investidos R$ 186 milhões beneficiando 42.848 novas matrículas na EI. No entanto, ressalta-se, ainda, que em 2022 foram aprovados e não pagos, até o momento, no Módulo E. I. Manutenção – Novos Estabelecimentos e Novas Turmas o passivo no valor de aproximadamente 52 milhões. Por fim, entende-se que o Apoio à Manutenção da Educação Infantil se constitui como uma importante estratégia de apoio do Governo Federal aos entes subnacionais na expansão da oferta, conforme previsto na Meta 1 do PNE, compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação as demais instâncias educacionais (art. 8°, § 1 da LDB).
Providências implementadas para a superação da restrição: Garantir maior investimento para o programa. A Coordenação-Geral de Educação Infantil (COGEI), considerando a série histórica do Programa, após consulta ao SIMEC, estima de orçamento para 2023, na ação 00OW, o valor de 230 milhões para pagar o passivo de 2022 e atender as novas solicitações de 2023, tendo em vista a evolução do Programa e a demanda historicamente crescente ano a ano. Por recomendação do TCU foi realizada ampla divulgação do Programa, o que acarreta aumento nas solicitações. Além do mais, a liberação de recursos para continuidade de obras em escolas de educação infantil e os dados do Censo 2022 apresentam um aumento considerável de matrículas da educação infantil, sobretudo em função da pandemia da Covid-19, quando muitas matrículas da rede privada migraram para a rede pública de ensino elevando a demanda por vagas em estabelecimentos públicos, o que pode ocasionar em um número expressivo de novas solicitações e reforçar a possibilidade de execução de mais recursos.

Indicador: 8759 - Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta a escola/ creche

Informações básicas

Unidade de medida: percentual
Valor de referência: 35,7
Data de Apuração: 31/12/2018
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Anual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 37
Data do índice: 31/12/2019
Observação: Conforme Relatório do 4º Ciclo PNE/INEP (junho/2022), apenas a população de 5 anos ou mais teve dado de frequência escolar coletado pelo IBGE nos anos de 2020 e 2021. “A ausência de dados de escolarização para a população de 0 a 4 anos de idade para os anos de 2020 e 2021 não permite que os indicadores de cobertura da Meta 1 sejam aferidos para aqueles anos. Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.

Resultado Intermediário: 0023 - População de 4 a 5 anos que frequenta a pré-escola.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 94,1
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de acesso escolar – Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta a escola
Meta prevista para 2020: 94,8
Meta prevista para 2021: 94,86
Meta prevista para 2022: 96,95
Meta prevista para 2023: 99

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: Valor não disponível
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Programa de Apoio à Manutenção da Educação Infantil presta apoio financeiro para atender a novas matrículas em novos estabelecimentos de educação infantil construídos com recursos federais (Proinfância – novos estabelecimentos), bem como para abertura de novas turmas de educação infantil (Brasil Carinhoso – novas turmas) em estabelecimentos educacionais públicos ou em instituições conveniadas com o Poder Público, cujas vagas ainda não tenham sido contabilizadas no Fundeb. Em 2022, foram investidos R$ 186,6 milhões, sendo R$ 160,6 milhões destinados a Novas Turmas (Brasil Carinhoso), beneficiando 35.064 novas matrículas em creches e pré-escolas e, para novos estabelecimentos (Proinfância), foram investidos R$ 26 milhões, beneficiando 7.238 novas matrículas na educação infantil. Lançado em 2022, o Programa Primeira Infância na Escola tem o objetivo de promover iniciativas, em regime de colaboração, que elevem a qualidade da educação infantil, potencializando o desenvolvimento integral e promovendo a aprendizagem das crianças de 0 a 5 anos de idade. Foram empenhados, via PDDE, o valor de R$ 71,2 milhões para o atendimento de 11,2 mil escolas, sendo pago R$ 46 milhões beneficiando 7,3 mil escolas e 1,1 milhão de estudantes. O Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (ProInfância) tem como objetivo garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Em 2022, foram destinados cerca de R$ 308 milhões para apoiar a implantação de escolas para educação infantil, voltados para empenho de obras em andamento ou em fase de conclusão, registrando a conclusão de 185 escolas de Educação Infantil,

beneficiando 154 municípios em 23 estados da federação. Além desse montante, foram empenhados cerca de R$ 21,2 milhões para aquisição de mobiliário e equipamentos do Proinfância, os quais beneficiaram 102 municípios em 20 estados da federação.
Restrições: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)

Restrição: Insuficiência Orçamentária (falta de recursos orçamentários)
Detalhamento da restrição: A respeito do orçamento para o desenvolvimento do programa, esclarecemos que os recursos tanto para Novos Estabelecimentos quanto para Novas Turmas estão alocados na mesma dotação orçamentária, denominada Ação 00oW – Apoio à Manutenção da Educação Infantil. Registra-se que no ano de 2022, o orçamento disponível foi integralmente executado, sendo investidos R$ 186 milhões beneficiando 42.848 novas matrículas na EI. No entanto, ressalta-se, ainda, que em 2022 foram aprovados e não pagos, até o momento, no Módulo E. I. Manutenção – Novos Estabelecimentos e Novas Turmas o passivo no valor de aproximadamente 52 milhões. Por fim, entende-se que o Apoio à Manutenção da Educação Infantil se constitui como uma importante estratégia de apoio do Governo Federal aos entes subnacionais na expansão da oferta, conforme previsto na Meta 1 do PNE, compreendendo o regime de colaboração e o papel da União na função supletiva e redistributiva em relação as demais instâncias educacionais (art. 8°, § 1 da LDB).
Providências implementadas para a superação da restrição: Garantir maior investimento para o programa. A Coordenação-Geral de Educação Infantil (COGEI), considerando a série histórica do Programa, após consulta ao SIMEC, estima de orçamento para 2023, na ação 00OW, o valor de 230 milhões para pagar o passivo de 2022 e atender as novas solicitações de 2023, tendo em vista a evolução do Programa e a demanda historicamente crescente ano a ano. Por recomendação do TCU foi realizada ampla divulgação do Programa, o que acarreta aumento nas solicitações. Além do mais, a liberação de recursos para continuidade de obras em escolas de educação infantil e os dados do Censo 2022 apresentam um aumento considerável de matrículas da educação infantil, sobretudo em função da pandemia da Covid-19, quando muitas matrículas da rede privada migraram para a rede pública de ensino elevando a demanda por vagas em estabelecimentos públicos, o que pode ocasionar em um número expressivo de novas solicitações e reforçar a possibilidade de execução de mais recursos.

Notas do usuário: Conforme Relatório do 4º Ciclo PNE/INEP (junho/2022), apenas a população de 5 anos ou mais teve dado de frequência escolar coletado pelo IBGE nos anos de 2020 e 2021. “A ausência de dados de escolarização para a população de 0 a 4 anos de idade para os anos de 2020 e 2021 não permite que os indicadores de cobertura da Meta 1 sejam aferidos para aqueles anos. Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.
Região Nordeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.
Região Norte	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.
Região Sudeste	-	-	-	-	Valor não	31/12/2022	Não informado	Os dados referentes ao ano 2022 serão

					disponível			disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.
Região Sul	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Não informado	Os dados referentes ao ano 2022 serão disponibilizados pelo Inep no 2º semestre de 2023.

Resultado Intermediário: 0024 - Creches e Pré-escolas Implantadas

Informações básicas

Unidade de medida: Creches e Pré-escolas
Linha de base: 325
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Quantidade de Creches e Pré-escolas Implantadas
Meta prevista para 2020: 363
Meta prevista para 2021: 358
Meta prevista para 2022: 295
Meta prevista para 2023: 300

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 185
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O ProInfância tem como objetivo garantir o acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. O programa atua sobre dois eixos principais, indispensáveis à melhoria da qualidade da educação: Construção de creches e pré-escolas, por meio de assistência técnica e financeira do FNDE, com projetos padronizados que são fornecidos pelo FNDE ou projetos próprios elaborados pelos proponentes; Aquisição de mobiliário e equipamentos adequados ao funcionamento da rede física escolar da educação infantil, tais como mesas, cadeiras, berços, geladeiras, fogões e bebedouros. Em 2022, foram destinados cerca de R$ 308 milhões para apoiar a implantação de escolas para educação infantil. Os recursos foram totalmente aplicados para empenho de obras em andamento ou em fase de conclusão. Além desse montante, foram empenhados cerca de R$ 21,2 milhões para aquisição de mobiliário e equipamentos do Proinfância, os quais beneficiaram 102 municípios em 20 estados da federação. Ademais, no exercício de 2022, foram concluídas 185 Escolas de Educação Infantil, beneficiando 154 municípios em 23 estados da federação. Para conclusão dessas obras foram investidos cerca de R$ 54 milhões de recursos orçamentários, dos R$ 308 milhões destinados a implantação de escolas para educação infantil, citados anteriormente.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Dificuldades de cumprimento por fatores relacionados à capacidade técnica e operacional dos entes federativos para execução das obras. Falta de servidores específicos na área de engenharia para análise e elaboração de projetos de infraestrutura educacional.
Providências implementadas para a superação da restrição: Viabilizar capacitações e assistência técnica aos entes federativos com o objetivo de propiciar melhoria na execução das obras conforme a programação pactuada. Por parte do Fnde, realização de concurso público para alocar pessoal na área de

engenharia.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	24	28	27	23	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	132	100	103	71	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	44	35	34	13	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	108	83	85	45	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	50	49	51	33	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0025 - Formação dos Professores da Educação Básica - Educação Infantil

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 54,8
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de formação dos professores da educação básica - Educação Infantil
Meta prevista para 2020: 55,9
Meta prevista para 2021: 57,01
Meta prevista para 2022: 58,15
Meta prevista para 2023: 59,32

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 62
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O MEC desenvolve diversas ações voltadas a elevar a oferta e a qualidade da formação inicial e continuada de professores e profissionais da educação, com foco em docência e gestão voltadas a resultados, em todos os níveis e

modalidades, alinhadas aos marcos regulatórios e às especificidades existentes. O Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL) tem por finalidade induzir a oferta de cursos de licenciaturas e de formação continuada inovadoras, a fim de atender às necessidades e organização da atual política curricular da educação básica e da formação de professores e diretores escolares para atuarem nessa etapa de ensino. A primeira etapa do Programa é voltada para a formação inicial e presta apoio técnico e financeiro a universidades a fim de que promovam a oferta de cursos de licenciaturas. Em 2022 o Ministério da Educação repassou, no total, R$ 18 milhões para manutenção do PRIL. A meta é formar 2.880 docentes até o ano de 2025. As formações disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec) possibilitam que professores da Educação Básica tenham acesso à formação continuada gratuita e on-line, em acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e as Resoluções CNE/CP Nº 2 de 2019 (BNC-Formação) e Nº 1 de 2020 (BNC-Formação Continuada). O MEC oferta formação continuada aos profissionais da Educação Infantil, por meio da Plataforma Avamec, com o objetivo de qualificar profissionais de creches e de pré-escolas, concorrendo para o estabelecimento de práticas pedagógicas criativas e teoricamente embasadas que contribuam para a formação integral da criança. Até dezembro de 2022, foram 232,6 mil professores e profissionais participantes do curso de Formação para Profissionais da Educação Infantil.
Restrições: Não Há Restrições

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	68,7	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	58,3	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	66,1	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	62,2	31/12/2022	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	62,2	31/12/2022	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0313 - PNLD – Educação Infantil

Informações básicas

Unidade de medida: Estudantes
Linha de base: 5.448.222
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Estudantes matriculados na Educação Infantil atendidos pelo PNLD
Meta prevista para 2020: 0

Meta prevista para 2021: 5.189.287
Meta prevista para 2022: 5.344.966
Meta prevista para 2023: 5.398.416

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 4.435.407
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico); Falhas de Articulação institucional

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Providências implementadas para a superação da restrição: As parcerias com as Universidades, no âmbito ou não dos CEPLIs, e a implementação diligente do trabalho remoto amenizaram as restrições de pessoal. No primeiro caso pela disponibilidade de conhecimento qualificado contribuiu com projetos importantes do PNLD. No segundo caso, percebeu-se um aumento de disponibilidade e produtividade dos servidores. No entanto, como afirmado, trata-se de uma suavização no quadro de carência de pessoal efetivo no FNDE, que poderá ser melhorada efetivamente com a realização de concurso público.

Restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Detalhamento da restrição: Estrutura Organizacional inadequada (Sistema, espaço físico)
Providências implementadas para a superação da restrição: Houve avanço significativo na estrutura formal da Coordenação-geral dos Programas do Livro/CGPLI com a publicação da nova Estrutura Regimental do FNDE (DECRETO Nº 11.196, DE 13 DE SETEMBRO DE 2022). No entanto, esse avanço sem que ocorra o provimento dos cargos do quadro efetivo não supre totalmente as deficiências na estrutura organizacional. Além disso, a adesão do FNDE como interveniente no Contrato de Gestão do qual faz parte também a RNP possibilitou a superação das restrições de Sistemas de TI para a inscrição e validação das obras no âmbito do PNLD. Porém, outras etapas do programa ainda dependem de melhorias no sistema atual para que ocorram tempestivamente até que a RNP conclua o desenvolvimento da nova plataforma integrada.

Restrição: Falhas de Articulação institucional
Detalhamento da restrição: Falhas de Articulação institucional.
Providências implementadas para a superação da restrição: A intensificação das iniciativas por parte da CGPLI para chamar as demais entidades envolvidas na execução do PNLD a contribuírem mais tempestivamente com o cronograma rígido de execução do Programa.

Notas do usuário: -

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	456.447	470.141	474.842	390.137	31/12/2022	Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.	Não informado
Região Nordeste	-	1.685.079	1.735.632	1.752.988	1.440.278	31/12/2022	Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.	Não informado
Região Norte	-	563.682	580.592	586.398	481.792	31/12/2022	Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático	Não informado

							(PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.	
Região Sudeste	-	1.905.497	1.962.662	1.982.289	1.628.674	31/12/2022	Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em mais de 80 mil unidades de ensino.	Não informado
Região Sul	-	578.581	595.938	601.898	494.526	31/12/2022	Preliminarmente, cabe ressaltar que a Ação Orçamentária para aquisição de materiais didáticos pelo PNLD (20RQ) está vinculada ao Programa 5011. O Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), tem como objetivo avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, para as escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. Em 2022, foram adquiridos 2,5 milhões de livros no valor total de R$ 46,7 milhões, para a Educação Infantil, beneficiando mais de 4,4 milhões de estudantes matriculados em	Não informado

							mais de 80 mil unidades de ensino.	

PROGRAMA: 6016 - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Objetivo: 1245 - Elevar a qualidade de Educação Especial, promovendo o acesso, a permanência e a aprendizagem com equidade

Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: O Programa 6016 do PPA 2020-2023 possui como objetivo a melhoria da qualidade da educação especial, em consonância com o disposto na Meta 4 do PNE. O direito à educação escolar das pessoas com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e com altas habilidades ou superdotação é um direito que se inicia na educação infantil, etapa onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e o desenvolvimento global da criança até a formação superior. A educação básica tem demonstrado um decréscimo de matrícula em razão do novo perfil demográfico brasileiro, caracterizado pelo envelhecimento da população. A despeito dessa realidade, as matrículas na educação especial vêm crescendo, embora já se observe uma desaceleração, conforme demonstrados nos dados do Censo Escolar da Educação Básica (Inep/MEC). Em consonância com o disposto na Meta 4 do Plano Nacional de Educação (PNE), o MEC atua no sentido de garantir o direito à educação inclusiva e ao atendimento educacional especializado aos estudantes público-alvo da educação especial. Conforme o Censo Escolar da Educação Básica -2021, o número de matrículas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de 4 a 17 anos, atingiu o total de 1.090.566 matrículas, sendo 1.020.018 em classes comuns, em um percentual de 93,5% das matrículas, o que representa aumento de 8,2 p.p. pontos percentuais em relação ao cenário de 2013. Atribui-se esse crescimento em classes comuns ao desenvolvimento de programas e ações para universalizar o acesso desse público preferencialmente na classe comum, garantindo-se a matrícula, a participação e a aprendizagem dos estudantes. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos educandos com deficiência, TEA e altas habilidade ou superdotação. Ademais, consiste na mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas desses estudantes, em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, visando à autonomia e à independência na escola e fora dela. Visam também ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos educandos, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas são realizadas por professores especializados, no contraturno da escolarização e apoiam as atividades realizadas pelo professor na classe comum, com vistas ao sucesso da inclusão educacional. Em 2021, conforme dados disponibilizados no indicador 4C do Relatório do quarto ciclo de monitoramento das Metas do PNE, publicado pelo Inep/MEC, 46,2% das matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado, o que, em termos nominais, representa 503.342 matrículas. Nesse contexto, a política pública para a área segue buscando alcançar as metas estabelecidas no PNE e, para isso, o MEC desenvolve programas e ações com o objetivo de apoiar técnica e financeiramente os sistemas de ensino na implementação da educação especial. Assim, com vistas a elevar a qualidade da educação especial, em 2022 o MEC deu continuidade às suas ações, acompanhando os sistemas de ensino e monitorando o desenvolvimento da educação especial diante dos efeitos da pandemia, bem como revitalizando programas com o objetivo de garantir a oferta dos serviços de educação especial, principalmente a oferta do AEE e a qualificação dos profissionais que atuam na área. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos. Em 2022, registra-se que foi empenhado o valor de R$ 146,8 milhões e pago R$ 127,4 milhões por meio do PDDE em 5.766 escolas, beneficiando 3,5 milhões de estudantes. No âmbito do PNLD - Acessível, foram executadas ações voltadas para atender a acessibilidade dos materiais para estudantes cegos, com baixa visão e disléxicos. Os livros destinados aos anos iniciais e finais do ensino fundamental e do ensino médio foram adquiridos no formato de livro digital ePUB e estão disponíveis para todas as escolas que demandam esse tipo de atendimento a qualquer tempo. Em 2022 foram publicados o Edital – PNLD 2022 (Objeto 2 –

Acessibilidade) e o Edital – PNLD 2023 (Objeto 1 – Acessibilidade). Quanto às aquisições, registra-se que o PNLD investiu em transcrição e disponibilização em formato EPUB, de todas as 532 obras do PNLD 2021- objeto 2, destinados a alunos e a professores do Ensino Médio, beneficiando 16,5 mil estudantes com baixa visão. Além disso, foram adquiridos 9,7 mil livros em formato tinta-braile para o atendimento de cerca de 2,2 mil estudantes cegos. Segundo dados do Censo Escolar 2021, existem 48.739 professores que atuam em turmas de AEE; desses, 19.841 (40,71%) têm formação continuada em Educação Especial. Para melhorar esses índices, o MEC desenvolve o Programa de Formação de Profissionais da Educação Básica que tem a finalidade de promover a formação continuada de professores do AEE e de profissionais da educação básica, em geral. Em 2022, foram descentralizados R$ 8,1 milhões, destinados a 33 Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de 16.150 vagas. Informa-se, ainda que, no presente exercício, houve pagamento de bolsas no valor de R$ 4,3 milhões referentes aos cursos firmados em 2021/2022. Além disso, o MEC disponibilizou 14 cursos autoinstrucionais sobre temáticas relativas ao AEE, além de um curso sobre o alunado com Doenças Raras. Tais cursos estão sendo ofertados em 2022 na plataforma AVAMEC.

Meta: 052W - Ampliar para 1,14 milhão o número de matrículas de educandos de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação, em conformidade com a meta 4 do Plano Nacional de Educação.

Informações básicas

Quantitativa:: Sim
Unidade de medida: Matrículas
Linha de base: 1.009.917
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Meta prevista para 2020: -
Meta prevista para 2021: 1.096.643
Meta prevista para 2022: 1.118.576
Meta prevista para 2023: 1.140.947

Informações do Monitoramento

Quantidade alcançada: 1.090.566
Data de Referência: 31/12/2021
Restrições: Falhas de implementação; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Justificativa para não regionalização da Meta: As ações e programas da SEMESP possuem alcance nacional e são implementadas em resposta às demandas dos entes federados por adesão ou a partir do Diagnóstico do PAR, o que inviabiliza o estabelecimento de metas regionalizadas

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Em 2021, o AEE atendia 46,2% dos estudantes da Educação Especial matriculados na Educação Básica, entretanto, a desagregação dos dados mostra resultados ainda mais preocupantes, pois enquanto 46,7% dos estudantes da zona urbana são atendidos, apenas 41,3% dos estudantes da zona rural recebem esse atendimento. Considerando os níveis e as modalidades, apenas 15,1% dos alunos de EJA têm AEE, índice que também é baixo na etapa do ensino médio, com 29,6% (Censo Escolar, INEP, 2019).
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC está promovendo pesquisa nacional sobre os modelos e arranjos realizados pelos sistemas de ensino, para análise das possibilidades que sejam pedagogicamente viáveis e que possam ser financiadas pelo Fundeb.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Restrições relacionadas à pandemia da COVID-19 Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC realizou reuniões individuais com os sistemas de ensino, para informar-se das dificuldades impostas pela pandemia. Sistematização das informações e dados fornecidos pelos sistemas públicos de ensino para subsidiar a tomada de decisões e a criação de ações que fortaleçam a oferta do AEE.

Indicador: 8761 - Número de matrículas de educandos de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades ou superdotação na educação básica

Informações básicas

Unidade de medida: número absoluto
Valor de referência: 1.009.917
Data de Apuração: 31/12/2019
Polaridade: Quanto maior melhor
Periodicidade: Bianual

Informações do Monitoramento

Valor aferido: 1.090.566
Data do índice: 31/12/2021
Observação: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Resultado Intermediário: 0026 - Professores com Formação Continuada em Educação Especial que atuam no atendimento educacional especializado.

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 42,3
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de Professores com Formação Continuada em Educação Especial que atuam no atendimento educacional especializado.
Meta prevista para 2020: 42,3
Meta prevista para 2021: 44

Meta prevista para 2022: 44
Meta prevista para 2023: 44

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 40,71
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Segundo dados do Censo Escolar 2021, existem 48.739 professores que atuam em turmas de AEE; desses, 19.841 (40,71%) têm formação continuada em Educação Especial. Para melhorar esses índices, o MEC desenvolve o Programa de Formação de Profissionais da Educação Básica tem a finalidade promover a formação continuada de professores do AEE e de profissionais da educação básica, em geral. Em 2022, foram descentralizados R$ 8,1 milhões, destinados a 33 Instituições Federais de Ensino Superior para a oferta de 16.150 vagas. Informa-se, ainda que, no presente exercício, houve pagamento de bolsas no valor de R$ 4,3 milhões referentes aos cursos firmados em 2021/2022. Além disso, o MEC disponibilizou 14 cursos autoinstrucionais sobre temáticas relativas ao AEE, além de um curso sobre o alunado com Doenças Raras. Tais cursos estão sendo ofertados em 2022 na plataforma AVAMEC.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores para realizar a análise dos Planos de Trabalho das escolas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de alocação de mais servidores na área.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Incremento das parcerias com as Instituições de Ensino Superior para formação dos profissionais da educação básica em educação especial, agregando novas Universidades Federais e Institutos Federais que não participavam da ação anteriormente. Articulação com a rede de IES para a preparação de encontros técnicos de avaliação das parcerias firmadas.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2021	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para

							atualização deste indicador, inclusive regionalização.	atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Nordeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2021	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Norte	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2021	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sudeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2021	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sul	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2021	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Resultado Intermediário: 0028 - Matrículas de educandos de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no atendimento educacional especializado

Informações básicas

Unidade de medida: Percentual
Linha de base: 47,9
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Taxa de Matrículas de educandos de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades e superdotação no atendimento educacional especializado

Meta prevista para 2020: 43,1
Meta prevista para 2021: 44
Meta prevista para 2022: 44,5
Meta prevista para 2023: 45

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 46,2
Data do valor apurado: 31/12/2021
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação e aprendizagem dos educandos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidade ou superdotação. Ademais, consiste na mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas desses estudantes, em todas as etapas e modalidades da educação básica. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, visando à autonomia e à independência na escola e fora dela. Visam também ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos educandos, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas são realizadas por professores especializados, no contraturno da escolarização e apoiam as atividades realizadas pelo professor na classe comum, com vistas ao sucesso da inclusão educacional. Em 2021, 46,2% das matrículas do público-alvo da meta receberam atendimento educacional especializado, o que, em termos nominais, representa 503.342 matrículas. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos. Em 2022, registra-se que foi empenhado o valor de R$ 146,8 milhões e pago R$ 127,4 milhões por meio do PDDE em 5.766 escolas, beneficiando 3,5 milhões de estudantes.
Restrições: Falhas de implementação; Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Falhas de implementação
Detalhamento da restrição: Em 2021, o AEE atendia 46,2% dos estudantes da Educação Especial matriculados na educação básica, entretanto, a desagregação dos dados mostra resultados ainda mais preocupantes, pois enquanto 46,7% dos estudantes da zona urbana são atendidos, apenas 41,3% dos estudantes da zona rural recebem esse atendimento. Considerando os níveis e as modalidades, apenas 15,1% dos alunos de EJA têm AEE, índice que também é baixo na etapa do ensino médio, com 29,6% (Censo Escolar, INEP, 2019).
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC está promovendo pesquisa nacional sobre os modelos e arranjos realizados pelos sistemas de ensino, para análise das possibilidades que sejam pedagogicamente viáveis e que possam ser financiadas pelo Fundeb.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Restrições relacionadas à pandemia da COVID-19 Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.
Providências implementadas para a superação da restrição: O MEC realizou reuniões individuais com os sistemas de ensino, para informar-se das dificuldades impostas pela pandemia. Sistematização das informações e dados fornecidos pelos sistemas públicos de ensino para subsidiar a tomada de decisões e a criação de ações que fortaleçam a oferta do AEE.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	45,5	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Nordeste	-	-	-	-	43,8	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Norte	-	-	-	-	52,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sudeste	-	-	-	-	42,3	31/12/2021	Não informado	Não informado
Região Sul	-	-	-	-	54,8	31/12/2021	Não informado	Não informado

Resultado Intermediário: 0029 - Número de Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de Surdos para Atendimento Educacional Especializado

Informações básicas

Unidade de medida: Escolas
Linha de base: 31.626
Data de referência da linha de base: 31/12/2019
Indicador: Número de Escolas com Salas de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de surdos para Atendimento Educacional Especializado
Meta prevista para 2020: 33.281
Meta prevista para 2021: 35.781
Meta prevista para 2022: 36.281
Meta prevista para 2023: 38.781

Informações do Monitoramento

Valor Apurado: Valor não disponível
Data do valor apurado: 31/12/2022
Análise técnica das entregas e desempenho do Resultado intermediário: Com vistas a elevar a qualidade da educação especial, em 2022 o MEC deu continuidade às suas ações, acompanhando os sistemas de ensino e monitorando o desenvolvimento da educação especial diante dos efeitos da pandemia, bem como revitalizando programas com o objetivo de garantir a oferta dos serviços de educação especial, principalmente a oferta do AEE e a qualificação dos profissionais que atuam na área. Para melhorar o índice de cobertura do AEE, o MEC revitalizou o Programa Sala de Recursos Multifuncionais e Bilíngues de

Surdos. Em 2022, registra-se que foi empenhado o valor de R$ 146,8 milhões e pago R$ 127,4 milhões por meio do PDDE em 5.766 escolas, beneficiando 3,5 milhões de estudantes.
Restrições: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação); Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19

Restrição: Restrição de Pessoal (falta de pessoal ou falta de capacitação)
Detalhamento da restrição: Número reduzido de servidores para realizar a análise dos Planos de Trabalho das escolas.
Providências implementadas para a superação da restrição: Necessidade de alocação de mais servidores na área.

Restrição: Restrições relacionadas à pandemia do COVID-19
Detalhamento da restrição: Dificuldades impostas pela pandemia quanto à oferta do atendimento educacional especializado.
Providências implementadas para a superação da restrição: Realização de reuniões individuais, com os sistemas de ensino, para informar-se das dificuldades impostas pela pandemia na oferta do AEE. Sistematização das informações e dados fornecidos pelos sistemas públicos de ensino para subsidiar a tomada de decisões e a criação de ações que fortaleçam a oferta do AEE.

Notas do usuário: Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Regionalizações do Resultado Intermediário

Região	Meta prevista para 2020	Meta prevista para 2021	Meta prevista para 2022	Meta prevista para 2023	Valor Apurado	Data do valor apurado	Observação	Notas do usuário
Região Centro-Oeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Nordeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Norte	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para

							atualização deste indicador, inclusive regionalização.	atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sudeste	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.
Região Sul	-	-	-	-	Valor não disponível	31/12/2022	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.	Os dados publicados referente ao Censo Escolar 2022 não permitem o levantamento do Indicador devido à LGPD. A Secadi/MEC informa que foi solicitado ao Inep os dados para atualização deste indicador, inclusive regionalização.

Volume II
Execução Orçamentária e Não Orçamentária dos Programas

Plano Pluri Anual
2020-2023

ANO-BASE
2022

SECRETARIA NACIONAL DE PLANEJAMENTO
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PROGRAMA: 0030 - Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**2.434.628.238**	**574.044.015**	**669.462.054**	**564.951.910**
Despesas Correntes	2.364.612.322	569.312.215	644.341.141	562.340.906
Despesas de Capital	70.015.916	4.731.800	25.120.913	2.611.004
Total	**2.434.628.238**	**574.044.015**	**669.462.054**	**564.951.910**

PROGRAMA: 0031 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**31.143.797.720**	**8.082.056.017**	**8.117.316.124**	**7.959.876.063**
Despesas Correntes	30.360.223.472	7.832.894.394	7.966.049.726	7.839.570.861
Despesas de Capital	783.574.248	249.161.623	151.266.398	120.305.202
Total	**31.143.797.720**	**8.082.056.017**	**8.117.316.124**	**7.959.876.063**

PROGRAMA: 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.294.709.119.723**	**331.615.602.835**	**343.936.404.894**	**328.585.292.201**
Despesas Correntes	1.289.056.811.857	330.267.988.317	342.241.012.129	328.071.080.893
Despesas de Capital	5.652.307.866	1.347.614.518	1.695.392.765	514.211.308
Total	**1.294.709.119.723**	**331.615.602.835**	**343.936.404.894**	**328.585.292.201**

PROGRAMA: 0033 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**202.573.198.618**	**53.032.354.212**	**53.288.682.448**	**50.494.615.595**
Despesas Correntes	197.003.104.433	52.082.846.402	51.682.056.286	49.842.670.682
Despesas de Capital	5.570.094.185	949.507.810	1.606.626.162	651.944.913
Total	**202.573.198.618**	**53.032.354.212**	**53.288.682.448**	**50.494.615.595**

PROGRAMA: 0034 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Legislativo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**55.422.166.422**	**14.380.326.909**	**14.374.550.862**	**12.284.882.181**
Despesas Correntes	54.248.094.223	14.014.109.779	14.008.783.732	12.215.619.957
Despesas de Capital	1.174.072.199	366.217.130	365.767.130	69.262.224
Total	**55.422.166.422**	**14.380.326.909**	**14.374.550.862**	**12.284.882.181**

PROGRAMA: 0035 - Programa de Gestão e Manutenção das Empresas Estatais Federais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento de investimento das estatais	37.148.486.333	9.889.537.628	10.204.032.246	5.434.885.000
Total	**37.148.486.333**	**9.889.537.628**	**10.204.032.246**	**5.434.885.000**

PROGRAMA: 0617 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**389.474.105**	**91.039.490**	**91.362.495**	**64.752.128**
Despesas Correntes	332.928.679	75.106.183	80.170.198	58.265.798
Despesas de Capital	56.545.426	15.933.307	11.192.297	6.486.330
Total	**389.474.105**	**91.039.490**	**91.362.495**	**64.752.128**

PROGRAMA: 1031 - Agropecuária Sustentável (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**75.972.665.211**	**19.372.773.529**	**24.711.888.965**	**16.764.434.958**
Despesas Correntes	43.101.711.756	11.370.560.228	15.690.315.230	11.458.984.869
Despesas de Capital	32.870.953.455	8.002.213.301	9.021.573.735	5.305.450.089
Total	**75.972.665.211**	**19.372.773.529**	**24.711.888.965**	**16.764.434.958**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	139.839.689.263	69.252.142.155	69.252.142.155	98.314.488.378
Gastos Tributários *****	60.924.349.454	17.981.878.600	17.981.878.600	19.036.591.033
Total	**200.764.038.717**	**87.234.020.755**	**87.234.020.755**	**117.351.079.411**

Total do Programa (1+2)	**276.736.703.928**	**106.606.794.284**	**111.945.909.720**	**134.115.514.370**

PROGRAMA: 1040 - Governança Fundiária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**2.681.615.964**	**857.893.121**	**687.114.430**	**336.603.277**
Despesas Correntes	629.502.366	226.757.986	90.287.802	31.098.814
Despesas de Capital	2.052.113.598	631.135.135	596.826.628	305.504.463
Total	**2.681.615.964**	**857.893.121**	**687.114.430**	**336.603.277**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	982.904.028	455.328.460	455.328.460	374.117.156
Gastos Tributários *****	210.060.084	54.919.679	54.919.679	54.958.331
Total	**1.192.964.112**	**510.248.139**	**510.248.139**	**429.075.488**

Total do Programa (1+2)	**3.874.580.076**	**1.368.141.260**	**1.197.362.569**	**765.678.765**

PROGRAMA: 1041 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**810.565.258**	**198.994.289**	**225.007.236**	**159.730.568**
Despesas Correntes	714.166.062	180.696.152	204.604.038	158.821.413
Despesas de Capital	96.399.196	18.298.137	20.403.198	909.155
Total	**810.565.258**	**198.994.289**	**225.007.236**	**159.730.568**

PROGRAMA: 1043 - Qualidade Ambiental Urbana (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**55.032.737**	**18.173.000**	**18.432.000**	**1.095.298**
Despesas Correntes	15.111.840	5.972.000	3.442.724	1.095.298
Despesas de Capital	39.920.897	12.201.000	14.989.276	0
Total	**55.032.737**	**18.173.000**	**18.432.000**	**1.095.298**

PROGRAMA: 1058 - Mudança do Clima (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.313.383.529**	**461.957.162**	**462.553.448**	**452.985.269**
Despesas Correntes	90.683.327	16.720.620	12.384.506	8.866.902
Despesas de Capital	1.222.700.202	445.236.542	450.168.942	444.118.367
Total	**1.313.383.529**	**461.957.162**	**462.553.448**	**452.985.269**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	25.563.013	200.000	200.000	12.639.263
Total	**25.563.013**	**200.000**	**200.000**	**12.639.263**

Total do Programa (1+2)	**1.338.946.542**	**462.157.162**	**462.753.448**	**465.624.532**

PROGRAMA: 2201 - Brasil Moderniza (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**387.999.481**	**96.591.176**	**105.406.669**	**49.165.165**
Despesas Correntes	285.608.979	79.051.580	97.976.961	45.821.264
Despesas de Capital	102.390.502	17.539.596	7.429.708	3.343.901
Total	**387.999.481**	**96.591.176**	**105.406.669**	**49.165.165**

PROGRAMA: 2202 - Defesa Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**691.593.818**	**163.274.829**	**186.270.319**	**112.803.901**
Despesas Correntes	606.215.328	150.439.531	171.453.061	111.778.044
Despesas de Capital	85.378.490	12.835.298	14.817.258	1.025.856
Total	**691.593.818**	**163.274.829**	**186.270.319**	**112.803.901**

PROGRAMA: 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**880.131.976**	**191.978.320**	**246.906.011**	**138.056.085**
Despesas Correntes	750.058.161	157.557.666	215.031.159	129.495.430
Despesas de Capital	130.073.815	34.420.654	31.874.852	8.560.656
Total	**880.131.976**	**191.978.320**	**246.906.011**	**138.056.085**

PROGRAMA: 2204 - Brasil na Fronteira do Conhecimento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**8.697.969.347**	**3.531.709.554**	**2.803.517.472**	**2.276.353.000**
Despesas Correntes	8.163.112.836	3.291.915.201	2.470.173.102	2.027.133.575
Despesas de Capital	534.856.511	239.794.353	333.344.370	249.219.424
Total	**8.697.969.347**	**3.531.709.554**	**2.803.517.472**	**2.276.353.000**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	39.815.190	12.871.845	12.871.845	0
Gastos Tributários *****	11.337.200.317	2.926.331.729	2.926.331.729	3.314.414.182
Total	**11.377.015.507**	**2.939.203.574**	**2.939.203.574**	**3.314.414.182**

Total do Programa (1+2)	**20.074.984.854**	**6.470.913.128**	**5.742.721.046**	**5.590.767.181**

PROGRAMA: 2205 - Conecta Brasil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.823.933.889**	**1.726.496.870**	**2.319.226.361**	**1.876.551.158**
Despesas Correntes	2.028.502.448	471.920.339	537.096.737	364.234.155
Despesas de Capital	2.795.431.441	1.254.576.531	1.782.129.624	1.512.317.003
Orçamento de investimento das estatais	253.832.441	85.127.759	15.608.532	895.291
Total	**5.077.766.330**	**1.811.624.629**	**2.334.834.893**	**1.877.446.449**

PROGRAMA: 2206 - Política Nuclear (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**3.065.389.160**	**831.989.138**	**711.529.040**	**617.130.445**
Despesas Correntes	2.836.719.282	773.980.692	679.392.815	599.101.498
Despesas de Capital	228.669.878	58.008.446	32.136.225	18.028.947
Orçamento de investimento das estatais	0	0	23.800.000	10.360.139
Total	**3.065.389.160**	**831.989.138**	**735.329.040**	**627.490.584**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	1.135.500.000	673.800.000	673.800.000	9.435.118
Total	**1.135.500.000**	**673.800.000**	**673.800.000**	**9.435.118**

Total do Programa (1+2)	**4.200.889.160**	**1.505.789.138**	**1.409.129.040**	**636.925.702**

PROGRAMA: 2207 - Programa Espacial Brasileiro (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**474.330.590**	**128.036.376**	**78.309.862**	**45.139.550**
Despesas Correntes	219.800.256	57.462.086	48.800.278	37.167.103
Despesas de Capital	254.530.334	70.574.290	29.509.584	7.972.447
Total	**474.330.590**	**128.036.376**	**78.309.862**	**45.139.550**

PROGRAMA: 2208 - Tecnologias Aplicadas, Inovação e Desenvolvimento Sustentável (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.750.398.235**	**2.472.368.821**	**1.305.873.896**	**961.897.994**
Despesas Correntes	4.099.562.977	2.098.044.241	1.034.630.519	755.474.051
Despesas de Capital	650.835.258	374.324.580	271.243.377	206.423.944
Total	**4.750.398.235**	**2.472.368.821**	**1.305.873.896**	**961.897.994**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	3.152.525.660	809.046.884	809.046.884	1.569.601.039
Gastos Tributários *****	42.566.505.331	12.839.563.362	12.839.563.362	13.804.568.251
Total	**45.719.030.991**	**13.648.610.246**	**13.648.610.246**	**15.374.169.290**

Total do Programa (1+2)	**50.469.429.226**	**16.120.979.067**	**14.954.484.142**	**16.336.067.285**

PROGRAMA: 2209 - Brasil, Nosso Propósito (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.114.308.850**	**565.042.633**	**711.741.757**	**392.259.922**
Despesas Correntes	4.090.421.523	562.101.313	707.485.179	392.071.392
Despesas de Capital	23.887.327	2.941.320	4.256.578	188.529
Total	**4.114.308.850**	**565.042.633**	**711.741.757**	**392.259.922**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	13.197.505.148	3.924.344.281	3.924.344.281	3.511.931.492
Gastos Tributários *****	2.117.263.698	630.244.606	630.244.606	937.464.862
Total	**15.314.768.846**	**4.554.588.887**	**4.554.588.887**	**4.449.396.355**

Total do Programa (1+2)	**19.429.077.696**	**5.119.631.520**	**5.266.330.644**	**4.841.656.277**

PROGRAMA: 2210 - Empregabilidade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**151.515.298**	**52.844.353**	**29.527.976**	**15.892.737**
Despesas Correntes	151.515.298	52.844.353	29.527.976	15.892.737
Total	**151.515.298**	**52.844.353**	**29.527.976**	**15.892.737**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	510.727.818	324.320.978	324.320.978	250.140.840
Total	**510.727.818**	**324.320.978**	**324.320.978**	**250.140.840**

Total do Programa (1+2)	**667.809.090**	**377.165.331**	**353.848.954**	**266.033.577**

PROGRAMA: 2211 - Inserção Econômica Internacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**13.234.743.753**	**3.496.753.557**	**3.015.150.415**	**1.229.897.022**
Despesas Correntes	4.537.778.311	1.391.907.134	910.352.002	392.739.938
Despesas de Capital	8.696.965.442	2.104.846.423	2.104.798.413	837.157.084
Total	**13.234.743.753**	**3.496.753.557**	**3.015.150.415**	**1.229.897.022**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	4.558.360.957	1.667.473.630	1.667.473.630	1.149.684.789
Gastos Tributários *****	153.924.341	13.232.049	13.232.049	10.655.343
Total	**4.712.285.298**	**1.680.705.679**	**1.680.705.679**	**1.160.340.132**

Total do Programa (1+2)	**17.947.029.051**	**5.177.459.236**	**4.695.856.094**	**2.390.237.154**

PROGRAMA: 2212 - Melhoria do Ambiente de Negócios e da Produtividade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.212.614.198**	**220.445.743**	**360.842.299**	**337.037.114**
Despesas Correntes	1.168.242.133	215.551.422	352.351.840	333.666.929
Despesas de Capital	44.372.065	4.894.321	8.490.459	3.370.185
Total	**1.212.614.198**	**220.445.743**	**360.842.299**	**337.037.114**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	891.698.856	165.276.703	165.276.703	115.819.393
Gastos Tributários *****	64.928.860.309	115.498.004.300	115.498.004.300	102.881.104.506
Total	**65.820.559.164**	**115.663.281.003**	**115.663.281.003**	**102.996.923.898**

Total do Programa (1+2)	**67.033.173.362**	**115.883.726.746**	**116.024.123.302**	**103.333.961.013**

PROGRAMA: 2213 - Modernização Trabalhista e Trabalho Digno (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**175.677.635.627**	**65.921.761.599**	**73.453.336.555**	**68.038.464.826**
Despesas Correntes	175.613.677.823	65.910.957.198	73.433.719.713	68.033.248.082
Despesas de Capital	63.957.804	10.804.401	19.616.842	5.216.744
Total	**175.677.635.627**	**65.921.761.599**	**73.453.336.555**	**68.038.464.826**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	39.068.637.470	12.509.471.376	12.509.471.376	9.221.961.201
Total	**39.068.637.470**	**12.509.471.376**	**12.509.471.376**	**9.221.961.201**

Total do Programa (1+2)	**214.746.273.097**	**78.431.232.975**	**85.962.807.931**	**77.260.426.027**

PROGRAMA: 2214 - Nova Previdência (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**2.897.041.274.880**	**763.869.869.268**	**777.025.772.437**	**774.873.713.133**
Despesas Correntes	2.897.013.117.273	763.861.569.268	777.021.403.710	774.871.225.514
Despesas de Capital	28.157.607	8.300.000	4.368.727	2.487.619
Total	**2.897.041.274.880**	**763.869.869.268**	**777.025.772.437**	**774.873.713.133**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	17.868.163.515	730.038.598	730.038.598	1.213.157.622
Total	**17.868.163.515**	**730.038.598**	**730.038.598**	**1.213.157.622**

Total do Programa (1+2)	**2.914.909.438.395**	**764.599.907.866**	**777.755.811.035**	**776.086.870.756**

PROGRAMA: 2215 - Política Econômica e Equilíbrio Fiscal (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**916.877.084**	**146.494.486**	**235.683.902**	**213.419.953**
Despesas Correntes	813.327.933	136.034.679	204.083.523	188.802.691
Despesas de Capital	103.549.151	10.459.807	31.600.379	24.617.262
Total	**916.877.084**	**146.494.486**	**235.683.902**	**213.419.953**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	33.403.368.527	11.335.051.588	11.335.051.588	11.964.881.178
Gastos Tributários *****	11.883.735.624	1.870.700.347	1.870.700.347	8.348.954.976
Total	**45.287.104.152**	**13.205.751.934**	**13.205.751.934**	**20.313.836.154**

Total do Programa (1+2)	**46.203.981.236**	**13.352.246.420**	**13.441.435.836**	**20.527.256.107**

PROGRAMA: 2216 - Política Externa (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.352.222.072**	**1.258.215.101**	**1.158.810.535**	**1.114.006.940**
Despesas Correntes	4.249.857.102	1.204.944.133	1.139.361.639	1.097.881.959
Despesas de Capital	102.364.970	53.270.968	19.448.896	16.124.981
Total	**4.352.222.072**	**1.258.215.101**	**1.158.810.535**	**1.114.006.940**

PROGRAMA: 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**31.724.094.886**	**4.765.667.664**	**5.745.471.780**	**433.032.518**
Despesas Correntes	701.796.857	141.391.966	135.966.952	96.056.019
Despesas de Capital	31.022.298.029	4.624.275.698	5.609.504.828	336.976.499
Total	**31.724.094.886**	**4.765.667.664**	**5.745.471.780**	**433.032.518**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	169.874.952.858	52.113.757.495	52.113.757.495	27.908.728.924
Gastos Tributários *****	186.425.280.701	61.624.908.463	61.624.908.463	47.831.758.414
Total	**356.300.233.558**	**113.738.665.958**	**113.738.665.958**	**75.740.487.338**

Total do Programa (1+2)	**388.024.328.444**	**118.504.333.622**	**119.484.137.738**	**76.173.519.856**

PROGRAMA: 2218 - Gestão de Riscos e de Desastres (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**3.960.071.932**	**653.783.453**	**1.941.363.366**	**987.545.248**
Despesas Correntes	2.314.151.108	446.983.390	1.112.343.906	853.597.704
Despesas de Capital	1.645.920.824	206.800.063	829.019.460	133.947.544
Total	**3.960.071.932**	**653.783.453**	**1.941.363.366**	**987.545.248**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	460.000.000	122.920.000	122.920.000	0
Total	**460.000.000**	**122.920.000**	**122.920.000**	**0**

Total do Programa (1+2)	**4.420.071.932**	**776.703.453**	**2.064.283.366**	**987.545.248**

PROGRAMA: 2219 - Mobilidade Urbana (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**3.286.583.863**	**2.840.944.639**	**2.991.355.398**	**38.534.721**
Despesas Correntes	0	0	1.003.784	152.930
Despesas de Capital	3.286.583.863	2.840.944.639	2.990.351.614	38.381.791
Total	**3.286.583.863**	**2.840.944.639**	**2.991.355.398**	**38.534.721**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	27.474.040.867	9.082.115.409	9.082.115.409	5.694.164.317
Gastos Tributários *****	3.625.277.531	898.603.965	898.603.965	743.300.105
Total	**31.099.318.398**	**9.980.719.374**	**9.980.719.374**	**6.437.464.422**

Total do Programa (1+2)	**34.385.902.261**	**12.821.664.013**	**12.972.074.772**	**6.475.999.142**

PROGRAMA: 2220 - Moradia Digna (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**8.032.853.464**	**1.153.990.988**	**1.221.879.610**	**751.608.803**
Despesas Correntes	2.630.023.891	361.243.177	114.585.949	61.714.008
Despesas de Capital	5.402.829.573	792.747.811	1.107.293.661	689.894.795
Total	**8.032.853.464**	**1.153.990.988**	**1.221.879.610**	**751.608.803**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	466.300.000.000	116.875.000.000	116.875.000.000	123.546.272.364
Gastos Tributários *****	45.986.009.548	20.639.832.114	20.639.832.114	17.412.808.843
Total	**512.286.009.548**	**137.514.832.114**	**137.514.832.114**	**140.959.081.207**

Total do Programa (1+2)	**520.318.863.012**	**138.668.823.102**	**138.736.711.724**	**141.710.690.010**

PROGRAMA: 2221 - Recursos Hídricos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**7.354.514.674**	**1.235.893.954**	**1.875.525.252**	**796.278.749**
Despesas Correntes	1.489.466.792	374.894.440	415.238.658	270.670.818
Despesas de Capital	5.865.047.882	860.999.514	1.460.286.594	525.607.931
Total	**7.354.514.674**	**1.235.893.954**	**1.875.525.252**	**796.278.749**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	19.865.500	6.956.093	6.956.093	0
Total	**19.865.500**	**6.956.093**	**6.956.093**	**0**

Total do Programa (1+2)	**7.374.380.174**	**1.242.850.047**	**1.882.481.345**	**796.278.749**

PROGRAMA: 2222 - Saneamento Básico (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**3.694.727.998**	**974.262.058**	**1.854.838.830**	**342.901.380**
Despesas Correntes	192.075.477	71.345.556	83.346.000	26.967.832
Despesas de Capital	3.502.652.521	902.916.502	1.771.492.830	315.933.549
Total	**3.694.727.998**	**974.262.058**	**1.854.838.830**	**342.901.380**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	4.542.300.000	1.275.000.000	1.275.000.000	2.203.435.964
Total	**4.542.300.000**	**1.275.000.000**	**1.275.000.000**	**2.203.435.964**

Total do Programa (1+2)	**8.237.027.998**	**2.249.262.058**	**3.129.838.830**	**2.546.337.344**

PROGRAMA: 2223 - A Hora do Turismo (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**6.979.610.619**	**655.470.851**	**939.665.637**	**172.300.605**
Despesas Correntes	239.040.837	57.036.500	39.923.011	22.155.413
Despesas de Capital	6.740.569.782	598.434.351	899.742.626	150.145.192
Total	**6.979.610.619**	**655.470.851**	**939.665.637**	**172.300.605**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	434.520.878	234.099.299	234.099.299	813.055.562
Total	**434.520.878**	**234.099.299**	**234.099.299**	**813.055.562**

Total do Programa (1+2)	**7.414.131.497**	**889.570.150**	**1.173.764.936**	**985.356.167**

PROGRAMA: 3001 - Energia Elétrica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**488.287.168**	**135.169.638**	**132.594.889**	**104.845.241**
Despesas Correntes	462.223.687	129.969.638	127.817.449	102.366.841
Despesas de Capital	26.063.481	5.200.000	4.777.440	2.478.400
Orçamento de investimento das estatais	29.340.377.532	10.990.525.466	10.990.525.466	2.949.989.114
Total	**29.828.664.700**	**11.125.695.104**	**11.123.120.355**	**3.054.834.355**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	2.785.870.695	869.015.594	869.015.594	832.926.128
Total	**2.785.870.695**	**869.015.594**	**869.015.594**	**832.926.128**

Total do Programa (1+2)	**32.614.535.395**	**11.994.710.698**	**11.992.135.949**	**3.887.760.482**

PROGRAMA: 3002 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**237.351.163**	**81.633.400**	**75.523.841**	**54.267.861**
Despesas Correntes	208.747.668	71.104.109	62.817.199	48.442.222
Despesas de Capital	28.603.495	10.529.291	12.706.642	5.825.639
Total	**237.351.163**	**81.633.400**	**75.523.841**	**54.267.861**

PROGRAMA: 3003 - Petróleo, Gás, Derivados e Biocombustíveis (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**286.172.522**	**72.282.469**	**69.831.210**	**49.209.276**
Despesas Correntes	267.503.635	68.202.469	65.751.210	48.673.756
Despesas de Capital	18.668.887	4.080.000	4.080.000	535.521
Orçamento de investimento das estatais	364.355.059.000	72.558.399.000	72.685.790.400	40.213.180.574
Total	**364.641.231.522**	**72.630.681.469**	**72.755.621.610**	**40.262.389.850**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	7.443.080.091	3.485.335.118	3.485.335.118	609.156.229
Total	**7.443.080.091**	**3.485.335.118**	**3.485.335.118**	**609.156.229**

Total do Programa (1+2)	**372.084.311.613**	**76.116.016.587**	**76.240.956.728**	**40.871.546.080**

PROGRAMA: 3004 - Aviação Civil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**814.664.761**	**210.877.701**	**179.193.063**	**95.338.371**
Despesas Correntes	233.584.650	57.545.136	60.969.837	46.035.017
Despesas de Capital	581.080.111	153.332.565	118.223.226	49.303.354
Orçamento de investimento das estatais	1.638.377.104	76.249.474	350.263.122	287.358.784
Total	**2.453.041.865**	**287.127.175**	**529.456.185**	**382.697.155**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	15.811.523.283	5.311.576.739	5.311.576.739	5.747.021.325
Total	**15.811.523.283**	**5.311.576.739**	**5.311.576.739**	**5.747.021.325**

Total do Programa (1+2)	**18.264.565.148**	**5.598.703.914**	**5.841.032.924**	**6.129.718.479**

PROGRAMA: 3005 - Transporte Aquaviário (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**26.602.743.105**	**10.219.038.360**	**10.092.360.996**	**799.790.494**
Despesas Correntes	681.902.925	212.719.279	167.115.398	102.130.924
Despesas de Capital	25.920.840.180	10.006.319.081	9.925.245.598	697.659.570
Orçamento de investimento das estatais	2.531.693.174	621.977.880	651.961.272	175.803.101
Total	**29.134.436.279**	**10.841.016.240**	**10.744.322.268**	**975.593.595**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	9.978.452.538	4.050.429.831	4.050.429.831	9.967.150.470
Gastos Tributários *****	544.859.744	20.314.431	20.314.431	281.300.311
Total	**10.523.312.282**	**4.070.744.262**	**4.070.744.262**	**10.248.450.782**

Total do Programa (1+2)	**39.657.748.561**	**14.911.760.502**	**14.815.066.530**	**11.224.044.377**

PROGRAMA: 3006 - Transporte Terrestre e Trânsito (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**25.663.067.245**	**6.333.852.851**	**9.329.408.949**	**4.659.709.237**
Despesas Correntes	1.386.003.063	370.745.526	436.882.180	332.752.684
Despesas de Capital	24.277.064.182	5.963.107.325	8.892.526.769	4.326.956.553
Total	**25.663.067.245**	**6.333.852.851**	**9.329.408.949**	**4.659.709.237**

PROGRAMA: 4001 - Comunicação Pública e Divulgação de Atos e Matérias do Governo Federal (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**689.101.573**	**181.001.400**	**185.448.111**	**144.498.640**
Despesas Correntes	593.714.127	153.394.056	162.205.937	139.298.138
Despesas de Capital	95.387.446	27.607.344	23.242.174	5.200.502
Total	**689.101.573**	**181.001.400**	**185.448.111**	**144.498.640**

PROGRAMA: 4002 - Segurança Institucional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**462.070.075**	**114.426.800**	**112.482.799**	**100.998.598**
Despesas Correntes	306.138.611	70.152.800	108.609.822	99.926.141
Despesas de Capital	155.931.464	44.274.000	3.872.977	1.072.458
Total	**462.070.075**	**114.426.800**	**112.482.799**	**100.998.598**

PROGRAMA: 4003 - Garantia da Estabilidade Monetária e Financeira (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**477.666.726**	**152.854.387**	**180.045.261**	**163.339.357**
Despesas Correntes	252.520.597	88.801.981	96.391.347	91.968.546
Despesas de Capital	225.146.129	64.052.406	83.653.914	71.370.812
Total	**477.666.726**	**152.854.387**	**180.045.261**	**163.339.357**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	3.105.120.032	551.800.966	551.800.966	164.318.839
Total	**3.105.120.032**	**551.800.966**	**551.800.966**	**164.318.839**

Total do Programa (1+2)	**3.582.786.758**	**704.655.353**	**731.846.227**	**327.658.197**

PROGRAMA: 4004 - Transparência, Integridade e Combate à Corrupção (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**425.767.250**	**128.153.124**	**121.235.914**	**88.007.129**
Despesas Correntes	366.047.417	119.035.887	105.910.133	85.986.446
Despesas de Capital	59.719.833	9.117.237	15.325.781	2.020.683
Total	**425.767.250**	**128.153.124**	**121.235.914**	**88.007.129**

PROGRAMA: 4005 - Proteção Jurídica da União (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.772.412.377**	**498.803.085**	**465.724.014**	**358.223.690**
Despesas Correntes	1.636.409.679	438.036.098	430.158.711	354.133.446
Despesas de Capital	136.002.698	60.766.987	35.565.303	4.090.244
Total	**1.772.412.377**	**498.803.085**	**465.724.014**	**358.223.690**

PROGRAMA: 5011 - Educação Básica de Qualidade (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**48.634.973.053**	**12.066.054.760**	**13.267.570.190**	**11.079.316.357**
Despesas Correntes	40.661.472.279	10.437.649.208	10.291.734.101	8.752.562.622
Despesas de Capital	7.973.500.774	1.628.405.552	2.975.836.089	2.326.753.735
Total	**48.634.973.053**	**12.066.054.760**	**13.267.570.190**	**11.079.316.357**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	44.464.901.216	10.377.431.902	10.377.431.902	10.712.209.041
Total	**44.464.901.216**	**10.377.431.902**	**10.377.431.902**	**10.712.209.041**

Total do Programa (1+2)	**93.099.874.269**	**22.443.486.662**	**23.645.002.092**	**21.791.525.398**

PROGRAMA: 5012 - Educação Profissional e Tecnológica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**9.710.039.908**	**3.115.309.958**	**2.910.367.007**	**1.937.653.206**
Despesas Correntes	7.901.142.194	2.618.137.009	2.297.815.786	1.768.368.823
Despesas de Capital	1.808.897.714	497.172.949	612.551.221	169.284.383
Total	**9.710.039.908**	**3.115.309.958**	**2.910.367.007**	**1.937.653.206**

PROGRAMA: 5013 - Educação Superior - Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**44.109.430.802**	**13.109.418.212**	**12.332.900.071**	**9.552.253.424**
Despesas Correntes	40.064.375.610	11.929.424.850	10.888.865.212	9.189.178.258
Despesas de Capital	4.045.055.192	1.179.993.362	1.444.034.859	363.075.167
Total	**44.109.430.802**	**13.109.418.212**	**12.332.900.071**	**9.552.253.424**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	44.770.071.280	20.062.538.888	20.062.538.888	41.383.988.749
Gastos Tributários *****	11.500.039.434	2.735.608.603	2.735.608.603	2.992.799.025
Total	**56.270.110.714**	**22.798.147.491**	**22.798.147.491**	**44.376.787.774**

Total do Programa (1+2)	**100.379.541.516**	**35.907.565.703**	**35.131.047.562**	**53.929.041.198**

PROGRAMA: 5014 - Estatísticas e Avaliações Educacionais (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**3.685.874.768**	**941.853.988**	**923.086.157**	**461.004.597**
Despesas Correntes	3.665.281.839	936.028.988	921.011.157	460.291.069
Despesas de Capital	20.592.929	5.825.000	2.075.000	713.529
Total	**3.685.874.768**	**941.853.988**	**923.086.157**	**461.004.597**

PROGRAMA: 5015 - Justiça (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**756.288.726**	**240.403.231**	**231.028.779**	**90.340.651**
Despesas Correntes	384.962.508	118.370.338	108.214.019	71.634.193
Despesas de Capital	371.326.218	122.032.893	122.814.760	18.706.458
Total	**756.288.726**	**240.403.231**	**231.028.779**	**90.340.651**

PROGRAMA: 5016 - Segurança Pública, Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e ao Crime Violento (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**13.342.870.804**	**3.772.479.230**	**3.907.825.929**	**2.440.523.276**
Despesas Correntes	6.291.804.015	1.883.072.533	1.924.751.050	1.572.727.491
Despesas de Capital	7.051.066.789	1.889.406.697	1.983.074.879	867.795.785
Total	**13.342.870.804**	**3.772.479.230**	**3.907.825.929**	**2.440.523.276**

PROGRAMA: 5017 - Assistência Farmacêutica no SUS (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**63.263.431.440**	**16.999.604.083**	**17.106.079.979**	**13.360.837.012**
Despesas Correntes	63.222.039.040	16.986.529.683	17.106.079.979	13.360.837.012
Despesas de Capital	41.392.400	13.074.400	0	0
Total	**63.263.431.440**	**16.999.604.083**	**17.106.079.979**	**13.360.837.012**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	65.939.870.243	13.733.116.531	13.733.116.531	16.807.792.664
Total	**65.939.870.243**	**13.733.116.531**	**13.733.116.531**	**16.807.792.664**

Total do Programa (1+2)	**129.203.301.683**	**30.732.720.614**	**30.839.196.510**	**30.168.629.676**

PROGRAMA: 5018 - Atenção Especializada à Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**347.491.696.068**	**68.559.495.133**	**65.666.109.620**	**62.458.529.687**
Despesas Correntes	337.327.214.531	66.407.475.742	64.171.637.912	62.151.834.347
Despesas de Capital	10.164.481.537	2.152.019.391	1.494.471.708	306.695.340
Total	**347.491.696.068**	**68.559.495.133**	**65.666.109.620**	**62.458.529.687**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	79.286.419.870	18.235.558.827	18.235.558.827	22.150.516.486
Total	**79.286.419.870**	**18.235.558.827**	**18.235.558.827**	**22.150.516.486**

Total do Programa (1+2)	**426.778.115.938**	**86.795.053.960**	**83.901.668.447**	**84.609.046.173**

PROGRAMA: 5019 - Atenção Primária à Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**122.548.409.287**	**34.467.872.205**	**35.313.106.214**	**34.499.080.515**
Despesas Correntes	119.857.181.357	33.496.224.389	34.481.401.415	34.145.291.017
Despesas de Capital	2.691.227.930	971.647.816	831.704.799	353.789.498
Total	**122.548.409.287**	**34.467.872.205**	**35.313.106.214**	**34.499.080.515**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	112.981.011.460	33.423.795.901	33.423.795.901	33.874.588.713
Total	**112.981.011.460**	**33.423.795.901**	**33.423.795.901**	**33.874.588.713**

Total do Programa (1+2)	**235.529.420.747**	**67.891.668.106**	**68.736.902.115**	**68.373.669.228**

PROGRAMA: 5020 - Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Produtivo em Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.761.537.962**	**1.337.585.589**	**1.417.859.974**	**930.795.326**
Despesas Correntes	3.140.862.102	853.059.895	930.338.646	673.561.579
Despesas de Capital	1.620.675.860	484.525.694	487.521.328	257.233.747
Total	**4.761.537.962**	**1.337.585.589**	**1.417.859.974**	**930.795.326**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	66.501.733	19.661.514	19.661.514	22.514.837
Total	**66.501.733**	**19.661.514**	**19.661.514**	**22.514.837**

Total do Programa (1+2)	**4.828.039.695**	**1.357.247.103**	**1.437.521.488**	**953.310.162**

PROGRAMA: 5021 - Gestão e Organização do SUS (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**9.439.775.616**	**2.485.693.668**	**2.356.355.902**	**2.002.793.885**
Despesas Correntes	9.072.608.933	2.417.984.620	2.280.323.172	1.956.272.888
Despesas de Capital	367.166.683	67.709.048	76.032.730	46.520.997
Orçamento de investimento das estatais	817.557.744	348.569.461	348.569.461	39.636.541
Total	**10.257.333.360**	**2.834.263.129**	**2.704.925.363**	**2.042.430.426**

PROGRAMA: 5022 - Proteção, Promoção e Recuperação da Saúde Indígena (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**6.304.634.765**	**1.645.111.702**	**1.703.275.843**	**1.599.591.968**
Despesas Correntes	5.997.106.197	1.509.581.551	1.650.371.602	1.580.119.315
Despesas de Capital	307.528.568	135.530.151	52.904.241	19.472.653
Total	**6.304.634.765**	**1.645.111.702**	**1.703.275.843**	**1.599.591.968**

PROGRAMA: 5023 - Vigilância em Saúde (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**54.440.311.856**	**12.784.026.062**	**20.760.412.856**	**13.455.072.532**
Despesas Correntes	53.484.382.014	12.684.456.524	20.121.236.186	13.331.680.006
Despesas de Capital	955.929.842	99.569.538	639.176.670	123.392.525
Total	**54.440.311.856**	**12.784.026.062**	**20.760.412.856**	**13.455.072.532**

PROGRAMA: 5024 - Atenção Integral à Primeira Infância (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.543.544.406**	**451.716.644**	**416.819.714**	**367.201.794**
Despesas Correntes	1.542.190.033	451.212.271	416.711.751	367.093.831
Despesas de Capital	1.354.373	504.373	107.963	107.963
Total	**1.543.544.406**	**451.716.644**	**416.819.714**	**367.201.794**

PROGRAMA: 5025 - Cultura (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**4.679.514.706**	**1.159.099.610**	**1.128.715.700**	**155.194.218**
Despesas Correntes	966.846.997	291.431.454	270.506.001	135.610.932
Despesas de Capital	3.712.667.709	867.668.156	858.209.699	19.583.286
Total	**4.679.514.706**	**1.159.099.610**	**1.128.715.700**	**155.194.218**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	8.583.654.211	2.447.338.835	2.447.338.835	2.324.814.969
Total	**8.583.654.211**	**2.447.338.835**	**2.447.338.835**	**2.324.814.969**

Total do Programa (1+2)	**13.263.168.917**	**3.606.438.445**	**3.576.054.535**	**2.480.009.187**

PROGRAMA: 5026 - Esporte (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**2.594.352.265**	**954.038.625**	**864.733.346**	**293.082.102**
Despesas Correntes	1.274.744.507	508.744.295	557.555.112	278.230.453
Despesas de Capital	1.319.607.758	445.294.330	307.178.234	14.851.650
Total	**2.594.352.265**	**954.038.625**	**864.733.346**	**293.082.102**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	2.846.528.075	743.265.978	743.265.978	807.261.858
Total	**2.846.528.075**	**743.265.978**	**743.265.978**	**807.261.858**

Total do Programa (1+2)	**5.440.880.340**	**1.697.304.603**	**1.607.999.324**	**1.100.343.960**

PROGRAMA: 5027 - Inclusão Produtiva de Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**123.837.874.717**	**23.145.809**	**18.346.597**	**14.471.124**
Despesas Correntes	123.824.805.755	19.011.829	14.758.541	11.163.663
Despesas de Capital	13.068.962	4.133.980	3.588.056	3.307.460
Total	**123.837.874.717**	**23.145.809**	**18.346.597**	**14.471.124**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	34.070.000.000	15.800.000.000	15.800.000.000	14.815.433
Total	**34.070.000.000**	**15.800.000.000**	**15.800.000.000**	**14.815.433**

Total do Programa (1+2)	**157.907.874.717**	**15.823.145.809**	**15.818.346.597**	**29.286.557**

PROGRAMA: 5028 - Inclusão Social por meio do Bolsa Família e da Articulação de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**427.977.138.543**	**0**	**3.300.000**	**0**
Despesas Correntes	427.977.138.543	0	3.300.000	0
Total	**427.977.138.543**	**0**	**3.300.000**	**0**

PROGRAMA: 5029 - Produção de Dados e Conhecimento para o Aprimoramento de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**93.441.246**	**51.986.584**	**45.702.420**	**16.531.533**
Despesas Correntes	88.988.039	51.406.458	45.702.420	16.531.533
Despesas de Capital	4.453.207	580.126	0	0
Total	**93.441.246**	**51.986.584**	**45.702.420**	**16.531.533**

PROGRAMA: 5031 - Proteção Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**283.308.641.329**	**77.373.569.219**	**80.347.907.787**	**79.805.473.909**
Despesas Correntes	281.719.586.321	76.301.920.976	80.117.441.481	79.687.430.757
Despesas de Capital	1.589.055.008	1.071.648.243	230.466.306	118.043.152
Total	**283.308.641.329**	**77.373.569.219**	**80.347.907.787**	**79.805.473.909**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	99.584.920.417	26.499.781.010	26.499.781.010	30.075.686.090
Total	**99.584.920.417**	**26.499.781.010**	**26.499.781.010**	**30.075.686.090**

Total do Programa (1+2)	**382.893.561.746**	**103.873.350.229**	**106.847.688.797**	**109.881.160.000**

PROGRAMA: 5032 - Rede de Suporte Social ao Dependente Químico: Cuidados, Prevenção e Reinserção Social (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**691.922.562**	**261.033.450**	**239.509.390**	**172.713.028**
Despesas Correntes	619.694.445	245.934.566	223.099.777	160.971.919
Despesas de Capital	72.228.117	15.098.884	16.409.613	11.741.109
Total	**691.922.562**	**261.033.450**	**239.509.390**	**172.713.028**

PROGRAMA: 5033 - Segurança Alimentar e Nutricional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**5.065.085.472**	**2.277.756.450**	**3.937.288.532**	**3.069.115.448**
Despesas Correntes	4.773.193.057	2.247.506.840	3.916.091.202	3.065.164.551
Despesas de Capital	291.892.415	30.249.610	21.197.330	3.950.898
Total	**5.065.085.472**	**2.277.756.450**	**3.937.288.532**	**3.069.115.448**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	8.445.000.000	4.140.000.000	4.140.000.000	0
Gastos Tributários *****	96.716.764.270	33.882.391.196	33.882.391.196	34.757.965.230
Total	**105.161.764.270**	**38.022.391.196**	**38.022.391.196**	**34.757.965.230**

Total do Programa (1+2)	**110.226.849.742**	**40.300.147.646**	**41.959.679.728**	**37.827.080.678**

PROGRAMA: 5034 - Proteção à Vida, Fortalecimento da Família, Promoção e Defesa dos Direitos Humanos para Todos (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.409.496.530**	**343.230.494**	**284.588.547**	**145.890.498**
Despesas Correntes	988.697.728	197.874.336	183.764.108	99.142.995
Despesas de Capital	420.798.802	145.356.158	100.824.439	46.747.504
Total	**1.409.496.530**	**343.230.494**	**284.588.547**	**145.890.498**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Créditos e demais fontes	18.000.000	8.500.000	8.500.000	0
Gastos Tributários *****	55.134.978.552	15.391.331.331	15.391.331.331	17.115.944.662
Total	**55.152.978.552**	**15.399.831.331**	**15.399.831.331**	**17.115.944.662**

Total do Programa (1+2)	**56.562.475.082**	**15.743.061.825**	**15.684.419.878**	**17.261.835.160**

PROGRAMA: 5035 - Promoção de cidadania por meio do Auxílio Brasil e da articulação de Políticas Públicas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**189.061.267.193**	**89.848.892.968**	**114.445.743.312**	**113.492.895.017**
Despesas Correntes	189.060.160.525	89.848.339.634	114.445.743.312	113.492.895.017
Despesas de Capital	1.106.668	553.334	0	0
Total	**189.061.267.193**	**89.848.892.968**	**114.445.743.312**	**113.492.895.017**

PROGRAMA: 6011 - Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**2.414.745.209**	**960.770.355**	**1.649.581.921**	**254.759.335**
Despesas Correntes	1.662.421.073	380.112.061	429.666.824	230.631.590
Despesas de Capital	752.324.136	580.658.294	1.219.915.097	24.127.744
Total	**2.414.745.209**	**960.770.355**	**1.649.581.921**	**254.759.335**

PROGRAMA: 6012 - Defesa Nacional (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários (1)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**45.241.615.309**	**12.666.440.343**	**14.470.833.530**	**9.820.916.503**
Despesas Correntes	20.103.506.353	4.965.355.467	6.316.269.443	4.357.936.199
Despesas de Capital	25.138.108.956	7.701.084.876	8.154.564.087	5.462.980.303
Orçamento de investimento das estatais	6.316.940.633	1.941.009.184	2.468.810.000	2.278.929.474
Total	**51.558.555.942**	**14.607.449.527**	**16.939.643.530**	**12.099.845.977**

Recursos Extraorçamentários (2)	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução Exercício 2022
Gastos Tributários *****	183.600.974	141.421.016	141.421.016	57.591.214
Total	**183.600.974**	**141.421.016**	**141.421.016**	**57.591.214**

Total do Programa (1+2)	**51.742.156.916**	**14.748.870.543**	**17.081.064.546**	**12.157.437.190**

PROGRAMA: 6013 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**187.723.248**	**86.499.768**	**14.960.556**	**9.013.391**
Despesas Correntes	51.347.399	10.925.471	7.186.429	5.867.762
Despesas de Capital	136.375.849	75.574.297	7.774.127	3.145.629
Total	**187.723.248**	**86.499.768**	**14.960.556**	**9.013.391**

PROGRAMA: 6014 - Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.193.498.012**	**327.164.451**	**341.122.050**	**282.029.191**
Despesas Correntes	1.078.029.979	324.294.451	330.799.802	277.213.918
Despesas de Capital	115.468.033	2.870.000	10.322.248	4.815.273
Total	**1.193.498.012**	**327.164.451**	**341.122.050**	**282.029.191**

PROGRAMA: 6015 - Educação Infantil (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**6.439.100.000**	**151.000.000**	**502.284.833**	**178.444.656**
Despesas Correntes	5.930.108.000	51.000.000	193.829.224	98.129.229
Despesas de Capital	508.992.000	100.000.000	308.455.609	80.315.428
Total	**6.439.100.000**	**151.000.000**	**502.284.833**	**178.444.656**

PROGRAMA: 6016 - Educação Especial (Valores em Reais)

Recursos Orçamentários	Valor global PPA 2020 - 2023 *	Previsão inicial ** Exercício 2022	Previsão atualizada *** Exercício 2022	Execução **** Exercício 2022
Orçamento fiscal e da Seguridade	**1.609.775.000**	**42.586.149**	**42.247.459**	**26.984.312**
Despesas Correntes	1.482.527.000	33.445.059	36.463.857	26.259.089
Despesas de Capital	127.248.000	9.141.090	5.783.602	725.224
Total	**1.609.775.000**	**42.586.149**	**42.247.459**	**26.984.312**

* Valor da Lei nº 13.971/2019, que institui o Plano Plurianual 2020-2023, para os quatro anos do PPA, atualizado em 2022.

** Os valores previstos iniciais são aqueles definidos para o exercício na Lei do PPA e suas atualizações, sendo que, no caso dos recursos orçamentários, correspondem à LOA do respectivo ano.

*** Os valores previstos atualizados incluem os créditos adicionais que atualizam a LOA para os recursos orçamentários.e, para os recursos extraorçamentários, consideram as atualizações pelas instituições financeiras ou os valores da previsão atualizada com base no Demonstrativo de Gastos Tributários Bases Efetivas 2020 da Receita Federal do Brasil (RFB).

**** Os recursos executados correspondem aos valores liquidados no exercício para os orçamentos fiscal e da seguridade social e também aos valores executados para o orçamento das estatais.

***** A execução dos gastos tributários considerou os mesmos valores da previsão atualizada, tendo em vista que os valores efetivos são disponibilizados pela RFB 3 anos após o exercício.